Tribunal de Contas da União

RECIBO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Unidade prestadora de contas: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Exercício de referência: 2017

Data da conclusão: 23/05/2018

Hora da conclusão: 12:16:00

Responsável pela conclusão: CHARLES ESTEVAM DE OLIVEIRA HASLER - CPF: 040.970.558-60

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2017 da unidade prestadora de contas Secretaria-Geral do Ministério da Defesa foi recebido e encontra-se na base de dados do Tribunal de Contas da União aguardando análise técnica.

Ressalta-se que o cumprimento do dever de prestar contas dos administradores da referida unidade estabelecido no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal somente será concretizado com a homologação e publicação do relatório de gestão pela unidade técnica deste Tribunal.

Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa

Em 02/06/2018

Ministério da Defesa
Secretaria-Geral
Relatório de Gestão
Exercício
2017

Brasília – DF
2018

MINISTÉRIO DA
DEFESA

Secretaria - Geral

Ministério da Defesa
Secretaria-Geral
Relatório de Gestão do Exercício de 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa – TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa - TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, da Portaria - TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018 e das orientações da Secretaria de Controle Interno (Ciset/MD).

Coordenado e elaborado por: Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral (AGE/SG)

Brasília – DF
2018

MINISTÉRIO DA DEFESA
Secretaria-Geral
Assessoria de Gestão Estratégica
Esplanada dos Ministérios, bloco Q, 3º andar, sala 317
CEP: 70.049-900 – Brasília – DF
E-mail: age@defesa.gov.br
http://www.defesa.gov.br

© Copyleft – É livre a reprodução exclusivamente para fins não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas 16
Tabela 2 Situação dos Principais Objetivos Estratégicos da ESG 22
Tabela 3 Evolução dos Indicadores do Programa 2058 em 2016 e 2017 39
Tabela 4 Referenciais monetários do Programa 2058, para o Plano Plurianual 2016-2019 (Em R$ 1,00) 41
Tabela 5 Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2017 (em R$ 1,00) 42
Tabela 6 Ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR) 43
Tabela 7 Ação 2B28 – Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional 44
Tabela 8 Ação 20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional 45
Tabela 9 Ação 8425 - Apoio ao Projeto Rondon 46
Tabela 10 Ação 20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte 47
Tabela 11 Ação 2452 – Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte 48
Tabela 12 Ação 2055 - Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra 49
Tabela 13 Ação 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte 50
Tabela 14 Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte: Evolução dos Indicadores do Programa 2046 em 2016 e 2017 55
Tabela 15 Referenciais Monetários do Programa 2046 (em R$1,00) 56
Tabela 16 Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa – OFSS e OI do Órgão Representado pela UJ em 2017 (em R$1,00) 56
Tabela 17 Despesas por Modalidade de Contratação (em R$1,00) 58
Tabela 18 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (em R$1,00) 59
Tabela 19 Eficácia - Dados dos cursos da ESG em 2017 74
Tabela 20 Eficiência - Dados dos cursos da ESG em 2017 75
Tabela 21 Valores do SisGAAz 78
Tabela 22 Valores do HME S 81
Tabela 23 Prazos de Execução do HME S 82
Tabela 24 Descrição Resumida dos Contratos do HME S 83
Tabela 25 Valores do PNM. Dados de Registros Históricos do CTMSP (valores pagos convertidos em dólar no dia do pagamento, reconvertidos em Reais pelo dólar médio do ano) 84
Tabela 26 Dados do Tesouro Gerencial (R$ 1,00) 84
Tabela 27 Valores dos Navios Patrulha 500ton 87
Tabela 28 Valores Global Estimado do Prosub (R$ 1,00) 91
Tabela 29 Fontes de Financiamento do Prosub (R$ 1,00) 92
Tabela 30 Valores Empenhados/Liquidados e Pagos do Prosub 92
Tabela 31 Contrato de Financiamento Externo do Prosub 97
Tabela 32 Datas de Entrega dos S-BR 99
Tabela 33 Valores do PROSUPER: Obtenção da Corveta Classe "Tamandaré" 105
Tabela 34 Identificação da Ação Programa ASTROS 2020 112
Tabela 35 Série Histórica 2011/2017 Programa ASTROS 2020 112
Tabela 36 Identificação da Ação Programa GUARANI 119
Tabela 37 Série histórica 2012/2017 do Programa GUARANI 119

Tabela 38 Acordo de Compensação do Programa GUARANI 122
Tabela 39 Identificação da Ação do Programa SISFRON 128
Tabela 40 Série histórica 2012/2017 do Programa SISFRON 129
Tabela 41 Identificação da Ação do Programa Defesa Antiaérea 135
Tabela 42 Série histórica 2012/2017 do Programa Defesa Antiaérea 136
Tabela 43 Competências da COPAC 139
Tabela 44 Aplicação dos Recursos por Projeto 140
Tabela 45 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto AM-X 142
Tabela 46 Execução Orçamentária e Financeira do F-5BR 161
Tabela 47 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto F-X2 166
Tabela 48 Valores Desembolsados (SEK) do Projeto F-X2 170
Tabela 49 Valores Desembolsados (USD) do Projeto F-X2 170
Tabela 50 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto H-XBR 171
Tabela 51 Contratos de Financiamento do Projeto H-XBR 176
Tabela 52 Valores Desembolsados do Projeto H-XBR 177
Tabela 53 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto KC-X 177
Tabela 54 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto CL-X2 182
Tabela 55 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto KCL-390 185
Tabela 56 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto LINK-BR2 189
Tabela 57 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) 193
Tabela 58 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto I-X 199
Tabela 59 Força de trabalho da Administração Central do MD (Posição 31/12/17) 212
Tabela 60 Distribuição da lotação efetiva da ACMD (Posição 31/12/17) 212
Tabela 61 Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ACMD (Posição: 31/12/17) 213
Tabela 62 Fatores de Redução da Força de trabalho na ACMD (Posição 31/12/17) 213
Tabela 63 Força de Trabalho da ESG - Servidores Civis (Posição 31/12/17) 214
Tabela 64 Distribuição da Lotação Efetiva da ESG (Posição 31/12/17) 214
Tabela 65 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ESG (Posição 31/12/17) 214
Tabela 66 Força de Trabalho da ESG – Militares (Posição 31/12/17) 215
Tabela 67 Força de Trabalho da ESG – Militares e Servidores Civis (Posição: 31/12/17) 215
Tabela 68 Despesas com Pessoal da Administração Central do MD (R$ 1,00) (Posição: 31/12/17 216
Tabela 69 Custos do pessoal na ESG (Posição: 31/12/17) 217
Tabela 70 Contrato de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da ACMD (Posição: 31/12/17) 219
Tabela 71 Contrato de prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios da ACMD (Posição: 31/12/17) 220
Tabela 72 Contratação de Estagiários na ACMD (Posição: 31/12/17) 221
Tabela 73 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da ESG (Posição: 31/12/17) 222
Tabela 74 Composição do Quadro de Estagiários da ESG (Posição: 31/12/17 222
Tabela 75 Plano de Capacitação 2017 da ACMD (Posição: 31/12/17) 223
Tabela 76 Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da ACMD (Posição: 31/12/17) 224
Tabela 77 Imóveis Residenciais Funcionais da ACMD I (Posição: 31/12/17) 224
Tabela 78 Cessão de espaços físicos e imóveis da ACMD I 225

Tabela 79 Cessão de espaços físicos e imóveis da ACMD II 225
Tabela 80 Cessão de espaços físicos e imóveis da ACMD III 225
Tabela 81 Cessão de espaços físicos e imóveis da ACMD IV 226
Tabela 82 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (ESG) (Posição: 31/12/17) 228
Tabela 83 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da ESG, exceto Imóvel Funcional (Posição: 31/12/17) 228
Tabela 84 Principais sistemas computacionais em uso na ESG (Posição 31/12/17) 231
Tabela 85 Necessidade de desenvolvimento de novos sistemas na ESG (Posição: 31/12/17) 231
Tabela 86 Contratos na Área de Tecnologia da Informação e Comunicação da ESG em 2017 (Posição: 31/12/2017) 232
Tabela 87 Efetivo do CTIC/ESG (Posição: 31/12/17) 233
Tabela 88 Alinhamento dos objetivos estratégicos organizacionais com os objetivos estratégicos de TI da ESG (Posição: 31/12/17) 235
Tabela 89 Metas de consumo mensal, no âmbito da ESG (Posição: 31/12/2017) 237
Tabela 90 Consumo de energia elétrica na ESG anos 2016/2017 237
Tabela 91 Fundo do Ministério da Defesa 240
Tabela 92 Orçamento Executado do FMD (Situação: 31/12/2017) 241
Tabela 93 Controle Contábil das Receitas do FMD (Situação: 31/12/2017) 241
Tabela 94 Receitas Realizadas do FMD (Situação: 31/12/2017) 242
Tabela 95 Descentralizações orçamentárias concedidas do FMD (Situação: 31/12/2017) 242
Tabela 96 Descentralizações orçamentárias por Programa de Trabalho e Natureza de Despesa Detalhada, do FMD (Situação: 31/12/2017) 242
Tabela 97 Descentralizações Financeiras Orçamentárias do FMD (Situação: 31/12/2017) 243
Tabela 98 Descentralizações Financeiras Extraorçamentárias do FMD (Situação: 31/12/2017) 243
Tabela 99 Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR) no FMD (Situação: 31/12/2017) 243
Tabela 100 Fluxo Financeiro do FMD (Situação: 31/12/2017) 244
Tabela 101 Aferição do nível de serviço do SIC-MD, por meio do Índice de Nível de Serviço 249
Tabela 102 Indicador INS (Índice de Nível de Serviço do SIC/MD) 249
Tabela 103 Registro de Dados Gerenciais e Estatísticos do Sistema de Informação ao Cidadão - SIC/ESG 251
Tabela 104 Disponibilidades Financeiras (Posição 31/12/2017) 255
Tabela 105 Resultado Patrimonial Acumulado (Posição: 31/12/2017) 256
Tabela 106 Patrimônio Líquido Acumulado (Posição: 31/12/2017) 256
Tabela 107 Saldo Patrimonial (Posição: 31/12/2017) 257
Tabela 108 Disponibilidade – Intangível (Posição: 31/12/2017) 259
Tabela 109 Conformidade Contábil de UG - Maiores Ocorrências (Posição: 31/12/2017) 262
Tabela 110 Conformidade Contábil de Órgão - Maiores Incidências (Posição: 31/12/2017) 262
Tabela 111 Conformidade Contábil de Órgão Superior - Maiores Incidências (Posição: 31/12/2017) 263
Tabela 112 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento, no âmbito da SG 265
Tabela 113 Principais Deliberações da CISET que permanecem pendentes de cumprimento, no âmbito da SG 273
Tabela 114 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário, no âmbito da SG 275
Tabela 115 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário, no âmbito do DPCN 275
Tabela 116 Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade do DPCN 276
Tabela 117 Processos de Dívida Ativa da União (DAU) - Apurações com Danos ao Erário inferiores a R$ 100.000,00 276

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Organograma SG 15
Figura 2 Organograma ESG 16
Figura 3 Organograma Funcional do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) 77
Figura 4 Organograma Funcional do Programa de Obtenção dos HME S 80
Figura 5 Organograma Funcional do Protótipo do Reator Nuclear 83
Figura 6 Organograma Funcional do Projeto Navios Patrulha 500Ton 86
Figura 7 Organograma Funcional do Prosub 91
Figura 8 Organograma Funcional do PROSUPER: Obtenção da Corveta Classe "Tamandaré" 104
Figura 9 Organograma Funcional do Programa ASTROS 2020 111
Figura 10 Estrutura de Gestão e Controle do Programa ASTROS 2020 114
Figura 11 Organograma Funcional do Programa GUARANI 117
Figura 12 Estrutura de Gestão e Controle do Programa GUARANI 123
Figura 13 Organograma Funcional do Programa SISFRON 127
Figura 14 Estrutura de Gestão e Controle do Programa SISFRON 130
Figura 15 Organograma Funcional do Programa Defesa Antiaérea 134
Figura 16 Estrutura de Gestão e Controle do Programa Defesa Antiaérea 137
Figura 17 Organograma Funcional da COPAC 139
Figura 18 Estrutura da Gestão e Controle dos Projetos 140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Indicador 1id1 Índice de participação da Base Industrial de Defesa no PIB 64
Gráfico 2 Indicador 1id2 Taxa anual de avaliação de ED/EED 65
Gráfico 3 Indicador 1id5 Índice de divulgação de Empresas de Defesa associadas à ABIMDE, em eventos nacionais 65
Gráfico 4 Indicador 1id6 Índice de divulgação de Empresas de Defesa associadas à ABIMDE, em eventos internacionais 66
Gráfico 5 Indicador 3id1 Índice de operacionalização do sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbi-tal 67
Gráfico 6 Indicador 3id2 Índice de cartografia da Amazônia 67
Gráfico 7 Indicador 9id2 Índice de desempenho estratégico 68
Gráfico 8 Indicador 10id1 Índice de abertura de dados 69
Gráfico 9 Indicador 10id2 Índice de atualização de dados abertos 69
Gráfico 10 Indicador 10id3 Índice de atualização da transparência ativa 70
Gráfico 11 Indicador 11id1 Taxa de capacitação anual 70
Gráfico 12 Indicador 11id2 Taxa de horas de capacitação anual 71
Gráfico 13 Indicador 12id1 Índice de indisponibilidade do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) 71
Gráfico 14 Indicador 12id2 Índice de indisponibilidade do serviço de internet 72
Gráfico 15 Indicador 12id3 Índice de indisponibilidade do serviço de e-mail (Expresso) 72
Gráfico 16 Indicador 12id4 Índice de atendimento às demandas de TIC previstas no PDTIC 73
Gráfico 17 Indicador 12id5 Índice de satisfação do cliente nos serviços de TIC 73
Gráfico 18 SisGAAZ - Comparativo cronograma original x valores pagos 78
Gráfico 19 SisGAAZ - Comparativo cronograma original x cronograma válido 78
Gráfico 20 SisGAAZ - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados 79

Gráfico 21 HME-S - Comparativo cronograma original x valores pagos 81
Gráfico 22 HME-S - Comparativo cronograma original x cronograma válido 81
Gráfico 23 HME-S - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados 82
Gráfico 24 Protótipo do Reator Nuclear - Comparativo cronograma original x valores pagos 85
Gráfico 25 Protótipo do Reator Nuclear - Comparativo cronograma original x cronograma válido 85
Gráfico 26 Protótipo do Reator Nuclear - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados 85
Gráfico 27 Navios Patrulha 500ton - Comparativo cronograma original x valores pagos 88
Gráfico 28 Navios Patrulha 500ton - Comparativo cronograma original x cronograma válido 88
Gráfico 29 Navios Patrulha 500ton - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados 88
Gráfico 30 Prosub - Comparativo cronograma original x valores pagos 95
Gráfico 31 Prosub - Comparativo cronograma original x cronograma válido 96
Gráfico 32 Prosub - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados 97
Gráfico 33 Programa ASTROS 2020 - Comparativo: Planejamento Original x Valores Pagos 113
Gráfico 34 Programa ASTROS 2020 - Planejamento Original x Valores Previstos 113
Gráfico 35 Programa ASTROS 2020 - Planejamento Original x Valores Pagos (Cumulativo) 114
Gráfico 36 Programa GUARANI - Planejamento Original x Valores Pagos 120
Gráfico 37 Programa GUARANI - Planejamento Original x Valores Previstos 120
Gráfico 38 Programa GUARANI - Planejamento Original x Valores Pagos (Cumulativo) 121
Gráfico 39 Programa SISFRON - Comparativo: Planejamento Original x Valores Pagos 129
Gráfico 40 Programa SISFRON - Planejamento Original x Valores Previstos 129
Gráfico 41 Programa SISFRON - Planejamento Original x Valores Pagos (Cumulativo) 130
Gráfico 42 Programa Defesa Antiaérea - Comparativo: Planejamento Original x Valores Pagos 136
Gráfico 43 Programa Defesa Antiaérea - Comparativo: Planejamento Original x Valores Previstos 136
Gráfico 44 Programa Defesa Antiaérea - Comparativo: Planejamento Original x Valores Pagos (Cumulativo) 137
Gráfico 45 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto AM-X 142
Gráfico 46 Projeto AM-X - Valor do Contrato 010/00 - Variação 144
Gráfico 47 Projeto AM-X - Valor do Contrato 08/03 - Variação 145
Gráfico 48 Projeto AM-X - Valor do Contrato 001/04- Variação 147
Gráfico 49 Projeto AM-X - Valor do Contrato 003/04 - Variação 148
Gráfico 50 Projeto AM-X - Valor do Contrato 007/08 - Variação 150
Gráfico 51 Projeto AM-X - Valor do Contrato 010/08 - Variação 151
Gráfico 52 Projeto AM-X - Valor do Contrato 006/10 - Variação 152
Gráfico 53 Projeto AM-X - Valor do Contrato 007/10 - Variação 153
Gráfico 54 Projeto AM-X - Valor do Contrato 035/12- Variação 154
Gráfico 55 Projeto E-99M - Execução Orçamentária e Financeira 155
Gráfico 56 Projeto E-99M - Desembolso Previsto x Desembolso Executado - Variação 155
Gráfico 57 E-99M - Valor do Contrato 001/12 - Variação 156
Gráfico 58 Projeto E-99M - Valor do Contrato 034/12 - Variação 157
Gráfico 59 Projeto E-99M - Valor do Contrato 001/13 - Variação 158
Gráfico 60 Projeto E-99M - Valor do Contrato 002/13 - Variação 159
Gráfico 61 Projeto E-99M - Valor do Contrato 003/13 - Variação 160

Gráfico 62 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto F-5BR 162
Gráfico 63 Projeto F-5BR - Valor do Contrato 005/10 - Variação 163
Gráfico 64 Projeto F-5BR - Valor do Contrato 009/10 - Variação 164
Gráfico 65 Desembolso Previsto x Desembolso do Projeto F-X2 166
Gráfico 66 Projeto F-X2 - Valor do Contrato 003/14 - Variação 168
Gráfico 67 Projeto F-X2 - Valor do Contrato 004/14 - Variação 168
Gráfico 68 Projeto F-X2 - Valor do Contrato 001/15 - Variação 169
Gráfico 69 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto H-XBR 171
Gráfico 70 Projeto H-XBR - Valor do Contrato 008/08 - Variação 173
Gráfico 71 Projeto H-XBR - Valor do Contrato 012/11 - Variação 174
Gráfico 72 Projeto H-XBR - Valor do Contrato 019/11 - Variação 174
Gráfico 73 Projeto H-XBR - Valor do Contrato 019/11 - Variação 176
Gráfico 74 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto KC-X 178
Gráfico 75 Projeto KC-X - Valor do Contrato 002/09 - Variação 179
Gráfico 76 Projeto KC-X - Valor do Contrato 001/11 - Variação 180
Gráfico 77 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto CL-X2 183
Gráfico 78 Projeto CL-X2 - Valor do Contrato 001/14 - Variação 184
Gráfico 79 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto KC-390 186
Gráfico 80 Projeto KC-390 - Valor do Contrato 010/14 - Variação 187
Gráfico 81 Projeto KC-390 - Valor do Contrato 002/14 - Variação 188
Gráfico 82 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto LINK-BR2 189
Gráfico 83 Projeto LINK-BR2 - Valor do Contrato 033/12 - Variação 190
Gráfico 84 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) 193
Gráfico 85 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) - Valor do Contrato 001/06 - Variação 195
Gráfico 86 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) - Valor do Contrato 005/08 - Variação 197
Gráfico 87 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) - Valor do Contrato 034/14 - Variação 198
Gráfico 88 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) - Valor do Contrato 036/14 - Variação 199
Gráfico 89 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto I-X 200
Gráfico 90 Projeto I-X - Valor do Contrato 009/14 – Variação 201
Gráfico 91 Acompanhamento do Consumo de energia na ESG 238
Gráfico 92 Consumo de água na ESG em 2017 238
Gráfico 93 Registro de Manifestações Ouvidoria MD 246
Gráfico 94 Origem das Manifestações Ouvidoria MD 247
Gráfico 95 Natureza das Manifestações Ouvidoria MD 247
Gráfico 96 Temática das Manifestações Ouvidoria MD 247
Gráfico 97 Tempo de Resposta Ouvidoria MD 247
Gráfico 98 Atendimento prestado pela Ouvidoria MD 248
Gráfico 99 Qualidade da resposta da Ouvidoria MD 248
Gráfico 100 Prazo de resposta da Ouvidoria MD 248

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 Instrução Normativa nº 2/SG-MD, de 20/10/2015

Anexo 2 Tabela de Macroprocessos Finalísticos da ESG

Anexo 3 Tabela dos Macroprocessos Finalísticos da SG

Anexo 4 Política Setorial de Defesa

Anexo 5 Plano de Diretrizes da Secretaria-Geral para 2017 a 2019

Anexo 6 Acordos de Compensação decorrentes do Termo de Contrato nº 027/2012 – CCOMGEX e seus projetos associados

Anexo 7 Descrição resumida dos contratos vigentes do Programa Sisfron

Anexo 8 Política de Gestão de Riscos da administração central do Ministério da Defesa (ACMD)

Anexo 9 Imóveis Residenciais Funcionais II

Anexo 10 Principais Sistemas de Informação em 2017

Anexo 11 Atividades do Comitê Gestor de TI

Anexo 12 Capacitação dos Integrantes do DEPTI em 2017

Anexo 13 Força de Trabalho do DEPTI em 2017

Anexo 14 Projetos de TI desenvolvidos em 2017

Anexo 15 Contratos de TIC firmados em 2017

Anexo 16 Alinhamento PDTIC, PESG E EGD

Anexo 17 Metodologia de Cálculo da Depreciação

Anexo 18 Balanço Geral União – Balanço Financeiro

Anexo 19 Balanço Geral União – Balanço Orçamentário

Anexo 20 Balanço Geral União – Balanço Patrimonial

Anexo 21 Balanço Geral União – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 22 Balanço Geral União – Demonstração das Variações Patrimoniais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11
1 VISÃO GERAL 12
1.1 Finalidade e competências 13
1.2 Organograma 15
1.3 Macroprocessos finalísticos 18
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS 19
2.1 Planejamento Organizacional 20
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício 20
2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos 22
2.2 Desempenho Orçamentário 24
2.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados 24
2.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário 57
2.2.4 Informações sobre a execução das despesas 57
2.2.5 Análise crítica da realização da despesa 62
2.3 Desempenho operacional 63
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho 64
Indicadores de Desempenho da SG 64
Indicadores de Desempenho da ESG 74
2.5 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários dos Comandos Militares e do MD 77
Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários do Comando da Marinha 77
Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários do Comando do Exército 107
Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários do Comando da Aeronáutica 139
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 203
3.1 Descrição das estruturas de governança 204
Estrutura de Governança da SG 204
Estrutura de Governança da ESG 205
3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos 207
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos na Administração Central do MD 207
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos na ESG 207
3.3 Gestão de riscos e controles internos 208
Gestão de Riscos e Controles Internos da SG 208
Gestão de Riscos e Controles Internos da ESG 208
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 210
4.1 Gestão de pessoas 211
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade 211
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal 215
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal 218
4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários 219
4.1.5 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho na unidade 223
4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura 224
4.2.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UJ 224
4.3 Gestão da tecnologia da informação 229
4.3.1 Principais sistemas de informações 229
4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 233
4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade 236
4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras 236
4.5 Gestão de fundos e de programas 239
4.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade 239
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 245
5.1 Canais de acesso do cidadão 246
Canais de Acesso do Cidadão da Administração Central do MD 246
Canais de Acesso do Cidadão da ESG 251
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão 252

Carta de Serviços ao Cidadão da Administração Central do MD 252
Carta de Serviços ao Cidadão da ESG 252
5.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade 253
Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da SG 253
Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da ESG 253
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 254
6.1 Desempenho Financeiro do Exercício 255
Resultado Financeiro, no âmbito do MD 255
Resultado Patrimonial, no âmbito do MD 255
Saldo Patrimonial, no âmbito do MD 256
6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos 258
6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade 260
6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320, de 1964 e notas explicativas 261
6.5 Informações sobre a Conformidade contábil 262
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE 264
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU 265
Tratamento de determinações e recomendações do TCU pela SG 265
Tratamento de determinações e recomendações do TCU pela ESG 272
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno 273
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno pela SG 273
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno pela ESG 274
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário 275
Apuração de responsabilidade por dano ao Erário, no âmbito do DEADI 275
Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade do Departamento do Programa Calha Norte 275
Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade da ESG 279
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993280
Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993, da SG 280
Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993, da ESG 280
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento 281
Informações da SG sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento 281
Informações da ESG sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento 281

APRESENTAÇÃO

Consolidando informações relevantes sobre a gestão das unidades jurisdicionadas: Escola Superior de Guerra, Secretaria de Organização Institucional, Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, Secretaria de Produtos de Defesa e Departamento do Programa Calha Norte e ainda, sobre as UG: Departamento de Administração Interna - MD; Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças; DEORF - Diferença Cambial; Fundo do Ministério da Defesa; e Fundo do Serviço Militar, o Relatório de Gestão do exercício de 2017 da Secretaria-Geral (SG) do Ministério da Defesa, elaborado em observância às disposições do art. 70 da Constituição Federal, da Instrução Normativa – TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa - TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, Portaria - TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018 e das orientações da Secretaria de Controle Interno (Ciset/MD), está organizado em sete capítulos.

O Capítulo 1 contempla os elementos identificadores da SG, apresentando informações relativas à sua finalidade e às suas competências, sua estruturação e o seu contexto de atuação.

No Capítulo 2, são abordados aspectos relacionados a três grandes eixos de atuação da SG: o planejamento organizacional, o resultado do desempenho orçamentário e os resultados operacionais. Destaca-se a abordagem sobre o esforço gerado, no exercício de referência, para estabelecer a identidade estratégica do órgão (missão institucional, visão de futuro, valores e o mapa estratégico) e a estruturação do conjunto de indicadores estratégicos de desempenho e metas vinculadas, e das iniciativas estratégicas e suas ações decorrentes. Também sobressai a abordagem sobre os principais projetos e subprojetos prioritários dos Comandos Militares e do MD.

A identificação de como a SG é dirigida, controlada e monitorada, com vistas à condução dos objetivos estratégicos está contemplada no Capítulo 3. Além disso, nesta etapa, as instâncias de governança da SG são abordadas, explicitando as atividades implementadas para garantir o alcance dos objetivos planejados, a sistemática de apuração de ilícitos, com destaque para o que foi apurado e as providências adotadas. Além disso, também é relevante o enfoque sobre o empenho para estruturar a gestão de riscos na organização.

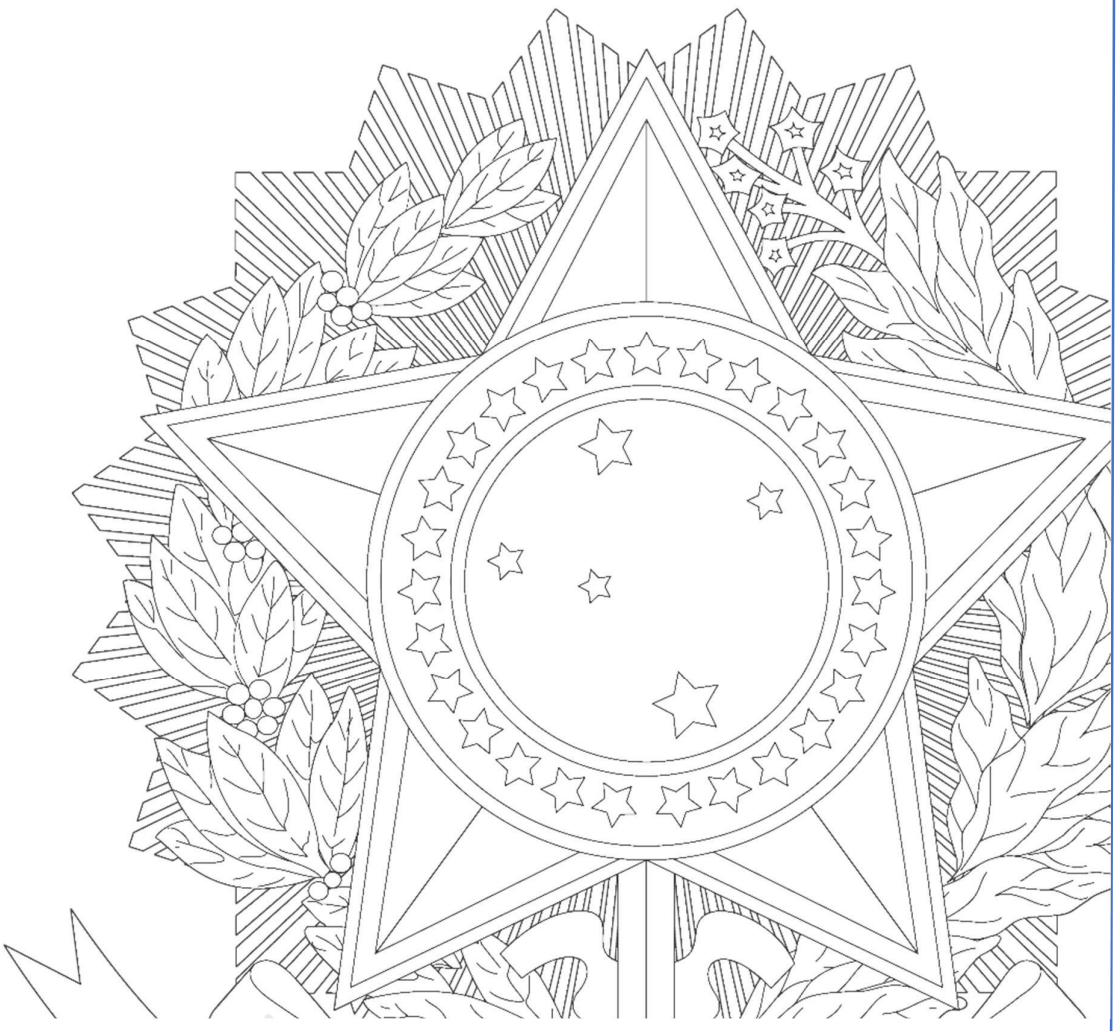
Segue-se o Capítulo 4, em que são expostas as mais relevantes informações sobre as áreas específicas da gestão, abordando a gestão de pessoas, de patrimônio e infraestrutura, da tecnologia da informação, de fundos e de programas e a gestão ambiental e sustentabilidade. Nesse interim, avulta a gestão de pessoas em um exercício marcado pela redução da força de trabalho e readequação das estruturas regimentais.

A correta compreensão sobre os canais de comunicação com a sociedade, notadamente no que se refere à acessibilidade do cidadão é proporcionada ao leitor no Capítulo 5, com ênfase no grau de percepção da sociedade sobre os serviços prestados, além do nível de transparência das informações relevantes.

Também são tratadas neste Relatório de Gestão, em seu Capítulo 6, as informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pela SG, além da conformidade da gestão e o gerenciamento das demandas dos órgãos de controle, no Capítulo 7.

Em síntese, o presente Relatório demonstra a grande amplitude de atuação da SG e, como se verá, de que forma o órgão mostrou-se efetivo, não obstante as dificuldades enfrentadas, sobretudo as fortes limitações de ordem orçamentária, no sentido de dar consecução aos seus objetivos institucionais e garantir o avanço na integração dos processos, instrumentos, conceitos, diretrizes e metas, em uma busca contínua do aperfeiçoamento da gestão.

1 VISÃO GERAL



1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A Secretaria-Geral (SG), criada em 2013, visa cooperar na coordenação do esforço integrado de defesa, a fim de contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

No que se refere a finalidade e às competências, conforme o disposto no inciso III do art. 2º do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, a SG é o órgão central de direção do Ministério da Defesa e a ela compete, conforme o art. 29 da mesma norma:

- assistir o Ministro de Estado da Defesa na definição de diretrizes e nos assuntos de competência dos órgãos específicos singulares e do Departamento do Programa Calha Norte;
- assessorar o Ministro de Estado da Defesa na formulação de políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa quanto às competências dos órgãos específicos singulares e do Departamento do Programa Calha Norte; e
- coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos específicos singulares e do Departamento do Programa Calha Norte, que lhe são subordinados.

Conforme o que consta do anexo I, a Instrução Normativa nº 2/SG-MD, de 20/10/2015, que aprovou o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período de 2016 a 2019, definiu que a missão, a visão de futuro e os valores institucionais da SG são:

Missão

"Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação."

Visão de Futuro

"Consolidar-se como o órgão central do Ministério da Defesa que se articula eficaz e tempestivamente com a administração pública e a sociedade para viabilizar as missões do Ministério da Defesa e das Forças Armadas."

Valores Institucionais

Cooperação (atuar pelo envolvimento e sinergia de toda a equipe da Secretaria-Geral na busca contínua da melhoria dos resultados);

Credibilidade (ter a confiança do Ministério da Defesa, das Forças Armadas e da sociedade, por meio da permanente aplicação dos valores fundamentais em sua atuação);

Criatividade (inovar para fazer mais com menos recursos e melhorar continuamente os processos de trabalho);

Ética (atuar sob os princípios da moralidade, ressaltando-se a honradez, a integridade, a dignidade e a probidade em todas as ações);

Flexibilidade (agir com permanente capacidade de adaptação em função dos desafios); e

Transparência (atuar com visibilidade plena, na extensão permitida pela lei, de todas as decisões e atos de gestão).

A ESG é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do MD, desenvolvendo, nos egressos de seus cursos, habilidades necessárias ao exercício das funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da defesa nacional, incluindo o que concerne à segurança e ao desenvolvimento, conforme estabelecido no seu Plano Estratégico.

A abordagem acadêmica da ESG, para o cumprimento de sua função, desde sua criação, passa por modificações, em decorrência da evolução do conceito de planejamento da segurança e defesa nacionais. Tal situação resulta, entre outras razões, da publicação dos seguintes documentos, que norteiam a Política Nacional de Defesa:

- Constituição Federal de 1988;
- Regime Jurídico Único de 1990;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996;
- Lei Complementar nº 91 de 1999 que cria o MD;
- Lei Complementar nº 136 de 2010 que altera a de nº 97, Lei da Nova Defesa;
- Política de Ensino de Defesa, de 25 de agosto de 2010;
- Estratégia Nacional de Defesa de 25 set. 2013;
- Livro Branco de Defesa Nacional, de 25 set. 2013;
- Política Nacional de Defesa de 25 set. 2013; e
- Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), de 08 jan. 2015.
- A homologação do Parecer Nº147/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional da Educação, a aprovação e autorização da inserção da “Defesa” no rol das ciências estudadas no país, pelo Ministro de Estado da Educação.

Compete à Escola Superior de Guerra funcionar como centro permanente de estudos e pesquisas e ministrar os cursos que forem instituídos, quando julgados necessários pelo Poder Executivo, conforme os artigos 2º e 4º da Lei de sua criação, o qual é representado pelo Ministério da Defesa (MD).

A Escola, subordinada ao MD, não desempenha função de formulação ou execução das Políticas Públicas do País. Seus trabalhos são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate. Assim, a Escola, se concentra nas áreas da defesa, da segurança e do desenvolvimento, realizando uma abordagem didático-pedagógica sobre o Poder Nacional, desdobrado nas formas em que tal poder se manifesta nas suas expressões: Política, Psicossocial, Econômica, Científico-Tecnológica e Militar.

1.2 ORGANOGRAMA

As atuais estruturas organizacionais da SG e da ESG demonstram a multiplicidade de competências abarcadas e a relevância das suas áreas componentes, conforme os organogramas a seguir: Organograma SG

Figura 1 Organograma SG

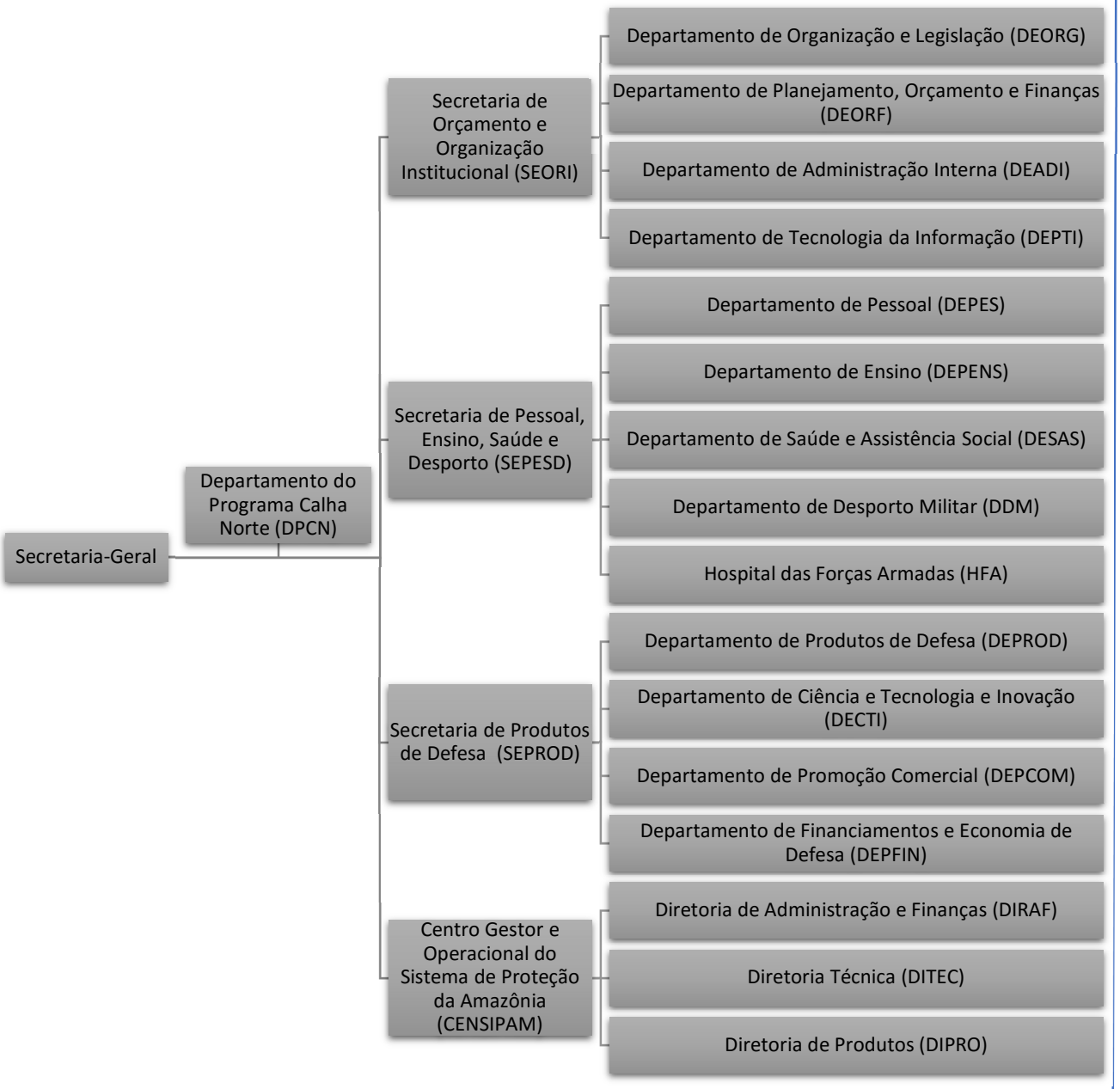
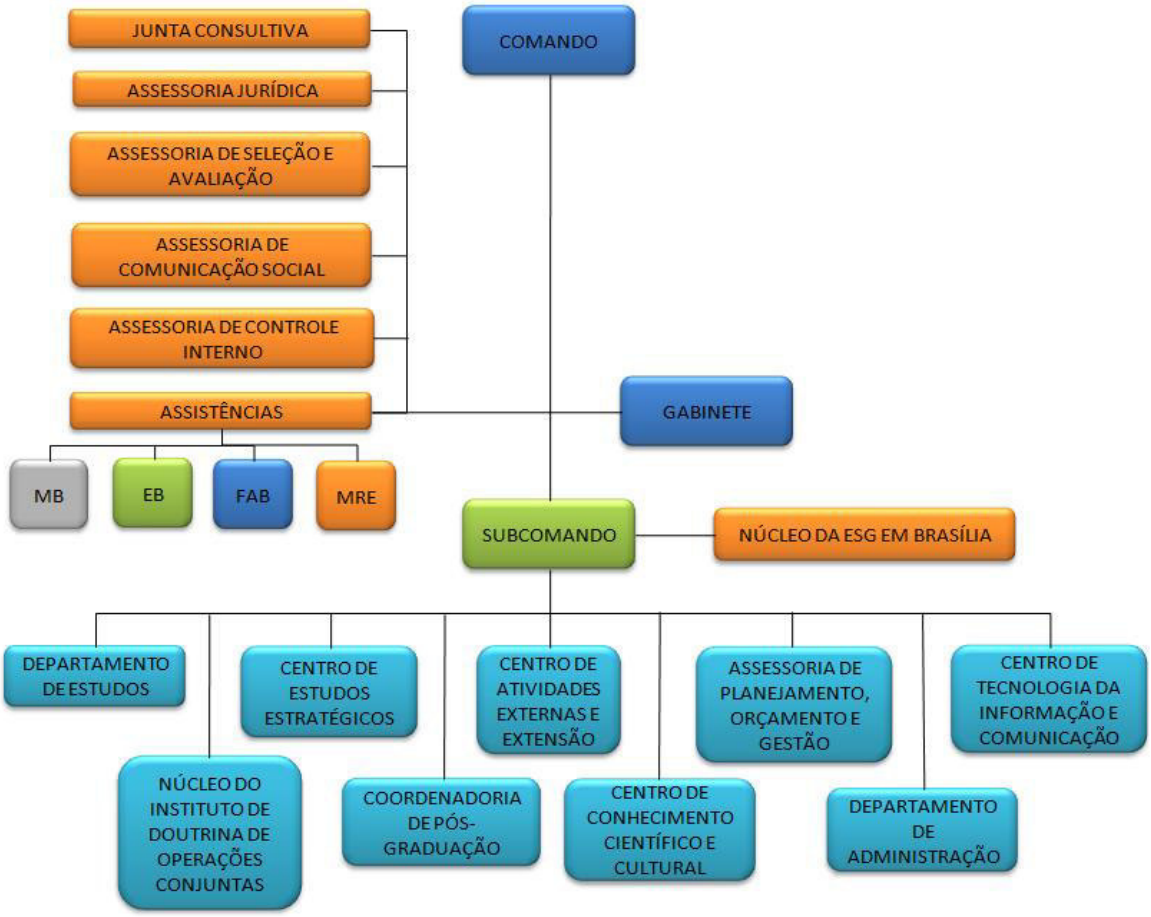


Figura 2 Organograma ESG



INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Tabela 1 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

SECRETARIA-GERAL
Área/ Subunidade Estratégica: Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI) **Competências:** Gestão das estruturas organizacionais, estudo de propostas de alteração da legislação, controle orçamentário e financeiro dos recursos do MD e gestão da tecnologia e informação da administração central do MD. Também atua como órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), do Sistema de Administração de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Administração de Contabilidade Federal. **Titular / Período de atuação:** Franselmo Araújo Costa 01/01 a 31/12 **Cargo**: Secretário de Orçamento e Organização Institucional
Área/ Subunidade Estratégica: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD) **Competências:** Planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas à política de pessoal civil, militar e pensionistas, à Política de Ensino de Defesa, ao Projeto Rondon, à Política e à Estratégia de Saúde e Assistência Social das Forças Armadas, ao desporto militar, além da gestão do Hospital das Forças Armadas. **Titular / Período de atuação:** Ricardo Machado Vieira 01/01 a 31/12 **Cargo:** Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Área/ Subunidade Estratégica: Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) **Competências:** Propor os fundamentos para a formulação e atualização da política nacional de CT&I de defesa, da política nacional da indústria, de compras e de catalogação de produtos de defesa, acompanhando a sua execução. **Titular / Período de atuação:** Flávio Augusto Corrêa Basílio 01/01 a 31/12 **Cargo:** Secretário de Produtos de Defesa
Área/ Subunidade Estratégica: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) **Competências:** Gestão das políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM); de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área; e das ações necessárias à

atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM.

Titular / Período de atuação: Rogério Guedes Soares 01/01 a 31/12

Cargo: Diretor-Geral

Área/ Subunidade Estratégica: Departamento do Programa Calha Norte (DPCN)

Competências: Gestão orçamentária e financeira do Programa Calha Norte; celebração de convênios com Estados e Municípios para aplicação dos recursos do Programa; e monitoramento da execução física dos projetos

Titular / Período de atuação: Roberto de Medeiros Dantas 01/01 a 31/12

Cargo: Diretor do Departamento do Programa Calha Norte

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Área/ Subunidade Estratégica: Comando

Competências: Exercer a direção superior da ESG, bem como definir as orientações estratégicas e gerais para as suas atividades, em estreita consonância com as diretrizes traçadas pelo Ministério da Defesa; estabelecer diretrizes, normas, orientações e procedimentos internos.

Titular / Período de atuação: Ten Brig Ar Rafael Rodrigues Filho 01/01 a 04/04
Gen Ex Décio Luís Schons 05/04 a 31/12

Cargo: Comandante

Área/ Subunidade Estratégica: Subcomando

Competências: Auxiliar o Comandante em todas as suas atribuições; supervisionar e coordenar a execução das atividades acadêmicas e administrativas da ESG; assessorar o Comandante, no âmbito da sua área de competência; exercer as atribuições de competência do Comandante e substituí-lo nos casos de impedimento deste.

Titular / Período de atuação: Gen Div Eduardo Diniz 01/01 a 20/03
V Alte Carlos Frederico Carneiro Primo 21/03 a 31/12

Cargo: Subcomandante

1.3 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

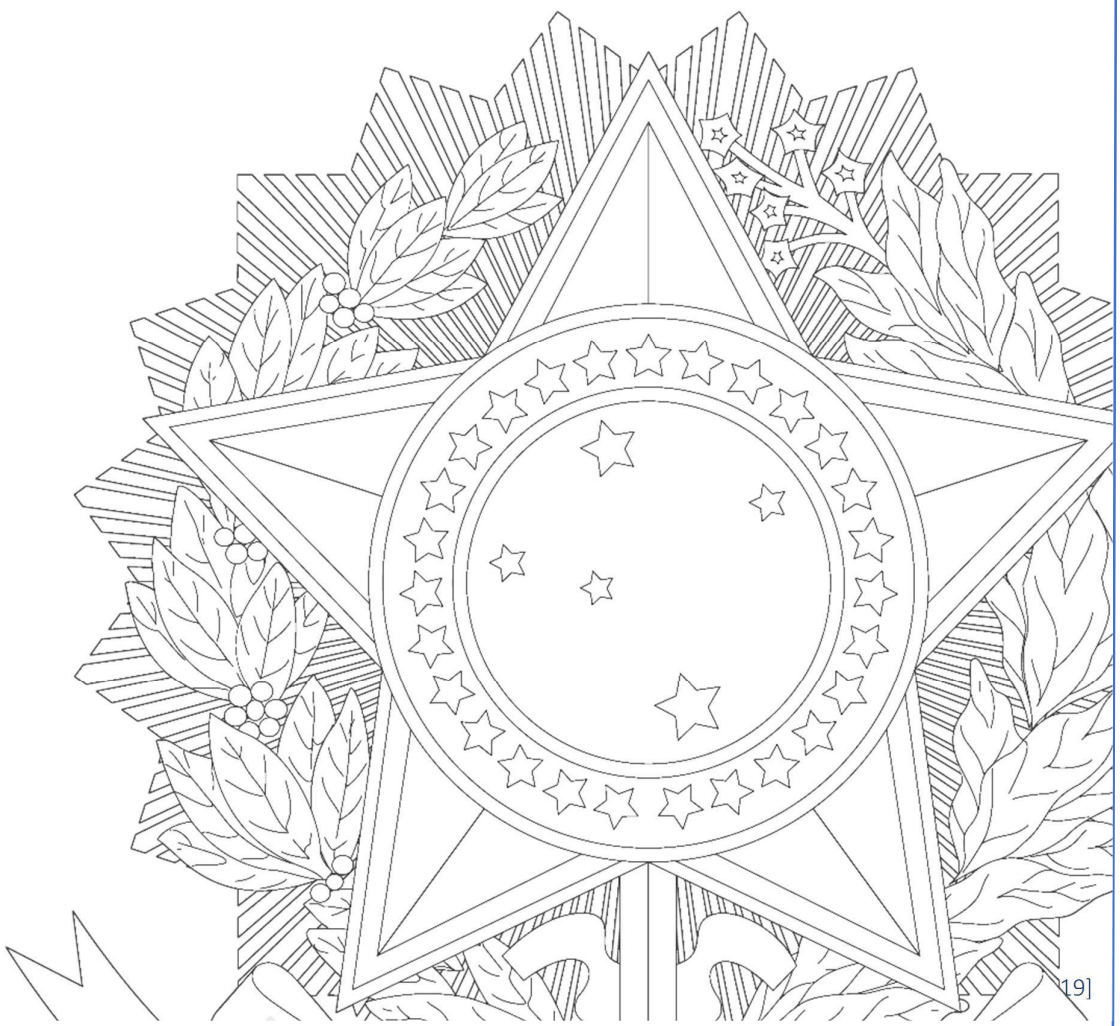
No exercício de 2017, a Secretaria-Geral não realizou efetivamente o mapeamento de seus processos, devido ao esforço dispendido para, antes de tudo, estruturar o seu Planejamento Estratégico. Ainda assim, apresenta-se, conforme o Anexo 2, os produtos e serviços gerados com a execução das atividades da SG, principais insumos e fornecedores, seus clientes e parceiros.

Já a ESG é tradicionalmente reconhecida como núcleo do pensamento geopolítico, político e estratégico na área de Defesa. Desta maneira, seus Macroprocessos Finalísticos são:

a. Pesquisa da Defesa Nacional; e
b. Ensino da Defesa Nacional.

O quadro constante do Anexo 3 apresenta as informações detalhadas dos Macroprocessos Finalísticos da ESG.

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS



2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

2.1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

PLANO PLURIANUAL 2016/2019: OBJETIVOS E METAS

Sobre os objetivos e metas do Plano Plurianual 2016/2019, a análise contemplando a visão geral sobre o desenvolvimento dos objetivos afetos à Secretaria-Geral está esmiuçada no subitem 2.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.

SISTEMÁTICA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE DEFESA

No que se refere ao nível estratégico, a Política Setorial de Defesa (PSD), aprovada pela Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 07/12/2015, conforme o anexo 4, estabelece, no âmbito do Ministério da Defesa, os seguintes Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) a serem alcançados de forma a contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa:

- OSD 1 Defesa da soberania, da integridade territorial e do patrimônio nacionais e das pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior.
- OSD 2 Defesa do território nacional, das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo sobrejacente.
- OSD 3 Fortalecimento das relações com as Forças Armadas das nações amigas.
- OSD 4 Incremento da capacidade de projeção de poder das Forças Armadas para participar de operações internacionais.
- OSD 5 Estímulo e aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas.
- OSD 6 Desenvolvimento da capacidade de projetar, construir, operar e manter submarinos de propulsão nuclear.
- OSD 7 Utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e segurança nacionais.
- OSD 8 Utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais.
- OSD 9 Pleno emprego da Inteligência no assessoramento aos processos decisórios no âmbito do Ministério da Defesa, em prol da defesa e segurança nacionais.
- OSD 10 Proteção dos conhecimentos de interesse da defesa e segurança nacionais.
- OSD 11 Pleno emprego do espectro eletromagnético pelas Forças Armadas e negação, redução ou prevenção de seu uso contra os interesses nacionais.
- OSD 12 Pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) em prol da defesa e segurança nacionais.
- OSD 13 Apoio logístico integrado, adequado e contínuo às Forças Armadas.
- OSD 14 Sustentação da capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional.
- OSD 15 Valorização dos militares e civis do Ministério da Defesa.
- OSD 16 Adequação dos efetivos militares e civis para o cumprimento da missão institucional do Ministério da Defesa.
- OSD 17 Capacitação sistemática e permanente do pessoal civil e militar das Forças Armadas.
- OSD 18 Desenvolvimento de uma "mentalidade de defesa" e do conhecimento sobre o tema Defesa Nacional no âmbito da sociedade brasileira.
- OSD 19 Cooperação na área do Ensino de Defesa com outros países.
- OSD 20 Excelência na atuação das Áreas de Saúde do Ministério da Defesa.
- OSD 21 Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.
- OSD 22 Desenvolvimento do desporto no âmbito do Ministério da Defesa.
- OSD 23 Desenvolvimento da Cultura e preservação do patrimônio histórico e cultural no âmbito do Ministério da Defesa.
- OSD 24 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID).
- OSD 25 Domínio de tecnologias de interesse da Defesa.
- OSD 26 Pleno emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais.
- OSD 27 Pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas em prol da defesa e da segurança nacionais.
- OSD 28 Pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas.
- OSD 29 Incremento da "mentalidade de defesa" na sociedade brasileira.
- OSD 30 Fortalecimento da imagem do Ministério da Defesa no âmbito da sociedade brasileira.
- OSD 31 Fortalecimento da coesão, da integração, da motivação e da satisfação do público interno, no âmbito do Ministério da Defesa.
- OSD 32 Apoio a Políticas Públicas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA-GERAL PARA 2017 A 2019

A fim de alcançar os Objetivos Setoriais de Defesa afetos às suas áreas de atuação, a SG, no exercício, emitiu o Planejamento Estratégico da Secretaria Geral para o período de 2017 a 2019, aprovado pela Instrução Normativa nº 2/SG-MD, de 20/10/2016 (anexo 1), onde foram definidos os seguintes Objetivos Estratégicos da Secretaria-Geral (OSG):

- OSG 1 Promover ações que fortaleçam a Base Industrial de Defesa e contribuam para o desenvolvimento de produtos e tecnologias de interesse da Defesa Nacional.
- OSG 2 Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade.
- OSG 3 Aprimorar a capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia legal brasileira.
- OSG 4 Ampliar a presença do Poder Público na área de atuação do Programa Calha Norte, contribuindo para a defesa nacional, fixando a população na região e prestando-lhe assistência.
- OSG 5 Consolidar a participação da Defesa no desenvolvimento social.
- OSG 6 Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao incremento de competências e à qualificação, em prol do alcance das metas institucionais.
- OSG 7 Aprimorar a gestão, a interoperabilidade e a complementaridade dos sistemas de saúde e de assistência social do Ministério da Defesa.
- OSG 8 Otimizar rotinas e procedimentos para agilizar a solução das demandas impostas, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.
- OSG 9 Consolidar e aprimorar a governança da Secretaria-Geral com foco em resultados.
- OSG 10 Aprimorar a difusão da informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria-Geral.
- OSG 11 Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho da administração central do Ministério da Defesa às necessidades institucionais.
- OSG 12 Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade da administração central do Ministério da Defesa.
- OSG 13 Prover a administração central do Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho.
- OSG 14 Fortalecer a gestão orçamentária.

O monitoramento da execução dos resultados obtidos é feito, anualmente, por intermédio de Reuniões de Monitoramento Estratégico (RME), envolvendo a Assessoria de Gestão Estratégica da SG e os órgãos responsáveis pelos Objetivos Estratégicos. Além disso está prevista realização da Reunião de Avaliação da Gestão (RAG), na qual a alta administração toma ciência dos resultados e delibera.

É relevante citar que a formalização do Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período de 2017 a 2019, definindo os objetivos estratégicos do órgão, atende à todas as recomendações alusivas ao tema, constantes do Acórdão nº 8465/2015-2C, referente ao Exercício 2012, do Acórdão nº 11201/2016-2C, referente ao Exercício 2013 e do Acórdão 3107/2016-PL, referente ao Exercício 2014.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA PARA 2016 A 2019

Em 2015, foi elaborado o PLANESG com vigência para o período de 2016 a 2019, aprovado pela Portaria n° 200/GAB/ESG de 28 de dezembro de 2015 que consiste em um documento que apresenta a missão da ESG, sua visão de futuro e os valores organizacionais, bem como define os objetivos estratégicos da instituição e os aspectos decorrentes, de forma a ser promovido o alinhamento destes objetivos estratégicos da instituição com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal.

Para a confecção do PLANESG 2016-2019, tomou-se como base a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégica Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), bem como a Portaria Normativa n° 24/MD, de 08 de janeiro de 2015 que aprovou a metodologia do Sistema Estratégico de Defesa (SISPED). A partir dos referidos fundamentos e do PLANESG que estava em vigor até 2015, foram realizados os estudos de maneira a expressar, no PLANESG atual, o caminho a ser percorrido a partir do cumprimento da missão, a fim de alcançar um conjunto de objetivos que viabilizarão a concretização da visão de futuro, ao final do período de 20 anos.

Em cumprimento às orientações do MD e em consonância com os estudos desenvolvidos nesta escola com relação a Defesa, Segurança e Desenvolvimento Nacionais, os principais parceiros da ESG são as Escolas congêneres das Forças Armadas (Escola de Guerra Naval, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica). O Curso Superior de Defesa (CSD) confirma essa parceria quando da participação dos alunos dessas quatro escolas na sua realização.

Conforme previsto no PPA 2016-2019, no Objetivo 1113 “Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional” e na Meta 04FR “Capacitar 8.000 servidores civis em áreas de interesse da Defesa, em instituições de qualidade reconhecida”, a ESG, por intermédio da Ação Orçamentária 2055 “Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra” vinculada ao Programa Temático 2058 “Defesa Nacional”, forma no extrato civil e militar da sociedade uma massa crítica de especialistas nas áreas de defesa, incluindo o que concerne à segurança e ao desenvolvimento.

Com base no orçamento previsto para o exercício financeiro de 2017, foi elaborado o Plano de Trabalho da Unidade Gestora – 2017 (PTUG-2017), com o objetivo apresentar ao efetivo da ESG o planejamento para a execução dos recursos alocados. Os

parâmetros para a confecção do referido Plano levaram em consideração o Plano Estratégico da Escola, o vínculo ao PPA e à Ação 2055, bem como as estatísticas de consumo de exercícios anteriores

Dentre os quinze objetivos estratégicos previstos no PLANESG, destacam-se os seguintes, com as respectivas situações no exercício de 2017:

Tabela 2 Situação dos Principais Objetivos Estratégicos da ESG

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	SITUAÇÃO NO EXERCÍCIO
Aprimorar a Capacidade Acadêmica	– Início do curso de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa. – Realização do primeiro concurso para professores do Quadro de Magistério Superior da Escola Superior de Guerra. – Realização de colóquios e seminários, com temas associados à defesa e à segurança. – Participação dos integrantes da ESG em cursos externos de pós-graduação.
Aprimorar a Gestão de Recursos Orçamentários	– Constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles. – Execução do PTUG-2017. – Adequação das atividades e das despesas, conforme contingenciamento.
Aprimorar a Capacidade Administrativa	– Participação dos integrantes da Escola em cursos, estágios, seminários e congressos. – Estabelecimento de processos e de orientações normativas. – Realização de adestramentos.
Modernizar a Gestão de Recursos Humanos	– Objetivo sendo implementado a partir do mapeamento dos processos de todos os setores da Escola.
Fortalecer as Relações Institucionais	– Manutenção dos convênios com diversas entidades externas. – Intensificação do relacionamento junto à ADESG.

No PPA 2016-2019, Programa 2058 – Defesa Nacional, no âmbito do objetivo 1113 – Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional, a ESG contribuiu no ano de 2017 com a capacitação de 539 civis e militares para o atingimento da meta 04RF a ser alcançada pelo Ministério da Defesa por intermédio da execução da Ação 2055 "Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra".

2.1.2 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA SECRETARIA-GERAL

Para demonstrar como os planos estratégico, tático e operacional estão alinhados com a missão institucional da SG, cumpre esclarecer que pela metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) no âmbito do Ministério da Defesa (MD), a estratégia se desenvolve em quatro fases. Na 1ª fase, de análise, é desenvolvida uma apreciação prospectiva para os próximos vinte anos, com o propósito de embasar a formulação de todos os documentos do processo. Na 2ª fase, de Formulação da Política e Estratégia Nacionais, são atualizadas a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), as quais consolidam os Objetivos e as Ações Estratégicas de Defesa que orientarão a formulação das Políticas e Estratégias Setoriais de Defesa. Na fase posterior, de Formulação da Política e Estratégia Setoriais, são elaboradas a Política Setorial de Defesa (PSD) e a Estratégia Setorial de Defesa (ESD), as quais consolidarão os Objetivos e as Ações Setoriais de Defesa que orientarão a confecção dos planos setoriais do MD. Na última fase, de Formulação de Planos, são elaborados planos estratégicos de âmbito setorial e subsetorial, a fim de implementar as ações previstas na Estratégia Setorial de Defesa. Desta forma, a vinculação se dá sempre pelo desdobramento entre objetivos e ações estratégicas.

Assim, como um dos planos setoriais previstos na quarta fase, o Planejamento Estratégico da SG para o período de 2017 a 2019 decorre das Ações Estratégicas de Defesa definidas na Estratégia Setorial de Defesa (ESD), aprovada pela Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 07/12/2015, conforme o anexo 5, ou seja, cada Objetivo da Secretaria-Geral (OSG) citado no subitem 2.1.1.3 resulta da aglutinação de Ações Setoriais de Defesa comuns e vinculadas à missão da SG, resultando em um encadeamento completo.

VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

O Plano Estratégico da ESG tem por base a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de defesa (END), o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a legislação vigente, da qual destacam-se o Decreto nº 7.274, de 25 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política de Ensino de Defesa (PEnsD), e a Portaria Normativa nº 24/MD, de 8 de janeiro de 2015, que aprova a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED), no âmbito do Ministério da Defesa.

A ESG possui como missão, prevista no Plano Estratégico, “desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento”, que tem como amparo legal a sua lei de criação.

De forma complementar, a ESG possui ainda Planos Estratégicos Setoriais e Planos Diretores Setoriais elaborados conforme orientado no PLANESG.

Com a finalidade de cumprir as metas e as ações estabelecidas nesses Planos, a ESG, como instituição de ensino de altos estudos no país, realizou o planejamento, a execução e o controle das atividades através do seu Plano de Trabalho da Unidade Gestora, para o exercício de 2017.

2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1 OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

A Política de Defesa Nacional está consubstanciada no Plano Plurianual 2016-2019, por meio do Programa 2058 - Defesa Nacional, coordenado pelo Ministério da Defesa e executado pelas unidades da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), do Estado Maior-Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos Militares.

O Ministério da Defesa, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm), do Comando da Marinha, coordena também o programa multissetorial 2046 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica, do qual participam os Ministérios de Minas e Energia; do Meio Ambiente; da Educação; e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

Além disso, o Ministério da Defesa contribui com a implementação de outras políticas públicas, sendo responsável pela execução de uma meta e de uma iniciativa do Programa 2050 - Mudança do Clima; de uma iniciativa vinculada ao Programa 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres; e de uma iniciativa do Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: promoção da igualdade e enfrentamento da violência.

Nesse contexto, este capítulo apresenta o desempenho dos Programas Temáticos coordenados pelo MD, abordando seus principais resultados, mediante a avaliação da evolução de seus objetivos, metas e indicadores. Também serão apresentadas informações relativas e ao desempenho orçamentário das ações dos Programas Temáticos, no exercício de 2017.

PROGRAMA 2058 – DEFESA NACIONAL

A Política de Defesa de um país determina a capacidade estatal de oferecer proteção ao seu povo e de garantir a não ingerência externa em seu território. Na Política Nacional de Defesa (PND), a Defesa Nacional é conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

A Política de Defesa Nacional está inserida no Plano Plurianual 2016-2019 por meio do Programa Temático 2058 – Defesa Nacional, composto por objetivos, metas e iniciativas que se materializam pela ação integrada do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, dos Comando Militares e das demais unidades que integram a Administração Central do Ministério da Defesa (MD). Esse Programa está alinhado à Diretriz Estratégica do Governo Federal de garantir a defesa nacional e a integridade territorial; promover a defesa da paz, dos direitos humanos; e de cooperação com as nações.

A principal estratégia adotada para a evolução da Política de Defesa é a implementação de medidas que visam à elevação do poder de dissuasão do Estado Brasileiro e da capacidade operativa das Forças Armadas, condições obtidas por meio do adestramento das tropas; da capacitação dos profissionais de defesa; do aparelhamento das Forças Armadas; do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa; da melhoria da infraestrutura das organizações militares; do desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial; e do aperfeiçoamento dos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA DEFESA NACIONAL EM 2017

Os avanços mais expressivos do Programa Defesa Nacional inerentes ao aparelhamento das Forças Armadas estão associados ao recebimento de equipamentos bélicos, a exemplo das 53 viaturas blindadas do Projeto Guarani; de quatro aeronaves do Projeto HX-BR; e de uma do Projeto AM-X. Além disso foi realizado o primeiro voo do protótipo sueco do projeto de aquisição de aeronaves de caça – FX-2.

Na área das comunicações estratégicas, destaca-se o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), em maio de 2017. A operação desse satélite ampliará a segurança das comunicações militares.

Relativamente ao monitoramento do espaço terrestre, importa mencionar que o projeto piloto de implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), no Mato Grosso do Sul, alcançou 74%, condição que já fortalece a capacidade de monitoramento de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre.

No tocante ao desenvolvimento tecnológico, vinculado à Base Industrial de Defesa, em 2017 foi concluída a última fase de detalhamento e certificação, assim como realizadas campanhas de ensaios em voo, do Projeto de desenvolvimento de aeronave de transporte militar KC-X.

EVOLUÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS DO PROGRAMA 2058

OBJETIVO 0554 - PROMOVER A MULTILATERALIDADE NA ÁREA DE DEFESA COM PAÍSES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 0554

O MD fomenta a projeção do País no cenário internacional na área de defesa, assim como promove os interesses brasileiros em fóruns internacionais relacionados às questões estratégicas do setor.

Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões, no biênio 2016-2017, com Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos da América, França, Guatemala, Índia, Mauritânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia. Nesses encontros buscou-se estabelecer ou incrementar parcerias estratégicas na área de defesa, identificar possibilidades de desenvolvimento de ações conjuntas no setor de defesa e fortalecer a base industrial de defesa.

Em 2017, foi assinado Acordo de Cooperação em Defesa com a Indonésia, o qual contemplou o intercâmbio de delegações de alto escalão civis e militares; o desenvolvimento de recursos humanos por meio do ensino e do treinamento; e o aumento da cooperação da indústria de defesa de interesse mútuo.

No âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), representantes do MD desenvolveram atividades contempladas nos Planos de Ação 2017 do CDS; participaram do Fórum Permanente dos Países do CDS sobre catalogação; do IV Seminário Internacional de Catalogação e de eventos de capacitação versando sobre direito internacional humanitário; geopolítica dos recursos naturais; e biodiversidade na América do Sul.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 0554

META: 04EU - COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO NA ÁREA DE DEFESA, COM PAÍSES E ORGANISMOS MULTILATERAIS COMO FORMA DE CONTRIBUIR PARA A PAZ, SEGURANÇA E ESTABILIDADE REGIONAL E INTERNACIONAL.

Em 2016 e 2017, o MD buscou contribuir para a projeção do Brasil no cenário internacional, por meio de atividades de cooperação e intercâmbio na área de defesa com Forças Armadas estrangeiras e organismos multilaterais.

No tocante à cooperação internacional, merecem destaque as capacitações de militares em cursos ministrados pelas Forças Singulares realizadas com a Bolívia, Guiana, Guiné-Bissau, Moçambique, Paraguai, São Tomé e Príncipe, Senegal, Suriname Timor Leste e Cabo Verde.

Quanto ao intercâmbio na área de Defesa, o MD participou da Conferência Ministerial sobre Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, no Canadá; Cursos de Estratégia e Políticas de Defesa e de Política de Defesa e Ameaças Complexas, ambos no Centro Hemisférico de Estudos de Defesa (CHDS), nos Estados Unidos da América, e da IV Jornada de Estudos Estratégicos, em Brasília.

Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões, no biênio 2016–2017, com Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos da América, França, Guatemala, Índia, Mauritânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia, com o propósito de estabelecer ou incrementar parcerias estratégicas, assim como de identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa.

Com essas realizações considera-se que a meta tem andamento adequado.

META 04EV - CELEBRAR E RATIFICAR ACORDOS DE COOPERAÇÃO E MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO NA ÁREA DE DEFESA COM PAÍSES DE INTERESSE ESTRATÉGICO BRASILEIRO, COMO INSTRUMENTO DA DEFESA NACIONAL.

O Ministério da Defesa (MD), em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, vem realizando negociações com diversos países com finalidade de celebrar Acordo-Quadro sobre Cooperação no domínio da Defesa. O modelo adotado visa estabelecer as condições gerais e os princípios norteadores da Defesa Nacional, especialmente nas áreas de capacitação militar; apoio à população civil; e indústria de defesa, procurando agregar conhecimentos de tecnologia de ponta; facilitar o estabelecimento de novas parcerias e ampliar mercados.

Para o efetivo cumprimento da meta até o final do PPA há necessidade de articulação entre os países com os quais o Brasil pretende estabelecer acordos de cooperação em matéria de defesa.

META: 04SK - IMPLEMENTAR AS ATIVIDADES DA ESCOLA SUL-AMERICANA DE DEFESA (ESUD)

Em 2017 foram definidas as prioridades para a cooperação entre os países membros da UNASUL em matéria de defesa e segurança regional; criados bancos de dados sobre cursos, material didático, talentos e competências dos institutos nacionais; definidos os temas de teses e dissertações.

Também foi ampliada a oferta de cursos de Especialização na área de Segurança e Defesa e Pensamento Estratégico de Defesa, na modalidade à distância, por meio de plataforma de internet (http://esude-cds.unasursg.org/index.php). Dessa forma, a meta encontra-se com andamento adequado.

OBJETIVO 1113 - DISPOR DE RECURSOS HUMANOS CIVIS E MILITARES CAPAZES DE CUMPRIR COM AS AÇÕES NECESSÁRIAS À DEFESA NACIONAL

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 1113

No que se refere à dimensão humana, são tratadas como prioritárias as ações de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores civis e dos militares, assim como os projetos de adequação e de racionalização dos efetivos militares.

Nos dois primeiros anos do Plano Plurianual 2016-2017, foram capacitados 7.765 servidores civis da Administração Central do Ministério da Defesa, do Censipam, da Escola Superior de Guerra, do Hospital das Forças Armadas e dos Comandos Militares, sendo 2.387 em 2017.

Importante aliada do Ministério da Defesa na formação de servidores civis e militares, a Escola Superior de Guerra (ESG), ao longo de 2016 e 2017 preparou recursos humanos para o cumprimento das ações necessárias à Segurança e à Defesa Nacionais. Nesse sentido, ministrou, dentre outros, o Curso de Altos Estudos de Políticas e Estratégias (CAEPE), o Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE) e o Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE).

Ainda em 2017, a ESG iniciou o Curso de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa, cujo perfil discente constitui-se por bacharéis de diferentes áreas, que pretendem desenvolver pesquisas na área de defesa.

No âmbito da Administração Central foram ministrados cursos sobre licitações e contratos; termo de execução descentralizada (TED); análise e melhoria de processos; fiscalização e acompanhamento de convênios; gerenciamento de projetos, dentre outros.

Em 2017 o Exército Brasileiro promoveu cursos voltados à formação, ao aperfeiçoamento e aos altos estudos militares. Também realizou cursos de especialização e de extensão e implementou atividades relacionadas diretamente às práticas educacionais e de pesquisa.

No âmbito do Comando da Marinha, as ações empreendidas em 2017 possibilitaram a formação e a capacitação de militares e servidores civis para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional. As capacitações contemplaram diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação.

Os cursos presenciais envolveram alunos das instituições de ensino da Marinha do Brasil e de outros estabelecimentos não pertencentes à Força. Também foram realizados 98 cursos na modalidade de ensino à distância sem descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina.

No Comando da Aeronáutica foram capacitados militares nos cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais; de Comando e Estado-Maior; de Altos Estudos de Política e Estratégia; de Aperfeiçoamento de Sargentos; e de Graduação em Engenharia.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 1113

META 04FO - FORMAR E CAPACITAR 60.000 MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

A meta prevista ao final do quadriênio 2016-2019 é formar e capacitar 60.000 militares do Exército Brasileiro (EB), o que significa uma média anual de15.000. No ano de 2017 foram capacitados 18.013 militares, perfazendo um total acumulado de 34.028, correspondente a 56,7% do planejado para o quadriênio.

A despeito das restrições orçamentárias o EB atendeu a maior parte das necessidades dos 113 estabelecimentos de ensino e das Organizações Militares, em virtude das medidas de racionalização das atividades previstas para os diversos cursos e estágios. Com essas medidas de gestão a meta está com o andamento adequado.

META 04FP - ALTERAR A COMPOSIÇÃO DO QUANTITATIVO DE OFICIAIS TEMPORÁRIOS DA FAB DE 40% PARA 44%.

Busca-se com essa meta o aumento da parcela de oficiais temporários em relação aos oficiais de carreira, agregando-se, assim um conjunto de conhecimentos e habilidades profissionais que atendam às demandas momentâneas e específicas da FAB, que não são obtidas pela formação do pessoal nas suas próprias escolas.

No primeiro semestre de 2015, a Força Aérea Brasileira (FAB) planejou a alteração da proporção de oficiais temporários de 40% para 44% no quadriênio 2016-2019, já considerando os ingressos de oficiais temporários previstos para o final de 2015, que não aconteceram. Por esse motivo Comando da Aeronáutica solicitou à Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (SEPLAN), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) mudança na descrição da meta para: “alterar a composição do quantitativo de oficiais temporários da FAB de 37,1% para 38,6%”. Entretanto, esse pleito não foi atendido, tendo em vista que na revisão do PPA em 2017, o MP permitiu alterações nas metas quantitativas somente nos casos em que os valores alocados nas Leis Orçamentárias Anuais de 2016 e 2017 fossem inferiores aos referenciais monetários do Plano Plurianual desses mesmos exercícios.

Em decorrência da realização de dois processos de convocação, no decorrer de 2017, houve um acréscimo de 2,8% na meta, elevando o percentual de oficiais temporários para 39,90%.

Para alcançar o percentual previsto no Plano, são necessárias medidas com vistas à adequação do quadro de pessoal; à avaliação da estratégia da política pública e, se for o caso, à compatibilização da meta física com a programação orçamentária e financeira do Comando.

META 04FQ - FORMAR E CAPACITAR 54.000 MILITARES DA MARINHA

Em 2017 o Comando da Marinha realizou cursos de capacitação que propiciaram o aprimoramento profissional de servidores civis e militares, no âmbito gerencial e operacional, em temas de interesse da Marinha do Brasil, dentre os quais se destacam o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores e Oficiais Intermediários; o Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia; além de cursos de formação e de especialização e expeditos.

As ações empreendidas possibilitaram a formação e a capacitação de 23.295 militares envolvidos em atividades de natureza técnico-profissional, perfazendo um total acumulado de 40.319 militares treinados. Tal capacitação contemplou diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação. Com esse total de militares formados e capacitados até 2017, considera-se a meta com o andamento adequado.

META 04FR - CAPACITAR 8.000 SERVIDORES CIVIS EM ÁREAS DE INTERESSE DA DEFESA, EM INSTITUIÇÕES DE QUALIDADE RECONHECIDA.

Em 2017 foram capacitados 2.387 servidores da Administração Central do Ministério da Defesa, do Censipam, da Escola Superior de Guerra, do Hospital das Forças Armadas e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Nos dois primeiros anos do PPA foram capacitados 7.765 servidores em Curso de Altos Estudos de Políticas e Estratégias; Cursos Superiores de Política e Estratégia; e Curso e Inteligência Estratégica. No plano operacional foram realizadas ações de capacitação, dentre as quais destacam Licitações e Contratos; Termo de Execução Descentralizada; Análise e Melhoria de Processos; Fiscalização e Acompanhamento de Convênios; e Gerenciamento de Projetos.

META 04S8 - ALTERAR A COMPOSIÇÃO DO QUANTITATIVO DE GRADUADOS TEMPORÁRIOS DA FAB DE 10% PARA 23%.

De forma semelhante com o que ocorreu com os quadros de oficiais, a Força Aérea Brasileira (FAB) havia planejado, ainda no primeiro semestre de 2015, um aumento na proporção de graduados temporários em relação aos de carreira, para o quadriênio 2016-2019, com a finalidade de diminuir os gastos com o pagamento de inativos e pensionistas, já que tais profissionais seriam convocados para servir por um período máximo de oito anos, além da vantagem de já ingressarem com capacidades técnicas específicas, não providas pela Escola de Especialistas da Aeronáutica.

Todavia, na definição do percentual da meta levou-se em consideração, na base de cálculo, a quantidade de graduados temporários que ingressariam na Força em 2015, fato que não ocorreu devido ao cancelamento de novas contratações naquele ano. Por esse motivo, o Comando da Aeronáutica solicitou ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) a mudança da redação da meta para: **"Alterar a composição do quantitativo de graduados temporários da FAB de 7 para 7,5%"**. Contudo, a solicitação não foi atendida por não cumprir os requisitos exigidos pelo MP para revisão das metas do PPA.

No exercício de 2017, o índice de alteração da composição do quantitativo de graduados temporários da FAB atingiu 6,8%. Considerando o quadro de restrição orçamentária, será necessária a adoção de medidas com vistas à adequação do quadro de pessoal; à avaliação da estratégia da política pública; e, se for o caso, à revisão da meta física.

OBJETIVO 1114 – ELEVAR A CAPACIDADE OPERATIVA DAS FORÇAS ARMADAS POR MEIO DA SUA CAPACITAÇÃO, ADESTRAMENTO E PRONTIDÃO LOGÍSTICA.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 1114

No que concerne ao adestramento, em 2017, as Forças Armadas realizaram exercícios específicos, assim como participaram de atividades e operações que contribuíram para a melhoria do nível de prontidão e preparo dos efetivos. Nesse sentido, merecem destaque os exercícios singulares básicos e avançados; os exercícios combinados com países de nações amigas; as atividades de instrução militar; e as operações militares.

Como eventos relevantes menciona-se a implementação dos novos centros de adestramento do Exército Brasileiro (CA-Leste e CA-Sul), os quais possibilitaram maior capacidade de realização de exercícios de adestramento, e a criação de uma nova sistemática de treinamento de tropas nos Comandos Militares Regionais.

A elevação da capacidade operativa dos meios e efetivos do Comando do Exército compreende, também, o Serviço Militar. Em 2017, foram alistados 1.479.514 jovens, sendo que desses 93.192 foram efetivamente incorporados às três Forças Armadas.

No que diz respeito ao adestramento, foram realizadas no âmbito do Comando da Aeronáutica, a Operação Ostium, destinada ao reforço da vigilância do espaço aéreo sobre a fronteira do Brasil nas regiões Sul e Centro Oeste; e as Operações Guarani e Caxiri, que tiveram como plataforma de apoio a aeronave KC-390.

Outro instrumento de adestramento das Forças Armadas são as Operações Ágata, as quais consistem em ações repressivas e de apoio, tais como bloqueios de estradas; patrulhamento naval e terrestre; controle do espaço aéreo; fiscalização aduaneira; e ações cívico-sociais em apoio à população fronteiriça.

Ainda no que tange ao adestramento das Forças Armadas, releva mencionar a participação das Forças Armadas em Missões de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e no Líbano, as quais contribuíram para o desenvolvimento da doutrina e aprestamento da Força Naval.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 1114

META 04EW - APRIMORAR E PROMOVER O TREINAMENTO ANUAL DE 80,1% DO EFETIVO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO EXÉRCITO.

As missões atribuídas ao Exército Brasileiro relativas às Operações Conjuntas; Operações na Faixa de Fronteira; e Operação Pipa do Nordeste foram cumpridas, em razão dos aportes de recursos que possibilitaram o treinamento dos integrantes da Força Terrestre.

Em 2017 o Comando do Exército capacitou 80% dos seus efetivos, resultado bem próximo ao planejado para o exercício.

META 04F2 - ALCANÇAR ÍNDICE DE 65% DOS MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA DO BRASIL NA CONDIÇÃO "PRONTO PARA OPERAR".

A condição operativa dos meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais é sustentada pela execução do Programa Geral de Manutenção. Em 2017 foram priorizadas as manutenções do Navio-Escola Brasil; Navio-Veleiro Cisne Branco; das Fragatas Defensora, Liberal, Independência e União; das Corvetas Júlio de Noronha e Barroso; e do Navio-Tanque Almirante Gastão Motta.

Ao final de 2017, o Índice de Operacionalidade dos Meios da Marinha alcançou 47%, o que sinaliza que a meta está com o andamento adequado.

META 04F3 - REDUZIR O PERÍODO MÉDIO ENTRE TREINAMENTOS EM SIMULADOR DE VOO DAS TRIPULAÇÕES OPERACIONAIS DE 30 PARA 24 MESES.

Devido ao alto custo dos treinamentos da tripulação em voos convencionais, foi adotado pela FAB, a partir de 2016, o modelo de treinamento em simulador, tanto no Brasil como no exterior. Além da vantagem da redução de custos, esse novo sistema também reduz os riscos de incidentes aéreos, proporcionando uma maior segurança nesses eventos.

Com a implantação desse novo modelo, o período médio de treinamento das tripulações já atingiu os 24 meses almejados para o final de 2019, portanto a meta traçada para o quadriênio já foi atingida.

OBJETIVO 1116 - ADEQUAR A INFRAESTRUTURA E A DISTRIBUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATUAÇÃO E MOBILIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 1116

No que diz respeito à adequação de infraestrutura e à distribuição das instalações de organizações militares, em 2017, foram adotadas diversas ações, pelos Comandos Militares e pelo Programa Calha Norte, as quais contribuíram para a ampliação da capacidade de atuação e mobilidades das Forças Armadas.

Nesse sentido, destaca-se o Projeto Sentinela da Pátria, destinado à adequação e ao aperfeiçoamento de instalações militares, por meio do qual foram construídas e adequadas as instalações do 6º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), em Salvador/BA, e do 11º BPE, no Rio de Janeiro/RJ.

No tocante às obras de infraestruturas nas organizações militares da Força Terrestre, cabe mencionar a adequação dos prédios da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, em Manaus/AM; do Pavilhão Hangar no 3º Batalhão de Aviação do Exército, em Campo Grande/MS; do acesso à Base Logística no Comando da 1ª Divisão de Exército, no Rio de Janeiro/RJ; e do galpão de depósito da ponte Logistic Support Bridge (LSB), no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, em Aquidauana/MS.

No que se refere às organizações militares do Comando da Aeronáutica, no biênio 2016 e 2017, o foco foi a adaptação e a adequação da infraestrutura das instalações, notadamente as reformas, reparos e construções realizadas em 24 organizações militares em 2016 e em 14 no decorrer de 2017.

Com relação à adequação da infraestrutura das organizações militares terrestres da Marinha, as principais obras realizadas em 2017 foram a construção do prédio para apoio às pesquisas, no Instituto de Estudos do Mar, em Arraial do Cabo/RJ; a reforma do alojamento para a tripulação da Agência de Bom Jesus da Lapa, na Bahia; das instalações da Escola Naval, no Rio de Janeiro/RJ; e das instalações do Comando do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro/RJ; assim como a modernização do parque de informática da Capitania dos Portos do Amapá, em Santana/AP.

No contexto do Programa Calha Norte (PCN), foram concluídas as obras de recuperação total das instalações do 5º Pelotão Especial de Fronteira, do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (5ºPEF/5ºBIS), em Maturacá/AM; a reforma dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) nas Vilas Navais de Manaus; o reforço estrutural dos blocos residenciais da Vila 14 Bis, em Manaus/AM. Além disso, foram adquiridas novas embarcações, motores de popa e equipamentos modernos de comunicações e de navegação;

manutenção de navios e embarcações para controle e segurança do tráfego fluvial; e a realizados de serviços de manutenção de aeronaves em proveito das atividades do PCN.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 1116

META 04FC - AUMENTAR DE 75% PARA 80% A ADEQUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES FORA DA AMAZÔNIA

Em 2017, foram realizadas diversas ações voltadas à modernização, à racionalização e à redistribuição de organizações militares no território nacional, destacando-se a adequação de instalações para a implantação do 11º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro/RJ, no aquartelamento do 31º Grupo de Artilharia de Campanha; o prosseguimento da implantação do 6º Batalhão de Polícia do Exército em Salvador/BA, com 80% das obras concluídas; e a adequação de instalações para a implantação do Batalhão de Manutenção e Suprimento Antiaéreo, em Osasco/SP.

Além disso, tiveram prosseguimento a construção e adequação das instalações da 6ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada , em Santa Maria/RS; da 11ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada, em Rio Negro/PR, as quais receberam viaturas blindadas Gepard; das instalações do Comando de Operações Especiais, em Goiânia/GO, e do Comando de Aviação do Exército, em Taubaté/SP, contribuindo com a ampliação da capacidade operacional e da mobilidade estratégica das Grandes Unidades da Força de Emprego Estratégico.

Ainda em 2017, o EB deu prosseguimento à implantação do 5º Regimento de Carros de Combate (RCC), em Rio Negro/PR, e do 3º Regimento de Carros de Combate, em Ponta Grossa/PR, os quais receberam as viaturas blindadas Leopard, com previsão de conclusão para 2022.

Dentre os principais desafios enfrentados para a execução da meta, observou-se a demora na liberação dos recursos financeiros para pagamento das etapas liquidadas, prejudicando o ritmo das obras e gerando dificuldades junto às empresas contratadas. A despeito dessas dificuldades, ao final de 2017 a meta já havia sido cumprida na integralidade.

META 04FD - MODERNIZAR OU REVITALIZAR 15% DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES DA MARINHA

Com relação à adequação da infraestrutura das Organizações Militares terrestres da Marinha, destaca-se a construção do prédio para apoio às pesquisas, no Instituto de Estudos do Mar “Almirante Paulo Moreira”, em Arraial do Cabo/RJ; as reformas do alojamento para a tripulação da Agência de Bom Jesus da Lapa, na Bahia; das instalações do Colégio Naval, em Angra dos Reis/RJ; da Escola Naval, no Rio de Janeiro/RJ; e das instalações do Comando do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro/RJ.

Também merecem destaque a modernização dos parques de informática da Capitania dos Portos do Amapá, em Santana/AP; do Grupo de Atendimento ao Público da Capitania Fluvial de Tabatinga, no Amazonas/AM; assim como das instalações do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, no Rio de Janeiro/RJ.

As atividades foram realizadas conforme as prioridades e as disponibilidades financeiras do exercício, por isso considera-se que a meta está com o andamento adequado, tendo atingido 7,52% de realização.

META 04F8 - AUMENTAR DE 50% PARA 60% A ADEQUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES NA AMAZÔNIA

Com o propósito de implementar a estratégia da dissuasão e da presença na Região Amazônica, o Exército Brasileiro (EB) implanta, reestrutura, adequa e transforma Organizações Militares nesta área.

O Programa Amazônia Protegida realizou obras para atender o Comando Militar da Amazônia, tais como a implantação do 1º Batalhão de Comunicações de Selva, do 7º Batalhão de Polícia do Exército e do 12º Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva. No Comando Militar do Norte foi implantada a 22ª Brigada de Infantaria de Selva.

O EB deu prosseguimento à instalação de planta de energia solar, no Pelotão Especial de Fronteira de Tunuí/AM, e deverá iniciar nova planta solar em Tiriós/PA. Onze estações de tratamento de água foram instaladas nos Pelotões de Fronteira, adequando o suprimento de água às necessidades das organizações militares.

Foi realizada a adequação de 70% do Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar, aprimorando o apoio logístico do Comando Militar da Amazônia. Também teve início a construção do Depósito Multiclasses no 23º Batalhão Logístico de Selva, com 25% concluída, o que dará maior capacidade logística ao Comando Militar do Norte.

Com essas realizações, a meta de 60% de adequação das Organizações Militares na Amazônia foi atingida já em 2017.

META 04FE - CONCLUIR A CONSTRUÇÃO DE UM HANGAR PARA A AERONAVE KC-390

O Comando da Aeronáutica (COMAER) tem mantido o investimento no Projeto de Desenvolvimento do KC-390, pois entende que essa aeronave é vital para elevar a capacidade operativa da Força Aérea e a mobilidade das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

O cenário econômico brasileiro desfavorável impôs fortes restrições aos investimentos inicialmente previstos para 2016 e 2017, o que obrigou o COMAER a optar por manter a sua capacidade operacional em detrimento da aplicação de recursos em novas construções, provocando o adiamento do início da construção do hangar do KC-390.

Não obstante as dificuldades de ordem orçamentária, o COMAER prosseguiu em 2017 com os estudos e projetos relativos ao novo hangar. Tão logo haja a conclusão do Projeto, com seus custos e cronograma de construção adaptados à realidade econômica, será iniciada a obra de construção, prevista para o 2º semestre de 2018, com a expectativa de conclusão dentro do período de vigência do PPA.

Para que a meta seja efetivamente cumprida em 2019, há necessidade de adoção de medidas de gestão; a articulação dos atores envolvidos, assim como a compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e a meta física

OBJETIVO 1119 - DESENVOLVER E ELEVAR CAPACIDADES NAS ÁREAS ESTRATÉGICAS DA CIBERNÉTICA, NUCLEAR, ESPACIAL E NAS ÁREAS DE COMUNICAÇÕES, COMANDO E CONTROLE, INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 1119

O domínio das mais variadas tecnologias tornou-se fator determinante no desenvolvimento e soberania das nações. Os combates modernos têm se caracterizado pelo uso maciço de tecnologias e capacidades relacionadas às áreas das comunicações militares, inteligência, cibernética, espacial e nuclear.

No campo das comunicações estratégicas prosseguiu-se com o desenvolvimento de sistemas corporativos voltados à gestão e às operações militares e foram implementadas novas funcionalidades nos sistemas de comando e controle. Esses Sistemas foram empregados com sucesso em diversas operações militares em 2017, tais como Ágata, Alta Pressão V, Paraná, Iguaçu, Laçador, Ametista e Ciclone, dentre outras.

No que diz respeito às comunicações militares, voltadas ao Comando e Controle, até o ano de 2017, foram desenvolvidos vários módulos do equipamento do Sistema de Rádio Definido por Software (RDS), a exemplo da Plataforma Operacional e do Módulo de Processamento, Controle de Conversão Digital-Analógico.

Com relação à segurança da informação, nas redes de comunicação do Governo Federal, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) apoiou os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta no monitoramento, detecção, análise e, quando necessário, tratamento aos incidentes de segurança ocorridos em suas redes de computadores.

No que concerne à Defesa Cibernética, cabe destacar, em 2017, a implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional e a ativação do Comando de Defesa Cibernética (CDCiber) e do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética.

Na área Espacial, o Comando da Aeronáutica (COMAER) aprovou o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), o qual estabelece a estratégia de implantação dos subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (duais, militar e civil), respeitadas as peculiaridades de cada sistema.

Em decorrência da aprovação do Pese, foi ativado o Centro de Operações Espaciais (Cope), em 2017, com a missão institucional de controlar e empregar sistemas espaciais de interesse do MD. Atualmente, o Cope está operando o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

Quanto às realizações da Área Nuclear, foram observados avanços nas obras civis dos prédios e da infraestrutura que compõem o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), em Aramar/SP.

Estão em andamento a qualificação dos processos especiais de fabricação do combustível do Labgene; a montagem eletromecânica do compartimento das turbinas e geradores elétricos; o Projeto do vaso e estruturas internas da contenção e do tanque de blindagem primária do reator nuclear do Labgene; e a aquisição dos componentes para instalação da seção de controle do Laboratório.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 1119

META 04FG - IMPLANTAR 8 % DO PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL

Em 2017, as restrições orçamentárias acarretaram atrasos significativos no desenvolvimento do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional. Com os recursos recebidos foi possível realizar ações esparsas, as quais permitiram 1% de crescimento do Programa em 2017, totalizando 2% no biênio 2016 e 2017.

Vale mencionar as seguintes realizações em 2017: parceria com a Fundação Parque Tecnológica de Itaipu (FPTI) para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à segurança cibernética de infraestruturas críticas; participação no Exercício Ibero-Americano de Defesa Cibernética; realização do 2º Estágio Internacional de Defesa Cibernética; atualização de ativos de TI das Forças, com vistas à Defesa Cibernética; e contratação de cursos de capacitação, em instituições nacionais e internacionais, que atenderam as três Forças Armadas.

Para que a meta seja cumprida até o final do plano faz-se necessário compatibilizar a programação orçamentária e financeira à meta física definida, ou seja, alocar recursos que permitam a continuidade da implementação do Programa de Defesa Cibernética, ou rever o percentual previsto para o período.

META 04FH - ALCANÇAR 50% DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO

Em 2017 foram implementadas novas funcionalidades nos sistemas de comando e controle Pacificador, Gerenciador do Campo de Batalha e C2 do Centro de Operações, tais como como chat, transmissão de vídeo, otimizações de desempenho, integração com sistemas de armas, ampliação do uso de geoinformação e melhoria de usabilidade. Houve, ainda, a aquisição de equipamentos de C2 para os Blindados (Rádios, Intercomunicados voz/IP e Telefones Externos), de equipamentos para os Módulos de Telemática Operacionais (Rádios e Roteadores) e de rádios para as Organizações Militares Operacionais.

Um dos fatores que podem facilitar o alcance da meta é a existência de um Projeto de software da Família de Aplicativos C2 para a Força Terrestre, cuja finalidade é prover o órgão de uma família de sistemas aplicativos, interoperáveis e multiplataforma, dentro do escopo do Programa Estratégico Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A modernização do Sistema de C2 é de difícil mensuração, na medida em que este deve estar em constante evolução. Para isso, faz-se necessário o aporte regular de recursos. Dessa forma, caso não haja investimentos, ou, haja aportes insuficientes no Sistema, há risco de comprometimento de todo o Projeto.

Em 2017 a meta alcançou o percentual acumulado de 43%, em razão da implementação de novas funcionalidades nos sistemas de C2 Pacificador e Gerenciador do Campo de Batalha, portanto o seu andamento é considerado adequado.

META 04FI - AMPLIAR E MODERNIZAR OS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE DETECÇÃO, ANÁLISE E DESCONTAMINAÇÃO QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR

Em 2007, na oportunidade da realização dos Jogos Pan-americanos, foi adquirido o Sistema de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (SisDQBRN), também utilizado nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no ano de 2016. Durante esse período o Exército Brasileiro vem investindo na ampliação e modernização de equipamentos, assim como na manutenção do SisDQBRN. Além disso, tem buscado o aprimoramento de recursos humanos que atuam nessas atividades.

A Meta 04FI necessita de Adoção de medidas de gestão para que seja cumprida, notadamente o aporte integral de recursos financeiros solicitados.

META 04FK - INTEGRAR O SISTEMA DE RÁDIO DEFINIDO POR SOFTWARE (RDS - DEFESA) COM OS DEMAIS SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS

Em 2017, o Projeto RDS implementou com sucesso a execução simultânea de duas formas de onda (uma em FM e outra digital) na Plataforma Nacional, a integração com formas de onda instaladas em equipamentos rádio comerciais na faixa de alta frequência (HF), e iniciou as pesquisas para a implementação de formas de onda de altas taxas.

Além disso, a equipe executora do Projeto RDS promoveu o Desafio SBrT'2017 de comunicações digitais para aplicações militares, no XXXV Simpósio Brasileiro de Telecomunicações e Processamento de Sinais, em São Pedro – SP, no mês de setembro de 2017 e também apresentou dois trabalhos científicos em congressos internacionais para os principais fabricantes de RDS nas duas edições anuais do Wireless Innovation Forum – no mês de maio, em Oulu, Finlândia, e em novembro, na cidade de San Diego, Estados Unidos.

Com as realizações do biênio 2016 2017, considera-se que a meta está com a andamento adequado.

OBJETIVO 1121 - APARELHAR AS FORÇAS ARMADAS COM MEIOS E EQUIPAMENTOS MILITARES PARA A DEFESA NACIONAL

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 1121

Equipamentos modernos proporcionam às Forças Armadas as capacidades bélicas necessárias para transforma-las em efetivos instrumentos do poder militar e em elementos de dissuasão. O país necessita de Forças Armadas bem aparelhadas e prontas para resguardar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras.

No que diz respeito ao aparelhamento do Comando da Marinha, em 2017, foram concluídas as obras civis do Estaleiro de Construção de Submarino; os testes com carga e a homologação para funcionamento do elevador de navios; e o sistema de transferência do Estaleiro de Construção de Submarinos.

Em janeiro de 2017 foi concluído o Projeto Básico do Submarino com Propulsão Nuclear, do Programa de Desenvolvimento de Submarino (Prosub).

Houve também avanços significativos nas obras das instalações do Estaleiro de Manutenção de Submarinos e da Base Naval de apoio ao lançamento do primeiro submarino convencional, previsto para o terceiro trimestre de 2018.

Quanto ao Programa Estratégico do Exército Astros 2020, ressalta-se o prosseguimento, em 2017, do processo de aquisição de Viaturas na versão MK-6; da modernização das viaturas da versão MK3-M; do desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro, com alcance de até 300 km; do Foguete Guiado SS-40 G; e do Sistema Integrado de Simulação Astros (SIS-Astros).

Em relação ao Programa Estratégico Guarani, as principais realizações do ano foram a aquisição de 61 Viaturas Blindadas - VBTP-MR 6x6, perfazendo 96 unidades no biênio 2016-2017, o que corresponde ao percentual de 32,00% de execução da meta do período; e a construção/adaptação da infraestrutura de Organizações Militares que estão recebendo essas viaturas.

No âmbito do Comando da Aeronáutica, no que tange ao Projeto FX-2, ocorreu o primeiro voo do protótipo sueco em junho de 2017, marco inicial da campanha de ensaios da aeronave. A primeira aeronave brasileira encontra-se na linha de montagem, tendo seu voo inaugural previsto para 2019.

Por sua vez, o Projeto AM-X teve a entrega de uma aeronave no final do exercício e as duas primeiras aeronaves KC-390 estão programadas para 2018.

Quanto ao Projeto HX-BR foram recebidas quatro aeronaves: duas na versão operacional, uma para a Força Aérea e uma para o Exército Brasileiro e; duas na versão Básica Plus para a Marinha do Brasil.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 1121

META 04FZ - OBTER 300 VIATURAS DA NOVA FAMÍLIA DE BLINDADOS SOBRE RODAS

No decorrer de 2017 foram adquiridas 61 viaturas blindadas, que somadas às 35 adquiridas em 2016, totalizam 96 unidades adquiridas no período, representando 32% do total da meta.

Para 2018, a LOA para o Projeto Guarani teve um corte de 32% em relação ao estabelecido nos referenciais monetários do PPA. Dessa forma, caso a meta seja mantida, haverá uma necessidade maior de recursos em 2019, o que poderá comprometer a sua execução.

Para que a meta seja cumprida até 2109, devem ser adotadas medidas com vistas à compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e a meta definida.

META 04G0 - INCORPORAR 10 MEIOS NAVAIS, AERONAVAIS E DE FUZILEIROS NAVAIS

Vinculado ao Programa de Obtenção de Meios de Superfície, encontra-se em processo de obtenção três navios Rebocadores de Alto Mar, com previsão de incorporação para o primeiro trimestre de 2018.

Quanto ao Programa de Obtenção de Navios Anfíbios, foram recebidos em maio de 2017, os dois primeiros Carros Lagarta Anfíbios da empresa Marcosyscom, provenientes dos Estados Unidos da América.

Ao todo, foram incorporados à Marinha do Brasil, até 2017, quatro meios, de um total de dez unidades até o final do Plano. Com as incorporações realizadas até o momento, considera-se que a Meta tem andamento adequado.

Entre os fatores que contribuíram na execução da Meta, ressalta-se a aprovação do novo Plano Estratégico da Marinha, que tem por finalidade orientar o planejamento de médio e longo prazos, por meio de objetivos estratégicos organizados em uma cadeia de valor e de onde estão elencadas e priorizadas as principais metas vinculadas à aquisição e incorporação de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais.

META 04G1 - MODERNIZAR 15 MEIOS NAVAIS, AERONAVAIS E DE FUZILEIROS NAVAIS

Até 2017, foram modernizados cinco meios navais e aeronavais, sendo duas Aeronaves AH-11A (Super Lynx); uma unidade do Caça AF-1/1A Skyhawk; e os submarinos “Tupi” e “Tikuna”.

No que se refere à modernização das Aeronaves AH-11A (Super Lynx), foi realizado, em 2017, o primeiro voo do modelo que será utilizado para a certificação do Projeto, bem como para voos de qualificação e requalificação de pilotos.

No âmbito das aeronaves de asa fixa, foi entregue em 2017 uma unidade modernizada do caça AF-1/1A Skyhawk. Tal ação visa reduzir a defasagem tecnológica existente em termos de aviônicos e sensores instalados, estendendo a vida operacional das aeronaves até 2030.

Ainda em 2017, foram modernizados os sistemas de combate dos submarinos “Tupi” e “Tikuna”.

Com essas realizações, considera-se que a meta tem andamento adequado

META 04G2 - ADQUIRIR 22 AERONAVES MILITARES

De uma maneira geral, os projetos tiveram que se adequar às restrições orçamentárias que impuseram a diminuição do ritmo de execução.

Em junho de 2017 foi recebida a primeira aeronave SC-105, do projeto CLX-2, peças de reposição, equipamentos de apoio de solo, assim como realizado o treinamento dos tripulantes.

A linha de produção do KC-390 permitiu a execução de 59,07% da “Aeronave de Série Nº 1”; o que equivale à evolução de 1,94% de todo o Projeto. Além disso, estão sendo adquiridos os insumos para as outras unidades que serão produzidas na sequência.

Para o projeto I-X não havia previsão de recebimento de aeronaves para o exercício de 2017, entretanto outros itens do objeto do Contrato foram recebidos, como peças de reposição, equipamentos de apoio de solo e treinamentos de tripulantes.

Diante dos fatos mencionados, conclui-se que a meta necessita de medidas de gestão e da compatibilização entre a programação orçamentária e financeira, para que seja cumprida, ou poderá haver, ainda, necessidade de novo dimensionamento do percentual previsto.

META 04G4 - MODERNIZAR 17 AERONAVES MILITARES

No exercício de 2017, foi possível o delineamento concreto das metas estabelecidas pelos projetos A1-M, F5-M, P-3M e CP/95, com um orçamento compatibilizado com as reais necessidades destes projetos de modernização. As restrições orçamentárias dos dois últimos exercícios impactaram negativamente as atividades planejadas, contudo as gerências dos projetos estratégicos efetuaram medidas de gestão para o avançamento de seus respectivos projetos e, por conseguinte, da Meta 04G4 do PPA 2016-2019.

Dentre as realizações do período avaliado, pode-se destacar a revisão da meta física estabelecida para o Projeto A1-M em relação ao contrato original assinado em 2003, tendo sido todos os contratos relacionados à Meta aditivados. Esta ação permitiu a melhora na cadência de execução contratual tendo sido entregue uma aeronave A1-M, após três anos de execução reduzida.

No projeto F-5M foi entregue uma aeronave modernizada, em 2017, assim como houve avanço no pagamento de itens utilizados na modernização e na execução dos serviços de modernização dos aviões. Cabe ressaltar, que nos processos de modernização, o produto final – aeronave modernizada – quase sempre corresponde às últimas etapas contratuais previstas, não tanto por seu valor, mas sim pela finalização do conjunto de serviços para se atingir o produto final.

No projeto F-5M houve dificuldades no emprego de mão de obra especializada por parte da Contratada. A empresa Embraer necessitou alocar uma quantidade maior de funcionários na linha de montagem para atender à demanda de serviços de modernização dessas aeronaves. Entretanto, em novembro de 2017, foi iniciado o processo de recebimento provisório da segunda aeronave modernizada, FAB 4812.

Quanto ao Projeto P-3, foi recebido Pelo Comando da Aeronáutica a última aeronave do contrato de modernização de 2014 e foram concluídas em 2017 as últimas etapas contratuais pendentes.

Ao todo, foram modernizadas 12 aeronaves até 2017. Para isso foram realizadas readequações para mitigar os efeitos das restrições orçamentárias. Assim, há necessidade de adoção de medidas de gestão objetivando a compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da Meta.

META 04FY - IMPLANTAR 85% DO SISTEMA DE LANÇADORES MÚLTIPLOS DE FOGUETES ASTROS 2020

O Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes Astros 2020 consiste na aquisição e na modernização de Viaturas com alta tecnologia agregada, tais como: Viaturas de Comando e Controle, Unidade Controladora de Fogo, Lançadora Múltipla Universal, Viaturas Meteorológicas, Viaturas Remuniciadoras e Viaturas Oficina Mecânica e Eletrônica.

Em 2017, foram adquiridas duas novas Viaturas Controladoras de Fogo, na versão MK-6, e modernizadas doze unidades do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, sendo oito Lançadoras Múltiplas Universais e quatro Viaturas Remuniciadoras, na versão MK3-M. Com essas novas ações, a Meta atingiu 44% de execução nos dois primeiros anos do PPA e encontra-se com o andamento adequado.

META 04G3 - ATINGIR 44% DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DA AERONAVE CAÇA MULTIMISSÃO (F-X2)

O Projeto é composto por três contratos e um Acordo de Compensação, quais sejam: Contrato de Despesa nº003/DCTACO-PAC/2014; Contrato de Despesa 004/DCTA-COPAC/2014 – CLS; Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2015 – Armamento; e Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014 – Offset. Destina-se ao desenvolvimento e à aquisição de 36 aeronaves multiemprego. As primeiras aeronaves de série já começaram a ser produzidas.

Em 2017, destacam-se as seguintes realizações, no âmbito do Projeto: a finalização do Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen (Gripen Design Development Network); execução do primeiro voo do protótipo sueco; o desenvolvimento comum da aeronave Gripen NG e de itens exclusivos para a versão brasileira; e o início da linha de produção das aeronaves de série, suecas e brasileiras.

Com as realizações supracitadas, o Projeto atingiu 8,60% de execução em 2017 e poderá sofrer atrasos, em decorrência das restrições orçamentárias ocorridas em 2016 e 2017. Além disso, a variação cambial poderá pressionar ainda mais o cronograma de pagamentos.

A meta necessitará, para o seu efetivo cumprimento até o final do Plano, da adoção de medidas de gestão e da compatibilização entre a programação orçamentária e financeira com a meta física planejada.

OBJETIVO 1122 - PLANEJAR, PREPARAR E CONDUZIR OPERAÇÕES MILITARES NOS ÂMBITOS NACIONAL E INTERNACIONAL.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 1122

No decorrer de 2017 foram realizadas 201 operações militares na faixa de fronteira, com o objetivo de reduzir a incidência de crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado. Essas operações resultaram na inspeção de 176.742 veículos e três aeronaves; na apreensão de 170 embarcações, 48 armas, 820 munições; 14.178 quilos de drogas; e 2.750 quilos de explosivos.

Também realizadas no contexto Ágata, merecem destaque as Operações Ostium, destinadas ao policiamento do espaço aéreo contra alvos desconhecidos ou classificados como suspeitos. A primeira fase dessa Operação, que ocorreu nas cidades de Chapecó (SC), Corumbá (MS), Dourados (MS), Campo Grande (MS), Cascavel (PR) e Foz do Iguaçu (PR), teve caráter dissuasório.

No exercício Panamax, realizado em 2017, sob o comando do Chile, o Brasil atuou como subcomandante geral da Força Multinacional enquanto a Colômbia liderou o Componente de Comando de Operações de Forças Especiais, estabelecido na Base da Reserva da Força Aérea dos Estados Unidos da América, em Homestead, na Flórida.

No ano de 2017, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública, o Governo Federal determinou o estabelecimento de ações de apoio ao Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, com o emprego de tropa das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Ainda no exercício de 2017, os efetivos militares também atuaram nas Operações Varredura, por solicitação dos respectivos governadores, nos Estados de Rondônia, Amazonas, Roraima, Acre e Pará, em articulação com as Forças de Segurança Pública locais e com o apoio de agentes penitenciários, em revistas de estabelecimentos prisionais.

No âmbito internacional, ressalta-se, em 2016 e 2017, a participação de dois contingentes, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) e a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), esta última iniciada no ano de 2004 e encerrada no segundo semestre de 2017.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 1122

META 04G8 - REALIZAR 20 EXERCÍCIOS MILITARES CONJUNTOS

Visando dar prosseguimento ao cumprimento da Meta, foram realizadas, em 2017, as Operações Laçador 2017, na Região Sul, e a Operação Ágata. Vale ressaltar, também, a participação nos exercícios multinacionais Felino e Panamax.

No ano de 2017, o Programa de Proteção Integrado de Fronteiras passou a ser a principal ferramenta de contextualização das Operações Ágata, que sofreu uma grande mudança na sua concepção. Os objetivos principais destas ações pontuais são a redução do crime organizado e dos índices de criminalidade; a coordenação do planejamento e execução de operações militares, policiais e de controle aduaneiro; a cooperação com os países fronteiriços; a intensificação da presença das Forças Armadas, de Órgãos de Segurança Pública e da Receita Federal na faixa de fronteira; e o incremento do apoio à população residente nas áreas fronteiriças.

Destaca-se, também em 2017, a participação das Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), realizadas nos Estados do Rio Grande do Norte, Espirito Santo e Rio de Janeiro, todas visando ao reestabelecimento da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Até o exercício de 2017 foram executados oito exercícios militares, estando a meta com andamento adequado.

META 04G7 - INTEGRAR OS CENTROS PERMANENTES DE COMANDO E CONTROLE DAS FORÇAS ARMADAS.

Os enlaces de dados satelitais e terrestres entre os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas se mantiveram dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelos respectivos contratos em 2017, sem indisponibilidades que viessem a afetar e comprometer a qualidade dos serviços para os Comandos, dentre eles, os canais de comunicação em voz e dados.

Em relação ao intercâmbio de dados de interesse entre os Centros de C², o Projeto Inter C² é responsável por viabilizar a troca de dados entre os Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) do MD e das Forças Armadas. Ele é composto por um barramento lógico e por acopladores. Para os próximos anos, está prevista a conclusão do Projeto, com a entrega do acoplador para o SAD da Força Aérea e o acoplador para o SAD do Exército Brasileiro.

Em relação ao intercâmbio de imagens pelo Portal de Inteligência Operacional (PIOp), a disponibilidade foi plena, com excelente qualidade na troca de arquivos com até um Gigabit de dados. Acima deste valor, houve um decréscimo na qualidade do intercâmbio de imagens de satélite, requerendo uma ampliação da capacidade de armazenamento nos servidores e do meio de transmissão.

A integração dos Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas têm avançado conforme o planejamento estabelecido, estando, a meta com andamento adequado.

OBJETIVO 1123 - MONITORAR, CONTROLAR E DEFENDER O ESPAÇO TERRESTRE, AÉREO E AS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 1123

O monitoramento, o controle e a defesa do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras é atribuição finalísticas da Política de Defesa Nacional, desempenhadas pelos Comandos do Exército, Aeronáutica e Marinha, respectivamente.

No que se refere à Defesa Terrestre, o Exército Brasileiro tem como um dos principais instrumentos de atuação o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Em 2017, a prioridade do Comando do Exército foi avançar na implantação do Projeto Piloto do Sisfron, no Mato Grosso do Sul, tendo sido concluídas as obras de construção de dois Pelotões Especiais de Fronteira.

Em relação ao monitoramento e controle do espaço aéreo, cabe mencionar, em 2017, a modernização de cinco radares de terminal e as atividades de especificação e delineamento para a substituição de outros cinco radares nos anos de 2018 e 2019.

O monitoramento e a defesa das Águas Jurisdicionais Brasileiras tiveram como principal destaque, em 2017, a reestruturação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ), tendo sido priorizadas as áreas marítimas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 1123

META 04GC - IMPLANTAR 11% DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) NOS ESTADOS DO ACRE, MATO GROSSO, RONDÔNIA PARANÁ E SANTA CATARINA.

Ao final de 2017, o percentual acumulado de realização da Meta foi de 1,6%. Mantendo-se o ritmo de execução do Projeto, haverá dificuldades para que seja alcançada ao final deste PPA. A expectativa inicial foi frustrada devido às reduzidas disponibilidades orçamentárias anuais.

Cabe mencionar, que a implantação do Sisfron nos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina, dependerá, dentre outros fatores, da conclusão do Projeto Piloto, no Mato Grosso do Sul, para que possam ser definidas as 2ª e 3ª fases do Planejamento Estratégico do Sistema.

Para que a Meta seja cumprida até o final do Plano deverão ser adotadas medidas com vistas à compatibilização entre a programação orçamentária e financeira com a meta física.

META 04GD - IMPLANTAR 30 MÓDULOS DE DEFESA ANTIAÉREA DE ESTRUTURAS CIVIS CRÍTICAS - PROJETO DE DEFESA ANTIAÉREA DA FORÇA TERRESTRE

A Meta 04GD prevê a implantação de 30 módulos de defesa antiaérea de estruturas civis críticas. Até 2017 foram implantados 23 módulos completos, o que corresponde a 77% do planejado.

A conclusão da implantação do simulador do sistema Antiaéreo Gepard na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, no ano de 2017, permitiu a capacitação para a plena operação desse sistema. Dessa forma, o Programa concluiu a implantação de oito módulos de Seção Gepard, que haviam sido adquiridos em 2013.

Ademais, a aquisição de Postos de Tiro e simuladores do sistema antiaéreo RBS 70 permitiu a implementação de mais dez módulos de seção de mísseis, concorrendo para aproximar o atingimento da meta.

O Programa Estratégico do Exército de Defesa Antiaérea teve andamento adequado, em 2017 e vislumbra-se que a Meta será alcançada em 2019.

META 04GE - REALIZAR ANUALMENTE 100 OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.

Em 2017, a Marinha realizou 120 Operações e Patrulhas Navais nas Águas Jurisdicionais Brasileiras. As Operações Navais programadas foram executadas com a participação de outros órgãos como a Polícia Federal, Receita Federal e Ibama, tendo como resultado apreensão de psicotrópicos e outras cargas ilegais, além do combate aos ilícitos ambientais.

Além das operações de fiscalização, a Marinha do Brasil realizou campanhas educativas e palestras nos iates clubes e colônias de pesca, com o propósito de aumentar o caráter preventivo em detrimento da aplicação de medidas corretivas, resultantes das ações de fiscalização do tráfego aquaviário. Dessa forma a meta prevista para o exercício de 2017 foi superada.

META 04GF - ELEVAR A COBERTURA DE VIGILÂNCIA AÉREA NO TERRITÓRIO NACIONAL DE 47% PARA 75%, COM AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO NA ALTITUDE DE 3.300M

Atualmente a vigilância do espaço aéreo brasileiro está estruturada por meio de 84 sistemas de radiodeterminação distribuídos por todo o território nacional, em sítios instalados em pontos de interesse operacional para o controle de tráfego aéreo e para a defesa aeroespacial. Essa estrutura sustenta serviços prestados às aeronaves operando em todo o espaço aéreo brasileiro, em elevados níveis de segurança e de qualidade, reconhecidos internacionalmente.

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) iniciou, em 2017, o processo de licitação para implantação das Estações ADS-B, visando ao aumento da cobertura do espaço aéreo em aerovias a 3300 metros de altitude. Contudo, face à indispensável

implementação de uma nova lógica do monitoramento da navegação aérea, alicerçada em redes digitais, o Automatic Dependent Surveillance Broadcast (ADS-B), será necessário o replanejamento das ações previstas.

Nos dois primeiros anos do PPA vigente a cobertura de vigilância aérea atingiu de 68,2%, estando a meta com andamento adequado.

META 04GG - AMPLIAR O CONHECIMENTO CARTOGRÁFICO NA AMAZÔNIA.

O Censipam coordena o Projeto Cartografia da Amazônia e é responsável pela gestão dos recursos financeiros alocadas nesta meta qualitativa por meio de repasses aos órgãos parceiros executores. Até o ano de 2017 foram processadas 90 mil km² de imagens, do estado do Amapá.

META 04GB - CONCLUIR A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

No ano de 2017, o Projeto de Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, no Mato Grosso do Sul, atingiu 50 % de execução.

Cabe informar, que se for mantido o ritmo atual de execução do Projeto, devido às reduzidas disponibilidades orçamentárias anuais, haverá dificuldade em se cumprir a Meta, ao final deste PPA, mesmo que o andamento tenha sido considerado adequado, ao final de 2017. Ressalta-se, também, que o atraso na execução do Projeto Piloto do Sisfron retardará a implantação do Sistema em outras áreas na faixa de fronteira.

Para que a Meta seja cumprida até o final de 2019, faz-se necessário priorizar recursos para o Projeto e superar os desafios tecnológicos. Assim, deverão ser adotadas medidas de gestão com vistas à compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e a meta física.

OBJETIVO 1124 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA E DE TECNOLOGIAS DE INTERESSE DA DEFESA NACIONAL

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 1124

Para obter a autossuficiência na fabricação de produtos de defesa, o Brasil deve priorizar o desenvolvimento de produtos nacionais, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições de acesso a tecnologias sensíveis.

Nesse sentido, em 2017, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) deu continuidade aos processos de recuperação e modernização do parque fabril, aumento da capacidade produtiva, assim como intensificou a pesquisa e o desenvolvimento de processos e produtos inovadores para atender às atuais e futuras necessidades das Forças Armadas.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico na área nuclear, importante mencionar, a conclusão das obras do Labgene, em 2017. Esse evento permitirá a realização dos testes dos sistemas para propulsão a vapor e nuclear, etapa fundamental para o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear.

Na área aeroespacial, o Projeto KC-X, que visa a capacitação tecnológica da indústria aeroespacial brasileira para desenvolver e produzir aeronaves de reabastecimento de voo, encontra-se na última fase de detalhamento e certificação. Em 2017 foram realizadas campanhas de ensaios em voo e para 2018, estão previstas a certificação de duas aeronaves protótipos e o prosseguimento dos ensaios para certificação das funcionalidades de emprego militar.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 1124

META 04GX - CONCLUIR O PROJETO DE ENLACE DE DADOS AR-AR E TERRA-AR (PROJETO LINK-BR2).

O Projeto Link-BR2 tem como objeto principal o fornecimento dos serviços e dos bens necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da Aeronáutica e que contenha o Protocolo Link BR2.

No exercício de 2017 foi assinado Termo Aditivo para fins de adequação do cronograma físico-financeiro (CFF) do contrato em virtude dos cortes e contingenciamentos orçamentários ocorridos em 2016, o que permitiu o recebimento das etapas 16 (Revisão Crítica de Projeto das Estações Datalink de Gerenciamento e de Comunicação e dos itens aeroembarcados - RTDL - Rádio Terminal Datalink); e 20 (Revisão Crítica de Projeto dos equipamentos e ferramentas de apoio à manutenção do sistema) do projeto de enlace de dados.

As restrições orçamentárias nos exercícios de 2016 e 2017 dificultaram o avanço físico do contrato, ocasionando a celebração de termo aditivo para a sua adequação aos recursos disponíveis. O déficit de recursos para os anos em questão prolongou o prazo de execução do contrato em 30 meses, adiando o final de sua execução de abril de 2019 para setembro de 2021.

Nesse contexto, dificilmente a meta será cumprida até o final do período de vigência do PPA, sendo necessários ajustes na programação orçamentária e financeira com vistas à compatibilização com a meta física planejada.

META 04SL - CATALOGAR 38% DOS PRODUTOS DE DEFESA, DE ACORDO COM O PADRÃO INTERNACIONAL DO SOC/OTAN

Foram catalogados, até 2017, 80% dos Produtos de Defesa. Desse total, 60% foram avalizados como "Bem Classificados", em Portaria do Ministro da Defesa, segundo as normas do Sistema da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Portanto, a meta já foi alcançada.

META 04SM - AMPLIAR EM 4% AO ANO O VOLUME DE EXPORTAÇÕES DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA.

A meta foi estabelecida para avaliar a participação das exportações no segmento econômico da Indústria de Defesa. A apreciação das exportações é relevante em razão da situação econômica e orçamentária do país, que compromete os investimentos das Forças em reequipamento e, por consequência, afeta diretamente a situação financeira e arrecadação das empresas da Base Industrial de Defesa (BID).

Assim, o cálculo da meta tem como base o valor histórico das exportações, podendo apresentar acréscimos ou decréscimos, a cada ano, a depender do volume exportado pelas empresas da BID. Analisando a série histórica 2015-2017, observa-se que em 2015 o valor total das exportações foi de 1,04 bilhão; em 2016 alcançou 925,32 milhões; enquanto em 2017 atingiu 687,6 milhões, ou seja, o volume de exportações vem sofrendo reduções consecutivas, prejudicando o alcance da meta. Dessa forma faz-se necessária a avaliação da estratégia da política pública e consequente revisão da meta.

META 04GT - IMPLANTAR 25,40% DO POLO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO EXÉRCITO EM GUARATIBA-RJ (PCTEG).

Em 2017 a implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba/RJ (PCTEG) alcançou 3,31%, em razão de grande parte das atividades previstas dependerem da conclusão das edificações e da disponibilidade de próprios nacionais residenciais o que não ocorreram, em virtude das restrições orçamentárias.

Para que se avance na implantada Meta, há necessidade de garantia da regularidade de recursos alocados ao projeto, da adequação do quadro de pessoal e da capacitação das equipes envolvidas.

META 04GU - CONCLUIR O PROGRAMA DE ENSAIOS E A CERTIFICAÇÃO DA AERONAVE KC-390.

O Programa de ensaios e certificação da Aeronave KC-390, do Comando da Aeronáutica, faz parte do Projeto de desenvolvimento do cargueiro tático militar que se encontra na fase de Detalhamento e Certificação de Aeronave.

Com relação ao desenvolvimento da aeronave, destaca-se em 2017, a realização de mais de 730 horas de ensaios em voo, nos quais as duas aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo conforme projetado.

Além disso, foi executada a campanha de "Congelamento Aerodinâmico de Aeronave" ocorrida na Base Aérea de Campo Grande. Este importante evento contratual constituiu-se de voos de ensaios dedicados a analisar e confirmar o comportamento aerodinâmico da aeronave na realização de lançamentos em voo. Foram lançadas cargas e paraquedistas.

Houve atraso nas etapas do contrato de desenvolvimento, ocasionado pela dotação insuficiente de recursos em relação ao originalmente programado. A FAB tem buscado a renegociação para mitigar o problema e readequar os contratos à disponibilidade dos recursos.

Como impactos negativos decorrentes da alocação insuficiente de recursos podem ser destacados o aumento do custo global do projeto, para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro dos contratos, e o retardo no aproveitamento da janela de mercado para o produto com a efetivação de seu potencial de vendas a terceiros países.

Com as realizações citadas, o Projeto atingiu 97% de conclusão em 2017, sendo necessária, para a conclusão do processo de certificação da aeronave, até 2019, a adoção de medidas de gestão e a compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

META 04GW - CONCLUIR O DESENVOLVIMENTO DO MÍSSIL A-DARTER.

A Meta trata do desenvolvimento de um míssil de curto alcance infravermelho de 5ª geração, com transferência de tecnologia, certificação e desenvolvimento da industrialização no Brasil.

Em 2017 destaca-se a realização da Formal Qualification Review (FQR) do Digital Processing Assembly (DPA) e das reuniões do Joint Technical Qualification Workgroup – Grupo de Trabalho Técnico de qualificação, quando foram discutidos os aspectos de certificação do Produto A-Darter em desenvolvimento na África do Sul; XIX reunião gerencial do Projeto A-Darter (XIX PMR), realizada semestralmente, para a desenvolvedora prestar contas à Força Aérea e à SAAF, do desenvolvimento do míssil.

No que tange à transferência de tecnologia, foram realizadas atividades sobre motor foguete previstas no Contrato firmado com a Avibrás.

Dentre os fatores que dificultaram o Projeto, cita-se as restrições orçamentárias enfrentadas pela Finep, no ano de 2017; problemas técnicos na confecção de dois Guimballed Assembly, que provocaram o adiamento da Campanha de Certificação em voo

para o segundo semestre de 2017 e, a falta de fornecimento do datapack da configuração G3 dos Equipamentos de Teste e do GA, por parte da Desenvolvedora, impactaram o processo de industrialização do míssil no Brasil.

Como evento significativo do projeto, no final do mês de outubro, foi iniciada a Campanha de Ensaios de Certificação (S1) do míssil, em Overberg Test Range, África do Sul.

O andamento da Meta se encontra adequado para sua conclusão dentro do PPA 2016-2019, porém foi necessária a celebração de um Termo Aditivo ao Contrato nº 036/DCTA-COPAC/2014, a fim de ajustar seu cronograma físico financeiro, estendendo a sua vigência por mais um ano. Até 2017 o avanço físico do projeto foi de 96,05%. A conclusão do Projeto está prevista para o ano de 2018.

OBJETIVO: 1125 - COOPERAR COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A DEFESA CIVIL E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 1125

Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas realizam ações que contribuem com o desenvolvimento nacional, atuando em diversos segmentos da sociedade, na realização de ações em prol da educação, desenvolvimento nacional e da defesa civil.

Um exemplo dessas ações é o Projeto Soldado-Cidadão (PSC), que tem por objetivo qualificar jovens egressos do Serviço Militar, para que ao concluírem o seu tempo de serviço nas Forças Armadas, possam ingressar no mercado de trabalho em condições mais favoráveis. Nos primeiros exercícios do Plano, foram efetivamente formados 8.151 no ano de 2016 e 4.589 em 2017.

No âmbito Programa de Ensino Profissional Marítimo, em 2017, foram formados e capacitados 11.154 alunos, sendo 9.047 aquaviários e 2.107 portuários.

Outra iniciativa dessa natureza é o Projeto Rondon, que se constitui em oportunidade para que universitários voluntários vivenciem diferentes realidades a partir da interação com as comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), permitindo que esses jovens reflitam sobre a sua própria construção como estudantes-cidadãos e como futuros profissionais.

No ano de 2017 foram planejadas três operações, sendo executadas duas em julho e uma nas férias escolares de janeiro de 2018. O total de participantes em 2017 foi de 650 rondonistas. Ao todo, foram atendidos 1.402 estudantes nos dois primeiros anos do Plano.

Também merece destaque o Programa Forças no Esporte (Profesp), criado em 2003, que consiste em uma ação de inclusão social, desenvolvida em parceria com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social e com o apoio das Forças Armadas, que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Em 2017 o Programa contou com a participação de 175 organizações militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e atendeu, aproximadamente 23 mil crianças e adolescentes em 93 municípios.

No que concerne ao desenvolvimento regional, o PCN, com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida à população dos municípios atendidos, executa obras em rodovias, portos, aeródromos, escolas e redes elétricas, com a finalidade de incentivar a permanência das famílias naquelas localidades.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 1125

META 04H9 - CAPACITAR PROFISSIONALMENTE 36.281 JOVENS EGRESSOS DO SERVIÇO MILITAR PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

O Projeto Soldado Cidadão (PSC) oferece aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho, após deixarem o serviço militar. O Projeto é desenvolvido em todo o território nacional, por meio de convênios e contratos firmados entre os Comandos Militares e entidades, tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

A média de gastos para qualificar um jovem no projeto é de R$ 1.440,00, porém, com as gestões realizadas pelos coordenadores do Projeto junto aos estabelecimentos de ensino foi possível negociar valores menores para alguns cursos e ofertar outros gratuitamente. Com essas medidas, o gasto com cada estudante foi reduzido para o valor de R$ 623,24.

Até 2017 foram qualificados 13.813 jovens. Para que o resultado final seja alcançado, será necessária a avaliação da estratégia da política pública e, eventualmente, a revisão dos atributos da meta, assim como a compatibilização entre a programação orçamentária e financeira com a meta física estabelecida.

META 04HA - APOIAR A PARTICIPAÇÃO DE 4.000 UNIVERSITÁRIOS NO PROJETO RONDON, PARA O FORTALECIMENTO DA CONSCIÊNCIA CIDADÃ.

Até 2017 participaram do Projeto Rondon 1.402 universitários. Ao todo foram realizadas três operações, denominadas "Rondônia Cinquentenário", "Serra do Cachimbo", nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, e "Teixeirão", apenas, no Estado de Rondônia. Além dos recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual, o Projeto contou com a parceria dos Estados.

As parcerias com os Estados e as Emendas parlamentares são fundamentais para a realização do Projeto, pois, os recursos da LOA correspondem a cerca de um terço das despesas. Contudo, sendo mantido, nos próximos exercícios, o atual volume de recursos, de todas as origens, ao final do PPA será possível o atendimento de cerca de 2.700 universitários, o que corresponderá a, aproximadamente, 70% da quantidade prevista para o quadriênio 2016-2019.

Para que seja possível melhorar o desempenho do Projeto, há que se adotar medidas, a exemplo da compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

META 04HD - FORMAR E CAPACITAR 23.900 PROFISSIONAIS AQUAVIÁRIOS

Em 2017 foram formados e capacitados 11.154 alunos, sendo 9.047 aquaviários e 2.107 portuários por meio dos cursos constantes no Programa de Ensino Profissional Marítimo.

Os cursos de formação e qualificação representam, para a maioria dos cidadãos beneficiados, a sua primeira formação técnica para a obtenção de emprego. Essa atividade de capacitação contribui para a promoção da igualdade regional e social e reduz a dependência de mão de obra estrangeira, principalmente nos postos de comando, ampliando a participação de brasileiros a bordo de navios e plataformas.

Até 2017 foram formados e capacitados 22.043 profissionais aquaviários, estando a Meta com andamento adequado. Destaca-se como um dos fatores que contribuíram para o seu avanço, em 2017, o credenciamento de oito novas empresas para ministrarem 32 cursos do Ensino Profissional Marítimo.

META 04HC - ATENDER 75% DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA CALHA NORTE COM PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA BÁSICA NAS ÁREAS DE SEGURANÇA E DEFESA, ECONOMIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, SOCIAL, TRANSPORTES E ESPORTES.

O percentual de atendimento a municípios nos anos de 2016 e 2017, cumulativamente, foi de 76,28%, correspondente a 148 unidades, de um total de 194, situados nos estados de abrangência do Programa Calha Norte. Assim, a Meta já foi alcançada no exercício de 2017.

No exercício de 2015 a área de abrangência do PCN foi ampliada para 379 municípios, com a inclusão dos municípios do Estado de Mato Grosso e os da faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, porém, em razão da inexistência de Emendas Parlamentares alocadas aos municípios da área expandida nos anos de 2016 e 2017, essa expansão não foi considerada na base de cálculo para a meta a ser atingida.

Nesse contexto a meta estabelecida para o quadriênio 2016-2019 já foi atingida.

DESEMPENHO DOS INDICADORES

No que diz respeito aos indicadores instituídos no Plano Plurianual (PPA), em 2017, observou-se uma melhora no Índice de Operacionalidade da Força Terrestre e no Índice de Disponibilidade da Frota Força Aérea Brasileira, enquanto que o Índice de Monitoramento do Espaço Aéreo permaneceu inalterado. O índice de Meios Operativos da Marinha apresentou redução em relação ao de 2016 e o de Participação da Base Industrial de Defesa no Produto Interno Bruto (PIB), decresceu em relação ao índice de referência, apesar de ter evoluído em relação ao ano anterior. O quadro a seguir demonstra a evolução dos indicadores nos exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 3 Evolução dos Indicadores do Programa 2058 em 2016 e 2017

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	FONTE DA INFORMAÇÃO	REFERÊNCIA		VALOR APURADO EM 2016		VALOR APURADO EM 2017		VARIAÇÃO % DE 2017 EM RELAÇÃO À REFERÊNCIA
			DATA	ÍNDICE	DATA	ÍNDICE	DATA	ÍNDICE	
Disponibilidade da frota Força Aérea Brasileira	%	Comando da Aeronáutica	31/12/2014	40,11	31/12/2016	41,11	31/12/2017	40,19	0,20
Índice de Operacionalidade da Força Terrestre	%	Exército Brasileiro - Comando de Operações	31/12/2014	45	31/12/2016	50	31/12/2017	78,26	73,91

		Terrestres (Coter)							
Meios operativos da Marinha, na condição de Pronto para Operar	%	Marinha do Brasil	31/12/2014	48	31/12/2016	44	31/12/2017	47	-2,08
Monitoramento do espaço aéreo	%	Comando da Aeronáutica	31/12/2014	93,13	31/12/2016	93,13	31/12/2017	93,13	0,00
Participação da Base Industrial de Defesa no PIB	%	Ministério da Defesa /SEPROD	31/12/2014	0,150	31/12/2016	0,1254	31/12/2017	0,127	-15,33

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), posição de 31/12/2017.

DISPONIBILIDADE DA FROTA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

O Índice de Disponibilidade da Frota da Força Aérea Brasileira, em 2017 atingiu o patamar de 40,19%, ou seja, maior em 0,08% em relação ao índice de referência, apurado em 2014. Tal situação decorre dos cortes orçamentários os quais afetaram a sustentabilidade da frota, assim como o custeio dos contratos de aquisição e modernização, impossibilitando o incremento na disponibilidade das aeronaves no período.

ÍNDICE DE OPERACIONALIDADE DA FORÇA TERRESTRE

Em 2017 o indicador apontou um crescimento de 73,91% em relação ao exercício de referência. Contudo, esse percentual não retrata uma efetiva ampliação da capacidade operativa da Força Terrestre, uma vez que foi alcançado à custa de mudança em sua metodologia de cálculo, efetuada em atendimento ao Acórdão nº TCU 3412/2017- 2ª Câmara, por meio do qual a Corte de Contas recomendou que o índice de Prontidão da Força fosse incorporado ao de Operacionalidade. O novo índice, no entanto, reflete mais adequadamente a realidade atual da Força Terrestre.

MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA NA CONDIÇÃO DE PRONTO PARA OPERAR

O índice de 47% apurado em 2017 foi superior ao de 2016 (44%), mas inferior ao índice de referência (48%), em decorrência da perda de operacionalidade de uma quantidade maior de meios, notadamente em razão das manutenções programadas ou daquelas decorrentes de avarias ou imprevistos. Entretanto, a tendência é que em 2018, com a conclusão das manutenções, o índice volte a crescer.

MONITORAMENTO DO ESPAÇO AÉREO

Em 2017 o índice de monitoramento não variou em relação ao de referência (93,13%), taxa que é considerada adequada ao tráfego aéreo da área monitorada.

PARTICIPAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA NO PIB

Tomando-se por base o Produto Interno Bruto, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para o exercício de 2017, houve uma retração do índice, de 15,33%, em relação ao Índice de referência, tendo em vista que o crescimento da Base Industrial de Defesa depende das aquisições de produtos dessa categoria, pelas Forças Armadas, o que ocorreu em volume inferior ao desejado no exercício em referência.

AVALIAÇÃO GERAL DO PROGRAMA 2058

No ano de 2017, tendo como referência os projetos e atividades desenvolvidas pelas diversas unidades do Ministério da Defesa, conclui-se que houve avanços no Programa Defesa Nacional, a despeito do cenário fiscal restritivo do exercício. Das 44 metas do Programa, 21 encontram-se com o andamento adequado; 4 já foram concluídas e 19 necessitam de adoção de medidas de gestão com vistas à correção dos gargalos já identificados.

O principal fator que contribuiu para a evolução dos objetivos do Programa em 2017 foi o expressivo investimento do Governo Federal nos projetos estratégicos de aparelhamento das Forças Armadas e de monitoramento das fronteiras terrestre, aérea e das águas jurisdicionais brasileiras, em especial os inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse aporte de recursos foi fundamental para a elevação da capacidade operativa das FA e, consequentemente, da evolução da Política de Defesa.

Os principais fatores que impactaram o andamento da Política Defesa em 2017 foram as restrições orçamentárias e a intempestividade na liberação de recursos. Além desses, cita-se os de ordem tecnológica, que impactou o Projeto de Conclusão do Míssil A-Darter e a carência de mão-de obra especializada, a exemplo do ocorrido no Projeto de Modernização da Aeronave F-5M.

Para minimizar os entraves de ordem orçamentária e financeira, é preciso revisar os planejamentos e repactuar os contratos, principalmente, aqueles que demandam maiores volumes de recursos nos próximos anos, tendo em vista a limitação de investimentos do Governo Federal.

No que se refere à questão tecnológica, o País vem investindo em projetos de pesquisas e aperfeiçoando seus mecanismos de aquisição e desenvolvimento de produtos de defesa, privilegiando contratos com cláusulas de transferência, o que permitirá, no médio prazo, maior autonomia e economia na produção e manutenção de seus meios e equipamentos.

Por fim, espera-se para os próximos anos, a continuidade das ações necessárias ao atingimento, ao final do plano, dos objetivos, metas e iniciativas traçadas, com vistas à efetividade da Política de Defesa, de forma a proporcionar ao País condições necessárias à defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO DO PROGRAMA 2058

ALOCAÇÃO DE RECURSOS NO PPA 2016-2019

Os referenciais monetários do Programa 2058, para o Plano Plurianual 2016-2019, foram estabelecidos pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Assim, foram consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ao Programa 2058, o valor global de R$ 67.112.478.031,00, para o quadriênio 2016-2019, sendo R$ 65.361.138.190,00 do orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R$ 1.751.339.841,00 de recursos extraorçamentários, oriundos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 4 Referenciais monetários do Programa 2058, para o Plano Plurianual 2016-2019 (Em R$ 1,00)

ESFERA	Global PPA 2016-2019	Posição 2016 (LOA + Créditos)	Posição 2017 (LOA + Créditos)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)	65.361.138.190,00	11.733.589.683,00	13.321.140.989,00
Recursos extraorçamentários	1.751.339.841,00	407.013.178,00	98.162.897,08
Total	**67.112.478.031,00**	**12.140.602.861,00**	**13.419.303.886,08**

Fonte: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos – SEPLAN, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

No exercício de 2017, o montante previsto na Lei Orçamentária Anual para o Programa 2058 foi de R$ 13.321.140.989,00, provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e de R$ 98.162.897,08 de recursos extraorçamentários, oriundos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2058

A execução orçamentária do Programa Defesa Nacional em 2017 está representada nas tabelas abaixo, com a evidenciação dos valores realizados no próprio exercício e dos relativos a restos a pagar de exercícios anteriores.

Tabela 5 Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2017 (em R$ 1,00)

LEI ORÇAMENTÁRIA 2017					
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO 2017)		DESPESA REALIZADA
			PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	
12.827.328.779,69	9.339.156.733,32	9.127.641.456,66	211.515.276,66	3.488.172.046,37	0,00
RESTOS A PAGAR – OFSS – EXERCÍCIOS ANTERIORES (**)					
TIPO	POSIÇÃO EM 01/01/2017	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR CANCELADO	VALOR A PAGAR
Não processados	4.059.396.422,23	2.874.134.863,71	2.804.453.236,28	195.763.948,60	1.076.448.639,23
Processados	366.116.935,27		326.532.215,76	10.479.978,76	31.724.298,31
VALORES DO PROGRAMA ALOCADOS AO ÓRGÃO REPRESENTADO PELA UJ EM 2017 (EM R4 1,00)					
52000 – Ministério da Defesa					
Dotação Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.321.140.989,00	Dotação Orçamento de Investimentos	0,00	Recursos Extraorçamentários	98.162.897,08

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Relatório de Gestão TCU - "Programas". Dados de 31/12/2017.

Inicialmente cabe destacar que todas as ações do Programa 2058 são executadas pelas unidades da Administração Central do Ministério da Defesa e pelos Comandos Militares.

Em 2017, as despesas empenhadas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social somaram R$ 12.827.328.779,69 e representaram 96,29% da dotação orçamentária (LOA + créditos).

Do total de despesas liquidadas, 76,47% são do próprio exercício de 2017, enquanto 23,53% referem-se a Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores.

Em 2017 foram efetuados pagamentos que totalizam R$ 12.168.626.908,70, sendo R$ 9.127.641.456,66 do próprio exercício; R$ 2.804.453.236,28 referentes a Restos a Pagar Não processados; e R$ 326.532.215,76 a Restos a Pagar Processados. Dessa forma, o valor total pago de despesas oriundas de exercícios anteriores foi de R$ 3.130.985.452,04, o que representa (25,72%) do montante pago no ano, ou seja, um quarto das disponibilidades financeiras do período foram empregados no pagamento de despesas provenientes de Restos a Pagar.

O valor das despesas inscritas em Restos a Pagar não Processados, no final de 2017 decorreu da insuficiência de Limites de Movimentação e de Empenho (LME), ou da liberação intempestiva destes, enquanto os Restos a Pagar Processados derivam da insuficiência de Limites de Pagamento (LP), do exercício de 2017. Da mesma forma, a inscrição em Restos a Pagar de Exercícios anteriores decorreu da exiguidade de Limites de Pagamento.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES DO PROGRAMA 2058

O Programa 2058 é composto por 121 ações, das quais 34 são executadas pelas unidades da Administração Central do Ministério da Defesa (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas , Escola Superior de Guerra, Secretaria de Produtos de Defesa, Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, Programa Calha Norte e Centro-Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), cabendo à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, na qualidade de Unidade Prestadora de Contas, apresentar o desempenho físico e financeiro das ações 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR); 2B28 - Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa; 20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional; 8425 - Apoio ao Projeto Rondon; 20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte; 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte; 2452 - Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte e 2055 - Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra.

Os quadros a seguir demonstram a execução física e financeira das ações do Programa 2058, de responsabilidade da Secretária-Geral do Ministério da Defesa, no exercício de 2017, elaborados a partir de informações extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

AÇÃO 123J - AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS DE MÉDIO PORTE DE EMPREGO GERAL (PROJETO H-X BR)

Tabela 6 Ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( )Integral (X)Parcial						
Código	123J Tipo: Projeto						
Título	Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR)						
Iniciativa	06NC Desenvolvimento e aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral - Projeto HX-BR						
Objetivo	Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional Código: 1121						
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta						
Ação Prioritária	(X)Sim ( )Não Caso positivo: (X)PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA							
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO		
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	
485.823.029,00	443.312.214,00	453.733.862,14	441.016.886,71	381.940.017,06	59.076.870,00	12.716.975,43	
EXECUÇÃO FÍSICA							
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META				
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
Helicóptero adquirido		Unidade	4	4	4		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS				
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
130.820.271,81	132.085.911,18	408.390,57	Helicóptero adquirido		Unidade	0	

Fonte: Dados de execução financeira: Tesouro Gerencial. Dados de execução física: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Parâmetros: Posição 00/2017 para as informações relativas a exercícios anteriores e 00/18 para a execução orçamentária do exercício.

ANÁLISE SITUACIONAL DA AÇÃO 123J

O principal resultado da Ação foi o recebimento de quatro aeronaves do Projeto H-X-BR no decorrer do exercício de 2017.

Em virtude das restrições orçamentárias do ano de 2017, não foi possível o recebimento dos seguintes itens do Projeto: Treinador de Missão, ferramentas de apoio de solo, de um dos Pacotes de Missão da Aeronave, dois pacotes de monitoramento logístico e, de uma das fuselagens e acessórios para montagem da aeronave.

O principal fator interveniente no resultado da ação foi o contingenciamento de R$ 103 milhões em 2017 (23% do orçamento anual). Desses 61 milhões foram descontingenciados no mês de dezembro de 2017, sendo que o saldo não liberado de R$ 42,5 milhões provocou impacto no recebimento das etapas contratuais, a partir de junho de 2017.

O valor liquidado foi inferior ao valor empenhado em virtude da não apresentação, pela contratada, de etapas previstas para o contrato de suporte logístico, tendo em vista que os valores destas etapas eram superiores aos saldos dos valores já empenhados.

O montante pago foi inferior ao valor liquidado em virtude da ausência de limite financeiro para apropriação na Fonte 149 (financiamento externo). Da mesma forma, O valor inscrito em Restos a Pagar Processados decorreu da ausência de limite financeiro para apropriação na mesma fonte.

O valor de R$ 12.716.975,43, inscrito em Restos a Pagar Não Processados foi motivado pela não apresentação, pela contratada, de etapas previstas para o contrato de suporte logístico, tendo em vista que os valores destas etapas eram superiores aos saldos dos valores já empenhados.

Os valores Restos a Pagar Não processado, de R$ 130.820.271,81, existente no início de 2017, referem-se às etapas apresentadas pela contratada, em 2016. Estas etapas estão relacionadas às matérias-primas que servem de subsídios para a montagem das aeronaves que serão entregues como componentes da meta física da ação 123J nos anos de 2017/2018. O valor liquidado de R$ 132.085.911,18, é maior que o saldo existente, em virtude de variação cambial.

AÇÃO 2B28 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE INTERESSE DA DEFESA NACIONAL

Tabela 7 Ação 2B28 – Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X)Integral ( )Parcial					
Código	2B28 Tipo: Atividade					
Título	Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional Código: 1124					
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária	( )Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.577.635,00	1.577.635,00	1.503.753,06	1.451.751,81	1.451.751,81	0,00	52.001,25
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
Projeto apoiado		Unidade	1	1	1	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
600.405,75	607.538,00	0,00	Projeto apoiado		Unidade	0

Fonte: Dados de execução financeira: Tesouro Gerencial. Dados de execução física: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Parâmetros: Posição 00/2017 para as informações relativas a exercícios anteriores e 00/18 para a execução orçamentária do exercício.

ANÁLISE SITUACIONAL DA AÇÃO 2B28

Em relação a apoio a projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), foram descentralizados da Secretaria de Produtos de Defesa para o Comando da Marinha R$ 74.053,00 para dar continuidade ao desenvolvimento de Projeto “Quercetina”, desenvolvido pelo Laboratório Farmacêutico daquele Comando. Até 2017, foram concluídas 70 % das etapas planejadas.

No que se refere à coordenação das atividades de CT&I, foi descentralizado o montante R$ 817.206,18 à Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (CABW), para pagamento dos contratos de fornecimento de Normas Técnicas Internacionais e Publicações Jane’s.

Além disso, foram gastos R$ 209.493,82 com despesas de deslocamento de pessoal, para participação em atividades nacionais e internacionais sobre desenvolvimento de projetos de CT&I e produtos de interesse da Defesa e R$ 403.000,00 com despesas de apoio relacionadas com a realização da Feira Internacional de Defesa e Segurança (LAAD Defense & Security 2017).

A inscrição em Restos a Pagar não Processados (0,35% do crédito empenhado), refere-se à aquisição do 2º lote de matéria-prima para o Projeto Quercetina, a ser entregue em 2018 e, às despesas do contrato de fornecimento das Publicações Jane's, que devido à variação da taxa cambial, foi inscrito em RP, mas serão liquidadas e pagas em 2018.

Os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores referem-se aos termos aditivos do contrato de fornecimento de assinatura periódica das Normas Técnicas Internacionais e Publicações Jane's, em 30/12/2016, não tendo havido tempo hábil para executar todos os estágios da despesa orçamentária (liquidação e pagamento), durante o exercício financeiro de 2016. Ressalte-se que esse valor foi liquidado e pago em janeiro de 2017.

O valor de R$ 607.538,00, liquidado de Restos a Pagar Não processados, de exercícios anteriores, foi superior ao inscrito de R$ 600.405,75, em virtude de o contrato ter sido firmado em Dólar e, portanto, sofrido a influência de variações cambiais.

AÇÃO 20IG – APOIO DAS FORÇAS ARMADAS AO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO MILITAR E AO ESPORTE NACIONAL

Tabela 8 Ação 20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X)Integral ( )Parcial					
Código	20IG Tipo: Atividade					
Título	Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade Código: 1125					
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária	( )Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
4.623.955,00	4.523.955,00	2.614.078,96	2.122.233,30	1.980.964,00	224.571,21	491.845,70
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
Pessoa beneficiada		Unidade	33.223	33.223	22.244	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
1.212.883,26	925.846,18	218.769,33	Pessoa beneficiada		Unidade	1

Fonte: Dados de execução financeira: Tesouro Gerencial. Dados de execução física: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Parâmetros: Posição 00/2017 para as informações relativas a exercícios anteriores e 00/18 para a execução orçamentária do exercício.

ANÁLISE SITUACIONAL DA AÇÃO 20IG

A Ação 20IG tem por finalidade permitir o desenvolvimento do Desporto Militar e apoio das Forças Armadas ao Esporte Nacional. Com a meta de manter o Brasil como potência Desportiva Militar dentro do cenário Mundial.

No que se refere ao Programa de Atletas de Alto Rendimento os recursos foram destinados para a preparação e participações dos atletas em competições mundiais do Conselho Internacional do Desporto Militar. Em 2017 foram realizados dois campeonatos Mundiais no Brasil, o 49º Mundial Militar de Natação e o 2º Mundial Militar de Vôlei de Praia, com a projeção desportiva do Brasil no cenário Mundial.

No Programa Forças no Esporte (PROFESP), os recursos contribuíram na adequação de instalações esportivas, visando a continuidade da iniciação para aproximadamente 20.000 jovens que participaram do referido programa.

Foi empenhado 57,78% da dotação disponível. Em decorrência, os investimentos do projeto foram limitados às aquisições de implementos esportivos; adequações de áreas esportiva; capacitações de integrantes das comissões técnicas; e treinamentos dos atletas.

Os valores inscritos em Restos a pagar não processados, inerentes ao desporto de alto rendimento, decorrem dos créditos repassados ao Comando do Exército para fazer face às despesas com materiais, passagens aéreas e consultoria de padronagem de uniformes, que serão pagas no primeiro semestre de 2018.

Os valores inscritos em Restos a pagar processados referentes ao PROFESP provém de despesas liquidadas pelas diversas organizações participantes do PROFESP, muito próximas a finalização do exercício financeiro e que serão pagas no primeiro semestre do ano de 2108.

Os Restos a Pagar não Processados, por sua vez, deveram-se à descentralização de recursos para as forças em dezembro 2017 o que dificultou o processo de recebimento e pagamento dos serviços e materiais adquiridos, sendo necessário realizar a inscrição destes valores para realizar as devidas etapas do processo de aquisição.

Os Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores são provenientes de fragilidades administrativos ocorridas na aquisição de passagens e que serão corrigidos nos primeiros meses do ano corrente.

AÇÃO 8425 - APOIO AO PROJETO RONDON

Tabela 9 Ação 8425 - Apoio ao Projeto Rondon

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X)Integral ( )Parcial					
Código	8425 Tipo: Atividade					
Título	Apoio ao Projeto Rondon					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade Código: 1125					
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária	( )Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
2.920.474,00	3.020.474,00	1.665.926,94	1.070.476,65	1.069.540,65	936,00	595.450,29
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
Universitário capacitado		Unidade	496	496	652	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
681.162,59	524.361,88	53.128,32	Universitário capacitado		Unidade	0

Fonte: Dados de execução financeira: Tesouro Gerencial. Dados de execução física: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Parâmetros: Posição 00/2017 para as informações relativas a exercícios anteriores e 00/18 para a execução orçamentária do exercício.

ANÁLISE SITUACIONAL DA AÇÃO 8425

A Ação tem por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução das Operações do Projeto Rondon, que visam à participação de estudantes universitários no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades mais necessitadas, com ênfase na busca de soluções para problemas sociais, além de fortalecer a consciência cidadã do participante, de forma a contribuir, no âmbito federal, estadual e municipal, para a formulação de políticas públicas, participativas e emancipadoras.

A Meta física inicial previa a capacitação 496 universitários no âmbito do Projeto Rondon com a dotação de R$ 2.920.474,00. Essa dotação foi complementada com R$ 100.000,00 oriundos de emenda parlamentar, o que possibilitou alcançar 652 universitários capacitados.

Verifica-se que o valor das despesas empenhadas alcançou 55% da dotação final, o que pode ser justificado pela insuficiência de Limites de Movimentação de Empenho (LME).

A liberação do limite de pagamento em parcelas, tanto para a dotação inicial como para a emenda parlamentar, impactou negativamente na execução orçamentária da Ação. Dessa forma, a despesa liquidada equivalente a 64% das despesas empenhadas. Os pagamentos corresponderam a 99,91% das despesas empenhadas, o que gerou a inscrição em Restos a Pagar Processados, no valor de R$ 936,00 e, R$ 595.450,29 de Não Processados. Este RP Não processado foi composto, na sua maior parcela, daquele recurso da Emenda Parlamentar Individual recebido em novembro de 2017.

O saldo de Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores estão sendo empregados para execução de serviços de melhoria de instalações das Organizações Militares Apoiadoras do Projeto Rondon, cujas operações ocorrerão em julho de 2018. A liquidação desses recursos está planejada para ocorrer ao longo do 1º semestre de 2018.

AÇÃO 20X6 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO CALHA NORTE

Tabela 10 Ação 20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X)Integral ( )Parcial					
Código	20X6 Tipo: Atividade					
Título	Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade Código: 1125					
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária	( )Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
58.285.522,00	52.710.324,00	41.964.058,93	12.599.609,78	11.960.338,64	706.837,86	29.364.449,16
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
Iniciativa apoiada		Unidade	110	110	33	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
31.049.450,96	14.793.020,36	2.308.343,02	Iniciativa apoiada		Unidade	4

Fonte: Dados de execução financeira: Tesouro Gerencial. Dados de execução física: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Parâmetros: Posição 00/2017 para as informações relativas a exercícios anteriores e 00/18 para a execução orçamentária do exercício.

ANÁLISE SITUACIONAL DA AÇÃO 20X6

A Ação 20X6 tem por finalidade a adequação e manutenção de unidades militares da região do Programa Calha Norte (PCN); adequação de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial; logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte; manutenção de aeródromos e apoio às comunidades carentes na região, contribuindo para a manutenção da soberania nacional e a integridade territorial da região abrangida pelo programa.

A dotação final da Ação foi de R$ 52.710.324. Desse montante foram empenhados R$ 41.964.059, e liquidados R$ 12.599.610, correspondente a 30,02% das despesas empenhadas. As despesas pagas totalizaram R$ 11.960.339.

Em 2017 as restrições orçamentárias, assim como a liberação tardia de Limites de Movimentação de Empenho e de Pagamento, implicaram no processamento do crédito próximo ao final do exercício financeiro, gerando dificuldades para a entrega e transporte dos materiais adquiridos.

Por oportuno, é importante mencionar que boa parte das atividades planejadas para 2017, serão efetivadas no ano de 2018, com a execução dos Restos a Pagar inscritos pelos Comandos Militares, em razão das várias dificuldades ocorridas que prejudicaram o cumprimento do cronograma físico financeiro.

As despesas não liquidadas em 2017, em função da insuficiência de limite de pagamento, geraram Restos a Pagar não Processados no valor de R$ 29.364.449 o que impactou na redução da quantidade de iniciativas apoiadas no exercício.

O total de R$ 14.793.020,36, liquidado à conta de Restos a Pagar não Processados inscritos em exercícios anteriores, decorreu do baixo Limite de Movimentação e Empenho (LME) no exercício em que foi originado.

O valor cancelado de R$ 2.308.343,00 decorreu, dentre outros motivos, de empresas prestadoras de serviços que deixaram de cumprir parcial ou totalmente suas obrigações contratuais; ocorrência de embargos de obras por agências ambientais; desequilíbrios financeiros em contratos firmados com empresas locais e dificuldades logísticas inerentes à Região Amazônica.

Cabe destacar, também, as ampliações dos Limites de Movimentação e Empenho (LME), da Ação 20X6, em decorrência de gestões administrativas para a liberação de uma Emenda de Relator, no valor de R$10.000.000,00 e da transferência de uma Emenda Parlamentar, no valor de R$ 7.000.000,00, da Ação Orçamentária 1211 – Implementação da infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte, possibilitando o atendimento às demandas dos Comandos Militares.

AÇÃO 2452 – ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DA REGIÃO DO CALHA NORTE

Tabela 11 Ação 2452 – Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial
Código	2452 Tipo: Atividade
Título	Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas. Código: 1116
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras

LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
8.056.486,00	8.056.486,00	4.940.291,75	1.401.331,18	1.400.153,48	51.133,80	3.538.960,57

EXECUÇÃO FÍSICA				
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META		
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
Pelotão adequado	Unidade	4	4	2

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS		
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
8.710.702,89	5.235.283,39	2.108.477,72	Pelotão adequado	Unidade	2

Fonte: Dados de execução financeira: Tesouro Gerencial. Dados de execução física: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Parâmetros: Posição 00/2017 para as informações relativas a exercícios anteriores e 00/18 para a execução orçamentária do exercício.

ANÁLISE SITUACIONAL DA AÇÃO 2452

A Ação Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte destina-se à adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), manutenção de suas instalações, realização de obras e serviços de conservação e pavimentação das rodovias e estradas vicinais e manutenção de linhas de distribuição de pequenas centrais elétricas que atendem os PEF e às comunidades, contribuindo para a garantia da segurança do território brasileiro ao longo da faixa de fronteira.

No que se refere à meta física, para o exercício de 2017, estava prevista a adequação de quatro PEF. Contudo, diante das restrições orçamentárias, foi possível a adequação de apenas dois.

Observa-se que do total da despesa empenhada, apenas 28,36% foi liquidada. Tal situação decorre principalmente do processamento do crédito próximo ao final do exercício financeiro e de ocorrências que dificultaram a entrega dos materiais adquiridos e das obras planejadas.

A inscrição de Restos a Pagar não Processados derivou do processamento do crédito próximo ao final do exercício financeiro, não existindo tempo hábil para liquidação e/ou pagamento das despesas. Dessa forma, a maior parte das atividades planejadas para 2017, com os recursos recebidos da LOA, serão efetivadas no ano de 2018.

Do total de R$ 8.710.702,89 provenientes de Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores, R$ 5.235.283,39 foram liquidados em 2017. O valor cancelado de R$ 2.108.477,72 decorreu, dentre outros fatores, do descumprimento de obrigações contratuais por alguns prestadores de serviços e/ou fornecedores e também de dificuldades logísticas na Região Amazônica.

AÇÃO 2055 - CURSOS DE ALTOS ESTUDOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Tabela 12 Ação 2055 - Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X)Integral ( )Parcial					
Código	2055 Tipo: Atividade					
Título	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional Código: 1113					
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária	( )Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
7.690.164,00	7.690.164,00	6.325.264,79	4.919.081,17	4.882.331,17	36.750,00	1.406.183,62
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
Aluno capacitado		Unidade	535	535	539	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
1.749.129,70	1.307.696,50	381.824,14	Aluno capacitado		Unidade	0

Fonte: Dados de execução financeira: Tesouro Gerencial. Dados de execução física: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Parâmetros: Posição 00/2017 para as informações relativas a exercícios anteriores e 00/18 para a execução orçamentária do exercício.

ANÁLISE SITUACIONAL DA AÇÃO 2055

A Ação 2055 se destina ao desenvolvimento e à consolidação dos conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da segurança e do desenvolvimento.

A ação contempla todo o apoio necessário à realização dos cursos, incluindo: contratação de professores, deslocamento e acomodação de palestrantes, viagens de estudos, aquisição de material didático e de tecnologia da informação; manutenção da infraestrutura; e outras demandas necessárias ao seu funcionamento.

Ao longo do exercício de 2017, a ESG ministrou onze cursos, todos relacionados com a Defesa, Segurança e Desenvolvimento, contribuindo para a formação continuada de 539 civis e militares, do Brasil e de Nações Amigas.

No decorrer de 2017 foi efetivamente destinado à ESG, o montante de R$ 6.327.872,00 (Limites de Movimentação de Empenho), correspondente a 82,28% da LOA. 99,96% dos créditos foram empenhados, e desses 78% liquidados, revelando um bom nível de execução financeira.

Os valores inscritos em restos a pagar guardam relação com as incertezas temporal e financeira do processo de liberação do crédito, em função das restrições orçamentárias impostas. Dessa forma, foram adotadas medidas com vistas à alteração da ordenação e da execução de algumas atividades curriculares, muitas vezes com o apoio das Forças para sua concretização. Ressalta-se que, ainda assim, os objetivos educacionais definidos foram alcançados, espelhados na capacitação de 539 alunos.

2.2.1.1.5.3.8 AÇÃO 1211 - IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CALHA NORTE

Tabela 13 Ação 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X)Integral ( )Parcial					
Código	1211 Tipo: Projeto					
Título	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade Código: 1125					
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta					
Ação Prioritária	( )Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
465.598.910,00	418.855.260,00	310.644.390,00	0,00	0,00	63.296.322,49	310.644.390,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
Projeto apoiado		Unidade	150	150	74	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
652.269.119,38	209.211.765,53	62.050.998,00	Projeto apoiado		Unidade	19

Fonte: Dados de execução financeira: Tesouro Gerencial. Dados de execução física: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Parâmetros: Posição 00/2017 para as informações relativas a exercícios anteriores e 00/18 para a execução orçamentária do exercício.

ANÁLISE SITUACIONAL DA AÇÃO 1211

Essa ação é executada por intermédio de transferências de recursos da União, oriundas de emendas parlamentares, mediante convênios celebrados com Governo de Estados e Municípios abrangidos na área de atuação do Programa Calha Norte.

No que se refere à meta física, os recursos destinados a ação não foram suficientes para atender as ações planejadas. No exercício de 2017 foi empenhado 74,16% da dotação final. Contudo, não houve liquidação nem pagamento de despesas do próprio exercício em virtude da não celebração de convênios previstos; da expressiva quantidade de convênios com cláusula suspensiva; de projetos básicos não aprovados no exercício; da inexistência de limite de pagamento no exercício; e da elevada quantidade de convênios inscritos em Restos a Pagar não Processados, de exercícios anteriores.

Destaca-se como fatores intervenientes a não liberação de parte dos recursos orçamentários e financeiros (R$ 104.108.698,62), devido a não aprovação de projeto básico dos convênios celebrados. No exercício considerado, foram emitidos 486 empenhos, totalizando R$ 310.644.390,00. Entretanto, os recursos orçamentários no montante de R$ 4.102.171,38 deixaram de ser empenhados por incidência de impedimento de ordem técnica.

Da despesa inscrita em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores foram liquidados 32,07% e cancelada 9,51% em razão do inadimplemento de cláusula pactuada (suspensiva) e do não cumprimento pelo convenente das condições para a celebração de convênios.

PROGRAMA 2046 – OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a Zona Costeira brasileira são estratégicos para a segurança e o desenvolvimento nacional, em razão da sua extensão e da vocação econômica marítima do País, considerando-se os recursos vivos e não vivos presentes nas águas de interesse nacional, as populações residentes nas zonas costeiras e o comércio internacional via rotas de navegação transoceânicas.

Não obstante a relevância do Oceano Atlântico Sul e Tropical e da Zona Costeira para o País, o conhecimento científico disponível sobre os mesmos ainda é limitado. Dessa forma, a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Assuntos Antárticos, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a Política Nacional para os Recursos do Mar e as orientações da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) que atua como coordenadora dos assuntos relativos ao mar, visam orientar as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária para obtenção do conhecimento, assim como, ao desenvolvimento das ações governamentais para o uso sustentável e preservação dos recursos do mar.

O Programa Temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica está associado a diretriz estratégica do Plano Plurianual 2016-2019 de "Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo com melhoria do ambiente de negócios, ampliando a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da economia". Os objetivos do Programa estão voltados ao estabelecimento do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento de recursos naturais; à ampliação da presença brasileira em águas nacionais, internacionais e ilhas oceânicas; à garantia da presença brasileira na Antártica; à promoção de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e operação dos sistemas de observação dos oceanos; à promoção do uso compartilhado do ambiente marinho e ao gerenciamento da zona costeira de forma sustentável; e à pesquisa e prospecção do potencial mineral e biológico.

O Ministério da Defesa exerce o papel de coordenador do Programa, por meio da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, colegiado presidido por integrante do Comando da Marinha. Nesse contexto, o MD tem sob sua responsabilidade os objetivos 0558 - Promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o uso sustentável dos recursos e os sistemas de observação dos oceanos, ampliando a presença brasileira em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas; 0562 - Estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais; 0563 - Promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável; e 0564 - Garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente.

A política pública relacionada aos oceanos, zona costeira e antártica possui caráter multissetorial, razão pela qual também participam do Programa 2046 os Ministérios do Meio Ambiente, de Minas e Energia, de Ciência e Tecnologia e da Educação, os quais possuem objetivos, iniciativas, metas e iniciativas sob suas responsabilidades.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA 2046 EM 2017

Em 2017 foram priorizadas a formação de recursos humanos em pesquisas científicas; o monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos; a presença física na Amazônia Azul e Antártica e a logística associada; o gerenciamento costeiro e o conhecimento e uso sustentável dos recursos do mar e da Antártica; assim como o desenvolvimento das ações que possibilitaram a implementação da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e da Política Nacional para Assuntos Antárticos (Polantar).

Ressalta-se a posição do Governo Brasileiro em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, no seu enfoque jurídico, perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, por meio da assinatura entre o Serviço Geológico do

Brasil (CPRM) e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA); do contrato para exploração de crostas ferromanganesíferas, ricas em cobalto, na Elevação do Rio Grande (ERG); e da manutenção da presença brasileira no Continente Antártico, com a decisão de reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz.

EVOLUÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS DO PROGRAMA 2046

OBJETIVO 0558 - PROMOVER A PESQUISA CIENTÍFICA, O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS E OS SISTEMAS DE OBSERVAÇÃO DOS OCEANOS, AMPLIANDO A PRESENÇA BRASILEIRA EM ÁGUAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E NAS ILHAS OCEÂNICAS.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 0558

O Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) é o principal desdobramento da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), uma vez que visa integrar o mar territorial, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental ao espaço brasileiro, por intermédio de atividades de pesquisa, de monitoramento oceanográfico e estudos do clima, bem como de exploração e conservação dos seus recursos naturais.

No âmbito da Biotecnologia Marinha, em 2017 ocorreu o I Encontro sobre Biotecnologia Marinha em Saúde, promovido pelo Ministério da Saúde, em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), evento que teve como objetivo principal apresentar os resultados obtidos em projetos de pesquisa na área de biotecnologia marinha com aplicação na área da saúde.

Ainda em abril de 2017, foi realizada a 15ª Sessão Ordinária do Comitê Executivo para a Rede de Projetos de Biodiversidade Marinha (Biomar), quando foi apresentada a proposta de elaboração da segunda edição da publicação "Caracterização do Estado da Arte em Biotecnologia Marinha", contendo o diagnóstico da capacidade de pesquisa, o desenvolvimento e inovação em Biotecnologia Marinha no Brasil. Em decorrência disso, em novembro de 2017 foi aprovada a Portaria nº 6657 do MCTIC que institui a Rede Nacional de Biotecnologia Marinha (BiotecMar), cujo principal objetivo é desenvolver pesquisa e inovação tecnológica de fronteira em áreas como biodiversidade, microbiologia, prospecção, genômica, pós-genômica, viabilidade técnica e econômica de produtos e processos, e transferência para o setor produtivo.

Quanto à formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar, em 2017 foi dada a continuidade à construção dos quatro navios-laboratório de ensino flutuante. O primeiro navio, "Ciências do Mar", foi formalmente entregue em julho de 2017 à Universidade Federal de Rio Grande (FURG). A entrega dos demais navios está prevista para ocorrer até dezembro de 2018.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 0558

META 04D0 - INSTALAR UMA ESTAÇÃO CIENTÍFICA NO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA

Em 2017, a Secretaria da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (Secirm) conseguiu, junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MP), a formalização da entrega do terreno destinado à construção da Estação Científica – etapa correspondente a 5% do projeto - e celebrou acordo com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro objetivando o desenvolvimento do projeto- etapa relativa a 3% do projeto.

O avanço do projeto nos anos subsequentes dependerá da adoção de medidas tais como a articulação de atores e a compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

META 01MS - MANTER A ESTAÇÃO CIENTÍFICA DO ARQUIPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO (ASPSP) HABITADA COM PELO MENOS TRÊS PESSOAS DURANTE 365 DIAS POR ANO

A meta tem andamento adequado, visto que a Estação Científica do ASPSP está ocupada e em pleno funcionamento operacional, permanentemente e sem restrições, por pesquisadores brasileiros e/ou militares da Marinha do Brasil. Ao longo de 2017, foi dada continuidade às operações e à manutenção da estação científica, permitindo que a estação permaneça ocupada, no mínimo, por três pessoas, ininterruptamente, durante os 365 dias do ano (100% do tempo ocupada).

Destaca-se, em 2017 o prosseguimento do Projeto de construção de uma nova Estação Científica no ASPSP, em substituição a atual, que começa a apresentar sinais de desgaste, devido às intempéries que assolam a região.

OBJETIVO 0562 - ESTABELECER O LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA ALÉM DAS 200 MILHAS, PARA ASSEGURAR OS DIREITOS DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DOS SEUS RECURSOS NATURAIS.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 0562

Em 2015 o Brasil apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) a Submissão Parcial Revista da Área Sul, e, desde então, tem havido diálogos entre a Subcomissão formada para analisar a proposta brasileira de expansão do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas e os peritos brasileiros.

No que se refere à Submissão Parcial Revista da Região Equatorial, esta já foi encaminha à CLPC, em setembro de 2017, e deverá ser apresentada à Comissão de Limites da ONU no primeiro semestre de 2018. A Submissão Parcial Revista da Região Oriental (Cadeia Vitória Trindade e Platô de São Paulo), incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG), encontra-se em fase de elaboração, com vistas a ser prontificada no primeiro semestre de 2018.

OBJETIVO 0563 - PROMOVER O USO COMPARTILHADO DO AMBIENTE MARINHO E REALIZAR O GERENCIAMENTO DA ZONA COSTEIRA DE FORMA SUSTENTÁVEL

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 0563

Durante o ano de 2017, foi aprovado, no âmbito do Grupo de Trabalho do Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GT-UCAM), Plano de Trabalho que busca a proposição de orientações e diretrizes para elaboração de um Planejamento Espacial Marinho (PEM). Esse documento prevê a contratação de consultoria especializada e a realização de pelo menos um seminário em 2018.

Uma das principais ações do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco), em 2017, foi a continuação do trabalho relacionado à atualização do Macrodiagnóstico da Zona Costeira (MDZC), na escala da União. O MDZC busca fornecer base de informação para a promoção do uso compartilhado do ambiente marinho e ao gerenciamento da Zona Costeira de forma sustentável. A nova versão desse trabalho teve sua fase de planejamento concluída em 2017 e em 2018 será iniciada a fase de produção. As próximas etapas de revisão do Macrodiagnóstico foram incluídas no Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC) 2017-2019.

No que se refere ao Projeto Orla, por meio do qual são estabelecidas as diretrizes de uso e ocupação da orla marítima, ressalta-se que, embora o Projeto tenha tido boa adesão em 2017, a maioria dos municípios costeiros brasileiros ainda não elaborou seus Planos de Gestão Integrada. Nesse sentido, mostra-se imprescindível a atuação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para definição dos próximos passos a serem seguidos após a publicação da Portaria nº 113, que transfere às prefeituras municipais a responsabilidade pela gestão das praias.

META 04LO – CONCLUIR A PRIMEIRA VERSÃO DO PLANO DE USO COMPARTILHADO DO AMBIENTE MARINHO A PARTIR DO PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO.

Com a aprovação do Plano de Trabalho com as orientações e diretrizes para elaboração do PEM, foi realizado o Curso sobre Planejamento Espacial Marinho para nivelar o conhecimento sobre o tema entre os membros do GT.

A execução do Plano de Trabalho do Uso Compartilhado do Ambiente Marinho até 2017 foi de 20%, e a conclusão até 2019 está condicionada à mobilização de recursos que permitam, dentre outras atividades, a realização de cursos de nivelamento de conhecimento, a contratação de consultorias técnicas, a realização de seminários e/ou oficinas de trabalho.

Em suma, para que a meta seja, efetivamente, cumprida até o final do PPA 2016-2019, serão necessárias medidas como: a avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; e a compatibilização entre a programação orçamentária e financeira.

OBJETIVO 0564 - GARANTIR A PRESENÇA BRASILEIRA NA REGIÃO ANTÁRTICA, DESENVOLVENDO PESQUISA CIENTÍFICA COM A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO 0564

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) vem realizando, por mais de 34 anos, pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, assegurando a participação do País nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente, que é de relevante importância geopolítica.

Em outubro de 2017 teve início a Operação Antártica Trinta e Seis (Operantar XXXVI), com o apoio logístico do Navio Ary Rongel. No decorrer da operação foram apoiados projetos científicos de diferentes áreas de conhecimento, selecionados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Das atividades realizadas, destacam-se as pesquisas de estudo da biodiversidade e do ecossistema antártico; as investigações sobre as mudanças climáticas naquela região e suas consequências em nível global; e as pesquisas nas áreas de oceanografia, glaciologia e geologia.

O transporte de carga de suprimentos para a Operantar XXXVI foi realizado pelo Navio Polar (NPo) Almirante Maximiano, em novembro de 2017. Essas embarcações permanecerão na Antártica durante o verão antártico, retornando ao Brasil em abril de 2018.

Visando consolidar a posição do país como membro consultivo do Tratado da Antártica, o Brasil participou das três principais reuniões internacionais envolvendo representantes de diversos países: Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM, pela sigla em inglês), realizada anualmente em caráter de rodízio entre os Membros Consultivos; XX Reunião do Comitê de Proteção Ambiental (CEP, pela sigla em inglês), na cidade de Pequim, China, no período de 22 de maio a 1º de junho de 2017 e XL ATCM, que contou com a participação de 29 delegações dos países-membros do Sistema do Tratado da Antártica (STA).

Na área ambiental, destacam-se como principais desafios, o estudo de Impacto Ambiental, realizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e Ministério do Meio Ambiente, para a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Além disso, a equipe do Ibama também avalia os estudos de análise de risco e desenvolve, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Marinha do Brasil, planos relacionados à prevenção de acidentes como Plano de Contingência e Plano de Ação de Emergência.

No verão de 2016/2017, monitores ambientais do Ibama supervisionaram as ações propostas no Plano Ambiental para Construção (PAC), a fim de assegurar o cumprimento das diretrizes relativas à preservação do meio ambiente antártico. O monitoramento abrange todas as variáveis ambientais que poderiam ser afetadas pelas obras de reconstrução. Ainda no verão de 2016/2017, a empresa reconstrutora realizou diversos programas ambientais como: gestão de resíduos sólidos, educação ambiental, controle e minimização de supressão de plantas e recuperação de flora, monitoramento de qualidade de ar, água e solo mais vibrações, ruído e efluentes. No que se refere ao programa de gestão de resíduos sólidos, a empresa reconstrutora realizou adequadamente a segregação de resíduos do canteiro de obras.

AVALIAÇÃO DAS METAS DO OBJETIVO 0564

META 04E6 - MANTER A TAXA DE ATENDIMENTO LOGÍSTICO DE DEMANDA DE PESQUISA EM 60%.

No ano de 2017, com a continuação das obras de reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, não foi possível atender todas as demandas de acomodação dos pesquisadores, em razão da necessidade de reservar instalações para os operários da empresa CHINA *Electronics Imports and Exports Corporation*, responsável pela reconstrução da Estação, além do pessoal técnico-ambiental do Ministério do Meio Ambiente de fiscais de obra da Diretoria de Obras Civis da Marinha e da Secirm.

Outro agravante foi a diminuição dos recursos alocados para a reconstrução da EACF durante o ano, que restringiu a permanência de pesquisadores na Estação. Assim, alguns projetos de pesquisa tiveram que reduzir o tempo de participação na Operantar e, em alguns casos, até mesmo cancelar.

Para minimizar a falta de acomodações para os pesquisadores na EACF, na Operantar XXXVI, os dois navios polares, NApOc Ary Rongel e Npo Almirante Maximiano, foram destinados, prioritariamente, para apoio às pesquisas. Com isso, no que diz respeito ao índice de atendimento logístico, em 2017, foi possível manter essa taxa em 69,63%. Dessa forma, considera-se, que mesmos com os óbices mencionados, a meta teve andamento adequado em 2017.

META 04E7 - RECONSTRUIR A ESTAÇÃO ANTÁRTICA COMANDANTE FERRAZ CONFORME PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL APLICÁVEIS À ANTÁRTICA

A partir de março de 2017, iniciou-se a pré-montagem, em Xangai, do prédio principal da EACF e das unidades isoladas. Uma equipe de vinte trabalhadores chineses chegou à Antártica no início de novembro para a realização dos serviços preliminares de preparação do sítio da obra, que antecede a etapa de montagem.

É importante salientar que as fases de pré-montagem na China e montagem na Antártica estão sendo acompanhadas por fiscais da Marinha, com o reforço de três fiscais do Ministério do Meio Ambiente, que acompanham as atividades realizadas na Antártica.

As obras de reconstrução da Estação estão atrasadas. Até 2017, o percentual de execução da Meta foi de 69%, comprometendo a conclusão da obra no prazo previsto inicialmente, e postergando a previsão de término para o início de 2019; ou seja, no verão Antártico 2018-2019. Contudo, o andamento da Meta é considerado adequado.

DESEMPENHO DOS INDICADORES

No que diz respeito aos indicadores do Programa, o percentual da Área abrangida por instrumento de Planejamento Espacial Marinho não apresentou evolução em 2017 e está sendo revisto.

Observou-se uma melhoria no percentual de Cumprimento do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande, visto que em 2017 esse índice foi de 23,30%, contra 10% em 2016.

O Levantamento do potencial mineral e biológico, bem como das variáveis oceanográficas da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e dos Fundos Marinhos Internacionais teve o seu primeiro ano de apuração em 2017, conforme demostrado na tabela abaixo.

Quanto à Taxa de atendimento logístico da demanda de pesquisa em oceanos e na Antártica houve também variação positiva de 1,67% se comparado ao ano anterior. Entretanto, o patamar atingido em 2017, de 86,48, foi inferior ao índice de referência de 87%, apurado em 31 de dezembro de 2014.

Tabela 14 Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte: Evolução dos Indicadores do Programa 2046 em 2016 e 2017

INDICADOR	Área abrangida por instrumento de Planejamento Espacial Marinho						
FONTE DA INFORMAÇÃO	Secretaria da Comissão Interministerial de Recursos do Mar – SECIRM						
UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO EM 2016		VALOR APURADO EM 2017		VARIAÇÃO % DE 2017 EM RELAÇÃO À REFERÊNCIA
	DATA	ÍNDICE	DATA	ÍNDICE	DATA	ÍNDICE	
%	30/06/15	0	31/12/16	0	31/12/17	0	0,00

INDICADOR	Cumprimento do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande						
FONTE DA INFORMAÇÃO	Ministério das Minas e Energia						
UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO EM 2016		VALOR APURADO EM 2017		VARIAÇÃO % DE 2017 EM RELAÇÃO À REFERÊNCIA
	DATA	ÍNDICE	DATA	ÍNDICE	DATA	ÍNDICE	
%	30/06/15	0	31/12/16	10	31/12/17	23,30	-

INDICADOR	Levantamento do potencial mineral e biológico, bem como das variáveis oceanográficas da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e dos Fundos Marinhos Internacionais						
FONTE DA INFORMAÇÃO	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM e Ministério do Meio Ambiente						
UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO EM 2016		VALOR APURADO EM 2017		VARIAÇÃO % DE 2017 EM RELAÇÃO À REFERÊNCIA
	DATA	ÍNDICE	DATA	ÍNDICE	DATA	ÍNDICE	
Número índice	30/06/15	0	31/12/16	0	31/12/17	50.400.000	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), consulta em março de 2017.

ÁREA ABRANGIDA POR INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO

Tendo em vista que o Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GT-UCAM) prevê a conclusão, até 2019, de um relatório técnico que subsidiará a formulação de diretrizes e orientações para o desenvolvimento de um futuro processo de Planejamento Espacial Marinho a nível nacional, o Indicador não teve evolução. Esse Indicador está sendo revisto pelo GT-UCAM, de modo a adequá-lo aos trabalhos ora desenvolvidos.

CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHO DE EXPLORAÇÃO DE CROSTAS COBALTÍFERAS NA ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE

No que tange ao Plano de Trabalho da Elevação do Rio Grande, no ano de 2017, os esforços foram concentrados no detalhamento do planejamento e na elaboração do Plano de Amostragem para execução do Plano de Levantamento Ambiental, previsto no Contrato assinado entre a CPRM e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. O índice de cumprimento desse Plano até o exercício foi de 23,30%, ou seja, 133% maior que o de 2016.

LEVANTAMENTO DO POTENCIAL MINERAL E BIOLÓGICO, BEM COMO DAS VARIÁVEIS OCEANOGRÁFICAS DA PLATAFORMA CONTINENTAL JURÍDICA BRASILEIRA E DOS FUNDOS MARINHOS INTERNACIONAIS

Em 2017 foram iniciados os trabalhos relativos aos levantamentos geológicos, biológicos, oceanográficos e geofísicos, a fim de mensurar o potencial mineral e biológico, bem como das variáveis oceanográficas da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e dos Fundos Marinhos Internacionais, sendo que a área coberta foi de 50.400.000 km².

TAXA DE ATENDIMENTO LOGÍSTICO DA DEMANDA DE PESQUISA EM OCEANOS E NA ANTÁRTICA

A taxa de atendimento logístico de 86,48% ficou dentro do esperado no exercício de 2017. O atendimento às demandas logísticas para as pesquisas no Oceano foi de 80%, nas Ilhas Oceânicas foi de 100% e para a Antártica foi de 65,92%, que retrata um incremento em relação ao ano anterior, apesar das dificuldades de recursos financeiros, no esforço logístico da Marinha do Brasil em apoio às pesquisas científicas em Oceanos e na Antártica.

AVALIAÇÃO GERAL DO PROGRAMA 2046

No exercício de 2017 foram adotadas as providências requeridas para o avanço dos objetivos e das metas propostas para o período. As dificuldades advindas dos limites de movimentação e empenho e de pagamento foram contornadas com a reprogramação das prioridades de execução da programação orçamentária e financeira das metas físicas intermediárias, sem prejuízo do andamento das ações operacionais e logísticas, de responsabilidade do Ministério da Defesa.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO DO PROGRAMA 2046

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Os referenciais monetários do Programa 2046, para o Plano Plurianual 2016-2019, constantes da tabela a seguir, foram estabelecidos pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Dessa forma, foi previsto no Plano Plurianual (PPA), para o Programa 2046, o montante global de R$ 497.033.513,00. Em 2016 a dotação orçamentária foi de R$ 148.973.855,00 e para o exercício de 2017 foi consignado cerca de 28% da dotação de 2016, no valor de R$ 42.664.876,00.

Tabela 15 Referenciais Monetários do Programa 2046 (em R$1,00)

ESFERA	GLOBAL PPA 2016-2019	POSIÇÃO 2016 (LOA + CRÉDITOS)	POSIÇÃO 2017 (LOA + CRÉDITOS)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)	497.033.513,00	148.973.855,00	42.664.876,00
Total	**497.033.513,00**	**148.973.855,00**	**42.664.876,00**

Fonte: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos – SEPLAN, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O quadro a seguir demonstra a execução orçamentária do Programa 2046, no exercício de 2017:

Tabela 16 Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa – OFSS e OI do Órgão Representado pela UJ em 2017 (em R$1,00)

LEI ORÇAMENTÁRIA 2017					
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	RESTOS À PAGAR (INSCRIÇÃO 2017)		DESPESA REALIZADA
			PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	
32.399.774,66	6.908.560,09	6.818.814,54	89.745,55	25.491.214,57	0,00

RESTOS À PAGAR – OFSS – EXERCÍCIOS ANTERIORES (**)					
TIPO	POSIÇÃO EM 01/01/2017	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR CANCELADO	VALOR À PAGAR
NÃO PROCESSADOS	128.105.077,47	88.097.863,80	88.097.047,65	172.774,71	41.726.123,12
PROCESSADOS	284.324,90	-	282.55,87	4.500,26	-

VALORES DO PROGRAMA ALOCADOS AO ÓRGÃO REPRESENTADO PELA UJ EM 2017 (EM R$ 1,00)					
52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA					
DOTAÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL	33.692.356,00	DOTAÇÃO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	0,00	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) – Relatório de Gestão TCU – "Programa". Dados de 31/12/2017

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2046

Cabe ressaltar, que em 2017, o valor da LOA, destinado ao Ministério da Defesa, para custear as despesas relativas às ações 2518 - Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul, 14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz e 2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica, do Programa, a cargo do Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm), do Comando da Marinha, foi de R$ 33.692.356,00.

Ressalta-se, ainda, que o detalhamento da execução das ações será tratado no Relatório de Gestão das respectivas Unidades Prestadoras de Contas, já que o Programa é de caráter multissetorial, tendo em vista que não há nenhuma ação orçamentária deste programa sob a responsabilidade da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.

As despesas empenhadas do Programa 2046 representaram 75,94% da dotação orçamentária (LOA + créditos).

O total de despesas liquidadas em 2017 foi de R$ 95.006.423,89. Dessas cerca de 7,27% referem-se ao próprio exercício e 92,75% referem-se a Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores.

Em 2017 foram efetuados pagamentos que totalizam R$ 95.198.415,06. Desses 92,54% referiram-se a Restos a Pagar não Processados; 0,3% a Restos a Pagar processados e 7,16% ao próprio exercício.

No que se refere aos Restos a Pagar de Exercícios anteriores, havia em 1º de janeiro de 2017 o montante de R$ 128.105.077,47 inscritos em Restos a Pagar não Processados, do qual foram cancelados R$ 172.774,71 e restando R$ 41.726.123,12 a pagar. Da mesma forma, do saldo existente de R$ 284.324,90, inscritos em Restos a Pagar Processados, foram cancelados R$ 4.500,26.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA EM OUTROS PROGRAMAS

O Ministério da Defesa participa dos Programas 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres; 2050 - Mudança do Clima; e 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência, contudo, para efeito deste relatório abordaremos apenas os resultados do Programa Mudança do Clima, em razão de o MD ser responsável por uma meta desse Programa.

PROGRAMA 2050 - MUDANÇA DO CLIMA

No Programa Mudança do Clima, o Ministério da Defesa é responsável pela Meta 047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², três vezes ao ano, para 750 mil km², cinco vezes ao ano, por sensor radar, no período de alta cobertura de nuvens". No ciclo outubro de 2016 a abril de 2017, foram monitorados 250 mil km², por cinco vezes, o que resultou na detecção de 7.775 polígonos de desmatamento com área maior que três hectares, o que equivale a um total de 198.020 hectares desmatados detectados.

O ciclo seguinte, que abrange o período de outubro/2017 a abril/2018, foi iniciado com o monitoramento de 350 mil km² nos meses de outubro e novembro, ação que deverá ter continuidade, por mais cinco vezes, nos meses de dezembro a abril. Cabe mencionar, que a área a ser monitorada é uma solicitação do Ibama ao Centro-Gestor e Operacional do Sistema de proteção da Amazônia (Censipam), sendo que pode ser alterada a qualquer momento. A dificuldade de se aumentar o quantitativo de recursos humanos envolvidos na análise das imagens, principalmente pela não realização de novos concursos públicos para o Censipam, limita o aumento da frequência e da quantidade de área a ser monitorada dentro de um ciclo.

2.2.3 FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A demonstração da consolidação da execução da despesa que compõem o contexto da unidade prestadora da conta SG, tanto pela perspectiva da modalidade de licitação ou contratação, quanto por grupo e elemento de despesa, contou da análise sucinta e gerencial feita ao longo do item 2.2.2.

2.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Tabela 17 Despesas por Modalidade de Contratação (em R$1,00)

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA EXECUTADA				DESPESA PAGA			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**39.260.034,14**	**10,16**	**41.639.506,29**	**8,89**	**39.260.034,14**	**10,16%**	**28.411.918,32**	**6,32**
a) Convite	0,00		0,00		0,00		0,00	
b) Tomada de Preços	0,00		0,00		0,00		0,00	
c) Concorrência	4.687.533,31	1,21	3.837.108,71	0,82	4.687.533,31	1,21	2.098.701,69	0,47
d) Pregão	34.572.500,83	8,94	37.802.397,58	8,07	34.572.500,83	8,94	26.313.216,63	5,85
e) Concurso	0,00		0,00		0,00		0,00	
f) Consulta	0,00		0,00		0,00		0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00		0,00		0,00		0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	**70.081.075,80**	**18,13**	**147.724.298,62**	**31,55**	**70.081.075,80**	**18,13**	**145.153.530,74**	**32,27**
h) Dispensa	47.273.824,62	12,23	124.545.727,40	26,60	47.273.824,62	12,23	124.545.727,40	27,69
i) Inexigibilidade	22.807.251,18	5,90	23.178.571,22	4,95	22.807.251,18	5,90	20.607.803,34	4,58
3. Regime de Execução Especial	**435.964,87**	0,11	**343.902,73**	**0,07**	**435.964,87**	0,11	**343.902,73**	**0,08**
j) Suprimento de Fundos	435.964,87	0,11	343.902,73	0,07	435.964,87	0,11	343.902,73	0,08
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**276.827.866,45**	**71,60**	**250.205.393,49**	**53,44**	**276.827.866,45**	**71,60**	**249.808.226,81**	**55,54**
k) Pagamento em Folha	271.326.188,70	70,18	243.341.969,96	51,97	271.326.188,70	70,18	242.944.803,28	54,02
l) Diárias	5.501.677,75	1,42	6.863.423,53	1,47	5.501.677,75	1,42	6.863.423,53	1,53
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	**386.604.941,26**	**100**	**439.913.101,05**	**93,96**	**386.604.941,26**	**100**	**423.717.578,60**	**94,21**
6. Total das Despesas da UPC	**386.604.941,26**	**100**	**468.205.237,73**	**100**	**386.604.941,26**	**100**	**449.758.159,00**	**100**

Fonte: Tesouro Gerencial. Parâmetros: UO 52.101 (excluída a UGR 110.511 Censipam), 52.901, 52.903. A UO 52.902 (Hospital das Forças Armadas) não foi incluída na pesquisa por possuir gestão orçamentária própria

Tabela 18 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (em R$1,00)

DESPESAS CORRENTES								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA		LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	**251.175.559,90**	**243.341.969,96**	**251.024.595,44**	**242.944.807,58**	**399.166,68**	**0,00**	**250.946.543,80**	**242.944.803,28**
01 - Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	35.901.232,57	32.198.919,09	35.901.232,57	32.138.754,34	60.164,75	0,00	35.901.232,57	32.138.754,34
03 - Pensões do RPPS e do Militar	8.759.953,47	8.090.408,69	8.759.953,47	8.090.408,69	0,00	0,00	8.759.953,47	8.090.408,69
04 - Contratação por tempo determinado - Pes.civil	0,00	54.197,70	0,00	54.197,70	0,00	0,00	0,00	54.197,70
07 - Contribuição a entidade fechada previdência	140.363,94	91.671,30	140.363,94	91.671,30	0,00	0,00	140.363,94	91.671,30
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	159.207.067,24	157.230.574,70	159.207.067,24	157.220.574,50	10.000,20	0,00	159.206.574,82	157.220.574,50
12 - Vencimentos e vantagens fixas - Pes. militar	11.277.235,78	10.205.187,94	11.277.235,78	10.205.187,94	4,30	0,00	11.277.235,78	10.205.183,64
13 - Obrigações patronais	33.612.210,78	33.172.365,33	33.612.210,78	33.167.451,11	4.914,22	0,00	33.532.653,56	33.167.451,11
16 - outras despesas variáveis - pessoal civil	462.242,84	514.659,25	462.242,84	514.659,25	0,00	0,00	462.242,84	514.659,25
91 - Sentenças judiciais	208.996,70	185.356,48	208.996,70	184.223,48	1.133,00	0,00	208.996,70	184.223,48
92 - despesas de exercícios anteriores	339.947,86	328.530,35	339.947,86	328.530,35	0,00	0,00	339.947,86	328.530,35
94 - Indenizações e restituições trabalhistas	121.639,82	185.608,20	121.639,82	185.608,20	0,00	0,00	121.639,82	185.608,20
96 - Ressarcimento despesas pessoal requisitado	1.144.668,90	1.084.490,93	993.704,44	763.540,72	320.950,21	0,00	993.704,44	763.540,72

DESPESAS CORRENTES								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA		LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	100.071.571,42	105.656.972,28	79.344.311,03	87.799.789,07	17.857.183,21	18.816.049,48	79.344.311,03	87.799.786,07
04 - Contratação por tempo determinado - pes.civil								
08 - Outros benef. assist. do servidor e do militar	1.849.131,90	1.924.528,38	1.849.131,90	1.917.965,56	6.562,82	0,00	1.849.131,90	1.917.965,56
14 - Diárias - pessoal civil	961.735,32	809.142,43	961.735,32	809.142,43	0,00	0,00	961.735,32	809.142,43
15 - Diárias - pessoal militar	4.539.942,43	6.054.281,10	4.539.942,43	6.054.281,10	0,00	0,00	4.539.942,43	6.054.281,10
30 - Material de consumo	2.643.890,95	3.156.763,56	1.776.882,48	2.227.098,66	929.664,90	1.390.232,15	1.776.882,48	2.227.095,66
31 - Premiações culturais, artísticas, cientificas	93.263,70	180.019,89	29.340,50	43.740,00	136.279,89	0,00	29.340,50	43.740,00
32 - Material, bem ou serviço para dist. gratuita	87.613,70	301.723,24	66.880,30	43.558,57	258.164,67	0,00	66.880,30	43.558,57
33 - Passagens e despesas com locomoção	5.382.150,99	7.512.315,86	4.953.081,64	6.690.935,94	821.379,92	594.500,87	4.953.081,64	6.690.935,94
35 - Serviços de consultoria	4.808.285,69	4.200.590,26	4.397.549,77	2.433.598,24	1.766.992,02	1.778.752,87	4.397.549,77	2.433.598,24
36 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.100.117,92	1.476.766,82	1.100.117,92	1.463.329,26	13.437,56	0,00	1.100.117,92	1.463.329,26
37 - Locação de mão-de-obra	12.235.913,47	15.659.672,08	7.085.441,59	11.857.927,28	3.801.744,80	1.184.250,58	7.085.441,59	11.857.927,28
39 - Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	42.552.494,05	40.141.764,42	28.774.384,24	30.130.513,46	10.011.250,96	13.866.978,39	28.774.384,24	30.130.513,46
46 - Auxílio - alimentação	9.205.266,63	8.916.805,52	9.205.266,63	8.913.487,44	3.318,08	0,00	9.205.266,63	8.913.487,44
47 - Obrigações tributarias e contributivas	19.776,01	29.853,57	19.776,01	18.550,17	11.303,40	411,66	19.776,01	18.550,17
48 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	3.144.459,17	3.213.008,59	3.144.459,17	3.213.008,59	0,00	0,00	3.144.459,17	3.213.008,59
49 - Auxílio - transporte	2.584.176,99	2.110.742,05	2.584.176,99	2.110.742,05	0,00	0,00	2.584.176,99	2.110.742,05
92 - Despesas exercícios anteriores	327.232,86	392.920,98	327.232,86	319.236,33	73.684,65	887,61	327.232,86	319.236,33
93 - Indenizações e restituições	8.536.119,64	9.576.073,53	8.528.911,28	9.552.673,99	23.399,54	35,35	8.528.911,28	9.552.673,99

DESPESAS DE CAPITAL								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA		LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	**3.849.049,72**	**1.360.640,49**	**1.438.377,64**	**1.167.914,65**	**192.725,84**	**7.535.473,27**	**1.438.377,64**	**1.167.914,65**
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	277.239,14	3.000,00	7.890,00	0,00	3.000,00	2.120.920,00	7.890,00	0,00
51 - Obras e instalações	633.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 - Equipamentos e material permanente	2.938.310,58	1.357.640,49	1.430.487,64	1.167.914,65	189.725,84	5.414.553,27	1.430.487,64	1.167.914,65
92 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras	**38.763.705,92**	**117.845.655,00**	**38.763.705,92**	**117.845.655,00**	**0,00**	**0,00**	**38.763.705,92**	**117.845.655,00**
64 - Aquisição tit.repres.de cap. já integralizado	38.763.705,92	117.845.655,00	38.763.705,92	117.845.655,00	0,00	0,00	38.763.705,92	117.845.655,00
6. Amortização da Dívida	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial. Parâmetros: UO 52.101 (excluída a UGR 110.511 Censipam), 52.901, 52.903. A UO 52.902 (Hospital das Forças Armadas) não foi incluída na pesquisa por possuir gestão orçamentária própria

2.2.5 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

DESPESAS CORRENTES

Em relação às despesas liquidadas no grupo das despesas de pessoal (GND 1), não houve alterações significativas, apresentando queda nominal de 1,7% em 2017 em relação a 2016. Se considerarmos a inflação no período (IPCA - IBGE) de 2,95%, a queda real foi de aproximadamente 4,6%.

Quanto às despesas liquidadas no grupo das outras despesas correntes (GND 3), a queda nominal apresentada em relação a 2016 foi de 55%, sendo 52% no elemento 39 (outros serviços de terceiros PJ) e 64% no elemento 30 (material de consumo).

DESPESAS DE CAPITAL

No que tange às despesas liquidadas no grupo dos investimentos (GND 4), em termos nominais, o investimento aumentou 8% em relação a 2016, influenciado pelo aumento de 11% no elemento 52 (equipamentos e material permanente). Cabe ressaltar que a Administração Central do Ministério da Defesa, em 2017, buscou diminuir as despesas correntes, propiciando uma economia de recursos e um efeito alocativo para os investimentos, e desta forma, buscou-se preservar o nível dos investimentos do exercício de 2016.

CONTINGENCIAMENTO DO EXERCÍCIO

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, em dezembro de 2016, houve uma diminuição dos limites orçamentários para a Administração Central do Ministério da Defesa em 2017, tanto no que tange aos limites destinados às despesas correntes, quanto as despesas de capital. Nesta Secretaria Geral, em termos nominais, houve queda de 34,7% nas despesas empenhadas em relação a 2016, sendo 41,7% nas despesas correntes e 28,4% nas despesas de capital. Importante salientar que a menor queda dos investimentos em relação a outros grupos de despesas é decorrente dos esforços desta Administração Central em diminuir os gastos com as despesas correntes de forma a preservar o nível das despesas em investimentos.

Outro ponto importante é o impacto do descontingenciamento orçamentário e financeiro tardio, por parte dos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda, concentrado no final do exercício, que fez com que grande parte das despesas empenhadas fossem inscritas em restos a pagar não processados, principalmente nos GND 4 e GND 3, que compuseram, respectivamente, 46% e 33% dos valores inscritos em restos a pagar não processados, em relação aos valores empenhados nesses grupos. Essa liberação tardia, ou descontingenciamento, afeta a entrega dos resultados à sociedade, haja vista que para esses grupos, em especial, os investimentos, não é possível, em tão curto espaço de tempo aferir a medição do bem a ser entregue para efetiva liquidação da despesa.

EVENTOS NEGATIVOS OU POSITIVOS SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Como evento negativo deve ser citada a liberação de recursos com descontingenciamento tardio, fazendo com que a execução fique mais concentrada a partir do 2º semestre, o que pode provocar uma diminuição nas entregas à sociedade, ocasionando um aumento da inscrição das despesas em restos a pagar não processados para o exercício seguinte. Como ponto positivo, temos que a escassez de recursos, provocadas sobretudo após a publicação da Emenda do Teto de Gastos, propiciou a Organização discutir e avaliar qualitativamente a aplicação dos recursos disponíveis, priorizando despesas, e com efeito, o aumento do comprometimento das equipes com os resultados dentro da Organização.

2.3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Os principais resultados do desempenho operacional relacionados ao Plano Plurianual constam do item 2.2 e as dificuldades que mais interferiram na busca pelo perfeito desempenho operacional foram as relacionadas no item 2.2.5.1 deste relatório. Além disso, a abordagem do desempenho operacional da Secretaria-Geral, também poderá ser constatada nos enfoques a serem apresentados no decorrer dos capítulos 4 e 5 deste relatório.

2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES DE DESEMPENHO DA SG

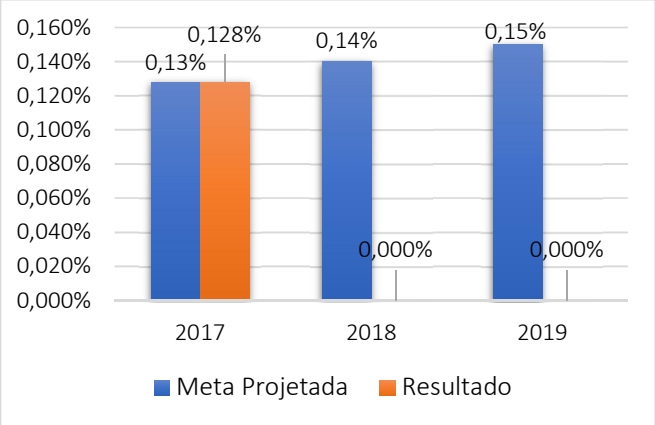
A Secretaria-Geral, como parte do seu Planejamento Estratégico para 2017 a 2019, no exercício de referência, emitiu a Instrução Normativa nº 4/SG, de 3 de agosto de 2017, que aprovou o Plano de Diretrizes da Secretaria Geral para 2017 a 2019, conforme consta do anexo 5, passando a dispor de um portfólio de indicadores de desempenho estratégicos e operacionais capazes de representar o alcance dos resultados pretendidos.

Tendo em vista o período do exercício em que foi aprovado, ainda não há condição de aferição de todos os indicadores, porém alguns já dispõe de dados capazes de representar o desempenho. Abaixo seguem alguns resultados:

INDICADOR 1ID1 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA NO PIB

Meta:	Ampliar a participação da Base Industrial de Defesa em relação ao Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), até 2019, de 0,128% para 0,15%
Descrição:	Mede a **EFETIVIDADE** das ações de fomento à indústria de defesa por meio da aferição da participação anual da Base Industrial de Defesa (BID) em relação ao Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB). Para se chegar ao resultado da linha base (0,128%), foram analisados empiricamente os valores empenhados no orçamento da União, referentes ao MD (incluindo as Forças Armadas). Compõe a cesta de indicadores do Programa 2058 (Defesa Nacional), estando alinhado transversalmente às iniciativas propostas para o Objetivo 1124 (Promover o desenvolvimento da BID e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional).
Alocação da meta por lançamento:	2017: 0,13%; 2018: 0,14%;2019: 0,15%
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (ABSv BID A / PIBN A) **ABSv BID A:** aferição anual das aquisições (em R$), feitas pelo MD, de bens e serviços produzidos pela Base Industrial de Defesa (BID). **PIBN A:** mensuração do Produto Interno Bruto nominal, no ano atual.
Metas alcançadas:	2017: 0,128%

Gráfico 1 Indicador 1id1 Índice de participação da Base Industrial de Defesa no PIB

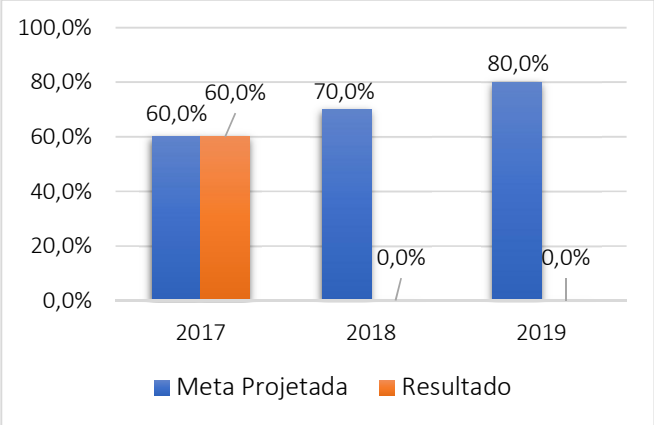


INDICADOR 1ID2 TAXA ANUAL DE AVALIAÇÃO DE ED/EED

Meta:	Avaliar, até 2019, pelo menos 80% das Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED)
Descrição:	Mede a EFICÁCIA do processo de avaliação de Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED) em cumprimento às atribuições definidas pela Lei nº 12.598, de 2012, por meio da aferição do quantitativo de ED e EED avaliadas anualmente em relação ao total de Ed e EED credenciadas pela CMID. O indicador está alinhado transversalmente às INICIATIVAS propostas para o Objetivo 1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional, do Programa 2058 – Defesa Nacional.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 60%, 2018: 70%; 2019: 80%
Polaridade	Maior Melhor

Fórmula:	= 100 x (QEdEed Avl A / QEdEed Crd) QEdEed Avl A: aferição anual do quantitativo total de Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED) avaliadas. QEdEed Crd: mensuração do quantitativo de Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED) credenciadas.
Metas alcançadas:	60%

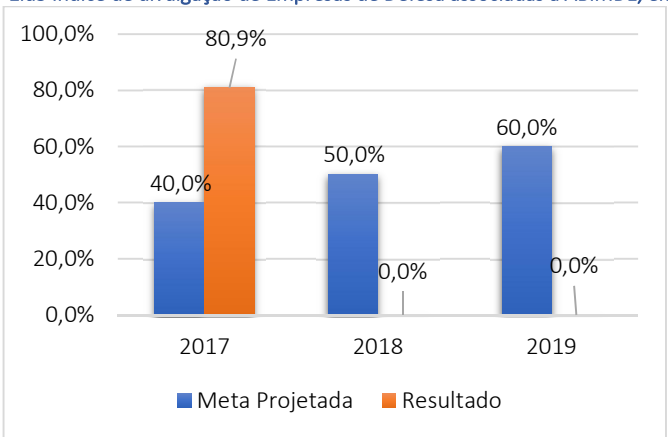
Gráfico 2 Indicador 1id2 Taxa anual de avaliação de ED/EED



INDICADOR 1ID5 ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DE EMPRESAS DE DEFESA ASSOCIADAS À ABIMDE, EM EVENTOS NACIONAIS

Meta:	Atingir um índice anual superior a 40% de empresas associadas à ABIMDE divulgadas em eventos nacionais
Descrição:	Afere a **EFICÁCIA** do processo de promoção comercial da Base industrial de Defesa (BID), por meio da aferição da quantidade de empresas associadas à Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE) participantes em eventos anuais, como mostras e feiras nacionais em relação ao total de empresas associadas à ABIMDE.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 40%; 2018: 50%; 2019: 60%
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (EDivN A / EAss A) **EDivN A:** aferição do quantitativo de empresas vinculadas à ABIMDE, participantes ou expositoras em eventos nacionais, no ano atual. **EAss A:** mensuração do quantitativo de empresas vinculadas à ABIMDE, no ano atual. O Indicador será acompanhado evento por evento e ao final do exercício serão feitas a apuração.
Metas alcançadas:	80,9%

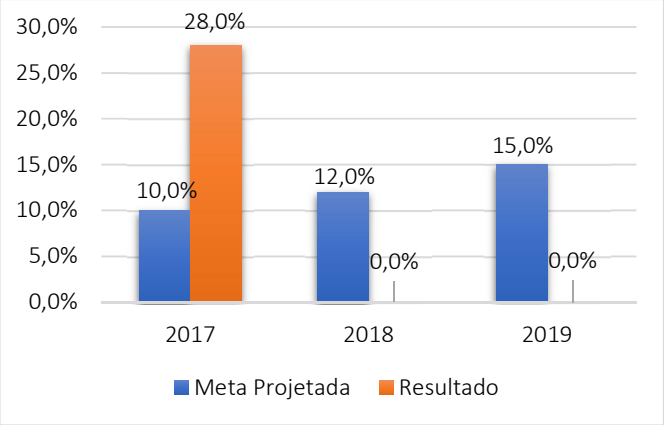
Gráfico 3 Indicador 1id5 Índice de divulgação de Empresas de Defesa associadas à ABIMDE, em eventos nacionais



INDICADOR 1ID6 ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DE EMPRESAS DE DEFESA ASSOCIADAS À ABIMDE, EM EVENTOS INTERNACIONAIS

Meta:	Atingir um índice anual superior a 10% de empresas associadas à ABIMDE divulgadas em eventos internacionais
Descrição:	Afere a **EFICÁCIA** do processo de promoção comercial da Base industrial de Defesa (BID), por meio da aferição da quantidade de empresas associadas à ABIMDE participantes em eventos anuais, como mostras e feiras internacionais em relação ao total de empresas associadas à ABIMDE.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 10%; 2018: 12%; 2019: 15%
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (EDivI A / EAss A) **EDivI A:** aferição do quantitativo de empresas vinculadas à ABIMDE, participantes ou expositoras em eventos internacionais, no ano atual. **EAss A:** mensuração do quantitativo de empresas vinculadas à ABIMDE, no ano atual. O Indicador será acompanhado evento por evento e ao final do exercício será feita a apuração.
Metas alcançadas:	28%

Gráfico 4 Indicador 1id6 Índice de divulgação de Empresas de Defesa associadas à ABIMDE, em eventos internacionais

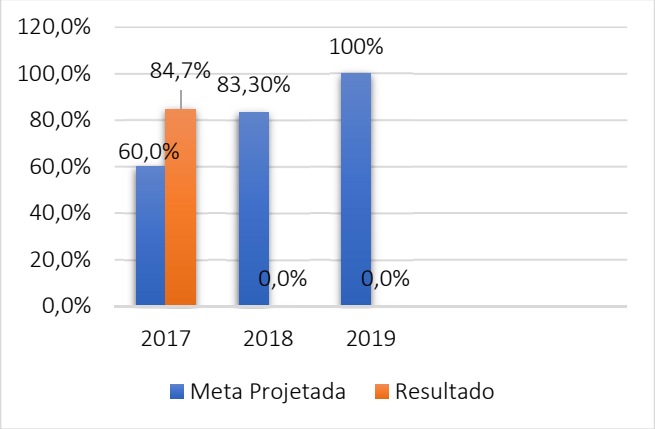


INDICADOR 3ID1 ÍNDICE DE OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ALERTA DE DESMATAMENTO COM RADAR ORBITAL

Meta:	Tornar o sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbital capaz de, até 2019, imagear 750.000 km2, em 5 visitas satelitais anuais sobre uma mesma área de interesse, com 360 capacitações realizadas e 100% da infraestrutura instalada (Vinculada à Meta 047S /Objetivo PPA 1069)
Descrição:	Trata-se de um indicador de EFICÁCIA que se destina a mensurar a evolução operacional da implantação do projeto SipamSAR com base nos seguintes pilares: capacitação de recursos humanos; instalação de infraestrutura de recepção de imagens de satélite; e da operação, que envolve o processamento, catalogação, análise e interpretação de imagens para identificação do desmatamento. Está diretamente associado ao Objetivo PPA 1069/Meta 047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens.
Alocação da meta por lançamento:	Em 2017, atingir uma meta anual de 60%, equivalente a uma área imageada de 450.000 km^2; com 100% de visitas do satélite na mesma área de interesse, equivalente a 5 visitas; uma meta anual de capacitação de 33,3%, equivalente a 120 capacitados; e uma meta anual de infraestrutura instalada de 10%. Em 2018, atingir uma meta anual de 73,3%, equivalente a uma área imageada de 550.000 km^2; com 100% de visitas do satélite na mesma área de interesse, equivalente a 5 visitas; uma meta anual de capacitação de 33,3%, equivalente a 120 capacitados; e uma meta anual de infraestrutura instalada de 40%. Em 2019, atingir uma meta anual de 100%, equivalente a uma área imageada de 750.000 km^2; com 100% de visitas do satélite na mesma área de interesse, equivalente a 5 visitas; uma meta anual de capacitação de 33,3%, equivalente a 120 capacitados; e uma meta anual de infraestrutura instalada de 100%.
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= {[(AAI / MAAI) x (VSAI A / MVSAI A) x 0,5] + [(CAr / MCA) x 0.1] + [(II% A / MII A) 0,4]} **AAI:** Área anual imageada em km^2 **MAAI:** meta anual da área imageada em Km^2

	VSAI A: visitas anuais do satélite na mesma área de interesse **MVSAI A**: meta anual de visitas do satélite na mesma área de interesse **CAr**: capacitação anual realizada **MCA**: meta anual de capacitação **II% A**: percentual anual de infraestrutura instalada **MII A**: meta anual de infraestrutura instalada Contabilização semestral para o acompanhamento da meta envolvendo: frequência de revisita; áreas em km^2 efetivamente analisadas; polígonos detectados e confirmados; pessoal efetivamente capacitado; carga horária disponibilizada para capacitação; e evolução da implantação da infraestrutura. As metas previstas para o período serão atendidas mediante o orçamento disponibilizado para aquisição de bens e serviços internacional e nacional. O armazenamento dos dados será feito por meio de planilhas.
Metas alcançadas:	84,7%

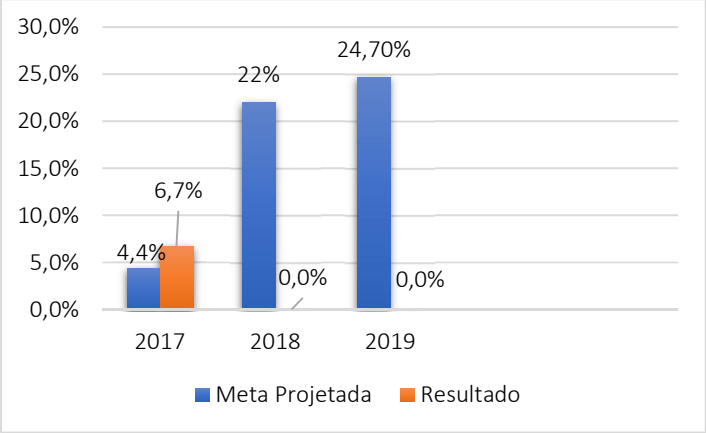
Gráfico 5 Indicador 3id1 Índice de operacionalização do sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbi-tal



INDICADOR 3ID2 ÍNDICE DE CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA

Meta:	Atingir, por intermédio do Projeto Cartografia da Amazônia (PCA), até 2019, uma área mapeada de 1.800.000 de km2 de cartografia terrestre da região amazônica (Vinculada à Meta 04GG /Objetivo PPA 1123)
Descrição:	Trata-se de um indicador de EFICÁCIA que se destina a mensurar o desempenho do Projeto Cartografia da Amazônia (PCA) pela apuração periódica do somatório das áreas, em Km2, cobertas por cartas terrestres na escala de no mínimo 1:100.000, que identificam e caracterizam as áreas de floresta, de campos naturais ou antropizadas da região amazônica. O PCA visa atingir ao final de 2019, 1.800.000 de km2 de cartografia terrestre da região amazônica, cabendo ressaltar que já foram mapeados 1.355.400 km2. Portanto, restam ser cartografados 444.600 km2 de área cartografada terrestre
Alocação da meta por lançamento:	Em 2017, atingir uma meta anual de 8,9%, ampliando a área mapeada para 1.516.400 km^2; Em 2018, atingir uma meta anual de 13,1%, ampliando a área mapeada para 1.750.453 km^2; Em 2019, atingir uma meta anual de 2,7%, concluindo a área mapeada de 1.800.000 km^2.
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (AAM / MAAM) **AAM:** Área anual mapeada em km^2 **MAAM**: meta anual da área mapeada em km^2
Metas alcançadas:	6,7%

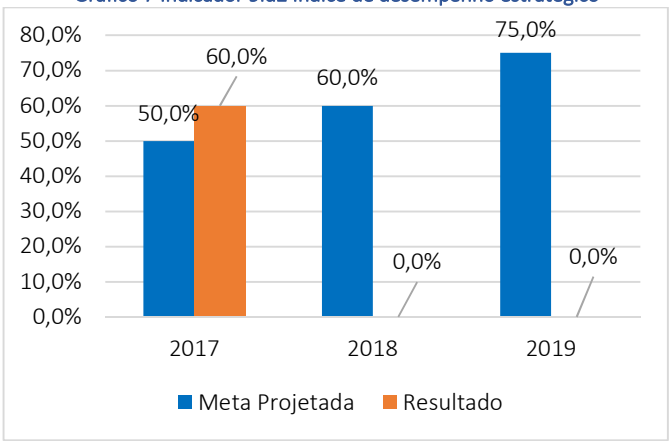
Gráfico 6 Indicador 3id2 Índice de cartografia da Amazônia



INDICADOR 9ID2 ÍNDICE DE DESEMPENHO ESTRATÉGICO

Meta:	Alcançar, no mínimo, 75% do desempenho estratégico previsto no âmbito da SG
Descrição:	Indicador sintético de **EFETIVIDADE** definido para avaliar o percentual de cumprimento das metas estratégicas do Planejamento Estratégico da SG vigente, medindo o grau de desenvolvimento da estratégia da SG e possibilitando a mensuração das variações de desempenho existentes entre os objetivos estratégicos. Mede a aderência da SG à prática de monitorar e avaliar a execução da estratégia, os principais indicadores e o desempenho da organização. É um dos indicadores mais desafiantes, pois retrata o cumprimento das metas traçadas.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 75%; 2018: 75%; 2019: 75%
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (MEA/MEP) **MEA**: Acumulado das metas estratégicas atingidas **MEP**: Total de metas estratégicas planejadas.
Metas alcançadas:	60%

Gráfico 7 Indicador 9id2 Índice de desempenho estratégico

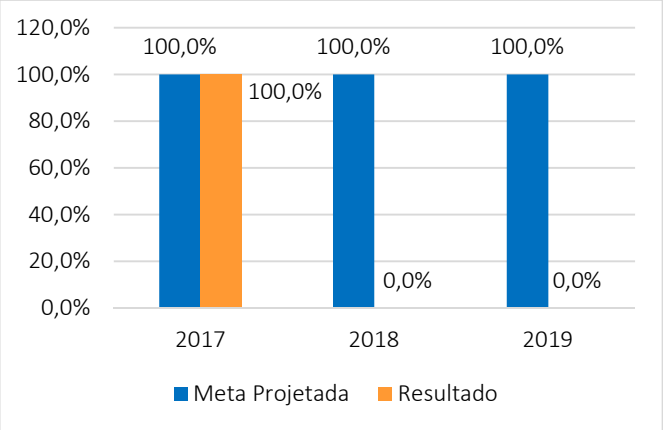


INDICADOR 10ID1 ÍNDICE DE ABERTURA DE DADOS

Meta:	Atingir 100% dos órgãos previstos para disponibilizar seus conjuntos de dados no Portal de Dados Abertos
Descrição:	Mede a **EFICÁCIA** dos dados abertos disponibilizados pela administração central do MD. Visa aferir a quantidade de dados do MD, ofertados à sociedade caracterizados como Dados Abertos, respeitando a Política de Governança Digital do MD. Representa a quantificação da disponibilidade de dados abertos para a sociedade, seguindo a Política de Governança Digital e o Plano de Dados Abertos da ACMD.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 100%; 2018: 100%; 2019: 100%
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (DAD A / DPrA A)

	DAD A: mensuração do somatório dos dados abertos disponibilizados no ano atual. **DPrA A**: aferição do quantitativo de dados abertos planejados para serem abertos no ano atual.
Metas alcançadas:	100%

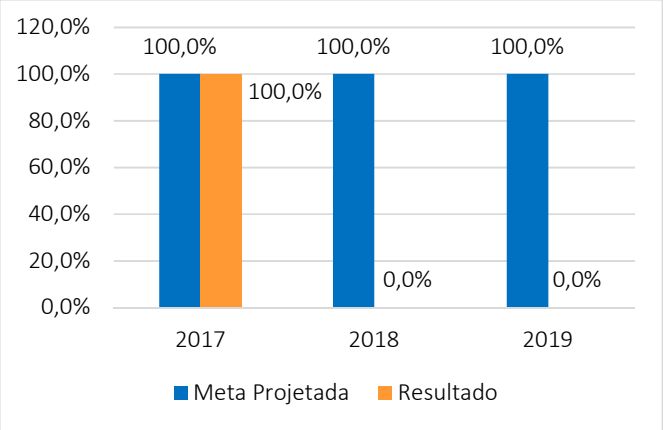
Gráfico 8 Indicador 10id1 Índice de abertura de dados



INDICADOR 10ID2 ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS ABERTOS

Meta:	Atualizar 100% dos dados abertos disponibilizados para a sociedade no Portal de Dados Abertos
Descrição:	Mede a quantidade de dados abertos atualizados no decorrer do tempo, de acordo com a Política de Governança Digital do MD. Busca-se medir a **EFICÁCIA** dos dados abertos atualizados pela administração central do MD.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 100,0%; 2018: 100,0%; 2019: 100,0%
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (DAAtzd A/DAD) **DAAtzd A**: aferição do quantitativo de dados abertos mantidos atualizados no ano atual. **DAD**: mensuração do quantitativo de dados abertos disponibilizados.
Metas alcançadas:	100%

Gráfico 9 Indicador 10id2 Índice de atualização de dados abertos

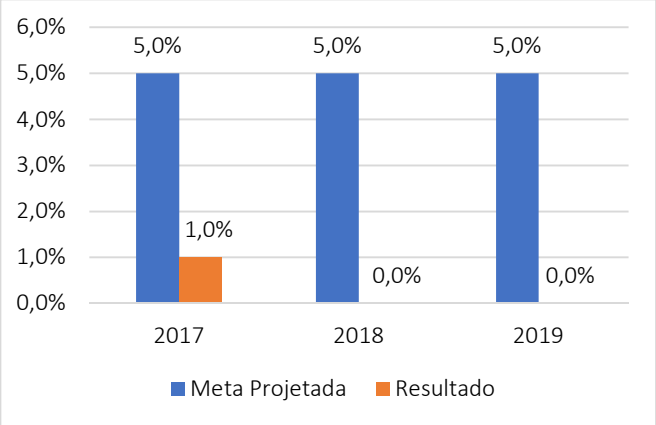


INDICADOR 10ID3 ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Meta:	Manter abaixo de 5%, a desatualização da informação ativa da administração central do Ministério da Defesa
Descrição:	Busca medir a **EFICÁCIA** no que se refere a atualização anual das informações obrigatórias de transparência ativa, em relação aos itens disponíveis de uma listagem padrão, a fim de apurar o grau de desatualização disponibilizada no sítio eletrônico do MD.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 5%; 2018: 5%; 2019: 5%
Polaridade	Menor Melhor

Fórmula:	= 100 x [(InfoAtzd A) / (InfoDisp A)] **InfoDisp A**: aferição anual da quantidade de informações ativas mantidas disponíveis no ano atual. **InfoAtzd A**: aferição anual da quantidade de informações ativas mantidas atualizadas no ano atual.
Metas alcançadas:	1%

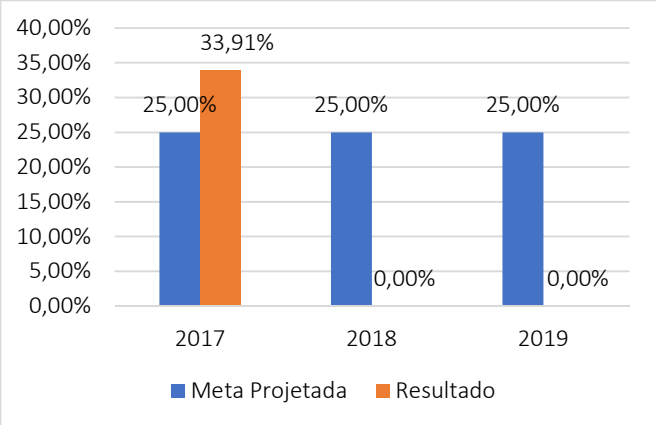
Gráfico 10 Indicador 10id3 Índice de atualização da transparência ativa



INDICADOR 11ID1 TAXA DE CAPACITAÇÃO ANUAL

Meta:	Capacitar, anualmente, 25% dos servidores civis e militares da administração central do MD
Descrição:	Mede a **EFICÁCIA** da ação de aperfeiçoamento das competências institucionais por meio do desenvolvimento das competências individuais. Visa apurar o percentual de servidores e militares da ACMD inseridos em pelo menos uma ação de treinamento em relação ao total de servidores e serve para acompanhar a execução do Plano de Capacitação Anual.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 25%; 2018: 25%; 2019: 25%
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (Cap A / EfMD A) **Cap A**: aferição do quantitativo de servidores civis e militares capacitados no ano atual. **EfMD A**: contabilização do efetivo total de servidores civis e militares no ano atual. Referencial de Eficácia: ruim (< 15%); médio (>16% e <20%); aceitável (> 21% e <24%); e ótimo (>=25%).
Metas alcançadas:	33,91%

Gráfico 11 Indicador 11id1 Taxa de capacitação anual

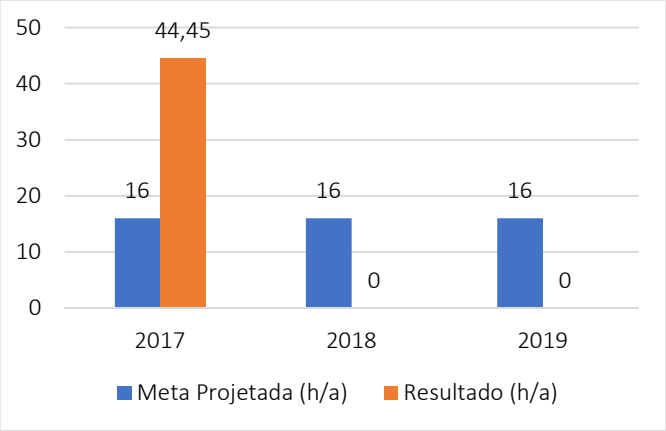


INDICADOR 11ID2 TAXA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO ANUAL

Meta:	Oferecer, pelo menos, 16 h/a anuais de capacitação e aperfeiçoamento à força de trabalho da administração central do MD
Descrição:	Mede a **EFICÁCIA** da ação de aperfeiçoamento das competências institucionais por meio do desenvolvimento das competências individuais. Visa apurar o quantitativo de horas disponibilizadas de capacitação em relação a parcela capacitada da força de trabalho.

Alocação da meta por lançamento:	2017: 16 h/a; 2018: 16 h/a; 2019: 16 h/a
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= (HrCap A / FTrabCap A) **HrCap A**: aferição do quantitativo de horas de capacitação disponibilizadas no ano atual **FTrabCap A**: contabilização do efetivo total capacitado no ano atual
Metas alcançadas:	44,45%

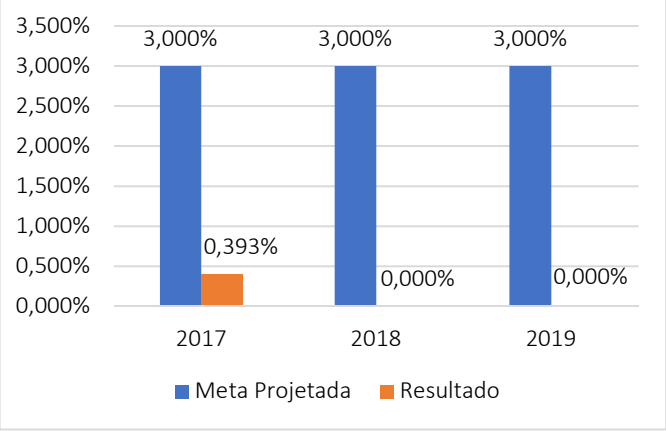
Gráfico 12 Indicador 11id2 Taxa de horas de capacitação anual



INDICADOR 12ID1 ÍNDICE DE INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

Meta:	Manter abaixo de 3%, a indisponibilidade anual do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
Descrição:	O indicador mede o nível de indisponibilidade mensal do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e busca medir a **EFICÁCIA** no emprego dos recursos de TIC no âmbito da ACMD. É a aferição do tempo de indisponibilidade dos serviços, registrada em software de monitoramento.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 3%; 2018: 3%; 2019:3%
Polaridade	Menor Melhor
Fórmula:	= 100 x [(720 – HrDispSEI M) / 720] **720**: quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista. **HrDispSEI M**: Diferença entre a quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista e a aferição do somatório de horas de disponibilidade alcançada.
Metas alcançadas:	0,393%

Gráfico 13 Indicador 12id1 Índice de indisponibilidade do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

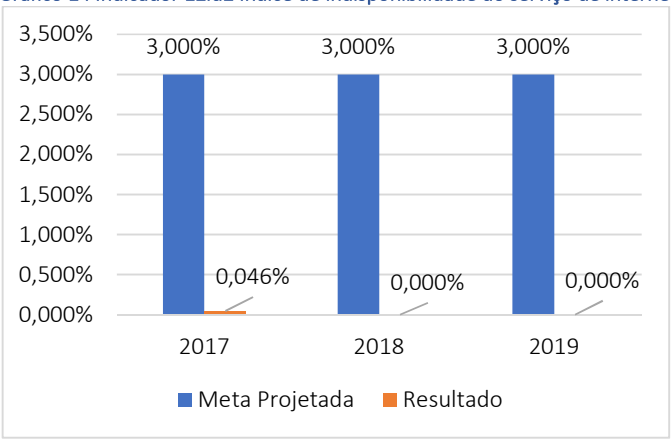


INDICADOR 12ID2 ÍNDICE DE INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO DE INTERNET

Meta:	Manter abaixo de 3%, a indisponibilidade anual do serviço de internet

Descrição:	O indicador mede o nível de indisponibilidade mensal do serviço de internet e busca medir a **EFICÁCIA** no emprego dos recursos de TIC no âmbito da ACMD. É a aferição do tempo de indisponibilidade dos serviços, registrada em software de monitoramento.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 3%; 2018: 3%; 2019:3%
Polaridade	Menor Melhor
Fórmula:	= 100 x [(720 - HrDispWeb M) / 720] **720**: quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista. **HrDispWeb M**: Diferença entre a quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista e a aferição do somatório de horas de disponibilidade alcançada.
Metas alcançadas:	0,046%

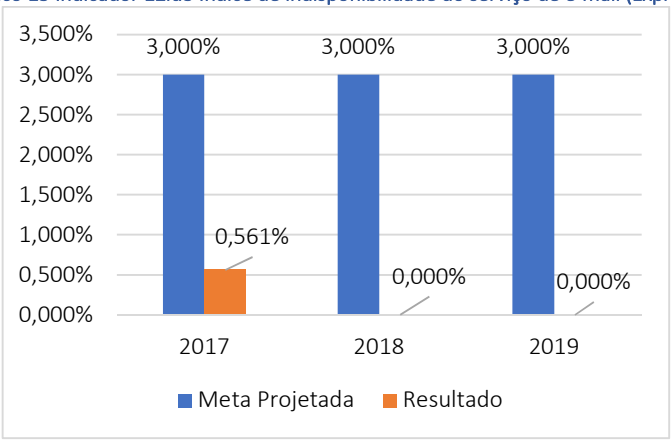
Gráfico 14 Indicador 12id2 Índice de indisponibilidade do serviço de internet



INDICADOR 12ID3 ÍNDICE DE INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO DE E-MAIL (EXPRESSO)

Meta:	Manter abaixo de 3%, a indisponibilidade anual do serviço de e-mail
Descrição:	O indicador mede o nível de indisponibilidade mensal do serviço de mensageria Expresso e busca medir a **EFICÁCIA** no emprego dos recursos de TIC no âmbito da ACMD. É a aferição do tempo de indisponibilidade dos serviços, registrada em software de monitoramento.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 3%; 2018: 3%; 2019:3%
Polaridade	Menor Melhor
Fórmula:	= 100 x [(720 - HrDispMail M) / 720] **720:** quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista. **HrDispMail M:** Diferença entre a quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista e a aferição do somatório de horas de disponibilidade alcançada.
Metas alcançadas:	0,561%

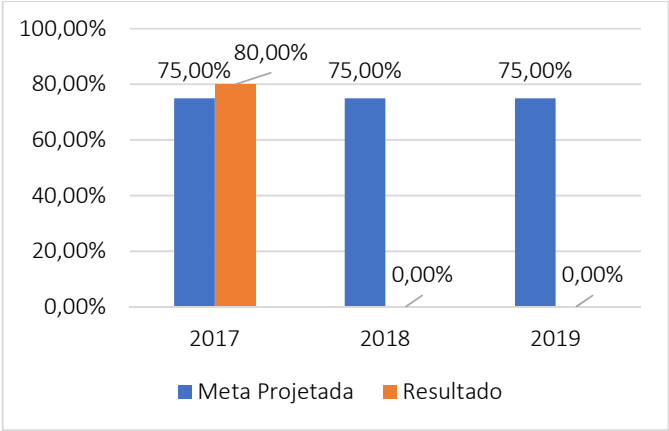
Gráfico 15 Indicador 12id3 Índice de indisponibilidade do serviço de e-mail (Expresso)



INDICADOR 12ID4 ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE TIC PREVISTAS NO PDTIC

Meta:	Manter acima de 75%, o atendimento anual às demandas de TIC previstas no PDTIC
Descrição:	O indicador mede o nível de demandas anuais atendidas dos projetos previstos viáveis do PDTIC em relação ao total de demandas e busca medir a **EFICÁCIA** do Escritório de Projetos de TIC (EPTIC) em atender às áreas de negócio da ACMD
Alocação da meta por lançamento:	2017: 75%; 2018: 75%; 2019: 75%.
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (ProjPdticAt A / ProjPdticPrev A) **ProjPdticAt A**: aferição do quantitativo de projeto implementados pelo EPTIC, no ano atual. **ProjPdticPrev A**: mensuração do quantitativo total de projetos previstos no PDTIC, no ano atual. Medido por meio do controle das demandas atendidas pelo EPTIC
Metas alcançadas:	80%

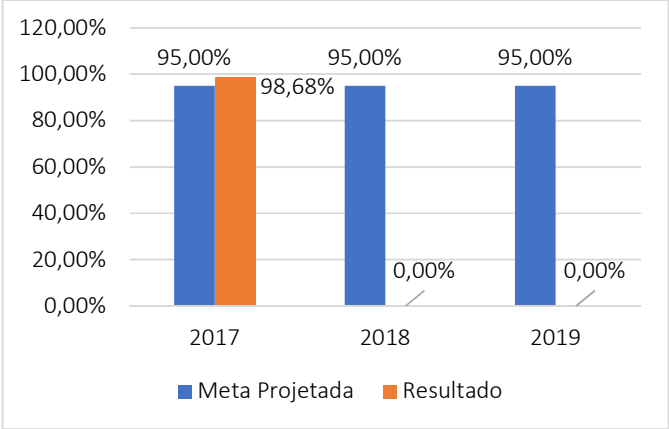
Gráfico 16 Indicador 12id4 Índice de atendimento às demandas de TIC previstas no PDTIC



INDICADOR 12ID5 ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE NOS SERVIÇOS DE TIC

Meta:	Manter acima de 95%, o nível de satisfação dos usuários demandantes de serviços de TIC
Descrição:	O indicador mede o nível de satisfação dos usuários que demandaram serviços de TIC por intermédio da Central de Serviços. Busca medir a **EFETIVIDADE** de acordo com a visão do usuário da ACMD.
Alocação da meta por lançamento:	2017: 95%; 2018: 95%; 2019:95%.
Polaridade	Maior Melhor
Fórmula:	= 100 x (AvlBO A / AvlT A) **AvlBO A**: aferição do somatório das avaliações "bom" e "Ótimo", no ano atual. **AvlT A**: mensuração do quantitativo de avaliações, no ano atual.
Metas alcançadas:	98,68%

Gráfico 17 Indicador 12id5 Índice de satisfação do cliente nos serviços de TIC



OUTROS INDICADORES OPERACIONAIS DA SG

Outros indicadores de nível operacional também poderão ser constatados nas abordagens a serem feitas no decorrer dos capítulos 4 e 5 deste relatório.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA ESG

INDICADOR DE EFICÁCIA

A eficácia refere-se aos resultados obtidos pela organização. Traduz a percepção de fazer os produtos ou serviços corretamente, medindo a qualidade pela satisfação dos clientes.

Fórmula do Indicador de Eficácia: Indicador de eficácia = Somatório dos índices de cada curso / Total da carga horária x 100;

Trata-se de indicador sobre a medição da formação de egressos frente às horas-aulas previstas e realizadas em relação à quantidade de estagiários previstos e capacitados;

Objetivo: Medir o desempenho da gestão, em relação à obtenção do produto final da ESG, que é o aluno capacitado;

Meta para o ano: acima de 75%;

Considerando que: Eficácia = estagiários formados/previsão de estagiários;

Índice = eficácia x carga horária (peso)

Sendo que a eficácia, então, é medida dividindo-se o somatório dos índices de cada curso pelo somatório dos respectivos pesos (o peso atribuído corresponde à carga-horária prevista para cada curso). O índice de cada curso é determinado pelo produto da eficácia desse curso pelo peso.

Critérios de avaliação: Excelente: 95% a 100%; Muito bom: 80% a 94,9%; Bom: 60% a79,9%; Regular: 50% a 59,9%; e Insuficiente: 0 a 49,9%.

Tabela 19 Eficácia - Dados dos cursos da ESG em 2017

CURSO	PESO (CARGA HORÁRIA)	ESTAGIÁRIOS MATRICULADOS	ESTAGIÁRIOS FORMADOS	EFICÁCIA	ÍNDICE
CAEPE	1.035	91	91	1,00	1.035
CSIE	673	33	33	1,00	673
CADSUL	178	18	18	1,00	178
CEMC	504	19	19	1,00	504
CGERD	156	38	38	1,00	156
CLMN	507	30	30	1,00	507
CDICA	117	33	33	1,00	117
CSUPE	190	56	55	0,98	187
CSD	246	183	183	1,00	246
CDIPLOD	188	20	18	0,90	169
CTEAD	144	21	21	1,00	144
TOTAL	**3.938**	**542**	**539**	**0,99**	**3.916**
INDICADOR DE EFICÁCIA DA ESG					**99%**

Fonte: Secretaria do Departamento de Estudos.

INDICADOR DE EFICIÊNCIA

A eficiência preocupa-se com o melhor aproveitamento dos recursos, para a obtenção dos resultados planejados pela organização. Corresponde a fazer mais e melhor, com os mesmos recursos, ou menos.

No que tange à aferição da eficiência, além do parâmetro “estagiário formado”, deve-se determinar o gasto para a capacitação de um aluno. Como parâmetro de referência utilizar-se-á a Hora-Aula-Aluno – HAA, que corresponde a 1 (uma) hora de aula/atividade por estagiário. Ou seja, quanto se gastou, para haver um estagiário em sala de aula ou em atividade externa por hora.

Para medir a eficiência, considera-se o seguinte:

Fórmula do Indicador de Eficiência dos Gastos Financeiros

Indicador de eficiência = Valor Estimado / Valor Realizado x 100

Objetivo: medir a forma em que os recursos são investidos para capacitar os estagiários da ESG.

Meta para o ano: acima de 75%

Considerando que:

Valor Estimado = Crédito previsto com custeio/HAA prevista

Valor Realizado = Crédito recebido com custeio/HAA realizada

Sendo:

Orçamento de custeio = Crédito de custeio previsto para o ano.

Total de HAA previstas = ∑ Nº de alunos previstos x Carga horária prevista do curso.

Total de HAA realizada = ∑ Nº de alunos realizados x Carga horária realizada do curso.

Critérios de avaliação: Excelente: 95% a 100%; Muito bom: 80% a 94,9%; Bom: 60% a 79,9%; Regular: 50% a 59,9%; e Insuficiente: 0 a 49,9%.

Para medir a eficiência da Escola nessa missão, foi desenvolvida a tabela a seguir. O valor referência é o valor estimado, calculado pela divisão do orçamento de custeio da ESG previsto para 2017, pelo total de horas /aulas / alunos previstos:

Tabela 20 Eficiência - Dados dos cursos da ESG em 2017

CURSO	PESO (CARGA HORÁRIA)	PESO (CARGA HORÁRIA) EXECUTADA	ESTAGIÁRIOS MATRICULADOS	ESTAGIÁRIOS FORMADOS	HAA * Prevista	HAA * Realizada (CARGA EXECUTADA x ESTAGIÁRIO FORMADO)
CAEPE	1.035	1.035	91	91	94.185	94.185
CSIE	673	673	33	33	22.209	22.209
CADSUL	178	178	18	18	3.204	3.204
CEMC	504	504	19	19	9.576	9.576
CGERD	156	156	38	38	5.928	5.928
CLMN	507	507	30	30	15.210	15.210
CDICA	117	117	33	33	3.861	3.861
CSUPE	190	190	56	55	10.640	10.450
CSD	246	246	183	183	45.018	45.018
CDIPLOD	188	188	20	18	3.760	3.384
CTEAD	144	144	21	21	3.024	3.024
TOTAL	**3.938**	**3.938**	**542**	**539**	**2.134.396**	**2.122.582**
INDICADOR DE EFICIÊNCIA DA ESG						**121%**

Fonte: Secretaria do Departamento de Estudos.

*HAA= HORA AULA ALUNO = (Horas de aula x Número de alunos)

Usa-se o termo “aula” para designar qualquer atividade curricular interna ou externa.

Memória de cálculo:

Indicador de Eficiência = (Valor Estimado) / (Valor Realizado) =
= [(Crédito Previsto) / (HAA Prevista)] / [(Crédito Recebido) / (HAA Realizada)] =
= [(7.540.164) / (2.134.396)] / [(6.178.342) / (2.122.582)] = (3,527734) / (2,910767) = 1,21 x 100 = 121%
Valor Estimado = Crédito previsto com custeio / HAA prevista
Valor Realizado = Crédito recebido com custeio / HAA realizado
Valor estimado = Crédito de Custeio previsto para 2017
Total de HAA previstas para 2017
Crédito previsto = R$ 7.540.164 (LOA/GND3)
∑ Nº de alunos x Carga horária do curso
Valor Estimado = R$ 3,53
Crédito recebido = R$ 6.178.342,00
∑ Nº de alunos x Carga horária do curso
Valor Realizado = R$ 2,91
Índice de Eficiência = 121%

ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS OBSERVADOS

Eficácia: conclui-se com o resultado apresentado pelo indicador de eficácia de 99%, revela elevado desempenho das atividades realizadas pela ESG, que atuou em consonância com o planejamento previsto para o exercício de 2017.

Eficiência: conclui-se que, considerando os custos e os desembolsos envolvidos na capacitação dos estagiários, que o indicador de eficiência, 121% revela um bom desempenho da ESG, levando-se em consideração o corte sofrido no orçamento. No entanto, releva mencionar que houve um aporte de recursos em outra ação orçamentária, o que acabou por contribuir para o desempenho apurado.

2.5 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DOS COMANDOS MILITARES E DO MD

INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DO COMANDO DA MARINHA

Seguem a seguir relacionados os programas e projetos estratégicos da Marinha do Brasil que receberam recursos no exercício de referência:

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL (SISGAAZ)

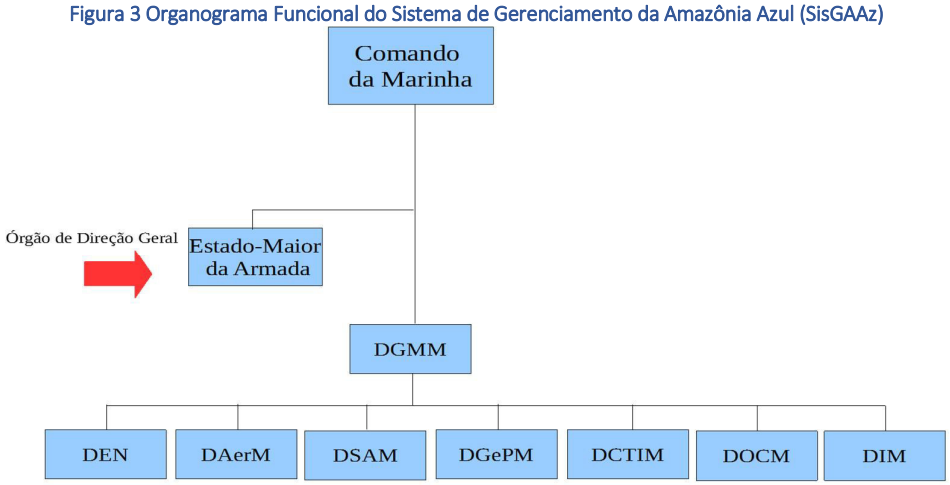
DESCRIÇÃO

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) tem por missão monitorar e controlar, de forma integrada, as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento (SAR – Search and Rescue), a fim de contribuir para a mobilidade estratégica, representada pela capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça, emergência, agressão ou ilegalidade.

2.5.1.1.2 Organograma Funcional

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada à Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto, em coordenação com as seguintes Diretorias Especializadas: Diretoria de Engenharia Naval (DEN), Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM), Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM), Diretoria de Obras Civis da Marinha (DOCM), Diretoria Industrial da Marinha (DIM).

Figura 3 Organograma Funcional do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)



Fonte: Marinha do Brasil

GRUPOS DE INTERESSE

Ministério da Defesa (MD), Marinha do Brasil (MB), Comando do Controle do Tráfego Marítimo, Comando em Chefe da Esquadra, Distritos Navais, Salvamar Brasil, Salvamar Sudeste, Salvamar Leste, Salvamar Nordeste, Salvamar Norte, Salvamar Sul, Salvamar Oeste e Salvamar Noroeste.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R$ 12.000.000.000,00

O projeto foi interrompido em 29/10/2015, na fase de contratação, que envolve seleção da melhor solução para o desenvolvimento do Projeto e contratação da empresa que desempenhará o papel de "Main Contractor". Três empresas (EMBRAER, ODT e ORBITAL) apresentaram propostas, em 19/01/2015, para o desenvolvimento do SisGAAz em consonância com o RFP. Uma Comissão de Avaliação de Arquitetura (CAvA), composta por cerca de 96 integrantes de diversos Setores da MB estudou e avaliou as propostas. Com o apoio da Fundação COPPETEC, foi aplicado um método de análise multicritério à decisão (AMD) para a avaliação e classificação das propostas que produziu uma short list com as três empresas.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional.

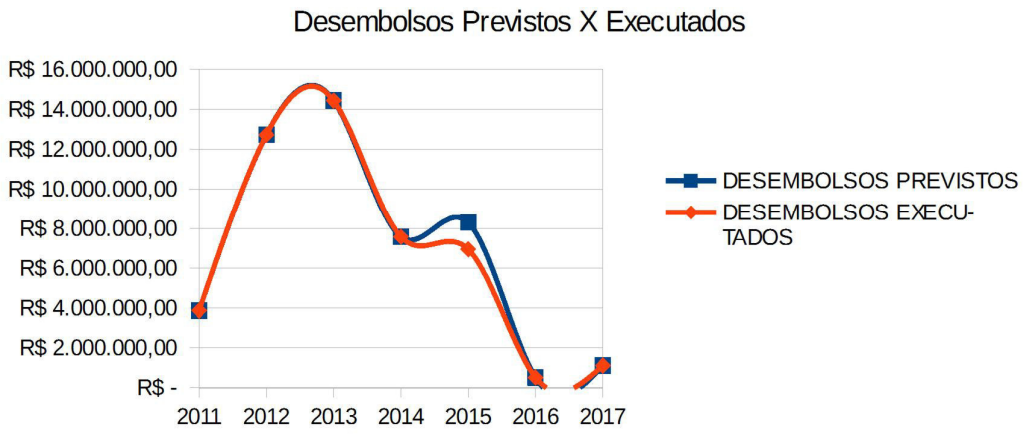
VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 21 Valores do SisGAAz

	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2011	R$ 3.877.200,00	R$ 3.877.200,00	R$ 3.877.200,00
2012	R$ 12.717.219,00	R$ 12.717.219,00	R$ 12.717.219,00
2013	R$ 14.423.191,00	R$ 14.423.191,00	R$ 14.423.191,00
2014	R$ 7.581.702,00	R$ 7.581.702,00	R$ 7.581.702,00
2015	R$ 8.296.236,62	R$ 6.949.194,00	R$ 4.116.703,00
2016	R$ 515.468,76	R$ 515.468,76	R$ 3.347.959,76
2017	R$ 1.115.620,20	R$ 1.115.620,20	R$ 1.115.620,20
TOTAL	R$ 48.526.637,58	R$ 47.179.594,96	R$ 47.179.594,96

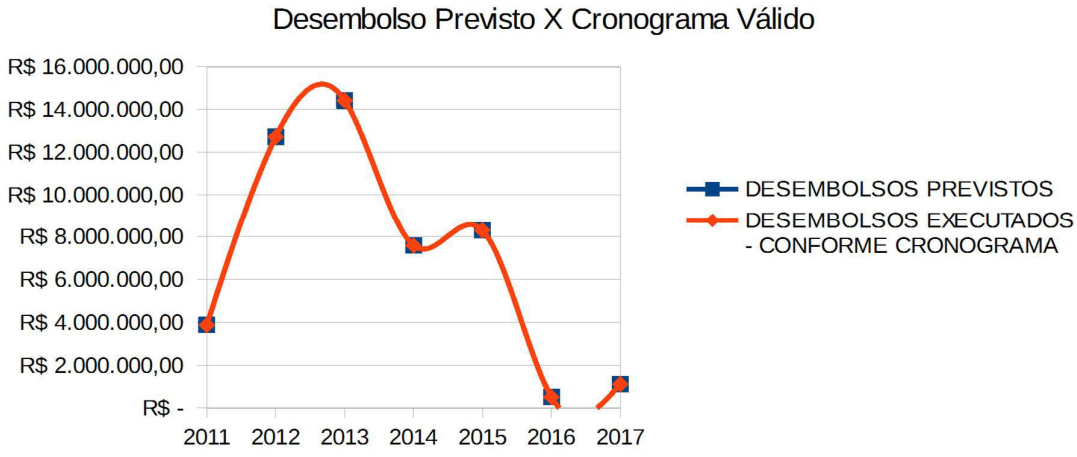
Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 18 SisGAAZ - Comparativo cronograma original x valores pagos



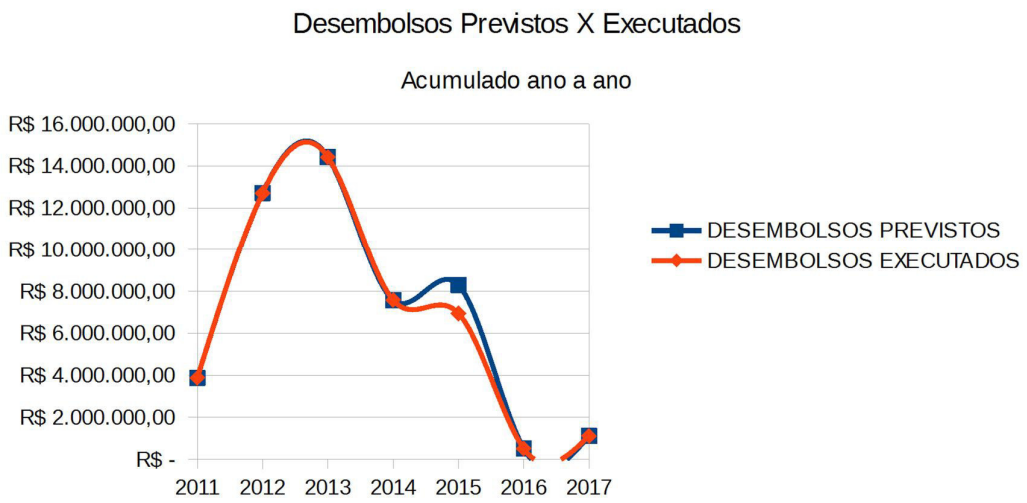
Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 19 SisGAAZ - Comparativo cronograma original x cronograma válido



Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 20 SisGAAZ - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados



Fonte: Marinha do Brasil

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

Não se aplica.

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

Os prazos previstos quando do início do projeto:

Para a fase de concepção de 2011 a 2014;

Para a fase de contratação de 2014 a 2017; e

Para a fase de desenvolvimento de 2017 a 2027, o desenvolvimento é dividido em 4 (quatro) módulos:

- Módulo 1 de 2017 a 2021;
- Módulo 2 de 2021 a 2024;
- Módulo 3 de 2023 a 2026; e
- Módulo 4 de 2025 a 2027.

Devido à interrupção do projeto em OUT2015, a fase de contratação não foi concluída e estudos estão sendo elaborados para viabilizar a implementação paulatina do SisGAAz. Após os estudos e reabertura do projeto, o cronograma deverá ser atualizado.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

- Contrato 01 com a Fundação Atech – Elaboração do Plano de Gerenciamento do Projeto, Conceito Operacional do SisGAAz, Requisitos e Arquitetura de Alto Nível.
- Contrato 02 (Aditivo) com a Fundação Ezute (antiga Fundação Atech) – Consultoria Técnica para a continuidade do processo de obtenção do SisGAAz.
- Contrato 03 com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC) – Elaboração do processo de análise multicritério à decisão para avaliação das propostas do SisGAAz para a geração da Short List
- Contrato 04 com a Fundação Ezute – Elaboração de estudo de viabilidade de implementação paulatina do SisGAAz

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

O projeto foi interrompido em outubro de 2015 em virtude de restrições orçamentárias. O Estado-Maior da Armada (EMA) solicitou à Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM) estudos para verificar a viabilidade da retomada do projeto em data a ser definida caso o SisGAAz pudesse ser implementado de forma paulatina.

HELICÓPTEROS MULTIEMPREGO (HME S – 70B SEAHAWK)

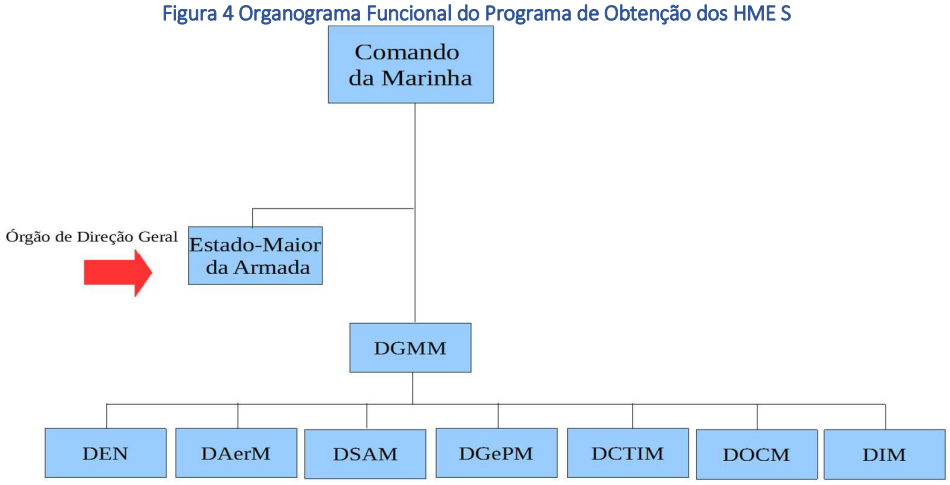
DESCRIÇÃO

Obtenção de 6 Aeronaves (ANV) S-70B Seahawk e 1 simulador de missão via FMS CASE BR-P-SDE, junto à empresa Sikorsky. As ANV estão sediadas no 1º Esquadrão de Helicópteros Antissubmarinos.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM), subordinada à Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), é a Diretoria Especializada e Coordenadora do Programa de Obtenção dos HME S.

Figura 4 Organograma Funcional do Programa de Obtenção dos HME S



Fonte: Marinha do Brasil

GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando em Chefe da Esquadra, Diretoria de Sistema de Armas da Marinha, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria Aeronáutica voltada para simulação de voo e manutenção de equipamentos aeronáuticos.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

Início do projeto (2008): R$ 723.101.022,00 (taxa de câmbio R$ 3,50);

Atual: R$ 1.388.117.024,00 (taxa de câmbio R$ 3,50).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional

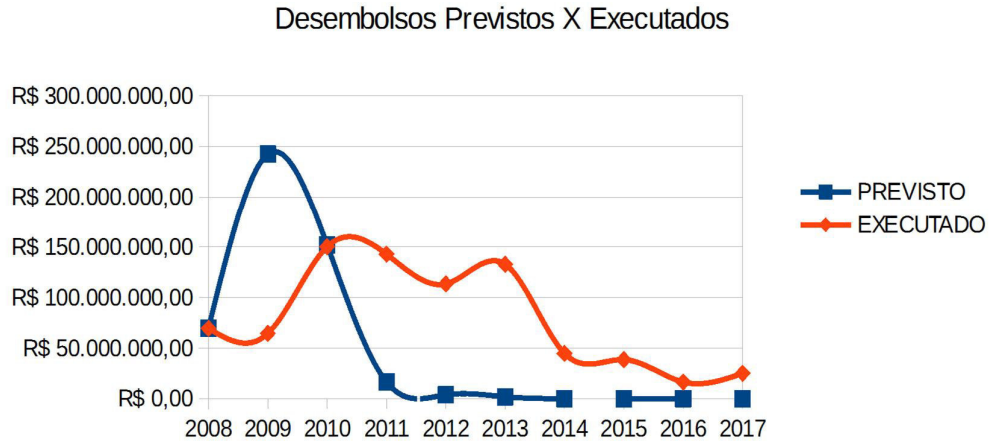
VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 22 Valores do HME S

	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2008	R$ 69.531.302,40	R$ 69.531.302,40	R$ 69.531.302,40
2009	R$ 64.536.316,00	R$ 64.536.316,00	R$ 64.536.316,00
2010	R$ 150.368.611,80	R$ 150.368.611,80	R$ 150.368.611,80
2011	R$ 142.902.148,00	R$ 142.902.148,00	R$ 142.902.148,00
2012	R$ 113.502.278,00	R$ 113.502.278,00	R$ 113.502.278,00
2013	R$ 132.889.046,40	R$ 132.889.046,40	R$ 132.889.046,40
2014	R$ 44.755.040,00	R$ 44.755.040,00	R$ 44.755.040,00
2015	R$ 38.670.210,90	R$ 38.670.210,90	R$ 38.670.210,90
2016	R$ 16.440.000,00	R$ 16.440.000,00	R$ 16.440.000,00
2017	R$ 25.098.750,00	R$ 25.098.750,00	R$ 25.098.750,00
TOTAL	R$ 798.693.703,50	R$ 798.693.703,50	R$ 798.693.703,50

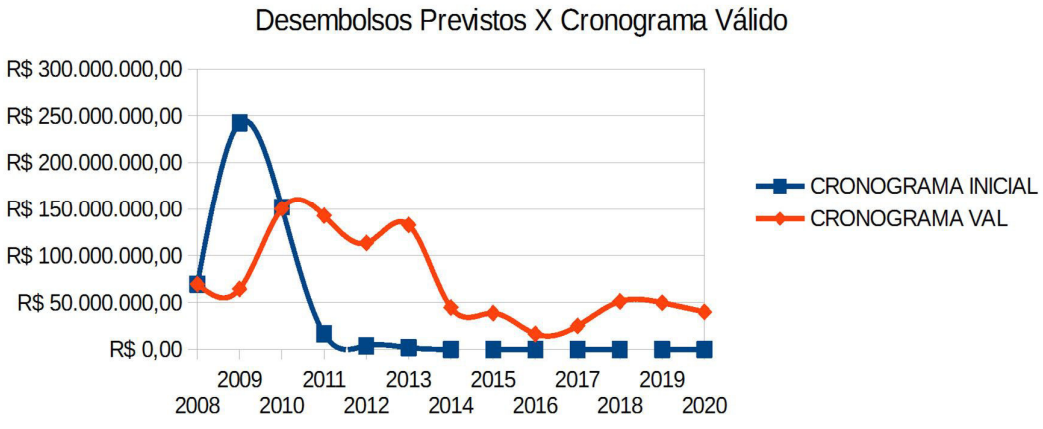
Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 21 HME-S - Comparativo cronograma original x valores pagos



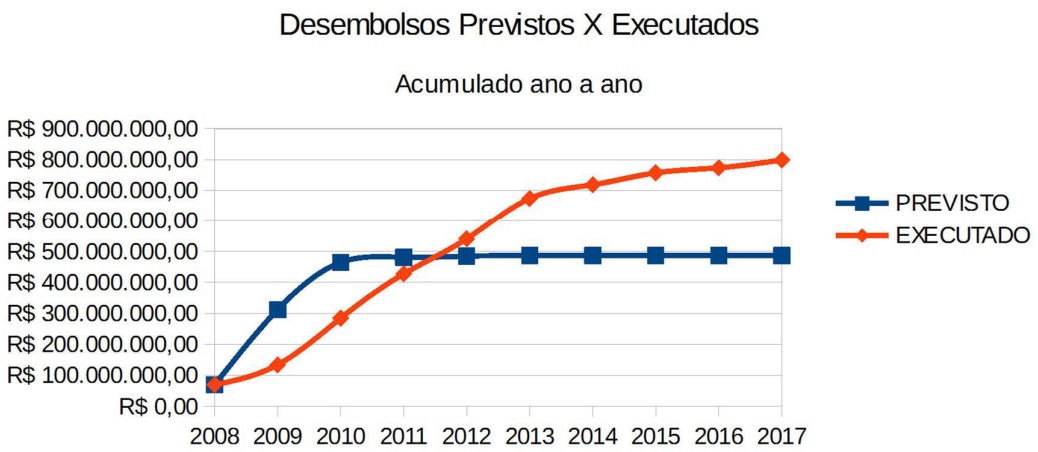
Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 22 HME-S - Comparativo cronograma original x cronograma válido



Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 23 HME-S - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados



Fonte: Marinha do Brasil

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

Não se aplica.

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

Tabela 23 Prazos de Execução do HME S

CONTRATO	ANO ASSINATURA	PRAZO EXECUÇÃO
LOA*	2008	JUN/2013
TERMO ADITIVO 1	2009	DEZ/2013
TERMO ADITIVO 2: Inclusão de mais 2 helicópteros S-70B	2011	JUN/2017
TERMO ADITIVO 3	2012	DEZ/2017
TERMO ADITIVO 4	2013	DEZ/2017
TERMO ADITIVO 5: Inclusão do Simulador de Missão, ampliação para 30 OVN e adequação do CF	2015	MAR/2019
TERMO ADITIVO 6: Alteração das especificações do simulador, com redução do valor global do contrato, e readequação do CF	2015	SET/2020
TERMO ADITIVO 7	2017	SET/2020

Fonte: Marinha do Brasil. (*) Letter of Offer and Acceptance

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Não há acordo de compensação, devido à obtenção via Foreign Military Sales (FMS).

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM).

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

Tabela 24 Descrição Resumida dos Contratos do HME S

CONTRATO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
LOA	Aquisição de 4 helicópteros S-70B e apoio logístico completo
TERMO ADITIVO 1	Integração dos rádios Rhode&Schwartz e inclusão do sonar HELRAS
TERMO ADITIVO 2	Inclusão de mais 2 helicópteros S-70B
TERMO ADITIVO 3	Inclusão de Cartridge Actuated Devices e adequação do cronograma financeiro (CF)
TERMO ADITIVO 4	Inclusão de 25 Óculos de Visão Noturna (OVN) e adequação do CF
TERMO ADITIVO 5	Inclusão do Simulador de Missão, ampliação para 30 OVN e adequação do CF
TERMO ADITIVO 6	Alteração das especificações do simulador, com redução do valor global do contrato, e readequação do CF
TERMO ADITIVO 7	Criação de três novas "linhas" (Support Equipament, Supply Support e Transportation) para suportar a obtenção do Simulador

Fonte: Marinha do Brasil

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Variação dos custos: a variação dos custos ocorreu em função da alteração no número de ANV contratadas, de 04 para 06 ANV; aquisição de óculos de visão noturna; e inclusão do simulador tático de missão. Cumprimento dos prazos: os prazos estão sendo cumpridos de acordo com o contrato. Atendimento do escopo: o escopo das ANV foi atendido, estando o simulador com previsão de entrega no segundo semestre de 2020.

PROTÓTIPO DO REATOR NUCLEAR

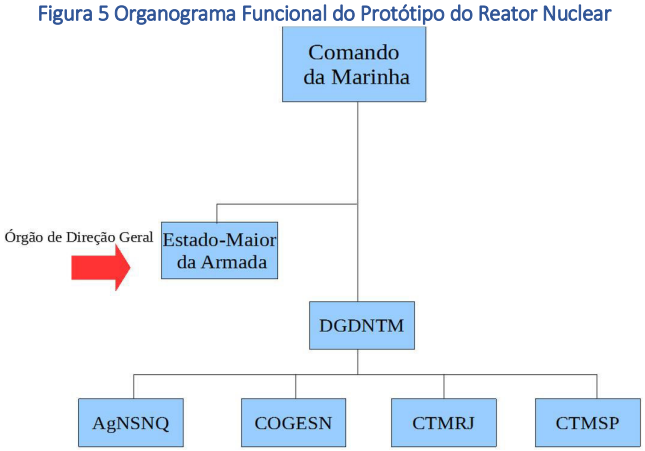
DESCRIÇÃO

Este projeto tem como objetivo a implantação do Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica (LABGENE) e o desenvolvimento da Propulsão Nuclear para Submarinos. Para consecução desse objetivo, é necessária a realização de pesquisas tecnológicas e a implementação de processos tecnológicos para a produção de elementos combustíveis de reatores nucleares; a construção de reatores nucleares de teste para a propulsão naval e geração de energia; assim como a construção, adequação, operação, manutenção, descomissionamento e apoio logístico necessários a esse desenvolvimento; e a viabilização de parte da cadeia logística do Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR).

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), subordinado à Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto.

Figura 5 Organograma Funcional do Protótipo do Reator Nuclear



Fonte: Marinha do Brasil

GRUPOS DE INTERESSE

País, Ministério da Defesa, Marinha do Brasil, Ministério da Saúde, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Indústrias Nucleares Brasileiras, Universidades e Sociedade.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R$ 6.834.730.000,00.

As restrições orçamentário-financeiras e a variação cambial em passado recente impactaram negativamente o ritmo das atividades e contratações, implicando em renegociações contratuais e revisões das necessidades orçamentárias para o PNM.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 25 Valores do PNM. Dados de Registros Históricos do CTMSP (valores pagos convertidos em dólar no dia do pagamento, reconvertidos em Reais pelo dólar médio do ano)

ANO	DÓLAR EQUIVALENTE	DÓLAR MÉDIO DO ANO	PAGO (R$)
2000	33.178.902,00	1,8264	60.597.946,61
2001	23.021.841,00	2,3538	54.188.809,35
2002	21.880.017,00	2,9311	64.132.517,83
2003	18.763.713,00	3,0715	57.632.744,48
2004	18.495.346,00	2,9263	54.122.931,00
2005	19.428.386,00	2,4345	47.298.405,72
2006	39.364.839,00	2,1772	85.705.127,47
2007	28.482.334,00	1,9496	55.529.158,37

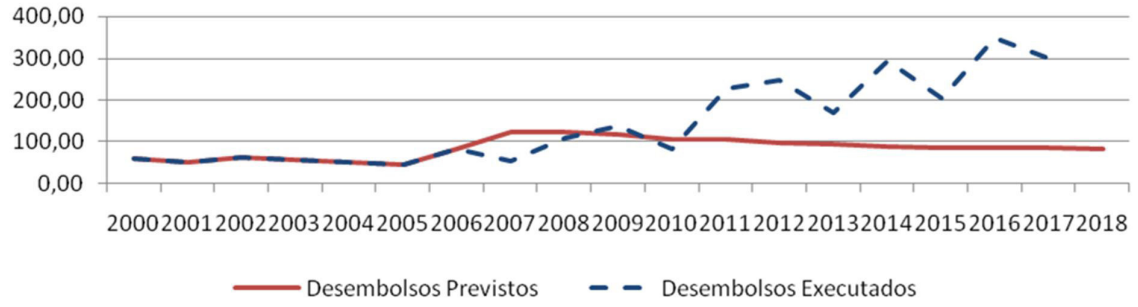
Fonte: Marinha do Brasil

Tabela 26 Dados do Tesouro Gerencial (R$ 1,00)

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO*	PAGO*
2008	111.361.414,79	111.039.835,48	111.202.001,11
2009	181.265.486,23	142.273.154,66	139.617.343,94
2010	118.627.065,40	89.284.803,80	84.739.419,61
2011	188.417.985,73	238.825.125,44	226.921.763,14
2012	299.816.216,61	237.999.099,34	249.629.261,45
2013	371.049.999,00	235.815.135,95	169.863.748,85
2014	347.635.675,71	248.946.852,84	294.207.360,73
2015	254.013.314,06	238.345.308,34	205.217.137,44
2016	160.369.766,16	328.148.124,05	348.755.462,83
2017	388.099.495,72	279.582.251,39	299.249.326,74
TOTAIS	**2.420.656.419,41**	**2.150.259.691,29**	**2.129.402.825,84**

Fonte: Marinha do Brasil. *Incluiu valores de Restos a Pagar.

Gráfico 24 Protótipo do Reator Nuclear - Comparativo cronograma original x valores pagos



Fonte: Marinha do Brasil

Obs.: Por tratar- se de um projeto de desenvolvimento, diversos custos foram identificados no decorrer do projeto.

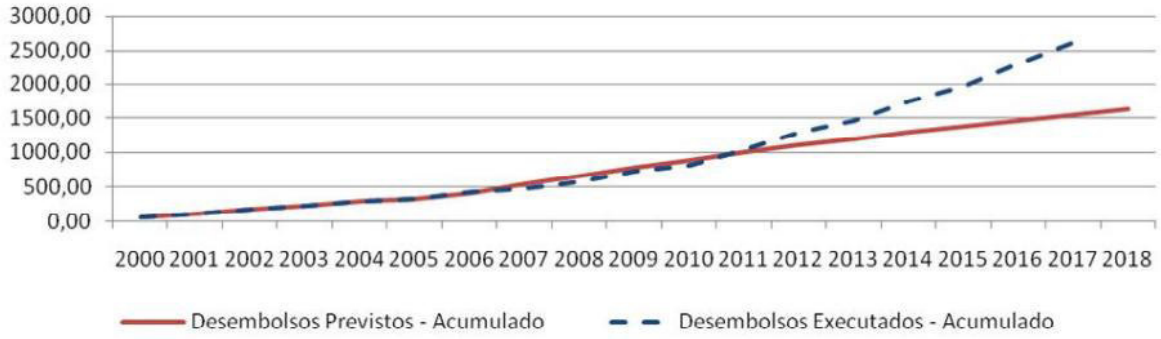
Gráfico 25 Protótipo do Reator Nuclear - Comparativo cronograma original x cronograma válido



Fonte: Marinha do Brasil

Obs.: Os custos reais foram mais bem delineados ao final de um período vegetativo (2000 a 2008). A partir de então o aporte de recursos se deu de forma irregular, demandando uma necessidade elevada de recursos nos anos de 2018 e 2019 a fim de permitir o cumprimento do marco de início do comissionamento do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE) em 2021. A partir daí, há custos previstos de operação das instalações que devem estabilizar-se por volta de 2025.

Gráfico 26 Protótipo do Reator Nuclear - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados



Fonte: Marinha do Brasil

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

Não se aplica.

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

O projeto vivenciou inúmeras restrições orçamentárias, tendo passado inclusive por estados "vegetativos" que impediram seu avanço em alguns momentos. Em 2008, a previsão de prontificação do LABGENE era para 2014.

Antes dos cortes orçamentários em 2015 e 2016, o início do comissionamento do LABGENE estava previsto para o final de 2018. Todavia, fruto da complexa redução em tela, acarretou-se nova revisão de horizonte para 2021, tendo ocorrido: desmobilização de equipes; alteração de ritmos de contratos; renegociação de preços com fornecedores; entre outras consequências de difícil previsão e mensuração.

Não se pode esquecer que além dos óbices enfrentados com a disponibilidade de recursos orçamentários, há o ineditismo do projeto, a dificuldade em encontrar fornecedores qualificados que atendam aos requisitos técnicos severos do PNM e a elevação da carga burocrática para a execução financeira e processos administrativos, ocasionando morosidade no processamento de faturas e licitações.

Atualmente, mantém-se a previsão de início do comissionamento do LABGENE para 2021, sendo observados avanços significativos no que tange o andamento de obras civis dos prédios e da infraestrutura que compõem o empreendimento.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Não aplicável

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

Tendo em vista as características particulares do projeto (sigilo do tema, requisitos técnicos rigorosos, ineditismo no desenvolvimento da tecnologia, caráter multidisciplinar das atividades), optou-se pela administração direta dos contratos ao invés da contratação de uma única empresa integradora.

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

O PNM, criado em 1979, está sendo executado pelo CTMSP, e tem como um dos objetivos desenvolver e construir um protótipo de reator nuclear para a propulsão naval, assim como a obtenção de seus insumos. O PNM é composto pelo Projeto do Ciclo do Combustível, pelo Projeto do LABGENE e pelo Projeto de Infraestrutura.

O Projeto do Ciclo do Combustível visa ao domínio do ciclo do combustível nuclear nas fases necessárias para atender ao abastecimento do LABGENE e dos futuros submarinos com propulsão nuclear. A fase de maior complexidade tecnológica está no enriquecimento do urânio, já conquistada em 1988. Contudo, para atender às necessidades de abastecimento do LABGENE e do SN-BR, há que se ampliar a atual estrutura de enriquecimento de urânio, bem como prontificar a Unidade Piloto de Produção de Hexafluoreto de Urânio (USEXA), que se encontra em fase final de montagem eletromecânica.

O Projeto do LABGENE visa a capacitar a MB para projetar, implantar, comissionar, operar e manter, em terra, um protótipo de reator nuclear, com a respectiva instalação de propulsão, com a finalidade de viabilizar a propulsão nuclear para os futuros submarinos da MB. A maior dificuldade para esse projeto tem sido o Sistema de Controle e Proteção do LABGENE, cujas negociações com a empresa Atech permanecem, visando à continuação da execução do contrato, a fim de contemplar o equilíbrio econômico-financeiro devido à renegociação do contrato por restrições orçamentárias em outubro de 2015 e a variações cambiais. As Negativas de exportação de fornecedores internacionais também representam obstáculos significativos a serem superados.

Atualmente, as obras civis dos prédios do LABGENE avançam em ritmo intenso e de acordo com a aplicação de recursos financeiros, sendo previsto o início de seu comissionamento para 2021. A previsão anterior era 2018. No que tange ao Projeto de Infraestrutura, que visa a prover as facilidades para o desenvolvimento dos projetos citados anteriormente, a sua conclusão, inicialmente prevista para 2018, também será postergada para 2021.

NAVIOS PATRULHA 500TON.

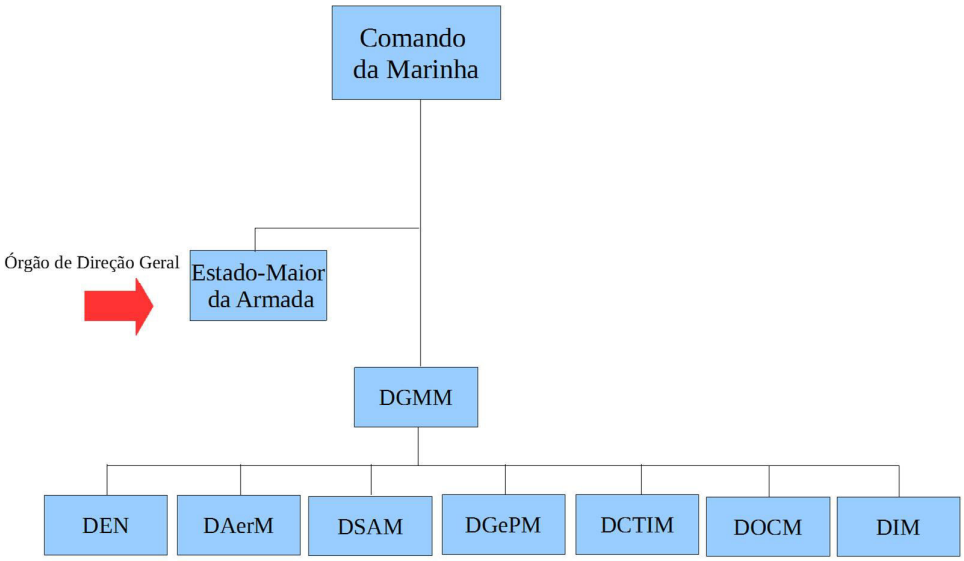
DESCRIÇÃO

O projeto prevê a construção, em estaleiro nacional, de cinco Navios-Patrulha de quinhentas toneladas (NPa500) a serem empregados nas mais variadas missões, com destaque para operações de defesa das plataformas de exploração e explotação de petróleo e gás no mar; patrulha naval e fiscalização nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB); apoio às atividades de salvaguarda da vida humana no mar, na área de responsabilidade do Brasil; e apoio às ações de Defesa Civil.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Engenharia Naval (DEN), subordinada à Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto.

Figura 6 Organograma Funcional do Projeto Navios Patrulha 500Ton



Fonte: Marinha do Brasil

GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais (CON), Comandos dos Distritos Navais, Diretoria Geral de Navegação (DGN), Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM), Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM) e Diretoria de Portos e Costas (DPC).

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R$ 462.304.016,00

Devido às restrições orçamentárias enfrentadas pela Marinha nos últimos anos, houve a necessidade de repactuação dos valores contratuais afetos a esse projeto. Como consequência, o projeto vem tendo o seu cronograma físico-financeiro reajustado anualmente. Além disso, o contingenciamento de recursos também tem obrigado à reprogramação das metas anuais. Em virtude de todos os fatos acima citados, o projeto teve um acréscimo de cerca de R$ 100 milhões no seu valor inicialmente planejado. Ressalta-se que esse valor poderá sofrer reajustes, caso venham a serem observadas restrições orçamentárias nos próximos anos.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tesouro Nacional.

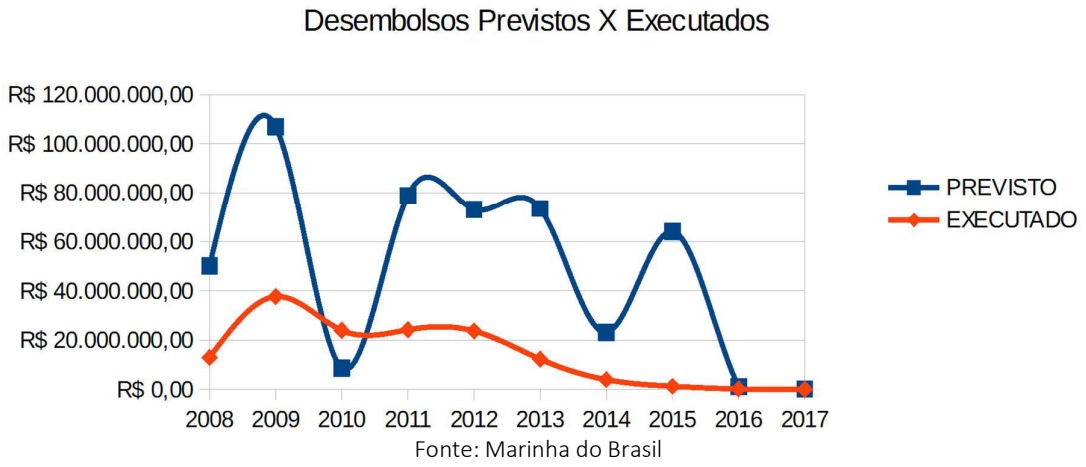
VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 27 Valores dos Navios Patrulha 500ton

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2008	R$ 23.068.285,00	R$ 23.068.285,00	R$ 13.007.094,00
2009	R$ 70.776.561,00	R$ 70.776.561,00	R$ 37.661.005,00
2010	R$ 45.792.222,00	R$ 45.792.222,00	R$ 23.968.585,00
2011	R$ 57.062.942,00	R$ 57.062.942,00	R$ 24.218.597,00
2012	R$ 61.036.221,00	R$ 61.036.221,00	R$ 23.709.544,00
2013	R$ 19.756.043,00	R$ 19.756.043,00	R$ 12.307.640,00
2014	R$ 16.078.839,00	R$ 16.078.839,00	R$ 3.997.514,00
2015	R$ 5.092.936,00	R$ 5.092.936,00	R$ 1.293.139,00
2016	R$ 250.396,00	R$ 250.396,00	R$ 243.016,00
2017	R$ 80.502,00	R$ 80.502,00	R$ 80.502,00
TOTAIS	**R$ 298.994.947,00**	**R$ 298.994.947,00**	**R$ 140.486.636,00**

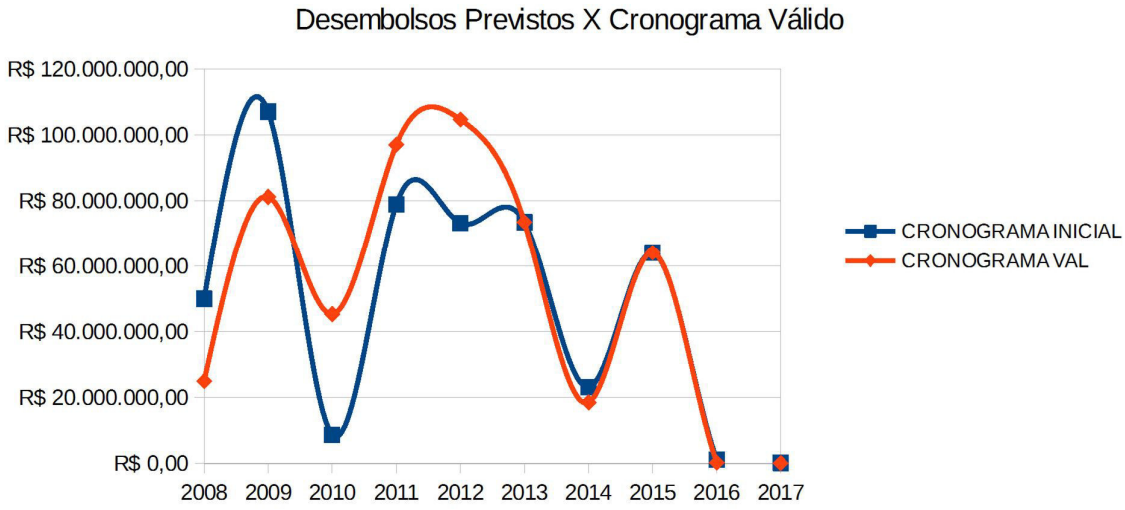
Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 27 Navios Patrulha 500ton - Comparativo cronograma original x valores pagos



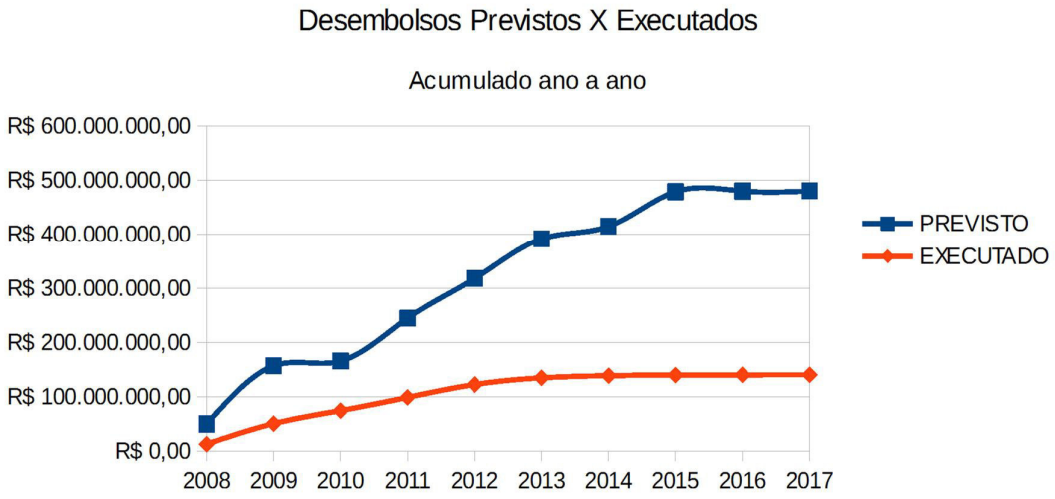
Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 28 Navios Patrulha 500ton - Comparativo cronograma original x cronograma válido



Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 29 Navios Patrulha 500ton - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados



Fonte: Marinha do Brasil

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

Não se aplica.

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

O prazo inicial contratado com o Estaleiro Ilha S.A (EISA) para a construção de 4 NPa500 era de 1470 dias corridos, a partir de 07/10/2009. O Segundo Termo Aditivo incluiu o 5º NPa500 e alterou prazo inicial de execução para 1890 dias corridos. O Terceiro Termo Aditivo alterou o prazo de execução para 2397 dias corridos. O contrato em tela foi rescindido em 2016.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

1) Entre a DEN e a empresa Constructions Mécaniques de Normandie (CMN): cumprido integralmente durante o período acordado, conforme o contido no contrato nº 45000/2008-004/00, cujo objeto era a cessão de uso do projeto (royalties); e

2) Entre a DEN e a empresa MTU Friedrichhafen (MTU-F): cumprido integralmente durante o período acordado conforme o contido no contrato nº 45000/2011-004/00, cujo objeto era o fornecimento das Unidades Propulsoras (UP).

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Engenharia Naval (DEN).

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

- Construção dos NPa com o Estaleiro Ilha S.A. (EISA) - rescindido em 03FEV2016;
- Royalties do Projeto Básico com a empresa CMN - encerrado em 28JUN2017;
- Fornecimento de Unidades Propulsoras com a MTU-F - encerrado em 26NOV2017;
- Fornecimento de Grupos Diesel Gerados com a MTU Brasil LTDA - encerrado em 01DEZ2016;
- Fornecimento de Quadros Elétricos com a SKM ELETRO ELETRÔNICA LTDA – encerrado em 14ABR2017; e
- Fornecimento do Sistema de Controle e Monitoramento (propulsão, auxiliares e controle de avarias) com o Instituto de Pesquisas da Marinha – encerrado em 30JUN2017.

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Dificuldades de ordem financeira, técnica e gerenciais enfrentadas pelo Estaleiro ILHA S/A (EISA), contratado para a construção dos meios, impactaram negativamente o cumprimento do cronograma físico-financeiro contratado, o que impossibilitou a pronticação e entrega dos navios previstos. Tais dificuldades geraram inadimplências contratuais pelo EISA, tendo, inclusive, motivado a aplicação de penalidades administrativas ao estaleiro. Em decorrência dessas dificuldades, foi instaurado, em 25 de setembro 2015, Processo Administrativo de Rescisão Contratual, o qual resultou, em 3 de fevereiro de 2016, na rescisão unilateral pela MB, após exaurimento da fase recursal pelo estaleiro.

Em decorrência, foi instaurado, em 3 de março de 2016, o Processo Administrativo de Execução da Rescisão Contratual, visando realizar a avaliação prévia, tomada de posse e retirada do material da MB existente nas instalações do EISA, incluindo-se a realização de perícia técnica e contábil, necessária à apuração de haveres e deveres relativos ao contrato rescindido, o qual foi encerrado em 07NOV2016.

É importante mencionar que durante o ano de 2016, simultaneamente com a elaboração do Processo citado, foram retirados do EISA os equipamentos (motores, grupos geradores, quadros elétricos) adquiridos pela MB e entregues ao Estaleiro, os quais foram armazenados no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) e no Depósito de Sobressalentes da Marinha no Rio de Janeiro (DepSMRJ), bem como iniciado o processo licitatório para a remoção do 1º NPa500.

No decorrer de 2017, foi dada a continuidade da retoma de posse dos bens da MB, sendo removido do EISA para o AMRJ, o 1º NPa500 (NPa Maracanã) e o material existente no almoxarifado do Estaleiro, bem como dado continuidade aos preparativos para a remoção do material (blocos e chapas) dos demais NPa, cuja remoção deverá ser concluída em 2018. A continuidade da meta depende da disponibilização de recursos orçamentários.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS (PROSUB)

DESCRIÇÃO

a) Implantar a Infraestrutura para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares:

Consiste das seguintes metas estratégicas constantes do Empreendimento Modular (EM) nº 18:

- Absorção da tecnologia para o projeto do Estaleiro e Base Naval para submarinos com propulsão nuclear;
- Construção de um Estaleiro Naval e de uma Base Naval;
- Nacionalização de sistemas e equipamentos do Estaleiro Naval e Base Naval; e
- Construção / Aquisição de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) e infraestrutura de apoio.

Serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Construção de um estaleiro dotado de Ilha Nuclear e de uma Base de Apoio que abrigará a estrutura de Comando e Controle de Submarinos, além de organizações de manutenção e adestramento de suas tripulações. A construção do Estaleiro Naval e da Base Naval está localizada no município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, em terreno contíguo ao do porto de Itaguaí. Os submarinos serão construídos nesse novo estaleiro.
- Os Próprios Nacionais Residenciais (PNR) serão distribuídos às tripulações dos submarinos e das OM de apoio que comporão o Estaleiro e a Base Naval.
- A infraestrutura de apoio engloba a obtenção de embarcações de apoio, viaturas, estrutura de segurança, saúde, telecomunicações e tecnologia da informação, levantamento hidrográfico, sinalização náutica e outras estruturas de apoio aos submarinos e às suas tripulações.

b) Dotar a MB de submarino com propulsão nuclear a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar pelo inimigo e o controle marítimo das áreas marítimas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de projetar e construir esses tipos de meios navais no País:

Consiste das seguintes metas estratégicas do Empreendimento Modular (EM) nº 19:

1. Capacitação em projeto e na construção de submarino com propulsão nuclear**;**
2. Obtenção da plataforma do Submarino com Propulsão Nuclear;
3. Contribuir para o projeto e construção da Planta de Propulsão Nuclear destinada ao SN-BR;
4. Independência e autonomia para a manutenção do SN-BR;
5. Independência e autonomia para manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema de combate do SN-BR; e
6. Nacionalização de materiais, equipamentos e sistemas do SN-BR.

Serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- obtenção da capacidade tecnológica de projetar submarinos com propulsão nuclear;
- aquisição de pacote de material para um submarino com propulsão nuclear e respectivo sistema de apoio logístico;
- projeto, construção e teste da planta de propulsão nuclear;
- gerenciamento do projeto e da construção do submarino com propulsão nuclear no Brasil; e
- capacitação para tecnologia de projeto do sistema de combate do SN-BR.

c) Dotar a MB de novos submarinos, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país:

Consiste das seguintes metas estratégicas constantes do Empreendimento Modular (EM) nº 20:

- Obtenção de 4 Submarinos com propulsão convencional, com ToT de projeto de detalhamento da seção intermediaria e de construção dos submarinos (S-BR);
- Obtenção de torpedos e equipamentos de contramedidas para S-BR;
- Nacionalização de materiais, equipamentos e sistemas dos S-BR; e
- Independência e autonomia para a manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do sistema de combate dos S-BR.

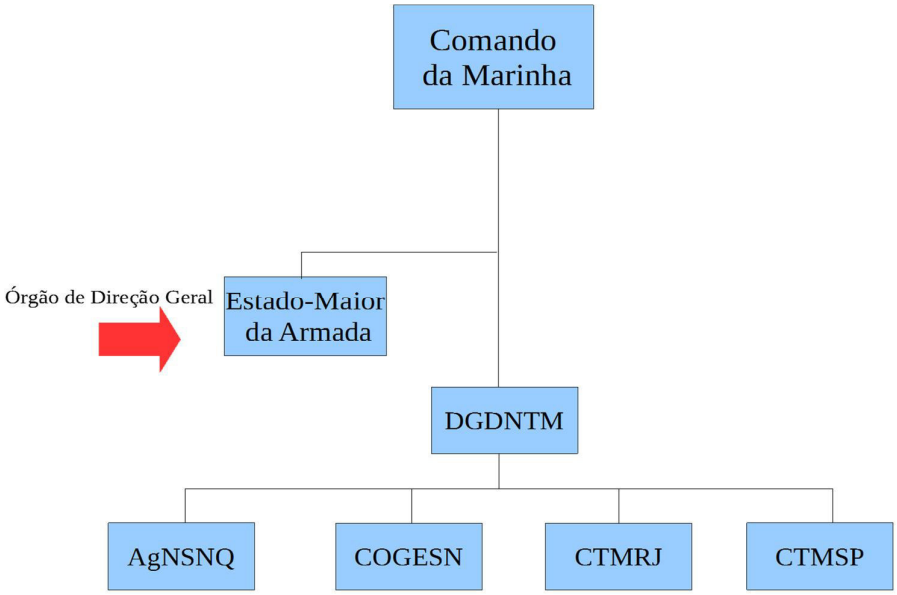
Serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Aquisição de pacotes de materiais necessários e suficientes para a fabricação de quatro submarinos convencionais (S-BR) da Classe “Scorpene” respectivos sistemas e tecnologia de construção, incluindo a transferência de tecnologia para construção de submarinos convencionais; aquisição de armamentos, despistadores e respectivos sistemas logísticos; gerenciamento da construção dos quatro S-BR no Brasil; e capacitação para a manutenção do sistema de combate dos S-BR.
- Destarte, a missão da COGESN é executar as tarefas expressas nos itens a, b e c acima citadas, com o propósito de contribuir para o preparo e aplicação do Poder Naval, no tocante às atividades relacionadas com o Setor de desenvolvimento nuclear e tecnológico da Marinha. Ao realizar o esforço necessário para cumprir a sua Missão, a COGESN reforça o cumprimento da missão da Marinha, haja vista que contribui com a tarefa de preparar o Poder Naval, com a finalidade precípua de contribuir para a Defesa da Soberania Nacional e da Pátria.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), subordinada à Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), tem o propósito de atuar como órgão executivo central de gestão do projeto.

Figura 7 Organograma Funcional do Prosub



Fonte: Marinha do Brasil

GRUPOS DE INTERESSE

A MB, representada, na época, pelo Diretor-Geral do Material da Marinha firmou um contrato comercial entre o Consórcio Baía de Sepetiba (CBS), integrado pela "Direction des Constructions Navales et Services" (DCNS), hoje denominada NAVAL GROUP, e pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO), com vistas ao fornecimento de material, prestação de serviços e transferência de tecnologia para a construção de submarinos convencionais e nucleares, bem como a construção de uma nova base naval e de um novo estaleiro adequado à construção de submarinos com propulsão nuclear.

Além desses parceiros comerciais, firmados através de contratos, a COGESN com o intuito de minimizar a utilização de mão de obra, além da existente, utiliza a própria estrutura da MB para apoiar o desenvolvimento do projeto. Além disso, cabe destacar participação de Universidades como: USP e UFRJ que prestam cursos de capacitação em vários setores e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) que participa de forma ativa no licenciamento da área nuclear.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

Tabela 28 Valores Global Estimado do Prosub (R$ 1,00)

PROJETO	SUBPROJETO	2009	2014	2015	2016
PROSUB	Implementação da infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	6.972.014.082,00	9.177.000.000,00	12.390.262.266,00	12.497.864.405,00
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	8.913.028.235,00	8.913.028.235,00	8.913.028.235,00	12.140.566.424,00
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	10.543.832.439,00	10.543.832.439,00	10.543.832.439,00	10.862.930.153,00
	TOTAL	**26.428.874.756,00**	**28.633.860.674,00**	**31.874.122.940,00**	**35.501.359.982,00**

Fonte: Marinha do Brasil

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tabela 29 Fontes de Financiamento do Prosub (R$ 1,00)

PROJETO	SUBPROJETO	DESCRIÇÃO SUMÁRIA			
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	Implantação da infraestrutura, consistindo da construção de uma unidade de fabricação de estruturas metálicas, um estaleiro de construção, um estaleiro de manutenção dotado de ilha nuclear e uma base de apoio que abrigará a estrutura de comando e controle	VALOR ATUALIZADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017		12.497.864.405,00
			FONTES DE FINANCIAMENTO	PÚBLICA TESOURO	12.307.732.155,00
				PÚBLICA OP. CRÉDITO	190.132.250,00
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	Aquisição de tecnologia de projeto de submarino com propulsão nuclear; aquisição de pacote de material para um submarino de propulsão nuclear e respectivo sistema logístico, exceto a planta de propulsão nuclear; gerenciamento do projeto e construção do submarino	VALOR ATUALIZADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017		12.140.566.424,00
			FONTES DE FINANCIAMENTO	PÚBLICA TESOURO	4.089.861.118,22
				PÚBLICA OP. CRÉDITO	8.050.704.305,78
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	Aquisição de pacotes de materiais para quatro submarinos convencionais S-BR, respectivos sistemas e tecnologia de construção; aquisição de torpedos, despistadores de torpedos e respectivos sistemas logísticos; gerenciamento da construção dos quatro S-BR	VALOR ATUALIZADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017		10.862.930.153,00
			FONTES DE FINANCIAMENTO	PÚBLICA TESOURO	1.516.260.358,65
				PÚBLICA OP. CRÉDITO	9.346.669.794,35

Fonte: Marinha do Brasil. Observação: Taxa de câmbio R$ 1 = 4.067EUR (Dia 22/03/2018)

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 30 Valores Empenhados/Liquidados e Pagos do Prosub

ANO DE LANÇAMENTO: 2017				
PROJETO	SUBPROJETO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (EXERCÍCIO + RPNP)	VALORES PAGOS (EXERCÍCIO + RPNP)
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	376.297.028,84	408.678.096,19	409.771.223,45
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	377.331.959,77	366.198.985,95	365.441.879,16
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	961.058.038,37	917.866.853,85	918.016.749,56
	TOTAL	**1.714.687.026,98**	**1.692.743.935,99**	**1.693.229.852,17**

ANO DE LANÇAMENTO: 2016				
PROJETO	SUBPROJETO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (EXERCÍCIO + RPNP)	VALORES PAGOS (EXERCÍCIO + RPNP)
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	340.685.870,47	396.618.814,07	707.699.987,46
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	242.298.172,75	258.780.065,66	324.070.440,48
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	486.440.895,97	495.738.825,31	611.523.735,71
	TOTAL	**1.069.424.939,19**	**1.151.137.705,04**	**1.643.294.163,65**

ANO DE LANÇAMENTO: 2015				
PROJETO	SUBPROJETO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (EXERCÍCIO + RPNP)	VALORES PAGOS (EXERCÍCIO + RPNP)
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	684.692.574,12	553.259.456,60	351.843.413,84
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	128.896.714,08	497.053.030,84	426.836.168,69
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	264.590.334,49	542.677.151,85	473.776.063,35
	TOTAL	1.078.179.622,69	1.592.989.639,29	1.252.455.645,88

ANO DE LANÇAMENTO: 2014				
PROJETO	SUBPROJETO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (EXERCÍCIO + RPNP)	VALORES PAGOS (EXERCÍCIO + RPNP)
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	1.251.901.136,47	1.279.160.430,66	1.540.494.951,98
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	458.650.923,31	299.460.678,98	331.096.189,77
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	343.499.912,58	927.980.717,47	892.105.935,74
	TOTAL	2.054.051.972,36	2.506.601.827,11	2.763.697.077,49

ANO DE LANÇAMENTO: 2013				
PROJETO	SUBPROJETO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (EXERCÍCIO + RPNP)	VALORES PAGOS (EXERCÍCIO + RPNP)
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	1365.926.470,14	1.323.125.434,53	952.878.038,94
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	242.379.509,37	126.250.062,00	94.897.520,15
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	762.168.286,08	568.529.105,32	539.109.997,57
	TOTAL	2.370.474.265,59	2.017.904.601,85	1.586.885.556,66

ANO DE LANÇAMENTO: 2012				
PROJETO	SUBPROJETO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (EXERCÍCIO + RPNP)	VALORES PAGOS (EXERCÍCIO + RPNP)
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	1.222.340.688,08	1.192.143.570,80	1.190.545.150,80
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	186.576.205,25	179.490.254,37	179.289.954,37
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	635.247.080,55	642.536.378,98	646.571.849,26
	TOTAL	2.044.163.973,88	2.014.170.204,15	2.016.406.954,43

ANO DE LANÇAMENTO: 2011				
PROJETO	SUBPROJETO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (EXERCÍCIO + RPNP)	VALORES PAGOS (EXERCÍCIO + RPNP)
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	832.520.058,88	832.426.698,05	832.482.379,31
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	209.681.022,53	296.234.383,88	296.253.887,35
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	1.119.388.737,31	859.592.259,18	855.423.825,66
	TOTAL	**2.161.589.818,72**	**1.988.253.341,11**	**1.984.160.092,32**

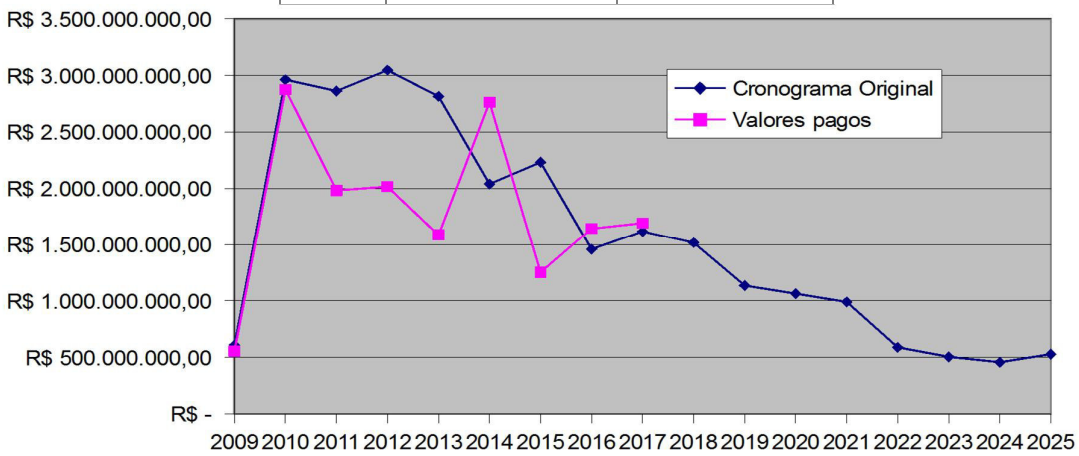
ANO DE LANÇAMENTO: 2010				
PROJETO	SUBPROJETO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (EXERCÍCIO + RPNP)	VALORES PAGOS (EXERCÍCIO + RPNP)
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	1.050.889.139,04	1.064.980.711,74	1.103.110.183,00
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	398.600.239,81	283.823.402,64	283.719.629,77
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	1.631.070.977,83	1.488.471.404,71	1.488.471.404,71
	TOTAL	**3.080.560.356,68**	**2.837.275.519,09**	**2.875.301.217,48**

ANO DE LANÇAMENTO: 2010				
PROJETO	SUBPROJETO	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS (EXERCÍCIO + RPNP)	VALORES PAGOS (EXERCÍCIO + RPNP)
PROSUB	Implementação de infraestrutura para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	608.925.293,85	608.925.293,85	554.282.916,97
	Desenvolvimento e construção de submarinos nucleares	0,00	0,00	0,00
	Desenvolvimento e construção de submarinos convencionais	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	**608.925.293,85**	**608.925.293,85**	**554.282.916,97**

Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 30 Prosub - Comparativo cronograma original x valores pagos

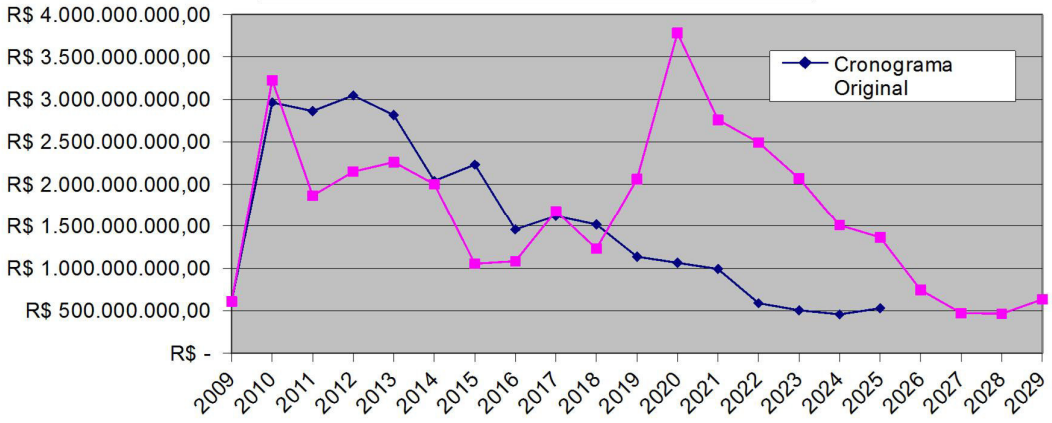
ANO	CRONOGRAMA ORIGINAL (R$ 1,00)	VALORES PAGOS (R$ 1,00)
2009	608.400.000,00	554.282.916,97
2010	2.963.195.499,82	2.875.301.217,48
2011	2.862.959.577,65	1.984.160.092,32
2012	3.046.900.290,97	2.016.406.954,43
2013	2.815.032.462,60	1.586.885.556,66
2014	2.040.136.904,07	2.763.697.077,50
2015	2.232.052.271.50	1.252.455.645,88
2016	1.458.289.758,30	1.643.294.163,66
2017	1.618.159.503,96	1.693.229.852,17
2018	1.516.677.234,75	-
2019	1.135.630.459,04	-
2020	1.063.618.736,67	-
2021	990.339.815,53	-
2022	588.311.407,91	-
2023	504.564.251,24	-
2024	456.616.414,65	-
2025	527.990.167,35	-



Fonte: Marinha do Brasil

Gráfico 31 Prosub - Comparativo cronograma original x cronograma válido

ANO	CRONOGRAMA ORIGINAL (R$ 1,00)	CRONOGRAMA VÁLIDO (R$ 1,00)
2009	608.400.000,00	608.400.000,00
2010	2.963.195.499,82	3.226.045.825,59
2011	2.862.959.577,65	1.865.614.159,43
2012	3.046.900.290,97	2.148.676.629,89
2013	2.815.032.462,60	2.261.000.000,00
2014	2.040.136.904,07	2.001.329.723,49
2015	2.232.052.271.50	1.052.600.000,00
2016	1.458.289.758,30	1.082.598.530,00
2017	1.618.159.503,96	1.675.673.619,00
2018	1.516.677.234,75	1.230.000.000,00
2019	1.135.630.459,04	2.060.494.023,76
2020	1.063.618.736,67	3.782.349.879,13
2021	990.339.815,53	2.760.053.506,28
2022	588.311.407,91	2.492.956.135,13
2023	504.564.251,24	2.069.132.002,89
2024	456.616.414,65	1.508.622.634,87
2025	527.990.167,35	1.364.144.490,04
2026		743.442.772,33
2027		471.202.939,97
2028		463.907.497,69
2029		633.115.612,51

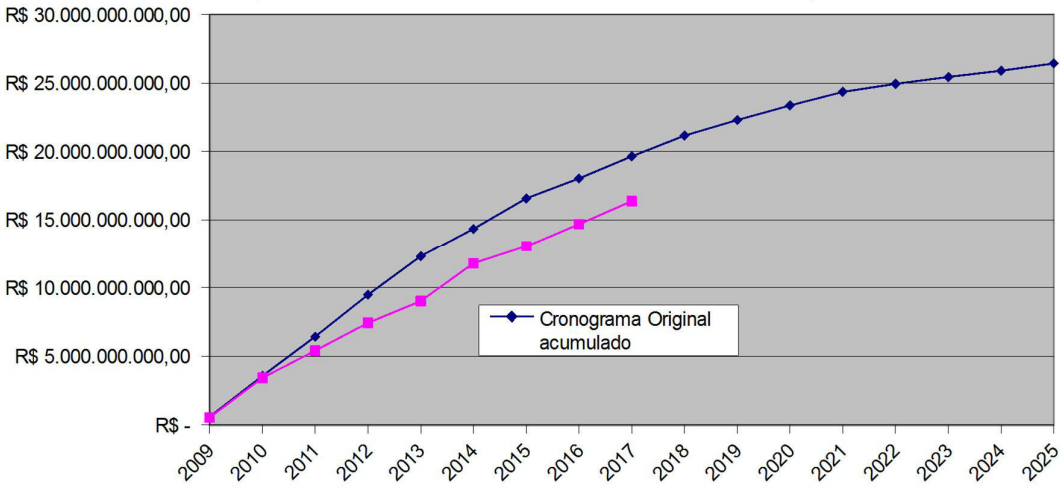


Fonte: Marinha do Brasil

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

Gráfico 32 Prosub - Comparativo desembolsos previstos e acumulados x desembolsos executados

ANO	CRONOGRAMA ORIGINAL (R$ 1,00)	CRONOGRAMA VÁLIDO (R$ 1,00)
2009	608.400.000,00	554.282.916,97
2010	3.571.595.499,82	3.429.584.134,45
2011	6.434.555.077,47	5.413.744.226,77
2012	9.481.455.368,44	7.430.151.181,20
2013	12.296.487.831,04	9.017.036.737,85
2014	14.336.624.735,11	11.780.733.815,36
2015	16.568.677.006,61	13.033.189.461,24
2016	18.026.966.764,91	14.676.483.624,89
2017	19.645.126.268,87	16.369.713.477,07
2018	21.161.803.503,62	-
2019	22.297.433.962,66	-
2020	23.361.052.699,33	-
2021	24.351.392.514,86	-
2022	24.939.703.922,77	-
2023	25.444.268.174,00	-
2024	25.900.884.588,65	-
2025	26.428.874.756,00	-



Fonte: Marinha do Brasil

Tabela 31 Contrato de Financiamento Externo do Prosub

CONTRATO DE FINANCIAMENTO EXTERNO (Em € 1,00)				
ANO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TAXA DE COMPROMISSO	TOTAL
2010	0,00	953.455,47	21.866.295,98	22.819.751,45
2011	64.865.973,44	19.713.544,20	20.173.623,87	104.753.141,51
2012	134.792.219,50	34.612.621,11	18.441.700,85	187.846.541,46
2013	186.683.696,90	41.562.794,41	16.883.184,54	245.129.675,85
2014	240.657.241,50	47.630.694.11	15.394.540,94	303.682.476,55
2015	282.317.113,10	42.190.446,52	14.585.764,99	339.093.324,61
2016	236.692.767,20	30.157.499,51	14.298.787,59	281.149.054,30
2017	210.752.432,90	29.535.014,32	13.293.815,31	253.581.262,53
	1.356.761.444,54	**198.725.375,54**	**134.937.714,07**	**1.738.055.228,26**

Fonte: Marinha do Brasil

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO ESTALEIRO E BASE NAVAL:

O Contrato de Construção do Estaleiro e Base Naval (EBN) foi assinado em 3 de setembro de 2009, juntamente com os demais contratos comerciais do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), baseado em um conceito inicial, à época incipiente, principalmente no tocante à área nuclear, cujo prazo de conclusão foi inicialmente estimado para DEZ2015.

É mister destacar que a elaboração do Projeto Básico dependeria de inúmeras informações técnicas da Naval Group (ex-DCNS), não disponíveis à época, que passaram a ser prestadas durante o processo de Transferência de Tecnologia (ToT) no Contrato 6, celebrado em 3 de setembro de 2009, com eficácia integral em fevereiro de 2010, concretizado pela efetivação do pagamento antecipado. Ressalta-se que os Pacotes de Dados Técnicos (TDP) são fundamentais para garantir que o Projeto do EBN inclua todas as especificações técnicas, de acordo com a tecnologia de origem francesa.

Com o avanço da transferência de tecnologia, em consequência das informações técnicas e recomendações da Naval Group, assim como das Normas da CNEN e do IBAMA; de características operacionais do submarino obtidas a partir de estudos e do desenvolvimento do seu projeto; e das sondagens realizadas no terreno para otimizar o projeto e garantir a segurança exigida pelos órgãos reguladores para instalações nucleares desse porte, foi possível aperfeiçoar o Projeto Conceitual para se chegar aos projetos básicos.

Com a evolução dos projetos básicos, no ano de 2013 foi possível estimar com maior precisão o término das obras, o qual estava previsto para ocorrer ao final de 2021, em que pese a existência, ainda, de incertezas quanto à área nuclear, haja vista que os projetos do Submarino de Propulsão Nuclear e do Complexo Radiológico ainda se encontravam na fase conceitual.

A partir do exercício de 2015, os recursos orçamentários e financeiros destinados ao PROSUB vêm sofrendo relevante redução, o que acabou por impactar de forma significativa o prazo estimado para a conclusão das obras do Estaleiro e da Base Naval, hoje prevista para ocorrer ao final de 2026.

O efeito sanfona do LME e do LP, que muitas vezes envolve o contingenciamento e o descontingenciamento de recursos dentro de um mesmo exercício, é o principal causador da necessidade de sucessivos aumentos e reduções do ritmo das obras e dificulta sobremaneira o seu planejamento, o que ocasiona faltas ou sobras de recursos ao final do exercício. Ocasiona, também, o aumento do custo total do projeto, em função das despesas com Canteiro e Apoio Operacional, Plano Básico Ambiental, manutenção de instalações e equipamentos e desmobilização e nova mobilização de pessoal e equipamentos.

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO SUBMARINO COM PROPULSÃO NUCLEAR:

Quanto ao Projeto e Construção do SN-BR (Empreendimento Modular 19), o projeto é realizado por uma equipe de projetistas da Marinha do Brasil, denominada de Corpo Técnico de Projeto do SN-BR. Esta equipe conduz os trabalhos de desenvolvimento do Projeto do SN-BR no Centro de Desenvolvimento de Submarinos (CDS), situado em São Paulo. Para desenvolver o Projeto do SN-BR, a equipe recebe Transferência de Tecnologia (ToT) da Empresa Francesa *Naval Group* (antiga *DCNS*). O processo de ToT é conduzido para que o *BDT* (Brazilian Design Team) possa realizar o projeto da plataforma do SN-BR e seus diversos sistemas de bordo, com exceção da parte nuclear do submarino que é da exclusiva responsabilidade da MB.

O projeto do SN-BR teve início efetivo em 6 de julho de 2012. A primeira etapa do Projeto do SN-BR, denominada de Fase A, segundo a metodologia de Projeto adotada pela Empresa *Naval Group* (Contratada), correspondendo ao Projeto de Concepção, teve uma duração de cerca de um ano, tendo sido encerrada em julho de 2013. A segunda etapa do Projeto do SN-BR, denominada de Fase B, correspondendo ao Projeto Preliminar do Projeto Básico, teve início em 29 agosto de 2013. Inicialmente tinha a previsão de duração de 18 meses, mas devido às características de ineditismo, complexidade e segurança tecnológica que cercam o projeto com a magnitude de um submarino de propulsão nuclear, a Fase B foi estendida por mais 24 meses, perfazendo um total de 42 meses. Desta forma, a Fase B do Projeto do SN-BR foi concluída com sucesso em 19 de janeiro de 2017. Destarte, segundo o cronograma inicial havia um período interfases, compreendido entre o fim da Fase B e o início da Fase C (Projeto de Detalhamento do SN-BR), com duração original de seis meses. A MB constatou a necessidade de estender este período por mais dezoito meses, passando a ter uma duração de 24 meses. A razão principal para esta extensão de prazo guarda relação com a necessidade de se avançar no Projeto da Planta de Propulsão Nuclear do SN-BR, a cargo exclusivo da MB. Durante este período, que se encontra em andamento, estão sendo realizados estudos complementares e de aperfeiçoamento do Projeto do SN-BR, com o *BDT*, para tanto, permanecendo o recebimento de assistência técnica da Empresa *Naval Group*. As próximas etapas do Projeto do SN-BR, a Fase C (Projeto de Detalhamento) e a Fase D que corresponde à fase de Construção do Submarino, estão a cargo da Empresa de Propósito Específico Itaguaí Construções Navais (ICN) e têm a duração prevista, juntas, de dez anos.

O Projeto SN-BR tinha como prazo inicial de prontificação o ano de 2025. Conforme acima explanado, foram necessárias incluir extensões na duração da Fase B e no Período Interfases que modificaram o prazo do Programa como um todo. Assim, nas condições contratuais vigentes, a previsão de lançamento ao mar do SN-BR é fevereiro de 2029 e a sua prontificação agosto de 2030. No entanto, novos estudos sobre o Cronograma do SN-BR encontram-se em andamento que visam adequá-lo ao atendimento dos expressivos desafios tecnológico e gerencial e às potenciais restrições orçamentárias, que incidem sobre um projeto de tamanha complexidade e magnitude.

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DOS 4 SUBMARINOS CONVENCIONAIS:

– **Contrato 1B – Contrato de Construção e Entrega de 4 submarinos de propulsão diesel elétrica:**

O Contrato 1B original terminaria em JAN22. Com a extensão do cronograma dos S-BR e a postergação da data de entrega do SBR4 para DEZ23, o novo término do contrato será em JAN24, totalizando 24 meses de extensão de prazo do Contrato. As datas de entrega de cada S-BR foram alteradas a partir do Quarto Termo Aditivo do Contrato 1B, conforme tabela abaixo.

Tabela 32 Datas de Entrega dos S-BR

SUBMARINO	DATA DE ENTREGA CONTRATO ORIGINAL	DATA DE ENTREGA ATUAL (TA5)
SBR1	JUL/2017	JUL/2020
SBR2	JAN/2019	DEZ/2021
SBR3	JUL/2020	DEZ/2022
SBR4	JAN/2022	DEZ/2023

Fonte: Marinha do Brasil

A extensão do Contrato nº 40000/2009-006/00 (Contrato 1B) foi baseada em discussões e análises técnicas, no acompanhamento das atividades de construção, e foi feita de acordo com a necessidade de reaver a previsibilidade dos desembolsos, o que tornou fundamental a implementação de um novo Cronograma de Fabricação e Construção dos S-BR.

A fiscalização do Contrato observando as inconsistências entre o cronograma original planejado e a execução da obra, verificou a necessidade da elaboração de um novo cronograma que levasse em conta todas as variáveis envolvidas.

Neste contexto, diante da necessidade de garantir o perfeito cumprimento do objeto contratual, as Partes contratadas sob a coordenação do Consórcio Baia de Sepetiba (CBS), a quem compete gerir as interfaces do Programa e, devidamente acompanhado pela MB, formaram Grupos de Trabalho, com o objetivo de realizar os estudos necessários para elaboração de um novo cronograma.

Os estudos baseados no amadurecimento do conhecimento detalhado do processo construtivo, fruto da transferência de tecnologia, resultaram na constatação de que o prazo inicialmente estimado para a construção de um S-BR, devido também às características da Legislação Trabalhista Brasileira, não era suficiente. Como resultado desse estudo, foi elaborado um Cronograma de Referência da Construção dos S-BR, o qual alongou o prazo de construção de cada submarino, estendendo o Contrato 1B em 24 meses.

Consequentemente, os demais contratos, foram reprogramados e alongados, de forma a atender o novo Cronograma de Construção, como também, foram alterados os desembolsos para compatibilização com a realidade orçamentária da MB, conforme abaixo descrito:

– **Contrato 1A – Contrato de Compra e Venda do Pacote de Material Importado S-BR:**

O Contrato 1A original terminaria em SET21, com a extensão do cronograma dos S-BR e a postergação da data de entrega do S-BR4 para DEZ23, o novo término do contrato será em MAR24, totalizando 30 meses de extensão de prazo do Contrato. Essa alteração faz parte do Quinto Termo Aditivo (TA5) ao Contrato 1A.

– **Contrato 3 – Contrato de Compra de Torpedos e Contramedidas:**

O Contrato 3 Original terminava em JUN21. Em função de ajustes técnicos, em SET13 seu término foi alterado para DEZ21 (Primeiro Termo Aditivo - TA1). Com a extensão do cronograma dos S-BR e a postergação da data de entrega do S-BR4 para DEZ23, o novo término do contrato será em DEZ23, totalizando 30 meses de extensão de prazo do Contrato. Essa alteração faz parte do Segundo Termo Aditivo (TA2) ao Contrato 3.

– **Contrato 6 – Parte 6.1 - Transferência de Tecnologia para Construção dos S-BR:**

A parte 1 do Contrato 6 também teve sua duração alterada em virtude da alteração do Cronograma de Construção dos S-BR, entretanto tal alteração não teve impacto na duração do Contrato 6. Esta alteração fez parte de Décimo segundo termo aditivo (TA-12) ao Contrato 6.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) possui um Acordo de Compensação representado pelo Contrato de *Offset* (Contrato nº 8) no qual estão previstas vinte e uma Operações de Compensação (*Offset*) que visam compensar a Marinha do Brasil (MB) e a República Federativa do Brasil pelas importações realizadas junto à estatal francesa DCNS (Direction dês Constructions Navales et Services), atualmente *Naval Group*.

Dezenove são diretamente ligadas à concepção, construção, operação e manutenção dos quatro submarinos convencionais (S-BR) e do submarino com propulsão nuclear (SN-BR) (*Offsets* Diretos), além de duas operações voltadas para: a assistência técnica da manutenção de equipamentos e sistemas do NAe São Paulo; e, para a modernização de setores do Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro (*Offsets* Indiretos).

O valor da Obrigação Total de Compensar da CONTRATADA sob este Contrato em favor dos setores comercial, econômico e tecnológico brasileiro é de 4.345,17 M€. Até novembro de 2017, após a apresentação das evidências de cumprimento de *Milestones* (marcos) estabelecidos no contrato para cada Operação de Compensação (*Offset*), foram concedidos, em termos de Crédito de Compensação, 1.365,98 M€, representando uma execução parcial de 31,43% do total previsto.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN).

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

Contrato Principal: Número: 4000/2008-006/00 – Assinado em 23/12/2008.

Descrição resumida: Transferência de Tecnologia e prestação de serviços técnicos especializados para capacitação da Marinha do Brasil em projeto e construção de submarinos nucleares; Construção no Brasil de um submarino SN-BR; Construção no Brasil e entrega de 4 submarinos S-BR; Venda de Torpedos; Construção de um estaleiro de construção naval; e Construção de uma Base Naval. Em 2017 foi assinado o seguinte Termo Aditivo:

Termo Aditivo 06: Assinado em 22/12/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Atualizar o Contrato Principal com as alterações introduzidas nos diversos Termos Aditivos nos demais Documentos Contratuais (Contratos Decorrentes);
- Atualização do Preço Estimado do Contrato Principal de corrente das diversas alterações introduzidas nos demais Documentos Contratuais;
- Incluir o Cronograma Geral do Projeto revisado;
- Incluir o novo representante da Marinha do Brasil no Contrato em que todos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades atribuídas à Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) neste Contrato são assumidos, integralmente, pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM); e
- Alterar a razão social da DCNS para NAVAL GROUP, sendo mantido integralmente seus direitos e obrigações previstas neste contrato e nos contratos decorrentes.

Contrato 1 A: Número: 40000/2009-005/00 – Assinado em 03/09/2009.

Descrição resumida: Contrato de compra e venda do pacote de material importado S-BR. Em 2017 foram assinados os seguintes Termos Aditivos:

Termo Aditivo 05: Assinado em 07/04/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Implementar modificações das especificações técnicas;
- Adequar o Plano de Aceitação de Marcos, a Garantia e a Curva de Pagamento correspondente aos Marcos do Contrato, em decorrência da implementação do novo cronograma de fabricação e construção dos S-BRs; e
- Incluir o novo representante da Marinha do Brasil no Contrato em que todos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades atribuídas à Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) neste Contrato são assumidos, integralmente, pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM).

Termo Aditivo 06: Assinado em 22/12/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- Compensação dos custos financeiros decorrentes do impacto na curva de pagamento;
- Disponibilização do Mock-Up funcional e seu simulador;
- Aquisição da bancada de testes do pneumatic RAM;
- Criação de orçamento para estoque estratégico para obsolescências;
- Manutenção dos simuladores e aquisição de ferramentas para calibração do sistema de navegação inercial (INU); e
- Alterar a razão social da DCNS para NAVAL GROUP, sendo mantido integralmente seus direitos e obrigações previstas neste contrato e nos contratos decorrentes.

Contrato 1B: Número: 40000/2009-006/00 - Assinado em 03/09/2009.

Descrição resumida: Contrato para fabricação, construção e entrega de navios. Em 2017 foram assinados os seguintes Termos Aditivos:

Termo Aditivo 04: Assinado em 07/04/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Regras de disponibilidade e recebimento das instalações;
- Compatibilização do Contrato 1B (Nº 40000/2009-0006/00) com as alterações do Contrato 3 (Nº 40000/2009-008/00);
- Definição de "Fiscal do Contrato", exclusão da definição de "Equipamentos Principais";
- Disponibilidade de Manuais de Operação de Equipamentos;
- Estrutura societária da contratada;
- Regras de controle patrimonial;

- Regras de prudência na Gestão da Contratada;
- Inserção de minuta do Contrato da Conta Vinculada;
- Ajustes decorrentes da implementação de novo Cronograma de Fabricação e Construção dos S-BR;
- Modificações de demais cláusulas de aperfeiçoamento de entendimentos entre as Partes; e
- Incluir o novo representante da Marinha do Brasil no Contrato em que todos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades atribuídas à Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) neste Contrato são assumidos, integralmente, pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM).

Termo Aditivo 05: Assinado em 22/12/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Regularizações necessárias atinentes a fabricação de suportes para sustentação do Submarino S-BR;
- Alteração do tamanho da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM);
- Impacto à equação econômico-financeira inicial, devido ao casco resistente;
- Valores adicionais decorrentes do aumento do prazo do Contrato;
- Custos adicionais para atendimentos relacionados à infraestrutura na UFEM;
- Custos adicionais para atendimento da Norma Reguladora Nº 34/2011, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Fornecimento de transporte e alimentação aos integrantes da Comissão de Fiscalização dos S-BR;
- Impacto financeiro decorrente do deslocamento da curva de pagamento efetuada por meio do Quarto Termo Aditivo ao Contrato 1B;
- Solução para fornecimento de sobressalentes para a manutenção de equipamentos e utilidades; e
- Alterar a razão social da DCNS para NAVAL GROUP, sendo mantido integralmente seus direitos e obrigações previstas neste contrato e nos contratos decorrentes.

Contrato 02: Número: 40000/2009-007/00 - Assinado em 03/09/2009.

Descrição resumida: Contrato preliminar para fabricação, construção e entrega de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR). Em 2017 foi assinado o seguinte Termo Aditivo:

Termo Aditivo 01: Assinado em 07/04/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Prover dilatação do início da construção do SN-BR;
- Prover ajustes necessários na redação contratual; e
- Incluir o novo representante da Marinha do Brasil no Contrato em que todos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades atribuídas à Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) neste Contrato são assumidos, integralmente, pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM).

Contrato 03: Número: 40000/2009-008/00 - Assinado em 03/09/2009.

Descrição resumida: Contrato de compra e venda de torpedos. Em 2017 foi assinado o seguinte Termo Aditivo:

Termo Aditivo 02: Assinado em 22/12/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Implementar as modificações das Especificações Técnicas acordadas pelas Partes;
- Adequar o Plano de Aceitação de Marcos, a Garantia e a Curva de Pagamento correspondente aos marcos, em decorrência da implementação de novo cronograma de Fabricação e Construção dos S-BR (Contrato Nº 40000/2009-006/00 – Contrato 1B);
- Alteração do cronograma de desenvolvimento do Projeto de Torpedo Pesado para a Marinha Nacional da França, para aumentar o fornecimento do conjunto de consumíveis para lançamento de exercício;
- Adquirir Simuladores de Torpedo F21;
- Incluir dispositivos para melhor adequação dos Termos Contratuais relacionado ao alcance da suspensão dos pagamentos;
- Incluir o novo representante da Marinha do Brasil no Contrato em que todos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades atribuídas à Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) neste Contrato são assumidos, integralmente, pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM); e
- Alterar a razão social da DCNS para NAVAL GROUP, sendo mantido integralmente seus direitos e obrigações previstas neste contrato e nos contratos decorrentes.

Contrato 04: Número: 40000/2009-009/00 - Assinado em 03/09/2009.

Descrição resumida: Contrato para construção de um Estaleiro Naval e de uma Base Naval. Em 2017 foi assinado o seguinte Termo Aditivo:

Termo Aditivo 24: Assinado em 26/12/2017, possibilitou os seguintes ajustes contratuais:

- Aquisição, montagem e comissionamento de equipamentos e sistemas industriais da UFEM e do EBN e sobressalentes do EBN;
- Alterar os procedimentos para tomada de preços;

- Alterar a fórmula para reajuste dos preços de equipamentos; (iv) determinações de ajustes nos custos da mão de obra constante do acórdão nº 605/2017-TCU-plenário;
- Revisão do cronograma geral do PROSUB, com a consequente extensão do prazo das obras de construção do EBN;
- Necessidade de inclusão de itens para atender ao desenvolvimento de estudos de bases de projeto e de requisitos nucleares;
- Negociações de preços entre as partes, visando à adequação dos mesmos;
- Adequação das quantidades de itens ao estágio atual do projeto e de serviços de meio ambiente;
- Definir e fixar os preços da 1ª e 2ª etapas dos projetos conceitual e básico de engenharia civil do complexo radiológico (CR), referente aos serviços de estudos de engenharia e módulo do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, respectivamente;
- Ajuste dos preços dos serviços previstos nas 1ª, 2ª etapas e na 1ª fase da 3ª etapa, referentes às paredes diafragma, ao aterro do cofferdam, ao trecho s1 do canal de macrodrenagem, à escavação da rota de fuga para o porto de Itaguaí e ao alteamento do enrocamento de contenção do ramo 0;
- Definir e fixar o preço da 1ª fase da 4ª etapa da construção do Complexo Radiológico, referente às torres de monitoramento meteorológico;
- Incluir novos itens e alterar quantidades de serviços previstos, referentes aos projetos básico e executivo do EBN;
- Incluir o novo representante da Marinha do Brasil no Contrato em que todos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades atribuídas à Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) neste Contrato são assumidos, integralmente, pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM); e
- Alterar a razão social da DCNS para NAVAL GROUP, sendo mantido integralmente seus direitos e obrigações previstas neste contrato e nos contratos decorrentes.

Contrato 05: Número: 40000/2009-010/00 - Assinado em 03/09/2009.

Descrição resumida: Contrato de administração, planejamento e coordenação do objeto precípuo. Em 2017 foram assinados os seguintes Termos Aditivos:

Termo Aditivo 02: Assinado em 07/04/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Incluir como Anexo 11 a Minuta de Contrato da Conta Vinculada Odebrecht (Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas com a Caixa Econômica Federal); e
- Incluir o novo representante da Marinha do Brasil no Contrato em que todos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades atribuídas à Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) neste Contrato são assumidos, integralmente, pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM).

Termo Aditivo 03: Assinado em 22/12/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Substituir o Anexo 2 do Contrato - Cronograma Geral do Projeto;
- Alteração na Minuta de Contrato da Conta Vinculada Odebrecht (Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Contas com a Caixa Econômica Federal); e
- Alterar a razão social da DCNS para NAVAL GROUP, sendo mantido integralmente seus direitos e obrigações previstas neste contrato e nos contratos decorrentes.

Contrato 06: Número: 40000/2009-011/00 - Assinado em 03/09/2009.

Descrição resumida: Contrato de Transferência de Tecnologia. Em 2017 foram assinados os seguintes Termos Aditivos:

Termo Aditivo 12: Assinado em 07/04/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Remanejar prestações não executadas integralmente e alusivas a todas as Partes para os Marcos a partir do Marco 6.15;
- Registrar alterações nas quantidades das Ordens de Especificações de Construção (COS – sigla em inglês) a serem entregues nos Marcos contratuais;
- Incluir uma prestação referente ao treinamento no Brasil e, ainda, modificação em prestação alusiva ao Pacote de Dados Técnicos da Parte 1 do contrato;
- Prover uma inserção de dezoito meses (período interfases) no período previsto entre o término das Fases B e o início da fase C do processo de projeto do SN-BR, referente à Parte 2 do contrato;
- Promover uma extensão de até 72 meses na Parte 3 do contrato; e
- Incluir o novo representante da Marinha do Brasil no Contrato em que todos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades atribuídas à Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) neste Contrato são assumidos, integralmente, pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM).

Termo Aditivo 13: Assinado em 22/12/2017, possibilitou as seguintes alterações contratuais:

- Alterar disposições visando o aumento do escopo de suporte na área de Tecnologia da Informação (TI) até fevereiro de 2019, em proveito do Projeto do Submarino com Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR);
- Renovação das licenças dos softwares comerciais e a substituição e manutenção dos equipamentos eletrônicos das salas de Tele-Presença do PROSUB;

- Equilíbrio econômico–financeiro do contrato, conforme previsto no Décimo Segundo Termo Aditivo do Contrato 6 e em decorrência das causas que justificam as alterações no Cronograma Geral do Projeto (CGP);
- Alteração em algumas cláusulas contratuais com o objetivo de dirimir dúvida quanto à sua aplicação, bem como simplificar a dinâmica contratual; e
- Alterar a razão social da DCNS para NAVAL GROUP, sendo mantido integralmente seus direitos e obrigações previstas neste contrato e nos contratos decorrentes.

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

No ano de 2017, foram concluídas as obras civis do Estaleiro de Construção (ESC), restando finalizar a montagem eletromecânica e o comissionamento de alguns equipamentos, das redes industriais e dos sistemas integrados de controle, assim como a entrega de alguns equipamentos portáteis, ferramentas e mobiliário de produção.

Foram concluídos, também, os testes com carga e o comissionamento do *Shiplift* (Elevador de Navios), assim como o comissionamento do Sistema de Transferência do ESC.

Foram concluídas, ainda, a pavimentação da Via Litorânea, do Túnel de acesso entre a Área Norte e a Área Sul do Estaleiro e Base Naval (EBN), a construção e ligação da Linha de Transmissão de 25 Kv que abastece de energia a Área Sul do EBN, assim como da Central de Utilidades, Subestação Elétrica e do Prédio do Centro Integrado de Controle da Área Norte da Base Naval (BN-AN).

Houve avanço significativo das obras das instalações prioritárias do Estaleiro de Manutenção (ESM) e da Base Naval (BN) para o lançamento do Submarino Riachuelo, em 2018, quais sejam: Oficina de Ativação de Baterias e Prédio da Tripulação do Submarino do ESM; e Prédio dos Simuladores do Centro de Instrução e Adestramento da BN. Além disso, houve o avanço das Obras da Oficina de Suporte Leve.

Foram iniciadas outras obras relevantes, tais como a Oficina de Apoio à Manutenção e o Prédio do Almoxarifado do ESM, a Oficina de Mastros, Periscópios e Sistemas de Combate, a Portaria, os Prédios Administrativos e a Central de Utilidades da Área Sul da Base Naval (BN-AS), assim como da Linha de Transmissão de 138 Kv. Essas obras poderão ter que ser paralisadas ou ter seu ritmo reduzido, em função da previsão de recursos orçamentários a serem alocados ao projeto no presente exercício.

O efeito sanfona do LME e do LP, que muitas vezes envolve o contingenciamento e o descontingenciamento de recursos dentro de um mesmo exercício, é o principal causador da necessidade de sucessivos aumentos e reduções do ritmo das obras e dificulta sobremaneira o seu planejamento, o que ocasiona faltas ou sobras de recursos ao final do exercício, além do aumento do custo total do projeto, em função das despesas com Canteiro e Apoio Operacional, Plano Básico Ambiental, manutenção de instalações e equipamentos e desmobilização e nova mobilização de pessoal e equipamentos.

Em função das restrições orçamentárias, foi priorizada a aplicação dos recursos recebidos nas metas prioritárias para atender ao cronograma de construção do submarino convencional, quais sejam: o Estaleiro de Construção e o Elevador de Navios, além das instalações do Estaleiro de Manutenção e da Base Naval essenciais ao processo construtivo do S-BR 1. Foram empreendidas, ainda, diligências e negociações junto à contratada visando reduzir as despesas com canteiro de obras e apoio operacional, a fim de que estes não elevem os custos das obras em patamares que venham a inviabilizar a continuidade do projeto.

No que se refere à obtenção dos Submarinos Convencionais, em 2017 foi realizado o embarque do Sistema de Manuseio de Armamento (módulo KE) do S-BR1; foram realizados os embarques dos Cradle de Vante, de Ventilação, Auxiliar de Ré e dos Diesel-Geradores do S-BR1; foi finalizada a união da Calota de Vante com o conjunto das Seções S3/S4 do S-BR2; foram instalados tanques internos na Seção 2B do S-BR2; o Casco Resistente das Seções S1 e S2B do S-BR3 foi entregue à UFEM; e foi dada a continuidade à fabricação do Casco Resistente do S-BR4 na NUCLEP.

Ao final do ano de 2017 a execução física das obras relativas à construção dos submarinos convencionais encontrava-se compatível com o planejamento das metas.

Na meta de execução do quarto Submarino Convencional, houve o término da fabricação das cavernas do S-BR4. Já na meta de execução do terceiro Submarino Convencional, houve a conclusão do Casco Resistente das Seções S1 e S2B do S-BR3. Na meta de execução do segundo Submarino Convencional teve fim a união da Calota de Vante com o conjunto das Seções S3/S4 do S-BR2. Por fim, na meta de execução do primeiro Submarino Convencional, houve o embarque do Sistema de Manuseio de Armamento (Módulo KE) do S-BR1.

Apesar das restrições orçamentárias na Ação Orçamentária (AO) 123I buscou-se priorizar as metas de Construção dos Submarinos Convencionais e a de Transferência de Tecnologia, a fim de não comprometer o cronograma de construção. O contingenciamento de aproximadamente 0,5% dos recursos orçamentários não gerou impactos significativos, em função das dificuldades da empresa contratada, para fornecer o Pacote de Materiais para Construção de 4 S-BR e para realizar a Transferência de Tecnologia, em cumprir os marcos previstos.

Os Restos a Pagar da AO 123I são decorrentes da variação cambial em razão das parcelas contratuais da construção dos submarinos convencionais serem previstas em Euros.

No projeto da Construção de Submarino com Propulsão Nuclear com a transferência de tecnologia e assessoria técnica da empresa francesa Naval Group, que sucedeu a DCNS, as atividades da Equipe Técnica de Projetos tiveram continuidade e a Fase B de projeto (Projeto Básico) foi concluída em janeiro de 2017, conforme previsto contratualmente.

A Planta Nuclear do SN-BR possui 70% da matéria prima contratada, 50% de serviço contratado com a Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP) para a confecção dos principais componentes de mecânica pesada e 30% contratado com firmas estrangeiras especializadas na confecção dos elementos internos da alta precisão.

A obtenção da Planta de Propulsão Nuclear do SN-BR se divide em duas partes. A primeira, referente aos sistemas nucleares (Circuito Primário), que será fornecida pelo CTMSP nos termos da Norma de Desenvolvimento (NODE) para Execução da Ação Interna MD000600PUU. A Segunda, referente aos sistemas não nucleares (Circuito Secundário), que será fornecido pelo *Naval Group* nos termos do Contrato de Compra e Venda do Pacote de Material Importado para a construção do SN-BR (Contrato 2A).

A limitação na liberação dos recursos financeiros e os baixos créditos alocados afetaram muito a propulsão nuclear, impactando em importantes contratos no país e no exterior. Houve necessidade de renegociações dos mesmos. Nos contratos em vigor o não pagamento pode representar uma quebra contratual e a correspondente perda de oportunidade para o recebimento do objeto contratual. Ressalta-se que as negociações para fornecimento de materiais, equipamentos e prestação de serviços nesta área são plenamente controladas pelos governos dos países de origem e requerem autorizações específicas.

As restrições orçamentárias e sobretudo financeiras, impostas ao projeto nos anos de 2015 e 2016, geraram a necessidade de efetuar várias renegociações de marcos contratuais no desenvolvimento da Propulsão Nuclear, ocasionando atraso na assinatura de novos contratos e perda de oportunidades nas contratações no exterior, bem como impacto no cronograma.

Apesar de não haver margem no exercício de 2017 para novas contratações, foram tratadas negociações para as futuras, que aguardarão a confirmação da disponibilidade de créditos para os próximos exercícios.

Com as restrições financeiras ocorridas no exercício de 2017, diversos contratos da Planta Nuclear foram renegociados e tiveram seu cronograma estendido, prolongando os prazos e reduzindo as parcelas.

PROSUPER: OBTENÇÃO DA CORVETA CLASSE "TAMANDARÉ"

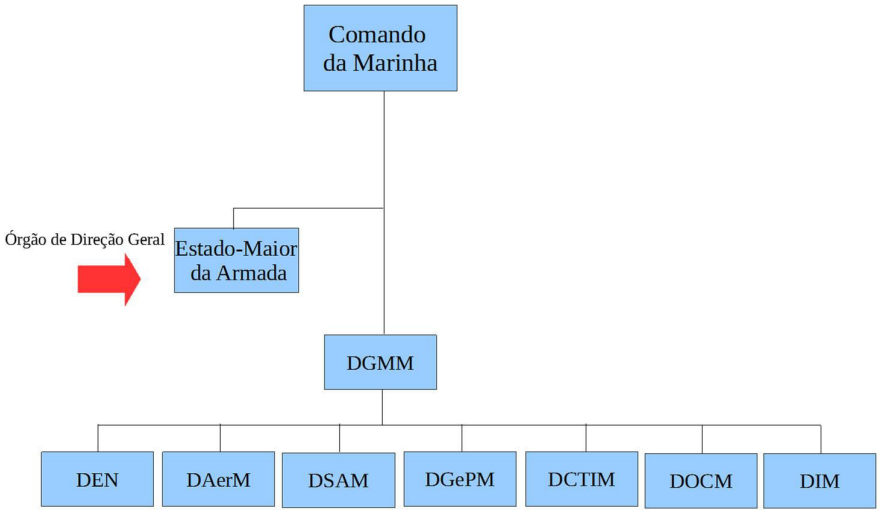
DESCRIÇÃO

O Projeto prevê a obtenção, por construção, de quatro navios militares de alta complexidade tecnológica – Navios da Classe "Tamandaré" (NCT). Navios com deslocamento aproximado de 4.000 toneladas, comprimento total de 150 m, dotados de convôo, hangar para helicóptero, radares e demais sensores e armamentos. O projeto é de fundamental importância para a patrulha naval, defesa e garantia dos interesses nacionais nas AJB.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM), subordinada diretamente à Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), tem o propósito de atuar como órgão de planejamento/coordenação central da gestão dos programas e projetos de obtenção e manutenção dos sistemas e meios navais definidos pela Alta Administração Naval; gerenciar todo o ciclo de vida desses meios, desde sua concepção até o descarte, em coordenação com as demais Diretorias Especializadas (DE) e Organizações Militares (OM) envolvidas; e servir como repositório do conhecimento institucional adquirido nesse novo tipo de gestão.

Figura 8 Organograma Funcional do PROSUPER: Obtenção da Corveta Classe "Tamandaré"



Fonte: Marinha do Brasil

GRUPOS DE INTERESSE

MD, MB, Comando de Operações Navais, Comando em Chefe da Esquadra, Centro de Análises de Sistemas Navais e Indústria de Defesa Nacional.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

R$ 5.840.000.000,00.

FONTES DE FINANCIAMENTO

A Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) foi capitalizada por meio da Lei 13.534 de 15 de dezembro de 2017 e a mesma realizará a obtenção dos navios.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 33 Valores do PROSUPER: Obtenção da Corveta Classe "Tamandaré"

VALOR	2015	2016	2017	TOTAIS
EMPENHADO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.350.000,00	R$ 1.350.000,00
LIQUIDADO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.350.000,00	R$ 1.350.000,00
PAGO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.350.000,00	R$ 1.350.000,00

Fonte: Marinha do Brasil

Foi assinado o Contrato nº 4005/2017-003/00 com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) no valor global de R$ 12.034.000,00. Em 2017, foi provisionado o valor de R$ 1.350.000,00 que foi efetivamente empregado, referente às 03 primeiras parcelas contratuais.

O contrato com a Fundação Getúlio Vargas prevê a prestação de apoio técnico e de inteligência de negócios capazes de auxiliar na elaboração do modelo global de negócio multidisciplinar; no acompanhamento da elaboração da Solicitação de Oferta (*Request For Proposal* – RFP); na formação do modelo de seleção e de negociação; na seleção da melhor oferta final (*Best and Final Offer* – BAFO); e na elaboração dos contratos para a obtenção dos "Navios Classe Tamandaré".

Gráfico comparativo entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma original) e os desembolsos executados (Valores Pagos), a cada ano, desde seu início até o término do exercício referência do Relatório de Gestão

Projeto não iniciado. A ser determinado por ocasião da assinatura do contrato e os mesmos serão realizados pela EMGEPRON.

Gráfico comparativo entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma original) e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma válido ao o término do exercício referência do Relatório de Gestão

Projeto não iniciado. A ser determinado por ocasião da assinatura dos contratos, que serão realizados pela EMGEPRON.

Gráfico comparativo entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início do projeto (cronograma original) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados, ano a ano, desde o início do projeto até o término do exercício referência do Relatório de Gestão

Projeto não iniciado. A ser determinado por ocasião da assinatura dos contratos, que serão realizados pela EMGEPRON

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

Não se aplica.

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

Em 19 de dezembro de 2017 foi divulgado ao mercado a Request for Proposal (RFP) dos Navios Classe Tamandaré. A fase de entrega da RFP findou em 19 de janeiro de 2018, tendo sido entregues para 20 candidatas a "*main contractor*". A RFP estabelece os requisitos e as condições para a construção dos navios, objetivando selecionar a melhor proposta apresentada pelas empresas que se habilitaram. Atualmente, o processo encontra-se na fase de esclarecimento, com término previsto para 16 de maio de 2018. As fases subsequentes serão o recebimento das propostas, previsto para 18 de junho de 2018, divulgação da "*short list*" em 27 de agosto e divulgação da BAFO em 29 de outubro.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

A ser determinado.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM).

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

Foi assinado o Contrato nº 4005/2017-003/00 com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) no valor global de R$ 12.034.000,00. Em 2017, foi provisionado o valor de R$ 1.350.000,00 que foi efetivamente empregado, referente às 03 primeiras parcelas contratuais. O contrato com a Fundação Getúlio Vargas prevê a prestação de apoio técnico e de inteligência de negócios capazes de auxiliar na elaboração do modelo global de negócio multidisciplinar; no acompanhamento da elaboração da Solicitação de Oferta (*Request For Proposal* – RFP); na formação do modelo de seleção e de negociação; na seleção da melhor oferta final (*Best and Final Offer* – BAFO); e na elaboração dos contratos para a obtenção dos "Navios Classe Tamandaré".

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

O processo do projeto dos Navios Classe Tamandaré (NCT) está inserido no Programa Estratégico "Construção do Núcleo do Poder Naval" e teve início com a publicação do Aviso de chamamento público, em Diário Oficial da União (DOU), no dia 30 de março de 2017. Na ocasião, houve a aderência de 21 empresas interessadas no futuro processo de seleção - Request For Proposal (RFP), o qual estabelece os requisitos e as condições para a construção dos navios, objetivando selecionar a melhor proposta apresentada pelas empresas que se habilitaram. No dia 19 de dezembro de 2017 foi realizado evento de divulgação da RFP, na Escola de Guerra Naval, direcionado para as empresas que atenderam ao chamamento público e outras entidades de classe interessadas. Até 19 de janeiro de 2018, prazo final de entrega das RFP, 45 empresas, sendo 20 estaleiros internacionais, 6 estaleiros nacionais e 19 empresas sediadas no Brasil, apresentaram a documentação de qualificação e retiraram o documento. Atualmente, o processo encontra-se na fase de esclarecimento, com término previsto para 16 de maio de 2018. As fases subsequentes serão o recebimento das propostas, previsto para 18 de junho de 2018, divulgação da "*Short List*" em 27 de agosto e divulgação da BAFO em 29 de outubro.

INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DO COMANDO DO EXÉRCITO

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO ASTROS 2020 (PRG EE ASTROS 2020)



"ASTROS 2020: Alcance - Precisão - Poder"

O Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020 (PrgEE ASTROS 2020), além de ser indutor de transformação do Exército Brasileiro, participa do desenvolvimento nacional, na medida em que, alinhado com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa, proporciona o fomento da Base Industrial de Defesa, que gera mais de 7.000 empregos diretos e indiretos nas áreas de ciência, tecnologia e construção civil, além de inserir o meio acadêmico nos assuntos de Defesa.

O PrgEE ASTROS 2020 por meio dos contratos em andamento, está contribuindo para o aparelhamento da Força Terrestre e para a Defesa Terrestre, com a entrega de capacidades dissuasórias e de apoio de fogo terrestre do Exército Brasileiro por meio de projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), de aquisição e modernização de viaturas do Sistema ASTROS e de construções de instalações de Organizações Militares. Na área de P&D encontram-se os projetos de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) de 300 Km e do Foguete Guiado SS-40G, ambos contratados junto à empresa brasileira AVIBRAS e executados em parceria com o Exército Brasileiro (EB), bem como o Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS), desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria.

A estratégia gerencial do PrgEE ASTROS 2020 está centrada no alcance das capacidades previstas em seu escopo, por meio de suas entregas, estando a sua atuação em conformidade com os princípios da administração pública federal. A execução do Programa segue a flexibilidade de planejamento em função da previsão orçamentária aprovada pelo Governo Federal, que por vezes é contingenciada, gerando a necessidade de reprogramação de metas. A prática da gestão estratégica do Programa ASTROS 2020 visa contribuir com o atingimento da dissuasão extrarregional beneficiando toda a sociedade brasileira.

DESCRIÇÃO

PROJETO MÍSSIL TÁTICO DE CRUZEIRO – MTC 300

Finalidade: Desenvolvimento do MTC-300 para o Sistema ASTROS, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção, entregando PRODE de elevado valor tecnológico.

Descrição / Especificação: Desenvolvimento do MTC-300 para o Sistema ASTROS, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção, entregando PRODE de elevado valor tecnológico. Conforme condições do Contrato nº 04/2012-DF/DCT. (Reservado); inclui o desenvolvimento de Viatura Unidade de Apoio ao Solo (UAS); Conceituação, definição da estrutura em pessoal e material e da forma de emprego do Míssil Tático de Cruzeiro. Caracteriza-se nas definições básicas relativas ao Prg EE ASTROS 2020 no tocante ao como combater, como adestrar e como equipar a moderna Artilharia com o emprego de Mísseis, do qual o Pjt Míssil Tático de Cruzeiro – MTC 300, traduz a sua essência; O projeto trabalhará em estreita ligação com o Sistema de Educação e Doutrina do Exército, em coordenação com o C Dout Ex; Suporte Logístico Integrado (SLI) para o Míssil Tático de Cruzeiro, caracterizado pelas atividades logísticas necessárias para o adequado funcionamento do MTC. O SLI deverá conter, dentre outros aspectos, índices de disponibilidade, tempo de indisponibilidade de materiais, capacitação de recursos humanos, assistência técnica com pessoal especializado, reposição de peças.

Principal Produto: Míssil Tático de Cruzeiro.

PROJETO FOGUETE GUIADO SS-40G

Finalidade: Desenvolvimento do Foguete Guiado para o Sistema ASTROS, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção, entregando PRODE de elevado valor tecnológico.

Descrição / Especificação: Desenvolvimento do Foguete Guiado para o Sistema ASTROS, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção, entregando PRODE de elevado valor tecnológico. Conforme condições do Contrato nº 02/2012-DF/DCT. (Reservado); Conceituação, definição da estrutura em pessoal e material e da forma de emprego do Foguete Guiado. Caracteriza-se nas definições básicas relativas ao Programa ASTROS 2020 no tocante ao como combater, como adestrar e como equipar a moderna Artilharia com o emprego de Foguetes, do qual o Pjt Foguete Guiado SS-40G, traduz a sua essência; O projeto trabalhará em estreita coordenação com o Sistema de Doutrina do Exército, em especial com o C Dout Ex; Suporte Logístico Integrado (SLI) para o Foguete Guiado, caracterizado pelas atividades logísticas necessárias para o adequado funcionamento do Fgt SS-40G. O SLI deverá conter, dentre outros aspectos, índices de disponibilidade, tempo de indisponibilidade de materiais, capacitação de recursos humanos, assistência técnica com pessoal especializado, reposição de peças.

Principal Produto: Foguete Guiado SS-40G.

PROJETO VIATURAS DO SISTEMA ASTROS

Finalidade: Caracteriza-se pela aquisição de viaturas ASTROS versão MK6, para a composição do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes (16º GMF), e pelo conjunto de atividades de modernização das viaturas ASTROS do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, colocando-as no mesmo patamar das novas viaturas ASTROS MK-6, com capacidade de lançar o MTC e toda a família de foguetes ASTROS.

Descrição / Especificação: Caracteriza-se pela aquisição de viaturas ASTROS para a composição do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes a ser localizado no Forte Santa Bárbara e completar a dotação atual do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes. Viaturas modelo TATRA MK-6 características do Sistema ASTROS 2020 descritas nos pacotes integrantes (e em detalhes nos descritivos técnicos dos contratos) a serem adquiridas em lotes distintos ao longo do Prg EE ASTROS 2020. As quantidades e os tipos de viaturas serão definidas em cada contrato, de acordo com o QDM das Unidades Operacionais; Caracteriza-se pelo conjunto de atividades de modernização das viaturas ASTROS do 6o GMF, colocando-as no mesmo patamar das novas viaturas ASTROS MK-6, com capacidade de lançar o MTC e toda a família de foguetes ASTROS, conforme condições do Contrato 249/2013- COLOG/DMat; As viaturas MK 6 do Sistema ASTROS 2020 possuem diversos sistemas baseados em softwares desenvolvidos pela empresa AVIBRAS. Entre eles há o Software de Gerenciamento do Campo de Batalha do Sistema ASTROS. Afim de permitir a integração do sistema ASTROS 2020 ao Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre (C2 FTer), verificou-se então que era mandatório que esse software do sistema ASTROS 2020 fosse integrado ao software C2 em Combate do EB, por meio da troca de objetos de software; Aquisição, desenvolvimento e/ou integração de metralhadora calibre .50 polegadas para ser empregada nas viaturas ASTROS nas diversas opções de seu portfólio; Suporte Logístico Integrado (SLI) para as Viaturas do Sistema ASTROS, caracterizado pelas atividades logísticas necessárias para o adequado funcionamento das Viaturas do Sistema ASTROS. O SLI deverá conter, dentre outros aspectos, índices de disponibilidade, tempo de indisponibilidade de materiais, capacitação de recursos humanos, assistência técnica com pessoal especializado, reposição de peças.

Principais Produtos: Lançadoras Múltiplas Universais, Viaturas Remuniciadoras, Viatura de Comando e Controle, Viatura Posto de Comando e Controle, Viatura Meteorológica, Viatura Unidade Controladora de Fogo, Viatura Oficina Veicular Eletrônica, Modernização das Viaturas do Sistema ASTROS do 6º GMF, com todos os seus Sistemas integrados.

PROJETO FORTE SANTA BÁRBARA (FSB)

Finalidade: Planejamento, concepção, elaboração de projetos arquitetônicos e de engenharia e coordenação dos trabalhos de implantação das OM que irão compor o Forte Santa Bárbara;

Descrição / Especificação: Obras de construção no Forte Santa Bárbara, na cidade de Formosa-GO:

- Quartel-General do Comando de Artilharia do Exército: Grande Unidade a ser transferida e implantada no FSB, em Formosa, GO, com capacidade de coordenar as atividades estratégicas da Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército.
- Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército: Subunidade a ser transferida e implantada no FSB, em Formosa, GO, com capacidade de apoiar as atividades estratégicas do Comando de Artilharia do Exército.
- 6º Grupo de Mísseis e Foguetes: Atividades necessárias à conclusão do projeto do atual 6º GMF. Caracteriza-se, em instalações físicas, pela ampliação do rancho da OM, conclusão da 3ª Bia LMF, do corpo da guarda (e corpo da guarda avançado), paiol orgânico de munição leve, posto de saúde na Vila Militar em Formosa, blocos de PNR e garagem da Bateria de Comando e Serviços e outras julgadas necessárias com a visão de futuro.
- 16º Grupo de Mísseis e Foguetes: Unidade a ser transferida e implantada no FSB, em Formosa, GO, com capacidade de lançar mísseis e foguetes, estruturada, em caráter inicial, em: Comando e Estado-Maior; Bateria Comando e de Serviços; e 3 (três) Baterias de Mísseis e Foguetes.
- Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes: Organização Militar voltada para a capacitação de Recursos Humanos para o planejamento, desenvolvimento e consolidação da Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro. Será o elo no Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) para o desenvolvimento e a formulação da doutrina de emprego de mísseis e foguetes, nos níveis tático e estratégico.

- Centro de Logística de Mísseis e Foguetes: Organização Militar responsável pela manutenção, transporte, suprimento, apoio à capacitação de recursos humanos em manutenção e a logística dos materiais específicos do sistema ASTROS, das unidades de Mísseis e Foguetes.
- Base de Administração e Apoio do Forte Santa Bárbara: OM de administração, segurança e de apoio para o FSB como um todo, por meio da centralização administrativa e recionalização de pessoal e manutenção do FSB como um todo.
- Paióis de Mísseis e Foguetes: Planejamento, Construção e Conclusão dos sistemas de empaiolamento de mísseis e foguetes da Artilharia de Mísseis e Foguetes.
- Bateria de Busca de Alvos: Organização Militar destinada a prover aspectos de aquisição de alvos, comando e controle e controle de danos para a Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército, em especial aquelas localizadas no FSB.
- Centro de Coordenação e Apoio de Fogo da Força Terrestre: Organização Militar destinada a prover os meios para o Planejamento e da Coordenação de Fogos do Sistema de Mísseis e Foguetes do Exército.
- Próprios Nacionais Residenciais (PNR): Caracteriza-se pelas obras de construção dos PNR para oficiais e sargentos para o apoio à família militar de todas os militares das OM do FSB. Deverão ser construídos ao longo do desenvolvimento do projeto. Instalações como pavilhões de terceiros, escolas, igrejas, ciclovias, áreas de lazer, dentre outros, completam a descrição deste pacote.

Principais Produtos: Comando de Artilharia do Exército, Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército, 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes, Centro de Logística de Mísseis e Foguetes, Base de Administração e Apoio do Forte Santa Bárbara, 02 Paióis de Mísseis e Foguetes, Bateria de Busca de Alvos, Centro de Coordenação e Apoio de Fogo da Força Terrestre e Próprios Nacionais Residenciais.

PROJETO SISTEMA DE SIMULAÇÃO INTEGRADA ASTROS (SIS-ASTROS)

Finalidade: Caracteriza-se pelo desenvolvimento de um simulador virtual tático (mesa tática) de Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP), de simuladores virtuais técnicos das responsáveis pela execução e cálculo de lançamento de foguetes do Sistema ASTROS e de treinamento baseado em computador relativo às mesmas viaturas; ressalta-se que os simuladores virtuais técnicos e o simulador virtual tático podem trabalhar de forma integrada, bem como o simulador virtual tático pode trabalhar de forma integrada ao Simulador Combater, do COTER.

Descrição / Especificação: Simulador Virtual Tático de Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP) de Bateria de Mísseis e Foguetes (Bia MF) que caracteriza-se pela elaboração de uma mesa tática para a simulação dos diversos trabalhos de Reconhecimento Escolha e Ocupação de Posição de um Grupo de Mísseis e Foguetes e/ou Bateria de Mísseis e Foguetes; Simuladores Virtuais Técnicos do Sistema ASTROS que consistem em cabines de simulação das viaturas Viatura de Comando e Controle, Posto de Comando e Controle, Unidade Controladora de Fogo e Lançadora Múltipla Universal, as quais emulam os procedimentos e sequências de operações técnicas a serem executadas em cada uma delas no contexto de um REOP; Modelagem e Integração dos simuladores do Sistema ASTROS que caracteriza-se pelo elaboração do planejamento e desenvolvimento de um sistema de Simulação e Modelagem para a Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro, que proporcione a adequada integração dos distintos níveis e tipos definidos pelos Sistema de Simulação do Exército. Entende-se o uso do modelo de hélice tripla, com a participação do Exército, das universidades e de empresas capacitadas; inclui-se requisitos necessários para a elaboração de simuladores virtuais técnicos; e Treinamento Baseado em Computadores (TBC) das Viaturas do Sistema ASTROS, versão MK6 que se caracteriza pela implantação de Treinamento Baseado em Computadores para Viaturas do Sistema de Mísseis e Foguetes.

Principais Produtos: Simuladores Virtuais Táticos de Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição de Bateria de Mísseis e Foguetes, Simuladores Virtuais Técnicos do Sistema ASTROS, Modelagem e Integração dos simuladores do Sistema ASTROS e Treinamento Baseado em Computadores das Viaturas do Sistema ASTROS versão MK6.

PROJETO BUSCA DE ALVOS

Finalidade: Criação de uma Bateria ou Grupo de Busca de Alvos, com doutrina específica para atender ao Sistema de Mísseis e Foguetes, bem como aquisição de Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP).

Descrição / Especificação: Quadro de Organização do Grupo (Gp) e da Bateria de Busca de Alvos (Bia BA) que se caracteriza por, em associação com a Doutrina e o estabelecimento físico da OM, estabelecer o Quadro de Organização (QO) da Bia BA, de forma específica e particular; Planejamento, desenvolvimento e aquisição de SARP para o Sistema ASTROS que se caracteriza pelas atividades de Planejamento, Desenvolvimento e Aquisição de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP). Deverá ser conduzido em coordenação com o Ministério da Defesa, Departamento de Ciência e Tecnologia, Comando Logístico e Comando de Operações Terrestres. Cada Seção de SARP é composto por ao menos duas Aeronaves Remotamente Pilotadas, além das estações controladoras de solo, conforme Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) definidos pelo MD e COTER; Doutrina de Emprego da Busca de Alvos que se caracteriza pela elaboração e desenvolvimento da doutrina de emprego da Bateria de Busca de Alvos da Artilharia de Mísseis e Foguetes, em especial coordenação com o Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes. Caracteriza-se, inicialmente, pela inserção de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP) para aquisição de alvos e controle de danos das missões do Sistema ASTROS.

Principal Produto: Duas Seções SARP por Bia BA do Sistema ASTROS.

PROJETO INSTRUMENTAÇÃO TÉCNICA PARA CAMPO DE INSTRUÇÃO

Finalidade: Sistema de Instrumentação Técnica para Campo de Instrução, concebido e elaborado para módulos que possibilite o seu deslocamento para os vários locais onde poderão ser realizadas campanhas de testes de desenvolvimento e avaliação de Produtos de Defesa (PRODE).

Descrição / Especificação: Radares de trajetografia cuja função do radar de campo é rastrear o alvo aéreo na prova (foguete, míssil, aeronave, etc.) e transmitir os dados da posição em tempo real ao computador de controle na sala de comando, para a execução de cálculos da trajetória a ser visualizada a apresentação gráfica durante a prova; Centro de Comando e Controle que consiste em sistemas de computadores para Comando e Controle; Sistemas de software para o Campo de Provas; Sistemas de preparação de testes e controle em tempo real; Sistemas de pós processamento de dados dos resultados do teste; Sistemas de comunicação áudio, vídeo e dados; A característica de mobilidade do equipamento permitirá também que o mesmo seja utilizado em todo o território nacional, para realização de testes específicos; Equipamentos de áudio e filmagem que consiste no Sistema de comunicação de voz, vídeo e dados no Centro de Comado e Controle necessários para os registros durantes as campanhas de testes; Integração da Instrumentação Técnica ao Sistema ASTROS que consiste no planejamento, execução e entrega da instrumentação técnica do Campo de Instrução de Formosa, integrante do Forte Santa Bárbara, que sejam utilizados para a Pesquisa, Desenvolvimento e Adestramento de PRODE envolvidos no Programa ASTROS 2020, especialmente novas munições, veículos e SARP (Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas), dentre outros.

Principais Produtos: Radares de trajetografia, Centro de Comando e Controle e Sistema de comunicação de voz, vídeo e dados.

PROJETO CENTRO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE APOIO DE FOGO DA FORÇA TERRESTRE (CCAPFTER)

Finalidade: Elaboração e desenvolvimento do Planejamento e da Coordenação de Fogos de Mísseis e Foguetes e sua oportuna e adequada inserção na Doutrina do Exército e das Forças Armadas.

Descrição / Especificação: Caracteriza-se por, em associação com a Doutrina e o estabelecimento físico da OM, estabelecer o Quadro de Organização (QO) do CCApFTer, de forma específica e particular; Elaboração e desenvolvimento do Planejamento e da Coordenação de Fogos de Mísseis e Foguetes e sua oportuna e adequada inserção na Doutrina do Exército e das Forças Armadas.

Principal Produto: Centro de Planejamento e Coordenação de Apoio de Fogo da Força Terrestre.

AÇÃO COMPLEMENTAR DE AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO PARA EXPERIMENTAÇÃO DOUTRINÁRIA DO SISTEMA ASTROS

Finalidade: Planejamento, desenvolvimento e aquisição de munição para o Sistema ASTROS.

Descrição / Especificação: Planejamento, desenvolvimento e aquisição de munição para o Sistema ASTROS; Aquisição, desenvolvimento e/ou integração de foguetes do tipo ASTROS nas diversas opções de seu portfólio; Aquisição, desenvolvimento e/ou integração de foguetes-guiados e mísseis para o ASTROS nas diversas opções de seu portfólio.

Principais Produtos: Aquisição de foguetes balísticos, foguetes guiados e mísseis do Sistema ASTROS.

AÇÃO COMPLEMENTAR LOGÍSTICA PARA O SISTEMA DE MÍSSEIS E FOGUETES

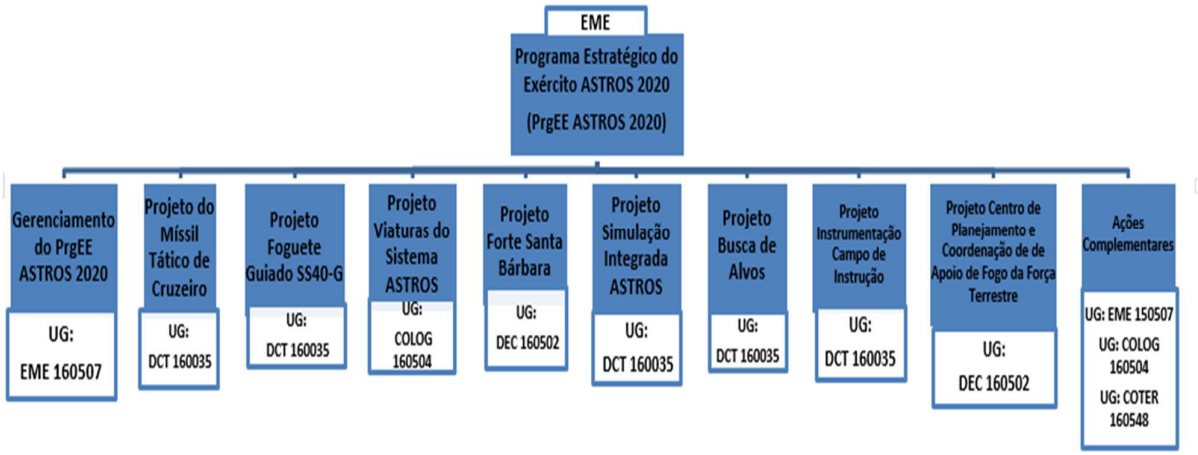
Finalidade: Planejamento, desenvolvimento e aquisição de viaturas especializadas no transporte de carga em geral, transporte de munição (geral e ASTROS).

Descrição / Especificação: Caracteriza-se pela logística necessária para a adequada e oportuna inserção da Artilharia de Mísseis e Foguetes no Exército Brasileiro; Planejamento, desenvolvimento e aquisição de viaturas especializadas no transporte de carga em geral, transporte de munição (geral e ASTROS), combustível, água, transporte de viaturas ASTROS (pranchas), bem como quaisquer tipos de viaturas que tenham por finalidade contribuir para a logística do Sistema ASTROS, em especial novas viaturas e outros veículos auxiliares tais como empilhadeiras e carregadeiras e outras necessárias às funções logísticas do Sistema ASTROS.

Principais Produtos: Suporte Logístico Integrado (SLI), Viaturas diversas de apoio logísticos.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 9 Organograma Funcional do Programa ASTROS 2020



Fonte: Exército Brasileiro

GRUPOS DE INTERESSE

Comandos Militares de Área:

- Comando Militar do Planalto;

Órgãos de Direção Geral, Setorial e Operacional:

- Estado-Maior do Exército;
- Departamento de Ciência e Tecnologia;
- Departamento-Geral do Pessoal;
- Departamento de Engenharia e Construção;
- Comando Logístico;
- Departamento de Educação e Cultura do Exército; e
- Comando de Operações Terrestres.

Organizações Militares:

- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército;
- 6º Grupo de Mísseis e Foguetes;
- Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes;
- Centro de Logística de Mísseis e Foguetes

Empresas:

- Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS; e
- Empresas nacionais da área de construção civil.

Universidade:

- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);

Centros de Pesquisa:

- Centro Tecnológico do Exército;
- Centro de Avaliações do Exército; e
- Diretoria de Fabricação.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor global estimado do Programa ASTROS 2020 é de R$ 2.435.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e trinta e cinco milhões de reais).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tabela 34 Identificação da Ação Programa ASTROS 2020

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	14LW **Tipo:** Projeto						
Título	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020						
Iniciativa	05PN - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020						
Objetivo	**Código –** 1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.						
Programa	Política Nacional de Defesa **Código:** 2058 **Tipo:** Temático						
Unidade Orçamentária	Comando do Exército						
Ação Prioritária	(x) Sim ( ) Não Caso positivo: (x) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
LEI ORÇAMENTÁRIA 2017							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA							
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR INSCRITOS 2017		
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCES-SADOS	NÃO PROCESSADOS	
124.157.310,00	95.799.355,00	95.678.708,95	36.441.321,34	36.441.321,34	0,00	59.237.387,61	
EXECUÇÃO FÍSICA							
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	MONTANTE				
			PREVISTO	REPROGRA-MADO	REALIZADO		
Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020)		% de execução	7	7	2		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS				
VALOR EM 1/1/2017	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA		
137.283.446,48	78.088.393,29	1.780.938,50	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	% de execução física	56,88		

Fonte: Exército Brasileiro

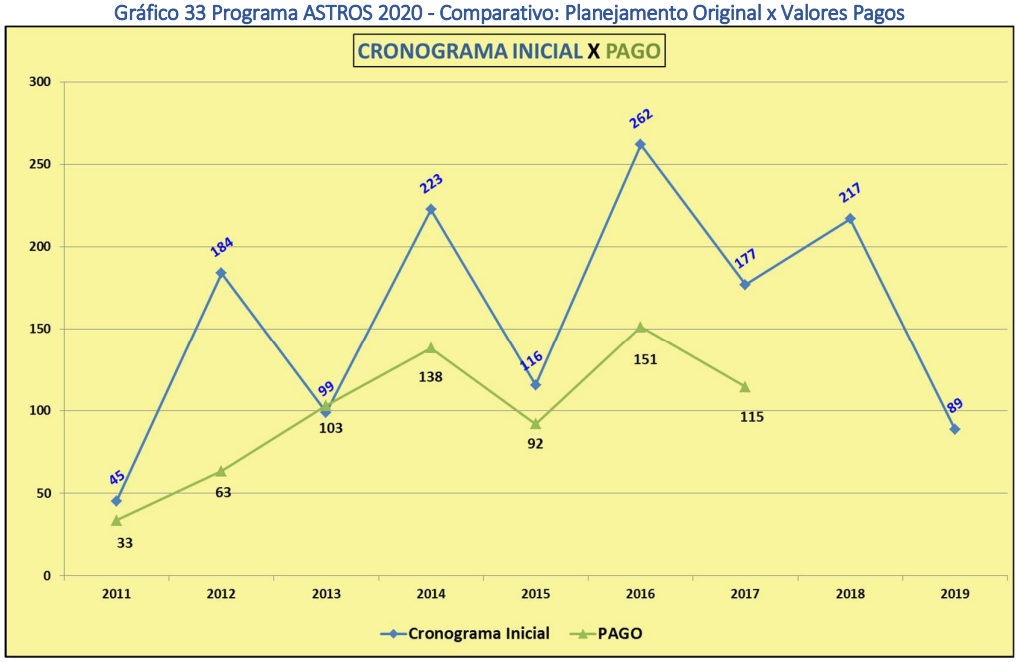
VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 35 Série Histórica 2011/2017 Programa ASTROS 2020

VALORES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2011	44.994.629,00	33.495.171,00	33.495.171,00
2012	183.999.999,96	63.494.111,70	63.494.111,70
2013	99.010.034,74	103.101.807,50	103.101.707,50
2014	222.547.289,75	144.323.896,68	138.249.322,70
2015	55.345.030,97	132.927.731,17	91.979.240,34
2016	117.927.759,43	104.226.600,48	151.214.378,09
2017	95.678.708,95	114.529.714,63	114.536.266,45
SOMA	**819.503.452,80**	**696.099.033,16**	**696.070.197,78**

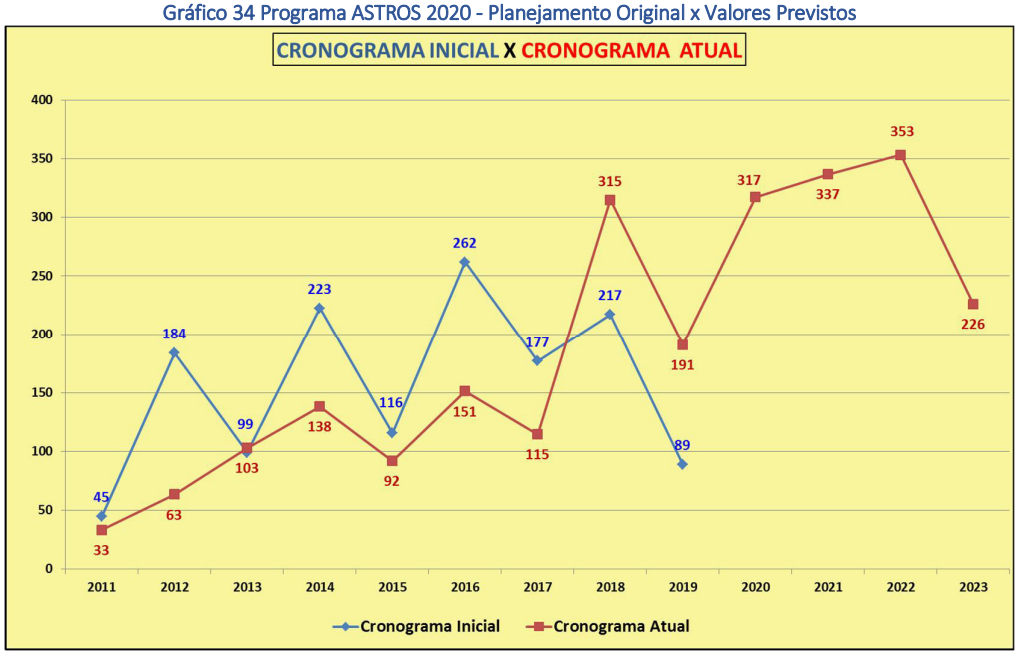
Fonte: Tesouro Gerencial. Nota: Inclui todas as Ações orçamentárias que custearam o Programa, antes da entrada no PAC (14N4, 8968 e 5375), além da 14LW.

Gráfico 33 Programa ASTROS 2020 - Comparativo: Planejamento Original x Valores Pagos



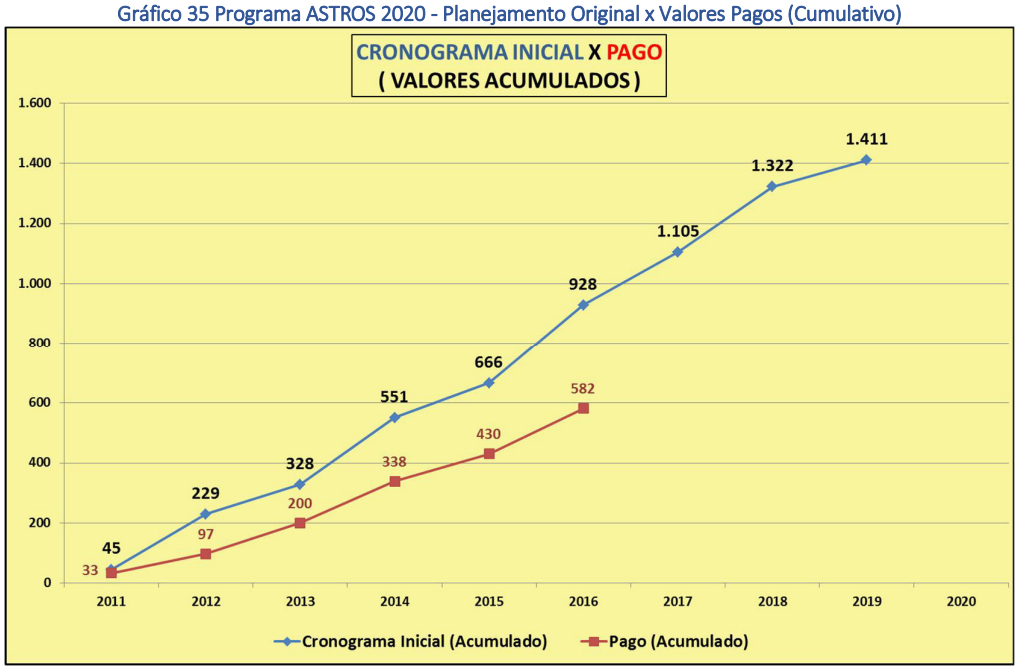
Fonte: Estado-Maior do Exército

Gráfico 34 Programa ASTROS 2020 - Planejamento Original x Valores Previstos



Fonte: Estado-Maior do Exército

Gráfico 35 Programa ASTROS 2020 - Planejamento Original x Valores Pagos (Cumulativo)



Fonte: Estado-Maior do Exército

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

O Programa Astros 2020 não possui contrato de financiamento externo.

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

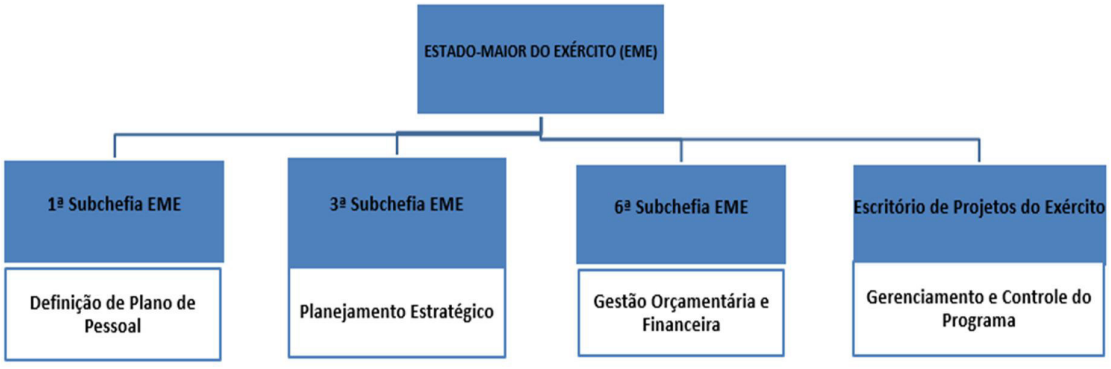
O Prg EE ASTROS 2020 teve, em seu planejamento inicial em 2012, a previsão de término em 2020. No entanto, em função de reduções nas previsões orçamentárias nos PPA e nas LOA subsequentes, foi necessário replanejar o horizonte temporal do Programa, estendendo-o para o término em 2023.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

O Programa Astros 2020 não possui Acordos de Compensação.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Figura 10 Estrutura de Gestão e Controle do Programa ASTROS 2020



Fonte: Exército Brasileiro

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

1) Contrato 04/2012-DF - Assinado em 2012.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Departamento de Ciência e Tecnologia, Diretoria de Fabricação.

- **Contratada**: Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS.
- **Objeto**: Contratação de Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento de Sistema Míssil Tático de Cruzeiro AV-TM 300, com capacidade de ser disparado a partir da Plataforma do Sistema ASTROS, em uso pelo Exército Brasileiro, conforme especificação do Projeto Básico.
- **Valor**: R$ 195.784.000,00.

2) Contrato 02/2012-DF – Assinado em 2012.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Departamento de Ciência e Tecnologia, Diretoria de Fabricação.
- **Contratada**: Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS.
- **Objeto**: Contratação de Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento de Foguete Guiado com alcance superior a 30 Km, com capacidade de ser disparado a partir da Plataforma ASTROS, conforme especificação do Projeto Básico.
- **Valor**: R$ 40.000.000,00.

3) Contrato 249/2013-COLOG/DMat – Assinado em 2013.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Comando Logístico.
- **Contratada**: Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS.
- **Objeto**: Serviços especializados de engenharia de manutenção e modernização do Sistema ASTROS do Exército Brasileiro, conforme especificação do Projeto Básico.
- **Valor**: R$ 111.000.000,00.

4) Contrato 289/2014-COLOG/DMat – Assinado em 2014.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Comando Logístico.
- **Contratada**: Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS.
- **Objeto**: Aquisição de chassis, cabines, equipamentos eletromecânicos, equipamentos eletrônicos e componentes para 20 viaturas do Sistema ASTROS, conforme especificação do Projeto Básico.
- **Valor**: R$ 177.582.190,00.

5) Termo de Execução Descentralizada-EME nº 14-194-00 – Assinado em 2014.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Departamento de Ciência e Tecnologia.
- **Contratada**: Universidade Federal de Santa Maria-RS.
- **Objeto**: Desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação ASTROS.
- **Valor**: R$ 9.093.000,00.

6) Contrato 03/2015-CRO/1 – Assinado em 2015.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Departamento de Engenharia e Construção.
- **Contratada**: R. C. Vieira Engenharia LTDA.
- **Objeto**: Obra de Construção de 01 Paiol de Mísseis e Foguetes, em Paracambi-RJ, conforme especificação do Projeto Básico.
- **Valor**: R$ 1.777.061,00.

7) Contrato 08/2016-CRO/11 – Assinado em 2016.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Departamento de Engenharia e Construção.
- **Contratada**: Vento Sul Engenharia LTDA.
- **Objeto**: Obra de construção do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, conforme especificação do Projeto Básico.
- **Valor**: R$ 42.340.019,04.

8) Contrato 11/2017-CRO/11 – Assinado em 2017.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Departamento de Engenharia e Construção.
- **Contratada**: Engecamp.
- **Objeto**: Obra de construção do Quartel-General do Comando de Artilharia do Exército e da Bateria Comando do Comando de Artilharia do Exército, conforme especificação do Projeto Básico.
- **Valor**: R$ 9.749.844,27.

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Variação de Custos: A variação dos custos das aquisições encontra-se coerente com os índices de reajuste acordados nos contratos em execução.

Cumprimento de Prazos: Devido ao impacto das restrições orçamentárias no Programa nos anos anteriores, bem como a edição da Emenda Constitucional n° 95, de 15 de dezembro 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, o prazo previsto para o término do Programa foi estendido de 2020 para 2023.

Atendimento do Escopo: O PrgEE ASTROS 2020 tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém dos valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa. No ano de 2017 houve a entrega de 2 novas Viaturas Controladoras de Fogo (UCF) na versão MK-6, e a modernização de 12 viaturas do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, sendo 8 Lançadoras Múltiplas Universais e 4 Viaturas Remuniciadoras, na versão MK3-M. Deu-se continuidade ao desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro, com alcance de até 300 km; desenvolvimento do Foguete Guiado SS-40 G; desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS); obras de construção de Organizações Militares no Forte Santa Bárbara, na cidade de Formosa-GO, sendo que as obras do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes, do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes, do Paiol de Mísseis e Foguetes e das Casas de Próprio Nacional Residencial, estão em fase final de execução, contratação da obra de construção do Comando de Artilharia do Exército e de sua Bateria de Comando e contratação da aquisição de munição (foguetes) do Sistema ASTROS para emprego em experimentação doutrinária.

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO GUARANI



"Nova família de blindados sobre rodas - Programa Guarani"

DESCRIÇÃO

PROJETO VIATURA BLINDADA 6X6

- **Finalidade**: O Projeto Viatura Blindada 6x6 tem por objetivo obter a nova família de viaturas blindadas sobre rodas 6x6.
- **Descrição / Especificação**: Viatura Blindada 6x6, em todas as suas versões, desenvolvida, adotada, distribuída, em operação e inserida na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de Armas: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de C2: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de simulação: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB.
- **Principais Produtos**: Viatura Blindada 6x6 sobre Rodas, em todas as suas versões, com todos os seus Sistemas integrados.

PROJETO VIATURA BLINDADA 4X4

- **Finalidade**: O Projeto Viatura Blindada 4x4 tem por objetivo obter a nova família de viaturas blindadas sobre rodas 4x4.
- **Descrição / Especificação**: Viatura Blindada 4x4, em todas as suas versões, desenvolvida, adotada, distribuída, em operação e inserida na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de Armas: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de C2: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de simulação: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB.
- **Principais Produtos**: Viatura Blindada 4x4 sobre Rodas, em todas as suas versões, com todos os seus Sistemas integrados.

PROJETO VIATURA BLINDADA DE RECONHECIMENTO (VBR)

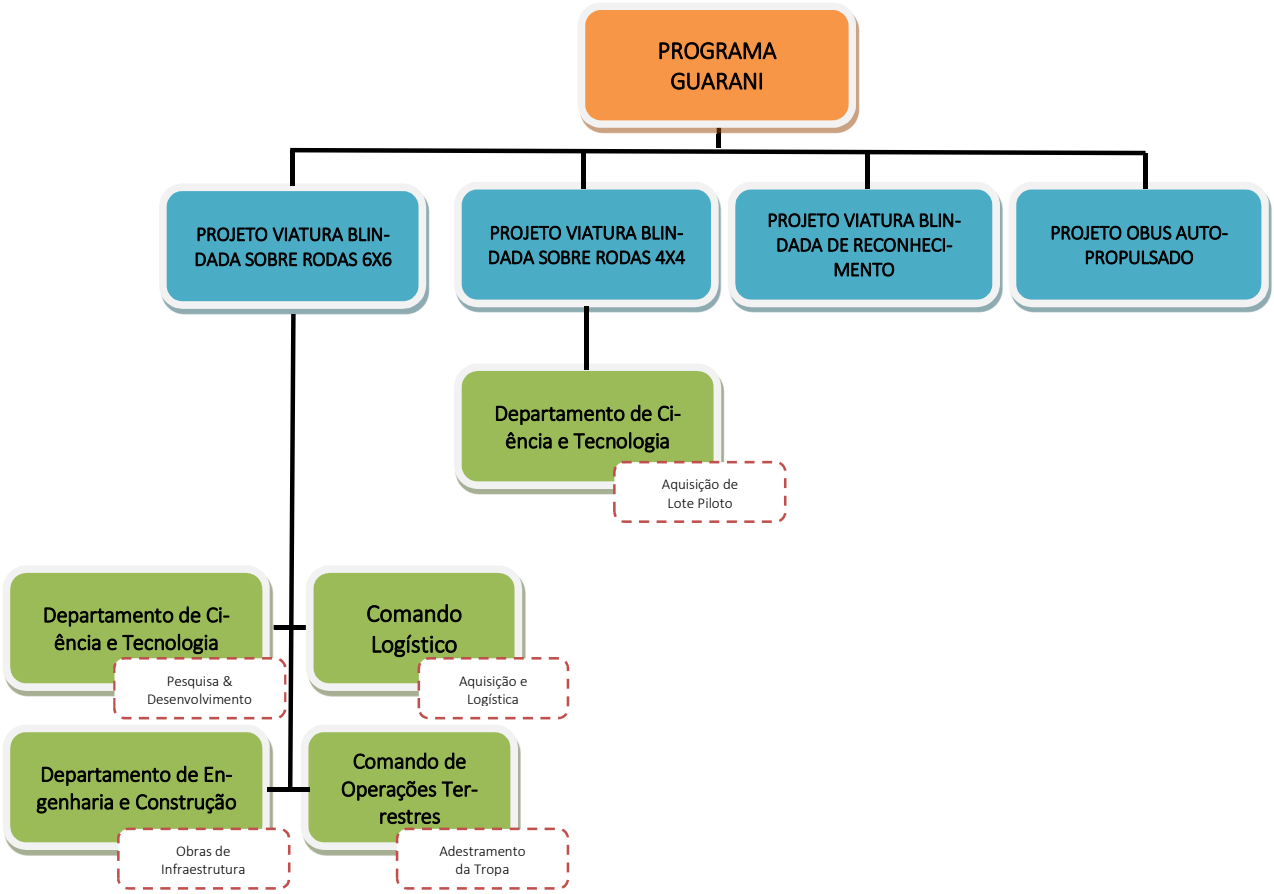
- **Finalidade**: O Projeto VBR tem por objetivo obter a nova viatura blindada sobre rodas de Reconhecimento.
- **Descrição / Especificação**: Viatura Blindada de Reconhecimento desenvolvida, adotada, distribuída, em operação e inserida na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de Armas: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de C2: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de simulação: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB.
- **Principal Produto**: Viatura Blindada de Reconhecimento sobre Rodas, com todos os seus Sistemas integrados.

PROJETO OBUS AUTOPROPULSADO SOBRE RODAS (OAP)

- **Finalidade**: O Projeto OAP tem por objetivo obter a nova viatura Obus Autopropulsada Blindada sobre Rodas.
- **Descrição / Especificação**: Viatura Obus Autopropulsada Blindada sobre Rodas desenvolvida, adotada, distribuída, em operação e inserida na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de Armas: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de C2: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de simulação: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB.
- **Principal Produto**: Viatura Obus Autopropulsado sobre Rodas, com todos os seus Sistemas integrados.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 11 Organograma Funcional do Programa GUARANI



Fonte: Exército Brasileiro

GRUPOS DE INTERESSE

Comandos Militares de Área

- Comando Militar do Sul;
- Comando Militar do Leste;
- Comando Militar do Oeste;

- Comando Militar do Planalto;
- Comando Militar do Nordeste;
- Comando Militar do Norte;
- Comando Militar da Amazônia; e
- Comando Militar do Sudeste.

Órgãos de Direção Setorial

- Departamento de Ciência e Tecnologia;
- Departamento-Geral do Pessoal;
- Departamento de Engenharia e Construção;
- Comando Logístico; e
- Comando de Operações Terrestres.

Empresas

- Indústrias de Material Bélico do Brasil (IMBEL);
- ARES Segurança e Defesa;
- IVECO Latin América Ltda;
- Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC);
- W&E Platt PTY LTD;
- OIP Sensor Systems;
- Thales Defense & Security, Inc;
- Harris Falcon Radios; e
- U.S. Ordnance–Defense Systems and Manufacturing.

Centros de Pesquisa

- Centro Tecnológico do Exército; e
- Centro de Avaliações do Exército.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor global estimado do Programa é de R$ 20.800.000.000,00 (vinte bilhões e oitocentos milhões de reais).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tabela 36 Identificação da Ação Programa GUARANI

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	14T4 Tipo: Projeto						
Título	Aquisição de Blindados Guarani						
Iniciativa	05PO – Aquisição e desenvolvimento de viaturas blindadas sobre rodas – Projeto Guarani						
Objetivo	1121 – Aparelhar as Forças Armadas com Meios e Equipamentos Militares para a Defesa Nacional						
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
LEI ORÇAMENTÁRIA 2017							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA							
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR INSCRITOS 2017		
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCES-SADOS	NÃO PROCESSADOS	
124.157.310,00	95.799.355,00	95.678.708,95	36.441.321,34	36.441.321,34	0,00	59.237.387,61	
EXECUÇÃO FÍSICA							
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	MONTANTE				
			PREVISTO	REPROGRA-MADO	REALIZADO		
Viatura adquirida		Unidade	60	68	75		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS				
VALOR EM 1/1/2017	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
54.862.764,03	30.922.578,89	7.988.347,17	Viatura adquirida		Unidade	1	

Fonte: Exército Brasileiro

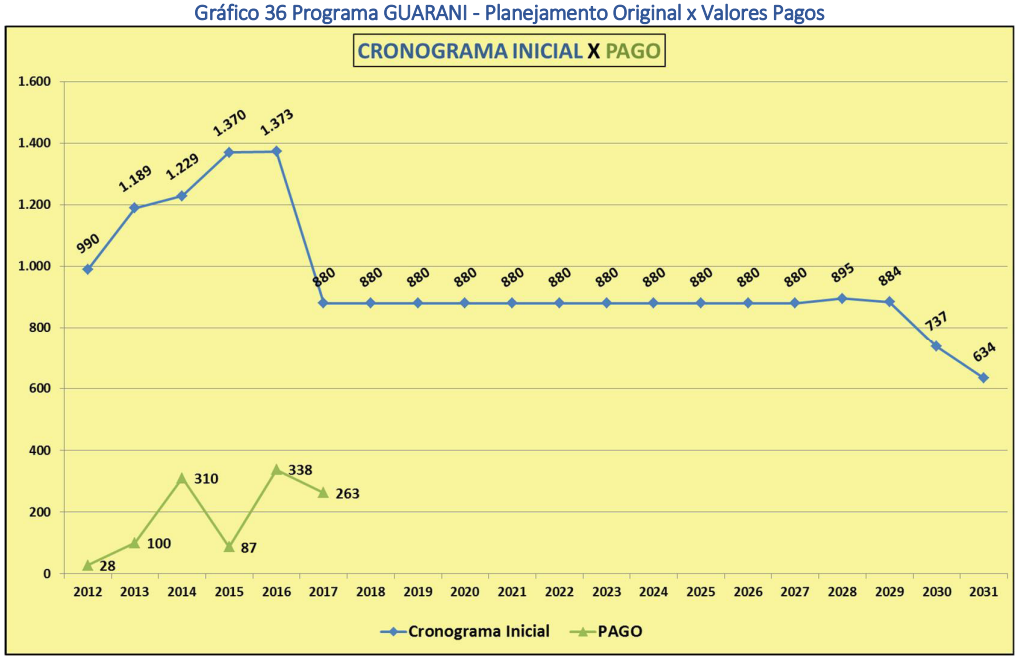
VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 37 Série histórica 2012/2017 do Programa GUARANI

VALORES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012	317.691.131,18	27.587.250,00	27.587.250,00
2013	101.121.241,03	99.770.879,45	99.766.323,54
2014	95.764.570,49	322.759.691,08	310.478.588,61
2015	218.375.491,22	188.222.052,69	86.885.149,91
2016	207.410.833,68	227.900.372,32	337.704.788,99
2017	418.507.935,51	322.400.271,22	262.655.260,53
SOMA	**1.358.871.203,11**	**1.188.640.516,76**	**1.125.077.361,58**

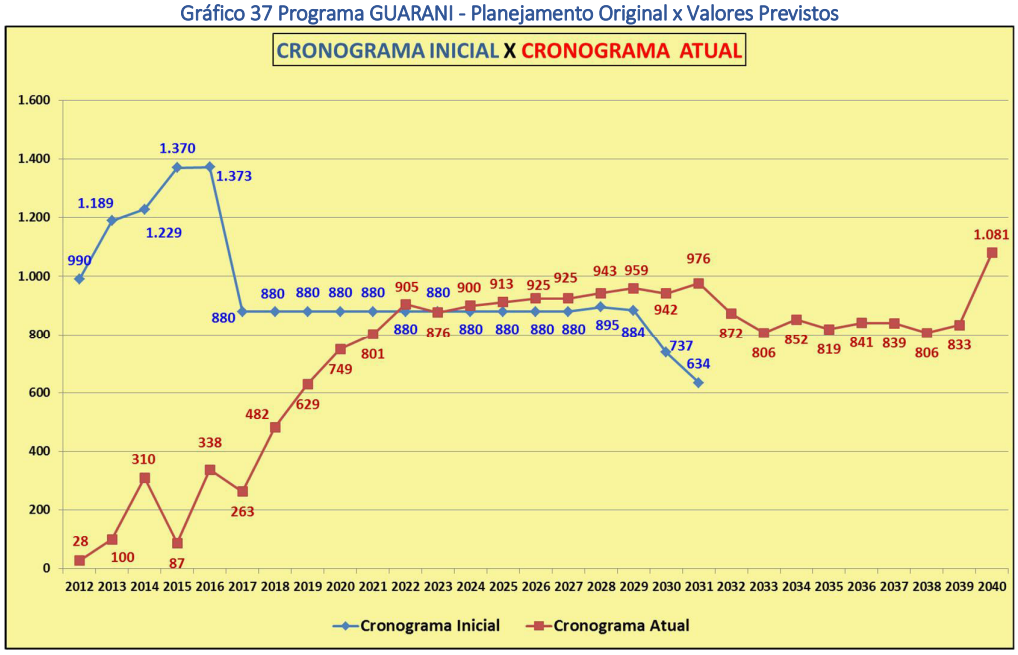
Fonte: Tesouro Gerencial. Observação: Inclui todas as AO que subsidiaram o Programa antes e depois da entrada no PAC (14T4,14N4, 20PZ. 156N e 4450)

Gráfico 36 Programa GUARANI - Planejamento Original x Valores Pagos



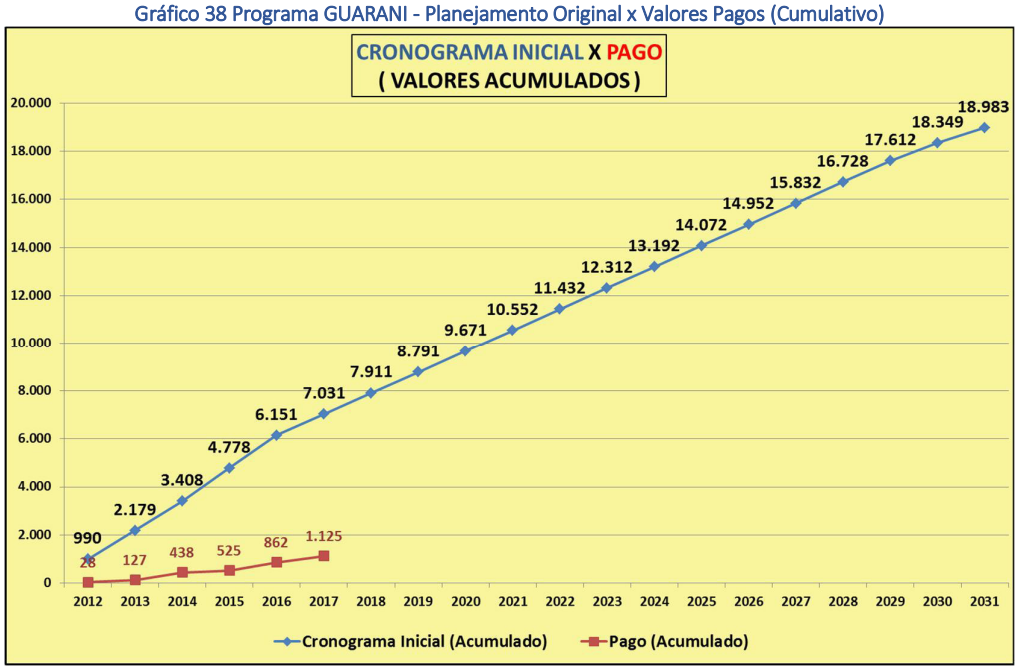
Fonte: Exército Brasileiro

Gráfico 37 Programa GUARANI - Planejamento Original x Valores Previstos



Fonte: Exército Brasileiro

Gráfico 38 Programa GUARANI - Planejamento Original x Valores Pagos (Cumulativo)



Fonte: Exército Brasileiro

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

O Programa GUARANI não possui contrato de financiamento externo.

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

O Programa Estratégico Guarani teve, em seu planejamento inicial em 2012, a previsão de término em 2031. No entanto, em função de reduções nas previsões orçamentárias nos Planos Plurianuais - PPA e nas Lei Orçamentárias Anuais - LOA subsequentes, foi necessário replanejar o horizonte temporal do projeto, estendendo-o para o término em 2040.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Foi firmado o Contrato Nº 13/2012-DCT, de 11 de julho de 2012, no valor de US$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos), cuja contratada foi a Empresa ELBIT SYSTEMS LTD (AEROELETRONICA INTERNATIONAL LTD), que em seu Anexo V, previu o acordo de compensação (*Offset*) nos seguintes termos:

Tabela 38 Acordo de Compensação do Programa GUARANI

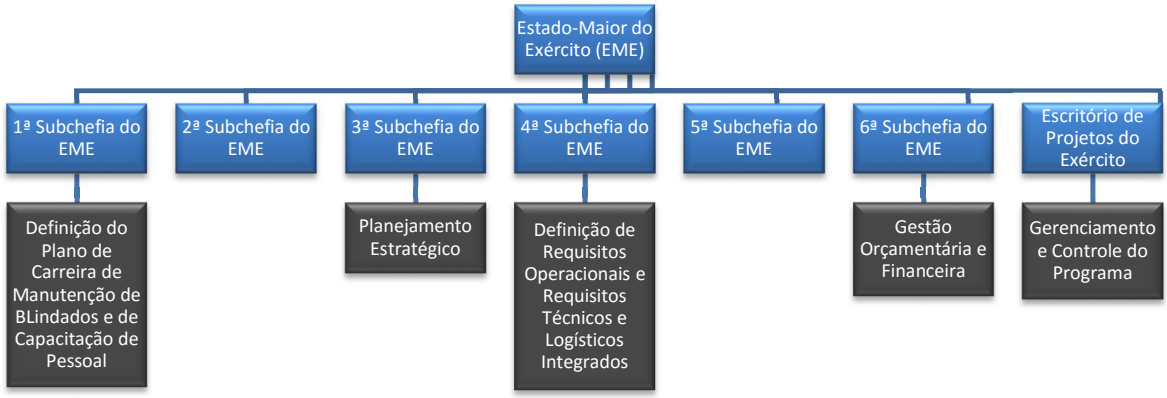
TABELA DE OFFSET						
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR NOMINAL (US$)	MULTI-PLICA-DOR	VALOR DE OFFSET (US$)	COMENTÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL
1	Transferência de conhecimento para a AEL para gestão do programa e acompanhamento do avaliação e experimentação doutrinária	600	4	2.400	Treinamento de engenheiros para suporte e experimentação doutrinária, esta transferência de conhecimento já vem acontecendo desde a instalação do primeiro sistema no Guarani.	Não entregue. Sob contestação pelo Fiscal do Contrato.
2	Área de manufatura / infraestrutura predial para fabricação da UT30BR na AEL sistemas em futuros lotes seriais	2.400	4	9.600	800 m^2 de prédio com 5 m de pé direito, piso reforçado, espera para ponte rolante de 5 ton. (pilares reforçados), arruamento para trânsito do Guarani, layout de manufatura.	Não entregue. Sob contestação pelo Fiscal do Contrato.
3	Transferência de conhecimento e tecnologia para AEL para suporte local de manutenção	531	4	2.124	Treinamento de engenheiros, equipamentos e laboratório na AEL.	Não entregue. Sob contestação pelo Fiscal do Contrato.
4	Canhão 30mm adicional autônomo para testes do EB	382	4	1.528	Canhão 30mm MK44 + *Gun Control Unit* + 3 cabos de instalação + computador de acionamento (GOB – *Gun Operation Box*) + manuais de instalação.	Entregue.
5	Finalização de 5 sistemas UT30BR no Brasil	610	4	2.440		Não entregue. Em negociação.
TOTAL				18.092		

Fonte: Exército Brasileiro

O Contrato Nº 13/2012, firmado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia – DCT possui um Acordo de Compensação na Modalidade Transferência de Tecnologia, Tipo Direta. Dos cinco itens do Offset apresentado no quadro acima, apenas o item 04 (canhão autônomo) foi liquidado. Os itens 1 e 3 não foram comprovados e, portanto, rejeitados pelo Fiscal de Contrato. Para o item 2 foi apresentada documentação anterior à assinatura do contrato de aquisição, a qual também foi rejeitada na prestação de contas. Já o item 5, depende da execução dos itens 1 a 3, portanto também estão inadimplentes. O Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) celebrou dois termos aditivos: o primeiro, a pedido da empresa ELBIT, para incluir a empresa ARES com beneficiária do Offset, e o segundo para aumentar a vigência do contrato em 12 meses a fim de viabilizar o cumprimento das cláusulas do Offset. Utilizando-se de dispositivo previsto na cláusula trinta e dois do contrato o DCT, nomeará comissão de conciliação para, juntamente com as três empresas participantes, chegar a uma solução viável.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Figura 12 Estrutura de Gestão e Controle do Programa GUARANI



Fonte: Exército Brasileiro

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

1) Contrato: 13/2012-DCT – Assinado em 2012.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Departamento de Ciência e Tecnologia.
- **Contratada**: ELBIT SYSTEMS LTD (AEROELETRONICA INTERNATIONAL LTD).
- **Objeto**: Fornecimento de 10 (dez) sistemas de armas UT30BR, conforme especificação do Projeto Básico.
- **Valor**: US$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos)

2) Contrato: 186/2016-COLOG – Assinado em 2016.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Comando Logístico.
- **Contratada**: ARES Aeroespacial e Defesa S.A.
- **Objeto**: Aquisição de Torre REMAX para dotar VBTP-MR 6x6 Guarani.
- **Valor**: R$ 328.057.657,39 (trezentos e vinte e oito milhões, cinquenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos).

3) Contrato: 120/2016-COLOG – Assinado em 2016.

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Comando Logístico.
- **Contratada**: IVECO Latin America Ltda
- **Objeto**: Aquisição de Viatura Blindada Guarani.
- **Valor**: R$ 5.939.679,29 (cinco bilhões e novecentos e trinta e nove milhões e seiscentos e setenta e nove mil e seiscentos e oitenta e um reais e vinte e nove centavos).

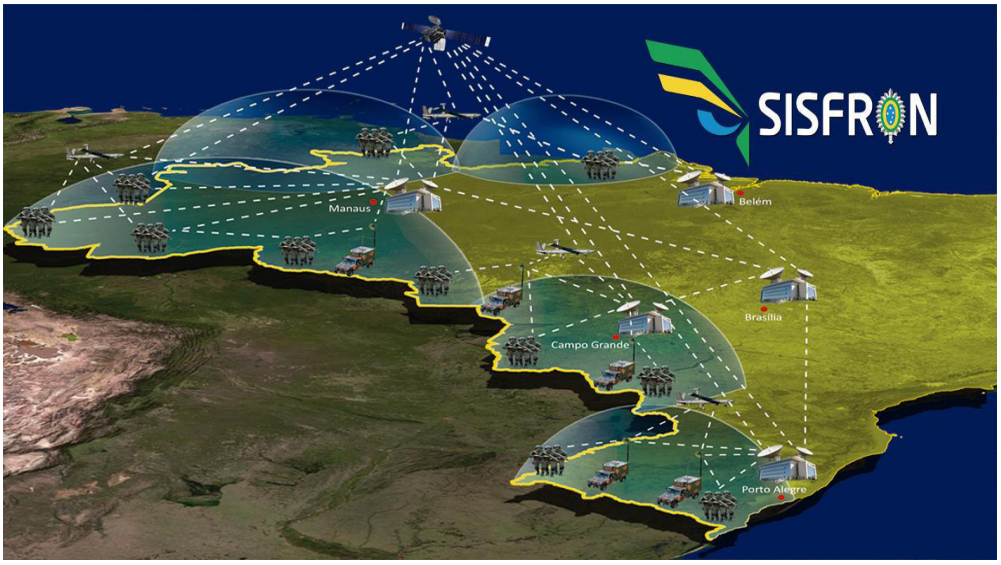
DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Variação de Custos: A variação dos custos das aquisições encontra-se coerente com os índices de reajuste acordados nos contratos e com a variação do dólar para as aquisições internacionais.

Cumprimento de Prazos: Devido aos impactos das restrições orçamentárias no Programa nos anos anteriores, bem como a edição da Emenda Constitucional n° 95, de 15 de dezembro 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, o prazo previsto para o término do Programa foi estendido de 2031 para 2040.

Atendimento do Escopo: O Programa tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém dos valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISFRON



"Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras."

DESCRIÇÃO

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é uma iniciativa estratégica e estruturante destinada a fortalecer a presença do Estado ao longo dos 16.886 quilômetros da faixa de fronteira.

O programa de implantação do Sistema compreende a aquisição e a integração de meios de sensoriamento (câmeras de visão noturna, radares, veículos aéreos remotamente pilotados etc.), de comunicações (micro-ondas terrestres, ligações por satélites etc.), de apoio à decisão (centros de operações, infraestrutura de TI etc.) e de apoio à atuação (viaturas, embarcações etc.), dentre outros meios.

Esses recursos, na maioria de alta tecnologia agregada, devem apoiar tanto as operações de defesa externa, no contexto da Estratégia Nacional de Defesa, como a atuação coordenada entre agências, contra delitos transfronteiriços, no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.

Além disso, a prioridade para a aquisição de produtos brasileiros na composição do Sistema confere ao empreendimento a característica de forte indutor da Base Industrial de Defesa e, consequentemente, do desenvolvimento regional e nacional.

PROJETOS DE SENSORIAMENTO E APOIO À DECISÃO (SAD)

Finalidade: Cada Projeto SAD destina-se ao fornecimento e à integração de subsistemas que realizam ou apoiam a coleta, transmissão, processamento e apresentação de dados necessários ao estabelecimento da consciência situacional sobre determinada área da faixa de fronteira.

Descrição / Especificação: Os projetos SAD contribuem significativamente para o alcance dos benefícios do SISFRON.

Para cobrir toda a extensão da faixa de fronteira, o Programa SISFRON prevê a execução de 09 (nove) projetos SAD, que estão distribuídos, espacialmente, de acordo com as características geográficas e operacionais de cada região da fronteira.

A distribuição temporal dos projetos poderá ser sucessiva ou simultânea, dependendo dos recursos disponíveis, e servirá de base para a organização das tranches do Programa SISFRON, como um todo.

Além das entregas assinaladas anteriormente, o escopo dos projetos poderá abranger a transferência de tecnologia, em decorrência de acordos de compensação (offset), estabelecidos conforme previsão da legislação vigente.

Em função do montante de recursos investidos, do sofisticado conteúdo tecnológico das entregas previstas, da possibilidade de transferência de tecnologia e do emprego dual dos itens fornecidos, dentre outros aspectos, os projetos de sensoriamento e apoio à decisão são atividades potencialmente indutoras do desenvolvimento de novos produtos e serviços no País, de interesse do próprio SISFRON e da sociedade em geral.

Os projetos de sensoriamento e apoio à decisão são detentores da maior complexidade operacional, tecnológica e administrativa do Programa, requerendo considerável esforço de gerenciamento para a sua execução, especialmente quanto à análise e tratamento de riscos.

Para mitigar os riscos de implantação, optou-se pela execução de um Projeto Piloto, na área de interesse da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, ao sul do Mato Grosso do Sul, com o apoio de uma empresa integradora, contratada em regime de empreitada integral. Adicionalmente, contratou-se uma empresa para prestar consultoria técnica de apoio à fiscalização do contrato com a empresa integradora.

Dependendo do aprendizado adquirido durante o Piloto, essas práticas relativas à contratação de empresas integradora e apoiadora poderão estender-se, com as adequações necessárias, pelos demais projetos de sensoriamento e apoio à decisão.

Principais Produtos: coleta, transmissão, processamento e apresentação de dados necessários ao estabelecimento da consciência situacional sobre determinada área da faixa de fronteira.

AÇÃO COMPLEMENTAR APOIO À ATUAÇÃO

Finalidade: A Ação Complementar de Apoio à Atuação destina-se à aquisição de bens e serviços necessários ao preparo e ao emprego operacional da tropa na faixa de fronteira.

Descrição / Especificação: O apoio à atuação completa o ciclo de observação, orientação, decisão e ação (OODA), típico dos sistemas de comando e controle – dentre os quais o SISFRON pode ser classificado – constituindo-se, dessa forma, condição essencial para a eficácia do Sistema como um todo, após as entregas dos projetos de sensoriamento e apoio à decisão.

Os meios de intendência são necessários para o desempenho individual e coletivo da tropa, bem como para a proteção individual e sobrevivência dos militares.

Os meios de engenharia ampliam a capacidade de emprego, auxiliando a mobilidade e a contramobilidade, o fornecimento de água potável, a geração de energia e iluminação.

Os materiais de informática proporcionam os meios necessários ao desenvolvimento de ações de inteligência, comunicação social e administrativas nos postos de bloqueio e controle de estradas (PBCE).

Os meios de saúde apoiam militares em operações, fornecendo os primeiros socorros aos combatentes.

Os meios motomecanizados possibilitam o deslocamento das tropas e dos meios de apoio aos ambientes operacionais, permitindo a ação do militar em áreas remotas, típicas da faixa de fronteira, carentes de recursos locais (infraestrutura).

Os meios de apoio à atuação, sejam de transporte, logística, informática ou saúde, podem ser empregados em proveito de qualquer organização pública atuando em proveito da defesa ou da segurança, na faixa de fronteira.

A Ação Complementar em questão, para obtenção dos meios de apoio à atuação, aproveita, sempre que possível, a estrutura organizacional, os processos e a experiência existente no Exército, voltada para a contratação de bens e serviços, em especial o COLOG, o DEC, o DCT e o DGP.

Principais Produtos:

- Classe II – Intendência: equipamentos individuais e materiais de estacionamento em campanha; e meios para instalação de postos de bloqueio e controle de estradas e fluviais, dentre outros materiais afins;
- Classe VI – Engenharia e Cartografia: geradores, sistemas de iluminação, meios para postos de bloqueio e controle fluviais, equipamentos de apoio à mobilidade e contramobilidade (retroescavadeiras, pás carregadeiras, tratores de esteira etc.), purificadores e estações de tratamento de água e embarcações (de reconhecimento e vigilância, de saúde, empurrador-rebocador, logística, tipo balsa, transporte de pessoal etc.), piers flutuantes, coletes salva-vidas, motores de popa, assessórios de auxílio à atividade náutica e apoio à navegação, sistemas de posicionamento por satélite, dentre outros materiais afins;
- Classe VII – Material de informática: meios para PBCE (computadores e impressoras, câmeras fotográficas e de vídeo, sistemas de áudio) dentre outros meios afins;
- Classe VIII – Saúde: instalações de saúde em campanha (equipamentos e instrumentos de saúde, gabinete odontológico de campanha, mobiliários diversos etc.), equipamentos de primeiros socorros, aparelhos para oxigenoterapia, cilindros para oxigênio, autoclaves portáteis, padiolas, desfibriladores e conjuntos dispensários, dentre outros materiais afins; e
- Classe IX – Motomecanização: viaturas operacionais, viaturas logísticas de manutenção e suprimento, viaturas para transporte de pessoal, ambulâncias, cavalos mecânicos, reboques, módulos de abastecimento de combustível, equipamentos de apoio à manutenção, sistemas de aeronaves remotamente pilotadas, dentre outros materiais afins.

AÇÃO COMPLEMENTAR OBRAS DE ENGENHARIA

Finalidade: A Ação Complementar Obras de Engenharia destina-se a realizar as obras de infraestrutura necessárias à instalação, operação e logística dos recursos, de natureza diversa, empregados na consecução dos benefícios do SISFRON, especialmente dos materiais e sistemas fornecidos pelos Projetos de Sensoriamento e Apoio à Decisão e pela Ação Complementar de Apoio à Atuação, componentes do Programa de implantação do Sistema.

Descrição / Especificação: Compreende a construção e/ou adequação de: organizações militares (batalhões de comunicações e guerra eletrônica, batalhões de inteligência militar etc.); instalações militares de fronteira (destacamentos, pelotões especiais de fronteira, companhias especiais de fronteira, etc.); centros de comando e controle fixos nos comandos militares de área, divisões de exército, brigadas e unidades; Centro de Monitoramento de Fronteiras (Brasília-DF); centros regionais de monitoramento, nos comandos militares de área; instalações logísticas (depósitos, oficinas, paióis, postos de abastecimento, lavagem e lubrificação, rampas de acesso para embarcação etc.); instalações para guarda dos meios de atuação (reservas de material, garagens, etc.); e infraestrutura (energia elétrica, estações de tratamento de efluentes, caixas d´água, cercamentos etc.). Compreende, ainda, a realização de estudos, projetos de arquitetura e projetos executivos; obtenção de licenças; fiscalização e controle de obras; e contratação e pagamento de mão de obra temporária.

Principal Produto: A Ação Complementar Obras de Engenharia provê o fator Infraestrutura, necessário à geração das capacidades entregues pelo Programa. Conforme definição doutrinária, o fator Infraestrutura engloba todos os elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte à utilização e ao preparo dos elementos de emprego, de acordo com a especificidade de cada um e o atendimento a requisitos de exercício funcional.

A realização das obras de engenharia é pré-requisito essencial para a execução subsequente dos projetos de sensoriamento e apoio à decisão, da Ação Complementar de Apoio à Atuação, da operação do Sistema e do suporte logístico integrado.

A Ação Complementar aproveita a aptidão (atribuições legais), a experiência e a capacidade do Exército para realizar obras de Engenharia.

AÇÕES COMPLEMENTARES INDUTORAS

Finalidade: As Ações Complementares Indutoras destinam-se a obter, junto à estrutura organizacional do Exército, os fatores determinantes das capacidades para as quais se destinam as entregas dos projetos de sensoriamento e apoio à decisão e das ações complementares de apoio à atuação e obras de engenharia.

Descrição / Especificação: Compreendem um conjunto de iniciativas da Gerência do Programa SISFRON para informar aos órgãos responsáveis sobre a necessidade da elaboração de produtos doutrinários; criação e transformação de OM; melhorias de processos; atualização do preparo e movimentação de pessoal. Todas essas atividades estarão atribuídas a diversos Órgãos de Direção do Exército.

Principais Produtos:

Ações indutoras de produtos doutrinários: elaboração de produtos doutrinários, tais como: manuais, quadros de organização, vade-mécum, condicionantes operacionais, requisitos operacionais e notas de coordenação doutrinárias, necessárias à implantação e operação do SISFRON;

Ações indutoras de organizações militares (OM): criação, transformar, transferir ou extinguir OM, em decorrência da implantação do SISFRON;

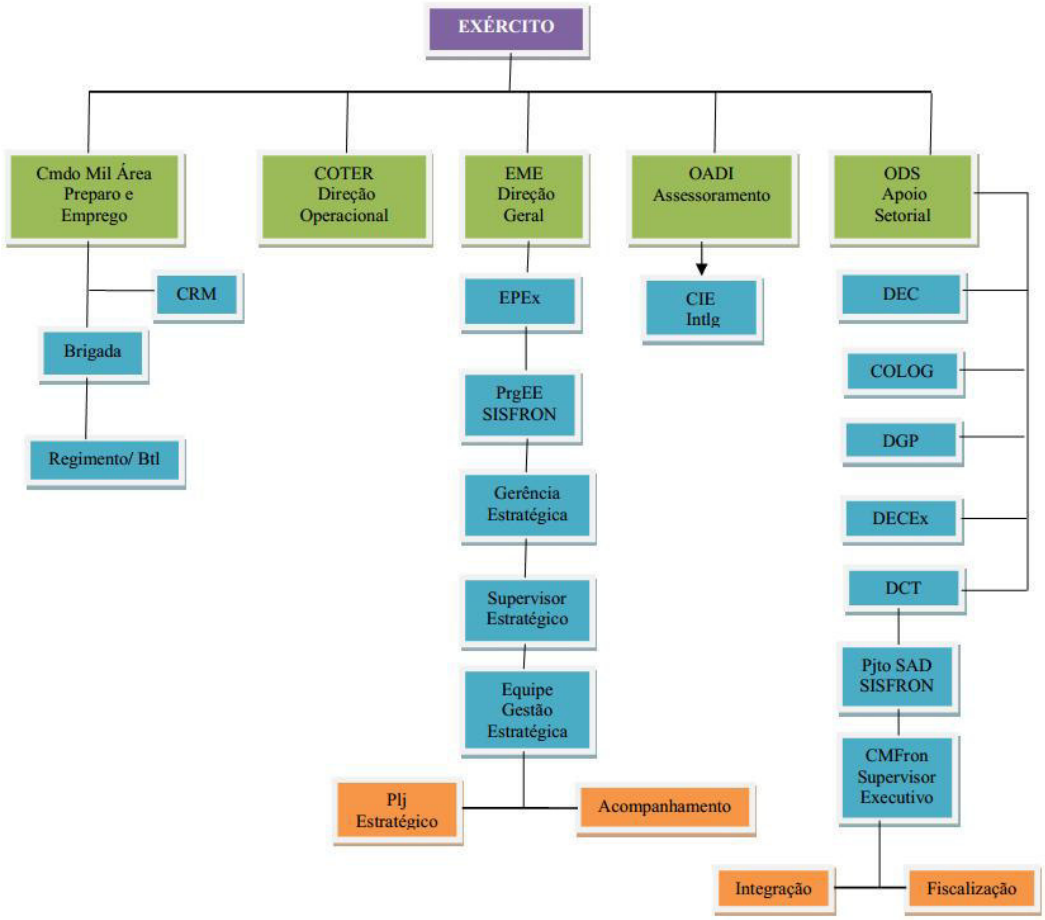
Ações indutoras de processos: criação novos processos e melhorar os processos existentes, de natureza operacional, logística ou administrativa, em proveito do SISFRON;

Ações indutoras do preparo: atualização e modernizar as atividades de preparo da Força Terrestre, voltadas para o SISFRON, especialmente no que diz respeito à elaboração de documentação, Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP), Qualificação e Adestramento, estágios de área, simulações e avaliações; e

Ações indutoras da gestão de pessoal: adequação a gestão de pessoal às peculiaridades do SISFRON, especialmente no que diz respeito a recrutamento e seleção de pessoal, elaboração de quadros de cargos previstos e movimentação.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 13 Organograma Funcional do Programa SISFRON



Fonte: Exército Brasileiro

GRUPOS DE INTERESSE

Além do Comando do Exército e dos contratados, destacam-se os seguintes atores com interesse no Programa SISFRON.

Indústria de Defesa

- Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE)
- Demais empresas de defesa, não associadas à ABIMDE

Indústria Nacional

- Confederação Nacional das Indústrias
- Federação das Indústrias dos Estados (SP, MS, RS, PR, GO, MG, RJ, SC e AM)

Órgãos Executivos do Governo Federal

- Presidência da República
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG)
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
- Órgãos Ambientais e Patrimoniais
- Ministério da Saúde - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
- Ministério da Justiça - SENASP – PF – PRF - FUNAI

Universidades

- Universidades Federais
- Universidades Estaduais
- Universidades Privadas
- Centros de Pesquisa

Área Internacional

- Países vizinhos

Ministério da Defesa

- Secretaria de Orçamento e Organização Institucional
- Secretaria de Produtos de Defesa
- SIPAM - SIVAM

Órgãos de Segurança Pública

- Polícias Militares
- Ministério da Justiça – SENASP – PF – PRF – FUNAI

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor global estimado do Programa é de R$ 11.992.000.000,00 (onze bilhões e novecentos e noventa e dois milhões de reais).

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tabela 39 Identificação da Ação do Programa SISFRON

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO							
Código	**14T5** **Tipo:** Projeto						
Título	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON						
Iniciativa	05R0 - Implantação e integração de sistemas de sensoriamento e de apoio à decisão e atuação do SISFRON						
Objetivo	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.						
Programa	Defesa Nacional **Código:** 2058 **Tipo:** Temático						
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército						
Ação Prioritária	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: (X) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
LEI ORÇAMENTÁRIA 2017							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA							
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR INSCRITOS 2017		
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	
449.740.318	266.810.217	266.840.664,40	57.835.045,50	56.921.120,06	979.405,13	209.005.618,90	
EXECUÇÃO FÍSICA							
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	MONTANTE				
			PREVISTO	REPROGRAMADO	REALIZADO		
Sistema implantado		Percentual de execução	4	-	1		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES							
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS				
VALOR EM 1/1/2017	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA		
139.177.795,88	74.853.934,90	3.406.370,60	Sistema implantado	Percentual de execução	53,78		

Fonte: Exército Brasileiro

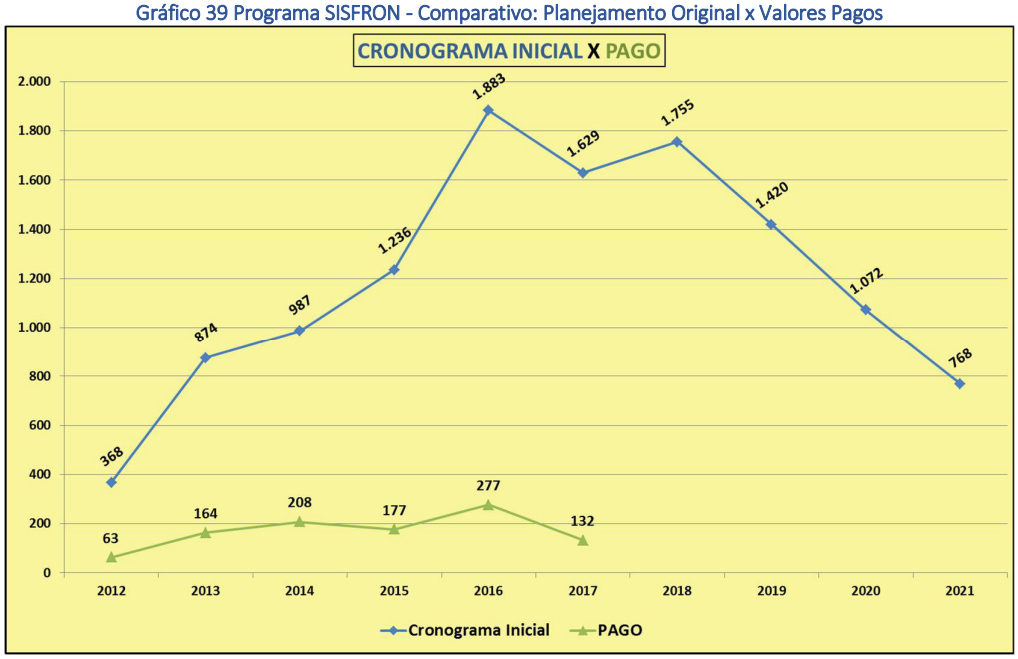
VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 40 Série histórica 2012/2017 do Programa SISFRON

VALORES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012	196.702.858,73	63.227.704,22	63.227.704,22
2013	242.040.704,78	164.337.091,71	163.552.416,90
2014	256.059.115,35	239.867.933,00	207.684.782,86
2015	160.356.068,69	239.047.048,22	176.733.097,00
2016	182.225.522,99	182.145.363,74	276.735.227,04
2017	266.840.664,40	132.688.980,40	132.401.488,14
SOMA	1.304.224.934,94	1.021.314.121,29	1.020.334.716,16

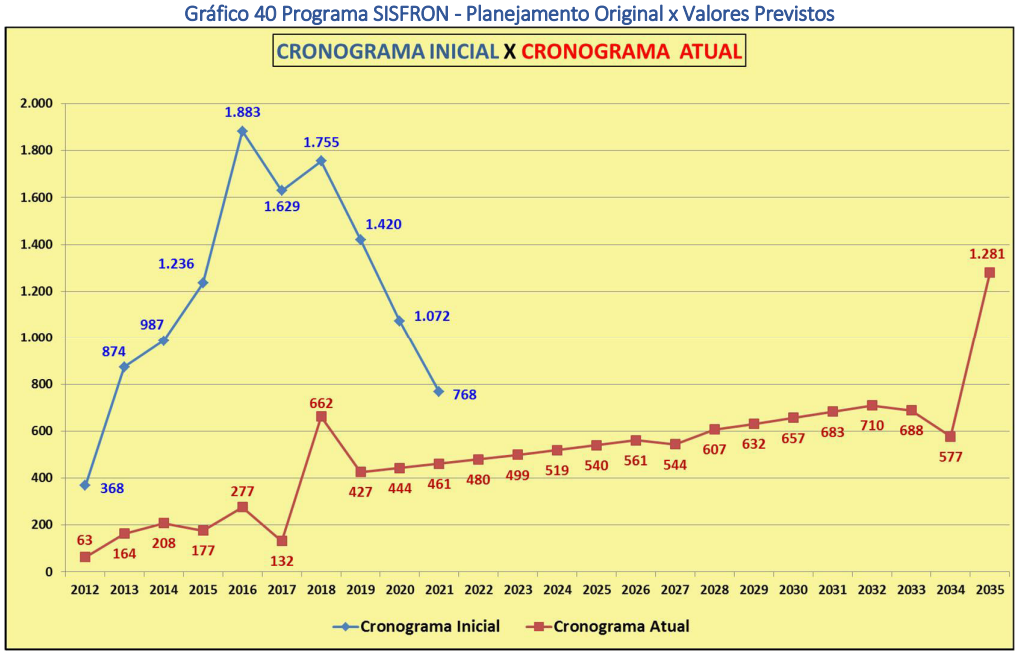
Fonte: Tesouro Gerencial. Observação: Inclui todas as AO que subsidiaram o Programa antes e depois da entrada no PAC (13DA e 20SB), além da 14T5.

Gráfico 39 Programa SISFRON - Comparativo: Planejamento Original x Valores Pagos



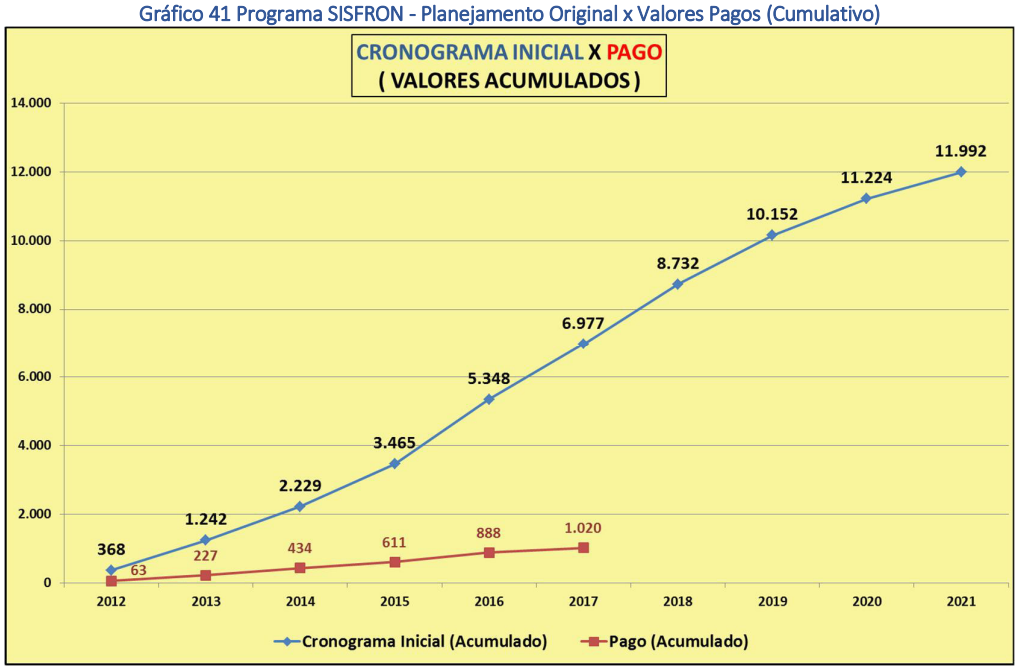
Fonte: Exército Brasileiro

Gráfico 40 Programa SISFRON - Planejamento Original x Valores Previstos



Fonte: Exército Brasileiro

Gráfico 41 Programa SISFRON - Planejamento Original x Valores Pagos (Cumulativo)



Fonte: Exército Brasileiro

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

O Programa SISFRON não possui contratos de financiamento externo.

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

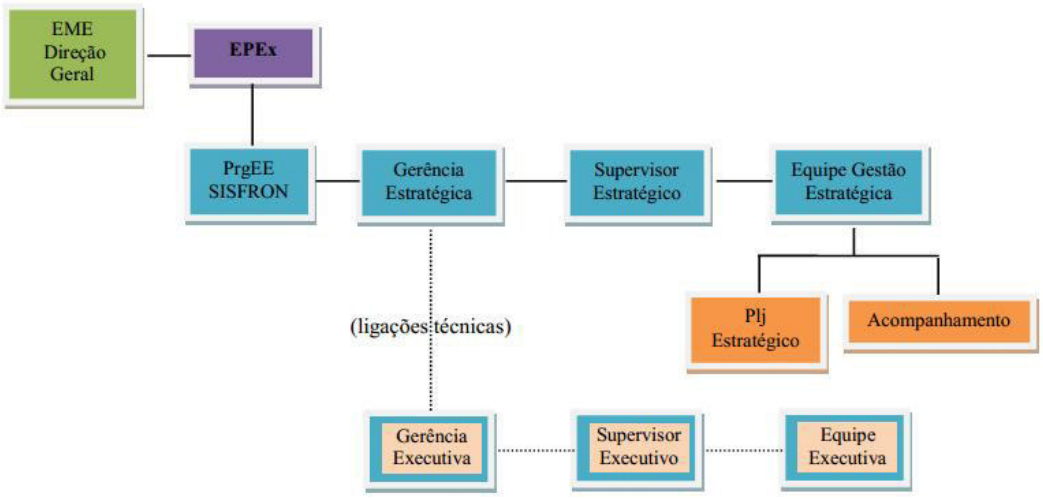
O Programa Estratégico SISFRON teve, em seu planejamento inicial em 2012, a previsão de término em 2021. No entanto, em função de reduções nas previsões orçamentárias nos Planos Plurianuais - PPA e nas Lei Orçamentárias Anual – LOA, subsequentes, foi necessário replanejar o horizonte temporal do projeto, estendendo-o para o término em 2035.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

Conforme o Anexo 6 "Acordos de Compensação decorrentes do Termo de Contrato nº 027/2012 – CCOMGEX e seus projetos associados"

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Figura 14 Estrutura de Gestão e Controle do Programa SISFRON



Fonte: Exército Brasileiro

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

Conforme anexo 7

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Variação de Custos: A variação dos custos das aquisições encontra-se coerente com os índices de reajuste acordados nos contratos, com os índices inflacionários e com a conjuntura econômica do País.

Cumprimento de Prazos: Devido aos impactos das restrições orçamentárias no Programa nos anos anteriores, aliada a edição da Emenda Constitucional n° 95, de 15 de dezembro 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, bem como à necessidade de desenvolvimento de materiais e sistemas de alta complexidade e sensibilidade, o prazo previsto para o término do Programa foi estendido de 2021 para 2035.

Atendimento do Escopo: O Programa tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém de os valores repassados ao Programa situarem-se aquém das necessidades planejadas, bem como da complexidade do desenvolvimento requerido. O Projeto Piloto, apesar de ter sofrido atrasos, está previsto para término em 2019. A execução do Programa tem permitido a conquista de objetivos intermediários, mas efetivos, proporcionando o atendimento do escopo mesmo que fora do ritmo ideal.

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA ANTIAÉREA



"Artilharia Antiaérea: desde o primeiro minuto na defesa do Brasil"

DESCRIÇÃO

Gerência do Programa

- **Finalidade**: viabilizar a Gerência do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PrgEE DA Ae).
- **Descrição / Especificação**: contém as iniciativas e documentos necessários à Gerência do Prg EE DA Ae.
- **Principais Produtos**: trabalhos que permitam realizar o gerenciamento e Documentação do PrgEE DA Ae.

Projeto Sistema Seção de Artilharia Antiaérea Míssil

- **Finalidade**: obter os módulos dos sistemas Seção de Artilharia Antiaérea Míssil de Baixa Altura (Seç AAAe Msl Bx Altu) e Seção de Artilharia Antiaérea Míssil de Baixa Altura Orgânica de Brigada Leve (Seç AAAe Msl Bx Altu Org Bda L).
- **Descrição / Especificação**: o Projeto contempla a entrega dos módulos dos sistemas Seção de Artilharia Antiaérea Míssil de Baixa Altura (Seç AAAe Msl Bx Altu) e Seção de Artilharia Antiaérea Míssil de Baixa Altura Orgânica de Brigada Leve (Seç AAAe Msl Bx Altu Org Bda L). Os Sistemas Seç AAAe Msl Bx Altu e Sist Seç AAAe Msl Bx Altu Org Bda L representam um conjunto de Produtos de Defesa (PRODE) e sistemas componentes que se integram para possibilitar a execução da missão de Defesa Antiaérea (DA Ae) no escalão considerado. A Seç AAAe é o módulo básico da Defesa Antiaérea da Força Terrestre (DA Ae F Ter), sendo parte integrante dos sistemas Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil de Baixa Altura,

Sistema Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Orgânica de Brigada e Sistema Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Orgânica de Brigada Leve.

- **Principais Produtos**: módulos dos sistemas Seç AAAe Msl Bx Altu e Seç AAAe Msl Bx Altu Org Bda L, em quantidade de Seções necessárias para completar a dotação das Bia AAAe, de acordo com o previsto no Planejamento Estratégico do Exército (PEEx) vigente.

Projeto Sistema Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil

- **Finalidade**: obter os módulos dos sistemas Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil de Baixa Altura (Bia AAAe Msl Bx Altu), Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Orgânica de Brigada (Bia AAAe Msl Org Bda) e Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Orgânica de Brigada Leve (Bia AAAe Msl Org Bda L).
- **Descrição / Especificação**: o Projeto contempla a entrega dos módulos dos sistemas Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil de Baixa Altura (Bia AAAe Msl Bx Altu), Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Orgânica de Brigada (Bia AAAe Msl Org Bda) e Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Orgânica de Brigada Leve (Bia AAAe Msl Org Bda L). O Sistema Bia AAAe Msl Bx Altu será parte integrante dos Grupos de Artilharia Antiaérea e Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva. O Sistema Bia AAAe Msl Org Bda atuará como unidade de emprego das Brigadas de Infantaria e Cavalaria (Bda Inf/Cav). O Sistema Bia AAAe Msl Org Bda atuará como unidade de emprego das Brigadas Paraquedista, Leve e de Selva (Pqdt/L/Sl).
- **Principal Produto**: módulos dos sistemas Bia AAAe Msl Bx Altu, Bia AAAe Msl Org Bda e Bia AAAe Msl Org Bda L, em quantidade de Baterias necessárias para completar a dotação das OM AAAe e das Bda Inf/Cav - Pqdt/L/Sl, de acordo com o previsto no PEEx vigente.

Projeto Sistema Bateria de Artilharia Antiaérea Canhão

- **Finalidade**: obter o módulo do Sistema Bateria de Artilharia Antiaérea Canhão (Bia AAAe Can).
- **Descrição / Especificação**: o Projeto contempla a entrega do módulo do Sistema Bateria de Artilharia Antiaérea Canhão (Bia AAAe Can), que será subordinada aos Grupos de Artilharia Antiaérea.
- **Principal Produto**: módulos do sistema Bateria de Artilharia Antiaérea Canhão (Sist Bia AAAe Can) para mobiliar os Grupos de Artilharia Antiaérea (GAAAe), com quantidade de Baterias necessárias para completar a dotação das OM AAAe, de acordo com o Previsto no PEEx vigente.

Projeto Sistema Artilharia Antiaérea de Média Altura

- **Finalidade**: obter os módulos dos sistemas Bateria Antiaérea de Média Altura (Bia AAAe Me Altu) e Grupo de Artilharia Antiaérea de Média Altura (GAAAe Me Altu).
- **Descrição / Especificação**: o Projeto contempla a entrega dos módulos dos sistemas Bateria Antiaérea de Média Altura (Bia AAAe Me Altu) e Grupo de Artilharia Antiaérea de Média Altura (GAAAe Me Altu). O Sist Bia AAAe Me Altu atuará como unidade de emprego, estando sob controle operacional da Brigada de Artilharia Antiaérea (Bda AAe) ou parte integrante do GAAAe Me Altu. O GAAAe Me Altu estará subordinado diretamente à Bda AAAe.
- **Principal Produto**: módulos dos Sist Bia AAAe Me Altu e GAAAe Me Altu, com quantidade de meios de Me Altu necessários para completar a dotação das OM AAAe, de acordo com o Previsto no PEEx vigente.

Projeto Sistema Grupo Artilharia Antiaérea de Baixa Altura

- **Finalidade**: obter os módulos dos sistemas Grupo de Artilharia Antiaérea (GAAAe) e Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva (GAAAe Sl).
- **Descrição / Especificação**: o Projeto contempla a entrega dos módulos dos sistemas Grupo de Artilharia Antiaérea (GAAAe) e Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva (GAAAe Sl). Os Sist GAAAe e GAAA Sl atuarão como unidades de emprego da DA Ae F Ter.
- **Principal Produto**: módulos dos Sist GAAAe e GAAAe Sl, com quantidade de grupos necessários para completar a dotação das GU, de acordo com o Previsto no PEEx vigente.

Projeto Sistema Brigada de Artilharia Antiaérea

- **Finalidade**: obter o módulo do Sistema Brigada de Artilharia Antiaérea (Bda AAAe).
- **Descrição / Especificação**: o Projeto contempla a entrega do módulo do Sistema Brigada de Artilharia Antiaérea (Bda AAAe), que atuará como unidade de emprego da DA Ae F Ter.
- **Principal Produto**: módulo do Sist Bda AAAe, com quantidade de meios necessários para completar a dotação da GU AAAe, de acordo com o Previsto no PEEx vigente.

Projeto Obtenção de PRODE de Defesa Antiaérea e Integração

- **Finalidade**: entregar PRODE de Defesa Antiaérea (DA Ae) obtidos por meio de aquisição ou desenvolvimento e, ainda, integrar as variadas unidades de emprego da AAAe.
- **Descrição / Especificação**: o Projeto contempla a entrega de PRODE de Defesa Antiaérea (DA Ae) obtidos por meio de aquisição ou desenvolvimento e, ainda, a integração do sistema que envolve as variadas unidades de emprego da AAAe e seus sistemas componentes.

- **Principal Produto**: PRODE de DA Ae, com quantidade de meios necessários para completar a dotação das OM AAAe, de acordo com o Previsto no PEEx vigente, a citar: COAAe Elt Seç; COAAe Elt Seç L; Sist Sns RB; S Sist Com Seç Msl Bx Altu; COAAe Elt Bia; COAAe Elt Bia L; Sist Sns R Vig; S Sist Com Bia Msl Bx Altu; Sist Sns P Vig; COAAe Elt Gp; S Sist Com GAAAe Bx Altu; CCOAAe Elt Bda; S Sist Com Bda AAAe; S Sist Ct Alr Bia AAAe Org Bda Bld; Integração dos Sistemas da Bia AAAe Org Bda Bld; e Alvos Aéreos.

Projeto Logística de Defesa Antiaérea

- **Finalidade**: obter os meios necessários à implementação de Infraestrutura Logística de forma a atender ao Suporte Logístico Integrado (SLI) dos PRODE obtidos para a Defesa Antiaérea da Força Terrestre (DA Ae F Ter).
- **Descrição / Especificação**: o Projeto contempla a obtenção de meios necessários à implementação de Infraestrutura Logística para o Suporte Logístico Integrado (SLI) dos PRODE obtidos para o Sist Op DA Ae.
- **Principal Produto**: meios necessários à implementação de Infraestrutura Logística, em quantidade necessária ao atendimento das demandas logísticas das OM AAAe, de acordo com o Previsto no PEEx vigente, a citar: Logística de Subsistema de Comunicações; Logística de Subsistema de Controle e Alerta; Logística de Subsistema de Armas de Baixa Altura; Logística de Subsistema de Armas de Média Altura; e Integração de Infraestrutura Logística.

Projeto de Capacitação em DA Ae

- **Finalidade**: obter meios necessários à adequação de Infraestrutura de Educação voltada à operação e manutenção dos PRODE obtidos para a DA Ae F Ter.
- **Descrição / Especificação**: o Projeto contempla a obtenção de meios necessários à adequação de Infraestrutura de Educação voltada à operação e à manutenção dos PRODE obtidos para a DA Ae F Ter.
- **Principal Produto**: meios necessários à implementação de Infraestrutura de Educação voltada à operação e manutenção dos PRODE obtidos para a DA Ae F Ter, em quantidade de meios necessária ao atendimento das demandas logísticas das OM AAAe, de acordo com o Previsto no PEEx vigente, a citar: Capacitação de Pessoal para a Operação dos PRODE das OM da DA Ae F Ter; Capacitação de Pessoal para a Manutenção dos PRODE das OM da DA Ae F Ter; Capacitação de Pessoal de P&D de PRODE voltados à DA Ae; e Simulador da Defesa Antiaérea da Força Terrestre (DA Ae F Ter).

Ação Complementar Avaliação das Unidades de Emprego de Artilharia Antiaérea

- **Finalidade**: obter o suporte em material e pessoal relativo à atividade institucional de avaliação das Unidades de Emprego de Artilharia Antiaérea.
- **Descrição / Especificação**: materiais e pessoal necessários à atividade institucional de avaliação das Unidades de Emprego de Artilharia Antiaérea.
- **Principal Produto**: Unidades de Emprego de Artilharia Antiaérea avaliadas.

Ação Complementar Aquisição de Viaturas Operacionais já adotadas pelo Exército Brasileiro (EB)

- **Finalidade**: obter de Viaturas (Vtr) Operacionais já adotadas pelo EB, para emprego na DA Ae F Ter.
- **Descrição / Especificação**: obtenção de Vtr já adotadas pelo EB, por meio de aquisição.
- **Principal Produto**: Viaturas Operacionais do Exército Brasileiro (EB).

Ação Complementar Atualização de Documentação Doutrinária de Artilharia Antiaérea (AAAe)

- **Finalidade**: atualizar a documentação doutrinária de AAAe.
- **Descrição / Especificação**: atividade de atualização de documentação doutrinária de AAAe.
- **Principal Produto**: documentação doutrinária de AAAe atualizada.

Ação Complementar Atualização de Documentação não Doutrinária

- **Finalidade**: atualizar a documentação não doutrinária de AAAe.
- **Descrição / Especificação**: atividade de atualização de documentação não doutrinária de AAAe.
- **Principal Produto**: documentação não doutrinária de AAAe atualizada.

Ação Complementar Obras Militares

- **Finalidade**: realizar a construção e adaptação de infraestruturas físicas, por meio de obras militares, para os PRODE obtidos.
- **Descrição / Especificação**: suporte material e pessoal à atividade de construção e adaptação de infraestruturas físicas.
- **Principal Produto**: obras militares realizadas, de forma a atender às demandas DA Ae F Ter.

Ação Complementar Gestão de Pessoal de OM de AAAe

- **Finalidade**: obter o suporte material e pessoal à atividade institucional de Gestão de Pessoal.
- **Descrição / Especificação**: suporte material e pessoal à atividade institucional de Gestão de Pessoal.
- **Principal Produto**: ações de apoio à Gestão de Pessoal das OM AAAe.

Ação Complementar Recebimento de PRODE Obtidos

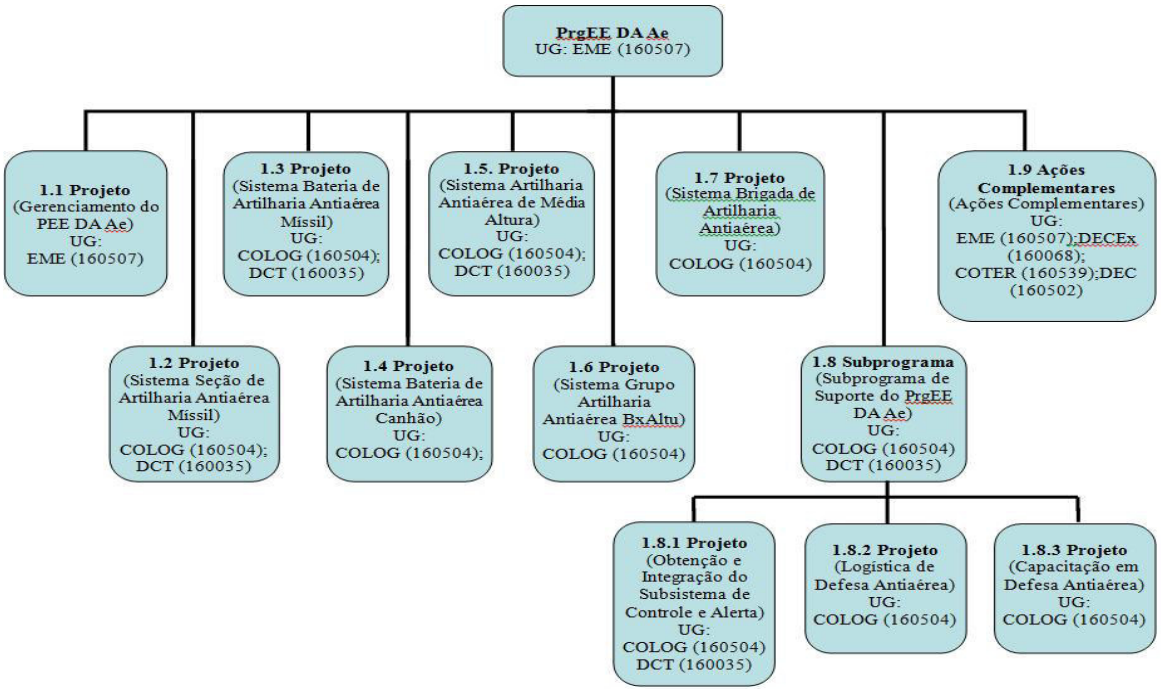
- **Finalidade**: obter o suporte material e pessoal necessário ao recebimento dos PRODE obtidos pelo PrgEE DA Ae.
- **Descrição / Especificação**: suporte material e pessoal ao recebimento dos PRODE obtidos pelo PrgEE DA Ae.
- **Principal Produto**: ações necessárias ao recebimento dos PRODE obtidos para as OM da DA Ae F Ter.

Ação Complementar Distribuição de PRODE Obtidos

- **Finalidade**: obter o suporte material e pessoal necessário à distribuição dos PRODE obtidos pelo PrgEE DA Ae.
- **Descrição / Especificação**: suporte material e pessoal à distribuição dos PRODE obtidos pelo PrgEE DA Ae.
- **Principal Produto**: ações necessárias ao recebimento dos PRODE obtidos para as OM da DA Ae F Ter.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 15 Organograma Funcional do Programa Defesa Antiaérea



Fonte: Exército Brasileiro

GRUPOS DE INTERESSE

Comandos Militares de Área

- Comando Militar do Sul;
- Comando Militar do Leste;
- Comando Militar do Oeste;
- Comando Militar do Planalto;
- Comando Militar do Nordeste;
- Comando Militar da Amazônia; e
- Comando Militar do Sudeste.

Órgãos de Direção Setorial

- Departamento de Ciência e Tecnologia;
- Departamento-Geral do Pessoal;
- Departamento de Engenharia e Construção; e
- Comando Logístico.

Órgão de Direção Operacional

- Comando de Operações Terrestres.

Organizações Militares

- Centro de Controle Interno do Exército;

- Organizações Militares da Defesa Antiaérea da Força Terrestre;
- Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; e
- Batalhão de Manutenção e Suprimento de Artilharia Antiaérea.

Empresas

- Base Industrial de Defesa;
- BRADAR Embraer & Defesa Segurança;
- AGRALE S.A;
- Mercedes-Benz;
- Harris Corporation; e
- SAAB Dynamics AB.

Centros de Pesquisa

- Centro Tecnológico do Exército; e
- Centro de Avaliações do Exército.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor global estimado do Programa é de R$ 4.130.148.934,42.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Tabela 41 Identificação da Ação do Programa Defesa Antiaérea

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	**13DB** **Tipo:** Programa					
Título	Aquisição de Sistema de Artilharia Antiaérea					
Iniciativa	05R1- Obtenção de armamentos e sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País.					
Objetivo	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.					
Programa	Defesa Nacional Código: 2058 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	52121 – Comando do Exército					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria (X) Outras					
LEI ORÇAMENTÁRIA 2017						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		**DESPESA**			**RESTOS A PAGAR INSCRITOS 2017**	
INICIAL	**FINAL**	**EMPENHADA**	**LIQUIDADA**	**PAGA**	**PROCESSADOS**	**NÃO PROCESSADOS**
85.924.720,00	60.147.304,00	61.023.645,43	30.035.209,06	30.014.719,01	20.490,05	30.988.436,37
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		**UNIDADE DE MEDIDA**	**MONTANTE**			
			PREVISTO	**REPROGRAMADO**	**REALIZADO**	
Equipamento obtido		Unidade	39	24	24	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			**EXECUÇÃO FÍSICA - METAS**			
VALOR EM 1/1/2017	**VALOR LIQUIDADO**	**VALOR CANCELADO**	**DESCRIÇÃO DA META**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**REALIZADA**	
2.372.232,85	1.637.293,20	1,00	Equipamento obtido	Unidade	1	

Fonte: Exército Brasileiro

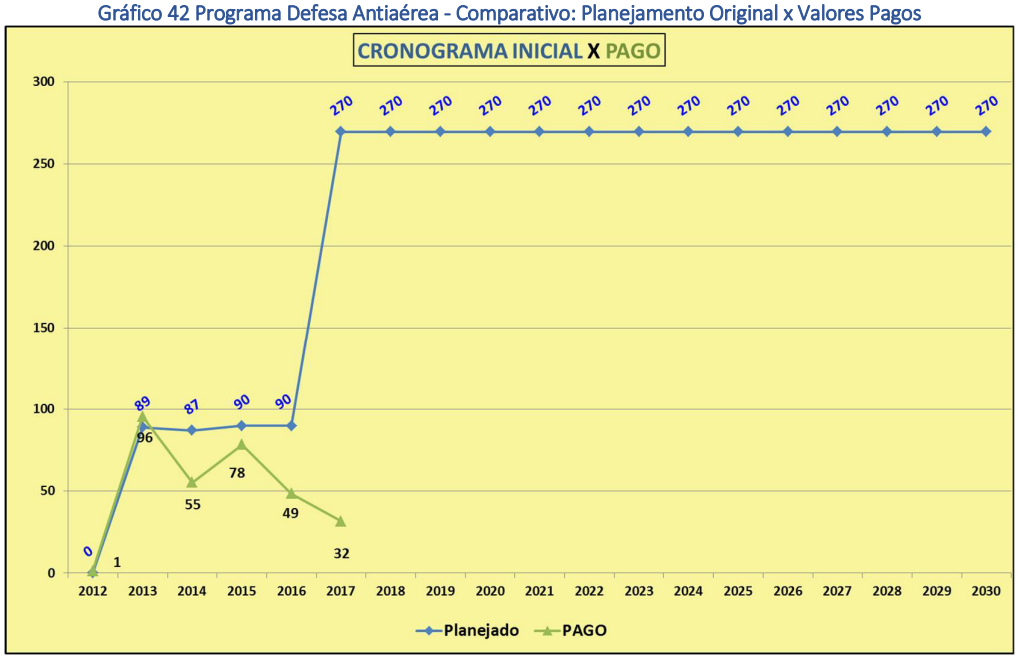
VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS NO ÂMBITO DO PROJETO/SUBPROJETO POR EXERCÍCIO FINANCEIRO DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DO EXERCÍCIO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 42 Série histórica 2012/2017 do Programa Defesa Antiaérea

VALORES	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2012	3.832.596,41	1.414.897,94	1.414.897,94
2013	93.633.197,14	95.607.662,96	95.576.410,34
2014	91.737.604,99	55.864.618,78	55.269.900,19
2015	56.621.118,83	84.261.047,86	78.450.878,44
2016	40.855.135,89	42.082.604,17	48.505.144,77
2017	61.023.645,43	31.672.502,26	31.652.346,53
SOMA	347.703.298,69	310.903.333,97	310.869.578,21

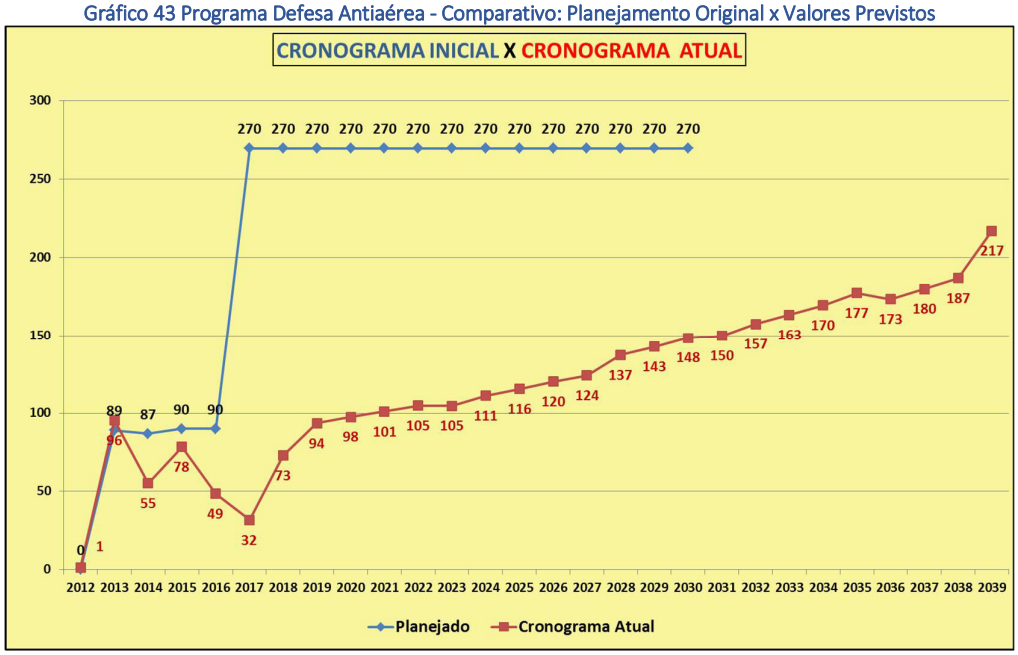
Fonte: Tesouro Gerencial.

Gráfico 42 Programa Defesa Antiaérea - Comparativo: Planejamento Original x Valores Pagos



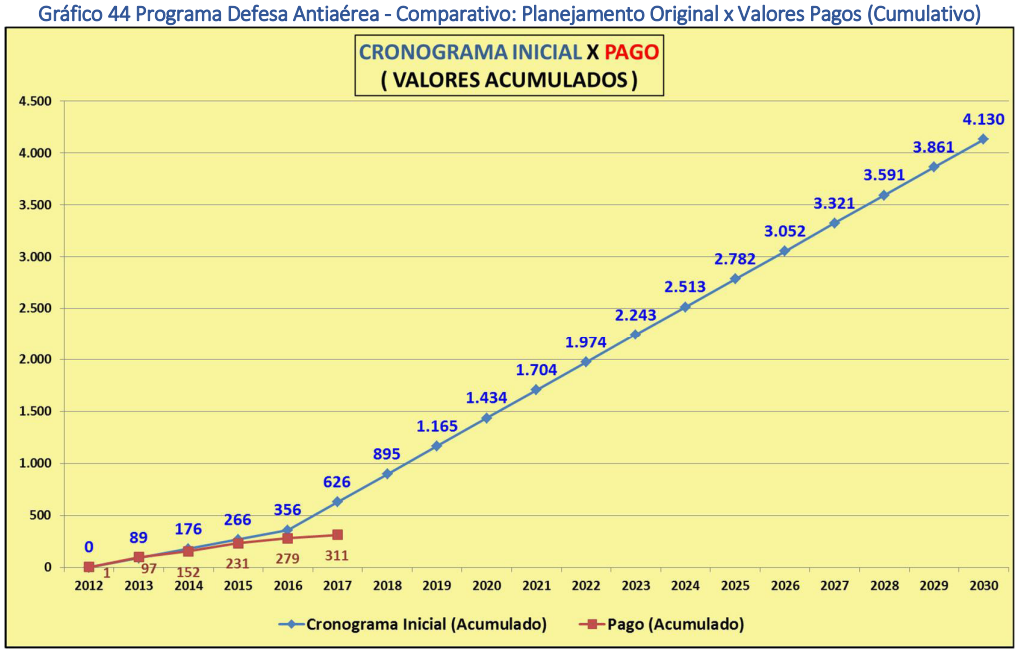
Fonte: Exército Brasileiro

Gráfico 43 Programa Defesa Antiaérea - Comparativo: Planejamento Original x Valores Previstos



Fonte: Exército Brasileiro

Gráfico 44 Programa Defesa Antiaérea - Comparativo: Planejamento Original x Valores Pagos (Cumulativo)



Fonte: Exército Brasileiro

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO, DESDE O INÍCIO DO PROJETO, RELATIVO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

O Programa Defesa Antiaérea não possui contratos de financiamentos externos.

PRAZOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS, QUANDO DO INÍCIO DOS PROJETOS

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PrgEE DA Ae) teve, em seu planejamento inicial em 2012, com a previsão de término em 2030. No entanto, em função da transformação de Projeto para Programa, houve a necessidade de ajuste da linha de base, com a alteração do escopo e o devido ajuste no tempo. Tal ação se sucedeu devido ao recebimento de recursos orçamentários aquém do valor planejado. Assim sendo, como resultado, o término do programa foi estendido para 2039.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

O Programa Defesa Antiaérea não possui acordos de compensação, em vigor.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

Figura 16 Estrutura de Gestão e Controle do Programa Defesa Antiaérea



Fonte: Exército Brasileiro

2.5.2.4.11 DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS

Contrato 10/2015-DCT/CTEx – Assinado em 2015:

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Departamento de Ciência e Tecnologia / Centro Tecnológico do Exército.
- **Contratada**: BRADAR Embraer & Defesa Segurança.
- **Objeto**: Prestação de serviço de engenharia para pesquisa e desenvolvimento da versão VIGILANTE do radar SABER M200 - Etapa 5 do Radar SABER M200.
- **Valor**: R$ 39.859.866,00 (trinta e nove milhões e oitocentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e sessenta e seis reais).

Contrato 07/2015-DCT/CTEx – Assinado em 2015:

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Departamento de Ciência e Tecnologia / Centro Tecnológico do Exército.
- **Contratada**: BRADAR Embraer & Defesa Segurança.
- **Objeto**: Prestação de serviço de Engenharia para Modernização do Radar SABER M60.
- **Valor**: R$ 8.249.097,00 (oito milhões, duzentos e quarenta e nove mil, noventa e sete reais).

Contrato 1149/2016-COLOG/CEBW – Assinado em 2016:

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Comando Logístico / Comissão do Exército Brasileiro em Washington.
- **Contratada**: SAAB Dynamics AB.
- **Objeto**: Aquisição dos componentes do Sistema de Mísseis Portáteis Telecomandados RBS 70.
- **Valor**: SEK$ 20.573.000,00 (vinte milhões e quinhentos e setenta e três mil coroas suecas).

Contrato 1009/2017-COLOG/CEBW – Assinado em 2017:

- **Contratante**: União, por intermédio do Comando do Exército / Comando Logístico / Comissão do Exército Brasileiro em Washington.
- **Contratada**: SAAB Dynamics AB.
- **Objeto**: Aquisição dos componentes do Sistema de Mísseis Portáteis Telecomandados RBS 70.
- **Valor**: US$ 8.843.578,87 (oito milhões e oitocentos e quarenta e três mil quinhentos e setenta e oito dólares americanos e oitenta e sete centavos).

DIAGNÓSTICOS ACERCA DA PERFORMANCE

Variação de Custos: A variação dos custos das aquisições encontra-se coerente com os índices de reajuste acordados nos contratos, somados a influência da situação econômica do país na evolução dos custos.

Cumprimento de Prazos: Devido ao impacto das restrições orçamentárias no Programa nos anos anteriores, bem como a edição da Emenda Constitucional n° 95, de 15 de dezembro 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, o prazo previsto para o término do Programa foi estendido de 2030 para 2039.

Atendimento do Escopo: O Programa tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém dos valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.

INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA

INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS CONDUZIDOS PELA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE

A Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), Organização do Comando da Aeronáutica prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem a finalidade de gerenciar os Projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o COMAER, articulando as ações necessárias para alcançar eficácia e eficiência no ciclo de vida desses materiais e sistemas.

A COPAC tem sua subordinação e sede estabelecidas no Regulamento Interno aprovado pela Portaria DCTA nº 113/DNO, DE 27 DE ABRIL DE 2017, faz parte da estrutura do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e possui as principais competências, conforme quadro abaixo:

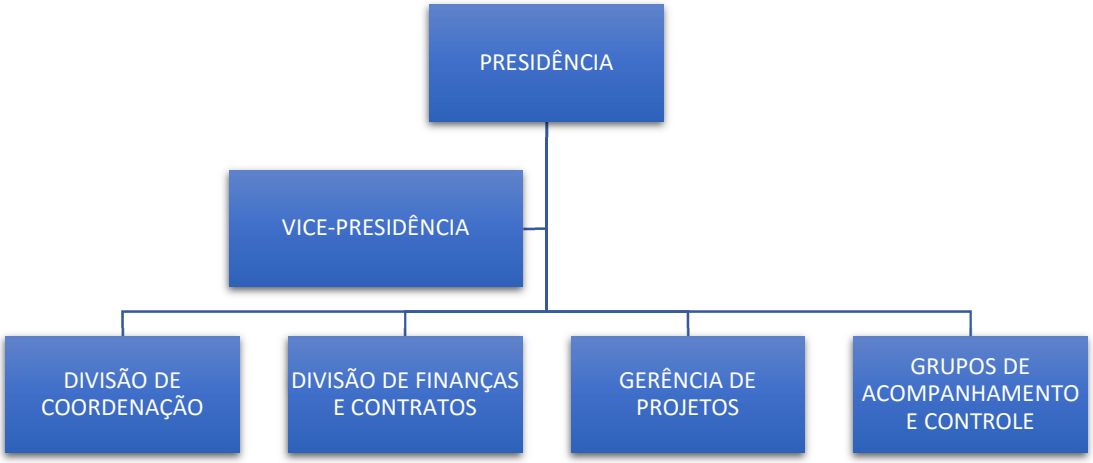
Tabela 43 Competências da COPAC

	NOME DO ÓRGÃO	SIGLA	PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate	COPAC	– Gerenciar os projetos de aquisição, de desenvolvimento e de modernização de materiais e sistemas aeronáuticos, que lhe forem atribuídos por órgão superior; – Assessorar o EMAER na coordenação das ações necessárias à implantação dos materiais e sistemas aeronáuticos adquiridos, desenvolvidos ou modernizados por intermédio da COPAC; – Cumprir as diretrizes da Aeronáutica para as atividades de compensação comercial, industrial e tecnológica; e – Gerenciar o conhecimento envolvido nos processos de gerenciamento de projetos de aquisição, desenvolvimento e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos atribuídos à COPAC.

Fonte: Comando da Aeronáutica

INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS CONDUZIDOS PELA COPAC

Figura 17 Organograma Funcional da COPAC



Fonte: Comando da Aeronáutica

Os Projetos conduzidos pela COPAC estão diretamente ligados à operacionalização da missão da Força Aérea Brasileira, no enfoque da Dimensão 22, que é o de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria, por meio das ações de Controlar, Defender e Integrar.

Na ação Controlar, a COPAC gerencia Projetos de aquisição de aeronaves laboratório, busca e salvamento e de asas rotativas. Estes equipamentos, extremamente avançados, possibilitarão à FAB um avanço significativo no cumprimento de suas responsabilidades no tocante ao controle do tráfego aéreo e busca e salvamento.

Na ação Defender, a COPAC administra a aquisição de Projetos responsáveis pela vigilância do espaço aéreo, patrulha marítima, transporte logístico e de defesa aérea. Estes Projetos, que agregam elevada tecnologia, serão os responsáveis pela defesa e garantia da soberania do espaço aéreo nos próximos vinte anos.

Na ação Integrar, a COPAC atualmente dirige os Projetos KC-390 e H-XBR. As aeronaves destes Projetos são cruciais para a tarefa de integrar o Brasil levando direitos fundamentais à população carente em regiões de difícil acesso do país.

Para a realização destes Projetos estratégicos para a Nação Brasileira foram disponibilizados, no exercício de 2017, recursos orçamentários no valor de R$ 3. 179.969.442,90. Estes recursos foram aplicados em conformidade com as obrigações contratuais registradas nos cronogramas físicos-financeiros de cada Projeto. O quadro a seguir demonstra a aplicação dos recursos por Projeto:

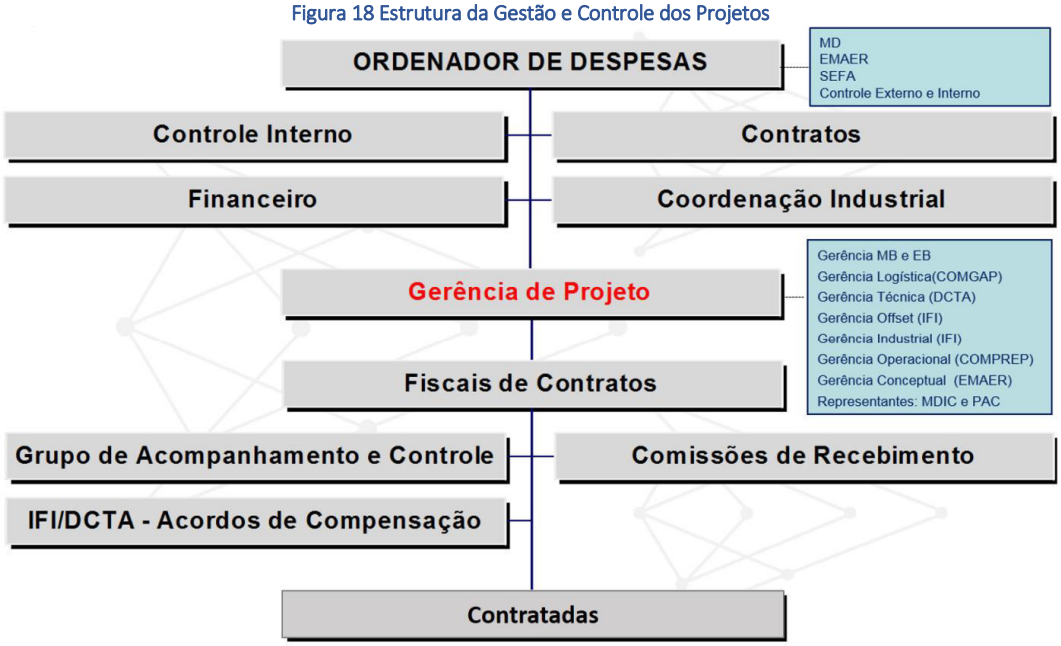
Tabela 44 Aplicação dos Recursos por Projeto

PROGRAMA	AÇÃO	PI	PROJETO	FONTE	DOTAÇÃO P/ FONTE (R$)	DOTAÇÃO P/ PROJETO(R$)	EMPENHADO
2058	7U72	P0000600000	AM-X	0.100.000.000	62.419.639,90	102.419.639,90	102.419.639,90
	2048	A0000010500		0.280.120.320	40.000.000,00		
	20XV	P0006120301	CL-X2	0.250.120.388	151.500.000,00	151.500.000,00	151.500.000,00
	20IH	P0011610000	E-99M	0.100.000.000	101.734.241,56	157.234.241,56	157.234.241,56
	20XV	P0011610000		0.250.120.388	55.500.000,00		
	20IH	P0000010000	F-5BR	0.100.000.000	56.262.598,33	56.262.598,33	56.262.598,33
	14T0	MD00070	F-X2	0.149.011.774	49.963.550,70	1.137.671.301,00	1.137.671.301,00
				0.149.011.775	1.087.707.750,30		
	123J	MD00059	H-XBR	0.100.000.000	54.969.028,00	443.312.214,00	453.733.862,14
				0.149.001.601	388.343.186,00		
	20XV	P0011890000	I-X	0.250.120.388	119.603.585,16	119.603.585,16	119.603.585,16
	14XJ	MD00071	KC-390	0.100.000.000	359.254.851,93	410.454.851,25	410.454.851,25
				0.188.000.000	51.199.999,32		
	123B	MD00063	KC-X	0.100.000.000	512.186.530,00	588.986.530,00	588.986.530,00
				0.188.000.000	76.800.000,00		
	20XB	P0010010000	LINK-BR2	0.100.000.000	55.555,56	55.555,56	55.555,56
	20XB	P0007830000	MAA-CA	0.280.120.320	2.047.278,00	2.047.278,00	2.047.278,00
				TOTAL	3.169.547.794,76	3.169.547.794,76	3.179.969.442,90

Fonte: COPAC

A gestão e controle dos projetos sob a responsabilidade da COPAC são regidos pela estrutura apresentada a seguir:

Figura 18 Estrutura da Gestão e Controle dos Projetos



Fonte: COPAC

COMGAP - Comando-Geral de Apoio
COMPREP - Comando de Preparo
DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
EB - Exército Brasileiro
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica

IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
MB - Marinha do Brasil
MD - Ministério da Defesa
MDIC - Ministério do Desenvolvimento
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
SEFA - Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica

A Gestão de Riscos na COPAC é realizada em conformidade com a Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 16-2, Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 80-13 e Norma Padrão de Ação – NPA/VICEPAC/71. Em relação aos Projetos ressalta-se que as empresas contratadas são obrigadas por força de contrato a apresentar relatórios periódicos de acompanhamento. São solicitados os Relatório trimestral de Acompanhamento e Relatório semestral das ODM (Ordens de Modificação) emitidas. Estes relatórios apresentam informações relativas ao andamento geral das atividades, cronograma geral do Programa (previsto e realizado), visão geral sobre os riscos do Projeto, modificações técnicas, certificação, desempenho, balanceamento ou equilíbrio, segurança operacional, entre outros.

O desempenho dos Projetos AM-X, E-99M, F-5BR, F-X2, H-XBR, KC-X, CL-X2, KC-390, LIN-BR2, A-DARTER e I-X, bem como, dados de suas contratações, fontes de financiamento, execução das despesas, prazos e instrumentos contratuais são apresentados a seguir. O Projeto de aquisição de um Sistema de Artilharia Antiaérea – PAAe aguarda a aprovação dos Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais (RTLI) pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) – MD.

Os Projetos de desenvolvimento de um míssil tático antirradiação (PMAR-1) e de modernização das aeronaves P-3A da FAB (P-3BR) tiveram suas atividades encerradas no exercício de 2016. O Projeto MAR-1 teve seu encerramento motivado pela acentuada crise econômica que assola o País. A conclusão do Projeto P-3BR se deu com o recebimento do objeto contratado. As metas do Projeto foram atingidas com: o recebimento das nove aeronaves modernizadas; a conclusão do treinamento operacional e dos mantenedores; a implantação da assistência técnica; o fornecimento da estação de planejamento de missão - *Mission Support Center* (MSC); o fornecimento do treinador tático - *Mission Trainer-Tatical Trainer* (MT-TAT); e a finalização do suporte logístico.

PROJETO AM-X



Desenvolvido na década de 80, em uma parceria entre Brasil e Itália, a aeronave de caça-bombardeio-reconhecedor ligeiro AM-X entrou em operação nas Forças Aéreas desses dois países em um cenário de mudanças de táticas e doutrinas, após o fim da Guerra Fria. Apesar disso, o caça conseguiu ser adequado para o século XXI e provar, na prática, que ainda é um vetor de importância estratégica. Na FAB, o AM-X foi denominado A-1.

A modernização da aeronave, que passou à denominação de A-1M, tem por objetivo atualizá-la tecnologicamente visando a recuperação de sua capacidade original com vistas a manter sua operacionalidade no cumprimento de sua missão constitucional. A aeronave está sendo equipada com nova suíte eletrônica que integrará rádios, sistemas de navegação, datalink, além do radar SCP-01 que permitirá encontrar alvos no solo em distâncias maiores e aumentar a precisão do lançamento de armas.

O Comando da Aeronáutica, ao decidir-se pelo Projeto de Modernização das Aeronaves A-1 em 2001, reformulando o procedimento de tão somente contratar a campanha de "retrofit" das aeronaves do 1º e 2º lotes para atualizá-las às condições da configuração do 3º lote, teve por objetivo encontrar uma solução efetiva para resolver problemas de obsolescência e configuração, propiciando a redução do custo do ciclo de vida da aeronave.

O Projeto de Modernização do AM-X foi concebido para se encerrar em 2013, mas por fatores diversos, entre os quais os orçamentários, teve seu encerramento prorrogado para 2021.

Para o cumprimento das obrigações contratuais, o Projeto AM-X é suportado por ação orçamentária própria denominada 7U72 Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves A-1. Anteriormente, o Projeto foi apoiado pela ação orçamentária 20IH, revitalização e modernização de aeronaves. Este Projeto não é suportado com recursos provenientes de financiamento.

Em 2017, a necessidade financeira para a modernização das aeronaves A-1 era de R$ 112.283.103,74. A Lei Orçamentária Anual alocou o montante de R$ 62.419.640,00 por meio da ação orçamentária 7U72. Posteriormente foram disponibilizados ao Projeto mais R$ 40.000,00 provenientes da ação orçamentária 2048, perfazendo o total de R$ 102.419.640,00.

Devido à variação cambial favorável ao processo de execução orçamentária, realizado pelo SIAFI, os valores empenhados no exercício de 2017 apresentados no SIOP apresentam-se majorados em R$ 105.696.001,25 e R$ 40.582.371,88.

Conforme dados extraídos do SIOP foram pagos R$ 43.320.266,10 relativos à ação 7U72 e, na ação 2048 o valor de R$ 40.150.836,64. O total pago no exercício ficou em R$ 83.471.102,74.

Durante o ano de 2017, face às alterações de escopo do Projeto, ao orçamento disponibilizado na LOA 2017 e à previsão orçamentária para os anos vindouros, foram realizadas inúmeras negociações junto às empresas contratadas visando à adequação das obrigações pactuadas, o que possibilitou a retomada do ritmo das atividades, o recebimento da quarta aeronave modernizada (1º biposto) e a entrega das últimas etapas do contrato de apoio logístico.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados obtidos no SIOP, no período de 2012 a 2017, nas ações orçamentárias 20IH, 7U72 e 2048, são apresentados nos quadros abaixo:

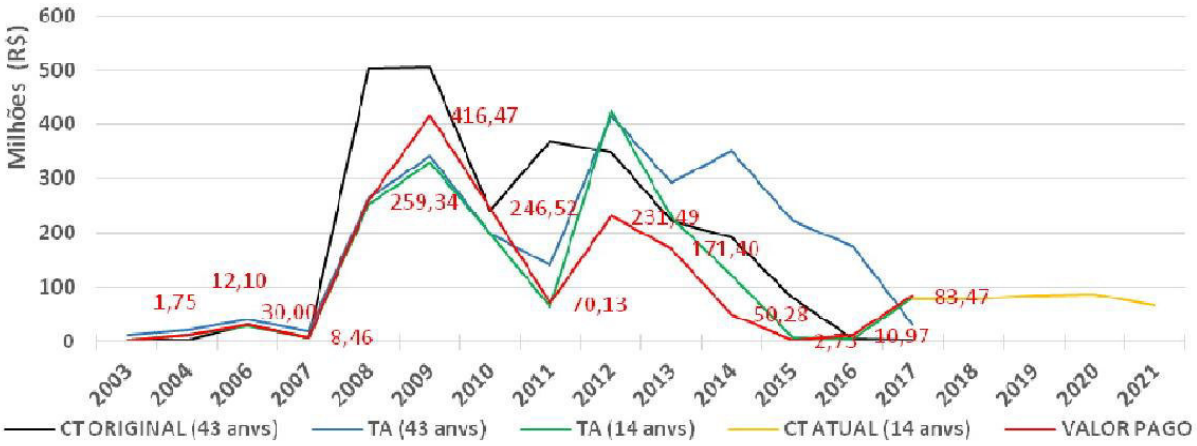
Tabela 45 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto AM-X

Exercício	Ação	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar
2012	20IH	361.250.370,94	231.493.109,55	231.493.109,54	129.757.261,39
2013	20IH	206.458.844,46	171.395.143,27	171.395.143,27	35.063.701,19
2014	20IH	95.814.821,27	50.283.564,12	50.283.564,13	45.531.257,15
2015	7U72	54.223.471,	44.584.780,33	2.730.898,01	9.638.690,67
2016	7U72	18.460.026,91	10.965.164,19	10.965.164,19	7.494.862,72
2017	7U72	65.113.629,37	43.320.266,11	43.320.266,1	21.793.363,26
	2048	40.582.371,88	40.150.836,64	40.150.836,64	431.535,24

Fonte: SIOP

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados. Os dados relativos aos pagamentos efetuados no período de 2003 a 2011, foram tirados dos controles de acompanhamento da Gerência do PAM-X.

Gráfico 45 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto AM-X



Fonte: COPAC

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto AM-X conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa Embraer, em São José dos Campos. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o Gerente e os Fiscais do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliações de custo, análises técnicas e análises econômicas e financeiras, entre outras.

Contratualmente, o Projeto está estruturado em dez contratos administrativos e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED- SDDP/2000
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	GALILEO AVIONICA S.p.A.
ANUENTE SOLIDÁRIA	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível nos termos do “CAPUT” do Art. 25 da Lei nº 8.666/93
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000, firmado em 14 de novembro de 2000 com a empresa GALILEO AVIONICA S.p.A., atual LEONARDO S.p.A, tem como objeto a produção e fornecimento de conjuntos de unidades italianas do Radar SCP-01. Valor original de US$ 25,740,954.60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 1º Termo Aditivo (TA) ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 18 de dezembro de 2001 para alterar a identificação referente à Contratada para nova razão social adotada pela empresa. Não ocorreram outras alterações. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 5 de setembro de 2003 a fim de adequar o CFF em termos de prazo, estendendo a execução (66 meses) e a vigência (72 meses). O propósito principal foi o de garantir a execução conjunta e coordenada dos Contratos 010 e 011/DEPED-COPAC/2000, já que eles se vinculavam ao mesmo objeto. Além disso, foi necessário ajustar a cláusula nona - garantia da qualidade - de forma a prover maior confiabilidade ao produto final. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 229, de 30 de novembro de 2006.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de novembro de 2006 a fim de adequar o prazo de vigência (85 meses) em virtude de restrições orçamentárias e do início dos estudos de adequação do radar aos A-1M. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 3, de 4 de janeiro de 2008.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de dezembro de 2007 a fim de adequar o prazo de vigência (97 meses) em virtude dos estudos de adequação do radar não terem sido finalizados a tempo e para alterar a identificação referente à anuente para a nova razão social adotada pela empresa. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 251, de 26 de dezembro de 2008.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 12 de dezembro de 2008 a fim de modificar a estrutura contratual para que o produto fosse adequado à quantidade de aeronaves A-1 que seriam modernizadas, fazendo com que a quantidade de radares a ser produzida passasse a ser objeto de opção futura, com prazo de 40 meses após a assinatura do TA. Tal alteração culminou com uma extensão da execução contratual para 150 meses e da vigência para 167 meses. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	6º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2010.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 23 de dezembro de 2010 de forma a adequar o Contrato às dificuldades técnicas inerentes à integração na aeronave A-1M, bem como devido a algumas especificações técnicas que foram modificadas para aumentar a comunalidade operacional deste produto com o radar Grifo-F, das aeronaves F-5BR. Consequentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 13 de março de 2015 e a vigência, para 13 de setembro de 2015. Além disso, foi necessário alterar a denominação da contratante e da contratada. Valor contratado US$ 25,740,954.60

INSTRUMENTO CONTRATUAL	7º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 213, de 5 de novembro de 2012.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 25 de outubro de 2012 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção de quantidades e para se adequar os termos utilizados neste Contrato à edição 2010 dos International Commercial Terms (INCOTERMS) – 7ª Revisão. Além disso, atrasos provenientes do desenvolvimento do Radar, bem como da adequação à nova aeronave, culminaram com a extensão do prazo de execução contratual para 13/05/2016 e da vigência para 13/11/2016. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	8º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 96, de 21 de maio de 2013.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 15 de maio de 2013 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção de quantidades em face das diversas alterações ocorridas no cronograma do Projeto, o que também resultou em um impacto nas datas das entregas constantes do Cronograma Físico-Financeiro, sem alteração do preço, porém alterando a distribuição dos valores por exercício. Consequentemente, foi necessária a extensão do prazo de

execução contratual para 13 de maio de 2017 e da vigência para 13 de novembro de 2017. Além disso, foi necessário alterar a denominação da Contratada. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	9º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 36, de 24 de fevereiro de 2015.

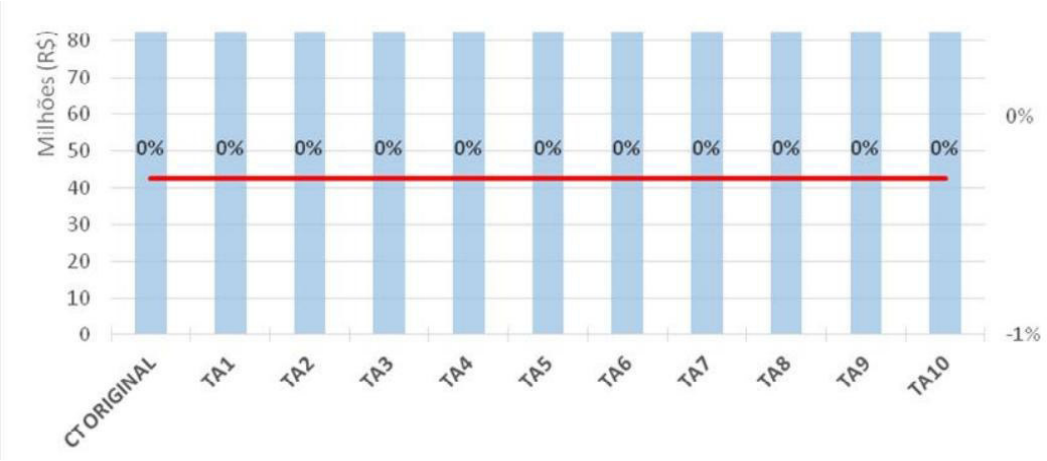
O 9º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 23 de fevereiro de 2015 com a finalidade de se cumprir a cláusula de opção. Valor contratado US$ 25,740,954.60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	10º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 231, de 2 de dezembro de 2016.

O 10º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 29 de novembro de 2016 com a finalidade de se realizar os ajustes decorrentes das restrições orçamentárias ocorridas nos exercícios de 2015 e 2016. Valor contratado US$ 25,740,954.60. O prazo de vigência foi postergado para 13 de dezembro de 2018.

Ao longo de seus Termos Aditivos, o contrato nº 010/DEPED-SDDP/2000 não teve acréscimos ou supressões, conforme demonstrado no gráfico abaixo. O valor contratado de US$ 25,740,954.60 (aproximadamente R$ 82.371.054,72 considerando 1US$ - 3,2 R$) foi mantido.

Gráfico 46 Projeto AM-X - Valor do Contrato 010/00 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 011/DEPED- SDDP/2000
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
ANUENTE SOLIDÁRIA	GALILEO AVIONICA S.p.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível nos termos do “CAPUT” do Art. 25 da Lei nº 8.666/93
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 11/DEPED-SDDP/2000, firmado 14 de novembro de 2000 com a empresa Mectron – Engenharia, Indústria e Comércio S.A., tinha como objeto a produção de conjuntos de unidades brasileiras, integração destas com as unidades italianas e o fornecimento dos radares. Valor original de R$ 12.828.712,80; encerrou-se no 11º TA, em 12 de junho de 2017.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 011/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 1º de novembro de 2001 para alterar a cláusula custeio, fins de se adequar o Contrato à classificação funcional e à estrutura programática que o COMAER receberia os recursos orçamentários, bem como para alterar a Natureza de Despesa prevista. Valor contratado R$ 12.828.712,80.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 008/DEPED-SDDP/2003
PUBLICAÇÃO	DOU nº 15, 22 de janeiro de 2009.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de dezembro de 2008 e foi necessário em função de ajustes nos Requisitos Técnicos Logísticos e Industriais Básicos (RTLIB) da modernização e pela decisão do EMAER em reduzir o escopo de aeronaves a modernizar. Em consequência, o preço original do Contrato foi alterado, o prazo de execução contratual foi estendido para 140 meses e a vigência para 146 meses. Valor contratado R$ 740.741.433,29.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 008/DEPED-SDDP/2003
PUBLICAÇÃO	DOU nº 144, de 26 de julho de 2012.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de julho de 2012 e foi necessário para permitir inclusões e exclusões de itens nos anexos contratuais motivado pelas mudanças nos requisitos originais do Projeto. Como consequência direta, o preço contratado teve que ser revisto. Da mesma forma, houve a necessidade de ajustar o cronograma físico-financeiro do Contrato a esta realidade e estender a execução contratual para 04 de maio de 2017 e da vigência, para 30 de outubro de 2017. Valor contratado R$ 740.926.729,76.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 008/DEPED-SDDP/2003
PUBLICAÇÃO	DOU nº 251, de 27 de dezembro de 2013.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de dezembro de 2013 e foi necessário para ajustar o CFF, pois a LOA 2013 não atendeu às reais necessidades do Projeto no exercício. Naquela ocasião, os recursos que seriam destinados ao COMAER sofreram significativos cortes nos créditos solicitados para a execução de seus Projetos, mesmo aqueles relativos a compromissos contratuais já anteriormente assumidos e contemplados no Plano Plurianual. A modificação no preço do contrato foi motivada pela inclusão do Imposto Sobre Serviço (ISS), pois o lote que contemplava o serviço de modernização era beneficiado pela isenção de impostos do ISS de 2%, preconizado pela Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto - SP. Tal benefício encerrou-se no ano de 2015, em atendimento à resolução do artigo 2º da Lei Complementar nº 013, de 26 de março de 2001, publicada pela Prefeitura. Valor contratado R$ 741.636.580,21.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 008/DEPED-SDDP/2003
PUBLICAÇÃO	DOU nº 187, de 28 de setembro de 2017

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 27 de setembro de 2017. Com a redução do número de aeronaves A-1M a modernizar houve a necessidade de se adequar os termos contratuais objeto, preço, custeio, garantias financeiras e técnicas e cronograma físico-financeiro. O prazo de vigência foi postergado para 23 de julho de 2021. Valor contratado R$ 573.897.311,97. O quadro abaixo demonstra a variação do contrato nº 008/DEPED-SDDP/2003 ao longo de sua execução.

Gráfico 47 Projeto AM-X - Valor do Contrato 08/03 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DEPED-SDDP/2004
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL- EAI
ANUENTE SOLIDÁRIA	EMBRAER S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e Art. 2º do Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 firmado em 17 de janeiro de 2004 com a empresa EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI, tem como objeto o fornecimento de bens necessários à modernização das aeronaves A-1 e de itens de suporte logístico associado. Valor original de US$ 182,489,329.35.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 7, de 10 de janeiro de 2006.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 22 de dezembro de 2006 para ajustar o custeio do Contrato, de maneira a contemplar os recursos que foram disponibilizados para o Exercício de 2006, reescalonando, também, o montante relativo aos anos subsequentes. Por consequência, o prazo de execução contratual foi estendido para 128 meses e a vigência, para 131 meses. Valor contratado US$ 182,489,329.35.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 15, de 22 de janeiro de 2008.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 23 de dezembro de 2008 no intuito de ajustar o RTLIB e promover redução do escopo contratual de quantidade de aeronaves. Além disso, a lista de *deliverables* foi alterada, tanto para contemplar a redução no número de aeronaves quanto para atualizar a arquitetura aviônica do Projeto, resultando em um acréscimo no preço total do Contrato. Ademais, o cronograma foi ajustado, fins de se sincronizar o objeto às necessidades do COMAER. Tal ajuste culminou com a extensão do prazo de execução contratual para 129 meses e da vigência para 135 meses. Valor contratado US$ 202,884,829.34.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 198, de 15 de outubro de 2010.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 29 de outubro de 2010 com o objetivo de modificar os procedimentos para importação definitiva e para ajustar o cronograma físico-financeiro frente às restrições orçamentárias sofridas. Valor contratado US$ 202,884,829.34.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2011.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 27 de dezembro de 2012 com o objetivo de modificar a denominação da Contratada e para ajustar o CFF frente às restrições de grande monta sofridas na LOA 2011. Tal ajuste culminou com a extensão do prazo de execução contratual para 30 de junho de 2016 e da vigência, para 30 de dezembro de 2016. Valor contratado US$ 202,884,829.34.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 171, de 4 de setembro de 2013.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 7 de agosto de 2013. Foi celebrado em função de ajustes nas entregas do Contrato, com a migração de itens para outros Contratos, exclusões e modificações; correções na lista de Proposta de Modificação Técnica (PMT); substituição dos equipamentos obsoletos rádio (VUHF *Helmer*) e IFF (*Transponder* SIT 421); e em virtude de a Lei Orçamentária Anual 2013 não ter contemplado as reais necessidades orçamentárias do Projeto A-1M. Estas modificações alteraram o preço total do Contrato e as restrições orçamentárias culminaram com a extensão do prazo de execução contratual para 30 de setembro de 2016. Valor contratado US$ 204,784,385.62.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	6º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2016.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi firmado em 15 de dezembro de 2016. Foi motivado pela necessidade de se prorrogar os prazos de execução e de vigência. O prazo de vigência foi postergado para 31 de março de 2018. Valor contratado US$ 204,784,385.62.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	7º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 207, de 27 de outubro de 2017.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi firmado em 25 de outubro de 2017. Foi motivado pela redução de escopo na quantidade de aeronaves a serem modernizadas. Valor contratado US$ 193,563,280.57. O prazo de vigência foi postergado para 31 de outubro de 2022.

Gráfico 48 Projeto AM-X - Valor do Contrato 001/04- Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	ALENIA AERONAUTICA S.p.A.
ANUENTE SOLIDÁRIA	EMBRAER S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do inciso XIV, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2004.

O Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004, firmado em 23 de dezembro de 2004 com a empresa Alenia Aeronáutica, S.p.A., atual LEONARDO S.p.A., tinha como objeto o fornecimento de kits de modificação técnica para as aeronaves A-1. Com valor total de EUR 1.876.483.86, encerrou-se em 30 de junho de 2017, em seu 9º Termo Aditivo.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 208, de 28 de outubro de 2005.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 5 de outubro de 2005 em função das modificações de requisitos implementados pelo Estado-Maior da Aeronáutica que, em decorrência, alterou a necessidade de kits previstos. Em consequência houve alteração no preço do contrato e ajustes no cronograma e no custeio. Valor contratado EUR 1.925.177,60.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 233, de 5 de dezembro de 2007.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 3 de dezembro de 2007 para estabelecer os novos prazos de entrega dos *mod sets* que compõem os *kits*. Adequar a redistribuição das incorporações nos *mod sets* a serem fornecidos como *Government Furnished Equipment* (GFE). Em consequência houve alteração no preço do contrato e ajustes no CFF e Custeio. Valor contratado EUR 1.827.790,12.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 233, de 1º de dezembro de 2008.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 20 de novembro de 2008 em função da exclusão de modificações técnicas com alteração na lista dos mod sets. Desta forma, foi alterado o preço do contrato e o prazo de execução contratual foi estendido para 76 meses e a vigência, para 81 meses. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 129, de 7 de julho de 2011.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 6 de junho de 2011 em função da alteração da denominação da contratante e para fins de se adequar as entregas ao novo calendário apresentado pela Contratada. Por conseguinte, o prazo de vigência foi estendido para o dia 15 de dezembro de 2012. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 232, de 3 de dezembro de 2012.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 22 de novembro de 2012 com o objetivo de modificar a denominação da Contratada e para permitir que houvesse tempo hábil para a análise dos processos de apuração de sanção administrativa. Tal ajuste culminou com a extensão da vigência para o dia 15 de dezembro de 2013. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	6º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 233, de 2 de dezembro de 2013.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 29 de novembro de 2013 com o objetivo de estender a vigência, em virtude do fato de algumas etapas terem chegado ao Brasil com itens danificados. Desta forma, houve a extensão do prazo de execução contratual para 15 de agosto de 2014 e da vigência, para 15 de dezembro de 2014. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	7º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 238, de 9 de dezembro de 2014.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 8 de dezembro de 2014 com o objetivo de estender a vigência, já que os itens danificados ainda não haviam chegado ao Brasil por problemas operacionais e administrativos da Contratada. Desta forma, houve a extensão do prazo de execução contratual para 15 de agosto de 2015 e da vigência, para 15 de dezembro de 2015. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

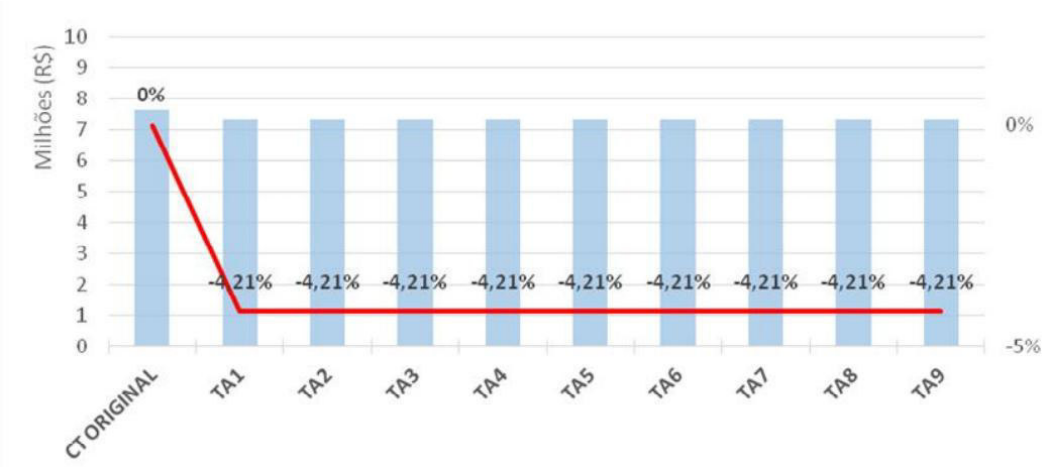
INSTRUMENTO CONTRATUAL	8º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 227, de 27 de novembro de 2015.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 26 de novembro de 2015 com o objetivo de estender a vigência já que parte dos itens danificados ainda não haviam chegado ao Brasil e parte dos que chegaram, ainda apresentavam discrepâncias. Desta forma, houve a extensão da vigência para 15 de dezembro de 2016. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	9º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DEPED-SDDP/2004
PUBLICAÇÃO	DOU nº 238, de 13 de dezembro de 2016.

O 9º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 12 de dezembro de 2016 com o objetivo de estender o prazo de vigência a fim de permitir a reposição de itens danificados que impediam a emissão do Termo de Aceitação Definitivo. Este contrato encerrou-se em 30 de junho de 2017. Valor contratado EUR 1.876.483,86.

Gráfico 49 Projeto AM-X - Valor do Contrato 003/04 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 007/CTA-SDDP/2008
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	SELEX ES S.p.A,.
ANUENTE SOLIDÁRIA	MECTRON – Engenharia, Indústria e Comércio S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível nos termos do "Caput" do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no item 6.1.4 da Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 175-1 Aprovação, Celebração e Registro de Contratos.

O Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008, firmado em 19 de dezembro de 2008 com a empresa SELEX ES S.p.A, tem como objeto a prestação de serviços e fornecimento de bens relativos à adaptação do radar SCP-01 à aeronave A-1. Com valor original de EUR 9.964.002,29. O encerramento deste Contrato ocorreu em 31 de março de 2017, no 6º Termo Aditivo.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2010.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 23 de dezembro de 2010 e teve como finalidade adequar o Contrato às dificuldades técnicas inerentes à integração à aeronave A-1M, bem como algumas especificações técnicas foram modificadas com a finalidade de se aumentar a comunalidade operacional deste produto com o radar Grifo-F, que equipa a aeronave F-5BR. Consequentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 14 de maio de 2013 e a vigência, para 13 de novembro de 2013. Além disso, foi necessário alterar a denominação da contratante e da Contratada. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 2013, de 5 de novembro de 2012.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 25 de outubro de 2012 e teve como finalidade adequar os termos utilizados neste Contrato à edição 2010 dos INCOTERMS – *International Commercial Terms* – 7ª Revisão. Além disso, diversos problemas técnicos e de obsolescência obrigaram as partes a revisar o cronograma de entregas, bem como estender o prazo de execução contratual para 14 de setembro de 2013 e a vigência para 13 de abril de 2014. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 96, de 21 de maio de 2013.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 15 de maio de 2013 e teve como finalidade alterar a denominação da Contratada. Em adição, atualizou-se a cláusula de garantia técnica e duas atividades contratuais foram juntadas em uma única etapa, fins de um melhor aproveitamento de pessoal e equipamento envolvido. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 70, de 11 de abril de 2014.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 9 de abril de 2014 e teve como finalidade alterar a denominação da Contratada e se estender algumas atividades de suporte técnico à integração do radar na aeronave A-1M, em virtude do atraso do Projeto de Modernização desta última. Consequentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 14 de março de 2015 e a vigência, para 31 de maio de 2015. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

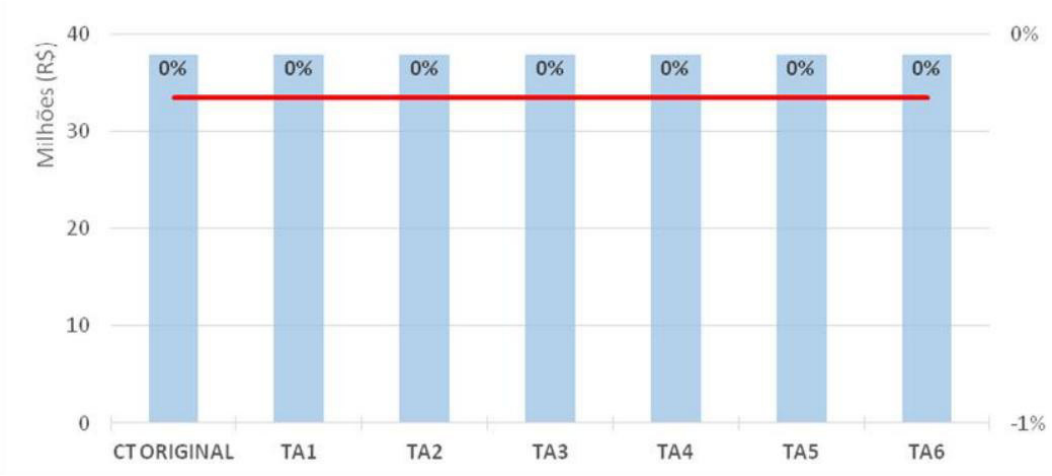
INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 102, de 1º de junho de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 21 de maio de 2015. Devido às constantes restrições orçamentárias que a modernização da aeronave A-1M sofreu, as atividades de suporte técnico à integração do Radar não puderam ser concluídas. Desta forma, o prazo de execução contratual foi estendido para 31 de janeiro de 2016 e a vigência, para 31 de março de 2016. Valor contratado EUR 9.964.002,29.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	6º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 62, de 1º de abril de 2016.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 31 de março de 2016, motivado pela necessidade de finalizar e receber algumas atividades de suporte técnico relativos à integração do Radar SCP-01 na aeronave modernizada. Alterados os prazos de execução e de vigência. Prazo de execução: 31 de janeiro de 2017. Este contrato encerrou-se em 31 de março de 2017.

Gráfico 50 Projeto AM-X - Valor do Contrato 007/08 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 010/CTA-SDDP/2008
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI
ANUENTE SOLIDÁRIA	EMBRAER S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO RATIFICAÇÃO	DOU nº 36, de 20 de fevereiro de 2009.

O Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 (Modernização), firmado em 23 de dezembro de 2008 com a empresa EAI, tem como objeto o fornecimento de componentes e *Kit´s* para a modernização das aeronaves A-1. Valor original de USD 147.565.954,11.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 236, de 9 de dezembro de 2011.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 7 de dezembro de 2011 com a finalidade de se adequar o cronograma do contrato ao cronograma de desembolso do Contrato de financiamento. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 29 de maio de 2015 e da vigência, para 29 de novembro de 2015. Valor contratado mantido em US$ 147,565,954.11.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 225, de 25 de novembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 24 de novembro de 2015 com o objetivo de se adequar aos novos procedimentos de importação definitiva e de se estender os prazos contratuais frente às restrições orçamentárias que o Projeto vinha enfrentando. Desta forma, foi necessário prorrogar o prazo de vigência para 29 de novembro de 2016. Valor contratado mantido em US$ 147,565,954.11.

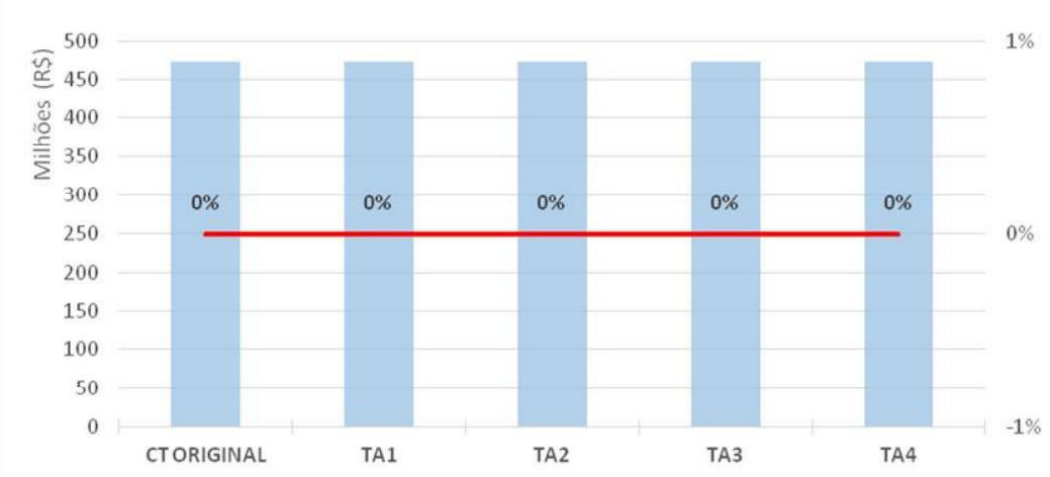
INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 228, de 29 de novembro de 2016.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 28 de novembro de 2016 com o objetivo de estender o prazo de vigência. Tal medida se fez necessária devido aos reflexos da crise financeira nos Projetos da Força Aérea. O prazo de vigência foi postergado para 29 de novembro de 2017. Valor contratado mantido em US$ 147,565,954.11.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 20 de novembro de 2017, tendo em vista a necessidade de estender o prazo de execução devido ao replanejamento das etapas remanescentes do Contrato. O prazo de vigência foi postergado para 29 de maio de 2019. Valor contratado mantido em US$ 147,565,954.11.

Gráfico 51 Projeto AM-X - Valor do Contrato 010/08 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 006/DCTA-COPAC/2010
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER S.A.
ANUENTE SOLIDÁRIA	-
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 250, de 30 de dezembro de 2010.

O Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/10 (Revitalização) firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto serviços de reparos e fornecimento de bens para a revitalização das aeronaves A-1/A-1B. Valor original de R$ 264.089.775,39.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 006/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2011.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 7 de dezembro de 2011. Foi motivado em virtude da LOA 2011 ter imposto restrições de grande monta ao Orçamento da União. Esse fato obrigou a COPAC a renegociar seus Contratos com as empresas participantes do Projeto de Modernização das Aeronaves A-1, de forma a replanejar o CFF do Contrato. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 04 de agosto de 2016 e da vigência, para 04 de fevereiro de 2017. Valor contratado R$ 264.089.775,39.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 006/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 3, de 4 de janeiro de 2013.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/010 foi assinado em 26 de dezembro de 2012 com o intuito de redimensionar as necessidades das células das aeronaves a serem revitalizadas e de se adaptar a precificação ao fato das atividades que seriam desenvolvidas na Unidade da Embraer, em Gavião Peixoto – SP, estarem isentas de impostos e taxas municipais até o término do exercício financeiro de 2015. Com isso, o preço total do Contrato foi reduzido. Valor contratado reduzido para R$ 261.740.587,58.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 006/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013.

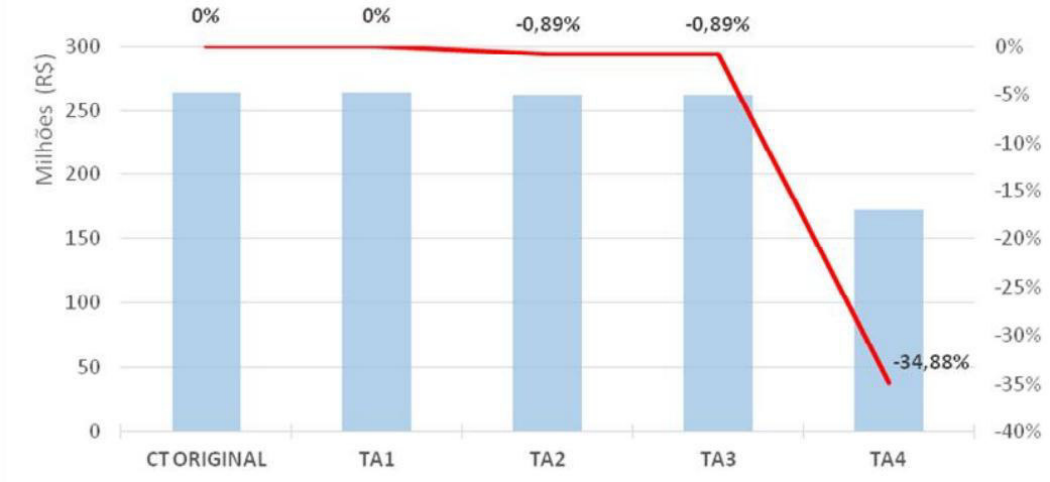
O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de dezembro de 2013. Foi celebrado fins de se fazer ajustes nas listas de aquisições e de reparáveis. Além disso, restrições orçamentárias obrigaram que o cronograma fosse ajustado e o prazo de execução contratual fosse estendido para 13 de janeiro de 2017 e a vigência para 13 de julho de 2017. Valor contratado foi mantido em R$ 261.740.587,58.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 006/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 132, de 12 de julho de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 11 de julho de 2017. Teve por finalidade ajustar cláusulas contratuais: Objeto - a fim de adequá-la à nomenclatura prevista na descrição dos trabalhos; Preço - para adequar os

valores dos Lotes 1,2,3,4 e 5; Custeio - face ao replanejamento do cronograma físico-financeiro e criação de ação específica para o Projeto; Prazos de execução e vigência e Cronograma Físico-Financeiro. O prazo de execução foi postergado para 1º de novembro de 2020. Valor contratado foi reduzido para R$ 171.979.262,07.

Gráfico 52 Projeto AM-X - Valor do Contrato 006/10 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 007/DCTA-COPAC/10
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI
ANUENTE SOLIDÁRIA	EMBRAER S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no item 6.1.4 da Instrução do Comando da Aeronáutica.

O Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 (Revitalização), firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EAI, tem como objeto serviços de reparos e fornecimento de bens no exterior para a revitalização de3 aeronaves A-1/A-1B. Valor original de EUR 55.372.860,54.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2010.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 27 de dezembro de 2011. Este 1º TA foi motivado por restrições de grande monta no Orçamento da União. Esse fato obrigou a COPAC a renegociar seus contratos com as empresas participantes do Projeto de Modernização das Aeronaves A-1, de forma a replanejar o cronograma físico-financeiro do Contrato. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 21 de maio de 2016 e da vigência, para 21 de novembro de 2016. Valor contratado EUR 55.372.860,54.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 3, de 4 de janeiro de 2010.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 26 de dezembro de 2012. Foi motivado pela necessidade de se revisar o controle do estoque logístico da Aeronáutica, referente à aeronave A-1. Com as informações atualizadas acerca das condições de cada célula de aeronave a ser revitalizada, foi necessário redimensionamento nos reparos e aquisição de itens de reposição, alterando o preço do contrato e antecipando o prazo de execução contratual para 3 de setembro de 2015 e a vigência, para 3 de março de 2016. Valor contratado EUR 61.435.737,41.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 251, de 27 de dezembro de 2013.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de dezembro de 2013. Foi celebrado fins de se fazer ajustes nas listas de aquisições e de reparáveis. Além disso, restrições orçamentárias obrigaram que o cronograma fosse ajustado e o prazo de execução contratual fosse estendido para 20 de dezembro de 2016 e a vigência, para 20 de junho de 2017. Valor contratado EUR 61.435.737,41.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/DCTA-COPAC/2010

PUBLICAÇÃO	DOU nº 116, de 20 de junho de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 8 de junho de 2017. Este termo aditivo estendeu a vigência do contrato, dando mais tempo para as tratativas de mudança do escopo de modernização para adequação à realidade financeira. O prazo de vigência foi postergado para 20 de junho de 2018. Valor do contrato foi mantido em EUR 61.435.737,41.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 007/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 227, de 28 de novembro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de novembro de 2017. Este termo aditivo teve por finalidade alterar cláusulas contratuais devido à redução do escopo do processo de modernização. Foram alteradas as cláusulas Objeto, Preço, Custeio, Prazos, Garantia Financeira e Cronograma Físico-Financeiro. O prazo de vigência foi postergado para 3 de maio de 2021. O valor contratado foi reduzido para EUR 52.496.055,75.

Gráfico 53 Projeto AM-X - Valor do Contrato 007/10 - Variação



Fonte: COPAC

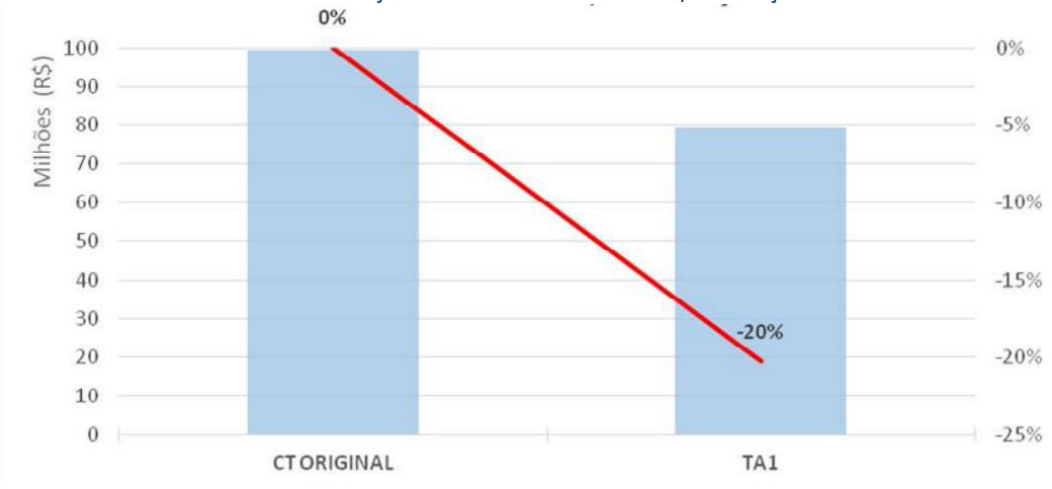
INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 035/DCTA-COPAC/2012
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	AEL SISTEMAS S.A.
ANUENTE SOLIDÁRIA	-
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 245, de 20 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012, firmado em 12 de dezembro de 2012 com a empresa AEL SISTEMAS S.A., tem como objeto serviços de apoio logístico contratado para as aeronaves A-1. Valor original de R$ 99.565.530,55.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 035/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/12 foi firmado em 13 de dezembro de 2016 motivado pela necessidade de se adequar à nova previsão de desembolso para pagamento. O preço total de R$ 99.565.530,55 passou para R$ 79.386.033,75. O prazo de vigência foi postergado para 30 de setembro de 2018.

Gráfico 54 Projeto AM-X - Valor do Contrato 035/12- Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/DCTA-COPAC/2012
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	ELBIT
CONTRATOS ASSOCIADOS	010/CTA-SDDP/2008
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 11, de 16 de janeiro de 2013.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012, com a empresa ELBIT. Valor US$ 147,565,954.11 dos quais já foram reconhecidos US$ 89,803,028.00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 28 de dezembro de 2021, teve como beneficiários o DCTA e a empresa AEL Brasil. Contrato comercial vinculado nº 010/CTA-SDDP/2008. Valor do Acordo US$ 147,565,954.11, dos quais foram reconhecidos US$ 89,803,028.00. Saldo a reconhecer US$ 57,762,926.11.

PROJETO E-99M



Este Projeto tem por finalidade modernizar as aeronaves de Controle Aéreo responsáveis pela vigilância do espaço aéreo e das fronteiras, incrementando sua capacidade de controle e possibilitando a detecção de vetores voando a baixa altura.

Para a execução dos serviços de modernização desses sensores, devido à alta tecnologia embarcada, foi necessária a assinatura de Contratos com as empresas Embraer S.A, Embraer Aviation International - EAI, SAAB AB (PUBL), Aeroeletrônica International LTD - AELI e Rohde & Schwarz.

O Projeto foi iniciado em 13 dezembro de 2012 com término previsto para agosto de 2017 a um custo planejado de R$ 550.000.000,00. Devido às restrições orçamentárias, entre os anos de 2014 e 2016, foram realizados Termos Aditivos (TA) para readequação dos Cronogramas Físico-Financeiro (CFF) às condições econômicas vigentes. Dessa forma, a conclusão da modernização foi postergada para outubro de 2021 a um custo estimado de R$ 809.917.346,87.

Em virtude da reiterada insuficiência e consequente postergação do período de execução e do prazo de vigência dos contratos, as empresas contratadas enviaram pedidos de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro. Assim, dos cinco contratos vigentes, somente o firmado com a empresa EAI ainda se encontra em negociação.

No ano de 2017, com a necessidade de R$ 130.972.868,22, houve um aporte orçamentário, por meio das ações orçamentárias 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados e 20XV – Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB que permitiu a retomada das atividades do Projeto. O Plano de Ação do COMAER disponibilizou na ação 20IH o valor de R$ 102.622.952,94 e R$ 55.529.748,64 na ação 20XV, totalizando R$ 158.152.701,58 que foi integralmente empenhado. O montante empenhado na ação 20IH foi liquidado e pago e, desse valor, R$ 17.478.841,74 referem-se ao pagamento de reajuste contratual.

Em termos de execução física, uma aeronave encontra-se nas dependências da EMBRAER, desde maio de 2013, com previsão de entrega para novembro de 2019, uma postergação de 54 meses em relação à previsão inicial. As demais aeronaves têm o cronograma de entrega previsto para MAR/2020 (2ª), SET/2020 (3ª), MAR/2021 (4ª) e SET/2021 (5ª). Além disso, está prevista a entrega de uma Estação de Planejamento e Treinamento em Solo, Equipamentos de Apoio em Solo e Itens de Aprovisionamento Inicial para a frota.

A execução física acumulada, até dezembro de 2017, corresponde a 25,5% do Projeto e a financeira acumulada a 44,90%.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP, nos anos de 2012 a 2017, nas ações orçamentárias 20IH e 20XV são apresentados no quadro abaixo:

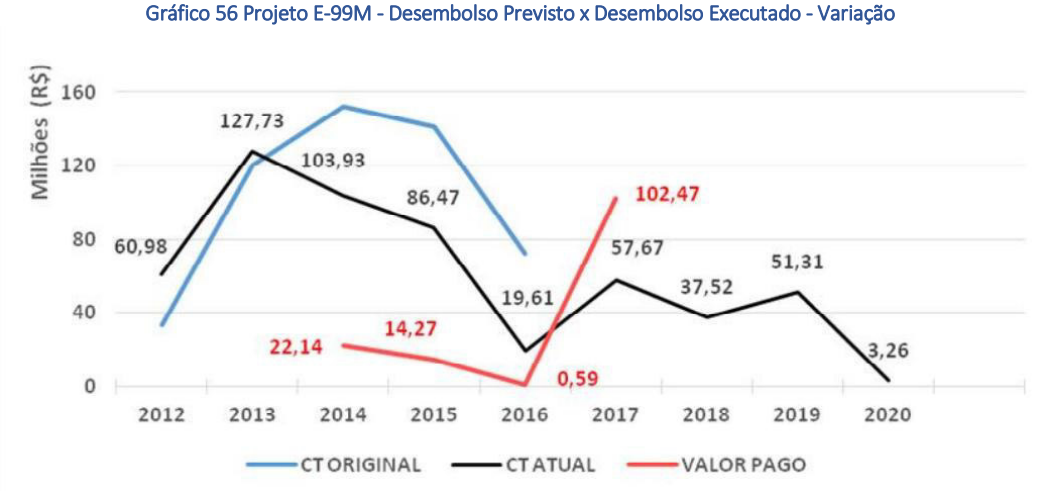
Gráfico 55 Projeto E-99M - Execução Orçamentária e Financeira

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2012	20IH	7.215.462,33	0,00	0,00	7.215.462,33
2014	20IH	24.077.105,37	22.139.059,19	22.139.059,2	1.938.046,18
2015	20IH	20.774.982,72	20.149.736,51	14.271.860,78	625.246,21
2016	20IH	591.456,61	591.456,61	591.456,61	0,
2017	20IH	102.622.952,94	102.474.600,94	102.474.600,94	148.352,
	20XV	55.529.748,64	0,00	0,00	55.529.748,64

Fonte SIOP

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.

Gráfico 56 Projeto E-99M - Desembolso Previsto x Desembolso Executado - Variação



Fonte: COPAC

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto E-99M conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EMBRAER S.A., na cidade de São José dos Campos - SP. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas, econômicas, financeiras, entre outras.

Contratualmente, o projeto de modernização dos aviões-radar destinados a vigilância do espaço aéreo está estruturado em cinco contratos administrativos e três acordos de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentadas a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2012
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI
ANUENTE SOLIDÁRIA	EMBRAER S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93 combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 236, de 7 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012 firmado em 14 de dezembro de 2012 com a empresa Embraer Aviation International - EAI, tem como objeto a modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99, treinamento de pessoal e elaboração ou atualização de documentação técnica.

O preço total é de EUR 86.907.588,64, nas Condições Econômicas de dezembro de 2012 (CEDEZ12), atualmente está em seu 1º Termo Aditivo e com saldo de EUR 44.427.097,98 (CEDEZ12). O prazo de vigência foi postergado para julho de 2018.

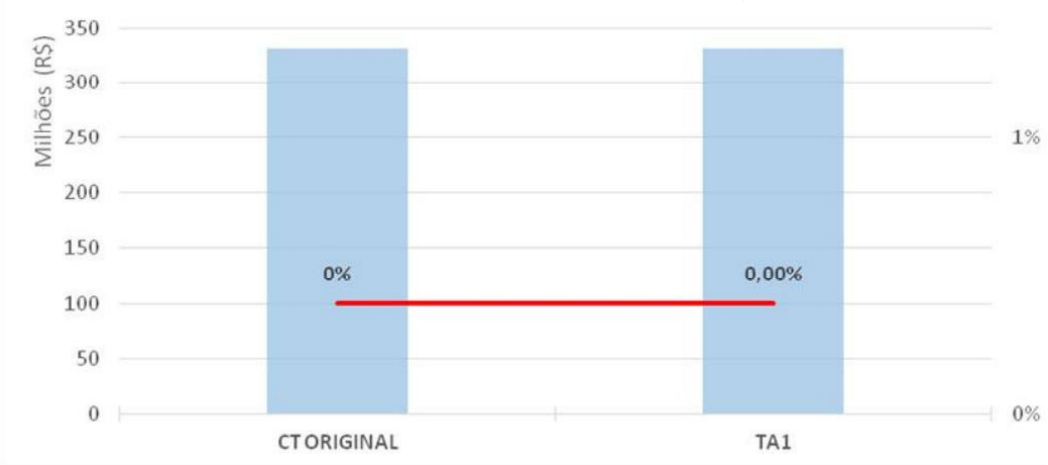
INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU nº 116, de 20 de junho de 2017.

Em virtude das restrições orçamentárias, entre os anos de 2014 e 2016, foram realizadas tratativas com a CONTRATADA com o fito de celebrar aditivo contratual para adequação do Cronograma Físico-Financeiro e consequente postergação das atividades. Assim, a Empresa EAI entregou um pedido de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Devido à complexidade da análise do Pleito, as negociações não foram finalizadas e, optou-se por firmar o 1ª TA, em 9 de junho de 2017, estendendo a vigência até 02 de julho de 2018, mantendo o valor contratado de EUR 86.907.588,64 (R$ 330.248.836,83. R$/EUR:3,80).

Com o encerramento das negociações e assinatura do 2º TA em 2018, o CFF será ajustado para atender às interdependências contratuais do Projeto E-99M.

Gráfico 57 E-99M - Valor do Contrato 001/12 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 034/DCTA-COPAC/2012
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 250, de 28 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 assinado em 13 de dezembro de 2012 com a empresa EMBRAER S.A., no valor original de R$ 216.008.676,00, tem como objeto a modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99, treinamento de pessoal e elaboração ou atualização de documentação técnica. O saldo do contrato está em R$ 115.724.793,73 (CEDEZ 2012) e o prazo de vigência foi alongado para abril de 2022.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 034/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU nº 249, de 24 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de dezembro de 2013. Foi motivado pela necessidade de se adequar os requisitos técnico-operacionais, com o incremento de serviços e suas contrapartidas financeiras, para disponibilização de uma versão ínterim para duas aeronaves E-99, atendendo a demanda operacional do EMAER para os Grandes Eventos Esportivos. O preço total do contrato passou a ser R$ 216.915.678,08 (CEDEZ12).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 30 de janeiro de 2018. Prazo de Execução: 30 de agosto de 2017.

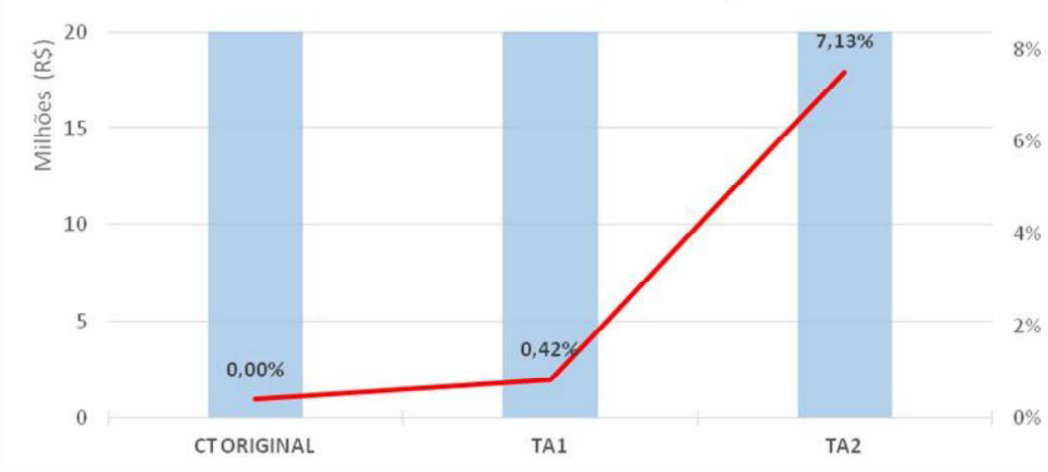
INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 034/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU nº 230, de 2 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 30 de novembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 e 2015 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira (manutenção do equilíbrio econômico e financeiro). O preço total do contrato ficou em R$ 231.419.199,17.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato, foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 30 de abril de 2022. Prazo de Execução: 30 de outubro de 2021.

A variação do valor contratado é apresentada no quadro abaixo. O custo da diminuição do ritmo de trabalho é representado pelo aumento de 6,27% entre o 1º e o 2º TA.

Gráfico 58 Projeto E-99M - Valor do Contrato 034/12 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2013
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível, nos termos do inciso I, do Art. 25 da Lei 8.666/93.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 63, de 3 de abril de 2013.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 assinado em 26 de abril de 2013 com a empresa SAAB AB (PUBL) Eletronic Defence Systems tem como objeto a aquisição de bens de modernização dos sensores aeroembarcados de cinco aeronaves E-99.

A modernização dos sensores aeroembarcados da aeronave E-99 atende sobremaneira aos interesses da Administração Pública, uma vez que permitirá à Força Aérea Brasileira manter e ampliar a sua capacidade de execução de missões de Controle e Alarme em Voo e de Reconhecimento Eletrônico. O preço total contratado foi de EUR 39.881.925,00 nas CEABR13.

Todas as despesas decorrentes do Contrato em tela são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 48 (quarenta e oito) meses. Prazo de Execução: 42 (quarenta e dois) meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2013
PUBLICAÇÃO	DOU nº 248, de 23 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 18 de dezembro de 2013 motivado pela proximidade da realização de Grandes Eventos esportivos, especialmente no momento em que ocorre um incremento dos tráfegos ilícitos, o EMAER, solicitou que fossem feitas gestões junto à empresa Contratada, a fim de verificar a possibilidade de antecipação da entrega de duas aeronaves E-99, visando adequá-lo às realidades orçamentárias e operacionais. O preço total do contrato passou a ser de EUR 42.668.275,00. Prazo de Vigência: 26 de abril de 2017. Prazo de Execução: 42 (quarenta e dois) meses. Aumentou o valor

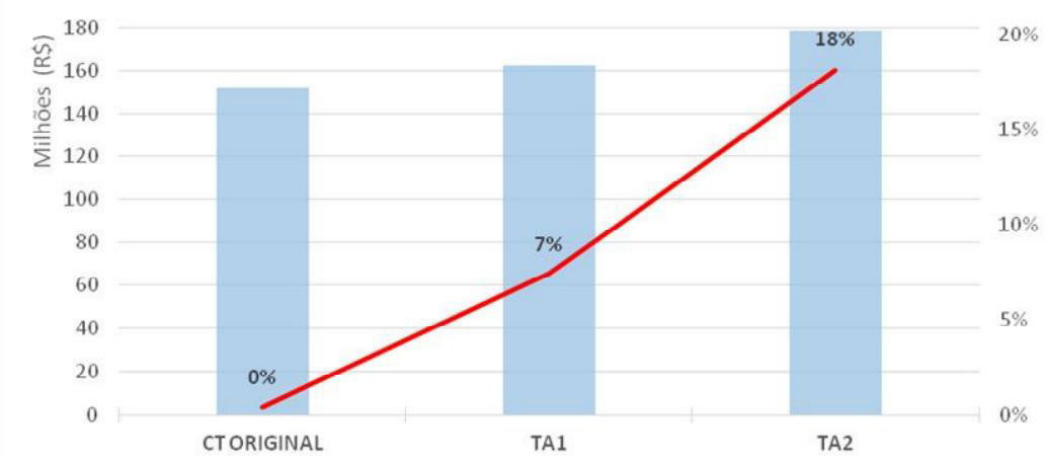
INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2013
PUBLICAÇÃO	DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015. Foi motivado pela diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração provocada por restrições orçamentárias. Considerou-se um cenário em que existisse a necessidade de prorrogar a execução contratual até 30 de janeiro de 2021 e a vigência contratual até 30 de julho de 2021.

Todas as despesas decorrentes do Contrato em tela, no valor total de EUR 46.963.594,68 foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 30 de julho 2021. Prazo de Execução: 42 (quarenta e dois) meses.

A variação do valor contratado é apresentada no quadro abaixo. O custo da diminuição do ritmo de trabalho é representado pelo aumento de 18% entre o Contrato Original e o 2º TA.

Gráfico 59 Projeto E-99M - Valor do Contrato 001/13 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 002/DCTA-COPAC/2013
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 140, de 23 de julho de 2013.

O Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013 assinado em 9 de agosto de 2013 com a empresa AEROELETRONICA INTERNATIONAL LTD, tem como objeto o fornecimento de cinco sistemas NCOM para as aeronaves E-99. O preço total contratado foi de U$ 6.441.450,00 nas CEABR13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 54 meses. Prazo de Execução: 48 meses.

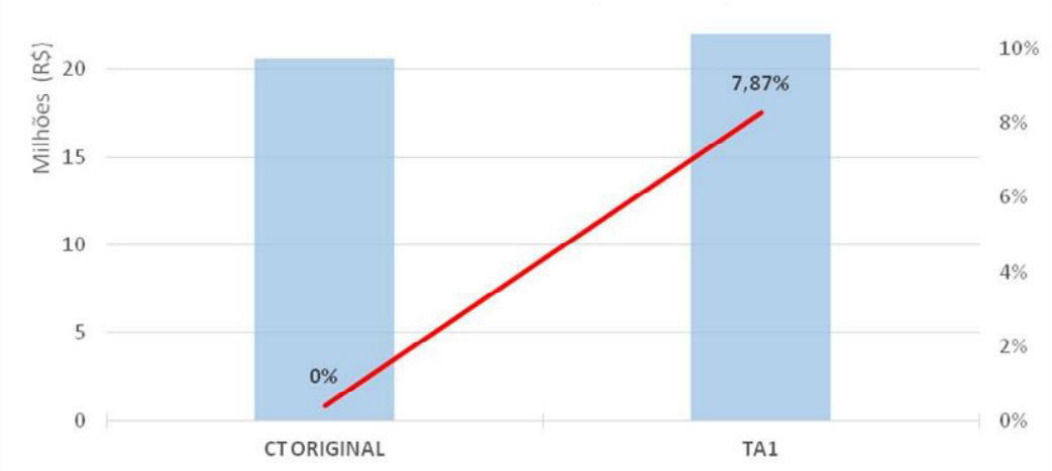
INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 002/DCTA-COPAC/2013
PUBLICAÇÃO	DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015. Motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 e 2015, o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira. O preço total contratado foi de U$ 6.948.487,63 nas CEAGO13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 1º de março de 2020. Prazo de Execução: 68 meses.

A variação do valor contratado é apresentada no quadro abaixo. O custo da diminuição do ritmo de trabalho é representado pelo aumento de 7,87% entre o Contrato Original e o 1º TA.

Gráfico 60 Projeto E-99M - Valor do Contrato 002/13 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DCTA-COPAC/2013
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	ROHDE & SCHWARZ
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível, nos termos do inciso I, do Art. 25 da Lei 8.666/93.
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 assinado em 30 de agosto de 2013 com a empresa ROHDE & SCHWARZ, tem como objeto o fornecimento de bens para a modernização dos sensores aeroembarcados de cinco aeronaves E-99. O preço total contratado foi de EUR 4.532.906,40 nas CEAGO13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 51 meses. Prazo de Execução: 45 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DCTA-COPAC/2013
PUBLICAÇÃO	DOU nº 132, de 14 de julho de 2014.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 8 de julho de 2014. Foi motivado pela necessidade de se adequar o Cronograma Físico-Financeiro face ao aumento de serviços decorrentes da versão ínterim para duas aeronaves E-99, atendendo a demanda operacional do EMAER para os Grandes Eventos Esportivos. O preço total foi de EUR 4.532.906,40 nas CEAGO13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 30 de novembro de 2017. Prazo de Execução: 45 meses.

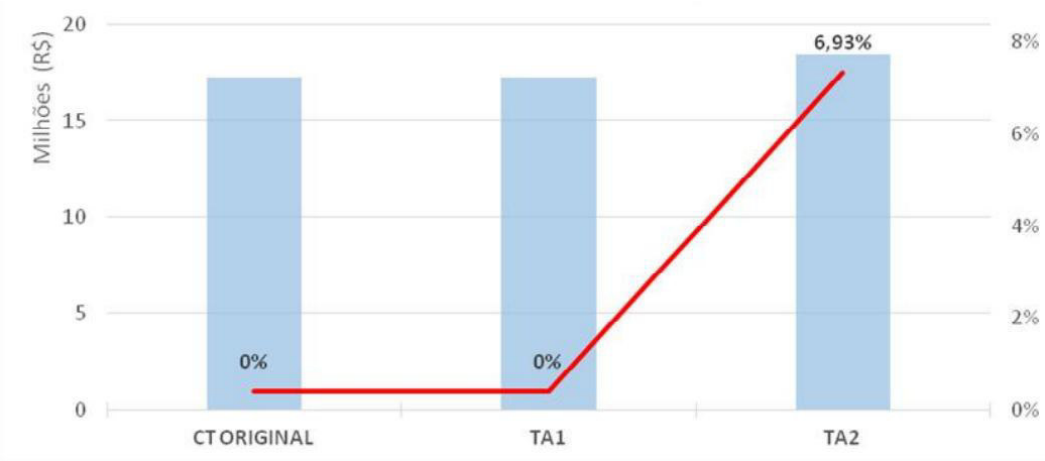
INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DCTA-COPAC/2013
PUBLICAÇÃO	DOU nº 248, 29 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA de 2014 e 2015 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira. O preço total contratado foi de EUR 4.847.139,12 nas CEAGO13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 15 de julho de 2021. Prazo de Execução: 88 meses.

A variação do valor contratado é apresentada no quadro abaixo. O custo da diminuição do ritmo de trabalho é representado pelo aumento de 6,93% entre o Contrato Original e o 2º TA.

Gráfico 61 Projeto E-99M - Valor do Contrato 003/13 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 004/DCTA-COPAC/2012
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS
CONTRATOS ASSOCIADOS	001/DCTA-COPAC/2012 e 001/DCTA-COPAC/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 113, de 14 de junho de 2013.

Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012, firmado em 12 de junho de 2013, com a empresa SAAB. Valor EUR 91.759.177,30 ainda não reconhecidos. Com data de encerramento prevista para 30 de setembro de 2020, tem como beneficiário a empresa Atech. Contrato associado 001/DCTA-COPAC/2012. Valor acordado EUR 91.759.177,60. Não foram reconhecidos créditos até o final do exercício de 2017.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 004/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU nº 239, de 14 de dezembro de 2017.

O 1º TA ao Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 13 de dezembro de 2017. Foi motivado pela necessidade de se alterar o prazo de vigência de forma a permitir a conclusão de todos os Projetos de compensação que integram o respectivo Programa de Aplicação de Compensação. O prazo de vigência foi postergado para 30 de setembro de 2020.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 002/DCTA-COPAC/2013
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD
CONTRATOS ASSOCIADOS	001/DCTA-COPAC/2012 e 002/DCTA-COPAC/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 156, de 14 de agosto de 2013,

Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2013 firmado em 9 de agosto de 2013 com a empresa AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD. O valor acordado foi de US$ US$ 16.346.100,00 dos quais foram reconhecidos US$ 12.323.100,00. Saldo a reconhecer de US$ 4.023.000,00. O encerramento está previsto para 31 de dezembro de 2019 e tem como beneficiários a AEL. Contrato Comercial associado 001/DCTA-COPAC/2012 e 002/DCTA-COPAC/2013.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 003/DCTA-COPAC/2013
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	ROHDE SCHWARZ
CONTRATOS ASSOCIADOS	001/DCTA-COPAC/2011, 001/DCTA-COPAC/2012 e 003/DCTA-COPAC/2013.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2013, firmado em 30 de agosto de 2013, com a empresa Rohde Schwarz. Valor EUR 11.120.720,00 dos quais já foram reconhecidos EUR 1.525.014,00 dos créditos. Saldo a reconhecer EUR 9.595.706,00. Com data de encerramento prevista para 31 de julho de 2018 tem como beneficiários o Instituto de Tecnologia Aeroespacial ITA, o

COMAER e as empresas Mectron, Rohde Schwarz do Brasil. Contratos comerciais associados 001/DCTA-COPAC/2012, 003/DCTA-COPAC/2013 e 001/DCTA-COPAC/2011.

PROJETO F-5BR



O Projeto F-5BR tem como finalidade a modernização das aeronaves F-5 E/F do acervo da FAB, no total de 46 aeronaves, definido como Lote 1. Este primeiro lote foi finalizado em 2013, tendo sido atingido completamente seu objetivo.

Tendo em vista a necessidade de se aumentar o número de aeronaves biposto, utilizadas na formação dos pilotos de caça, o COMAER decidiu pela aquisição de 11 aeronaves F-5 do Governo da Jordânia. Como estas aeronaves não eram modernizadas, e em função do conhecimento obtido pela EMBRAER no primeiro lote de modernização, decidiu-se pela manutenção do Projeto F-5BR, com a celebração de novos Contratos para padronização destas aeronaves com as demais da frota do COMAER, dando início assim ao Lote 2.

O Lote 2 iniciou com a modernização das 11 aeronaves adquiridas, das quais oito eram F-5E monoposto e três F-5F biposto, mas devido às constantes restrições orçamentárias pelas quais vem passando o COMAER e considerando-se os novos cenários operacionais, o Contrato teve seu objeto reduzido apenas para a modernização das aeronaves modelo biposto.

Previsto para ter as respectivas entregas finalizadas em 2017, a Embraer enfrentou dificuldades juntamente aos fornecedores de materiais que, associadas as pendências técnicas observadas nos serviços de modernização das aeronaves, provocaram atrasos significativos na execução do Projeto F-5BR.

A obsolescência de alguns equipamentos de navegação dos F-5M demandaram novas rotinas de integração de aviônica que projetam soluções definitivas para meados do ano de 2019.

Em relação ao comportamento dos requisitos de performance do produto, não houve alteração das características técnicas, logísticas, industriais e de desempenho estabelecidas pelo EMAER que implicassem em majoração de preço.

Dentre as novas funcionalidades das aeronaves modernizadas destacam-se, a capacidade de lançamento de artefatos com precisão, sobreviver em ambiente hostil, comunicar-se com o mínimo de interferência e o máximo de segurança, receber e transmitir dados em rede, tudo isso de dia ou de noite, sob quaisquer condições de visibilidade, e com alto grau de disponibilidade dos equipamentos. Ainda, o processo de modernização inclui a capacidade de reabastecimento em voo, o emprego de mísseis ar-ar, de curto e médio alcance, e um sistema de autodefesa, dentre outros.

O Plano de Ação do COMAER alocou ao Projeto a quantia de R$ 58.951.006,69 da ação orçamentária 20IH – Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. Deste montante, foram empenhados R$ 58.951.006,69 e liquidado e pago R$ 47.765.523,86. Este Projeto não dispõe de recursos de financiamento.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados extraídos do SIOP, no período de 2012 a 2017, são apresentados no quadro abaixo:

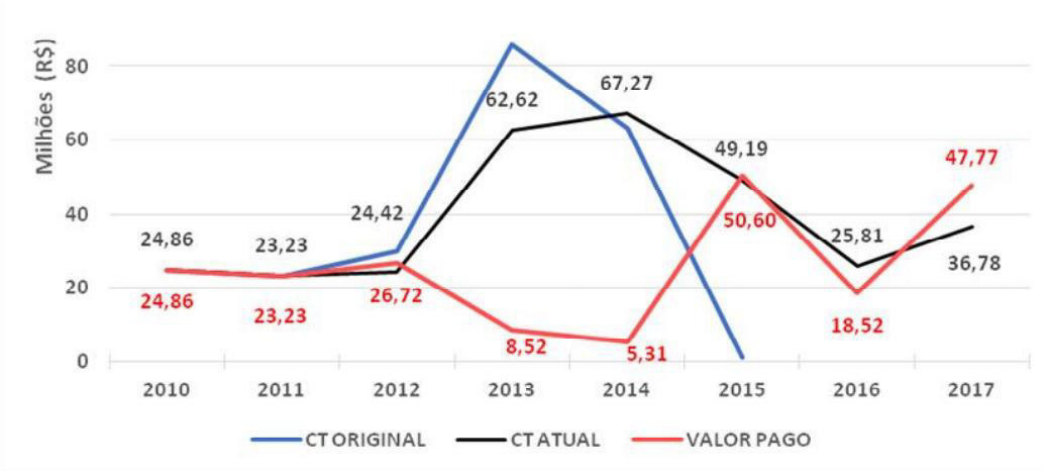
Tabela 46 Execução Orçamentária e Financeira do F-5BR

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2012	20IH	38.122.075,99	26.721.942,06	26.721.942,07	11.400.133,93
2013	20IH	68.075.227,34	20.101.219,22	8.524.833,69	47.974.008,12
2014	20IH	5.378.526,	5.308.189,4	5.308.189,4	70.336,6
2015	20IH	51.471.004,78	50.691.001,21	50.600.421,74	780.003,57
2016	20IH	18.789.399,79	18.515.232,08	18.515.232,08	274.167,71
2017	20IH	58.951.006,69	47.765.523,86	47.765.523,86	11.185.482,83

Fonte SIOP

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.

Gráfico 62 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto F-5BR



Fonte: COPAC

No exercício de 2017 foi pago a importância de R$ 43.143.470,10 sendo R$ 41.640.394,21 do principal e R$ 1.503.075,89 a título de reajuste contratual. A distorção entre os valores pagos R$ 43.143.470,10 e R$ 47.765.523,86, extraído do SIOP, foi motivado pela variação cambial no processo de execução orçamentária realizado pelo SIAFI. O custo atual do Projeto está em R$ 279.808.510,61.

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto F-5BR conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EMBRAER S.A., na cidade de São José dos Campos - SP. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o projeto de modernização das aeronaves F-5 E/F está estruturada em dois contratos administrativos e um acordo de compensação comercial. O comportamento da despesa, como, prazos de execução, variação do valor contratado e as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 005/DCTA-COPAC/2010
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER S/A
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Concorrência. Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 250, de 30 de dezembro de 2010.

O Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/10, firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto a modernização de três aeronaves F-5F e oito aeronaves F-5E, bem como, o fornecimento de toda a documentação técnica resultante, os equipamentos e as partes estruturais modificada, apoio logístico, fornecimento de publicações técnicas e equipamentos de apoio de solo.

O Preço acordado para a execução do objeto foi de R$ 91.779.612,76 nas CE OUT10. Atualmente está em seu 2º Termo Aditivo com um saldo de R$ 8.003.979,28. Esta despesa foi custeada inicialmente na ação orçamentária 3128 – Modernização e Revitalização de Aeronaves. Está ação orçamentária foi substituída pela ação 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. O término da vigência deste Contrato foi alongado para junho de 2018.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 005/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 36, de 22 de fevereiro de2012.

Em 30 de dezembro de 2010, o COMAER celebrou o Contrato de despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010, com a empresa EAI, para fornecimento de materiais e prestação de serviços para a modernização em apoio ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/10.

Devido ao atraso no início deste Contrato e sua interdependência com o Contrato nº 005/DCTA-COPAC/2010, a EMBRAER S.A. solicitou a prorrogação das datas de apresentação das etapas previstas no CFF. Por meio do 1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010, em atenção à solicitação, o prazo de vigência do Contrato foi estendido para 12 de abril de 2016. Não houve alteração do preço total de R$ 91.779.612,76. Os ajustes realizados no custeio do Contrato referem-se aos desembolsos anuais nos exercícios de 2012 a 2015.

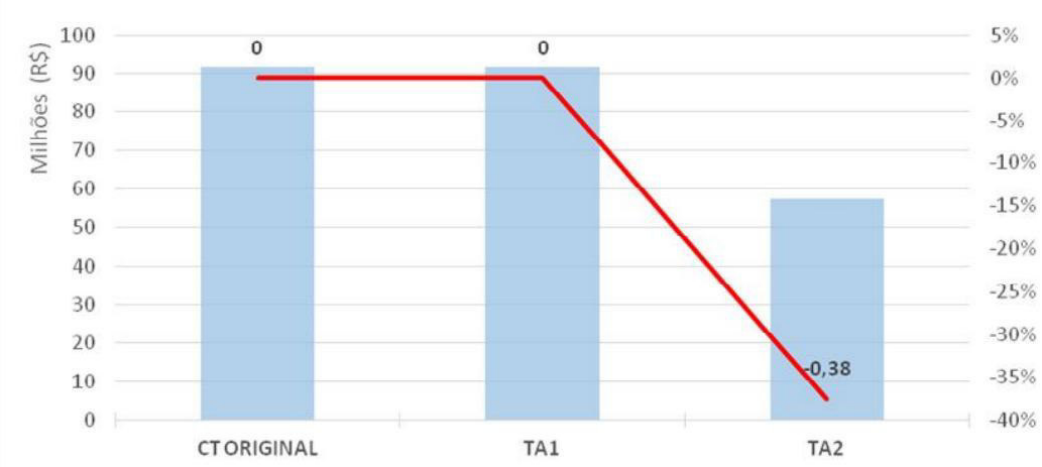
INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 005/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 249, de 30 de dezembro de 2015.

Em 3 de julho de 2011, a EMBRAER S.A. solicitou nova prorrogação das datas de apresentação das etapas previstas no CFF, alegando dificuldades junto aos fornecedores da EAI. Além das dificuldades encontradas pela EMBRAER S.A., o EMAER face a não aprovação do Decreto de Execução Orçamentária, optou pela redução do número de aeronaves a serem modernizadas para três F-5F. Estes ajustes foram realizados por meio do 2º TA ao Contrato 005/DCTA-COPAC/2010. Este 2º TA teve por finalidade ajustar o número de aeronaves Contratadas, reduzir os valores a serem pagos para a Contratada, em função da redução do objeto, ajustar o CFF entre outros.

O preço total foi reduzido para R$ 57.330.228,93 e os desembolsos de recursos foram ajustados a partir do ano de 2012. O prazo de vigência foi postergado para 30 de junho de 2018 e o de execução para 30 de dezembro de 2017.

A variação do valor contratado decorrente da redução de aeronaves a serem modernizadas é apresentada no quadro abaixo:

Gráfico 63 Projeto F-5BR - Valor do Contrato 005/10 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2010
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL- EAI
ANUENTE SOLIDÁRIA	EMBRAER S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

Para o fornecimento de materiais e prestação de serviços, no exterior, necessários à execução da modernização das aeronaves F-5, o COMAER firmou, em 30 de dezembro de 2010, o Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 com a empresa EAI. O preço total deste contrato é de US$ 107.519.244,09. Atualmente está em seu 5º Termo Aditivo e com um saldo de US$ 521,938.47. O prazo de vigência foi postergado para dezembro de 2019.

As despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas por meio de recursos do Tesouro, inicialmente na ação orçamentária 3128 – Modernização e Revitalização de Aeronaves e posteriormente na ação orçamentária 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 30, de 10 de fevereiro de 2012.

A necessidade de adequação das datas do Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 com o Contrato nº 005/DCTA-COPAC/2010, uma vez que as atividades dos dois são interdependentes e a decisão de cancelamento da aquisição do Simulador de Voo deu origem ao 1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010.

O Preço total passou para US$ 91,579,159.74, com um decréscimo de US$ 15,940,084.35. Os valores dos Lotes após os ajustes do 1º TA passaram para:

- Lote 1 – Serviços no valor de US$ 5,590,177.24;
- Lote 2 – Material de Avião no valor de US$ 81,391,636.96; e
- Lote 3 – Equipamentos de Apoio de Solo e Estações de Solo no valor de US$ 4,597,345.54.

O prazo de vigência foi estendido para 12 de abril de 2016.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 240, de 11 de dezembro de 2014.

O Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 teve novo aditivo no exercício de 2014. O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 foi motivado pela adequação da composição das tabelas de materiais AGE (*Aircraft Ground Equipment* - Equipamentos de Apoio de Solo) e por atrasos na apresentação de etapas. O prazo de execução foi estendido para contemplar o novo período de entregas das etapas e a redução do Preço total entre outras alterações. O Preço total passou para US$ 90,741,880.11. A redução decorre do Lote 3 – AGE e Estações de Solo que passou de US$ 4,597,345.54 para US$ 3,760,067.14. O prazo de vigência passou para 30 de abril de 2017 e o prazo de execução até 30 de dezembro de 2016.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2015.

O 3º TA, firmado em 21 de agosto de 2017, foi motivado pela necessidade de adequação da composição dos lotes de materiais que passaram a ser recebidos com a finalidade de suporte da frota e não mais para realização dos serviços de modernização. Não houve alteração do preço mantendo-se em US$ 90,741,880.11. O prazo de vigência foi estendido de 30 de abril de 2017 para 30 de junho de 2018. Já o prazo de execução foi estendido para 30 de dezembro de 2017.

As despesas decorrentes deste Contrato, no valor de US$ 90,741,880.11 serão custeados por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados nos exercícios de 2010 a 2017.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 160, de 21 de agosto de 2017.

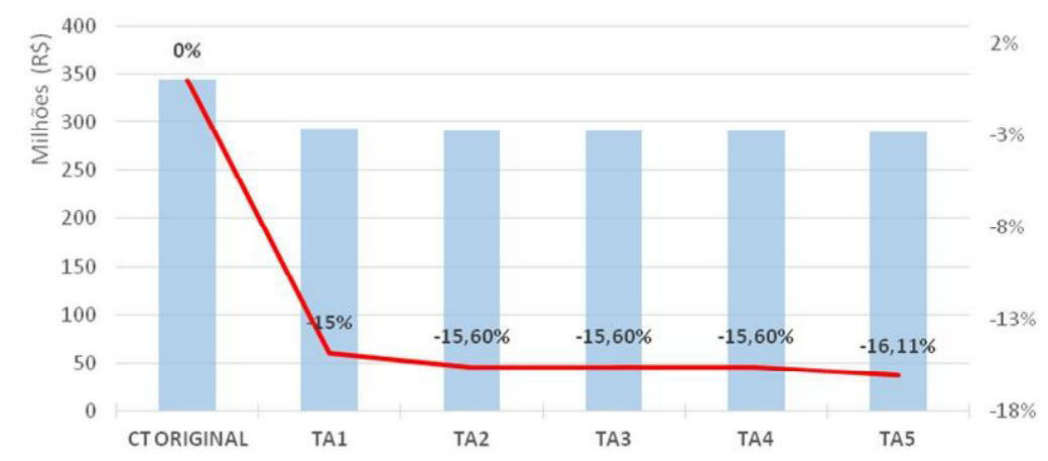
O 4º TA, firmado em 21 de agosto de 2017, foi motivado pela necessidade de se aumentar o prazo de vigência contratual, considerando o espaço de tempo necessário para superar os óbices técnicos da etapa 21, compatibilizar a cláusula 11 – Garantia Financeira e adequar o cronograma físico-financeiro. Não houve alteração do preço mantendo-se em US$ 90,741,880.11. O prazo de vigência foi estendido para 30 de dezembro de 2019.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2010
PUBLICAÇÃO	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2017.

O 5º TA, firmado em 20 de dezembro de 2017, foi motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas Preço e de Custeio, bem como, o cronograma físico-financeiro e lista de entrega do Lote 2 – material avião, para refletir o novo valor do contrato, após a redução de escopo da etapa 17. O preço total ficou em US$ 90,203,121.31. O prazo de vigência foi mantido em 30 de dezembro de 2019.

No decorrer da execução do contrato nº 009/DCTA-COPAC/2010 houve a necessidade de se realizar ajustes de ordem técnica e orçamentária que implicaram na supressão dos valores inicialmente contratados. O quadro abaixo apresenta as variações registradas no período.

Gráfico 64 Projeto F-5BR - Valor do Contrato 009/10 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/DEPED-SDDP/2000
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	ELBIT
CONTRATOS ASSOCIADOS	004/DEPED-SDDP/00 e 005/DEPED-SDDP/00

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

Para compensar as importações de materiais para modernização das aeronaves do Projeto F-5BR foi celebrado, em 4 de janeiro de 2001, o Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000 com a empresa ELBIT.

O valor da obrigação acordado foi de US$ 230,000,000.00 que corresponde ao valor dos Contratos associados 004/DEPED-SDDP/2000 e 005/DEPED-SDDP/2000. Esta obrigação já foi totalmente reconhecida. Com encerramento previsto para 28 de abril de 2017 teve como beneficiários o COMAER e as empresas Aeroeletrônica, Embraer, Mectron, dentre outras.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 168, de 31 de agosto de 2004.

Em 27 de agosto de 2004, foi celebrado o 1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000. Este 1º TA alterou o fator multiplicador da atividade de compensação denominada "investimento financeiro em indústrias brasileiras" em decorrência dos custos dos investimentos realizados pela Elbit na empresa beneficiária de quatro para seis; bem como para substituir o representante da empresa no Brasil.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 192, de 7 de outubro de 2009.

Em 9 setembro de 2009, foi assinado o 2º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000 para ajustar o valor da obrigação da empresa, devido a sua subcontratação para a execução de serviços de integração do Sistema PHYTON-4. O valor do Acordo passou a ser de US$ 262,934,058.24. Na mesma ocasião, atualizou-se a denominação da Contratante de Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial - CTA para Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA, devido à reestruturação do COMAER.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 111, de 12 de junho de 2011.

O 3º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000, firmado em 15 de março de 2011, foi motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas Valor da Obrigação, Prazo de Aplicação e Vigência, Excesso de Crédito de Compensação e Correspondência. O valor total a ser compensado pela ELBIT em favor do Beneficiário é de U$S 348,547,451.24, correspondente à soma dos valores dos Contratos Associados. O prazo de aplicação passou para 4 de janeiro de 2016 e de vigência para 4 de janeiro de 2017.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/DEPED-SDDP/2000
PUBLICAÇÃO	DOU nº 241, de 16 de dezembro de 2016.

O 4º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000, firmado em 14 de dezembro de 2016, foi motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas Valor da Obrigação, Prazo de Aplicação e Vigência, bem como, incluir a Tabela II – Projetos de Offset Diretos e Indiretos no Anexo. O valor total a ser compensado pela Elbit em favor do Beneficiário passou para U$S 336,824,754.24, correspondente à soma dos valores do Contratos Associados. O prazo de vigência foi postergado para 28 de abril de 2017.

PROJETO F-X2



Este Projeto tem por finalidade a aquisição e implantação de 36 (trinta e seis) aeronaves de caça de múltiplo emprego novas, simuladores e logística para a implantação no acervo do COMAER, bem como toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida.

Para a execução das despesas decorrentes desta aquisição foi criada a ação orçamentária denominada 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins no Programa de Aceleração do Crescimento PAC. Esta ação foi contemplada na LOA 2017 com o montante solicitado e necessário para o cumprimento das obrigações contratuais de R$ 1.567.013.470,00.

Conforme dados extraídos do SIOP, o valor empenhado foi de R$ 1.219.253.781,90 dos quais foram liquidados R$ 1.136.009.861,69 e pagos R$ 1.116.865.131,21. Foram pagos a título de reajuste contratual o montante de R$ 47.083.257,61 (SEK 116.831.904,75). O custo total do Projeto é de SEK 39.493.829.375,91 mais os reajustes pagos (total reajustes atual = SEK 222.214.737,37) mais USD 245.325.000,00.

Para a realização deste Projeto foi firmado também o Contrato de Financiamento "*Dual Currency Term Loan Facility Agreement*" que está sob a responsabilidade da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA. As aquisições comerciais do Projeto F-X2 estão amparadas por essa operação de crédito externo (*financiamento*) em duas moedas: coroa sueca e dólar norte-americano.

A tabela abaixo apresenta os valores empenhados, liquidados e pagos extraídos do SIOP – Exercícios 2015 a 2017:

Tabela 47 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto F-X2

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2015	14T0	1.297.060.288,95	195.240.000,00	195.240.000,00	1.101.820.288,95
2016	14T0	1.447.968.417,94	1.154.329.439,04	1.154.329.439,04	293.638.978,90
2017	14T0	1.219.253.781,90	1.136.009.861,69	1.116.865.131,21	83.243.920,21

Fonte: SIOP

Em 24 de outubro de 2017, foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Contrato 003/DCTA-COPAC/2014. Em função de replanejamento de atividades e entregas, foi acordado um novo Cronograma Físico Financeiro - CFF no 3º Termo Aditivo ao Contrato 003/DCTA-COPAC/214, e, dessa forma, o saldo disponível em 2017 não causou impacto para o Projeto, tendo sido recebidas todas as etapas previstas para 2017 neste Termo Aditivo. Ao final do exercício de 2017, o percentual de execução física era de 11,66% e financeira de 22,70%.

O Desenvolvimento da aeronave Gripen NG encontra-se em plena atividade com a apresentação do protótipo do Gripen E no dia 18 de maio de 2016, e com o 1º voo em 15 de junho de 2017. A continuação do programa dos voos de ensaios está dentro do planejado, e o desenvolvimento das aeronaves monoposto e biposto brasileiros estão dentro do cronograma planejado.

O processo de transferência de tecnologia iniciou-se em outubro de 2015, com o envio para a Suécia, desde então, de engenheiros e técnicos das empresas brasileiras beneficiadas. O processo de transferência de tecnologia (ToT) e de desenvolvimento é inicialmente executado na Suécia e em seguida implementado por meio dos "*work packages*" no Brasil. O GDDN – Gripen Design and Development Network, ponto focal do desenvolvimento no Brasil, foi inaugurado no dia 22 de novembro de 2016, em Gavião Peixoto, e está sendo utilizado pelas empresas beneficiárias para executar seus "work packages" respectivos. Até o momento foram realizados 48% das atividades de Offset (ToT e Work Package) previstos para serem realizados no Brasil e na Suécia.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.

Gráfico 65 Desembolso Previsto x Desembolso do Projeto F-X2



Fonte: COPAC

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto FX-2 conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa SAAB AB na cidade Linköping - Suécia. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas, entre outras.

Para a realização deste Projeto foram firmados cinco instrumentos contratuais sendo três contratos de despesa, um de financiamento e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentadas, a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	SAAB AB
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93, combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
PUBLICAÇÃO	DOU nº 208, de 28 de outubro de 2014.

O Contrato de Despesa 003/DCTA-COPAC/2014, firmado em 24 de outubro de 2014 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o desenvolvimento conjunto e específico (versão brasileira) da aeronave GRIPEN NG em versões monoposto e biposto nas fases funcionais BC, OC e FC. O fornecimento de 28 aeronaves novas de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves novas de caça multiemprego biposto incluindo as despesas com combustível e seguro para o voo de recebimento das aeronaves. O fornecimento e instalação, na Base Aérea de Anápolis, de dois treinadores/simuladores de voo para a aeronave de caça GRIPEN NG, incluindo Contractor Logistics Support (CLS) dos treinadores/simuladores de voo por cinco anos. O preço total contratado é de SEK 39.333.870.435,39. Atualmente está em seu 3º Termo Aditivo, o valor do contrato está em SEK 38.952.812.850,23 e um saldo contratual de SEK 29.773.712.044,27.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e/ou do Tesouro Nacional, alocados no COMAER, pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). O prazo de vigência: 24 de dezembro de 2026 e prazo de execução: 132 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 234, de 8 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 3 de dezembro de 2015. Foi motivado pelas restrições de pagamento dos desembolsos programados para 2015 e pela atualização da oferta básica em virtude da substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos adotados por aquele mercado. O preço total é de SEK 38.952.812.850,23 na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). O prazo de vigência foi programado para 24 de dezembro de 2026 e o prazo de execução fixado em 132 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 235, de 8 de dezembro de 2016.

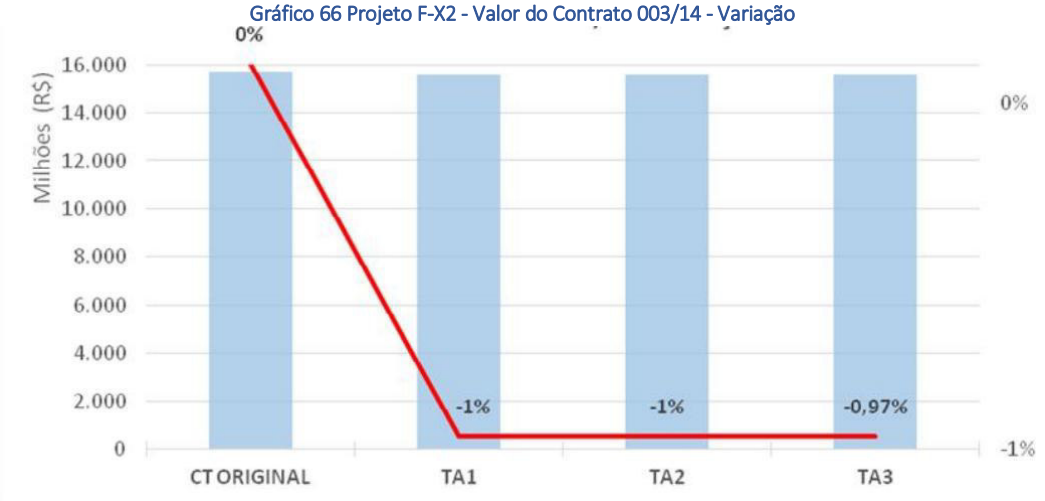
O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 7 de dezembro de 2016. Motivado pela necessidade de se revisar o cronograma físico-financeiro para adequar as entregas do contrato aos recursos orçamentários disponíveis nos exercícios de 2016 e aos estimados para os exercícios subsequentes. O preço total é de SEK 38.952.812.850,23 na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). Prazo de vigência: 24 de dezembro de 2026. Prazo de execução: 132 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 003/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 205, de 25 de outubro de 2017.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 24 de outubro de 2017. Motivado pela necessidade de revisão do cronograma físico-financeiro para adequar a execução contratual em função da necessidade de ajustes em determinados pacotes de trabalho e, ainda, da necessidade de ajustes de alguns termos, a cláusula de custeio, garantia financeira e de direitos e responsabilidades. O valor total de SEK 38.952.812.850,23. Não houve alteração nos prazos de vigência e de execução. A variação do valor contratado é apresentada no quadro a seguir:

Gráfico 66 Projeto F-X2 - Valor do Contrato 003/14 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 004/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	SAAB AB
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93, combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
PUBLICAÇÃO	DOU nº 246, de 19 de dezembro de 2014.

O Contrato de Despesa 004/DCTA-COPAC/2014, firmado em 18 de dezembro de 2014 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o fornecimento do CLS de nível três para o sistema de armas GRIPEN e para os equipamentos de apoio associados, mediante a prestação de serviços de suporte logístico para 26.400 horas de voo ou cinco anos. O preço contratado é de SEK 548.465.036,26 nas CE OUT14. Atualmente está em seu 1º Termo Aditivo. Prazo de vigência: 18 de abril de 2027. Prazo de execução: 60 meses.

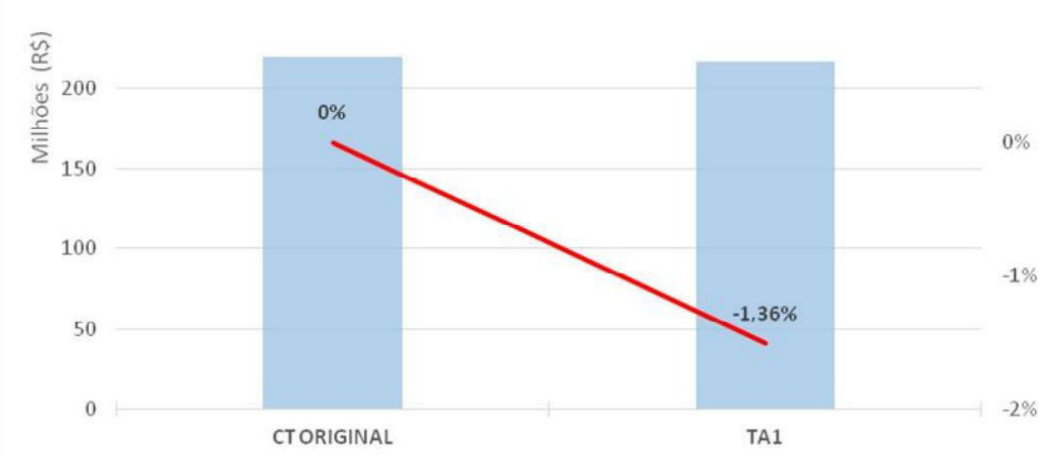
INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 004/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 203, de 21 de outubro de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 18 de outubro de 2016, devido há necessidade de atualização da oferta básica decorrente da substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos adotados por aquele mercado em out de 2015 e consequente ajuste de cláusulas em função do ajuste do preço. O preço total é de SEK 541.016.525,68 na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). Prazo de vigência: 18 de abril de 2027. Prazo de execução: 60 meses.

Este contrato foi suprimido em 1,36% devido à substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos.

Gráfico 67 Projeto F-X2 - Valor do Contrato 004/14 - Variação



Fonte: COPAC

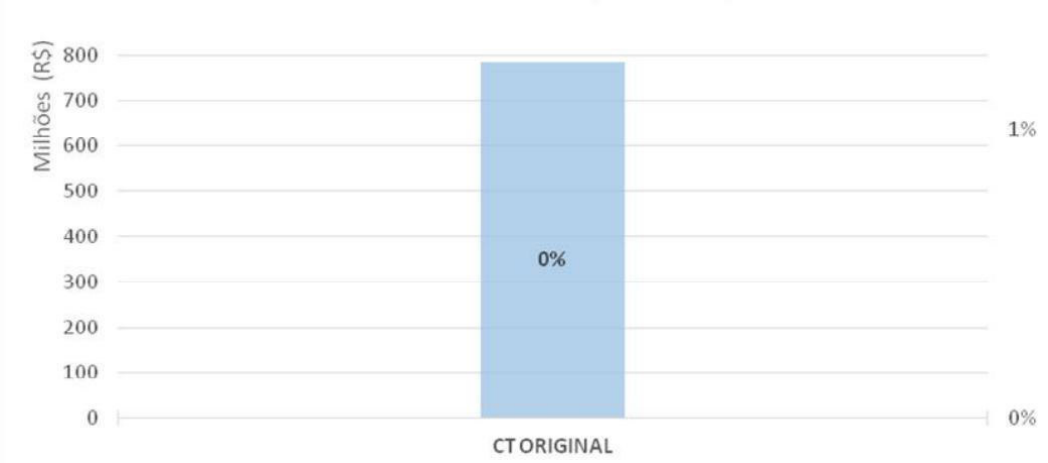
INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2015
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	SAAB AB
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93, combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
PUBLICAÇÃO	DOU nº 78, de 27 de abril de 2015.

O Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2015, firmado em 23 de abril de 2015 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o fornecimento de bens e serviços necessários para aquisição e operação do armamento da aeronave GRIPEN NG. O preço total é de US$ 245,325,000.00 na CE MAR15. O saldo contratual é de US$ 218,144,000.00.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). Prazo de vigência: 09 de janeiro de 2026. Prazo de execução: 123 meses.

Este contrato não sofreu reajuste. O valor contratado de US$ 245,325,000.00 permanece inalterado.

Gráfico 68 Projeto F-X2 - Valor do Contrato 001/15 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 004/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	SAAB AB (PUBLIC)
CONTRATOS ASSOCIADOS	003/DCTA-COPAC/2014
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 208, de 28 de outubro de 2014.

O Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014, firmado em 24 de outubro de 2014, com a empresa SAAB. O valor acordado foi de US$ 9,118,170,000.00 dos quais foram reconhecidos US$ 683,900,000.00. Saldo a reconhecer de US$ 8,434,270,000.00. Com data de encerramento prevista para 24 de abril de 2025 como beneficiários o DCTA e as empresas Embraer, Atech, Akaer, Ael, Mectron, e Inbra Aerospace. Contrato Comercial associado nº 003/DCTA-COPAC/2014.

Este Acordo de Compensação Comercial apresenta, entre Projetos diretos e indiretos, um total de 59 Projetos com empresas do parque industrial brasileiro e Instituições do COMAER. Prazo de vigência: 138 meses. Prazo de execução: conforme cronograma dos Projetos de Compensação.

2.5.3.5.1 CONTRATO DE FINANCIAMENTO

O contrato de financiamento "*Dual Currency Term Loan Facility Agreement*" foi firmado em 25 de agosto de 2015, sendo o credor a agência estatal sueca de crédito à exportação *Swedish Export Credit* Corporation (AB SEK), devidamente segurado pela agência estatal sueca *Swedish Export Credits Guarantee Board* (EKN), que disponibiliza os seguintes montantes para desembolso até 30 de junho de 2028:

- Em coroas-suecas (SEK): 39.882.335.471,65; e
- Em dólares norte-americanos (USD): 245.325.000,00.

No que se refere a Termos Aditivos, o "*Dual Currency Term Loan Facility Agreement*", possui uma alteração contratual:

– 1º Termo Aditivo – assinado em 22 de fevereiro de 2018 - altera o item 3.3, da Cláusula 3 - CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO, ampliando o número máximo de utilizações por ano, de 6 (seis) para 12 (doze).

Os Valores desembolsados, ano a ano, desde o início do projeto relativos ao Contrato de Financiamento podem ser vistos de forma decomposta nas tabelas a seguir:

Tabela 48 Valores Desembolsados (SEK) do Projeto F-X2

Coroa sueca (SEK)				
ANO	UTILIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO	REPAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA		
	DESEMBOLSOS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO
2015	568.000.000,00	-	932.940,00	362.100,00
2016	3.941.227.984,24	-	55.415.013,55	21.508.110,28
2017	4.892.087.559,09	-	125.934.412,44	48.878.653,23
TOTAL	**9.401.315.543,33**	**-**	**182.282.365,98**	**70.748.863,51**

Fonte: COPAC

Tabela 49 Valores Desembolsados (USD) do Projeto F-X2

Dólar norte-americano (USD)				
ANO	UTILIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO	REPAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA		
	DESEMBOLSOS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO
2016	10.948.000,00	-	63.875,50	15.251,17
2017	6.233.000,00	-	492.675,32	17.633,15
TOTAL	**27.181.000,00**	**-**	**556.550,82**	**132.884,33**

Fonte: COPAC

PROJETO H-XBR



O Projeto H-XBR tem por finalidade adquirir 50 Helicópteros EC-725 para as Forças Armadas, com apoio logístico para a operação nos cinco primeiros anos. Além de atender às necessidades operacionais das Forças Armadas, o Projeto tem como propósito desenvolver a indústria aeronáutica de asas rotativas no Brasil, em um processo de transferência de tecnologia, a qual prevê que, ao final do contrato de aquisição, seja adquirido um índice de nacionalização na ordem de 50%.

Um dos objetivos da transferência de tecnologia vislumbra o crescimento/desenvolvimento da empresa Helibras, de modo que a mesma seja capaz de produzir os citados helicópteros no Brasil, assim como adquirir *Know How* para que futuramente seja capaz de desenvolver e produzir um helicóptero inteiramente brasileiro. Além disso, outras empresas e entidades nacionais também estão sendo beneficiadas, por meio da transferência de tecnologia, prevista no *Offset*. Em relação à aeronave, destaca-se que o modelo EC725 foi concebido para desempenhar múltiplas missões, tais como, busca e resgate, operações especiais e evacuação aeromédica, cívico-social, integração nacional, de misericórdia e humanitárias.

O Projeto iniciou-se no ano de 2008 com a assinatura do contrato de despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, com o Consórcio HELIBRAS/EUROCOPTER. O valor contratado foi de EUR 1.847.354.117,00 com prazo de execução previsto para junho de 2017. Foram firmados também dois Contratos de Financiamento que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA. Sendo 4,5% do total das contratações que constituem o Projeto custeados pela Fonte 100 – Recursos Ordinários do Tesouro Nacional, a título de *downpayment*, e os restantes 95,5% sendo amparados por duas operações de crédito externo (*financiamentos*), em euros.

O custo atual do Projeto está em R$ 6.517.742.874,47 e o prazo de encerramento da execução previsto para agosto de 2022.

O Projeto H-XBR possui ação específica, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominada 123J – Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral que está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP, no período de 2012 a 2017, são apresentados no quadro abaixo:

Tabela 50 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto H-XBR

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2012	123J	865.090.168,77	503.502.936,04	503.502.936,03	361.587.232,73
2013	123J	523.596.756,67	3.798.485,43	563.150,36	519.798.271,24
2014	123J	658.805.405,1	228.487.107,36	225.830.200,	430.318.297,74
2015	123J	358.720.760,54	92.126.419,02	92.126.419,02	266.594.341,52
2016	123J	443.543.757,83	313.131.876,59	313.131.876,59	130.411.881,24
2017	123J	453.733.862,14	441.016.886,71	381.940.017,06	12.716.975,43

Fonte SIOP

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.

Gráfico 69 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto H-XBR



Fonte: COPAC

Os recursos disponibilizados ao Projeto não possibilitaram o cumprimento do acordado e manutenção do cronograma. Sendo que os atrasos ocasionados pela deficiência orçamentária serão negociados em 2018 para confecção de novo termo aditivo.

No exercício de 2017 ocorreu o recebimento de quatro aeronaves sendo duas para a Marinha do Brasil, uma para o Exército Brasileiro e uma para a Força Aérea Brasileira, totalizando 30 aeronaves entregues no período de 2008 a 2017. Para o ano de 2018 está programado o recebimento de cinco aeronaves (2 para a MB, 2 para o EB e 1 para a FAB).

As atividades de transferência de tecnologia e de cooperação industrial vêm sendo executados embora se registrem algum tipo de atraso provocado pelas restrições orçamentárias impostas ao Projeto até então. O não atendimento das necessidades orçamentárias têm provocado a desmobilização da Helibras, com demissões de funcionários e paralisações na linha de produção e montagem; perda de pessoal qualificado para produção, treinamento e operação das aeronaves.

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto H-XBR conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa HELIBRAS, na cidade de Itajubá - MG. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Para a realização deste Projeto foram firmados cinco instrumentos contratuais sendo três Contratos de Despesa e dois Acordos de Compensação. A titularidade dos Contratos nº 012/DCTA-COPAC/11 e 019/DCTA-COPAC/11 foi transferida para o Parque de Material Aeronáutico de São Paulo – PAMA-SP no ano de 2012.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 008/CTA-SDDP/2008
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	CONSÓRCIO HELIBRAS-EUROCOPTER
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008 com o Consórcio HELIBRAS/EUROCOPTER, tem como objeto o fornecimento de 50 aeronaves modelo EC725, conforme configurações definidas pelas Forças Armadas e fornecimento de apoio logístico inicial.

O preço total contratado foi de EUR 1.847.354.117,00 nas CE DEZ08. Atualmente está em seu 4º Termo Aditivo. O prazo de vigência foi alongado para fevereiro de 2023. Será custeado por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional na Ação 8969 (Aquisição de Aeronaves). Esta ação orçamentária foi substituída pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 008/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 234, de 8 de dezembro de 2009.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de dezembro de 2009. Motivado pela necessidade de ajuste da Cláusula Financiamento decorrente da recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX acatada pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovando somente uma parte do Pré-Pagamento para o ano de 2009 (EUR 83.333.333,00) e o restante do Pré-Pagamento para o ano de 2010 (EUR 193.769.784,55). Não houve alteração do valor contratado.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08 serão custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 008/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2011.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 11 de novembro de 2011. Motivado pela necessidade de ajustes para clarificar os termos contratuais, alterar as especificações para melhor adequação técnica. Mudanças de configurações das aeronaves em face das necessidades das Forças Armadas. Não houve alteração do valor contratado.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08, são custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional, pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 008/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 232, de 4 de dezembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 3 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, alterar a matriz de requisitos com clarificações de funcionalidades técnicas e de desempenho, assim como configurações das aeronaves, todas aprovadas pelos Estados-Maiores das Três Forças Armadas.

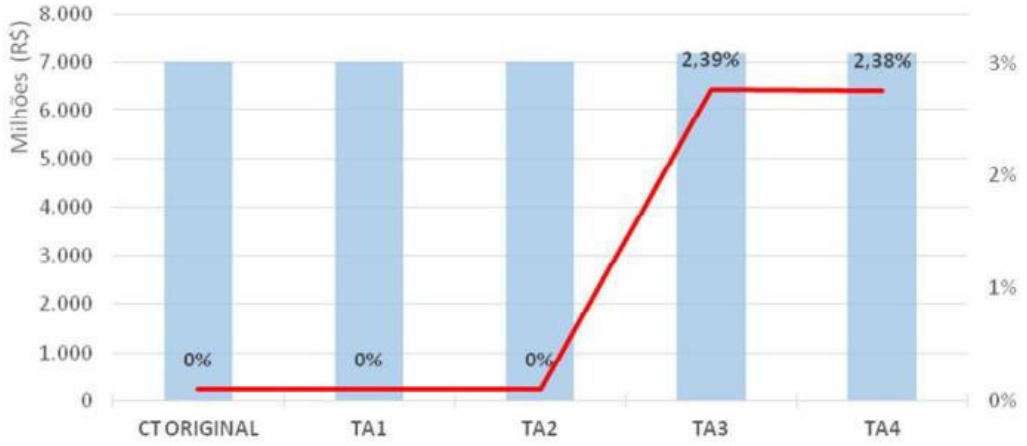
Todas as despesas decorrentes deste Contrato, no valor total de EUR 1.891.517.314,22, nas CE DEZ08 serão custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de Vigência: 15 de fevereiro de 2023. Prazo de execução: 15 de agosto de 2022.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 008/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2016.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 20 de dezembro de 2016. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF considerando a redução cambial ocorrida no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2016. O preço total contratado de EUR 1.891.384.018,19, na CE DEZ08 será custeado por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional pela Ação 8969 (Aquisição de Aeronaves). Esta ação orçamentária foi substituída pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2023. Prazo de execução: 15 de agosto de 2022.

O quadro a seguir apresenta a variação no valor do contrato nº 008/CTA-SDDP/2008. O acréscimo de valor na ordem de 2,38% foi motivado pela necessidade de se restabelecer o equilíbrio contratual.

Gráfico 70 Projeto H-XBR - Valor do Contrato 008/08 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 012/DCTA-COPAC/11
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	TURBOMECA DO BRASIL
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível nos termos do "CAPUT" do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 199, de 17 de outubro de 2011.

O Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/11, foi firmado em 28 de setembro de 2011 com a empresa Safran Helicopter Engines Indústria e Comércio do Brasil Ltda (antiga Turbomeca do Brasil), para os Motores Makila 2A1 e APU SAPHIR 20 que equipam as aeronaves H225M (antiga EC-725) das FFAA brasileiras, prevê a prestação de serviços até outubro de 2022, vinculados à manutenção dos motores MAKILA 2A1 e APU SAPHIR 20, assim como à entrega de itens adquiridos. O preço total contratado foi de R$ 159.833.702,07. Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE SET11 serão custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 66 meses. Prazo de execução: 60 meses.

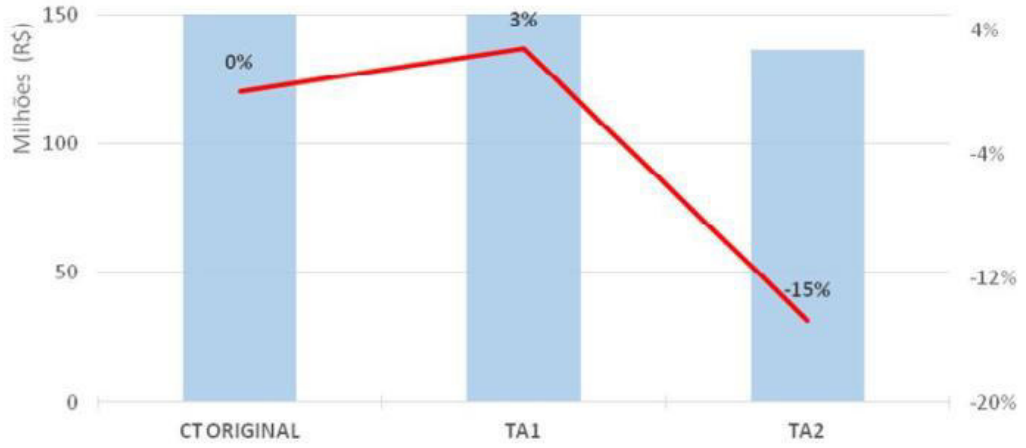
INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 012/DCTA-COPAC/11
PUBLICAÇÃO	DOU nº 240, de 13 de dezembro de 2012.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/2011 foi firmado em 10 de dezembro de 2012 face a necessidade de ajustes para clarificar Termos Contratuais e reequilíbrio econômico financeiro decorrente da nulidade da subcláusula 4.1 critérios de reajustamento – Para o Lote 1 – Lista de Aprovisionamento Inicial. O preço total contratado foi de R$ 164.276.217,34. Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de Vigência: 27 de março de 2017. Prazo de execução: 60 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 012/DCTA-COPAC/11
PUBLICAÇÃO	DOU nº 62, de 1º de abril de 2016.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/2011 foi firmado em 30 de março de 2016. Foi motivado pela sub-rogação do Contrato para o Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA – SP); Necessidade de ajuste de Cláusulas do contrato em virtude da diminuição da cadência de entrega de aeronaves decorrente de restrições orçamentárias ocorridas em 2012 deixando de se executar parte do Lote 2 e do Lote 4 ocasionando diminuição de valores no Contrato. O preço total foi de R$ 136.311.825,14 e será custeado pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Este contrato, encerrado em 28 de março de 2017, foi suprimido em 15% devido à redução na cadência de entrega de aeronaves. O quadro abaixo apresenta a variação do valor contratado:

Gráfico 71 Projeto H-XBR - Valor do Contrato 012/11 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 019/DCTA-COPAC/11
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	HELIBRAS – HELICÓPTEROS DO BRASIL S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto 2.295/97
PUBLICAÇÃO	DOU nº 247, de 26 de dezembro de 2011.

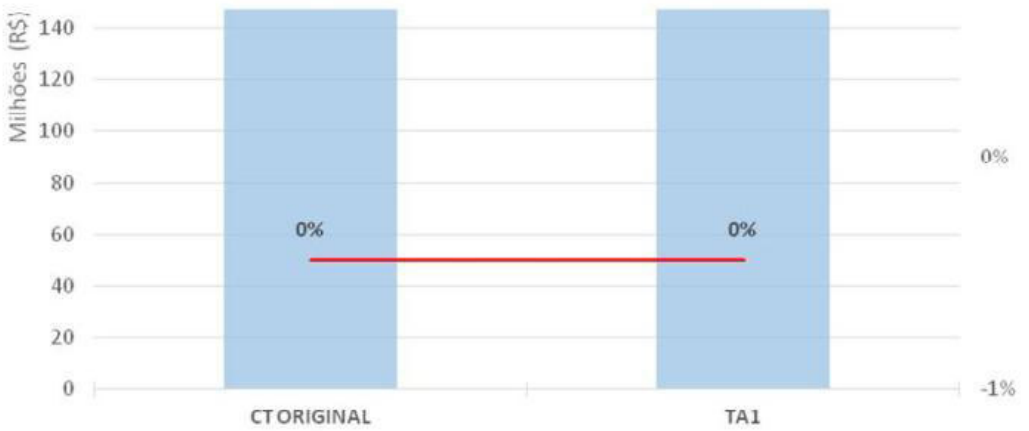
O Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/2011, firmado em 20 de dezembro de 2011 com a empresa HELIBRAS, tem como objeto o Contrato de Suporte Logístico para apoiar a operação das aeronaves, exceto motores, da frota de aeronaves EC-725 das Forças Armadas do Brasil, seus itens reparáveis, sistemas, componentes, equipamentos, ferramentas e equipamentos de apoio ao solo, mediante o fornecimento de bens e serviços. O preço total contratado foi de R$ 147.644.892,40, nas CE DEZ11. Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 66 meses. Prazo de execução: 60 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 019/DCTA-COPAC/11
PUBLICAÇÃO	DOU nº 62, de 1º de abril de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/2011 foi firmado em 30 de março de 2016 face a sub-rogação do Contrato para o Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA – SP). As despesas decorrentes deste Contrato, eram custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. O prazo de execução encerrou-se no ano de 2017. A finalização do contrato está prevista para 20 de junho de 2018.

O preço total contratado não foi alterado permanecendo em R$ 147.644.892,40, nas CE DEZ11.

Gráfico 72 Projeto H-XBR - Valor do Contrato 019/11 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/CTA-SDDP/2008
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	CONSÓRCIO EUROCOPTER/HELIBRAS
CONTRATO ASSOCIADO	008/CTA-SDDP/2008.
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008, com a empresa Eurocopter. O valor acordado como contrapartida a ser prestada pela contratada à contratante compõe-se da soma dos valores de cada Projeto de compensação, já aplicados os Fatores Multiplicadores, e pela soma dos Projetos de Cooperação Industrial (ICP). O valor total da obrigação em pauta é de EUR 1.897.830.500,00 dos quais foram reconhecidos EUR 689.856.694,34. Saldo a reconhecer EUR 1.207.973.805,66. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2022, tem como beneficiários o COMAER, a Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e as empresas Helibras, Inbra, Aeronova, Toyomatic, Ael, Mectron, RS Brasil, Rockell Collins Brasil, UNIFEI, Avibras, Brascopter. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011. Este acordo possui 24 Projetos de cooperação Industrial e seis Projetos de Offset.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de dezembro de 2009. Foi motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas de prorrogação, alteração contratual, cessões e transferências para que o início da execução dos Projetos de Cooperação Industrial e dos Projetos de Compensação coincidissem com a integralização do "Pré-Pagamento, em consequência da recomendação da COFIEX acatada pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovando somente uma parte do Pré-Pagamento para o ano de 2009 e o restante do Pré-Pagamento para o ano de 2010.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2011.

O 2º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 11 de novembro de 2011. Motivado pela necessidade de se ajustar os prazos de execução e de vigência do Acordo, tendo em vista o tempo inicial de execução dos Projetos; complementar os conteúdos de cada Projeto, para melhor adequação dos mesmos aos seus objetivos; e incluir os Memorandos de Entendimento (MOU) assinados entre o Consórcio e as empresas beneficiárias, os Planos de Trabalho e os Contract Data Requirement List - CDRL afetos a cada Projeto de Cooperação. O valor total da obrigação acordado foi de EUR 1.897.830.500.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 219, de 16 de setembro de 2016.

O 3º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de novembro de 2016. Foi motivado pela necessidade de se adequar o Acordo à nova realidade do contrato de aquisição; atualizar as Fichas de Projetos de Cooperação Industrial em virtude de mudanças de nomenclatura da aeronave, de empresas e mudança de beneficiárias; Ajustar a Lista de Requisitos de Dados do Contrato (Contract Data Requirements List - CDRL) do Programa de Aplicação de Cooperação Industrial em função da alteração de datas de entrega formalizadas no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição; Atualizar os Statement of Work (SOW) do Programa de Aplicação de Cooperação Industrial. O valor total da obrigação acordado foi de EUR 1.897.830.500. Prazo de vigência: 30 de junho de 2028. Prazo de execução: 30 de novembro de 2027.

Gráfico 73 Projeto H-XBR - Valor do Contrato 019/11 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/DCTA-COPAC/2011
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	TURBOMECA S.A.
CONTRATO ASSOCIADO	12/DCTA-COPAC/2011
PUBLICAÇÃO	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2011.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 28 de setembro de 2011, com a empresa Safran Helicopter Engines Indústria e Comércio do Brasil Ltda (antiga Turbomeca do Brasil). Valor da obrigação acordado foi de EUR 29.500.000,00 dos quais foram reconhecidos EUR 27.362.020,00. Saldo a reconhecer R$ 2.137.980,00. Com data de encerramento prevista para 22 de março de 2019, tem como beneficiários o Exército Brasileiro e a empresa Safran Helicopter Engines Indústria e Comércio do Brasil Ltda. Contrato associado nº 012/DCTA-COPAC/2011.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/CTA-SDDP/2011
PUBLICAÇÃO	DOU nº 142, de 26 de julho de 2017.

O 1º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2011 foi firmado em 24 de julho de 2017. Foi motivado pela necessidade de se alterar a denominação da empresa de TURBOMECA DO BRASIL para SAFRAN HELICOPTER ENGINES; reprogramação do cronograma de execução dos Projetos de Compensação; e mudança do grau de sigilo do acordo. Não houve alteração de valor e prazos.

CONTRATO DE FINANCIAMENTO

Para a realização deste Projeto foram firmados dois Contratos de Financiamento conforme discriminados na tabela a seguir.

Tabela 51 Contratos de Financiamento do Projeto H-XBR

TIPO DE CRÉDITO	SEGURADORA DE CRÉDITO	BANCOS CREDORES	VALOR (€)	% DO VALOR DO PROJETO
COFACE Credit Agreement	COFACE (francesa)	Société Générale, BNP Paribas, Calyon, Santander	1.570.250.999,45	85%
Commercial Loan	(não há)	Société Générale, BNP Paribas, Calyon, Santander	193.769.784,55	10,5%
		TOTAL	1.764.020.784	95,5%

Fonte: COPAC

No que se refere a Termos Aditivos, o COFACE Credit Agreement, assinado em 30 de setembro de 2009, possui duas alterações contratuais:

- 1º Termo Aditivo: assinado em 03 de março de 2010 – estabelece o modelo do Parecer Legal da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e altera o texto da alínea "d" da cláusula 13.4 de modo a deixa-la mais clara (trata de eventos de default);
- 2º Termo Aditivo: assinado em 16 de junho de 2016 – tem por escopo prorrogar a data final do prazo para realização de desembolsos para até 15 de maio de 2023 e incluir algumas novas disposições legais como cláusulas sobre *Foreign Account Tax Compliance Act* - FATCA e cláusulas anti-suborno, anti-corrupção e anti-lavagem de dinheiro.

Os Valores desembolsados, ano a ano, desde o início do projeto relativos aos Contratos de Financiamento podem ser vistos de forma decomposta na tabela a seguir:

Tabela 52 Valores Desembolsados do Projeto H-XBR

ANO	UTILIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO	REPAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA		
	DESEMBOLSOS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO
2009	-	-	-	1.657.487,17
2010	248.977.784,77	16.147.482,05	673.188,53	7.960.300,21
2011	18.822.375,87	32.294.964,10	10.852.883,96	7.635.579,46
2012	244.165.308,54	41.004.420,11	13.867.639,59	7.236.022,13
2013	239.896.246,30	63.329.497,60	24.267.104,09	5.811.710,68
2014	173.450.491,74	97.952.838,33	33.756.975,88	4.577.945,92
2015	24.549.126,70	115.795.904,08	33.256.069,77	4.182.939,39
2016	138.942.119,58	105.099.428,98	32.891.521,75	3.707.488,57
2017	126.319.100,25	105.211.499,11	33.942.639,23	3.092.434,56
TOTAL	**1.231.827.258,87**	**576.836.034,36**	**183.508.022,79**	**45.861.908,08**

Fonte: COPAC

PROJETO KC-X



O Projeto KC-X tem por objetivo o desenvolvimento de dois protótipos de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves C/KC-130 da Força Aérea Brasileira na realização das missões de transporte aéreo logístico, SAR (Busca e Resgate) e reabastecimento em voo, dentre outras.

Para atender às necessidades expostas, tanto na sua missão precípua de caráter militar, como a de ajuda humanitária de âmbito civil, essa nova aeronave deverá ser capaz de ser empregada em qualquer latitude e longitude do globo terrestre; o que a tornará passível de enfrentar qualquer cenário operacional hoje conhecido, nos teatros de operação marítimo, antártico, amazônico e o pantaneiro, cumprindo missões de transporte aerotático, aeroestratégico e aerologístico, em ambientes com diversos graus de ameaça física e eletromagnética.

De maneira mais ampla, o Projeto também visa promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira e aumentar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira em missões de transporte (tropa e carga) e de reabastecimento em voo, por intermédio do desenvolvimento e posterior aquisição das aeronaves KC-390. O Projeto KC-X está em plena execução. Possui ação específica, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominada 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X). Não há Contrato de Financiamento para este Projeto.

No decorrer do ano de 2017 foram empenhados R$ 588.986.530,00, liquidados R$ 546.090.524,60, sendo R$ 115.749.030,72 a título de reajuste contratual. Devido à variação cambial no processo de execução orçamentária, realizado pelo SIAFI, os valores empenhados e liquidados apresentados no SIOP diferem dos citados, ficando em empenhado R$ 596.571.141,89 e liquidado em R$ 553.642.289,24.

O Percentual de execução física e financeira acumuladas no final do exercício de 2017 ficaram em 97,67% e 89,70% respectivamente. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 6.298.972.318,87. Neste valor estão incluídos os pleitos em negociação. Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP no período de 2014 a 2017 são apresentados no quadro abaixo:

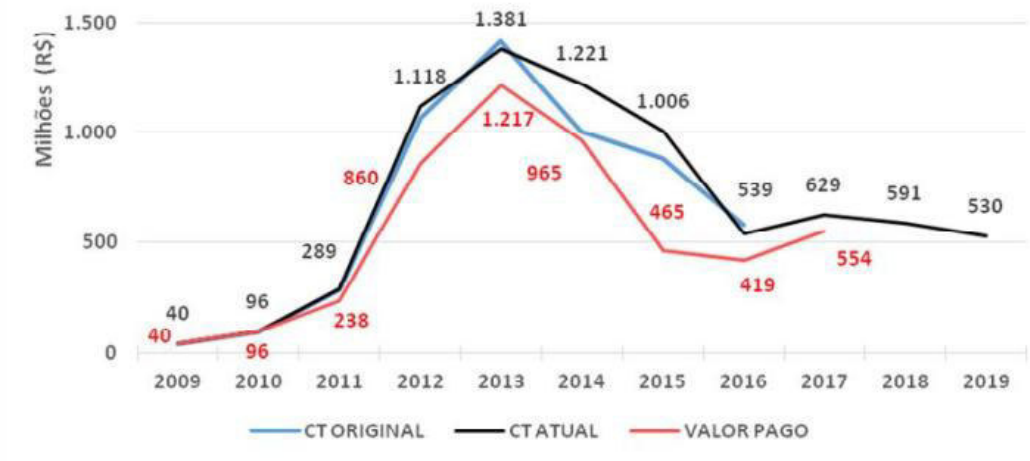
Tabela 53 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto KC-X

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2012	123B	860.441.918,11	860.441.918,09	860.441.918,09	0,02
2013	123B	1.216.647.733,49	1.216.647.733,49	1.216.647.733,49	0,
2014	123B	965.111.419,91	965.111.419,91	965.111.419,91	0,
2015	123B	863.776.833,78	863.776.833,75	465.476.218,94	0,03
2016	123B	418.540.570,56	418.540.570,56	418.540.570,55	0,
2017	123B	596.571.141,89	553.642.289,24	553.642.289,23	42.928.852,65

Fonte SIOP

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.

Gráfico 74 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto KC-X



Fonte SIOP

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto KC-X conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações empresa EMBRAER, na cidade de São José dos Campos - SP. Essa Unidade tem por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o Projeto de desenvolvimento de dois protótipos de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento está estruturado em dois contratos administrativos e três acordos de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentadas a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 002/CTA-SDDP/2009
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER S/A
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 81, de 30 de abril de 2009.

O Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, assinado em 14 de abril de 2009 com a empresa EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A., tem como objeto o fornecimento de dois protótipos da aeronave de transporte militar e reabastecimento, bem como, a prestação de serviços necessários para o gerenciamento da produção e montagem das aeronaves, entrega de documentação, relatórios de desenvolvimento e certificação, relatórios de voos de teste e de avaliação operacional e um pacote de dados de produto. O preço total acordado para a execução do objeto foi de R$ 3.028.104.951,07 nas CE ABR09.Atualmente o contrato está em seu 4º Termo Aditivo com um saldo contratual de R$ 74.232.717,86. Esta despesa será custeada por meio de recursos do Tesouro Nacional, na ação 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-X. O prazo de vigência foi postergado para outubro de 2018.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 002/CTA-SDDP/2009
PUBLICAÇÃO	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2011.

A alocação de recursos abaixo das necessidades previstas para o exercício culminou com a assinatura, em 20 de dezembro de 2011, do 1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009. Neste TA foram realizados ajustes no cronograma de desembolsos e alteração da denominação social da Contratada.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 002/CTA-SDDP/2009
PUBLICAÇÃO	DOU nº 97, de 23 de maio de 2014.

Com a entrada de parceiros estratégicos Argentina, Portugal e República Tcheca no desenvolvimento e na fabricação de segmentos estruturais do Projeto KC-X, o que resultou na revisão das tarefas e, nas novas obrigações assumidas com os fornecedores do sistema de trem de pouso, blindagem e parte do sistema de autoproteção, o Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, por meio do 2º TA, firmado 22 de maio de 2014, teve seu preço total reduzido de R$ 3.028.104.951,07, nas CEABR09, para R$ 2.955.244.556,24. O prazo de vigência foi mantido em 14 de outubro de 2016.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 002/CTA-SDDP/2009

PUBLICAÇÃO	DOU nº 26, Seção 3, de 6 de fevereiro de 2015.

A necessidade de se reprogramar as entregas das etapas do Contrato nº 002/CTA-SDDP/2009 devido à baixa disponibilidade de recursos orçamentários sem, contudo, adiar objetivos importantes, tais como, a realização do primeiro voo da aeronave protótipo, originou o 3º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, firmado em 30 de dezembro de 2014.

No 3º TA foram realizados ajustes no custeio, aplicando as modificações dos valores anuais a serem desembolsados de acordo com a realidade orçamentária no CFF. Não houve alteração do preço total que permaneceu em R$ 2.955.244.556,24. A vigência do Contrato foi mantida em 14 de outubro de 2016.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 002/CTA-SDDP/2009
PUBLICAÇÃO	DOU nº 237, 11 de dezembro de 2015.

Devido a modificações técnicas inseridas em equipamentos do Projeto em desenvolvimento e o aumento de custos de serviços decorrentes do alongamento dos prazos, da adequação dos compromissos aos limites orçamentários impostos pela LOA 2015 e, ainda, a elevação do câmbio da moeda norte americana no ano de 2015, foi firmado, em 9 de dezembro de 2015, o 4º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009. O preço total a ser pago para a execução do objeto passou de R$ 2.955.244.556,24 para R$ 3.166.969.050,59 e o prazo de vigência foi estendido para 14 de outubro de 2018.

O quadro abaixo apresenta a variação do valor contratado no decorrer do avançamento do projeto.

Gráfico 75 Projeto KC-X - Valor do Contrato 002/09 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2011
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EAI- EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável. Art. 24, Inciso IX da Lei 8.666/93, combinado com o Decreto Art. 1º, Inciso 1
PUBLICAÇÃO	DOU nº 169, de 1º de setembro de 2011.

Em 4 de agosto de 2011 foi firmado o Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011 com a empresa EAI para o fornecimento dos sistemas categoria "E" (CAT "E") para o desenvolvimento da aeronave KC-X. O preço total acordado foi de US$ 631,702,459.35 nas CE JAN11. Atualmente está em seu 3º Termo Aditivo com um saldo contratual de US$ 76,526,926.18. O prazo de vigência foi alongado para novembro de 2018.

As despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela ação orçamentária 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-X. O prazo de vigência deste Contrato estava programado para 4 de agosto de 2016.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2011
PUBLICAÇÃO	DOU nº 211, de 31 de outubro de 2012.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 19 de outubro de 2012, foi motivado pela necessidade de se revisar o Preço total do Contrato, bem como de introduzir a relação detalhada dos bens constituintes dos Sistemas CAT "E", para o estágio de evolução do processo de desenvolvimento alcançado naquela ocasião.

O preço total foi reduzido passou de US$ 631,702,459.35 para US$ 589,213,228.88 nas – CE JAN11 sem alteração do prazo de vigência – 4 de agosto de 2016

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2011
PUBLICAÇÃO	DOU nº 253, de 31 de dezembro de 2014.

Com a finalidade de adaptar o Contrato à disponibilidade de recursos orçamentários alocados ao Projeto no exercício de 2014 foi firmado o 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011 em 30 de dezembro de 2014. Este 2ºTA dilatou os prazos de execução e vigência do referido Contrato, reprogramando as entregas das etapas para exercícios futuros. Foram realizados ajustes na composição de entregáveis, tanto em razão das modificações técnicas mandatórias, demandadas pela evolução do processo de desenvolvimento, quanto em função das adaptações nas etapas recebidas parcialmente e que por razões técnicas, devidamente fundamentadas e autuadas em processo, são consideradas suficientes para atender as necessidades e exigências do processo de desenvolvimento.

O preço total a ser pago sofreu reajuste passando de US$ 589,213,228.88 para US$ 598,967,691.76 nas CE JAN11. Já o prazo de vigência foi estendido para 4 de fevereiro de 2017.

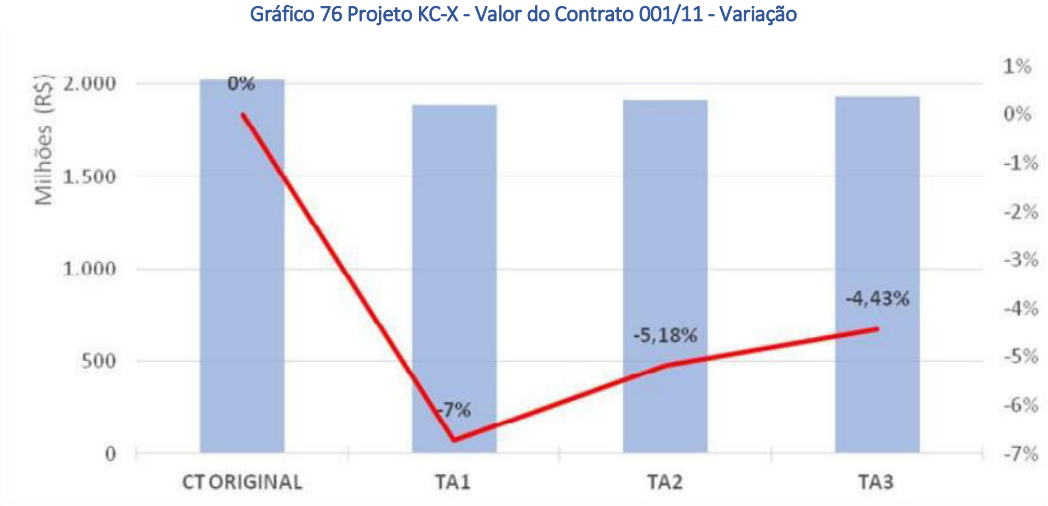
INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2011
PUBLICAÇÃO	DOU nº 237, de 11 de dezembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 9 de dezembro de 2015, foi motivado pela necessidade de incorporação de modificações técnicas mandatórias, demandadas pela evolução do processo de desenvolvimento e pela alta desvalorização do Real frente ao Dólar. As etapas previstas no cronograma para 2015 foram reprogramadas para 2016, 2017 e 2018. O preço total a ser pago à Contratada foi reajustado para US$ 603,715,011.78 e o prazo de vigência estendido para 4 de novembro de 2018.

Para compensar as importações de materiais necessários ao desenvolvimento do Projeto KC-X, foram firmados os acordos de compensação 001/DCTA-COPAC/2013 com a empresa BAE SYSTEMS CONTROLS INC, 004/DCTA-COPAC/2013 com a empresa Rockwell Collins e 003/DCTA-COPAC/2014 com a empresa Thales Avionics SAS.

O quadro abaixo apresenta a variação do valor contratado no decorrer do avançamento do projeto.

Gráfico 76 Projeto KC-X - Valor do Contrato 001/11 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 001/DCTA-COPAC/2013
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	BAE SYSTEMS
CONTRATO ASSOCIADO	001/DCTA-COPAC/2011
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93 1
PUBLICAÇÃO	DOU nº 6, de 9 de janeiro de 2014.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2013, firmado em 31 de dezembro de 2013, com a empresa BAE SYSTEMS CONTROLS INC. tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria "E". Do valor da obrigação de US$ 47,105,372.00 já foram reconhecidos US$ 11,673,600.00 dos créditos. Saldo a reconhecer US$ 35,431,772,00. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2019 teve como beneficiários as empresas TAM MR e EMBRAER S.A. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 004/DCTA-COPAC/2013
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	ROCKWELL COLLINS.
CONTRATO ASSOCIADO	001/DCTA-COPAC/2011
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93 1
PUBLICAÇÃO	DOU nº 6, de 9 de janeiro de 2014.

O Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2013, firmado em 14 de novembro de 2013, com a empresa Rockwell Collins. Tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria Estratégica. Do valor da obrigação de US$ 67,965,430.40 já foram reconhecidos US$ 9,120,000.00 dos créditos. Saldo de crédito a reconhecer US$ 58,845,430.40. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2036 teve como beneficiários as empresas Rockwell Collins do Brasil, Ael, Jabil Brasil. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 003/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	THALES AVIONICS SAS
CONTRATO ASSOCIADO	001/DCTA-COPAC/2011
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 6, de 9 de janeiro de 2015.

O Acordo de Compensação nº 003DCTA-COPAC/2014, firmado em 11 de dezembro de 2014, com a empresa Thales Avionics SAS. Tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria “E”. O valor da obrigação acordado foi de US$ 28,350,860.00. Saldo de créditos a reconhecer US$ 28,350,860.00. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2018 teve como beneficiário a empresa TAP-ME. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 003/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2017.

O 1º TA ao Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2014, firmado em 19 de dezembro de 2017, foi motivado pela necessidade de reestruturação do Projeto de compensação e as etapas da transação de compensação e extensão do prazo de vigência de forma a permitir a conclusão de todos os Projetos de compensação que integram o respectivo programa de aplicação de compensação, bem como, o processo de reconhecimento dos respectivos créditos de compensação. O prazo de vigência foi postergado para 31 de dezembro de 2018 e alterado o Anexo I – Plano de Compensação para reestruturar o Projeto de Compensação, convertendo os milestones em transações de compensação apropriadas a cada atividade. As demais cláusulas foram mantidas.

PROJETO CL-X2



O Projeto CL-X2 visa a aquisição de três aeronaves modelo CASA 295, na configuração Search and Rescue (SAR), destinadas às missões de busca e salvamento. O processo de aquisição foi iniciado por meio do Pedido de Oferta para quatro aeronaves emitido em abril de 2009. Devido a restrições de ordem orçamentária o processo de aquisição foi suspenso e reiniciado em 2 de setembro de 2013 com a redução de uma aeronave.

No ano de 2014 foi celebrado o contrato para a aquisição de três aeronaves que, devido a restrições orçamentárias no exercício de 2015 sofreu alterações em seu cronograma físico-financeiro com a postergação da entrega das aeronaves. Este alongamento nos prazos ocasionou um acréscimo de EUR 4.440.201,50.

Com o corte de R$ 40 milhões que estavam destinados ao Projeto no ano de 2016 houve a necessidade de se reduzir a quantidade de três para duas aeronaves.

Em dezembro de 2017 a terceira aeronave foi reincluída juntamente com incorporação da capacidade de reabastecimento em voo nas três aeronaves. Esta alteração do objeto, juntamente com um maior aporte orçamentário de R$ 31,5 milhões, culminou

com a assinatura do 3º Termo Aditivo, em 19 de dezembro de 2017, aumentando o valor total do contrato em EUR 31.451.481,99.

A aeronave CASA 295, versão SAR, está equipada com recursos de varredura eletrônica dedicados às missões de busca e salvamento. Dentre os equipamentos, três itens farão total diferença na operação atualmente realizada de maneira visual: radar com abertura sintética, imageamento por infravermelho (FLIR) e integração de sistemas (FITS). Outro item que vai aumentar a eficiência e a probabilidade de detecção é a estação de solo chamada de Centro de Suporte da Missão (MSC – Mission Support Centre) que recebe em tempo real todas as informações enviadas pela aeronave em voo, independentemente de onde estiver no globo terrestre. Este avião vai reforçar as ferramentas da FAB para cumprir as missões de busca e salvamento estabelecidas pelo Anexo 12 da Convenção de Chicago, de 1994. Por acordos internacionais, está sob a responsabilidade do Brasil o controle do espaço aéreo de 22 milhões de Km2.

A entrega das aeronaves sofreu as seguintes alterações, de acordo com o 3º Termo Aditivo: 1ª aeronave – entregue em junho de 2017 e Boletim de Serviço para instalação da capacidade reabastecimento em voo a ser entregue em março de 2020; 2ª aeronave – alterada de maio de 2019 para outubro de 2019; e 3ª aeronave – alterada de cancelada para entrega em outubro de 2020.

As etapas e atividades concluídas demonstram que o cronograma contratual está sendo cumprido conforme o planejamento, porém os constantes cortes orçamentários sofridos pelo Projeto, obrigam a renegociações e ajustes de prazos e valores, por meio de novos termos aditivos, para manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

A primeira aeronave do Projeto foi recebida em 16 de junho de 2017, nas instalações da AIRBUS em Sevilha, com a presença dos Exmos. Srs. Ministro da Defesa e Comandante da Aeronáutica.

O Centro de Apoio à Missão foi recebido e está armazenado no 2º/10º GAV, aguardando o término das instalações.

Está previsto para 2018: o 1º, 2º, 3º e 4º pagamentos referentes ao suporte logístico, pagamento do 1º ano do FSR ("field support representative") a realização da Avaliação Operacional e pré-pagamentos da 2ª e 3ª aeronaves.

Foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Contrato 001/DCTA-COPAC/2014, em 19 de dezembro de 2017, que reincluiu a 3ª aeronave e incluiu a capacidade de Reabastecimento em Voo nas três aeronaves no objeto contratual.

Os recursos orçamentários para o Projeto CL-X2 são provenientes da ação orçamentária 20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB. A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 109.656.809,47. O Plano de Ação do Comando da Aeronáutica de 2017 alocou ao Projeto o montante de R$ 120.000.000,00 na ação 20XV. Este montante foi majorado ao longo do exercício.

Conforme dados registrados no SIOP foi empenhado o valor de R$ 156.123.981,00, liquidado R$ 155.446.752,35 e pago R$ 155.446.752,00. O custo total do Projeto atualizado está em EUR 184.658.245,95. O prazo de execução foi alongado passando de 31/12/2021 para 16/06/2023.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP são apresentados no quadro abaixo:

Tabela 54 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto CL-X2

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2014	20XV	41.999.999,99	36.435.321,47	36.435.321,47	5.564.678,52
2015	20XV	66.181.035,34	64.298.306,85	64.298.306,85	1.882.728,49
2016	20XV	57.445.945,93	57.445.945,93	57.445.945,93	0,
2017	20XV	156.123.980,5	155.446.752,35	155.446.752,36	677.228,15

Fonte SIOP

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.

Gráfico 77 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto CL-X2



Fonte: COPAC

O Percentual de execução física e financeira acumuladas no final do exercício de 2017 ficaram em 39,80% e 45,68% respectivamente.

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto CL-X2 conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EUROCOPTER, na cidade de Sevilha - Espanha. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o Projeto de aquisição das aeronaves modelo CASA 295 SAR (Search and Rescue), destinadas às missões de busca e salvamento está estruturada em um contrato administrativo e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentadas a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EADS CONSTRUCIONES AERONÁUTICAS S.A. SOCIEDAD UNIPERSONAL
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos Termos do Art. 24, XIX, da Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 84, de 6 de maio de 2014.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, assinado em 30 de abril de 2014 com a empresa EADS Construcciones Aeronáuticas S.A., tem como objeto o fornecimento de três aeronaves CASA – 295 na versão de Busca e Resgate (SC 105), o fornecimento de equipamentos de apoio de solo, publicações técnicas, conjunto de peças de reposição, treinamento, assistência técnica e fornecimento de serviços e materiais referentes ao full in service – FISS. Com valor total de EUR 184.658.245,95, atualmente está em seu 3º Termo Aditivo com saldo contratual de EUR 100.291.590,48. O prazo de vigência foi postergado para 16 de junho de 2023.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2014
CONTRATADA	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 240, de 16 de dezembro de 2015.

O Preço total acordado para a execução do objeto foi de EUR 186.765.476,00 (CE MAR14). Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária 20XV, a qual custeia o SISCEAB. O DECEA, órgão central do Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR), é a organização responsável pela sustentação normativa, coordenação e supervisão operacional das atividades de busca e salvamento, na área de responsabilidade do País. Por meio da Divisão de Busca e Salvamento (D-SAR), o DECEA gerencia toda a atividade de busca e salvamento aeronáutico. Não há Contrato de financiamento externo para esta aquisição.

O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 31 de dezembro de 2021.

Devido a mudanças da denominação social da empresa EADS Construcciones Aeronáuticas SA para Airbus Defense and Space - ADS e da redução de R$ 50.000.000,00 do orçamento planejado para o Projeto, foi assinado em 9 de novembro de 2015, o 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014.

Em decorrência desta redução orçamentária, houve a necessidade de se prorrogar a execução contratual até 1º de novembro de 2022 e a vigência contratual até 1º de maio de 2023. O cronograma de entrega das etapas remanescentes foi adequado aos custos de postergação. Com isso o preço total, para a execução do objeto, passou para EUR 191.205.686,00 nas (CE MAR14) e o cronograma de entrega das aeronaves alterado para:

- 1ª aeronave – de dezembro de 2016 para maio de 2017;
- 2ª aeronave – de outubro de 2017 para maio de 2018; e
- 3ª aeronave – de dezembro de 2017 para maio de 2019.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2014
CONTRATADA	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 240, de 16 de dezembro de 2016.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, ocorreu em 12 de dezembro de 2016, teve por causa das graves restrições orçamentárias impostas ao Comando da Aeronáutica fruto da crise econômica severa pela qual passava o país. Foram iniciadas as ações para identificar os impactos provenientes deste corte. O Projeto foi contemplado com o montante de R$ 60.000.000,00 para as despesas do ano de 2016 o que inviabilizou o pagamento integral das obrigações do corrente ano. Em virtude do valor alocado inferior ao previsto para o exercício, houve a necessidade de se reduzir o objeto de três para duas aeronaves e a adequação completa do cronograma físico-financeiro, assim como, a reconfiguração de toda a tabela de itens entregáveis e seus respectivos prazos de execução. A redução do objeto implicou na alteração dos valores contratados e na modificação de toda a estrutura de produção, o que acarretou a diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração.

Em decorrência da redução do objeto contratual associada à prorrogação de prazos, o preço total para a execução do objeto foi ajustado para EUR 153.206.763,96 e o prazo de vigência estendido para 1º de maio de 2023. As entregas das aeronaves sofreram as seguintes alterações:

- 1ª aeronave – maio de 2017 para junho de 2017;
- 2ª aeronave – maio de 2018 para maio de 2019; e
- 3ª aeronave – cancelada.

Em relação ao comportamento dos requisitos de performance do produto, não houve alteração das características técnicas, logísticas, industriais e de desempenho estabelecidas pelo EMAER que implicassem em majoração de Preço.

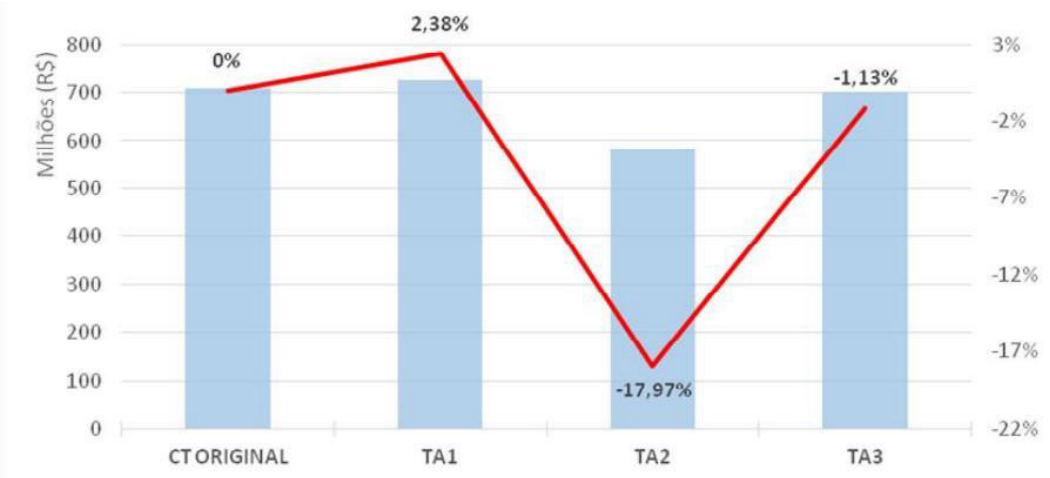
INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/DCTA-COPAC/2014
CONTRATADA	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
PUBLICAÇÃO	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2017.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, ocorreu em 19 de dezembro de 2017, teve por finalidade incluir a 3ª aeronave e alterar o Projeto e especificações técnicas para a incorporação da capacidade de reabastecimento em voo nas três aeronaves. Foram alteradas a quantidade inicial de aeronave, custeio e sua forma de pagamento, ajuste das garantias financeiras, ajuste dos prazos de execução e vigência, anexos contratuais, e ainda, o suporte logístico associado.

O prazo de execução contratual foi estendido para 16 de dezembro de 2022 e a vigência do contrato para 16 de junho de 2023. Houve um aumento do valor total do contrato de EUR 31.451.481,99. Valor total contratado EUR 184.658.245,95.

As entregas das aeronaves sofreram as seguintes alterações, de acordo com o 3º TA: 1ª aeronave – aeronave entregue em junho de 2017; 2ª aeronave – alterada de maio de 2019 para outubro de 2019; e 3ª aeronave – entrega prevista para outubro de 2020. A variação dos valores do contrato nº 001/DCTA-COPAC/2014 são apresentadas abaixo:

Gráfico 78 Projeto CL-X2 - Valor do Contrato 001/14 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 002/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	Airbus
CONTRATOS ASSOCIADOS	001/DCTA-COPAC/2014
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 119, de 25 de junho de 2014.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados nas aeronaves do Projeto CL-X2 foi celebrado, em 17 de junho de 2014, o Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2014 com a empresa Airbus. O valor da obrigação acordado foi de EUR 190.240.175,00 que corresponde ao valor do Contrato associado nº 001/DCTA-COPAC/2014. Do montante de EUR 190.240.175,00 foram reconhecidos EUR 57.955.338,00. Saldo acordado a reconhecer EUR 132.284.837,00 Com encerramento previsto para 31 de dezembro de 2021 tem como beneficiários o DCTA, a Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), Universidades Brasileiras e a empresa Liebherr do Brasil.

PROJETO KC-390



O Projeto KC-390 tem por objetivo a aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves de transporte de tropa e carga C/KC-130 da FAB.

O Projeto KC-X de desenvolvimento de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo já contemplava, desde o seu início, a orientação para a aquisição das aeronaves de série que comporão a nova frota da FAB. O EMAER, após as devidas deliberações, decidiu pela retificação do Requisito Operacional - ROP EMAER 66 fixando em 28 aeronaves a serem adquiridas.

Em 29 de julho de 2013, o EMAER informou a criação da Ação Orçamentária específica 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390, inscrita no PAC e determinou à COPAC o início do processo para a aquisição das aeronaves e do suporte logístico inicial associado. Não há Contrato de Financiamento para esta aquisição. A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 463.254.852,00. A LOA 2017 disponibilizou na ação 14XJ o montante de R$ 410.454.852,00. Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP no período de 2014 a 2017 são apresentados no quadro abaixo:

Tabela 55 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto KCL-390

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2014	14XJ	20.510.115,12	20.510.115,12	20.510.115,12	0,
2015	14XJ	150.575.757,	145.149.908,13	39.107.439,1	5.425.848,87
2016	14XJ	153.928.087,69	153.928.087,69	153.928.087,69	0,
2017	14XJ	410.624.051,53	364.350.194,52	364.350.194,52	46.273.857,01

Fonte SIOP

Foram empenhados no exercício de 2017 o montante de R$ 410.454.851,25 e liquidado e pago a quantia de R$ 382.043.725,31. Estes dados diferem dos registrados no SIOP, empenhado R$ 410.624.051,53 e liquidado e pago R$ 364.350.194,52, devido à variação cambial no processo de execução orçamentária, realizado pelo SIAFI.

O Percentual de execução física acumulada ao final de 2017 ficou em 2,69%. Quanto à execução financeira acumulada no final do exercício de 2017 apurou-se que o Contrato 010/2014 atingiu 4,35% e o Contrato 002/2014 atingiu 6,50%. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 12.547.826.624,89. O prazo de execução inicialmente programado para 20 de março de 2026 foi alongado para 20 de setembro de 2026.

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.

Gráfico 79 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto KC-390



Fonte: COPAC

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto KC-390 conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EMBRAER S.A., na cidade de São José dos Campos - SP. Essa Unidade tem por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o Projeto de aquisição das aeronaves modelo KC-390, destinadas às missões de transporte militar e reabastecimento em voo, está estruturado em dois contratos administrativos. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentadas a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER S/A
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 114, de 17 de junho de 2014.

Em função dos prazos envolvidos na aquisição dos sistemas e materiais necessários para a produção das aeronaves de série e também na possibilidade de se manter linha de produção com o aproveitamento das equipes, evitando a ociosidade da linha e despesas com custos de desmobilização e remobilização, foi firmado em 20 de maio de 2014, o Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/14 com a empresa EMBRAER S.A. Tendo como objeto o fornecimento de 28 aeronaves de carga e reabastecimento em voo, denominada aeronave KC-390, ao preço total de R$ 7.255.869.086,00, nas CE ABR14. Atualmente está em seu 2º Termo Aditivo e saldo contratual de R$ 2.538.520.950,49.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas pela ação orçamentária 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-390. O prazo de vigência acordado foi alongado para 20 de setembro de 2026.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 190, de 2 de outubro de 2014.

Devido a necessidade de se adequar os termos e condições para a prestação dos serviços e o fornecimento dos bens previstos na CLÁUSULA 1ª – OBJETO, foi firmado o 1º TA ao Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014, em 29 de setembro de 2014. Do escopo do objeto foram retirados os insumos de origem estrangeira face ao cenário projetado de volatilidade cambial com tendência de alta e o histórico de limitações orçamentárias. O valor contratado foi reduzido para R$ 2.761.163.577,22. Paralelamente a esta readequação foi firmado o Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2014, com a Embraer Aviation International - EAI, tendo a Embraer como solidária, para fornecer os insumos importados para a produção das 28 (vinte e oito) Aeronaves KC-390, bem como os insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial – LAI.

O prazo de vigência passou de 142 para 148 meses findando em 20 de setembro de 2026. O prazo de execução também foi alterado passando de 136 para 142 meses.

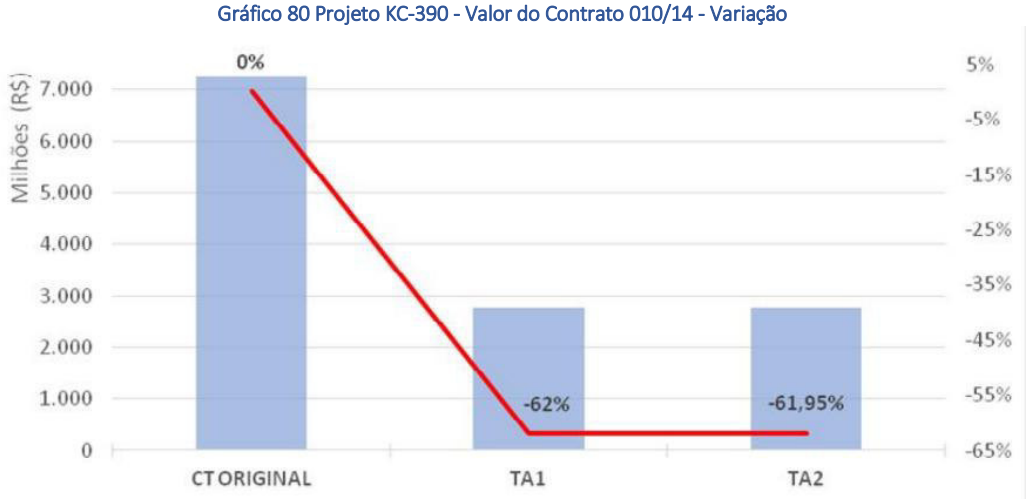
INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 010/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 240, de 15 de dezembro de 2016.

Os valores aprovados na LOA 2015 e 2016, na ação orçamentária 14XJ foram insuficientes para suportar os desembolsos contratados. Devido a estas restrições foi realizada a adequação do CFF e a alteração do custeio do Contrato para os exercícios

subsequentes. A data de vigência foi mantida em 20 de setembro de 2026 assim como foi mantido o preço de R$ 2.761.163.577,22.

Com a retirada dos materiais de origem estrangeira do escopo do OBJETO, este contrato teve seu valor suprimido em 62%. Estes insumos passaram a ser fornecidos pelo Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2014 cujo OBJETO é o fornecimento dos insumos importados para a produção de 28 (vinte e oito) aeronaves de carga e reabastecimento em voo e dos insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial – LAI.

Gráfico 80 Projeto KC-390 - Valor do Contrato 010/14 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 002/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL EAI
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 190, de 2 de outubro de 2014.

O Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/14, firmado em 30 de setembro de 2014 com a empresa EAI, tem como objeto o fornecimento de insumos importados para a produção e o fornecimento de 28 aeronaves KC-390, fornecimento de insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial e de equipamentos de apoio no solo. O fornecimento destes insumos inicialmente previstos no Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014 foram retirados por meio do 1º TA ao Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014, devido ao cenário projetado de volatilidade cambial com tendência de alta e o histórico de limitações orçamentárias.

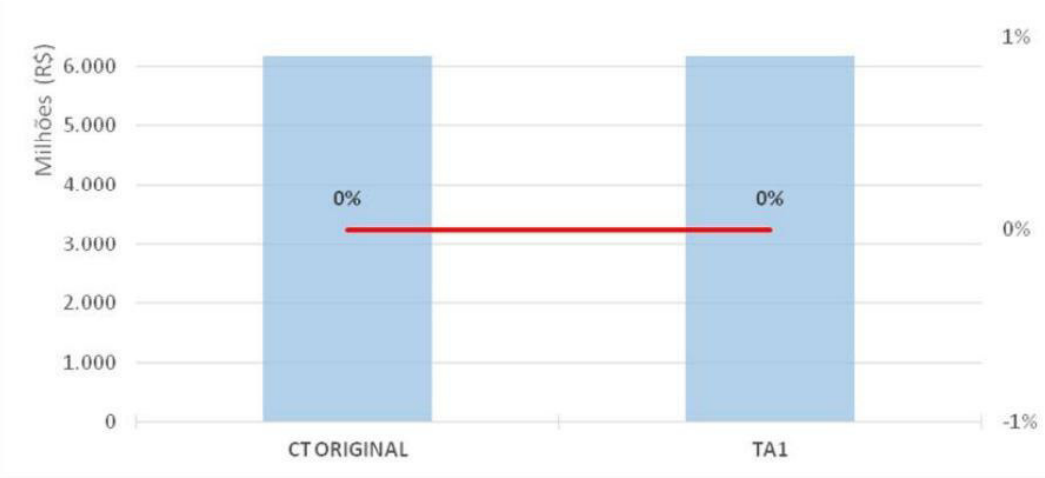
O preço total acordado ficou em US$ 1,925,704,094.68 nas CE SET14, atualmente está em seu 1º Termo Aditivo e saldo contratual de US$ 1,788,907,508.24. Esta despesa é custeada pela ação orçamentária 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-X. A vigência deste Contrato foi postergada para 20 de setembro de 2026.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 002/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 238, de 13 de dezembro de 2016.

Devido a restrições de ordem orçamentária e financeira nos exercícios de 2015 e 2016 houve a necessidade de se adequar o cronograma de desembolsos o que foi realizado por meio do 1º TA ao Contrato de Despesas nº 002/DCTA-CPAC/2014, firmado em 12 de dezembro de 2016.

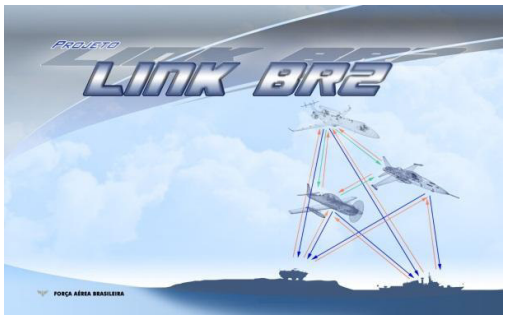
O preço total acordado de US$ 1,925,704,094.68, nas CE SET14, foi mantido. O prazo de execução foi reprogramado para 20 de março de 2026 e a vigência deste Contrato foi estendida para 20 de setembro de 2026. Não houve variação de valor contratado.

Gráfico 81 Projeto KC-390 - Valor do Contrato 002/14 - Variação



Fonte: COPAC

PROJETO LINK-BR2



A finalidade do Projeto denominado Link-BR2 consiste na prestação de serviços e no fornecimento de bens, necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da Aeronáutica e que contenha o protocolo LINK BR2, por meio do Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012 (CNT 033/12).

Com o surgimento de complexos cenários de operação, de alterações na concepção de emprego aéreo e do uso crescente do enlace de dados, surgiu a necessidade de se aumentar a capacidade de consciência situacional de pilotos e a eficiência dos mecanismos de Comando e Controle da Força Aérea Brasileira. Essa necessidade levou à concepção de um sistema que permitisse a integração de informações provenientes de diversos sensores e plataformas, em uma rede compartilhada, denominado SISCENDA (Sistema de Comunicações por Enlaces Digitais da Aeronáutica).

O SISCENDA prevê a existência de um subsistema tático de enlace de dados, denominado LINK BR2, composto por protocolos, equipamentos de radiocomunicação, hardware e software, responsável pelo estabelecimento de comunicações de dados em rede.

A falta de recursos para o atendimento das necessidades do Projeto tem sido recorrente e acarretou a postergação do término do mesmo, prejudicando consideravelmente a operacionalidade da Força Aérea Brasileira. É importante destacar que outros Projetos de interesse da Força (E-99M e FX-2) têm seu cronograma de desenvolvimento inter-relacionado com este, de forma que atrasos no Projeto Link BR2 poderão implicar atrasos naqueles.

O Cronograma Físico-Financeiro do Termo Aditivo (TA) nº 3 previa o pagamento de R$ 41.068.049,85 no ano de 2016 e R$ 41.468.718,61 no ano de 2017. Em decorrência do déficit orçamentário de 2016, as etapas daquele ano que possuíam crédito vinculado totalizaram R$ 2.230.826,90 e a LOA 2017 apresentou valores que seriam suficientes para pagar somente as etapas que totalizavam R$ 10.134.643,83 do exercício em comento. Logo, o déficit no contrato, nos anos de 2016 e 2017, no valor de R$ 70.171.297,73, precisou ser realocado nos anos vindouros. Com isso, foram realizadas tratativas com a empresa Contratada, Mectron, com o fito de adequar o Contrato com a realidade orçamentária, através da celebração do TA nº 4, em 20 MAR 2017, que implicou a postergação nas entregas de etapas, no final do Projeto, em 30 meses.

O Projeto Link-BR2 não possui ação específica sendo apoiado pela ação orçamentária 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento no Setor Aeroespacial e 20IH – Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 14.216.300,69. O Plano de Ação do COMAER disponibilizou na ação 20XB o montante de R$ 1.000.000,00 que, após sofrer corte resultou numa disponibilidade de R$ 55.555,56. Este valor foi totalmente empenhado sem, contudo, ser liquidado.

Os valores empenhados, liquidados e pagos no período de 2013 a 2017, nas ações orçamentárias 20IH e 20XB são apresentados no quadro abaixo:

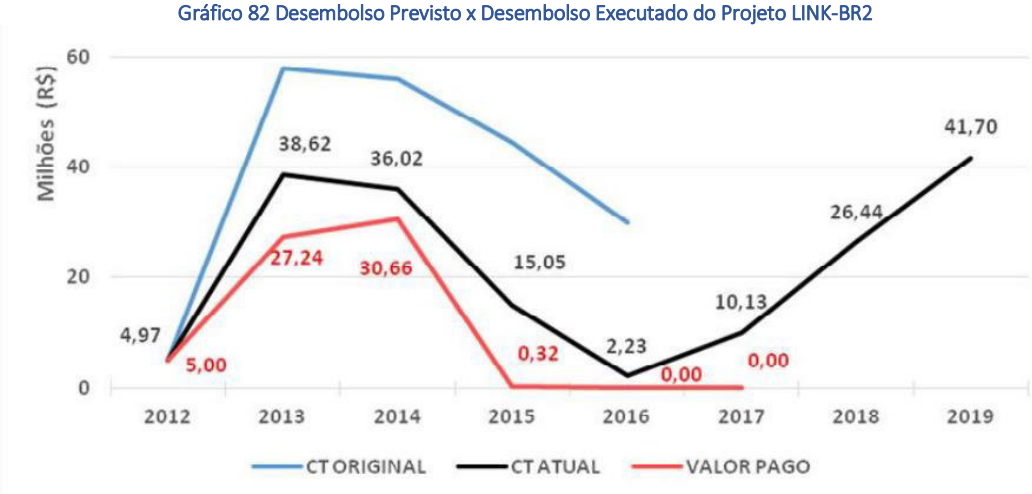
Tabela 56 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto LINK-BR2

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2013	20IH	38.618.374,30	36.542.049,15	27.242.064,13	2.076.325,15
2014	20IH	31.122.668,00	30.663.231,98	30.663.231,98	459.436,02
2015	20IH	16.650.000,00	4.584.039,43	321.485,87	12.065.960,57
2016	20XB	3.023.216,69	0,00	0,00	3.023.216,69
2017	20XB	55.555,56	0,00	0,00	55.555,56

Fonte SIOP

A relação entre desembolsos previstos contratualmente e efetuados é apresentada no quadro abaixo:

Gráfico 82 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto LINK-BR2



Fonte: COPAC

Em 26 de maio de 2017, foi assinado o TA nº 5 ao contrato em pauta, para fins de, dentre outros, substituir a empresa contratada MECTRON pela empresa MECTRON COMM, em virtude de reestruturação societária sofrida por aquela.

O Percentual de execução física e financeira acumuladas no final do exercício de 2017 ficaram em 22% e 40,81% respectivamente. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 287.316.670,89.

Contratualmente, o projeto de desenvolvimento de um sistema tático de enlace de dados está estruturado em um contrato administrativo e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentadas a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 033/DCTA-COPAC/2012
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa nº 33/DCTA-COPAC/2012, firmado em 6 de dezembro de 2012 com a empresa MECTRON - ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., tem como objeto o desenvolvimento e implantação de um sistema de enlace digital entre as aeronaves F-5M e A-29.

O preço total é de R$ 231.959.562,54, na CE OUT12. Atualmente está em seu 5º Termo Aditivo com um saldo contratual de R$ 137.294.056,50. O prazo de vigência foi alongado para 31 de março de 2022.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato na CE OUT12, são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves).

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 033/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU nº 249, de 24 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 18 de dezembro de 2013. Foi motivado pela necessidade de adequação das Cláusulas do Contrato às normas de Engenharia de Sistema (SMC – S -021) respaldada pela análise técnica realizada pela Gerência do Projeto que postergou o prazo de vigência do Projeto em seis meses. Ajustes com relação a Etapa 4, após alinhamentos técnicos entre a contratante e a Contratada que postergou o prazo de execução do Projeto em seis meses. Alterar os requisitos referentes as revisões técnicas do Projeto em atendimento à norma MC – S -021.

O preço é de R$ 199.907.062,01 na CE OUT12. Todas as despesas decorrentes deste na CE OUT2012 são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2017. Prazo de execução: 54 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 033/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU nº 70, de 14 de abril de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 26 de março de 2015. Foi motivado pela necessidade de se incluir e excluir atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2; Adequação do CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira.

O preço total a ser pago é de R$ 231.959.562,54 (duzentos e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), na CE OUT12.

Todas as despesas decorrentes são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 1º de outubro de 2019. Prazo de execução: 1º de abril de 2019.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 033/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU nº 162, de 25 de agosto de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de agosto de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF e demais anexos de entrega de etapas em virtude de atraso nos procedimentos de apresentação, análise, reapresentação e aceitação da Garantia Financeira do 2º TA ao Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012.

O preço total a ser pago é de R$ 231.959.562,54, na CE OUT12. Todas as despesas são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 1º de outubro de 2019. Prazo de execução: 1º de abril de 2019.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 033/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU Nº 55, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de março de 2017. Foi motivado pela necessidade de melhor adequar a execução e o acompanhamento do contrato à capacidade orçamentária e aos objetivos do Projeto. O prazo de vigência foi alongado por mais 30 meses findando em 22 de março de 2022.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 033/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU Nº 104, DE 29 DE MAIO DE 2017.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 26 de maio de 2017. Motivado pela reestruturação societária da empresa contratada MECTRON para MECTRON COMM manteve as condições acordadas e, devido às condições de transitoriedade, foram inseridas cláusulas adicionais a fim de regrar questões relativas a transferência de acervo vinculado à execução do contrato, propriedade intelectual perante terceiros, subcontratações entre outros. O prazo de vigência foi mantido em 22 de março de 2022.

O contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012 teve seu valor aumentado em 20,13%. Este acréscimo foi motivado pela necessidade de se incluir e excluir atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2. O quadro abaixo apresenta a variação contratual.

Gráfico 83 Projeto LINK-BR2 - Valor do Contrato 033/12 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 002/DCTA-COPAC/2012
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	RAFAEL ADVANCED DEFENSE SYSTEMS LTD.
CONTRATO ASSOCIADO	033/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012, com a empresa RAFAEL, está no 1º TA. Valor US$ 33,675,000.00 dos quais já foram reconhecidos US$ 3,236,250.00. Saldo de créditos a reconhecer US$ 30,438,750.00. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2018 teve como beneficiário a empresa MECTRON. Contrato comercial associado nº 033/DCTA-COPAC/2012.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO ACORDO DE COMPENSAÇÃO Nº 002/DCTA-COPAC/2012
PUBLICAÇÃO	DOU nº 55, de 21 de março de 2017.

O 1º TA ao Acordo nº 002/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 21 de dezembro de 2016. Este 1º TA incluiu e excluiu atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2 ao Contrato Vinculado nº 033/DCTA-COPAC/2012, o que gerou um aumento de valores e por consequência, aumento da contrapartida da Empresa RAFAEL para este acordo.; Adequação do CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA de 2014, 2016 e projeção para 2017, o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato Vinculado nº 033/DCTA-COPAC/2012 e por conseguinte desse acordo.

O valor acordado como contrapartida a ser prestada pela Contratada à contratante compõe-se da soma dos valores de cada Projeto de compensação. O valor total da obrigação em pauta é de US$ 14,799,150.00. Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2018. Prazo de Execução: conforme cronograma dos Projetos de Compensação.

PROJETO MAA-CA 5ª GERAÇÃO (A-DARTER)



Este Projeto tem como finalidade o desenvolvimento e certificação de um sistema de míssil ar-ar infravermelho de curto alcance para autodefesa de 5ª geração.

Desenvolvido em parceria entre Brasil e África do Sul, teve seu início em outubro de 2006. Denominado Projeto A-Darter tinha como previsão inicial de término o ano de 2011. No entanto, devido ao descompasso orçamentário em relação ao Cronograma Físico-Financeiro e entraves decorrentes da concretização de riscos inerentes a Projetos que envolvem elevado nível de complexidade tecnológica, fato este que afetou o desenvolvimento do sistema de detecção do míssil, a finalização passou para o ano de 2018.

Foi realizada uma reavaliação de todo o Projeto A-Darter, pela Armaments Corporation of South Africa (ARMSCOR) Ltd., e pelo Departamento de Defesa Sul-Africano (RSA DoD), de modo a se obter a exata magnitude das dificuldades e de suas ações mitigadoras, resultando na necessidade de se readequar prazos e custos no Cronograma Físico-Financeiro. Tal readequação visou não só a postergar atividades já previstas como também incluir atividades que levaram a termo as ações mitigadoras para os desvios encontrados no processo de desenvolvimento tecnológico. Essas alterações qualitativas no escopo do Contrato foram exaustivamente discutidas durante as reuniões de acompanhamento gerencial, chegando-se à conclusão consensual de que a implementação dessas ações seria imprescindível para a continuidade do Projeto;

Decorrente do replanejamento de atividades houve a necessidade de confecção de equipamentos adicionais para a realização de testes em laboratórios em diferentes áreas de desenvolvimento.

Tendo em vista a extensão do período contratado para comportar as atividades mitigadoras, houve a necessidade de se aumentar a mão de obra necessária para serem realizados os serviços de gerenciamento do programa, controle da qualidade, gerenciamento da configuração e de engenharia de sistema para guiar o processo completo.

A necessidade de adequação do Contrato foi decorrente de análise dos resultados de ensaios, que não atingiram os parâmetros esperados. As alterações criaram novos pontos de controle, com trabalho adicional de execução e análise, que não poderiam ser conhecidos no início do Projeto.

Efetivamente, o Objeto contratado permanece o mesmo, pois não houve alterações de requisitos. As alterações qualitativas foram incluídas em função de necessidade de ensaios intermediários adicionais, porém com a manutenção dos requisitos técnicos e características do Projeto.

Os marcos significativos relacionados à engenharia de sistemas do desenvolvimento do míssil são dependentes e realizados em sequência. Por exemplo, o atraso na aceitação da Critical Design Review do Míssil provocou um atraso em cadeia, conforme elencado nos riscos do Projeto.

Em virtude do andamento do Contrato de desenvolvimento na África do Sul (Contrato nº 001/CTA-SDDP/2006), não foi possível disponibilizar à empresa Mectron (Contrato nº 034/DCTA-COPAC/2014) a configuração final de um dos subsistemas, nem dos equipamentos de testes que seriam utilizados para verificar a elaboração dos protótipos. Essas informações, Governent Furnished Data (GFD), eram pré-requisitos para a execução contratual aqui no Brasil.

Além disso, a Empresa Mectron, em virtude da situação econômica em que se encontrava o Brasil, informou que pretendia sair do mercado de Defesa e que não assumiria mais nenhum compromisso novo, bem como solicitou ações da Gerência para que fosse acelerado o término dos compromissos assumidos pela Empresa. Até esse momento, restavam cinco Etapas para que o contrato fosse encerrado (cerca de 20% do total), todas relacionadas àqueles GFD que não foram disponibilizados anteriormente.

Após as respectivas negociações, no dia 30 de maio de 2017, o 3º Termo Aditivo do Contrato nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi assinado, reduzindo o escopo em aproximadamente 5%. Tal ação permitiu que a CONTRATANTE pudesse aguardar a disponibilidade dos referidos GFD sem correr o risco de sofrer um pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro por parte da CONTRATADA (conforme previsto na Lei nº 8.666/93).

Nesse 3º Termo Aditivo, os processos industriais em si passaram a ser os entregáveis (não mais os respectivos hardwares) e os materiais julgados necessários para a execução dos respectivos processos industriais. Todos foram recebidos e, no dia 08 de junho de 2017, os últimos pagamentos à empresa Mectron foram realizados.

A indisponibilidade do datapack do GA provocou um atraso significativo no desenvolvimento da industrialização no Brasil, porém para minimizar os impactos relacionados à saída da empresa Mectron do mercado de defesa, os subsistemas a serem industrializados no Brasil serão produzidos pelas empresas que receberam a transferência de tecnologia: Avibras e Akaer.

Além do fato do Brasil ser um dos detentores da propriedade intelectual de um item produzido com alto valor agregado, diretamente proporcional ao seu nível de tecnologia empregada; o míssil A-Darter colocou o país dentro do seleto grupo de membros, com somente seis nações no mundo, capazes de produzir um artefato bélico inteligente e de quinta geração.

Considerando que a Base Industrial de Defesa brasileira depende do trabalho conjunto e harmônico do setor produtivo, concentrado essencialmente na iniciativa privada, com o setor de desenvolvimento, a cargo do Estado; o Projeto A-Darter, na sua essência, veio ao encontro desses propósitos, visto que recursos estatais fomentaram o desenvolvimento de indústrias nacionais do setor para o desenvolvimento de um produto final de alta tecnologia, o qual permite o uso dual em diversas áreas distintas.

Cabe destacar que, a despeito da saída da Mectron SA do mercado de defesa, o mais importante foi o trabalho realizado para a aquisição de todos os processos industriais desenvolvidos pela empresa e a manutenção de boa parte do seu capital intelectual no setor nacional.

O recurso disponibilizado, no exercício de 2017, por meio da ação 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento no Setor Aeroespacial (COMAER), embora inferior à necessidade, possibilitou a continuidade do Projeto e a concretização com sucesso da sua última campanha de ensaio da fase de desenvolvimento do míssil, a Carriage Flight Test 3. Como evento significativo do Projeto, no final do mês de outubro desse ano, foi iniciada a Campanha de Ensaios de Certificação (S1) do míssil, em Overberg Test Range, África do Sul.

A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 16.052.719,82. O Plano de Ação do COMAER disponibilizou para o Projeto, na ação orçamentária 20XB, o montante de R$ 2.047.278,00. Este valor foi totalmente empenhado.

Devido à variação cambial favorável ao processo de execução orçamentária realizado pelo SIAFI, o valor disponibilizado de R$ 2.047.278,00 foi aumentado para R$ 2.059.221,43.

Os valores pagos no exercício em 2017 referem-se a Restos a Pagar no montante de R$ 4.858.683,83. Inclui-se neste valor pago, a título de reajuste contratual, a quantia de R$ 360.073,00. O Percentual de execução física e financeira acumulada ao final de 2017 ficaram em 96,09% e 95,45% respectivamente. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 179.513.549,86. O prazo de execução inicialmente programado para 30/03/2011 foi alongado para 18/10/2018.

O Projeto também utiliza recursos da Ação 20I4 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Termo de Cooperação FINEP Ref. 1373/13 – Contrato nº 04.13.0454.01). Não foram disponibilizados recursos desta ação no exercício de 2017.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados obtidos no SIOP, no período de 2013 a 2017, nas ações orçamentárias 20XB e 20I4, são apresentados nos quadros abaixo:

Tabela 57 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER)

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2013	20XB	2.285.634,95	2.278.687,14	2.278.687,14	6.947,81
2014	20I4	26.967.680,00	0,00	0,00	26.967.680,00
2015	20I4	16.000.000,00	1.355.220,65	0,00	14.644.779,35
2016	20I4	4.100.000,00	1.173.384,93	1.173.384,93	2.926.615,07
	20XB	547.141,70	299.684,70	299.684,70	247.457,00
2017	20XB	2.059.221,43	0,00	0,00	2.059.221,43

Fonte SIOP

Em relação aos desembolsos previstos e efetuados, o quadro a seguir consolida os cronogramas físico-financeiro dos contratos e termos aditivos em vigor e pagamentos realizados.

Gráfico 84 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER)



Fonte: COPAC

No que se refere ao acompanhamento da execução, o Projeto A-DARTER conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa DENEL DYNAMICS na cidade de Centurion – África do Sul e outro situado na cidade de São José dos Campos. Estas Unidades têm por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Atualmente, o Projeto de desenvolvimento e certificação de um sistema de míssil ar-ar de 5ª geração está estruturado em três contratos administrativos. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentadas a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 001/CTA-SDDP/2006
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	ARMAMENTS CORPORATION OF SOUTH AFRICA – ARMSCOR LTD
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do inciso IX do Art.24 da Lei nº 8.666/93 regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa Nº 001/CTA-SDDP/2006, firmado em Brasília-DF, em 16 de outubro de 2006, com a Armaments Corporation of South Africa (ARMSCOR) Ltd., agência governamental competente para a realização de licitações e processos de aquisição do Departamento de Defesa (DoD) da República da África do Sul, tem por objeto o fornecimento dos SERVIÇOS relacionados ao desenvolvimento conjunto e certificação de um Sistema de Míssil Ar-Ar Infravermelho de Curto Alcance para Auto Defesa (SRAAM) de 5ª Geração e o estabelecimento de base inicial de suporte logístico, incluindo o gerenciamento do programa, transferência de tecnologia, entrega da documentação do Projeto, relatórios de desenvolvimento e certificação, relatórios de voos de teste e um pacote de dados de produto.

O Contrato em referência decorre do Acordo de Assuntos Relacionados à Defesa celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul em 4 de junho de 2003.

Em 14 de dezembro de 2006, foi pactuado um Ajuste Suplementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul relativo a medidas gerais para a pesquisa, desenvolvimento, certificação e transferência de tecnologia conjunta de um Míssil Ar-Ar.

O preço total é de US$ 77,190,000.00 nas CE ABR06. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 0463 (Inovação e Competitividade), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico). Prazo de vigência: 18 de outubro de 2018.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/CTA-SDDP/2006
PUBLICAÇÃO	DOU nº 122, de 27 de junho de 2007.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 21 de junho de 2007. Foi motivado pelo atraso da eficácia do Contrato, por consequência do "Ajuste suplementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul", surgiu a necessidade de atualização do CFF do Contrato de forma que este passe a refletir os reais prazos e datas de execução do Projeto A-Darter na República da África do Sul. Ajuste de cláusulas contratuais em decorrência da atualização do CFF.

O preço total é de US$ 52,000,000.00 nas CE ABR06. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 0463 (Inovação e Competitividade), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 16 de outubro de 2012. Prazo de execução: 66 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/CTA-SDDP/2006
PUBLICAÇÃO	DOU nº 110, de 11 de junho de 2008.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 10 de junho de 2008. Foi motivado pela necessidade de se alterar especificações a fim de ajustar tecnicamente o Projeto A-DARTER aos objetivos do COMAER, alterando o Preço total do Contrato. Alteração do escopo dos serviços de infraestrutura disponibilizados pela ARMSCOR.

O preço total é de US$ 53,676,017.51 nas CE FEV08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para o COMAER, Programa 0463 (Inovação e Competitividade), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C T Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 16 de outubro de 2012. Prazo de execução: 66 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/CTA-SDDP/2006
PUBLICAÇÃO	DOU nº 134, de 14 de julho de 2011.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 1º de julho de 2011. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de atrasos em etapas de desenvolvimento do Projeto decorrentes de fatos supervenientes devido a concretização de riscos inerentes a um Projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Aumento do escopo do Projeto relacionado a acesso a tecnologias de interesse do Brasil desenvolvidas pelo governo da África do Sul no Projeto A-DARTER alterando o Preço total do Contrato.

O preço total é de US$ 65,000,000.00 nas CE FEV08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1388 (Fundo Nacional de Desenvolvimento em ciência e Tecnologia), ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), Ação 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas) e Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico), Programa 0461 (Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Ação 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia), Programa 0627 (Tecnologia de Uso Aeroespacial), Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos de sistemas Bélicos e Associados – Nacional). O prazo de vigência foi postergado para 16 de setembro de 2013. Prazo de execução: 78 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/CTA-SDDP/2006
PUBLICAÇÃO	DOU nº 107, de 6 de junho de 2013.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 4 de junho de 2013. Motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de atrasos em etapas de desenvolvimento do Projeto decorrentes de fatos supervenientes devido a concretização de riscos inerentes a um Projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Em virtude dos fatos acima, houve a necessidade de aumento da mão de obra de serviços de gerenciamento do programa, controle de qualidade, gerenciamento de configuração de engenharia de sistema do Projeto alterando o Preço total do Contrato.

O preço total é de US$ 77,190,000.00 nas CE FEV08.Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1388 (Fundo Nacional de Desenvolvimento em ciência e Tecnologia), ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), Ação 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas) e Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico), Programa 0461 (Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Ação 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia), Programa 2058 – Defesa Nacional, Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados –

Nacional), Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial). O prazo de vigência foi postergado para 18 de outubro de 2015. Prazo de execução: 106 meses.

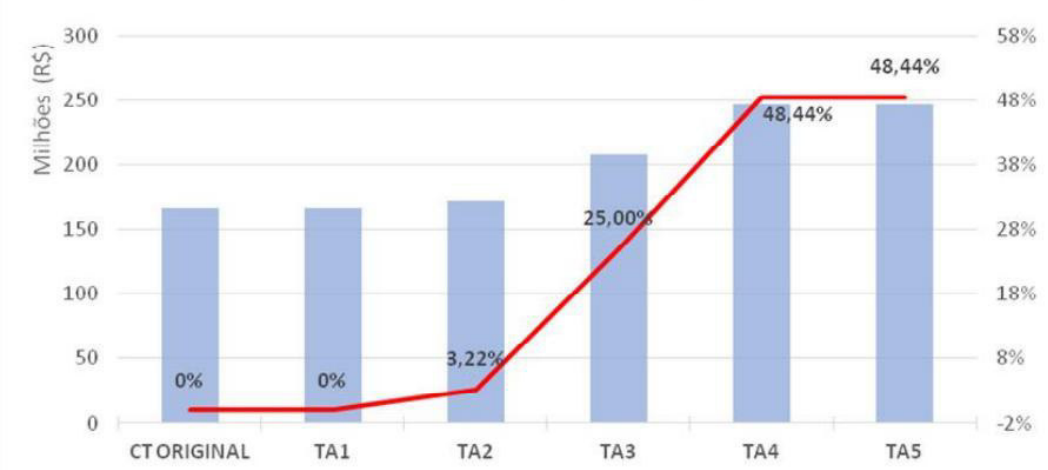
INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 001/CTA-SDDP/2006
PUBLICAÇÃO	DOU nº 197, de 15 de outubro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 14 de outubro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de necessidades técnicas inerentes a um Projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Adequação de uma das etapas para assegurar o repasse de toda a documentação gerada no Projeto a Contratante.

O preço total é de US$ 77,190,000.00 nas CE FEV08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação), Ação 20I4 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial). O prazo de vigência foi postergado para 18 de outubro de 2018. Prazo de execução: 130 meses.

Este contrato sofreu um acréscimo em seu valor na ordem de 48,44%. Este incremento foi motivado pela necessidade de se superar óbices técnicos inerentes a projetos de desenvolvimento que abarcam elevada tecnologia. A variação de valor registrada ao longo da execução contratual é apresentada no quadro a seguir:

Gráfico 85 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) - Valor do Contrato 001/06 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 005/CTA-SDDP/2008
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	AVIBRAS – DIVISÃO AÉREA E NAVAL S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8666/93, combinado com o inciso I do Art 1º do Decreto nº 2.295/97
PUBLICAÇÃO RATIFICAÇÃO	DOU nº 251, de 26 de dezembro de 2008.

O Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008, com a empresa AVIBRAS – divisão aérea e naval S.A. tem por objeto o fornecimento de material e prestação de serviços subdivididos por Lote: Lote A – Prestação de serviços técnico-especializados de engenharia por 36 (trinta e seis meses) para o acompanhamento do desenvolvimentos conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM); Lote B – Fornecimento de material e prestação de serviços técnico-especializados de engenharia por 40 (quarenta) meses, para absorção de tecnologias de subsistemas prioritários referentes ao desenvolvimento conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM); Lote C - Fornecimento de Material e prestação de serviços técnico especializados por 42 (quarenta e dois) meses para adaptação parcial dos laboratórios referentes ao desenvolvimento conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM). Atualmente está em 5º Termo Aditivo.

O preço total é de R$ 40.369.759,58. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 23 de junho de 2018.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 005/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2010.

O 1 º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de dezembro de 2010. Foi motivado pela necessidade de adaptação aos insumos e processos disponíveis no País no que se refere aos materiais e serviços técnico-especializados para absorção de tecnologias e sistemas prioritários. Necessidade da elaboração de um plano de certificação para garantir que as especificações após a adaptação sejam atendidas. Adequação dos preços do Contrato em função de ajuste tributário do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e a CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) que estavam sendo computados nos custos de forma indevida, sendo o saldo compensando pelo fornecimento de materiais e serviços para o Contrato.

O preço total é de R$ 36.888.937,76 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico).). O prazo de vigência foi postergado para 23 de abril de 2013. Prazo de execução: 46 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 005/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 247, de 26 de dezembro de 2011.

O 2 º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de dezembro de 2011. Foi motivado pela necessidade de prorrogação da permanência na África do Sul por mais 12 meses da mão-de-obra (“equipe A”) responsável por acompanhar as atividades de desenvolvimentos do Projeto e continuar no processo de transferência desses conhecimentos para a equipe do Brasil (“equipe B”).

O preço total é de R$ 38.169.386,49 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08 são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico).). O prazo de vigência foi postergado para 23 de junho de 2014. Prazo de execução: 60 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 005/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 243, de 18 de dezembro de 2012.

O 3º TA ao Contrato nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 17 de dezembro de 2012. Foi motivado pelo replanejamento suportado pelo Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 – contrato de desenvolvimento e com base nos estudos da Gerência de Projetos assessorada pelos Grupos de Acompanhamento concluiu-se pela necessidade de se sincronizar parte das entregas previstas dos Contratos no Brasil com o respectivo atraso no contrato de desenvolvimento, estendendo as atividades de um dos lotes A do CFF até 30 de junho de 2013, com o devido acréscimo ao valor contratual.

O preço total é de R$ 38.425.712,93 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 23 de junho de 2014. Prazo de execução: 60 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	4º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 005/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 117, de 23 de junho de 2014.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de junho de 2014. Foi motivado pelo replanejamento do Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 – contrato de desenvolvimento e com base nos estudos da gerência de Projetos assessorada pelos grupos de acompanhamento envolvidos no Projeto concluiu-se pela necessidade de se sincronizar parte das entregas previstas dos contratos no brasil com o respectivo atraso no contrato de desenvolvimento, estendendo as atividades do lote B do CFF até dezembro de 2015, com o devido acréscimo ao valor contratual.

O preço total é de R$ 40.369.759,58 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico).). O prazo de vigência foi postergado para 30 de junho de 2016. Prazo de execução: 84 meses.

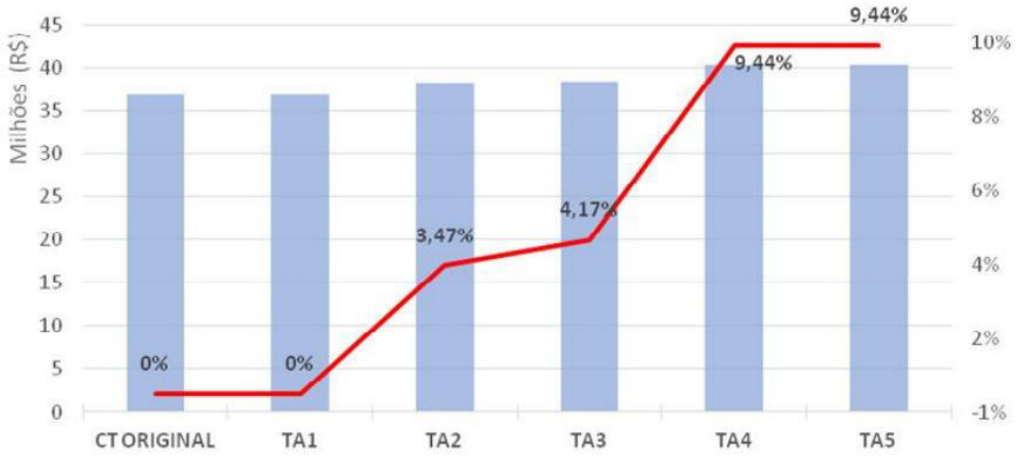
INSTRUMENTO CONTRATUAL	5º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 005/CTA-SDDP/2008
PUBLICAÇÃO	DOU nº 242, de 18 de dezembro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 17 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de ajustes em etapas do Lote B, por decorrência de não aceitação de matérias primas e por consequência nova importação desses insumos e da necessidade de viabilizar tempo para novos estudos e relatórios adicionais ao Projeto, fez-se a necessidade da extensão das atividades do lote B do CFF até dezembro de 2017.

O preço total é de R$ 40.369.759,58 nas CE DEZ08. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). O prazo de vigência foi postergado para 23 de junho de 2018. Prazo de execução: 108 meses.

Este contrato teve seu valor acrescido ao longo da execução conforme quadro abaixo. Este aumento foi motivado pela necessidade de ajustes de ordem técnica e orçamentária.

Gráfico 86 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) - Valor do Contrato 005/08 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 034/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93

O Contrato de Despesa 034/DCTA-COPAC/2014, firmado em 7 de abril de 2015 com a empresa MECTRON - engenharia, indústria e comércio s.a., tem como objeto o desenvolvimento da industrialização e integração dos subsistemas do Projeto A-Darter. O preço total a ser pago pela contratante à contratada é de R$ 22.364.217,88 nas CENOV14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a contratante na Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação Nacional). Prazo de vigência: 30 de abril de 2017. Prazo de execução: 17 meses.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 034/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 227, de 27 de novembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 26 de novembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de antecipação de etapas disponibilizadas pela contratada e de interesse da contratante.

O preço total a ser pago pela contratante à contratada é de R$ 22.364.217,88 nas CENOV14. Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a contratante na Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação Nacional). Prazo de vigência: 30 de abril de 2017. Prazo de execução: 17 meses.

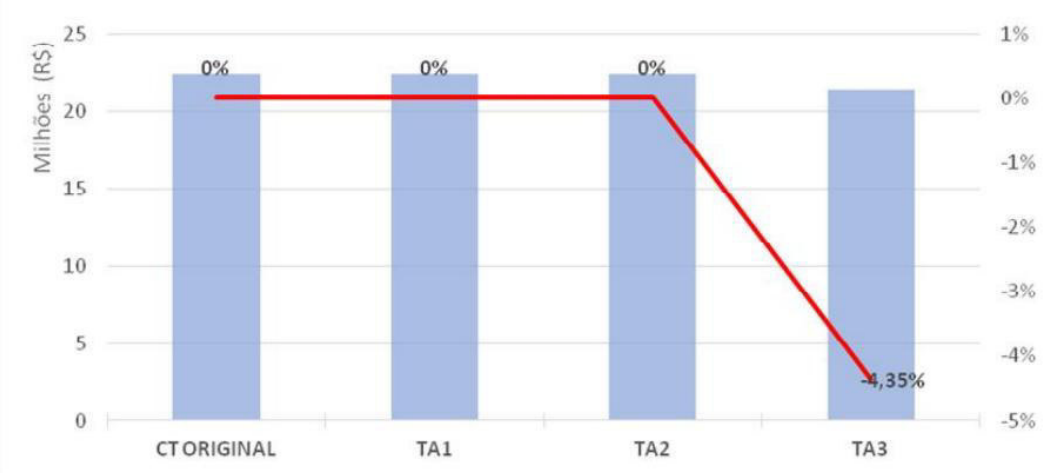
INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 034/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 76, de 20 de abril de 2017.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 18 de abril de 2017. Foi motivado pela necessidade de se alterar a Cláusula 8ª – Prazo de Vigência. Prazo de vigência: 07 de junho de 2017.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 034/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 104, de 01 de junho de 2017.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 31 de maio de 2017. Teve por finalidade alterar as Cláusulas contratuais: 1ª OBJETO, 3ª PREÇO, 4ª CUSTEIO e os anexos I – Cronograma Físico-Financeiro, II – SOW, III – Contract Data Requirements List (CDRL), IV – Government Furnished Equipment (GFE) Lista de Equipamentos e VI – Lista Valorizada de Atividades. Estas alterações foram necessárias para adequar o contrato à redução do escopo do Projeto. O prazo de vigência de 07 de junho de 2017, estabelecido pelo 2º Termo Aditivo, foi mantido. Este contrato foi encerrado na data de sua vigência. As demais Cláusulas foram mantidas.

Gráfico 87 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) - Valor do Contrato 034/14 - Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 036/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	DENEL DO BRASIL
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Inexigível nos termos do "CAPUT" do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
PUBLICAÇÃO	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa 036/DCTA-COPAC/2014, firmado em 27 de maio de 2015 com a empresa DENEL DO BRASIL, tem como objeto o suporte ao desenvolvimento da industrialização do Projeto A-DARTER no Brasil. Atualmente está em seu 2º Termo Aditivo.

O preço total a ser pago pela contratante à contratada é de R$ 7.499.789,46. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a contratante, Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação), Ação 20I4 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas). Prazo de vigência: 27 de novembro de 2018.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 036/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 242, de 18 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014 firmado em 17 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de antecipação de etapas disponibilizadas pela contratada e de interesse da contratante.

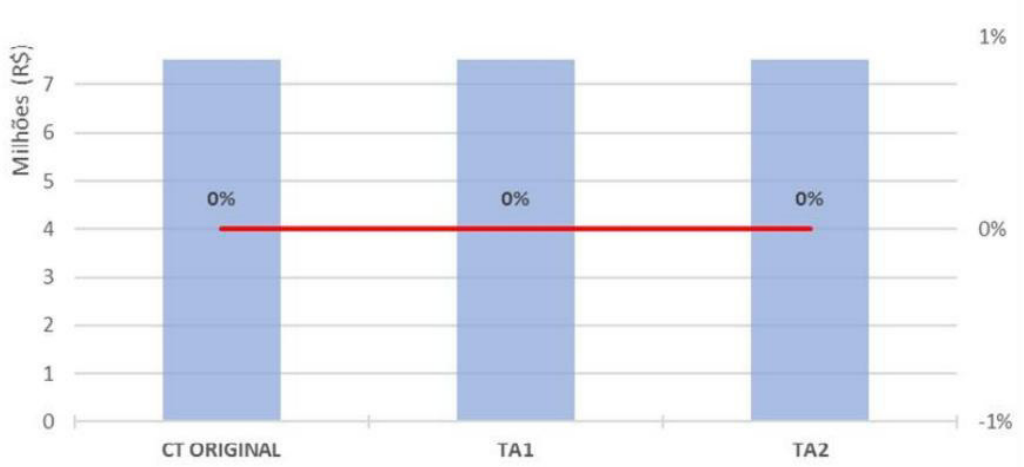
O preço é de R$ 7.499.789,46. Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação), Ação (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas). O prazo de vigência foi alongado para 27 de novembro de 2017.

INSTRUMENTO CONTRATUAL	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 036/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 226, de 27 de novembro de 2017.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014, de 24 de novembro de 2017, foi firmado devido à necessidade de estabelecer mais prazo para as negociações de transferência de processos industriais resultantes do 3º Termo Aditivo ao contrato nº 034/DCTA-COPAC/2014. Foram alteradas as Cláusula 8ª – VIGÊNCIA a fim de se adequar à vigência à execução das atividades decorrentes da transferência dos processos industriais e a Cláusula 32 – SEGURANÇA E SIGILO, de modo a atualizar as normas relacionadas ao tema. O prazo de vigência foi prolongado para 27 de novembro de 2018.

Este contrato não sofreu ajustes em seu valor conforme quadro a seguir:

Gráfico 88 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER) - Valor do Contrato 036/14 - Variação



Fonte: COPAC

PROJETO I-X



O Projeto I-X tem por finalidade a aquisição de seis aeronaves laboratório para inspeção em voo, modelo Legacy 500, fabricadas pela EMBRAER S.A., bem como, a aquisição de suporte logístico inicial associado.

A despesa com a aquisição destas aeronaves está sendo suportada com recursos provenientes da ação orçamentária 20XV, a qual custeia o SISCEAB. Para assegurar o perfeito funcionamento do SISCEAB, é necessária a execução regular da chamada "Inspeção em Voo de Equipamentos e Procedimentos Operacionais". Essa inspeção tem como principal objetivo garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados pelo DECEA, uma vez que mantém aferidos e operando todos os equipamentos de auxílio à navegação aérea, aproximação e pouso do Brasil.

Os recursos orçamentários para o Projeto I-X são provenientes da ação orçamentária 20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB. Este Projeto não se utiliza de recursos de financiamento. A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2017 era de R$ 105.151.354,87. O Plano de Ação do Comando da Aeronáutica de 2017 disponibilizou inicialmente ao Projeto o montante de R$ 104.837.732,75 na ação 20XV. No decorrer do exercício este valor foi expandido para R$ 119.603.585,16.

Conforme dados registrados no SIOP foi empenhado o valor de R$ 119.603.585,16, liquidado o valor de R$ 118.186.594,72 e pago R$ 94.356.530,00. No exercício de 2017 foi pago a quantia de R$ 21.608.250,37 a título de reajuste. O Percentual de execução física e financeira acumuladas no final do exercício de 2017 ficaram em 70,08% e 73,89% respectivamente. O custo total do Projeto atualizado está em R$ 432.009.685,47. O Projeto iniciou-se em 31/08/2012 com término previsto para 30/11/2021.

Os valores empenhados, liquidados e pagos, conforme dados registrados no SIOP, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, são apresentados no quadro abaixo:

Tabela 58 Execução Orçamentária e Financeira do Projeto I-X

EXERCÍCIO	AÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RESTOS A PAGAR
2014	20XV	89.607.595,65	30.253.495,72	30.253.495,72	59.354.099,93
2015	20XV	98.862.349,99	98.268.593,56	98.268.593,56	593.756,43
2016	20XV	124.221.329,05	123.251.681,52	123.251.681,52	969.647,53
2017	20XV	119.603.585,16	118.186.594,72	94.356.530,09	1.416.990,44

Fonte SIOP

A relação entre os desembolsos previstos contratualmente e os pagamentos realizados são apresentados no quadro abaixo.

Gráfico 89 Desembolso Previsto x Desembolso Executado do Projeto I-X



Fonte: COPAC

No que se refere ao acompanhamento e controle da execução, o Projeto I-X conta com um Grupo de Acompanhamento e Controle situado nas instalações da empresa EMBRAER S.A., na cidade de São José dos Campos - SP. Esta Unidade tem por atribuições assessorar o gerente do Projeto, controlar o andamento das atividades contratadas, realizar avaliação de custos, análises técnicas e análises econômicas e financeiras entre outras.

Contratualmente, o Projeto de aquisição das aeronaves laboratório, destinadas às missões de inspeção em voo, está estruturado em um contrato administrativo e um acordo de compensação. Os prazos de execução, variação do valor contratado, valores desembolsados, bem como, as descrições resumidas dos instrumentos contratuais são apresentadas a seguir:

INSTRUMENTO CONTRATUAL	CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	EMBRAER S.A. S/A
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Concorrência. Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 83, de 5 de maio de 2014.

Em 30 de abril de 2014 foi firmada com a empresa EMBRAER S.A., por meio do Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, a aquisição de seis aeronaves de inspeção em voo e suporte logístico.

O Preço total é de R$ 501.236.226,62, nas CE DEZ13. Atualmente está em seu 4º Termo Aditivo com saldo contratual de R$ 112.175.970,50. As despesas deste Contrato são custeadas pela Ação 20XV – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Prazo de vigência: 30 de novembro de 2021.

CONTRATO DE DESPESA	1º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 245, de 18 de dezembro de 2014.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, celebrado em 17 de dezembro de 2014, teve como motivação a necessidade de se ajustar o preço total do Contrato face a correção nos elementos de despesas de algumas etapas e consequentemente dos impostos incidentes no preço base das etapas.

CONTRATO DE DESPESA	2º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 181, de 20 de setembro de 2016.

Com a alocação de recursos orçamentários inferiores aos compromissos contratuais no ano de 2016 houve a necessidade de se ajustar a cadência de entrega das aeronaves de número 3 a 6 e, ainda, o fracionamento e prorrogação da entrega de etapas relacionadas ao suporte logístico inicial.

CONTRATO DE DESPESA	3º TA AO CONTRATO DE DESPESA Nº 009/DCTA-COPAC/2014
PUBLICAÇÃO	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2016.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, firmado em 19 de dezembro de 2016 foi motivado pelo uso intenso da aeronave nas atividades de inspeção em voo e treinamento das equipagens. Com o recebimento da segunda aeronave, verificou-se a necessidade de se recompor a lista de aprovisionamento inicial, modificado em função da redução dos recursos orçamentários por meio do 2º TA. Devido a dificuldades de ordem orçamentária o encerramento foi reprogramado para 30 de novembro de 2021.

CONTRATO DE DESPESA	4º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014

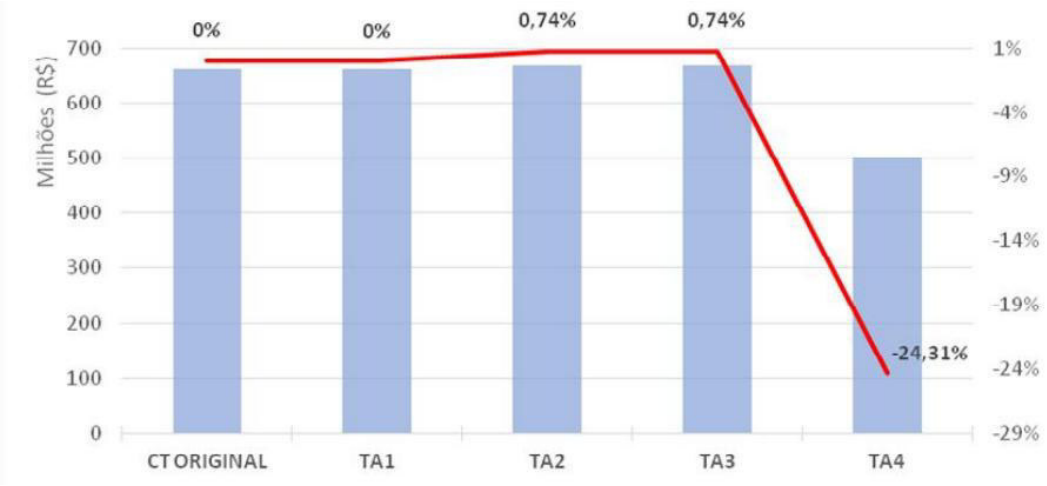
PUBLICAÇÃO	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, firmado em 20 de dezembro de 2017 foi motivado pela redução de duas aeronaves e alteração na cadência de entrega das aeronaves nº 3 e 4, para julho de 2018 e julho de 2019 respectivamente. Foram alteradas as cláusulas Objeto, reduzindo a quantidade de seis para quatro aeronaves; Preço para ajustar o preço total em função da redução do objeto; Custeio para atualizar os desembolsos anuais e valor total do contrato; Forma de pagamento para ajustar o valor a ser pago; e o Cronograma Físico-Financeiro para refletir os ajustes decorrentes da redução do número de aeronaves.

O preço total a ser pago á contratada passou de R$ 667.174.408,38 para R$ 501.236.226,62. O prazo de vigência manteve-se em 30 de novembro de 2021.

O quadro a seguir apresenta a variação do valor contratado no Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014.

Gráfico 90 Projeto I-X - Valor do Contrato 009/14 – Variação



Fonte: COPAC

INSTRUMENTO CONTRATUAL	Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2014
CONTRATANTE	União/Comando da Aeronáutica
CONTRATADA	NORWEGIAN SPECIAL MISSION AS (NSM)
CONTRATOS ASSOCIADOS	009/DCTA-COPAC/2014
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Lei 8.666/93
PUBLICAÇÃO	DOU nº 119, de 25 de junho de 2014.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 18 de junho de 2014, com a empresa Norwegian Special Mission AS. O Valor da obrigação acordado foi de US$ 30,277,809.00. Hão houve reconhecimento de créditos. Este acordo tem por finalidade estabelecer responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos Projetos de compensação que integram o Plano de Aplicação de Compensação, vinculado ao subcontrato firmado entre a EMBRAER S.A. e a Norwegian Special Mission, para o fornecimento e integração de sistemas de inspeção de voo. Beneficiários EMBRAER S.A., ATC Systems e COMAER. O encerramento deste acordo está programado para 31 de dezembro de 2018.

PROJETO AAE



O projeto de aquisição de um Sistema de Artilharia Antiaérea visa atender às necessidades estratégicas do Estado brasileiro e propor medidas de fomento para ampliar a capacidade da indústria nacional e garantir a sua autonomia no fornecimento de produtos às Forças Armadas, em relação ao Sistema de Defesa Antiaérea, conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 1.808/MD/MCT/MDIC/MF/MP/MRE, de 12 de junho de 2013.

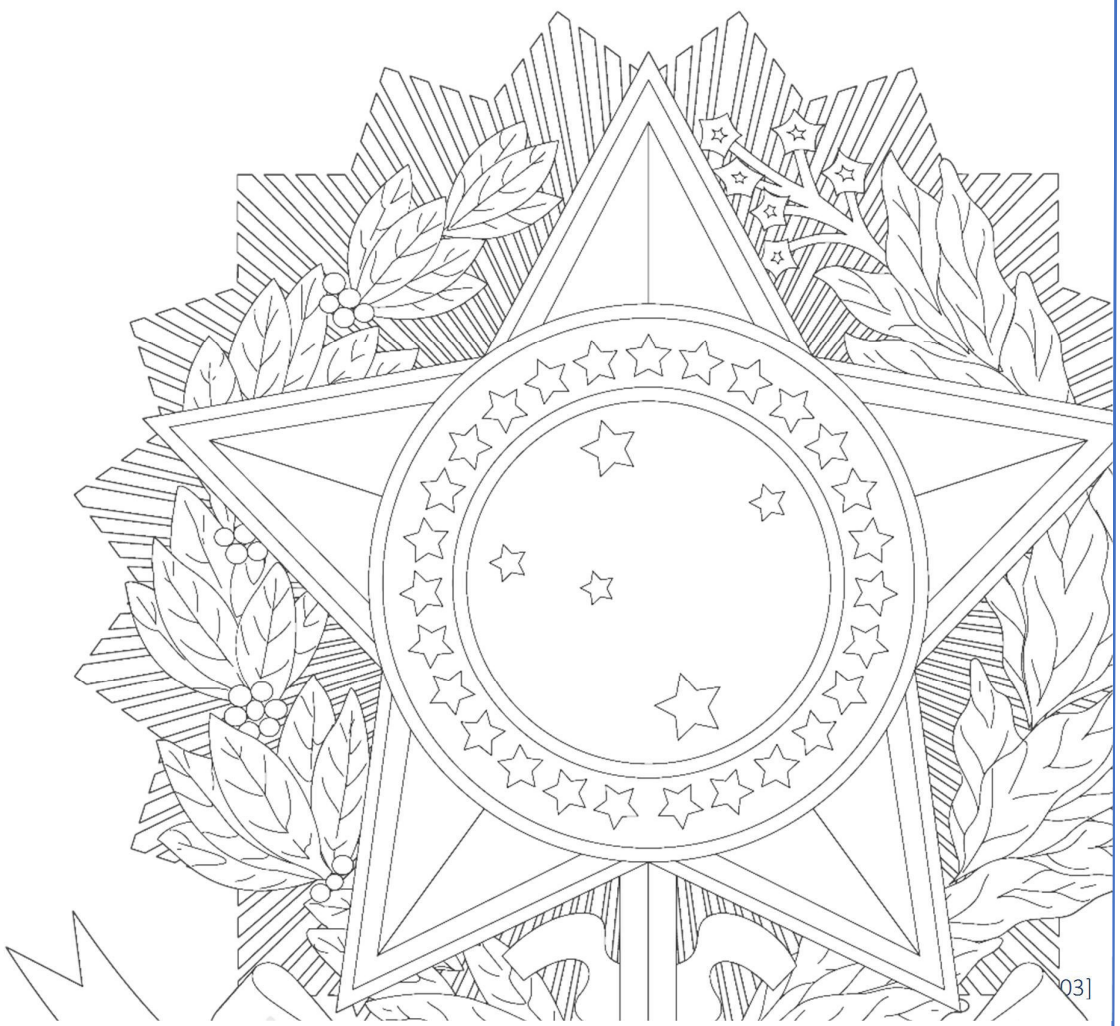
Para a aquisição deste sistema o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em atendimento ao Ministério da Defesa, criou uma ação orçamentária específica denominada 151D – Obtenção de Sistemas de Defesa.

A condução das tratativas para aquisição das Baterias Antiaérea de Média altura, conforme determinação do Ministério da Defesa, ficou a cargo da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate -COPAC.

Não foram disponibilizados recursos orçamentários na Ação 151D para o exercício de 2017. O Projeto aguarda a aprovação dos Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais - RTLI* pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, para continuidade das ações de negociação.

* Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais (RTLI) - Documento que decorre dos requisitos operacionais (ROP) e consiste na fixação das características técnicas, logísticas e industriais que o Sistema ou Material deverá ter para cumprir os requisitos operacionais estabelecidos.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA SG

Tomando por base o organograma da SG explicitado no item 1.2.1, no âmbito da SG e considerando todas as suas subunidades subordinadas (mesmo as que não são UPC), o sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem em prol da boa gestão. Envolve, portanto, as estruturas administrativas, os processos de trabalho, o fluxo de informações e o comportamento de servidores envolvidos direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

Embora vinculadas diretamente ao Ministro da Defesa, a Ouvidoria e a Secretaria de Controle Interno (CISET), atuam como instâncias de apoio ao sistema de governança da SG, responsáveis, em suas respectivas áreas de atuação, pela fiscalização, pelo controle e pela detecção de disfunções identificadas, afora o importante papel de manter o relacionamento direto com as instâncias externas de governança.

No que se refere às instâncias internas de governança, a SG, como órgão de direção geral do Ministério da Defesa, atua como administração executiva, se pautando por três funções básicas, alinhadas às tarefas sugeridas pela ISO/IEC 38500:2008: a) avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros; b) direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e c) monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

Complementando a atuação da SG, contribuem para a boa governança da organização, a gestão tática, exercida pelos secretários e outros dirigentes de igual nível, responsáveis por coordenar a atuação operacional em áreas específicas e a gestão operacional, conduzida pelos diretores e gerentes, responsáveis pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio.

Ainda no nível operacional, os Comitês de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTINC) e o Comitê de Segurança da Informação (CSIC), aprovados, respectivamente, pelas Portarias nº 2.035/MD, de 14 de agosto de 2014 e nº 1.704/MD, de 28 de junho de 2012, têm por finalidade atuar na gestão estratégica da tecnologia da informação e comunicação, bem como aprovar, supervisionar e controlar a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

A fim de aperfeiçoar a governança da SG, foi criada a Assessoria de Gestão Estratégica conforme o parágrafo único do art. 30 do Dec. nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, para assistir o Secretário-Geral no planejamento, na coordenação e no monitoramento da gestão estratégica do órgão e nos assuntos relacionados a governança, riscos e controles.

Por fim, deve ser ressaltado que, dada a segmentação provocada pela proliferação de instâncias de supervisão e a consequente dificuldade de coordenação e implementação, foi iniciado, em 2017, um esforço para instituir na ACMD, um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Para assessorar a alta administração da ACMD nas atividades de gestão estratégica, da governança, da integridade, de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização e de melhoria da gestão, relativas à definição e implementação de diretrizes, políticas, normas, procedimentos e metodologias, foi proposta uma Portaria Normativa, ora em processo de aprovação, que institui um conjunto único de Instâncias de Supervisão.

As Instâncias de Supervisão sugeridas têm como função precípua direcionar, apoiar, integrar e conduzir as políticas, ações e atividades de gestão estratégica, de governança, de integridade, de gestão de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização e de melhoria da gestão, nos processos, projetos e atividades organizacionais da ACMD.

As Instâncias de Supervisão propostas estão organizadas em três níveis:

- Um nível estratégico, O Comitê de Gestão Estratégica, composto pelo Ministro de Estado da Defesa, que o presidirá, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelo Secretário-Geral, com competências de aprovar, direcionar e supervisionar a gestão estratégica em todas as suas dimensões;
- Um nível tático, o Subcomitê de Gestão de Integridade, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização, composto por representantes, titular (o dirigente máximo do órgão integrante) e dois suplentes, das secretarias e dos principais órgãos que integram a ACMD, com competências de propor, conduzir, coordenar, orientar e monitorar políticas, diretrizes, ações, metodologias, mecanismos e práticas nos campos da gestão estratégica, em todas as suas dimensões;
- Um nível de assessoramento técnico, o Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização, com competências de assessorar e prestar apoio técnico e administrativo ao Comitê de Gestão Estratégica e ao Subcomitê de Gestão de Integridade, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização, elaborando relatórios técnicos, propostas, informações, metodologias, reportes sobre o andamento das ações, entre outras atividades; e
- um nível operacional, constituído por duas instâncias, a Unidade de Gestão de Integridade, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização, composta pelo dirigente máximo do órgão e por pelo menos dois servidores indicados pela direção e com competências de assegurar o cumprimento e conduzir as ações relacionadas aos objetivos estabelecidos, às

políticas, diretrizes, ações, metodologias, recomendações e mecanismos definidos para a institucionalização e implementação da gestão estratégica, de integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização, bem como propor ao Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos, Controles Internos da Gestão e Desburocratização aprimoramentos e inovações e assegurar que as informações estejam disponíveis em todos os níveis.

Verifica-se que essa proposta de um conjunto único de Instâncias de Supervisão apresenta-se como solução adequada para organizar a gestão estratégica da ACMD, incluindo as dimensões de governança, de Integridade, de Gestão de Riscos, de Controles Internos da Gestão, de Desburocratização e de melhoria da gestão. Vale destacar as seguintes vantagens para o modelo proposto:

- Melhores condições para a condução da gestão estratégica da ACMD;
- Facilidade para a integração da gestão de riscos com a gestão estratégica (objetivos estratégicos), a governança e os controles internos da gestão;
- Melhor coordenação e integração entre os diversos eixos temáticos;
- Propicia visão global e integrada das unidades da ACMD;
- Favorece o amadurecimento da gestão de forma mais homogênea; e
- Otimiza a utilização das pessoas dedicadas ao tema.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA ESG

A estrutura interna de Governança da ESG constitui-se dos seguintes elementos organizacionais:

- Alta Administração (1ª Instância): É a instância interna de governança, responsável pela definição e avaliação da estratégia e políticas organizacionais, bem como por garantir que suas implementações atendam ao interesse público. É representada pelo Comandante, Subcomandante e os assistentes das Forças Singulares.
- Unidades Consultivas (2ª Instância): Atuam como a instância interna de apoio à Governança e são responsáveis por realizar a comunicação entre as partes internas e externas à administração e também por informar à Alta Administração da ESG, as disfunções identificadas na gestão. São integradas pelos seguintes elementos organizacionais:
  - Conselho de Ensino: assessora a Alta Administração em assuntos relativos à atividade fim da Escola (estudo, pesquisa e ensino);
  - Comissão de Ética: assessora a Alta Administração em assuntos relativos à ética profissional dos servidores e gerenciamento de pessoas;
  - Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos: Assessora a alta a Administração em assuntos afetos à avaliação e monitoramentos dos riscos, dos controles internos e demais temas relacionados diretamente com a gestão da Escola. Integram ainda o Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos, as seguintes unidades de assessoramento técnico:
    - ✓ Assessoria Jurídica: assessorar a Direção em assuntos internos e externos de natureza jurídica;
    - ✓ Assessoria de Controle Interno: controlar, certificar, verificar, esclarecer e orientar, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de cunho administrativo e financeiro, constituindo-se no principal elo entre esta Unidade Jurisdicionada e a Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (CISET/MD);
    - ✓ Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão: apoia tecnicamente o Comando em matérias relacionadas à operacionalização do plano estratégico da Escola, por meio da supervisão da elaboração das propostas orçamentárias, planos de trabalhos anuais, e também quanto ao acompanhamento da execução orçamentária da unidade;
    - ✓ Assessoria de Comunicação Social: Contribui com a Governança por meio do registro e disseminação interna e externa de atividades acadêmicas relevantes na ESG, bem como requisições do público externo (solicitações de informação, reclamações, denúncias etc.) recebidas por meio do SIC (Sistema de Informação ao Cidadão); e
    - ✓ Assessoria de Seleção e Avaliação.
- Unidades Setoriais (3ª Instância): Avaliam, monitoram e direcionam internamente as áreas estratégicas ESG, observando os Planos Diretores Setoriais, conforme previsto no PLANESG 2016-2019. Apoiam diretamente a Alta Administração na implementação da estratégia e políticas organizacionais estabelecidas:
  - Departamento de Estudos;
  - Departamento de Administração;
  - Centro de Estudos Estratégicos;
  - Centro de Conhecimento Científico e Cultural;
  - Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas;
  - Núcleo da ESG-Brasília; e
  - Centro de Atividades Externas e de Extensão.
- Gestores e Chefes de Divisão/Seção (4ª instância): São responsáveis pela execução dos processos finalísticos e de apoio da ESG, observando as atividades previstas nos Planos Diretores Setoriais vigentes.

O desempenho das atividades relacionadas à governança da Escola sofre influência direta do nível de disponibilidade e eficiência dos recursos de tecnologia da informação, sobretudo no que diz respeito à comunicação dos elementos organizacionais envolvidos com tais atividades. O fluxo de informações relativas à governança é realizado por meio das seguintes ferramentas de TI, disponibilizadas pela Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação:

- SIGDEM: Sistema de controle e gestão de expedientes administrativos internos e externos;
- LOTUS NOTES: sistema que possibilita aos usuários da ESG o uso de e-mail corporativo, com integração de algumas funcionalidades com o SIGDEM; e
- Intranet: Na intranet da Escola é disponibilizada aos usuários toda a legislação afeta à governança, bem como dada a publicidade de decisões e orientações do Comando.

3.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

No âmbito da administração central do MD, três órgãos possuem competência para exercer as atividades de correição e apuração de ilícitos: O Departamento de Administração Interna (DEADI), o Departamento do Programa Calha Norte e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), este, não abrangido neste relatório.

O Departamento do Programa Calha Norte exerce a apuração de ilícitos específicos no Programa que conduz. Já o DEADI desempenha as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares limitando-se às ocorrências da administração central do Ministério da Defesa (conforme dispõe o inciso IV, art. 35 Anexo I do Decreto no 8.978 de 1º de fevereiro de 2017 e inciso VII, art. 34, Anexo VIII, do Regimento Interno da Secretaria de Organização Institucional, aprovado por meio da Portaria Normativa no 564/MD, de 12/03/2014), excetuada a competência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

A ação disciplinar ou corretiva é adotada em resposta a violações disciplinares e padrões éticos que estejam previstas nas respectivas legislações disciplinares que regem respectiva categoria funcional do agente público envolvido, observado a competência para a apuração, o contraditório e a ampla defesa.

O Ministério da Defesa possui uma força de trabalho híbrida, composta por servidores, que são regidos pelos preceitos da Lei nº 8.112/1990, e por militares das três Forças Armadas, sujeitos a regulamento próprio (Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880/1980), com regras específicas quanto à apuração e responsabilização disciplinar (legislações internas).

Caso a violação seja cometida por Militar, o fato é comunicado a autoridade militar constante do inciso II do art. 1º da Portaria Normativa MD nº 3.604, de 22 de novembro de 2011, que possui competência para apuração e aplicação de sanção disciplinar a luz do Regulamento Disciplinar da respectiva Força singular.

Em razão dessa peculiaridade, o Departamento de Administração Interna, além dos processos disciplinares comuns a todos os demais órgãos, lida com processos de natureza exclusivamente militar, os quais, por suas características, não são objeto de análise do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, consequentemente, não são inseridos no sistema CGU-PAD. Assim sendo, com exceção dos processos disciplinares que tratem de matérias exclusivamente militares, os processos instaurados no âmbito desta administração central atendem ao que estabelece a Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da então Controladoria-Geral da União, e da Portaria Normativa nº 899/MD, de 9 de junho de 2008, notadamente no que se refere ao cumprimento do prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, para o devido registro no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

No exercício de referência deste relatório, a administração central do Ministério da Defesa instaurou 1 (um) Processo Administrativo Disciplinar, em andamento; bem como 6 (seis) Sindicâncias Investigativas já julgadas; 5 (cinco) Sindicâncias Contraditórias, sendo duas já julgadas e três em andamento, conforme o Relatório Anual emitido no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), que seguem discriminados no Relatório de Instância ou Área de Correição, em anexo.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS NA ESG

As atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos são atribuições regimentais do Comandante da ESG, que, para tanto, conta com uma Assessoria Jurídica que orienta os trabalhos dos sindicantes e comissões designadas, bem como assessora o Comando na tomada de decisões.

Destacam-se, dessa forma, a sistemática de apuração de ilícitos cometidos por servidores da unidade e a condução dos processos administrativos disciplinares que obedecem aos ditames da Lei 8.112/90, da Lei n° 6.880/80, bem como dos regulamentos disciplinares aplicáveis aos militares de cada Força. No caso de servidores militares, os processos disciplinares são desenvolvidos no âmbito da ESG, porém, a aplicação de penalidades é subdelegada aos Assistentes Militares colocados à disposição da Administração desta Escola.

Em 2017, não houve apuração de ilícitos administrativos no âmbito da ESG, relacionados a macroprocessos finalísticos da Unidade capazes de impactar o seu desempenho.

3.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS DA SG

A gestão de riscos é um elemento essencial para a boa governança corporativa e em razão disso, no decorrer do exercício, a SG publicou a Portaria Normativa nº 40/MD, de 3 de outubro de 2017, que aprova a Política de Gestão de Riscos da administração central do Ministério da Defesa (ACMD) (anexo 8) e visa instituir uma gestão de riscos relacionados a processos e projetos decorrentes de planos estratégicos, táticos e operacionais da Administração Central, de forma progressiva e contínua.

AÇÕES ENVOLVIDAS

Após a publicação da norma foram adotadas as seguintes ações:

- No período de 15 a 17/05/2017, 2 representantes do MD foram capacitados no curso "Gestão de Riscos", promovido pela Coordenadoria-Geral de Capacitação e Qualidade da SFC/CGU, nas dependências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário;
- Em 23/08/2017, 2 representantes do MD participaram de Seminário na Escola Nacional de Administração Pública, cujo tema foi "Gestão de riscos: Desafios para implementação da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016";
- No período de 6 a 10/11/2017, 1 representante do MD foi capacitado no curso "Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público", realizado na Escola Nacional de Administração Pública;
- No período de 08 a 10/11/2017, 2 representantes do MD foram capacitados no curso de extensão em Gestão de Riscos em Organizações Públicas, realizado na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília;
- Em 13/11/2017, foi publicada a Portaria nº 3976/SG/MD, de 10/11/2017, que designou a composição do Subcomitê de Gestão de Riscos, com a finalidade de orientar, coordenar e monitorar a implementação e condução da gestão de riscos na administração central;
- Em 06/12/2017, foi promovida palestra do Assessor Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a respeito do tema Gestão de Riscos no Setor Público, para cerca de 100 pessoas no auditório do edifício sede do MD;
- No período de 29 a 31/01/2018, 9 representantes do Subcomitê de Gestão de Riscos foram capacitados no curso "Gestão Baseada em Riscos no Setor Público", realizado por representantes da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nas dependências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- Em 07/02/2018, foi promovida palestra do Consultor Técnico da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S/A, a respeito do tema Gestão de Riscos na Administração Pública, para cerca de 100 pessoas no auditório do edifício sede do MD;
- Em 20/03/2018, foi realizada aula inaugural do curso "Gestão Baseada em Riscos no Setor Público", proferida pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para cerca de 70 pessoas no auditório do Anexo I do MD; e
- No período de 20 a 22/03/2018, 46 representantes do Ministério foram capacitados no curso "Gestão Baseada em Riscos no Setor Público", realizado por representantes da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nas dependências do MD.

METAS ALCANÇADAS

A meta inicial do Subcomitê de Gestão de Riscos foi promover a capacitação do pessoal diretamente envolvido na implantação da Política de Gestão de Riscos da Administração Central, cujas ações se iniciaram em 2017 e se estenderam para o exercício de 2018. As ações de emissão de normas complementares, priorização de processos e projetos e definição de processo "piloto" para a implementação da gestão de riscos foram programadas para 2018, no intuito de absorver novas demandas inseridas pelo Decreto nº 9.203, de 22/11/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

ANÁLISE CRÍTICA

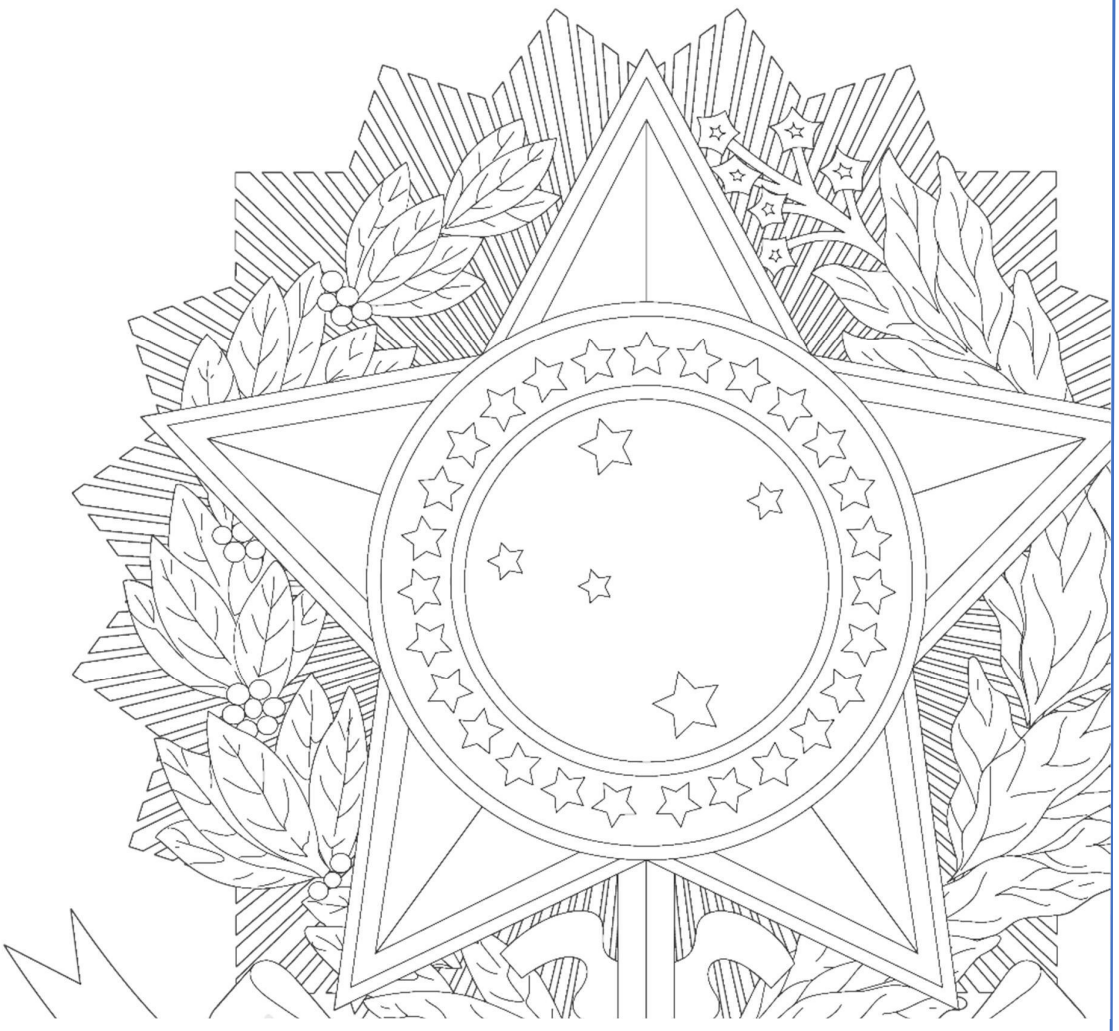
A participação em cursos e eventos sobre o tema "Gestão de Riscos" permitiu uma capacitação inicial para a normatização interna e definição da estrutura estratégica para a implantação da Política de Gestão de Riscos da Administração Central. Em que pese a Administração Pública já vir tratando do assunto nas últimas prestações de contas anuais, a sistematização sugerida pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10/05/2016, ratificada pelo Decreto nº 9.203/2017, requer um esforço administrativo capaz para compilar metodologias já existentes e unificação de reportes a Colegiados recém-criados. Nesse sentido, a capacitação e o ***benchmarking*** com instituições reconhecidas pelo domínio sobre o tema foram fundamentais para a realização de ações iniciais de implantação da Política de Gestão de Riscos da Administração Central.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS DA ESG

A fim de atender o disposto no artigo 23 da Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 11 de maio de 2016 do Ministério da Fiscalização, Transparência e Controle Interno Setorial e Ministério do Planejamento e Desenvolvimento da Gestão, foi instituído por meio da Portaria nº 165/2016 do Comandante da ESG e regulado pela Orientação Normativa nº 90/ACI/ESG/2016, o Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos com a seguinte composição e competências:

- Composição:
  - Comandante;
  - Subcomandante;
  - Assistentes Militares do Comando;
  - Chefe da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão;
  - Ordenador de Despesas;
  - Chefe do Departamento de Administração;
  - Assessor de Controle Interno; e
  - Assessor Jurídico.
- Competências:
  - Promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;
  - Institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;
  - Promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
  - Garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
  - Promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;
  - Promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
  - Aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
  - Supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;
  - Liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
  - Estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;
  - Aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;
  - Emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;
  - Monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê;
  - Assessorar o comando na administração econômico-financeira, gerencial e no desenvolvimento organizacional, mediante planejamento, programação, controle e fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários, financeiros, patrimoniais colocados à disposição da ESG;
  - Aprovar o Programa de Trabalho Anual da Unidade Gestora e efetuar o seu acompanhamento e autorizar respectivas alterações, em face da dotação orçamentária do exercício corrente;
  - Examinar os resumos das prestações de contas dos setores elencados no artigo 3º da Orientação Normativa nº 78/ACI/ESG de 28 de dezembro de 2015;
  - Efetuar o acompanhamento do atendimento das recomendações/determinações da Ciset/MD e do TCU;
  - Analisar os indicadores de desempenho oriundos dos planos diretores setoriais que deverão constar nos subsídios à elaboração do Relatório de Gestão Anual Consolidado; e
  - Aprovar a versão final dos subsídios da ESG ao Relatório de Gestão Consolidado da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO



4.1 GESTÃO DE PESSOAS

4.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

ESTRUTURA DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

Na administração central do MD, a força de trabalho é composta por servidores ocupantes de cargo efetivo, requisitados de outros órgãos, cargos comissionados sem vínculo efetivo com a administração, terceirizados, estagiários e militares.

A estrutura organizacional assumida na data da criação do Ministério da Defesa, recebendo as atribuições do extinto Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA resultou no aumento considerável de suas atividades, sem que houvesse a correspondente compensação de servidores em seu quadro de pessoal.

A carência de pessoal que havia sido minimizada com a aprovação do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, sofreu modificação considerável, consoante o Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e suas alterações posteriores, ocasião em que foi suprimido da estrutura deste Ministério 133 (cento e trinta e três) cargos comissionados.

Um outro ponto que merece registro é que a Lei nº 9.632, de 1998, extinguiu vários cargos da Administração Pública Federal, assim como o Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018, tais como os cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Motorista Oficial, Operador de Computador, Agente de Portaria, Auxiliar de Enfermagem, Datilógrafo, dentre outros.

Para os casos dos cargos em extinção, previstos na supracitada lei, a recomposição da força de trabalho para o exercício de atividade acessória e/ou complementar passou a ser processada de forma indireta (terceirizada), por meio de processo licitatório para a prestação de serviço continuado, na forma prevista no Decreto nº 2.271, de 1997.

Apenas a título ilustrativo do cenário da força de trabalho deste Ministério, identificado ao longo da criação, é que em 1999, o extinto Estado-Maior das Forças Armadas-EMFA contava com 200 servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo. Em 31 de dezembro de 2017 esse efetivo era de 87 servidores. Desses 87, 63 deles possuem Abono de Permanência, isto é, possuem todos os requisitos necessários à aposentação, podendo requerê-la a qualquer momento.

Atualmente os servidores com Abono de Permanência representam 72% dos cargos de provimentos efetivos.

A cada período que se finda tal situação fica ainda mais crítica, uma vez que mais servidores cumprem os requisitos para aposentação e ficam aptos a se desligarem do efetivo desta administração central.

Em levantamento realizado pela Gerência de Gestão de Pessoas, constatou-se que ao findar o ano de 2021, quase que a integralidade dos servidores efetivos teria todos os requisitos preenchidos para aposentadoria, exceto 8 deles.

Com o advento da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016 (art. 88, inciso III), que assegurou aos servidores, em 2019, o direito de perceber a Gratificação de Desempenho de sua carreira, em valor correspondente a 100% da média aritmética das respectivas pontuações, relativas aos últimos 60 meses anteriores à aposentadoria, estima-se que grande parte desses servidores que possuem abono requererão suas aposentadorias em 2019.

Na expectativa de mitigar parte dessa evasão, foi apresentada a proposta de realização de concurso público para provimento de 25 cargos efetivos, atualmente vagos, sendo: 2 de Administrador, 3 de Arquivista, 1 de Bibliotecário e 19 de Agente Administrativo, ora tratado nos autos do Processo Administrativo nº 60583.000932/2018-16.

Os registros anteriores demonstram que o gestor tem envidado os esforços para a recomposição da força de trabalho deste Ministério. A realização de concurso público, sendo autorizada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão propiciará além da recomposição da força de trabalho, a oxigenação de ideias e a consequente melhoria nos processos administrativos.

Em relação aos Indicadores da área de Gestão de Pessoas do Ministério da Defesa, registra-se que foi utilizado no exercício de 2017, o de Capacitação de Recursos Humanos – ICRH e o de Tramitação de Atos de Pessoal, cuja previsão e resultados alcançados no final do exercício estão demostrados na área específica, destinada aos indicadores de desempenho do órgão.

Sobre a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, importa esclarecer que a verificação é feita no ato da realização do cadastro do servidor, momento em que é apresentada pelo servidor a Declaração de não acumulação de cargo público e no Termo de Posse assinado na ocasião da assunção do cargo.

Além disso, no momento em que é efetuada a inclusão desse servidor no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE há um cruzamento, realizado de forma automática, o qual está preparado para identificar e vedar a acumulação de cargos por servidores, ocupante de cargos cujos órgãos envolvidos processem suas folhas por esse Sistema.

É importante destacar que essa verificação somente é efetuada no momento da assunção dos cargos, por entender que qualquer outro cargo a ser provido posteriormente, seja de responsabilidade do órgão admissor.

Nesse particular, não foi detectada nenhuma acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, no exercício de 2017.

Postas as informações, demonstramos abaixo informações sobre a capacitação dos servidores e militares, a força de trabalho e suas variações, o efetivo por atividade fim e meio, o demonstrativo de despesas com a folha de pagamento dos exercícios de 2016 e 2017, bem como todas as informações atinentes à mão-de-obra de apoio permanente terceirizada, estagiários, dentre outros assuntos, referentes à área de Gestão de Pessoas.

Na tabela a seguir está relacionada quantitativamente a força de trabalho autorizada e a efetiva, ora existente em 31 de dezembro de 2017, na estrutura do Ministério da Defesa (administração central), bem como os registros de ingressos e egressos ocorridos ao longo do exercício de prestação de contas.

FORÇA DE TRABALHO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

Tabela 59 Força de trabalho da Administração Central do MD (Posição 31/12/17)

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	**306**	**236**	**32**	**32**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	305	235	32	32
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	157	87	0	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	63	63	12	10
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	85	85	20	10
2. Servidores com Contratos Temporários	**0**	**0**	**0**	**0**
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	**221**	**221**	**33**	**52**
4. Militares das Forças Armadas	**894**	**866**	**329**	**265**
4.1 Militares da ativa	811	783	297	259
4.2 Militares prestadores de tarefa por tempo certo	83	83	32	6
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	**1421**	**1323**	**394**	**349**

Fonte: SIRHU

DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA DA ACMD

Na tabela a seguir está evidenciada a distribuição dos servidores de carreira, dos sem vínculo efetivo com a administração e dos militares, distribuídos nas áreas meio e fim. No demonstrativo foram computados como ÁREA FIM todo o efetivo de servidores e militares integrantes do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas-EMCFA e suas unidades subordinadas. O demais servidores e militares integrantes da estrutura da Secretaria-Geral e do Gabinete e de suas unidades subordinadas foram computados como ÁREA MEIO.

Tabela 60 Distribuição da lotação efetiva da ACMD (Posição 31/12/17)

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. Servidores de Carreira (1.1)	**195**	**31**
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	195	31
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	59	19
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	62	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	74	11
2. Servidores com Contratos Temporários	**0**	**0**
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	**189**	**32**
4. Militares das Forças Armadas	**483**	**383**
4.1 Militares da ativa	428	355
4.2 Militares prestadores de tarefa por tempo certo	55	28
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	**867**	**446**

Fonte: SIRHU

DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ACMD

O demonstrativo abaixo tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da administração central do MD no exercício de 2017, nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, bem como apresentar a movimentação de servidores e militares ocorridas ao longo do exercício de referência.

Tabela 61 Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ACMD (Posição: 31/12/17)

TIPOLOGIAS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. Cargos em Comissão	**324**	**307**	**46**	**65**
1.1. Cargos Natureza Especial	2	2	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	**322**	**305**	**46**	**65**
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	*	25	0	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	*	24	2	3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	*	31	5	6
1.2.4. Sem Vínculo	*	141	18	36
1.2.5. Aposentados/Reserva Remunerada	*	70	12	16
1.2.6. Militares da Ativa	*	14	9	2
2. Funções Comissionadas do Poder Executivo	**39**	**34**	**6**	**1**
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	*	4	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	*	26	6	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	*	4	0	0
3. Gratificação de Representação	**175**	**82**	**4**	**14**
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	*	44	0	9
3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	*	8	3	4
3.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	*	30	1	1
4. Militares em exercício de Gratificação de Representação	**811**	**737**	**250**	**234**
5. Total de Servidores e militares em Cargo comissionado e Gratificação de Representação (1+2+3+4)	**1349**	**1160**	**306**	**314**

Fonte: SIRHU/MD (* Inexiste distribuição de Lotação Autorizada para os subitens elencados nos itens 1 e 2 do detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, motivo pelo qual o campo ficou sem preenchimento, tendo sido mencionado apenas a Lotação Autorizada para a administração central (DAS, FCPE e GR), trazida pelo Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017.)

FATORES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO NA ACMD

Os afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível do Ministério da Defesa estão descritos no quadro abaixo. Tais afastamentos decorrem de cessões para servir em outros órgãos da administração pública.

Tabela 62 Fatores de Redução da Força de trabalho na ACMD (Posição 31/12/17)

AFASTAMENTOS	QUANTIDADE DE PESSOAS NA SITUAÇÃO EM 31/12/2017
Total de Servidores Cedidos	9

Fonte: SIRHU

ESTRUTURA DE PESSOAL DA ESG

DEMONSTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA ESG

Tabela 63 Força de Trabalho da ESG - Servidores Civis (Posição 31/12/17)

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	**72**	**33**	**3**	**1**
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	60	21	-	-
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	12	3	1 (JID)
2. Servidores com Contratos Temporários	**-**	**-**	**-**	**-**
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	**-**	**22**	**2**	**-**
4. Total de Servidores (1+2+3)	**72**	**55**	**5**	**1**

Fonte: Seção de Pessoal Civil - ESG

Tabela 64 Distribuição da Lotação Efetiva da ESG (Posição 31/12/17)

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. Servidores de Carreira (1.1)	**21**	**12**
1.1 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-
1.1.2 Servidores de carreira vinculada ao órgão	21	-
1.1.3 Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4 Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	12
2. Servidores com Contratos Temporários	**-**	**-**
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	**-**	**22**
4. Total de Servidores (1+2+3)	**21**	**34**

Fonte: Seção de Pessoal Civil - ESG

Tabela 65 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ESG (Posição 31/12/17)

TIPOLOGIAS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. Cargos em Comissão	**8**	**8**	**-**	**-**
1.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	2	-	-
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	-	-
1.2.3 Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4 Sem Vínculo	2	2	-	-
1.2.5 Aposentados	3	3	-	-
2. Funções Gratificadas (FG)	**23**	**16**	**-**	**-**
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	23	16	-	-
2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3 Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Funções Comissionadas Técnicas (FCT) e	**2**	**2**	**-**	**-**
3.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	2	-	-
3.2 Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
4. Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturados da Administração Pública Federal (GSISTE)	**2**	**2**	**-**	**1 (para o MD)**
4.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1	-	-
4.2 Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	-	-
5. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3+4)	**35**	**28**	**-**	**1**

Fonte: Seção de Pessoal Civil – ESG

Tabela 66 Força de Trabalho da ESG – Militares (Posição 31/12/17)

MILITARES	MARINHA DO BRASIL		EXÉRCITO BRASILEIRO		AERONÁUTICA	
	PREVISTO	EXISTENTE	PREVISTO	EXISTENTE	PREVISTO	EXISTENTE
Oficiais (da Ativa)	18	28	42	41	15	17
Praças (da Ativa)	37	62	87	79	20	30
Soma Pessoal da Ativa	**55**	**90**	**129**	**120**	**35**	**47**
PTTC (da Inatividade)	-	23	-	38	-	21
Total	**55**	**113**	**129**	**158**	**35**	**68**

Fonte: Divisão de Pessoal - ESG

Tabela 67 Força de Trabalho da ESG – Militares e Servidores Civis (Posição: 31/12/17)

DESCRIÇÃO			PREVISTO	EXISTENTE
Militares	Pessoal da Ativa	Oficiais	75	86
		Praças	144	171
		Soma	**219**	**257**
	Pessoal da Inatividade	PTTC	0	82
	Subtotal Militares		**219**	**339**
Servidores Civis			72	55
Voluntários			-	22
Total			**291**	**416**

Fonte: Divisão de Pessoal - ESG

ANÁLISE CRÍTICA

Em 2017, estavam em exercício na ESG 21 (vinte e um) servidores civis, sendo que desde 2016, cerca de 70% estarão com tempo para aposentadoria. A lotação dos servidores civis atende parcialmente às necessidades da Escola, haja vista o déficit de 30 (trinta) servidores, minimizada pela existência de 12 (doze) servidores cedidos de outros órgãos e 22 (vinte e dois) voluntários.

Há necessidade premente de preencher os cargos vagos, como também promover a reestruturação da força de trabalho à disposição da ESG, que vêm dificultando o bom andamento dos trabalhos tanto na atividade fim, quanto na atividade meio.

Foi realizado um concurso público para o provimento de 15(quinze) cargos do Magistério Superior redistribuídos para a ESG, provenientes das Forças Armadas, conforme fez público a Portaria nº 203/MP, de 29 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 124, de 30 de junho de 2017, sendo 13(treze) destinados à ESG (Rio de Janeiro) e 02 (dois) à ESG (Brasília).

O pessoal militar lotado na Escola constitui a maior parte da força de trabalho prevista, contribuindo ainda para diminuir o déficit de pessoal civil. O caráter transitório da permanência dos militares resulta na solução de continuidade de muitas das atividades com a perda de informações e conhecimentos adquiridos a cada ciclo de três ou quatro anos, respectivamente para oficiais e praças, quando ocorre a maioria das substituições desses militares. Atenua, em parte, esta situação a designação de pessoal inativo, contratados como Prestadores de Tarefa por Tempo Certo, devido a sua formação profissional e conhecimentos adquiridos durante mais de 30 (trinta) anos de serviços prestados à Nação.

4.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

Na tabela a seguir estão discriminadas as despesas realizadas com a força de trabalho da administração central deste Ministério no exercício de 2017 e no exercício imediatamente anterior. Vale registrar que não estão inseridas no demonstrativo abaixo as despesas com diárias, ajuda de custo e as obrigações patronais.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL DA SG

Tabela 68 Despesas com Pessoal da Administração Central do MD (R$ 1,00) (Posição: 31/12/17

TIPOLOGIAS / EXERCÍCIOS		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL
			RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS			
MEMBROS DE PODER E AGENTES POLÍTICOS											
EXERCÍCIOS	2017	371.216,40	0,00	30.934,70	0,00	0,00	0,00	0,00	77.043,49	0,00	**479.194,59**
	2016	370.185,24	0,00	30.934,70	30.247,27	237.681,64	0,00	0,00	0,00	0,00	**669.048,85**
SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADOS AO ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2017	6.003.060,99	1.365.364,06	605.419,12	304.513,53	549.509,40	725.184,77	28.219,88	0,00	18.181,54	**9.599.453,29**
	2016	5.747.812,42	1.399.034,88	622.836,88	251.862,82	471.418,62	667.394,60	39.594,53	36.853,25	14.120,44	**9.214.075,19**
SERVIDORES DE CARREIRA SEM VÍNCULO COM O ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2017	0,00	4.982.722,92	442.933,83	192.664,49	29.853,26	75.669,45	145.568,29	0,00	0,00	**5.869.412,24**
	2016	0,00	4.604.156,93	433.853,99	237.635,52	20.521,19	67.167,61	87.903,03	0,00	0,00	**5.451.238,27**
SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EXCETO TEMPORÁRIO)											
EXERCÍCIOS	2017	0,00	14.128.916,40	1.194.696,06	736.667,14	1.302.514,67	204.690,10	208.631,08	0,00	0,00	**17.776.115,45**
	2016	0,00	16.364.102,69	1.422.015,56	887.473,52	1.095.722,88	255.967,13	273.851,79	0,00	0,00	**20.299.133,57**
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS											
EXERCÍCIOS	2017	424.285,58	0,00	33.360,14	11.272,80	12.051,88	47.003,66	0,00	0,00	0,00	**527.974,06**
	2016	480.613,27	0,00	36.374,06	13.237,21	19.657,81	47.893,66	0,00	0,00	176,55	**597.952,56**
MILITARES OCUPANTES DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO E CARGO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR											
EXERCÍCIOS	2017	0,00	10.023.809,47	827.564,42	417.958,29	66.285,04	0,00	22.098,52	0,00	0,00	**11.357.715,74**
	2016	0,00	9.344.939,70	802.378,80	345.129,96	43.683,07	0,00	17.587,50	0,00	0,00	**10.553.719,03**

Fonte: DW-SIAPE (informações extraídas da folha de pagamento – somente servidores ativos)

Obs.: Os valores das despesas indenizatórias constaram tão somente aquelas executadas no SIAPE, tais como: auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, indenização de transporte, auxílio-alimentação pago em pecúnia para os servidores e auxílio-moradia pago em contracheque, ou seja, não estão computadas as despesas com aquisições de gêneros alimentícios e tão pouco o pagamento das diárias e ajuda de custo, posto que constam apenas do SIAFI.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL DA ESG

Tabela 69 Custos do pessoal na ESG (Posição: 31/12/17)

TIPOLOGIAS/EXERCÍCIOS		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL
			RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS			
SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADOS AO ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2017	449.933,42	102.261,37	802.361,48	228.444,26	117.496,96	67.747,88	0,00	0,00	0,00	**1.768.245,37**
	2016	446.847,43	94.942,69	745.541,55	218.041,66	81.422,09	68.563,96	0,00	0,00	0,00	**1.655.359,38**
SERVIDORES DE CARREIRA SEM VÍNCULO COM O ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2017	0,00	0,00	74.517,08	11.586,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**86.103,57**
	2016	0,00	0,00	66.507,89	7.621,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**74.129,22**
SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EXCETO TEMPORÁRIOS)											
EXERCÍCIOS	2017	0,00	0,00	216.196,32	20.252,33	21.225,52	2.090,52	0,00	0,00	0,00	**259.764,69**
	2016	0,00	0,00	203.028,09	22.704,96	12.224,23	2.090,52	0,00	0,00	0,00	**240.047,80**
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS											
EXERCÍCIOS	2017	45.284,88	13.179,72	61.812,00	24.220,79	7.073,57	1.453,68	0,00	0,00	0,00	**153.024,64**
	2016	41.606,10	12.149,10	56.784,00	19.532,34	7.447,76	1.453,68	0,00	0,00	0,00	**138.972,98**
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO											
EXERCÍCIOS	2017	0,00	0,00	72.529,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**72.529,85**
	2016	0,00	0,00	71.475,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**71.475,46**

Fonte: GRCOFINDDP / SIAPE

4.1.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

Acerca deste item em questão é importante relatar a alta rotatividade de pessoas, decorrentes de substituição de pessoal, especialmente de militares, os quais desempenham atividades no Ministério da Defesa por prazo determinado. O processo de substituição está fundamentado no preenchimento do perfil exigido para o exercício do cargo a ser ocupado.

De modo a minimizar os riscos, em relação ao processo de substituição, o MD capacita-os, conforme necessidades apresentadas pelas diversas áreas. É de se considerar ainda que o quadro de servidores permanente do MD, oriundo do extinto EMFA está cada dia menor, em decorrência das vacâncias, em maior proporção por motivo de aposentadoria, ressaltando que dos 87 (oitenta a sete) cargos efetivos existentes no final do exercício de 2017, 63 possuem todos os requisitos necessários à aposentação.

Ainda em relação aos servidores efetivos oriundos do extinto EMFA, é oportuno mencionar que no exercício de 2016 a lotação era de 96 (noventa e seis), e em 2017 caiu para 87 (oitenta a sete) servidores, 9,4% menor que a do exercício anterior (2016).

Um outro ponto que merece apresentar é que no findar de 2017 foi retomado o procedimento atinente à fiscalização dos contracheques de servidores e militares, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 4/SEORI, de 12 de julho de 2004, visando garantir, de forma precisa, o pagamento dos militares e dos servidores, nos exatos termos disciplinados em regulamentos legais, no caso daqueles, conforme previsto na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e a estes, o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Tal procedimento tem como premissa básica corrigir eventuais impropriedades, as quais são apontadas pelas equipes designadas, preservando, assim, os interesses das partes, quais sejam: administração e administrados.

GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL DA ESG

ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Na ESG, há mecanismos de controles orgânicos que restringem ou mesmo impedem possíveis acumulações indevidas de cargos, funções e empregos públicos, no que se refere às medidas adotadas de coibição, mediante o uso do ponto eletrônico, destinado aos servidores civis da Escola e que permite a verificação do cumprimento do horário integral de expediente. As possíveis alterações são analisadas e, nos casos de afastamento e/ou faltas não justificadas ao expediente, são adotadas as providências cabíveis, constando tais fatos em publicações dos Boletins Internos da ESG.

Ao serem detectadas situações de possíveis acúmulos de cargos e funções públicas, caso haja a produção de provas ou identificadas evidências, são realizadas as diligências necessárias, de modo a possibilitar a apuração de atos e fatos relacionados à dúvida suscitada, que uma vez verificadas passam a sujeitar o responsável às medidas cabíveis.

Com relação às providências adotadas com o objetivo de identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos púbicos, vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, entende-se que há mecanismos de controle orgânicos que restringem ou mesmo impedem acumulações indevidas, de acordo com o Decreto nº 2.027, de 11 de outubro de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Aos militares, as medidas referem-se ao controle diário da presença sob a responsabilidade dos chefes de seções e/ou departamentos, que informam as possíveis alterações à Divisão de Pessoal para adoção de medidas administrativas julgadas necessárias, quando for o caso.

RISCOS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DE PESSOAS

Com relação aos servidores civis: os riscos existentes na gestão de pessoas estão relacionados à proximidade da aposentadoria da maioria dos servidores civis lotados na ESG, o fator motivacional em função da ausência de perspectivas na carreira, combinado a questão salarial e grande dificuldade para ocupação dos cargos vagos.

Outro risco identificado é a rotatividade de pessoal militar, por reversão à respectiva Força Singular de origem, a cada 3 anos, para oficiais e a cada 4 anos, para graduados, ocasionando a perda de grande parte do conhecimento técnico adquirido durante seu período de designação.

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os indicadores de recursos humanos utilizados pela ESG são:

1) Avaliação de desempenho dos servidores: na avaliação de 2017, todos os 21(vinte e um) ativos permanentes obtiveram notas entre 90 e 100 pontos, caracterizando uma avaliação final de 20 pontos, a qual somada aos 80 pontos da avaliação institucional, totalizando 100 pontos. Portanto, o indicador de desempenho e produtividade dos servidores da ESG é de 100%.

2) Treinamento e desenvolvimento: esse indicador não é utilizado na ESG, pois eventualmente a Escola proporciona cursos junto à Escola de Administração Fazendária (ESAF), para os servidores envolvidos diretamente com os diversos Sistemas de Governo Federal. Tais servidores, posteriormente, desempenham a função de disseminadores para orientar os demais.

3) Recrutamento e seleção: a Escola não utiliza este indicador.

4.1.4 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

As informações relativas à gestão dos contratos de pessoal de apoio terceirizado e de contratação de estagiários estão descritas abaixo:

Tabela 70 Contrato de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da ACMD (Posição: 31/12/17)

UNIDADE CONTRATANTE						
Nome: MINISTÉRIO DA DEFESA						
UG/Gestão: 110404/00001	**CNPJ:** 03.277.610/0001-25					
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS						
ANO DO CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA (CNPJ)	PERÍODO CONTRATUAL		NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDO	SIT
			INÍCIO	FIM		
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de auxiliar administrativo**, para atender as necessidades da Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD), nas atividades não contempladas pelo Plano de Cargos e Carreira da Administração Pública Federal.	**APOLLO** 14.928.920/0001-89	1/06/17	29/08/17	Médio	P
2017	Contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de auxiliar administrativo**, para atender as necessidades da Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD), nas atividades não contempladas pelo Plano de Cargos e Carreira da Administração Pública Federal.	**QUALITECH** 04.798.395/0001-70	1/12/17	30/11/18	Médio	P

Fonte: Arquivos GEPES

ANÁLISE CRÍTICA – CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO

Importa registrar que o serviço terceirizado demonstrado no quadro acima, contratado em 2017, mediante processo licitatório, para provimento dos postos de trabalho de Auxiliares Administrativos necessários à recomposição da mão-de-obra, com a finalidade de reposição da força de trabalho para o desempenho das referidas atividades, motivadas em decorrência de aposentadoria, falecimento, redistribuição, dentre outras, cujos cargos efetivos estão extintos ou em fase de extinção, e não podem ser providos por concursados.

Cita-se, ainda, que em 25 de dezembro de 2016, findou-se um ciclo de 12 meses da prorrogação do contrato nº 042-GEPES-COLIC/2014, firmado com a empresa PLANALTO SERVICE LTDA, CNPJ 02.843.359/0001-56, tendo sido rescindido os contratos de trabalho com os terceirizados, da categoria Auxiliar Administrativo, Garçons, Motoristas, Cozinheiros, Auxiliares de Serviços Gerais e Auxiliares de Cozinha, implicando na perda temporária da referida mão-de-obra.

Em função da importância primária de algumas atividades foi realizado procedimento licitatório emergencial com a finalidade de recontratação dos postos de Motorista, Garçons, Cozinheiros, Ajudantes de Cozinha e Auxiliares de Serviços Gerais, totalizando 65 (sessenta e cinco) postos, com vigência no período de 11 de janeiro a 10 julho de 2017.

Os 117 postos de serviço de Auxiliares Administrativos não foram objeto de contratação emergencial, tendo requerido a abertura de procedimento licitatório, que culminou na celebração do Contrato Nº 010/2017-MD/2017, tendo como contratada a empresa APOLLO SERVIÇOS & COMÉRCIO EIRELLI – EPP, CNPJ/MF sob o nº 14.928.920/0001-89, com vigência no período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018.

Ocorre que em 29 de agosto de 2017, a Contratada informou a sua Desistência do Contrato nº 010-GEPOS-COLIC/2017-MD, a contar de 29/08/2017 e retirou todos os seus empregados de seus respectivos postos de trabalho, incorrendo na inexecução Parcial do Contrato, pois cumpriu apenas três meses de doze meses inicialmente contratados, o que resultou na rescisão unilateral do Contrato por parte da Administração e, consequentemente, abertura de processo de sanção para apurar o inadimplemento contratual.

Em decorrência da desistência do contrato por parte da empresa Apollo, foi iniciado novo processo licitatório que resultou na celebração do Contrato No 24-GEPES-COLIC/2017-MD/2017, com a empresa QUALITECH TERCEIRIZACAO EIRELI – EPP, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auxiliar administrativo, para atender as necessidades da Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD), nas atividades não contempladas pelo Plano de Cargos e Carreira da Administração Pública Federal, com vigência de 1/12/2017 a 30/11/2018, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses. Destaca-se, que no Contrato Nº 24-GEPES-COLIC/2017-MD/2017 a previsão foi para contratação de apenas 110 (cento e dez) postos de trabalhos e que as contratações mencionadas acima, de postos de trabalho terceirizados, estão fundamentadas no Decreto nº 2.271, de 1997.

Tabela 71 Contrato de prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios da ACMD (Posição: 31/12/17)

UNIDADE CONTRATANTE						
Nome: MINISTÉRIO DA DEFESA						
UG/Gestão: 110404/00001	**CNPJ:** 03.277.610/0001-25					
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS						
ANO DO CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA (CNPJ)	PERÍODO CONTRATUAL		NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDO	SIT.
			INÍCIO	FIM		
2015 CONTRATO 008-2015-MD	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios, em regime de serviço contínuo, para auxiliar na operacionalização do programa de estágio de estudantes de nível superior, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, vinculados à estrutura de ensino público e privado para preenchimento de oportunidade de estágio no Ministério da Defesa-Administração Central, mediante pagamento de taxa administrativa mensal, por estudante, que serão prestados na condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	IEGE INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ME CNPJ 79.990.693/0001-67	01/06/15	31/05/18	Médio e Superior	Foi prorrogado o prazo de vigência Contratual por 12 meses, contados de 1º/06/2017 até 31/05/2018, conforme Termo Aditivo nº 011-COLIC/2017

Fonte: Arquivos/CODEP/GEPES/DEADI/SEORI

Trata-se de contratação de empresa que atuará como Agente de Integração de Estágios, em regime de serviço contínuo, para auxiliar na operacionalização do programa de estágio de estudantes de nível superior, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, vinculados à estrutura de ensino público e privado para preenchimento de oportunidade de estágio no Ministério da Defesa- Administração Central, mediante pagamento de taxa administrativa mensal, por estudante, que serão prestados nas condições, quantidades e exigências estabelecidas em processo licitatório.

Tabela 72 Contratação de Estagiários na ACMD (Posição: 31/12/17)

ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO VIGENTES POR MÊS/2017												DESPESAS NO EXERCÍCIO (EM R$ 1,00)			
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	BOLSA ESTÁGIO	AUXÍLIO TRANSP.	AGENTE DE INTEGRAÇÃO	TOTAL
Nível Superior	**76**	**76**	**82**	**75**	**84**	**82**	**85**	**91**	**88**	**88**	**92**	**83**	**477.994,60**	**116.230,00**	**6.991,43**	**601.216,03**
Área Fim	26	26	27	25	25	26	29	33	33	33	31	29	164.883,55	39.598,00	2.406,50	206.888,05
Área Meio	50	50	55	50	59	56	56	58	55	55	61	54	313.111,05	76.632,00	4.584,93	394.327,98
Nível Médio	**18**	**12**	**6**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**6**	**15.070,75**	**7.782,00**	**556,49**	**23.409,24**
Área Fim	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	327,82	0,00	20,67	348,49
Área Meio	16	11	6	5	5	5	5	5	5	5	5	6	14.742,93	7.782,00	535,82	23.060,75
3. Total (1+2)	**94**	**88**	**88**	**80**	**89**	**87**	**90**	**96**	**93**	**93**	**97**	**89**	**493.065,35**	**124.012,00**	**R$ 7.547,92**	**624.625,27**

Fonte: Arquivos/CODEP/GEPES/DEADI/SEORI

ANÁLISE CRÍTICA - ESTAGIÁRIOS

O preenchimento das vagas de estágio ocorre em consonância com a Lei Federal nº 11.788/08, e Orientação Normativa – ON/SE-GRT/MP nº 2, de 24 de junho de 2016 e interna pela Orientação Normativa nº 9/DEADI/SEORI/MD, de 14 de junho de 2006, que regulam as atividades de estágio, enquanto ato educativo supervisionado no ambiente de trabalho, de forma a não caracterizar vínculo empregatício e assegurar a compatibilidade das ações com o currículo de cada área de formação. Desta forma, o número de estagiários efetivos é variável, conforme situação do respectivo Termo de Compromisso de Estágio, interesse e desempenho do estudante, bem como de profissionais para seleção e supervisão dos alunos.

A ocupação das vagas é um processo dinâmico que a todo o momento se altera.

Para a execução do Programa de Estágio, em 2017, foi disponibilizado o valor orçamentário de R$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), para pagamento de bolsa estágio, auxílio transporte e despesas com o Contrato do Agente de Integração.

Foi planejado o efetivo de estagiários para 132 (cento e trinta e dois estagiários), objetivando adequar a despesa ao limite estabelecido pela administração, sendo 120 (cento vinte) estagiários de nível superior e, inicialmente, 12 (doze) de nível médio, permanecendo ao término do exercício 5 vagas de estágio para o nível médio.

Da análise da despesa com a folha de pagamento dos estagiários (bolsa estágio e auxílio-transporte) constatou-se que foram executados R$ 617.077,35 (seiscentos e dezessete mil, setenta e sete reais e trinta e cinco centavos) e do recurso disponibilizado para o pagamento de taxa de agente de integração em 2017 foi utilizado R$ 7.547,92 (sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos). As despesas com a execução do Programa de Estágio, no período (jan a dez) chegaram a aproximadamente R$ 624.625,27 (seiscentos e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos), correspondente a uma taxa de execução de 73,48% da dotação orçamentária disponibilizada para o período.

Houve uma redução de despesas com o programa de estágio no valor aproximado de R$ 191.441,05 (cento e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinco centavos), o equivalente a aproximadamente 23%, em relação a 2016.

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS NA ESG

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA ESG

Tabela 73 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da ESG (Posição: 31/12/17)

UNIDADE CONTRATANTE						
NOME: **ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**						
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS						
ANO DO CONTRATO	**OBJETO**	**EMPRESA CONTRATADA (CNPJ)**	**PERÍODO CONTRATUAL DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS**		**NÍVEL DE ESCOLARIDADE MÍNIMO EXIGIDO**	**SIT.**
			INÍCIO	**FIM**		
2015	Manutenção Conservação e Limpeza	05703030/0001-88	03/08/15	02/08/20	1º Grau	P
2017	Manutenção de Cozinha Industrial	28871366/0001-55	19/07/17	18/07/22	1º Grau	P
2017	Manutenção Predial	02986452/0001-10	07/08/17	06/08/22	1º Grau	P

Fonte: Seção de Licitações da Escola Superior de Guerra.

ANÁLISE CRÍTICA

No que se refere à contratação de serviços de limpeza e higiene e à locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do Órgão, os contratos estão em vigor e não há qualquer óbice quanto ao cumprimento das obrigações das contratadas. A Escola realiza continuamente a gestão, o acompanhamento e a fiscalização da qualidade dos serviços prestados. A fiscalização exercida pelos gestores e fiscais de contrato da Escola tem sido eficaz e não há relatos de dificuldades, interrupções na prestação dos serviços e impropriedades quanto ao pagamento de verbas trabalhistas.

CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Não há norma interna específica (portaria ou orientação normativa) que regule as regras de contratação de estagiários na ESG. Entretanto a execução da contratação de estagiários é realizada através de um agente de integração (CIEE – Centro de Integração Empresa Escola) que operacionaliza o Programa de Estágio para a Escola Superior de Guerra para estudantes de nível superior, de acordo com as diretrizes do MEC – Ministério da Educação, por meio de contrato.

O quantitativo de estudantes do Programa de Estágio é calculado de acordo com as necessidades da Escola Superior de Guerra, obedecendo aos termos da Portaria MPOG nº 313/07, de 14 de setembro de 2007, alterado pela Portaria MPOG nº 467, de 31 de dezembro de 2007 e a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

As especialidades profissionais elencadas para serem admitidas no estágio são aquelas pertencentes às áreas de atuação, relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos administrativos e educacionais da competência regimental da ESG, e conforme edital são destinados a estudantes dos cursos de Arquivologia, Administração, Biblioteconomia, Direito, Informática, Nutrição e Dentista.

Tabela 74 Composição do Quadro de Estagiários da ESG (Posição: 31/12/17

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO VIGENTES				DESPESA NO EXERCÍCIO (R$ 1,00)
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1. Nível superior	**10**	**10**	**10**	**10**	**72.529,85**
Área Fim	-	-	-	-	-
Área Meio	10	10	10	10	72.529,85
2. Nível Médio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Área Fim	-	-	-	-	-
Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	**10**	**10**	**10**	**10**	**72.529,85**

Fonte: Seção de Pessoal Civil - ESG

ANÁLISE CRÍTICA

Existem hoje 10 (dez) estagiários, sendo 05 (cinco) na Biblioteca, 04 (quatro) no Centro de Estudos Estratégicos e 01 (um) na Assessoria de Comunicação Social.

INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A ESG não firmou contrato de prestação de serviços com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2001 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012 durante a vigência dos referidos dispositivos legais. Ressalta-se ainda que, tal informação foi objeto de verificação do Órgão de Controle Interno (Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa – Ciset/MD) durante a Auditoria de Acompanhamento de Gestão realizada na ESG.

4.1.5 QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA UNIDADE

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

A Gerência de Gestão de Pessoas programou estratégias de capacitação e treinamentos dos seus servidores, de acordo com a necessidade e perfis de cada órgão da administração central. Em 2016, foram realizadas 117 ações de capacitação, divididas em 36 gerenciais e 81 técnico-operacionais, totalizando 15.148 horas de capacitação. Foram 467 servidores capacitados, com uma média de 33 horas de capacitação por servidor. Cabe salientar que as metas físicas e orçamentária previstas para o exercício de 2016 foram alcançadas, conforme a tabela 4.10.

Tabela 75 Plano de Capacitação 2017 da ACMD (Posição: 31/12/17)

META	PREVISÃO	UTILIZADO/ALCANÇADO
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R$ 459.420,00	R$ 459.409,58
META FÍSICA	331 servidores capacitados	449 servidores capacitados

Fonte: Arquivos/CODEP/GEPES/DEADI/SEORI

O valor de R$ 459.409,58 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e oito centavos) corresponde a 99,99% da execução orçamentária. A média de investimento em capacitação por servidor capacitado foi de R$ 1.023,18 (mil e vinte e três reais e dezoito centavos).

QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA ESG

Os servidores civis e militares estão qualificados e capacitados para exercerem as atividades desenvolvidas na ESG. Observa-se que mais de 50% dos servidores do quadro permanente da ESG possuem nível de escolaridade acima da exigida paro o cargo efetivo, sendo que a maioria possui as competências necessárias ao desenvolvimento das atividades da Escola, como por exemplo, a utilização dos diversos Sistemas de Governo, que exigem constante processo de treinamento, disponibilizados por meio de manuais e aulas em vídeo.

4.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1 ESTRUTURA DE CONTROLE E DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO NO ÂMBITO DA UJ

ESTRUTURA DE CONTROLE E DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO NO ÂMBITO DA ACMD

O controle dos imóveis sob responsabilidade do Ministério da Defesa é realizado pela Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado, orgânica da Gerência de Patrimônio, Obras e Serviços do Departamento de Administração Interna/SEORI/SG. Conta com o efetivo de 3 militares e 1 servidor e serve-se do SPIUNET, do SISPNR (programa elaborado pela DEPTI) e planilhas (Acesso a informações gerais sobre PNR: http://www.defesa.gov.br/proprios-nacionais-residenciais-pnr).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMÓVEIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA ACMD

Tabela 76 Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da ACMD (Posição: 31/12/17)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ
BRASIL	UF 1	EXERCICIO 2017
	Distrito Federal - Próprios Nacionais Residenciais	340
	Distrito Federal - Imóveis de Uso Especial	3
	Goiás - Fazenda	1
Total Brasil		**344**

Fonte: Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e controles internos da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do MD

Nota: (1) O MD atualmente possui 397 imóveis residenciais funcionais, dos quais 337 correspondem ao quadro nº 3, no entanto, há 60 PNR constantes dos RIP: 9701164535000-6 (24 Apt., referente ao Bloco "B" da SQS 112); 9701164515000-5 (18 Apt., referente ao Bloco "S" da SQS 402); e 9701190185000-9 (18 Apt., referente ao Bloco "T" da SQS 402), constantes da tabela "Imóveis Residenciais Funcionais II", constante do anexo 9, os quais encontram-se em processo de averbação da construção, não estando, assim, individualizados no SPIUNET.

Tabela 77 Imóveis Residenciais Funcionais da ACMD I (Posição: 31/12/17)

UG	RIP	VALOR DO IMÓVEL	DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO (R$ 1,00)	
			COM REFORMA	COM MANUTENÇÃO
110404	9701164515005	2.963.492,34	-	6.448,11
110404	9701164535006	8.223.117,54	34.208,06	107.202,62
110404	9701190135001	814.807,50	-	-
110404	9701190185009	2.963.492,34	-	2.470,75
110404	9701190325005	31.502.905,48	-	-
110404	9445000135008	2.037.886,94	-	-
110404	9701005765007	11.288.853,19	-	
TOTAL GERAL		**59.794.555,33**	**34.208,06**	**116.121,48**

Fonte: Contrato de Manutenção de PNR nº 49-2014/MD

Nota: Embora as projeções estejam cadastradas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), encontram-se em fase de regularização para averbação da construção (9701164515005, 9701164535006 e 9701190185009).

QUALIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES DOS IMÓVEIS NO SISTEMA DE REGISTRO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO SPIUNET, NO ÂMBITO DA ACMD

Quanto à qualidade: a qualidade das informações contidas no SPIUnet encontra-se com exatidão.

Quanto a completude: alguns registros contidos no Sistema SPIUnet encontram-se em branco, no entanto, isso não interfere para o correto controle dos imóveis.

CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Tabela 78 Cessão de espaços físicos e imóveis da ACMD I

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N° 001-DIPOS-COLIC/2014 - POUPEX		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17410.500-4
	Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco O
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.643.742/0001-35
	Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 169m²
	Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente	R$ 87.712,80
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aplicação na manutenção de PNR do MD
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Através de emissão de empenho
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Foram calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.
ANÁLISE CRÍTICA	O Contrato nº001/2014-MD foi celebrado, em 28 de fevereiro de 2014, com validade de 60 meses, trata-se de uma Concessão de Direito Real de uso para instalação de um posto de atendimento para financiamento, empréstimo, empreendimentos habitacionais, consórcio e atividades correlatas, voltadas à assistência de Militares e Civis, no Edifício Anexo do Bloco "O" do Ministério da Defesa em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outras áreas, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.	

Tabela 79 Cessão de espaços físicos e imóveis da ACMD II

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N° 006-DIPOS-COLIC/2014 – BB Contrato extinto em 31.08.17		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17410.500-4
	Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco O
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 265m²
	Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente	R$ 126.145,91
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aplicação na manutenção de PNR do MD
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Depositado ao Fundo do MD, por meio de GRU.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Foram calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.
ANÁLISE CRÍTICA	O Contrato nº006/2014-MD foi celebrado, em 28 de fevereiro de 2014, com validade de 60 meses, trata-se de Termo de concessão de Direito Real de uso para instalação de um posto de atendimento bancário voltadas à assistência de Militares e Civis, no Edifício Anexo do Bloco "O" do Ministério da Defesa em Brasília-DF, com o objetivo de maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outras áreas, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos em decorrência do uso do espaço público foram repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU. Espaço devolvido a esta administração em 31 de agosto de 2017.	

Tabela 80 Cessão de espaços físicos e imóveis da ACMD III

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N° 001-COLIC/2015 - BARBEARIA		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.19032.500-5
	Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco Q
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.429.748/0001-93
	Nome ou Razão Social	JORGE TOMÉ PINTO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Barbearia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de serviços de Barbearia e congêneres
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 13,95m²
	Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente	R$ 4.034,28
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Depositado ao Fundo do MD, por meio de GRU.
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	O recurso é gerenciado pela GEOFI
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O Cessionário pagará pelo uso da área.
ANÁLISE CRÍTICA	O Termo de CESSÃO DE USO Nº 001/2015, celebrado entre o Ministério da Defesa e a empresa JORGE TOMÉ PINTO, tem como objeto cessão de uso de espaço público para exploração de serviço de barbearia e congêneres. O funcionamento de uma barbearia nas instalações deste Ministério proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares que desejarem utilizar este serviço, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU. O parâmetro utilizado para composição do valor estimado a ser pago mensalmente pelo uso da área cedida para exploração de serviços de barbearia e congêneres, considerou-se as despesas realizadas com serviço de conservação e limpeza, manutenção de elevadores, serviço de manutenção de refrigeração, serviço de recepcionista, fornecimento de água mineral, serviço de dedetização, despesa mensal com água, serviço de manutenção predial, despesa mensal com energia elétrica, valores estes somados e divididos pela metragem (m²) total do prédio do Bloco- Q e multiplicado pela área efetivamente ocupada.	

Tabela 81 Cessão de espaços físicos e imóveis da ACMD IV

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N° 007-2014 – MD VIGÊNCIA 15/12/2014 A 14/12/2019		
Caracterização do Imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.19032.500-5
	Endereço	Esplanada dos Ministérios S/N, Bloco Q
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercial – Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial de Posto Bancário
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do Espaço Cedido	Sala – 123m²
	Valores e benefícios recebidos pela UJ Cedente	R$ 80.224,28
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aplicação na manutenção de PNR do MD
	Forma de Utilização dos Recursos Recebidos	Depositado ao Fundo do MD, por meio de GRU.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Foram calculados com base na estimativa mensal de consumo e conforme a área cedida e poderão sofrer reajustes.
ANÁLISE CRÍTICA	O Contrato de concessão de direito real de uso, termo nº007-GEPOS-COLIC/2014, foi celebrado, em 15 de dezembro de 2014, com validade de 60 meses, trata-se de uma Concessão de Direito Real de uso de área pública, para exploração comercial de Posto Bancário, medindo 123m², no Edifício Central do Ministério da Defesa, Bloco "Q, em Brasília-DF, que proporciona maior comodidade aos servidores civis e militares na utilização desse tipo de serviço, sem precisar se deslocar a outras áreas, tendo como resultado a satisfação do público usuário deste Órgão. Os valores pagos mensalmente, no ano de 2017, em decorrência do uso do espaço público são repassados ao Fundo deste Ministério, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.	

DESPESAS DE MANUTENÇÃO E A QUALIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS, NO ÂMBITO DO MD

QUALIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS, NO ÂMBITO DO MD

A qualidade dos registros contábeis segue ao padrão do registro no Sistema SPIUnet, tendo em vista ser a única fonte alimentadora para o SIAFI, ou seja, após o correto lançamento de imóvel no SPIUnet, aquele Sistema gera NL no SIAFI, a qual deve ser ratificada posteriormente.

EXISTÊNCIA DE BENS IMÓVEIS QUE ESTEJAM FORA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM DECORRÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE ALGUM IMPEDIMENTO PARA A REGULARIZAÇÃO

Existem imóveis pendentes de regularização, mas que já possuem os devidos registros nos Sistemas SPIUnet e SIAFI.

EXISTÊNCIA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR DE IMÓVEIS FUNCIONAIS E SUA REPRESENTATIVIDADE FRENTE AO TODO

Existem, atualmente, 8 apartamentos com Ação na Justiça, seja por perda do direto ou uso pelo permissionário, seja por pretensão pela aquisição do imóvel. Todos esses já possuem processo no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aguardando decisões judiciais.

OUTROS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NA GESTÃO DOS IMÓVEIS FUNCIONAIS E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Não se aplica.

NORMAS E REGULAMENTOS AFETOS À GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Decreto nº 980/SPU, de 11 de novembro de 1993, Portaria Normativa nº 993/MD, de 30 de abril de 2015 e Portaria nº 01/MD, de 03 de janeiro de 2018.

RISCOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS IMÓVEIS E OS CONTROLES PARA MITIGA-LOS, NO ÂMBITO DO MD

Os imóveis da União administrados pelo Ministério da Defesa, assim como os demais imóveis da União, estão sujeitos aos seguintes riscos:

a. Turbação: Todo fato injusto, ou todo ato abusivo, que venha ferir direitos alheios, impedindo ou procurando impedir o seu livre exercício";

b. Esbulho: É o ato pelo qual uma pessoa perde a posse de um bem que tem consigo (sendo proprietário ou possuidor) por ato de terceiro que a toma forçadamente; e

c. Invasões: É a ação ou efeito de invadir. É interrupção, forçosamente, entrar ou ocupar um lugar de forma desigual.

Para mitigar estes riscos, o MD, com o respaldo judicial e nas suas normas internas, bem como nos instrumentos de controle atua para evitar as situações acima descritas.

São os seguintes os instrumentos de controle para mitigação dos riscos:

a. SPIUnet: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União;

b. SISPNR: Sistema de Próprio Nacional Residencial;

c. Visitas Semestrais: com inspeções in loco para verificações dos imóveis, com confecção de relatórios;

d. Contato periódicos: com Síndicos e Presidentes de Associações; e

e. Portaria Normativa nº 993/MD, de 30 de abril de 2015, Portaria nº 01/MD, de 03 de janeiro de 2018.

ESTRUTURA DE CONTROLE E DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO NO ÂMBITO DA ESG

A Escola Superior de Guerra, detém o direito ao uso dos espaços cedido pelo Centro de Capacitação física do Exército, conforme Termo de Responsabilidade Administrativa sobre o Imóvel distribuído ao CCFEx, de 28 de setembro de 2016.

Áreas ocupadas pela ESG, em regime de Cessão de Uso, em um total de 1.956,54m^2:

1) Prédio César Obino;
2) Prédio Juarez Távora;
3) Prédio Cordeiro de Faria;
4) Prédio Terezinha de Castro;
5) Serviços Gerais; e
6) Almoxarifado.

A ESG é responsável pela manutenção e conservação das instalações cedidas através do respectivo Termo, cabendo a mesma, a execução de serviços de pintura e reparo nas fachadas dos imóveis sob sua guarda.

A estrutura de controle do patrimônio colocado à disposição da Escola Superior de Guerra é constituída pela Seção de Patrimônio e pela Divisão de Serviços por intermédio da Seção de Serviços Gerais. A gestão do patrimônio existente na UNIDADE é realizada pelo Departamento de Administração da ESG.

O valor histórico foi registrado, conforme a informação do cedente e refere-se a todo o complexo de imóveis da CCFEx, que inclui os cedidos à ESG.

O código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU foi observado, no entanto, não é o caso de classificação de código do regime de utilização do imóvel formalizado com a União, pois o imóvel cedido à ESG é do CCFEx.

Destaca-se que não existem bens imóveis que estejam fora do patrimônio da união em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

Em 2017, foram realizadas despesas com a manutenção das instalações da Escola.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMÓVEIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA ESG

A tabela a seguir, está organizada de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da ESG no final dos exercícios 2017 e 2016, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Tabela 82 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (ESG) (Posição: 31/12/17)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	UF: RJ	6	6
	Município: Rio de Janeiro	6	6
Subtotal Brasil		6	6
EXTERIOR	PAÍS:	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		6	6

Fonte: Seção de Patrimônio da ESG

DESPESAS DE MANUTENÇÃO E A QUALIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS, NO ÂMBITO DA ESG

A tabela a seguir está organizada de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão.

Tabela 83 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da ESG, exceto Imóvel Funcional (Posição: 31/12/17)

UG	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVA-ÇÃO	VALOR DO IMÓVEL			DESPESA NO EXERCÍCIO	
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	COM REFOR-MAS	COM MANUTEN-ÇÃO
110402	RJ-01-03-08	-	3 - Bom	15.311.734,00	31/12/12	7.153.010,00	0,00	214.104,79
Total							**0,00**	**214.104,79**

Fonte: CCFEx/ Prefeitura Militar do Rio de Janeiro – PMRJ/ESG.

RISCOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS IMÓVEIS E CONTROLES PARA MITIGÁ-LOS, NO ÂMBITO DA ESG

O patrimônio imóvel sob a responsabilidade da ESG está situado no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. O campus da ESG em Brasília utiliza as instalações do Ministério da Defesa, no Distrito Federal.

No Rio de Janeiro, a ESG não é a detentora direta da propriedade do patrimônio imóvel utilizado para o cumprimento de sua missão. A utilização do patrimônio sob sua responsabilidade está autorizada por meio do Termo de Cessão de Uso, tendo como cedente o Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx) e como cessionária a ESG, com vigência de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2019.

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.3.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES, NO ÂMBITO DA ACMD

A relação de principais sistemas de informação da UPC encontra-se detalhada no Anexo 10 - Principais Sistemas de Informação em 2017.

INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR DE TI

As atividades do Comitê Gestor de TI em 2017 encontram-se detalhadas no Anexo 11 – Atividades do Comitê Gestor de TI.

DESCRIÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI

A relação dos treinamentos realizados encontra-se detalhada no Anexo 12 – Capacitação dos Integrantes do DEPTI em 2017.

FORÇA DE TRABALHO DE TI

O quantitativo que compõe a força de trabalho do DEPTI encontra-se detalhada no Anexo 13 –Força de Trabalho do DEPTI em 2017.

PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS TI IMPLEMENTADOS

De acordo com o planejamento previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) em vigor, o Departamento responsável, após a reformulação de seu quadro técnico, prevê a adoção e a implantação de metodologias e de boas práticas para o gerenciamento de serviços de TI empregadas por outros órgãos da Administração Pública e por empresas privadas em geral. Atualmente, as demandas por serviços são atendidas com o emprego da ferramenta CITSMART, para o registro das chamadas, sendo os relatórios de resultados armazenados mensalmente.

Visando à análise e melhoria de processos, em 2017, foi feito um *Workshop* coordenado pela Gerência de Governança (GEGOV) e conduzido por um especialista em processos da Secretaria-Geral (SG), que traçou o perfil do DEPTI, listando sua missão, visão, clientes, entradas, saídas e processos. Nessa ocasião, que tinha por objetivo que os integrantes do DEPTI tivessem contato com a metodologia de processos, foi mapeado o Gerenciamento de Demandas e o Planejamento de Contratação de TIC, atividade essa que muito colaborou para a melhoria do gerenciamento de serviços de TIC.

Dando continuidade ao mapeamento de processos, foram também mapeados os seguintes processos da Gerência de Infraestrutura e Serviços (GEINF):

- Atendimento ao usuário;
- Distribuição, substituição e recolhimento de equipamentos;
- Gerenciamento de usuários;
- Inicialização da Infraestrutura;
- Desligamento da Infraestrutura;
- Atendimento das demandas de cabeamento estruturado;
- Pagamento de Notas Fiscais;
- Instalação de *Acess Point;*
- Telefonia fixa;
- Telefonia móvel;
- Controle de acesso à ACMD;
- Suporte e atendimento à telefonia; e
- Envio e recebimento de documento e mensagens com a Marinha do Brasil.

Aproveitando o conhecimento produzido no mapeamento de processos, a GEINF elaborou um Guia de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações, que está servindo de base para o início da revisão do Portfólio/Catálogo de Serviços da ACMD, que será melhor trabalhado em 2018.

A necessidade de melhorias na ferramenta CITSMART foi documentada no processo SEI 60586.000368/2017-12, ficando o DEPTI com o compromisso perante a CISET de fazer, em 2018, um estudo de viabilidade técnica para verificar a possibilidade de mudança dessa ferramenta, que se encontra desatualizada e defasada em relação às novas demandas de gerenciamento de serviços de TIC.

Como ação paralela referente ao CITSMART, em 2017, foi implementado um *Feedback* na Pesquisa de Satisfação perante as manifestações relevantes ou críticas, sendo que esses usuários passaram a receber uma resposta da Coordenação de Apoio ao Usuário de Informática (COINF). Este procedimento visou orientar esses usuários envolvidos em questões críticas, tanto das ações executadas pelos técnicos responsáveis pelo atendimento das demandas, quanto das diretrizes da Política de Segurança da Informação e Comunicações da Administração Interna do Ministério da Defesa, esclarecendo as possibilidades do DEPTI diante das necessidades apresentadas, colaborando, dessa forma, para o aperfeiçoamento dos serviços de TIC na ACMD.

PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO

A descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o planejamento estratégico e o planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão, encontram-se detalhados no Anexo 14 – Projetos de TI desenvolvidos em 2017 e Anexo 15 – Contratos de TIC firmados em 2017.

MEDIDAS ADOTADAS PARA MITIGAR EVENTUAL DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS

As medidas tomadas estão relacionadas à forma de aquisição das soluções, assim como a sua respectiva gestão:

- Garantir, por intermédio da Gerência de Governança, que o Art. 12, Inciso VII da IN nº 04/2014 seja sempre observado para a definição de uma estratégia de continuidade contratual, observando-se regras para:
  - Transição Contratual;
  - Transferência de Conhecimento;
  - Estratégia de Continuidade Contratual;
  - Estratégia de Independência.
  - Desenvolvimento de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelo quadro de pessoal permanente do Ministério da Defesa (MD), ainda que a solução do problema esteja prevista em contrato;
  - Compartilhamento simultâneo de soluções obtidas durante a gestão do contrato;
  - Compartilhamento simultâneo de informações remetidas ou recebidas, por ocasião do contrato, de toda informação relacionada ao Ministério da Defesa (MD);
  - Compartilhamento de todas as informações contidas no backup da empresa terceirizada sempre que mencionado o Ministério da Defesa (MD) ou qualquer informação relacionada a este;
  - Sem prejuízo da previsão contratual quanto ao sigilo das informações amealhadas por ocasião do contrato firmado, confecção de termo de eliminação de todas as informações contidas no acervo digital da empresa terceirizada, a ser finalizado no prazo de 05 dias úteis depois da finalização do contrato.
- Garantir, por ocasião das contratações de serviços, que seja incluída, nos editais, a exigência dos seguintes itens:
  - Entrega da Documentação completa dos serviços;
  - Entrega de códigos fontes, se aplicável;
  - Documentação entregue atualizada e em língua portuguesa, preferencialmente;
  - Observar a aplicação de direitos autorais e de propriedade intelectual;
  - Fornecimento de repasse de conhecimentos para a equipe interna da TI, de modo a capacitar funcionários e reduzir ou mesmo eliminar a dependência de informações/tecnologia fornecidos pela empresa terceirizada
- Garantir que os bens e serviços adquiridos, sempre que possível, sejam baseados em padrões de mercado, de modo a existirem diversos fornecedores;
- Garantir, sempre que possível, que em escolhas tecnológicas, haja a compatibilidade com tecnologias já existentes;
- Se e quando o MD não dispor, munir-se de contratos e assessorias especializadas, para a correta escolha de tecnologias da informação e comunicações;
- Investir em capacitação da equipe interna de TI, quer seja por intermédio de treinamentos presenciais, à distância, participação em conferências ou em simpósios técnicos;
- Garantir o registro detalhado e formal de todas as tratativas entre a Contratante e a Contratada;
- Garantir o acompanhamento e a validação de técnicos responsáveis por todas as atividades da Contratada referentes à instalação, configuração, implantação ou manutenção.

PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES NA ESG

A ESG não tem contrato firmado com terceiros na área de desenvolvimento de sistemas de Tecnologia da Informação. A unidade tem buscado fazer uso de sistemas gratuitos e empregar sua equipe de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos da UNIDADE, porém, há carência de recursos humanos qualificados para a realização desta atividade.

A seguir estão identificados os sistemas de informação utilizados e suas funções, a necessidade de desenvolvimento de novos sistemas, além da relação de contratos que vigeram no exercício de 2017, com os demais dados pertinentes, conforme o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Escola.

PRINCIPAIS SISTEMAS COMPUTACIONAIS EM USO NA ESG

Tabela 84 Principais sistemas computacionais em uso na ESG (Posição 31/12/17)

SISTEMA/DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	GESTOR	PLATAFORMA
Sistema MicroISIS	É um sistema genérico de armazenamento e recuperação de informação para automação de Bibliotecas.	C4	Cliente-Servidor
Sistema de Controle de Acesso – INNER	Tem por finalidade controlar o acesso às instalações físicas da DTIC da ESG, a partir de um dispositivo programado.	CTIC	Cliente-Servidor
Sistema PERGAMUM	Tem por finalidade automatizar os procedimentos inerentes a uma biblioteca.	C4	Cliente-Servidor
Sistema de Informações Consolidadas (SInCo)	Sistema que consolida as informações de pessoal da ESG em um único banco de dados (BD)	DP e CTIC	Web
Sistema Integrado de Administração de Serviços–SIADS	Gestão de bens patrimoniais.	Gestão Pública	Web – Rede Serpro
ORION	Sistema de criptografia para assinatura digital de documentos	Comando da Marinha	Cliente-servidor
MBNET	Sistema de criptografia para trafegar mensagens e documentos entre Unidades da Marinha	Comando da Marinha	Cliente-servidor
Sistema de Pagamento de Pessoal - SIPPES	Sistema para implantar alterações na folha de pagamentos do pessoal do Exército	Comando do Exército	Ebnet
Sistema de Gestão da Aprendizagem MOODLE (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*)	Prover plataformas de ensino-aprendizagem para apoiar as atividades acadêmicas à distância e presenciais	NEAD	Web
SIGDEM	Sistema de Gestão de Documentos	CTIC	Web

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – ESG

NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SISTEMAS

Tabela 85 Necessidade de desenvolvimento de novos sistemas na ESG (Posição: 31/12/17)

NECESSIDADE	SITUAÇÃO
Biblioteca virtual. Objetivo: ampliar o ambiente de estudo e pesquisa apoiados por recursos de alta tecnologia	Aguardando pessoal qualificado para a realização da tarefa.
Sistema orgânico para gestão integrada acadêmica, de pessoal e administrativa. Objetivo: aumentar a confiabilidade e a funcionalidade das atividades de planejamento, execução e controle administrativos com uso mais intensivo dos serviços de TIC	Aguardando pessoal qualificado para a realização da tarefa.
Sistema de apoio à apresentação em auditório, com lousas inteligentes	Aguardando pessoal qualificado para a realização da tarefa.
Sistemas de simulação e Jogos Estratégicos	Aguardando pessoal qualificado para a realização da tarefa.

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – ESG

CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM 2017

Tabela 86 Contratos na Área de Tecnologia da Informação e Comunicação da ESG em 2017 (Posição: 31/12/2017)

CONTRATO	OBJETO	VIGÊNCIA		FORNECEDORES		CUSTO DO CONTRATO (R$)	VALOR DESEMBOLSO 2017 (R$)
		INÍCIO	FIM	CNPJ	DENOMINAÇÃO		
17/2017	Prestação de serviço telefônico (vip phone) DDD	01/09/17	31/08/18	40.432.544/0001-47	Claro S. A.	49.826,14	9.070,26
16/2017	Prestação de serviço telefônico (vip phone) DDR	01/09/17	31/08/18	40.432.544/0001-47	Claro S. A.	78.910,31	25.023,13
06/2013	Prestação de serviço de telefonia DDI	01/07/17	30/06/18	40.432.544/0001-47	Claro S. A.	6.009,70	1.996,32
12/2015	Compartilhamento de infraestrutura – Locação de postes para passagem de fibra ótica de interligação da ESG com o provedor Internet (RNP)	24/07/15	23/07/18	60.444.437/0001-46	Light Serviços Elétricos S. A.	13.028,12	13.028,12
20/2016	Prestação de serviço de telefonia móvel	01/10/17	30/09/18	40.432.544/0001-47	Claro S. A.	65.285,04	65.285,04
21/2016	Prestação de serviço internet móvel banda larga	01/10/17	30/09/18	02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S/A	1.848,00	616,00
21/2017	Aquisição de solução antivirus	31/08/17	30/08/20	21.748.841/0001-51	Tecnetworking Serviços e Soluções em TI Ltda.	85.000,00	85.000,00
20/2017	Prestação de serviço técnico de telecomunicações para identificação e arrumação da rede ótica	11/09/17	09/03/18	01.355.919/0001-60	Hanna e Rose Serviço e Comércio Ltda.	4.200,00	4.200,00
02/2017	Aquisição de equipamentos de TI, quais sejam servidor de arquivo e sistema de armazenamento	06/02/17	05/08/17	04.674.484/0001-05	JAGTEC INFORMATICA EIRELI - ME	501.980,00	501.980,00
04/2017	Aquisição de equipamentos de TI, quais sejam Switch Hub	06/02/17	05/08/17	11.099.588/0001-07	SOLARIS TELEINFORMÁTICA LTDA-EPP	470,00	470,00
05/2017	Aquisição de equipamentos de TI, quais sejam Mesa de Higienização para limpeza mecânica de acervo documental	06/02/17	05/08/17	15.567.891/0001-30	KD COMÉRCIO ATACADISTA LTDA-EPP	8.666,25	8.666,25
06/2017	Aquisição de equipamentos de TI, quais sejam aparelhos telefônicos, câmeras de vídeo, dentre outros	09/02/17	08/08/17	11.885.366/0001-01	LLED SOLUÇÕES INSTALAÇÕES E REFORMAS LTDA-EPP	6.376,00	6.376,00
12/2017	Aquisição de equipamentos de TI, quais sejam estação de trabalho	22/05/17	21/11/17	07.247.170/0001-14	MICRO MASTER INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA - ME	37.990,00	37.990,00
03/2017	Aquisição de equipamentos de TI, quais sejam estações de trabalho	06/02/17	05/08/17	09.388.567/0001-51	SHOW TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-EPP	2.134,00	2.134,00
26/2017	Aquisição de LICENÇA DE SOFTWARE TARIFADOR para a Central Telefônica PABX	10/10/17	31/12/17	02.469.680/0001-12	NEWSCON TELEINFORMATICA LTDA - EPP	8.000,00	8.000,00
23/2017	Prestação de serviço de TV por assinatura	13/09/17	12/09/18	02.352.819/0001-43	PURPLE SECURITY MASTER EIRELI EPP	7.320,00	7.320,00

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – ESG

RECURSOS HUMANOS

O CTIC tem uma demanda de trabalho diário que absorve por completo os esforços de todo o seu efetivo, conforme análise dos quadros 10 e 11.

O ano de 2017 iniciou com o efetivo do CTIC um pouco superior ao ano anterior, ocorrendo recompletamento parcial, não sendo possível, ainda, alcançar o nível desejável quantitativa e qualitativamente, gerando dificuldades para o cumprimento das tarefas diárias (rotina).

Tabela 87 Efetivo do CTIC/ESG (Posição: 31/12/17)

2017		
SEÇÃO	MILITAR	FORÇA
Chefia	CMG(RM1-T) Claudia	MB
Secretaria	SO RM 1 Carledes	MB
Sistemas	Cap Moreira	EB
	Ten Michaela	MB
	1SG Maria do Carmo	MB
	1SG Renato	FAB
	SD Teófilo	EB
	SD Dunga	MB
Redes	Ten Lúcio	EB
	Ten Noventa	EB
	ST Feijó	EB
	3S Denise	FAB
	SD Gustavo	MB
Suporte	SO RR Trindade	FAB
	CB José	EB
	CB Melo	FAB
	SD Philipe	EB
	SD Adriano	EB
Telefonia	SG David	MB
	SD Felipe	EB
	MB Davison	MB

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – ESG

4.3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)

INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, NO ÂMBITO DA ACMD

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) da Administração Central do Ministério da Defesa tem por objetivo geral definir as ações operacionais para o emprego efetivo dos meios e dos serviços ofertados pelo seu Departamento de Tecnologia da Informação (DEPTI).

O PDTIC constitui-se em uma ferramenta de referência para a governança, a gestão e o monitoramento das demandas e aquisições de TIC, sendo, portanto, fundamental o seu alinhamento estratégico com os planejamentos da área do Governo Federal e, também, com aqueles internos, no âmbito do Ministério da Defesa.

A sua elaboração tomou como referência inicial o Plano Diretor anterior, cuja validade se encerrou ao final de 2015. Para tanto, foi feita uma revisão do PDTIC 2012/2015 que contou com a participação das áreas de negócio do Ministério da Defesa. Como resultados daquela revisão foram obtidas as ações não realizadas ou aquelas realizadas em parte, mas que ainda continuam demandando recursos do DEPTI, sendo, portanto, novamente inseridas no escopo do planejamento atual. As novas demandas foram levantadas e ratificadas pelas áreas administrativas do Ministério da Defesa, gerando ações consolidadas em projetos também incorporados a este Plano.

Esta ferramenta apoia o DEPTI na coordenação e no controle do atendimento às necessidades de tecnologia da informação e comunicações do Ministério da Defesa no período de 2016 e 2019, sendo previstas atualizações e revisões periódicas, considerando-se mudanças nas áreas de negócio, em suas necessidades e expectativas e em seus objetivos, todas em conformidade com as normas internas e externas em vigor.

Sua elaboração e revisão foram autorizadas pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTINC) e abrangem toda a estrutura organizacional do Ministério da Defesa, com as seguintes exceções:

- Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica;
- Hospital das Forças Armadas;
- Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

Na busca por uma Administração Pública que prime pela melhor gestão dos recursos e maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, torna-se essencial a realização de um bom planejamento de TIC que viabilize e potencialize a melhoria contínua da performance organizacional. Para alcançar esse resultado, é necessário que haja um alinhamento entre as estratégias e ações da TIC e as estratégias organizacionais. Dessa maneira, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é o instrumento que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TI, definindo estratégias e o plano de ação para implantá-las.

Por ser o Plano Diretor uma das ferramentas de controle para a Governança, buscou-se o alinhamento estratégico aos planos do governo federal e do Ministério da Defesa, particularmente o Plano Plurianual (PPA), a Estratégia de Governança Digital (EGD) e o Plano Estratégico da Secretaria Geral do Ministério da Defesa.

Como resultado da 1ª revisão do PDTIC, em 2017, elaborou-se o alinhamento estratégico com o Plano Estratégico da Secretaria Geral (PESG), publicado em Instrução Normativa nº 2/SG/MD, de 20 de outubro de 2016, como descrito no anexo 16 - Alinhamento PDTIC, PESG E EGD.

INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, NO ÂMBITO DA ESG

Com a conclusão da revisão do Plano Estratégico da ESG (PLANESG) 2016/2019, o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação, criado por meio da Portaria nº 125/2014 (Anexo D), efetuou a revisão do Plano Estratégico de TIC (PETIC) 2016/2019, utilizando o PLANESG como balizador das necessidades de TIC da organização.

Desta forma, o PETIC, alinhado ao PLANESG, tem por finalidade garantir uma governança de TIC, direcionando melhor os investimentos nesta área de atividade, cujo detalhamento encontra lugar no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), que contém as orientações e as táticas a serem adotadas, não somente em termos do suporte à organização, mas no desempenho de seu papel estratégico para o cumprimento da missão organizacional.

Os princípios que orientam o PETIC da ESG correspondem àqueles considerados no PDTIC do Ministério da Defesa, uma vez que até o presente o MD ainda não publicou novo documento que separe o conteúdo do PETIC e PDTIC. Assim, com o propósito de alinhar o pensamento da Escola ao do MD, apoiado pela literatura referente à Gestão do Conhecimento, foram destacados os seguintes princípios:

EFICIÊNCIA – QUALIDADE - RACIONALIDADE. – ECONOMICIDADE - COLABORAÇÃO

Relaciona-se, a seguir, o alinhamento dos objetivos estratégicos organizacionais da ESG com os objetivos estratégicos de TIC (OTIC) da ESG:

Tabela 88 Alinhamento dos objetivos estratégicos organizacionais com os objetivos estratégicos de TI da ESG (Posição: 31/12/17)

OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS	OBJETIVOS DE TIC (OTIC)
OE.01 Implantar Campus Brasília	Participar das etapas do projeto de implantação do Campus Brasília inerentes à TIC, integrado ao campus Rio
OE.02 Reestruturação do Campus Rio de Janeiro	Ampliar e aperfeiçoar a disponibilidade e o emprego dos recursos de TIC para o suporte das atividades meio e fim desenvolvidas no campus Rio
OE.03 Aprimorar a Capacidade Acadêmica	Prover plataformas de ensino-aprendizagem para apoiar as atividades acadêmicas presenciais e à distância
	Prover meios para a implantação da gestão do conhecimento
	Ampliar o ambiente de estudo e pesquisa apoiados por recursos de alta tecnologia.
OE.04 Aprimorar a Gestão de Recursos Orçamentários	Otimizar os recursos orçamentários, mediante a ampla utilização da TIC
	Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários de TIC, alinhados ao plano estratégico
OE.05 Modernizar a Gestão de Recursos Humanos	Aumentar o contingente de pessoal especializado em TIC
	Prover atualização da qualificação técnica do pessoal especializado em TIC
OE.06 Aperfeiçoar a Capacidade Administrativa	Proporcionar à ESG maior sustentabilidade, mediante a utilização da TIC
	Aumentar a confiabilidade e a funcionalidade das atividades de planejamento, execução e controle administrativos com uso mais intensivo dos serviços de TIC
OE.07 Fortalecer as Relações Institucionais	Utilizar as possibilidades da Internet e das novas mídias para divulgar a Escola e acentuar a relação com o meio acadêmico e outras instituições congêneres, nacionais e internacionais
OE.08 Otimizar a Divulgação Acadêmica	Prover ferramentas de TIC para divulgação e disseminação da produção acadêmica, visando aos públicos interno e externo
OE.09 Assegurar adequado suporte logístico às necessidades da ESG	Prover ferramentas de TIC para o apoio ao suporte logístico das necessidades da ESG
OE.10 Modernizar os recursos de TIC	Aumentar a confiabilidade, disponibilidade e a funcionalidade do recursos materiais e de sistemas relativos às atividades de TIC
OE.11 Desenvolver a cultura de inovação	Prover ferramentas de TIC para acompanhar a inovação cultural da ESG
OE.12 Fortalecer as relações internacionais na área de Defesa	Prover ferramentas de TIC para apoio ao fortalecimento das relações internacionais da ESG na área de Defesa
OE.14 Modernizar os métodos e as técnicas de ensino-aprendizado	Prover ferramentas de TIC para o apoio às técnicas de ensino-aprendizado

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – ESG

4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

4.4.1 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, NO ÂMBITO DA ACMD

O Ministério da Defesa adota nas suas aquisições a prioridade para produtos reciclados e recicláveis para bens e serviços que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Certifica-se que na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras cujo objeto exija a aplicação de critérios de sustentabilidade são aplicadas as seguintes normas:

a) O art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
b) Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 01/2010 e 01/2014;
c) O Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Em conformidade com a determinação da Advocacia Geral da União (AGU) são incluídas as obrigações constantes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo - AGU - 3ª edição - março/2013; e
d) as obrigações constantes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo - Advocacia Geral da União - 3ª edição - MARÇO/2013.

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, NO ÂMBITO DA ESG

A Escola Superior de Guerra, em atendimento à legislação vigente sobre sustentabilidade, criou comissões estabelecidas na Portaria nº 37/GAB/ESG, de 31 de março de 2014, que prevê atividades relacionadas ao plano de gestão de logística sustentável. Objetivamente, essa portaria determinou a adoção de procedimentos de redução do consumo de serviços públicos.

Alinhado com essas determinações, procedimentos foram adotados no sentido de otimizar o uso de serviços de telefonia Fixa e Móvel, estabelecendo limites de consumo para os aparelhos celulares disponibilizados bem como a estruturação de um sistema de identificação de uso dos aparelhos fixos, possibilitando identificar desvios de utilização se ocorressem. Também foi orientado aos setores envolvidos com os processos de licitação, entenda-se o Ordenador de Despesas e o Chefe da Seção de Licitações e Contratos que observassem nos editais e contratos as normas e orientações contidas no Decreto 7.746/2012.

Por meio da Portaria nº 102/DP/ESG de 14 de junho de 2017, foi criada a comissão do Projeto Esplanada Sustentável (CPES) com o objetivo de desenvolver ações voltadas à melhoria do gasto público pela eliminação do desperdício e melhoria contínua da gestão dos processos, ao incentivo à implementação de eficiência energética nas edificações, ao estímulo para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos, à garantia da gestão integrada de resíduos pós consumo e à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A comissão supracitada deu continuidade à concretização das orientações da Portaria nº 37/GAB/ESG, de 31 de março de 2014, tendo efetivo sucesso quanto ao uso consciente e inteligente da energia elétrica, do uso dos recursos hídricos, reaproveitamento de papel (com o estímulo a impresso no verso do papel utilizado), o estabelecimento de ilhas de edição, onde diferentes setores compartilham o uso dos recursos de impressão, os quais compreendem contratos de prestação de serviço (o que gerou impacto significativo nos custos de aquisição de cartuchos).

Entretanto, muito ainda há de se realizar. Não foi possível, ainda, atender a determinação de realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados de forma que possam ser destinados às associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.

A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "ESG SUSTENTÁVEL"

A ESG por meio da Comissão Interna de Conservação de Energia Elétrica e Água (CICEA) desenvolveu, em 2017, o Programa: "ESG SUSTENTÁVEL", com o objetivo de adotar medidas educativas e estruturais no uso racional dos recursos hídricos e da energia elétrica. Os resultados são publicados na página da *intranet* da Escola.

Os Objetivos propostos para o ano de 2017 foram:

a. criar no público interno da ESG a mentalidade do consumo racional de energia;
b. disponibilizar informações para tomada de decisão do comando da ESG;
c. atingir as metas de redução proposta de CICEA/ 2015 para o ano de 2017; e
d. implementar ações progressivas de conscientização e controle de energia elétrica.

A CICEA, considerando a rotina da organização militar, aspectos climáticos, aquisição de novos equipamentos e as ações de promoção do uso de recursos energéticos de forma consciente, projetou para o ano de 2017 as seguintes metas de consumo:

Tabela 89 Metas de consumo mensal, no âmbito da ESG (Posição: 31/12/2017)

MÊS	CONSUMO KW 2014 (A)	CONSUMO KW 2015 (B)	CONSUMO KW 2016 (C)	MÉDIA META DE CONSUMO (A+B+C/3)
JAN	59.926	74.638	48.355	60.973
FEV	91.497	77.644	56.562	75.234
MAR	100.902	108.325	94.228	101.151
ABR	90.300	90.315	96.316	92.310
MAIO	67.674	79.399	72.267	73.113
JUN	70.426	76.215	52.654	66.431
JUL	60.835	66.009	55.515	60.786
AGO	64.777	62.881	45.834	57.830
SET	76.913	65.440	60.335	67.562
OUT	83.897	66.710	64.165	71.590
NOV	93.017	65.926	72.930	77.291
DEZ	79.694	57.145	66.567	67.802
TOTAL	**939.858**	**890.647**	**785.728**	**872.013**

Fonte: CICEA

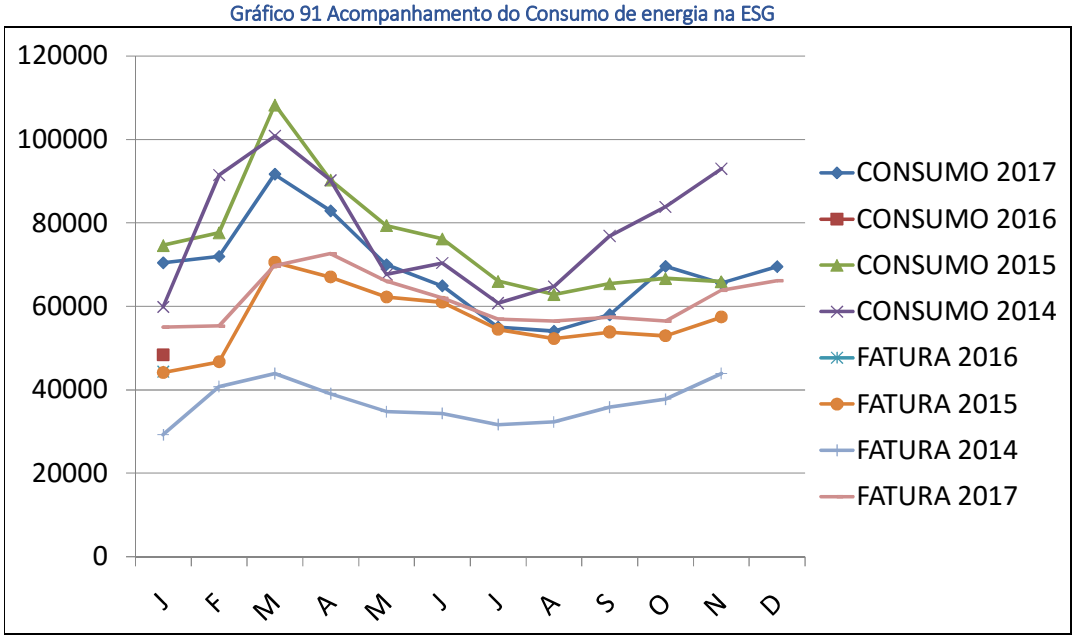
Entretanto, como pode ser observado na tabela a seguir, que demonstra o efetivo consumo do ano de 2017, apenas os meses de janeiro e dezembro ultrapassaram em consumo as metas estabelecidas, o que demonstra o efetivo sucesso da política de economia de energia. No gráfico comparativo do consumo dos anos 2014, 2015, 2016 e 2017 pode-se observar que existe uma evidente tendência de queda do consumo de energia elétrica, fruto das campanhas promovidas e substituição de equipamentos antigos por novos mais eficientes. Entretanto, essa queda não se reflete mecanicamente nas despesas de energia elétrica, as quais as tarifas sofreram sensíveis aumentos nos últimos dois anos.

Tabela 90 Consumo de energia elétrica na ESG anos 2016/2017

MÊS	CONSUMO EM KW /2016	CONSUMO EM KW /2017	FATURA EM R$ / 2016	FATURA EM R$ /2017
JAN	48.355	70.453	44.381,31	55.079,17
FEV	56.562	71.973	54.517,82	55.334,41
MAR	94.228	91.661	76.378,01	69.747,80
ABR	96.316	82.901	74.411,52	72.633,54
MAI	72.267	69.991	60.841,67	66.013,44
JUN	52.654	64.950	49.213,03	61.997,75
JUL	55.515	55.065	50.551,14	57.021,89
AGO	45.834	54.086	45.494,52	56.472,65
SET	60.335	58.032	52.882,58	57.491,15
OUT	64.165	69.615	57.227,45	64.280,37
NOV	72.930	65.578	60.997,57	63.890,08
DEZ	66.567	69.544	53.958,69	66.180,49

Fonte: CICEA

Gráfico 91 Acompanhamento do Consumo de energia na ESG

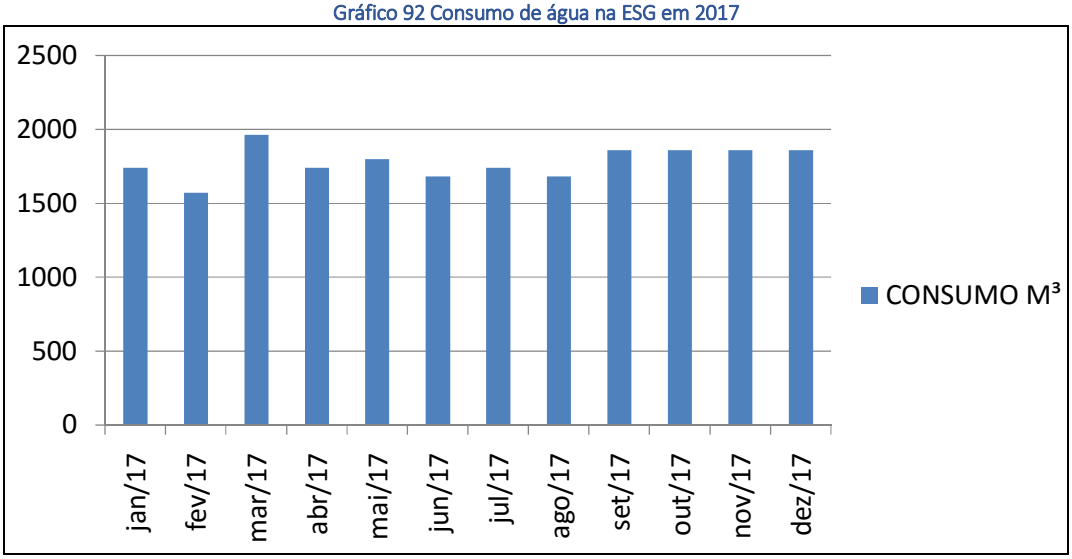


Fonte: CICEA

CONSUMO DE RECURSOS HÍDRICOS

O patamar do consumo de água na ESG se manteve constante no ano de 2017 em relação a 2016. Como pode ser observado na Tabela-3, esse consumo se manteve constante ao longo do ano de 2017.

Gráfico 92 Consumo de água na ESG em 2017



Fonte: CICEA

COLETA DE LIXO E RECICLAGEM

A ESG realiza a separação dos resíduos em determinados setores, sendo utilizados contêineres coloridos conforme a natureza do resíduo, os quais são recolhidos pelas empresas contratadas. Após tal fase, esta Escola não tem o controle se ocorre alguma destinação a associações cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.

4.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

4.5.1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DOS FUNDOS NA GESTÃO DA UNIDADE

FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA – FMD

O Fundo do Ministério da Defesa – FMD, de natureza contábil, destina-se a complementar os recursos orçamentários e financeiros da Administração Central do Ministério da Defesa, com o objetivo de proporcionar meios para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de interesse militar e de prover a Administração Central e os Comandos Militares de meios administrativos complementares para implementação de programas enquadrados nas suas atividades.

O FMD na Administração Federal é a Unidade Orçamentária código **52901** e recebe dotações específicas consignadas pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Constitui, também, a Unidade Gestora código **111415**.

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Fundo do Ministério da Defesa (FMD) foi criado pela Lei nº 7.448, de 20 de dezembro de 1985, com a denominação de "Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas" (Fundo do EMFA) e regulamentado pelo Decreto nº 92222, de 27 de dezembro de 1985. Sua nomenclatura atual foi alterada pelo art. 17-A da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

Com a transformação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) em Ministério da Defesa (MD) a estrutura interna foi modificada por novo Regimento Interno que criou as atuais Secretarias, Departamentos, Divisões e Coordenações. Diante desta transformação, houve a necessidade de atualização da legislação do Fundo do Ministério da Defesa (FMD), que ainda está baseada na legislação do antigo Fundo do EMFA. A CISET em seu Relatório de Auditoria nº 03/2005/GEAUD/CISET-MD, recomendou a atualização desta legislação, que foi iniciada em 29 de agosto de 2005, através do Processo 60584.000080/2005-24.

Está em tramitação do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República, Exposição de Motivos nº 00018/2017 MD MF MP, (SEI-0397873), de 13 de janeiro de 2017, submetendo à deliberação da Presidência o projeto de lei que dispõe sobre atualização das regras do Fundo do Ministério da Defesa (FMD) e revogação da Lei nº 7448, de 20 de setembro de 1985.

Decorridos mais de dez anos do início deste processo, a cada nova mudança nos mandatos presidenciais, bem como nas alterações dos titulares do Ministério da Defesa, o processo é restituído para nova apreciação e reapresentação das propostas pelo novo dirigente da Pasta. Dessa forma, na atual gestão, o Processo 60585.000080/2005-24 encontra-se sobrestado na Gerência de Atos e Procedimentos (GAP), conforme Despacho nº 133 SG-MD (SEI-0445907), de 03 de maio de 2017.

PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

O Fundo MD não executa diretamente suas despesas. A execução é realizada através de descentralizações internas e externas, tanto de crédito quanto de recursos financeiros.

O Planejamento Orçamentário e Financeiro, elaborado pela administração do FMD, tem como base os subsídios fornecidos pela Gerência de Patrimônio, Obras e Serviços (GEPOS), UG-110528 e pelo Fundo de Rações Operacionais (FRO-MD), subordinado à Subchefia de Integração Logística (UBILOG), UG-110530, nos quais são solicitados os recursos a serem descentralizados para a Unidade Gestora – 110404 - DEADI, bem como para os Comandos Militares.

As receitas do **Fundo do MD** são constituídas de recursos próprios gerados pela arrecadação das taxas recolhidas dos permissionários dos PNR, do aluguel de instalações cedidas mediante contrato de permissão de uso de área pública sob a Administração Central do Ministério da Defesa e dos rendimentos das aplicações financeiras mantidas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

As receitas do Fundo de Rações Operacionais (**FRO-MD**) são constituídas dos rendimentos da aplicação financeira nº **104-0875-006-00900.008-6**, da Caixa Econômica Federal, Agência Ministério da Defesa.

As movimentações das contas de aplicação financeiras estão registradas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), nos processos: **60584.000782/2016-61**, conta **333.142-3**, Banco do Brasil, Agência Governo, recursos do Fundo do MD; **60584.000783/2016-13**, conta **900.007-8**, Caixa Econômica Federal, Agência Ministério da Defesa, recursos do Fundo MD; e **60584.000784/2016-50**, conta **900.008-6**, Caixa Econômica Federal, Agência Ministério da Defesa, recursos do Fundo de Operações Racionais (FRO-MD).

A aplicação financeira **900.007-8**, da CEF (MD), em 31 de dezembro de 2016 apresentava saldo de **R$ 6.484.131,48**, obteve rendimentos de **R$ 631.798,08**, não houve resgate. Encerrou o exercício financeiro de 2017 com saldo de **R$ 7.115.929,56**.

A aplicação financeira **900.008-6**, da CEF (MD), em 31 de dezembro de 2016 apresentava saldo de **R$ 5.007.418,84**, obteve rendimentos de **R$ 487.986,54**, houve resgate de **R$ 124.000,00**. Encerrou o exercício financeiro de 2017 com saldo de **R$ 5.371.405,38**.

A aplicação financeira **333.142-3**, no Banco do Brasil, em 31 de dezembro de 2016 apresentava saldo de **R$ 11.011.517,37**, obteve rendimentos de **R$ 1.069.733,90**, houve resgate de **R$ 950.000,00**. Encerrou o exercício financeiro de 2017 com saldo de **R$ 11.131.251,27**.

Tabela 91 Fundo do Ministério da Defesa

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			**Código SIORG**: 041066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo do Ministério da Defesa			
Denominação abreviada: FMD			
Código SIORG: 041066	**Código LOA:** 52901		**Código SIAFI:** 111415
Natureza Jurídica: Fundo		**CNPJ**: 035.380.880.0001/98	
Principal Atividade: Orçamentária e Financeira			**Código CNAE:** 8422-1/00
Telefones/Contato:		(061)3312-4195	(061)3312-4214
Endereço Eletrônico: Fundomd.@defesa.gov.br			
Página na Internet: http://www.defesa.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco "O", sala 206, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70053-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal Art. 70, Lei nº 7.448, de 20 de dezembro de 1985. Cria o Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas – FEMFA e dão outras providências (DOU de 23 de dezembro de 1985), nomenclatura alterada pelo art. 17-A da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com redação dada pela Medida Provisória n° 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, Fundo do Ministério da Defesa (FMD). Decreto nº 92.222, de 27 de dezembro 1985. Aprova o Regulamento do Fundo do Estado Maior das Forças Armadas – FEMFA (DOU de 30 de dezembro de 1985), alterado pelo Decreto nº 2.602, de 22 de maio de 1998, e Portaria 1.192/D3, de 16 de abril de 1986.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 564/MD, de 12 de março de 2014. Aprova o Regimento Interno do Ministério da Defesa (DOU nº 049, de 13 de março de 2014).			
Unidades Gestoras e Gestão relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Concedeu Crédito			
110404	Departamento de Administração Interna - DEADI		
772001	Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha - DGOM		
Concedeu Financeiro			
110404	Departamento de Administração Interna - DEADI		
773001	Diretoria de Finanças da Marinha		
Recebeu Financeiro referente à Taxa de PNR			
110404	Departamento de Administração Interna –DEADI – MD		
120001	Gabinete do Comandante da Aeronáutica – GABAER - FAB		
120006	Grupamento de Apoio de Brasília – GAP-BR - FAB		
120052	Subdiretoria de Pagamento de Pessoas – SDPP - FAB		
160052	1º Regimento de Cavalaria de Guarda – 1º RCGG - EB		
160063	Centro de Pagamento do Exército - CPEX		
773200	Pagadoria de Pessoal da Marinha – PAPEM- PAÍS		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Gestão Tesouro		

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

DO ORÇAMENTO DO FMD

Com base na Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, (LOA), a Unidade Orçamentária 52901, Fundo do Ministério da Defesa – FMD, recebeu a dotação inicial de **R$ 3.872.024,00**. Após as provisões e destaques concedidos restou em 31/12/2017 o crédito

orçamentário não utilizado (crédito disponível) da ordem de **R$ 99.077,00**, conforme demonstrado no quadro um, tendo executado 97,44 % do crédito recebido no exercício.

Tabela 92 Orçamento Executado do FMD (Situação: 31/12/2017)

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R$
Dotação Inicial	3.872.024,00
(-) Alteração da Lei Orçamentária	
(-) Crédito Bloqueado para Remanejamento	
(=) Dotação Autorizada	**3.872.024,00**
(-) Provisão Concedida	-3.703.728,22
(-) Destaque Concedido	-69.218,78
(=) Saldo das Movimentações Orçamentárias	**-3.772,947,00**
(=) Crédito Disponível	**99.077,00**

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

DAS RECEITAS DO FMD

As receitas escrituradas na unidade gestora do FMD somaram **R$ 3.668.969,24**, sendo que, dessas receitas a quantia de **R$ 69.276,19**, refere-se à arrecadação da fonte 0100.

Cabe ressaltar que a receita orçamentária arrecadada pela unidade vinculada à fonte 0100 – Tesouro Nacional, **R$ 69.276,19**, não representa entrada efetiva de recurso no Fundo. Oriundas de Fonte do Tesouro Nacional são escrituradas nas Unidades Gestoras que as arrecadam, no entanto, no mesmo momento, a regra de contabilização transfere os recursos financeiros à Secretaria do Tesouro Nacional, conforme detalhado no quadro dois.

Estas receitas constituem ressarcimento das despesas com o consumo estimado de energia elétrica utilizada pelas empresas cessionárias de direito real de uso de área pública sob jurisdição da Administração Central do Ministério da Defesa.

Tabela 93 Controle Contábil das Receitas do FMD (Situação: 31/12/2017)

FONTE DE RECURSOS DETALHADA		NATUREZA DA RECEITA		REALIZADA R$	% DA RECEITA
250110101	FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	13100111	TAXA OCUP. PNR	1.079.507,69	29,42
		13100211	REC. CONCESS. DIR. USO ÁREA PÚBLICA	330.666,84	9,01
		19909911	STN - OUTRAS RECEITAS	69.276,19	1,89
SUB TOTAL - FONTE 0250110101				**1.479.450,72**	**-**
280110101	RECEITAS FINANCEIRAS PROPRIAS	13210011	REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.189.518,22	59,68
SUB TOTAL - FONTE 0280110101				**2.189.518,22**	**-**
TOTAL DAS RECEITAS				**3.668.969,24**	**100,00**

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Considerando-se apenas as receitas vinculadas às fontes próprias (50 e 80) da Unidade Orçamentária 52901 – FMD, a arrecadação totaliza **R$ 3.599.693,05**. Quanto à natureza das receitas arrecadadas a oriunda de juros decorrentes de aplicações financeiras foi a mais representativa, correspondendo a **60,83 %** de todo o recurso arrecadado no exercício, conforme demonstrado no quadro três.

Tabela 94 Receitas Realizadas do FMD (Situação: 31/12/2017)

FONTE DE RECURSOS DETALHADA		NATUREZA DA RECEITA		REALIZADA R$	% DA RECEITA
250110101	FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	13100111	TAXA OCUP. PNR	1.079.507,69	29,99
		13100211	REC. CONCESS. DIR. USO ÁREA PÚBLICA	330.666,84	9,19
SUB TOTAL - FONTE 0250110101				1.410,174,53	-
280110101	RECEITAS FINANCEIRAS PROPRIAS	13210011	REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.189.518,22	67,21
SUB TOTAL - FONTE 0250110101				2.189.518,22	-
TOTAL DAS RECEITAS				3.599.693,05	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

DESCENTRALIZAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO FMD

Tabela 95 Descentralizações orçamentárias concedidas do FMD (Situação: 31/12/2017)

ÓRGÃO/UNIDADE BENEFICIADA			DESCENTRALIZ. INTERNA (PROVISÃO)	DESCENTRALIZ. EXTERNA (DESTAQUE)
MINISTÉRIO DA DEFESA	110404	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	3.703.728,22	
COMANDO DA MARINHA	772001	DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA MARINHA		69.218,78
SUBTOTAL			3.703.728,22	69.218,78
TOTAL DE CRÉDITOS CONCEDIDOS				3.772.947,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

As movimentações de crédito promovidas no âmbito do Fundo ocorreram no Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa (2108), Ação 2000 – Administração da Unidade nas Naturezas de Despesas listadas no quadro abaixo.

Tabela 96 Descentralizações orçamentárias por Programa de Trabalho e Natureza de Despesa Detalhada, do FMD (Situação: 31/12/2017)

NATUREZA DA DESPESA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	PROVISÃO CONCEDIDA DEADI	DESTAQUE CONCEDIDO COMANDOS	CRÉDITO DISPONÍVEL
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	33.186,00	0,00		33.186,00
339015	DIÁRIAS PESSOAL MILITAR	600,00	600,00		0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	31.393,16	0,00	31.393,16	0,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3000,00	3.000,00		0,00
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURIDICA	3.711.102,76	3.676.577,14	34525,62	0,00
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.425,99	5.425,99		
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.125,09	18.125,09		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	65.891,00			65.891,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERNAMENTE	3.300,00		3.300,00	0,00
TOTAL		3.872.024,00	3.703.728,22	62.218,78	99.077,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

DESCENTRALIZAÇÕES FINANCEIRAS

As transferências financeiras concedidas (repasses e sub-repasses), oriundas da execução orçamentária, demonstradas no quadro abaixo.

Tabela 97 Descentralizações Financeiras Orçamentárias do FMD (Situação: 31/12/2017)

ÓRGÃO/UNIDADE BENEFICIADA			DESCENTRALIZ. EXTERNA (REPASSE) 35.112.0200	DESCENTRALIZ. INTERNA (SUB-REPASSE) 35.112.0300
MINISTÉRIO DA DEFESA	110404	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA		1.602.230,19
COMANDO DA MARINHA	773001	DIRETORIA DE FINANÇAS DA MARINHA	69.218,78	
SUBTOTAL			**69.218,78**	**1.602.230,19**
TOTAL DE RECURSOS FINANCEIROS CONCEDIDOS - 35.112.0000				**1.671.448,97**

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

Quanto a movimentação de recursos não vinculados ao orçamento de 2017, ou seja, referentes a restos a pagar e demais transferências concedidas o FMD transferiu os valores registrados no quadro a seguir.

Tabela 98 Descentralizações Financeiras Extraorçamentárias do FMD (Situação: 31/12/2017)

ÓRGÃO/UNIDADE BENEFICIADA			RESTOS A PAGAR 35.122.0100
FONTE - 0250110101	110404	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	12.788,37
FONTE - 0280110101	110404	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	565.871,88
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA RP			**578.660,25**

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

DISPONIBILIDADE DE RECURSOS A UTILIZAR

Ainda tratando de informações pertinentes aos recursos financeiros na unidade, a partir de consultas aos registros do SIAFI, o quadro a seguir, registra a apuração da adequabilidade do saldo escriturado na conta 821110000 – Disponibilidade de Recursos a Utilizar.

Tabela 99 Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR) no FMD (Situação: 31/12/2017)

FONTE	RECURSOS FINANCEIROS		DEPÓSITOS DE TERCEIROS	DDR A UTILIZAR IDEAL (C) = (A+B)	DDR A UTILIZAR ESCRITURADA NA UG (D)	DIFERENÇA (E) = (C-D)
	APLICAÇÕES FINANCEIRAS (A)	LIMITE DE SAQUE (B)				
0250110101	12.703.501,12	158.200,71	0,00	12.861.701,83	12.861.701,83	0,00
0280110101	10.915.085,09	256.298,68	0,00	11.171.383,77	11.171.383,77	0,00
TOTAL	23.618.586,21	414.499,39	0,00	24.033.085,60	24.033.085,50	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

As informações contidas no quadro acima demonstram não haver divergências entre a DDR a utilizar ideal e a DDR a Utilizar escrituradas na Unidade.

SALDOS FINANCEIROS DO FMD

Os saldos financeiros existentes em 31 de dezembro, compostos pelos saldos existentes em dezembro de 2016, acrescidos dos ingressos menos os dispêndios ocorridos no exercício de 2017, estão demonstrados na tabela abaixo.

Tabela 100 Fluxo Financeiro do FMD (Situação: 31/12/2017)

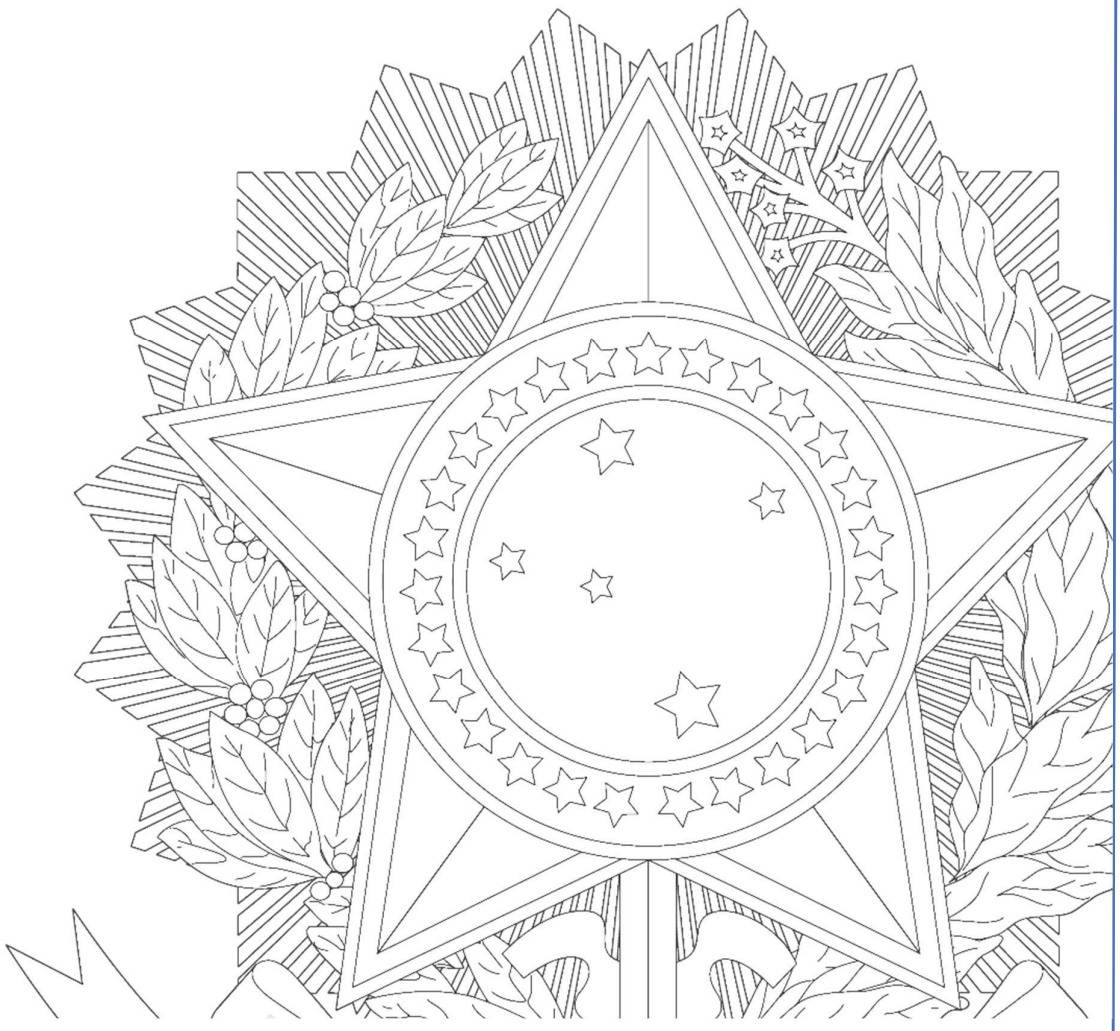
SALDOS FINANCEIROS 31-DEZ-2016		INGRESSOS		DISPÊNDIOS		SALDOS FINANCEIROS 31-DEZ-2017	
FUNDO APLICAÇÃO FINANCEIRA	22.503.067,69	RECEITAS	3.602.633,05	REPASSE CONCEDIDO	69.218,78	FUNDO APLICAÇÃO FINANCEIRA	23.618.586,21
LIMITE DE SAQUE (CTU)	177.494,08			SUB-REPASSE CONCEDIDO	1.602.230,19	LIMITE DE SAQUE (CTU)	414.499,39
				TRANSF. FINANCEIRA PAGAMENTO RP	578.660,25		
TOTAL (A)	22.680.561,77	TOTAL (B)	3.602.633,05	TOTAL (C)	2.250.109,22	TOTAL (D=A+B-C)	24.033.085,60

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

ANÁLISE CRÍTICA

Nos dados apurados no acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Fundo do Ministério da Defesa – FMD, posição em 31 de dezembro de 2017, realizados tendo como base consultas em Balancete extraído no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e em planilhas obtidas no Tesouro Gerencial, não foram constatadas inconsistências.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE



5.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

OUVIDORIA

Criada pelo Decreto nº 7.974/2013 e com suas competências aprovadas pelo Regimento Interno da Portaria Normativa nº 564/MD/2014, a Ouvidoria, vinculada ao Gabinete do Ministro, é o canal de comunicação direto entre o cidadão e o Ministério da Defesa, por meio do qual é possível registrar elogios, denúncias, reclamações, solicitações e sugestões. A ouvidoria recebe manifestações internas, dos que trabalham no órgão, e externas, da sociedade em geral. O tratamento das manifestações recebidas possibilita à instituição rever e melhorar os seus processos e serviços. A Ouvidoria segue as recomendações da Instrução Normativa 01/2014 da Ouvidoria-Geral da União para receber, dar tratamento e oferecer respostas às manifestações recebidas, bem como para o acompanhamento do andamento, definição dos prazos de resposta e outros aspectos importantes.

Canais disponibilizados para manifestação do cidadão:

Sistema: e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal)
E-mail: ouvidoria@defesa.gov.br
Telefone: (61) 2023-9400
Presencial: das 9h às 12h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados
Carta: endereçada ao Ministério da Defesa: Esplanada dos Ministérios – Bloco "Q" - Portaria "B" - 9º andar – Sala 952 – CEP. 70.049-900 Brasília – DF

No ano de 2017, a Ouvidoria registrou um total de 1.891 manifestações. O e-OUV foi a forma mais utilizada para registro das manifestações, com 1.307 registros (69%). Desse total, 267 foram denúncias encaminhadas para apuração e 135 sugestões remetidas para apreciação dos órgãos responsáveis. Quanto à origem das manifestações, verifica-se que 50,8% das demandas decorreram do público externo. É de se registrar que 84% das manifestações recebidas foram resolvidas no mesmo dia.

A Ouvidoria realiza pesquisa de satisfação junto aos solicitantes. Funciona assim: é encaminhado ao cidadão, juntamente com a resposta à sua manifestação, um questionário de pesquisa com o objetivo de aferir o seu nível de satisfação. Das 1.891 demandas finalizadas, a Ouvidoria recebeu um retorno de 194 questionários de pesquisa respondidos, o que equivale a cerca de 9.3% do total. A Ouvidoria está atenta aos indicadores "Regular" e "Fraco" apontados e empenhada no contínuo aprimoramento da qualidade do serviço prestado ao cidadão.

Apresentamos a seguir quadros com informações detalhadas sobre as manifestações recebidas (quantidades por tipo de canal; origem; natureza; temática e tempo de resposta) e sobre os resultados da pesquisa de satisfação (atendimento prestado; e qualidade e prazo da resposta), referentes às demandas finalizadas no ano de 2017.

Gráfico 93 Registro de Manifestações Ouvidoria MD

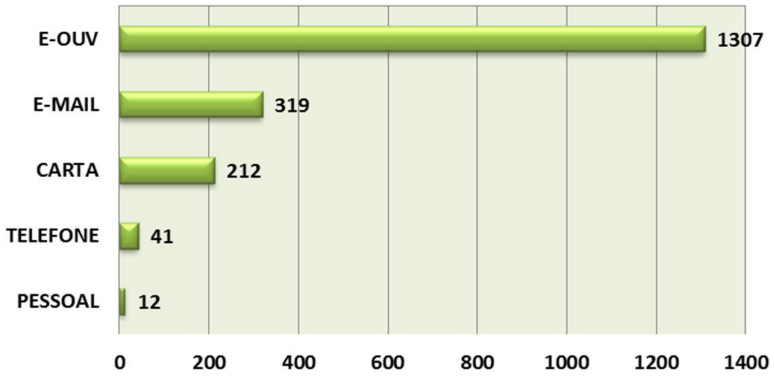


Gráfico 94 Origem das Manifestações Ouvidoria MD

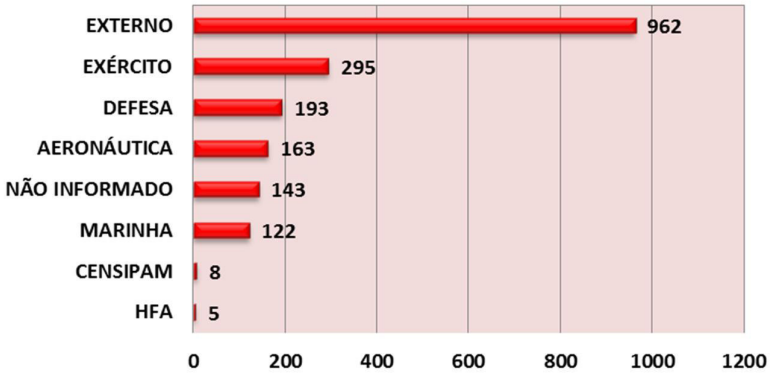


Gráfico 95 Natureza das Manifestações Ouvidoria MD

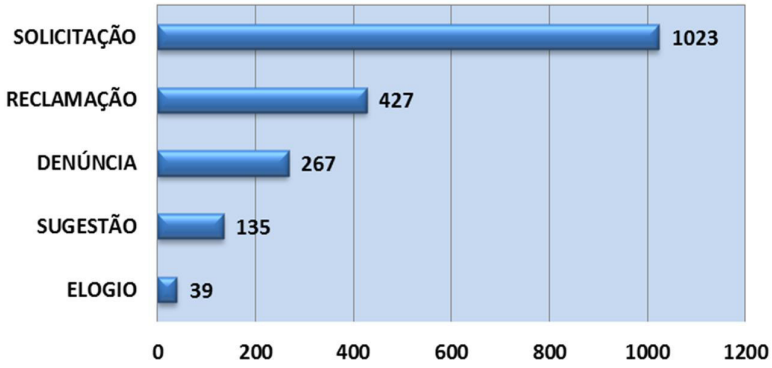


Gráfico 96 Temática das Manifestações Ouvidoria MD

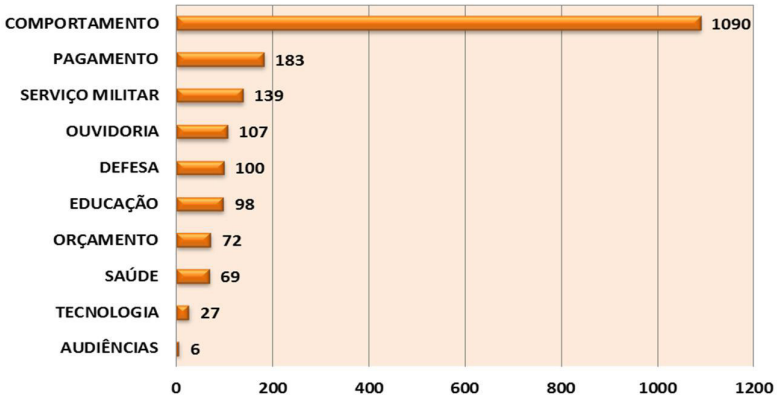


Gráfico 97 Tempo de Resposta Ouvidoria MD

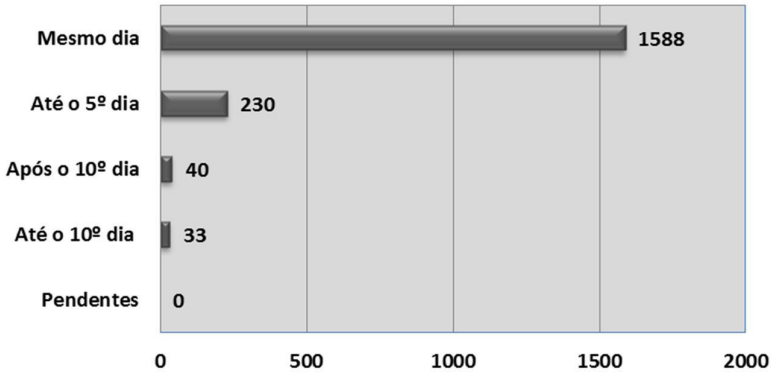
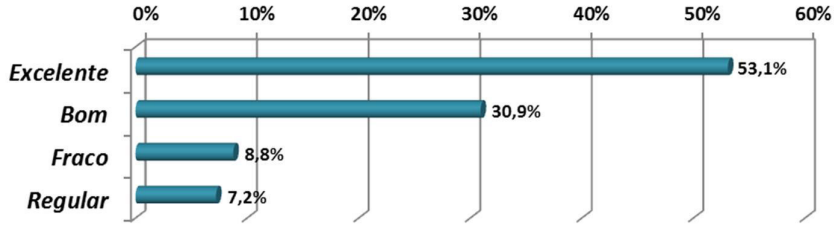
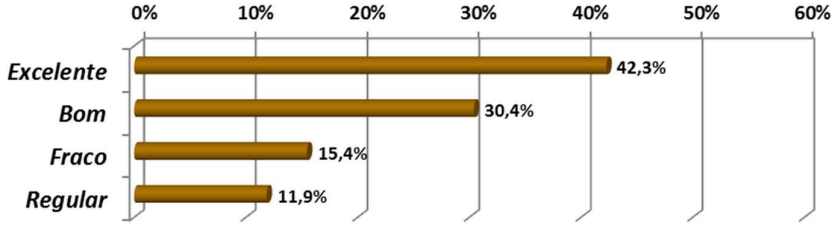


Gráfico 98 Atendimento prestado pela Ouvidoria MD



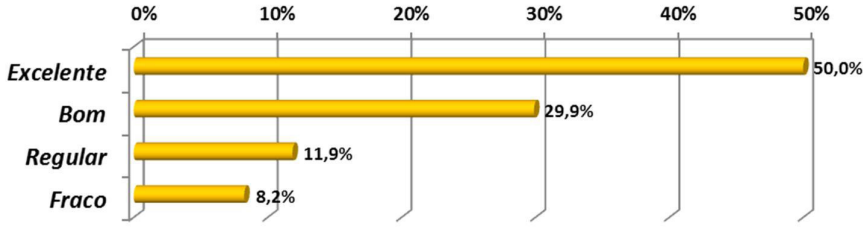
Verifica-se que os indicadores “Excelente” e “Bom” atingiram 84%.

Gráfico 99 Qualidade da resposta da Ouvidoria MD



72,7% dos respondentes consideraram “Excelente” e “Bom”

Gráfico 100 Prazo de resposta da Ouvidoria MD



79,9% dos respondentes consideraram “Excelente” e “Bom”

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Defesa (SIC-MD) atende às demandas de acesso à informação nos termos da Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação) e pode ser acessado pelo sítio http://www.defesa.gov.br/servico-de-informacoes-ao-cidadao. Seu funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 18h, na Esplanada dos Ministérios Bl. Q 1º andar – sala 151. O SIC atende às demandas dos cidadãos recebidas por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), bem como as solicitações feitas presencialmente e, em situações menos frequentes, a pedidos feitos por e-mail.

Em 2017, o SIC-MD recebeu um total de 893 pedidos de acesso à informação, sendo 537 reencaminhados a diversos órgãos da Administração Federal e aos Comandos Militares, por não se tratarem de assuntos afetos à administração central do Ministério da Defesa. Do total de pedidos recebidos 356 foram respondidos pelo SIC-MD. Desses, 190 tiveram a solicitação de informação concedida, sendo que os demais tiveram o seguinte tratamento:

a) 58 em que o Órgão não tinha competência para atender ao pedido;
b) 10 não se tratavam de solicitação de informação, nos termos da Lei nº 12.527/2011;
c) 34 que tiveram o acesso negado;
d) 36 que tiveram o acesso parcialmente concedido;
e) 12 em que a informação era inexistente;
f) 13em que a pergunta foi considerada duplicada/repetida; e
g) 3 que foram encaminhados para o Sistema e-Ouv.

Das solicitações respondidas, foram interpostos 36 recursos de 1ª instância (autoridade hierarquicamente superior), 9 recursos de 2ª instância (autoridade máxima do órgão) e 6 recursos em grau de 3ª instância (Controladoria-Geral da União), sendo que apenas 1 seguiu para a 4ª instância (Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI). Além disso, o SIC recebeu 33 solicitações de informação por meio do endereço eletrônico sic@defesa.gov.br e nenhuma demanda presencial. As 33 correspondências eletrônicas foram respondidas.

Conforme já dito anteriormente, no exercício de 2016, o indicador de desempenho criado para o SIC-MD começou a ser mensurado com o objetivo de avaliar a eficácia do serviço prestado. Trata-se do Índice de nível de serviço – INS, que visa apurar a

quantidade de pedidos atendidos em prazo ≤ 20 dias, em relação ao total de pedidos feitos no período. A meta estabelecida para o exercício de 2017 foi executar acima de 85% dos atendimentos anuais do SIC/MD em prazo inferior a 20 dias. A apuração do INS é mensal e utiliza os relatórios estatísticos do e-SIC da CGU como fonte de dados. Abaixo os resultados obtidos:

Tabela 101 Aferição do nível de serviço do SIC-MD, por meio do Índice de Nível de Serviço

Objetivo:	mensurar o nível de serviço do SIC-MD
Meta estabelecida para o período:	atender, em até 20 dias (em prazo ≤ 20 dias), pelo menos 85% dos pedidos de acesso à informação, formulados ao SIC/MD, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI).
Ações envolvidas:	Obter mensalmente junto ao e-SIC/CGU, a quantidade de pedidos de informação atendidos em prazo ≤ 20 dias e a quantidade total de pedidos encaminhados ao MD no período, fazer a relação entre ambos e multiplicar o resultado por 100 (aplicar a fórmula do indicador).
Fórmula:	INS = 100 x (Total de atendimentos realizados ≤ 20 dias / Total de atendimentos realizados)
Metas alcançadas:	A média anual referente ao exercício de 2017 revelou que 89,6% dos pedidos formulados ao SIC-MD foram atendidos em prazo ≤ 20 dias.

Tabela 102 Indicador INS (Índice de Nível de Serviço do SIC/MD)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Total de pedidos recebidos	38	30	34	32	33	37	31	28	19	39	20	15	**356**
Total respondidos ≤ 20 dias	36	26	31	25	29	33	28	28	19	33	17	14	**319**
Total respondidos > 20 dias (Prorrogações de prazo solicitadas pelos órgãos do MD consultados pelo SIC)	2	4	3	7	4	4	3	0	0	6	3	1	**37**
INS-SIC/MD (%)	94,70	86,70	91,18	78,13	87,88	89,19	90,32	100	100	84,62	85	93,30	**90,09**
Tempo médio de resposta (dias)	15,84	16,70	14,12	15,97	13,39	8,42	10,24	9,93	12,11	12,41	13,05	11,14	**12,77**

Fonte: e-SIC CGU (Relatórios estatísticos)

Análise: A meta alcançada em 2017, de atendimento de 90,09% dos pedidos recebidos pelo SIC-MD em prazo ≤ 20 dias, demonstra a eficácia do atendimento do SIC-MD, uma vez que a meta estabelecida para 2017, de atendimento de pelo menos 85% dos pedidos em até 20 dias, foi superada.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

São desenvolvidas ações de Comunicação Social, por meio da divulgação de atividades e ações institucionais e de informação sobre temas relevantes, com o objetivo de aproximar o Ministério da Defesa (MD) da Sociedade e do público interno e como forma de prestação de contas e de propiciar maior transparência. Rotineiramente é realizada a divulgação dos programas, projetos e ações institucionais do MD. As ações de comunicação social são proativas e reativas em relação ao que é divulgado pela mídia, sugerindo e apoiando pautas, respondendo a questionamentos e demandas dos meios de comunicação e colaborando na intermediação entre meios de comunicação e fontes da área da Defesa em torno de assuntos específicos. As ações de Comunicação Social estão divididas nas seguintes áreas principais: imprensa, promoção institucional, mídias sociais, TV Defesa e Rádio.

IMPRENSA

Esta área é responsável pelo planejamento estratégico e divulgação da comunicação interna e externa, bem como o atendimento às demandas de veículos de comunicação, acompanhamento de entrevistas, realização de coletivas de imprensa, intermediação com as áreas técnicas e questionamento relacionados às Forças Armadas.

Em 2017 foram atendidas em torno de 1.700 demandas de imprensa, produzidas e publicadas 467 matérias e 47 avisos de pauta (convocações para a imprensa) no portal do Ministério da Defesa (www.defesa.gov.br). Também foram promovidos e/ou apoiados entrevistas e encontros do ministro da Defesa e porta vozes com jornalistas dos diversos veículos de comunicação.

Os veículos de comunicação do País registraram em 2017 aproximadamente 21.439 notícias citando o Ministério da Defesa, das quais 29% foram positivas, 54% neutras, 9% negativas e 8% reativas. Desse montante, 2.404 matérias foram publicadas nos jornais impressos, 14.613 nos portais de internet, 1.815 veiculadas em rádio e 2.607 em televisão. Dentre os principais temas tratados estão as Forças Armadas, Segurança Pública (GLO) Indústria de Defesa, Defesa Nacional e Diplomacia de Defesa.

PROMOÇÃO INSTITUCIONAL

A área de Promoção Institucional é encarregada da programação visual, editoração e divulgação de produtos para o público interno e externo. Criação de identidade visual, *e-mail marketing*, *presskit*, publicações e projetos gráficos de *folders*, cartazes, *banners* e folhetos, são as principais ações desenvolvidas. Ao longo de 2017, foram realizados cerca de 80 produtos para o público externo e interno.

MÍDIA DIGITAL

Por intermédio das mídias sociais o MD busca interagir diretamente com o cidadão, publicando notícias do Ministério e das Forças Armadas, e divulgando fatos relacionados ao tema Defesa.

A área de Mídia Digital responde pela diagramação, curadoria de conteúdo, planejamento estratégico, que inclui programação diária, semanal, mensal e anual de toda a publicação divulgada nas redes sociais. É responsável também por interagir com os seguidores das redes do MD. São respondidas dúvidas, questionamentos, críticas e sugestões. As perguntas cujas respostas já constem em banco de dados são retornadas em até uma hora, durante o horário comercial.

No caso de perguntas que necessitam de uma consulta técnica, primeiramente é enviada uma comunicação ao solicitante informando que será necessário um tempo adicional para a resposta. Uma vez obtida a informação necessária da área técnica pertinente é enviada uma resposta ao requisitante. Com isso se alcança uma parcela importante da população que deseja obter informações e se manter atualizada sobre ações relativas à Defesa.

O Ministério da Defesa possui hoje as seguintes redes sociais: Facebook, Twitter, YouTube, Instagram, Flickr, SoundCloud, Tumblr e slideshare. As redes com maior número de seguidores são: Facebook (764 mil), Twitter (220 mil), Instagram (88,6mil) e YouTube (13.328).

Cada rede social tem o seu propósito. São utilizados formatos de publicações diferentes, customizadas para cada uma delas. Abaixo, um breve resumo do funcionamento de cada rede social no âmbito do Ministério da Defesa.

- O Facebook concentra informações mais apuradas, com fotos e vídeos editados que muitas vezes remetem a links externos, como o portal do MD, páginas do Governo, das Forças Armadas ou publicações relevantes de portais com notícias ou artigos sobre o tema.
- No Instagram são compartilhadas imagens operacionais, que geralmente mostram alguma ação. São compartilhamentos de fotos e vídeos relacionados às operações e atividades do MD e das Forças Armadas.
- O Twitter é uma rede utilizada para publicações de matérias do dia a dia, notícias do momento, como coletivas de imprensa, acompanhamento de visitas, reuniões, formaturas, cerimônias e eventos em geral. Também são publicadas notícias das Forças e do MD.

O Youtube reúne as matérias feitas pela TV Defesa, pequenos vídeos do dia a dia, vídeos institucionais, entrevistas, depoimentos, mensagens do ministro e webséries.

TV DEFESA

O Ministério realiza diversas coberturas em vídeo para divulgação no canal oficial do YouTube. Em 2017, foram veiculados 262 vídeos sobre temas relacionados ao Ministério e às Forças Armadas. São produzidas matérias "quentes" (factuais, cobertura de coletivas de imprensa, solenidades, cerimônias, formaturas, visitas, operações e reuniões) e "frias" (divulgação de material institucional como ações, programas e projetos).

RÁDIO

São produzidos dois programas de rádio semanalmente. São eles: "Forças do Brasil" – em parceria com as rádios Nacional Brasília AM, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões (AM e FM), com duração de 55 minutos, veiculado toda segunda-feira, às 21h (horário de Brasília), com reprise aos sábados, às 9h. Este programa aborda temas gerais sobre as Forças, levando ao ouvinte conteúdos como as ações para preservar a soberania de nosso país, as operações de apoio à segurança pública, os projetos sociais, os processos seletivos, as datas comemorativas entre outros.

Também é produzido o "Defesa do Brasil", um programa informativo com 3 (três) minutos de duração que visa divulgar as notícias relacionadas ao tema da defesa ocorridas na semana. Este material é transmitido no horário da "Voz do Brasil", sempre às terças-feiras. Foram veiculados 43 programas do "Forças do Brasil" e do "Defesa do Brasil" em 2017.

CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO DA ESG

A ESG dispõe de site na internet: www.esg.br, onde podem ser consultadas diversas informações e podem ser feitos contatos telefônicos e por e-mails com diversos setores da Escola.

Nesse site, está disponível ao cidadão, o contato da Assessoria de Comunicação Social da ESG, setor responsável e canal de comunicação formal com a Escola, por intermédio do qual o interessado pode pedir informações, oferecer sugestões e reclamações, contribuindo com a Escola.

Em cumprimento à Lei nº 12.527/2011, a ESG implementou o Sistema de Informação ao Cidadão - SIC/ESG, em que o cidadão pode ter acesso às informações por meio do sistema eletrônico ou comparecendo diretamente às instalações da Escola.

As solicitações são respondidas mediante a coordenação da Assessoria de Comunicação Social. No entanto, algumas das solicitações recebidas tratam de assuntos que não são de competência da Escola, nesses casos a ESG orienta aos cidadãos que redirecionem a solicitação aos órgãos de competência para responder ao pedido.

As denúncias recebidas pela ESG são encaminhadas ao Comandante da Escola. As denúncias são avaliadas quanto à natureza do assunto e sempre que procedente é determinado a abertura de processo administrativo para averiguação dos fatos. No ano de 2017 não houve denúncia. Nos últimos cinco anos, não foram encaminhadas à ESG reclamações e sugestões.

Tabela 103 Registro de Dados Gerenciais e Estatísticos do Sistema de Informação ao Cidadão - SIC/ESG

Descrição	Ano 2017
Solicitações	19
Reclamações	-
Denúncias	-
Sugestões	-

A ESG tem, ainda, a intranet como canal de comunicação, exclusivamente para uso de militares e civis, que servem, trabalham ou estudam na instituição. No site da intranet, estão as principais informações sobre a Instituição, bem como, demais itens específicos de interesse do público interno, que podem ser também consultados externamente, mediante o uso de identificação pessoal e senha de acesso.

5.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

Em atendimento às determinações do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, o Ministério da Defesa (MD) instituiu e publicou sua Carta de Serviços ao Cidadão, por meio da Portaria Normativa nº 1.690/MD, de 5 de agosto de 2015. A Carta consolida as informações sobre os serviços prestados pelo Ministério, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Visando propiciar maior transparência ao cidadão, a Carta de Serviços apresenta os requisitos para o acesso aos serviços, elenca as principais etapas para o seu processamento, o prazo máximo para a prestação, a forma de prestação desses serviços e informa quais são os canais de comunicação com o solicitante e os locais e formas de obter esses serviços, conforme disponibilizado no endereço:

(http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/defesa-carta-ao-cidadao.pdf)

Cabe destacar que, em 2017, foi disponibilizada, no site, a 2ª edição da Carta de Serviços ao Cidadão do Ministério da Defesa devidamente revisada e atualizada.

Por fim, deve-se apontar que, com a edição do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que revogou o Decreto nº 6.932, de 2009, a Carta de Serviços ao Cidadão foi substituída pela Carta de Serviços ao Usuário. Assim, quando da próxima atualização daquele documento, passará a ser utilizada a nova nomenclatura estabelecida na norma.

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO DA ESG

A ESG, criada pela Lei n° 785/49, é um instituto de altos estudos destinado a "desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da segurança nacional" (art. 1º). Desta forma, verifica-se que a ESG é na verdade, um órgão de produção de conhecimento do Ministério da Defesa, que busca realizar a aproximação entre militares e sociedade civil que possuam atuação em matéria de defesa para a elaboração de um pensamento único para a defesa do país.

Para a participação em tais cursos, seus componentes são indicados – por suas Forças Armadas, por Órgãos Públicos com atribuições que tangenciam a defesa nacional e por empresas privadas, em geral da base industrial de defesa – passando por rigoroso processo seletivo, justamente para verificar a adequação do candidato aos objetivos da ESG.

Como o objetivo da carta ao cidadão é "informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços (...)" (art. 11, §1º), e considerando-se que o acesso à ESG não é facultado a qualquer pessoa, mas somente àqueles que podem contribuir de forma prática na elaboração do pensamento em matéria de defesa nacional, esta Escola não se enquadra na exigência do art. 11 do Decreto nº 6.932/09.

5.3 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA SG

As informações referentes ao MD estão disponíveis para acesso público junto ao seu portal, no sítio http://www.defesa.gov.br, onde qualquer cidadão pode obter informações sobre a atuação do Órgão, seu organograma, as principais autoridades e suas respectivas agendas, conteúdos em geral e o SIC.

A disponibilização proativa de informações de interesse público (transparência ativa) é requisito fundamental para propiciar o controle social. A democratização das informações no portal da internet, além de facilitar o acesso das pessoas e de reduzir o custo com a prestação de informações, evita o acúmulo de pedidos de acesso sobre temas recorrentes.

Nesse sentido, e na forma disciplinada do art. 8º da LAI e do art. 7º, do Decreto nº 7.724, de 2012, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem manter em seus respectivos sítios eletrônicos, na rede mundial de computadores, conteúdo mínimo previsto nos termos da Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006. Nesse contexto, o MD disponibiliza em seu site institucional informações concernentes a: ações e programas, acordo de cooperação em estabelecimento de ensino, agenda de autoridades, anistia, auditoria, Carta de Serviços ao Cidadão, convênios, despesas, Guia de Recolhimento da União (GRU), informações classificadas e desclassificadas, institucional, Lei de Acesso à Informação, licitações e contratos, Ministro da Defesa, Ordinário Militar do Brasil, perguntas frequentes, pronunciamentos, Próprios Nacionais Residenciais (PNR), Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, servidores, Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sobre a Lei de Acesso à Informação e sobre o Ministério da Defesa.

Como forma de assegurar maior transparência de sua gestão, o MD disponibiliza no link http://www.defesa.gov.br/auditoria informações sobre os trabalhos de auditoria e outras ações de controle realizados pela sua Secretaria de Controle Interno (CI-SET).

As ações de comunicação social, em especial as redes sociais, também são utilizadas para dar maior transparência às ações e aos posicionamentos do Ministério da Defesa. Neste sentido, são utilizados diversos canais para levar informações para a sociedade, como a TV, o rádio, material impresso e as mídias digitais. Além de prestar contas, o objetivo é manter a sociedade informada sobre atividades relacionadas ao tema da Defesa. As redes sociais são hoje um dos principais meios de comunicação e interação com a sociedade.

A comunicação institucional tem por objetivo o estabelecimento de relações duradouras com o seu público. Isso é possível por meio de ações personalizadas e segmentadas, tomando como base as necessidades das áreas e programas da instituição. Neste contexto destacam-se as publicações organizacionais e os vídeos institucionais que são instrumentos da comunicação institucional utilizados tanto para o público interno quanto para o externo.

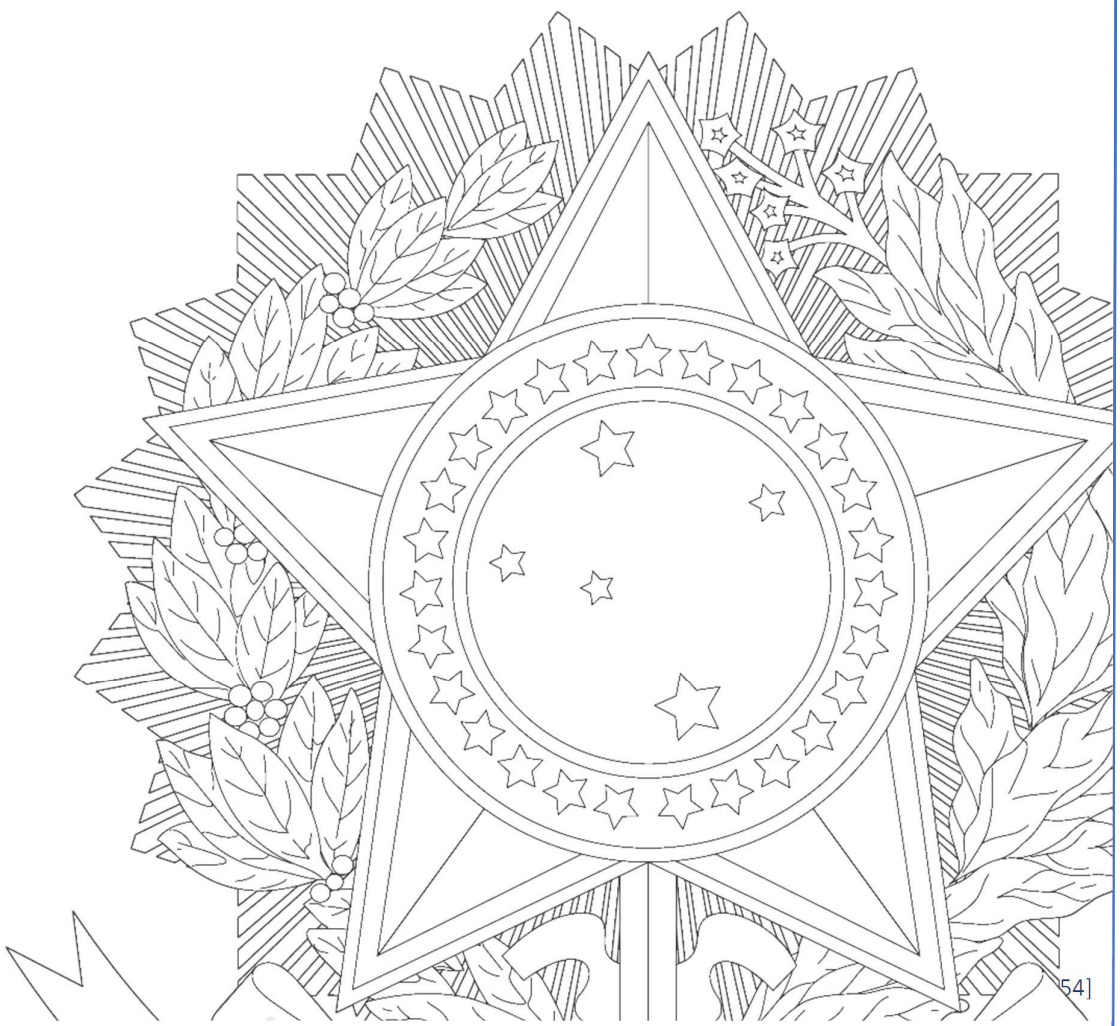
As publicações organizacionais para o público externo combatem o desconhecimento a respeito do órgão e promovem a integração entre os públicos ligados a ele. Já internamente fortalecem o espírito de solidariedade, promovem certos ideais (estímulo, companheirismo, ensinamento, dedicação etc.), além de divulgar as ações e programas, muitas vezes pouco conhecidos, ou até mesmo desconhecidos, pelo público interno. Já os vídeos institucionais, atingem os mesmos objetivos, mas com linguagem diferente. A Promoção Institucional também confecciona materiais gráficos para eventos e programas, sempre com o intuito de dar conhecimento à sociedade e ao público interno a respeito das ações executadas.

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA ESG

As informações relevantes sobre a atuação da ESG podem ser obtidas no *site* da *internet "www.esg.br"*, sobre cursos, pesquisas em desenvolvimento, processos seletivos e publicações em geral.

Com a finalidade de divulgar e facilitar o acesso à informação, ESG possui link destinado ao assunto na sua página na *internet*, sendo possível consultar a respeito da estrutura organizacional, das ações, dos programas, dos processos de contas, relatórios de gestão anuais, convênios, receitas, despesas, licitações, contratos, servidores, informação classificadas, códigos de ética e conduta, dentre outros.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



6.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

RESULTADO FINANCEIRO, NO ÂMBITO DO MD

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades do Ministério da Defesa passaram de R$ 600.422.081,12 (2016) para R$ 235.895.686,77 (2017), verificando-se um decréscimo de R$ 364.526.394,35.

No exercício de 2017 houve um decréscimo de Ingressos, referente a recebimentos Extra Orçamentários, tendo em vista o menor volume de Inscrição de Restos a Pagar Não Processados. Na coluna de Dispêndios verifica-se um acréscimo referente a Operações de Créditos, fatos estes que contribuíram para a diminuição do resultado financeiro.

Tabela 104 Disponibilidades Financeiras (Posição 31/12/2017)

DESCRIÇÃO	VALORES
Saldo do Exercício Anterior – 2016	600.422.081,12
Ordinárias	953.407.124,62
Vinculadas	2.228.071.033,97
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.134.838,82
Transferências Financeiras Recebidas	86.352.573.041,48
Recebimentos Extraorçamentários	339.391.252,56
(-) Despesas Orçamentárias	-715.261.606,43
(-) Transferências Financeiras Concedidas	-86.180.268.360,16
(-) Despesas Extraorçamentárias – Restos a Pagar	-203.294.406,69
(-) Despesas Extraorçamentárias – Depósitos Restituíveis	-2.297.540,47
(-) Outros Pagamentos Extraorçamentários	-3.128.712.094,41
Saldo em Espécie – Balanço Financeiro	**235.895.686,77[1]**

Fonte: Siafi2017

[1] Somatório das UG: 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

RESULTADO PATRIMONIAL, NO ÂMBITO DO MD

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio no decorrer do exercício, e indica o resultado patrimonial do exercício. Sob o enfoque patrimonial, a receita é denominada de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), e a despesa é denominada Variação Patrimonial Diminutiva (VPD). Cabe ressaltar que a despesa e a receita sob o enfoque patrimonial não se confundem com a receita e a despesa orçamentária.

Como Variações Patrimoniais Aumentativas do Ministério, tem-se um valor expressivo de Transferências e Delegações Recebidas, rubrica "Transferências Intragovernamentais", que em 2017 sofreu um acréscimo da ordem de 3 bilhões. Outro fator que contribuiu para o resultado patrimonial foi a rubrica de Incorporação de Passivos, que em comparação ao exercício anterior representou um decréscimo de 99,95%.

Em contrapartida, nas Variações Patrimoniais Diminutivas aparecem como destaque as Transferências e Delegações Concedidas, rubrica "Transferências Intragovernamentais" com acréscimo da ordem de 4 bilhões.

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Variações Patrimoniais Passivas e representa as alterações patrimoniais no exercício. Em 2017, o órgão registrou um déficit de R$ 502.626.465,14.

Tabela 105 Resultado Patrimonial Acumulado (Posição: 31/12/2017)

DESCRIÇÃO	VALORES
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	**86.437.031.393,51**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	6.005.647,02
Contribuição	80,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.410.215,57
Transferências e Delegações Recebidas	86.385.984.079,13
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.072.794,36
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.672.524,80
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	38.886.052,63
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	**86.939.657.858,65**
Pessoal e Encargos	229.015.134,84
Benefícios Previdenciários	43.193.674,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	119.611.010,82
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	35.279,37
Transferências e Delegações Concedidas	86.538.995.801,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.590.332,58
Tributárias	20.883,77
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.195.741,44
RESULTADO PATRIMONIAL (VPA - VPD)	**-502.626.465,14** [1]

Fonte: Siafi2017

[1] Somatório das UG: 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. A UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

O Patrimônio Líquido acumulado do Ministério até 31/12/2017 corresponde a R$ 941.129.809,25, valor equivalente ao Saldo Patrimonial.

Tabela 106 Patrimônio Líquido Acumulado (Posição: 31/12/2017)

DESCRIÇÃO	VALORES
Patrimônio Líquido em 31/12/2015	2.130.023.989,70
Resultado Patrimonial	-502.626.465,14
Ajustes de Ex. Anteriores	-686.267.715,31
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2016	**941.129.809,25** [1]

Fonte: Siafi2017

[1] Somatório das UG: 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

SALDO PATRIMONIAL, NO ÂMBITO DO MD

O saldo patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O saldo patrimonial consolidado em 31/12/2017 do MD corresponde a um ativo real líquido de R$ 941.129.809,25. No quadro a seguir, é apresentada a composição consolidada do Ativo Circulante e Não Circulante; e Passivo Circulante e Não Circulante do órgão:

Tabela 107 Saldo Patrimonial (Posição: 31/12/2017)

DESCRIÇÃO	VALORES
Caixa e Equivalentes de Caixa	**235.895.686,77**
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**2.574,11**
Estoques	**2.532.344,72**
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	**238.430.605,60**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**41.050.799,37**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	41.050.799,37
Investimentos	**-0,00**
Participações Permanentes	0,00
Imobilizado	**217.777.935,49**
Bens Móveis	69.131.095,81
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	-33.425.693,97
Bens Imóveis	197.483.968,57
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-15.411.434,92
Intangível	**531.453.911,34**
Softwares	8.159.626,23
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	523.294.285,11
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	**790.282.646,20**
Obrigações Trabalhistas Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**79.557,22**
Demais Obrigações a Curto Prazo	**48.863,50**
PASSIVO CIRCULANTE	**87.455.021,83**
SALDO PATRIMONIAL (ATIVO - PASSIVO)	**87.583.442,55**
	941.129.809,25 [1]

Fonte: Siafi2017

[1] Somatório das UG: 110402, 110404, 110406, 110407, 110594, 111415 e 113413. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

6.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Em obediência aos dispositivos legais, Lei nº 4.320/64; Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 10.180/2001; bem como em consonância com as NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão; e NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público, e observando ainda o estabelecido na Macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI, o tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão, bem como a avaliação de ativos e passivos estão a seguir detalhadas:

a) NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado do MD são:

- Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2 da Macrofunção;
- Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº6, da Macrofunção;
- Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;
- Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, este sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extraorçamentário.

A gestão administrativa dos bens patrimoniais do ministério está concentrada nas seguintes unidades gestoras: 110402 – Escola Superior de Guerra - ESG; 110404 – Departamento de Administração Interna - DEADI; e 110406 – Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa – RBJID. Tais unidades utilizam o Sistema de Administração de Serviços – SIADS. Apesar do sistema SIADS não contemplar a ferramenta para registro da Amortização, em 2017, a UG 110404 – DEADI iniciou o registro da Amortização referente ao Intangível, atingindo, no final do exercício o montante de R$ 23.915.075,81.

A Depreciação de Imóveis da unidade gestora 110404 – DEADI, apresenta um valor de R$ 15.411.434.92. Os registros nessa rubrica foram feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que recebeu da Secretaria de Patrimônio da União as informações com os referidos valores.

A metodologia de cálculo, taxas e vida útil dos bens das unidades gestoras executoras que administram os bens móveis e imóveis do MD consta do Anexo xx Metodologia de Cálculo da Depreciação.

b) b) NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.

A avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais que se encontram registrados no MD estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 6º edição, que estabelece:

- Disponibilidades: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as disponibilidades do MD estão mensuradas pelo valor original. O órgão possui apenas uma Unidade Gestora situada no exterior, a UG 110406 – RBJID, cujas disponibilidades também estão mensuradas pelo valor original e feita a conversão à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.
- Créditos e obrigações: Os direitos e as obrigações estão mensurados pelo valor original. No grupo de contas 11.300.00.00 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, destacamos as contas contábeis que possuem maior representatividade:
    a) 11.311.04.00 – Adiantamentos de Transferências Voluntárias: no encerramento atingiu o montante de R$ 567.814.610,37, resultante dos adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências voluntárias formalizadas por convênios, por meio da UG 110594 – Departamento do Programa Calha Norte.
    b) 11.341.02.00 – Créditos por Dano ao Patrimônio Apurado em Tomada de Contas Especial:
    Corresponde a responsabilidades que já foram apuradas no âmbito administrativo do órgão e que teve como consequência a instauração de Tomada de Contas Especial. Em dezembro do corrente ano, a conta atingiu o montante de R$ 154.302.605,66, valor este atualizado monetariamente conforme dispõe o item 2.3.9 da Macrofunção 02.11.38. A atualização dos valores é feita anualmente, no mês de dezembro, por meio do Sistema de Atualização de Débito, disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União.
- Estoques: estão mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo órgão é o Custo Médio Ponderado. O Ministério da Defesa realiza o controle dos seus estoques por meio do sistema SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços;
- O maior montante referente a Estoques na UJ está concentrado na conta contábil 11.561.01.00 – Materiais de Consumo, na Unidade Gestora 110404 – Departamento de Administração Interna, que no encerramento de 2016 registrava R$ 2.675.710,77, referente a Material de Consumo, entre eles Gêneros de Alimentação; Processamento de Dados; Uniformes, Tecidos e Aviamentos, entre outros.
- Imobilizado: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à depreciação; e

– Intangível: seu registro é realizado com base no valor de aquisição. Neste grupo temos registrados os Softwares. As unidades que apresentam saldo nesse grupo de contas são as UG 110404 – DEADI; e 110406 – RBJID.

Tabela 108 Disponibilidade – Intangível (Posição: 31/12/2017)

EXERCÍCIO/UG	2017			2016		
	110402, 110404 e 110406			110402, 110404 e 110406		
INTANGÍVEL	**555.368.987,15**	**23.915.075,81**	**531.453.911,34**	**516.563.070,91**	**-**	**516.563.070,91**[1]
SOFTWARES	**8.159.626,23**	**-**	**8.159.626,23**	**7.987.823,91**	**-**	**7.987.823,91**
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	8.148.736,23	-	8.148.736,23	7.987.823,91	-	7.987.823,91
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	10.890,00	-	10.890,00	-	-	-
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	**547.209.360,92**	**-**	**547.209.360,92**	**508.575.247,00**	**-**	**508.575.247,00**
CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E COMUNICAÇÃO	547.209.360,92	-	547.209.360,92	129.592,00	-	129.592,00
ADIANTAMENTOS PARA TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	-	-	-	508.445.655,00	-	508.445.655,00

Fonte: Siafi2017

Somatório das UG: 110404, 110406. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente.

6.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A Setorial de Custos, no âmbito da administração central do MD, está vinculada à Secretaria de Organização Institucional (SEORI), no âmbito do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF), e foi instituída pela Portaria Normativa nº 564/2014, na forma do inciso XIII do art. 33 do Capítulo III.

Em 2017 foram realizados estudos para a adoção da sistemática de custos no órgão. A Escola Superior de Guerra – ESG (UG 110402) foi escolhida para um projeto-piloto no âmbito da Administração Direta cujo cronograma de implantação contemplava diversas ações, entre as quais:

- definição e validação de metodologia;
- adequação de normas;
- capacitação de equipe;
- disponibilização de perfil ATUCUSTO;
- utilização da aba Centro de Custos no SIAFI Web, e
- apresentação e avaliação dos Relatórios do Sistema de Informações de Custos – SIC.

Esse cronograma permitiu definir a data de 01/03/2018 para o início do registro dos centros de custos no Siafi Web para essa Unidade Gestora. As demais atividades da Setorial de Custos em 2017 limitaram-se à confecção de relatórios extraídos do Sistema de Informação de Custos, com o fim de subsidiar a elaboração dos relatórios para a Prestação de Contas da Presidência da República - PCPR.

6.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320, DE 1964 E NOTAS EXPLICATIVAS

Nos anexos 18 (BGU-Balanço Financeiro), 19 (BGU-Balanço Orçamentário), 20 (BGU-Balanço Patrimonial), 21 (BGU-Demonstração dos Fluxos de Caixa) e 22 (BGU-Demonstração das Variações Patrimoniais), encontram-se as Demonstrações Contábeis consolidadas do órgão 52000, apresentando os dados de suas Unidades Gestoras, com exceção das UG 112408 (Hospital das Forças Armadas); 110511, 110572, 110573 e 110586 (Censipam e seus Centros Regionais, respectivamente), que apresentam as contas separadamente. As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis estão descritas ao longo dos itens 6.1 e 6.2.

6.5 INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL

A Divisão de Contabilidade é a área de gestão interna do ministério que atua como órgão Setorial Contábil das unidades gestoras vinculadas ao órgão. Sua função é acompanhar e orientar as unidades gestoras na regularização das ocorrências contábeis para que essas sejam efetuadas dentro dos prazos estabelecidos de forma a evitar a reincidência das mesmas; assim como prevenir o aparecimento de outras inconsistências no encerramento de cada exercício financeiro, como saldos irrisórios ou residuais, informando ao Controle Interno as providências não adotadas para o saneamento das ocorrências ou inconsistências apontadas.

O registro da Conformidade Contábil ocorre mensalmente, nas datas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que é o Órgão Central de Contabilidade. Do registro da conformidade contábil depreendem-se as seguintes situações:

a) Sem ocorrência = quando foram observadas as seguintes situações cumulativamente:
   - Ausência de inconsistências ou desequilíbrio nas Demonstrações Contábeis;
   - As atividades fins do Órgão estiveram espelhadas nas Demonstrações Contábeis;
   - Ausência de ocorrências nas transações >CONCONTIR, > CONINCONS e >CONINDBAL, nos dados contábeis da UG, do órgão, do órgão vinculado ou do órgão superior;
   - Inexistência de contas contábeis com saldo invertido na transação >BALANCETE, exceto aquelas contas em que é permitida a inversão de saldo, cuja situação não representa, propriamente uma inconsistência;
   - Ausência de restrições nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis em que a UG tenha registrado a Conformidade de Registro de Gestão; e
   - Ausência de inconsistências que comprometem a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações, os instrumentos de análise disponível no Siafi.

b) b) com ocorrência = ocorrerá quando for observada a existência de situações elencadas no item anterior. As ocorrências se classificam em: i) alerta: sinalizando a existência de uma ocorrência que impede a verificação da regularidade dos registros; e ii) ressalva: indica que a ocorrência não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis.

A seguir é apresentado um resumo das principais ocorrências registradas em 2017, com destaque para o código de Alerta 315, e códigos de Ressalva 640, 674 e 707, que no período apresentaram maior incidência em relação aos outros códigos que compõem seus grupos, respectivamente.

Tabela 109 Conformidade Contábil de UG - Maiores Ocorrências (Posição: 31/12/2017)

CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS[2]
315	Falta/restrição conformidade Registros de gestão	5
603	Saldo contábil do almox.nao confere c/RMA	4
640	Saldo contábil bens móveis não confere c/RMB	4
674	Saldoalong./indev contas transitórias Passivo Circulante	3
697	Saldo invertido - classe 6	4
707	Saldo invertido - classe 8	8
714	Saldo invertido - classe 7	3
TOTAL		**31**

Fonte: Siafi2017

[2] não contém dados da Conformidade Contábil das UG 112408, 110511, 110572, 110573 e 110586. Estas apresentam as contas separadamente.

Tabela 110 Conformidade Contábil de Órgão - Maiores Incidências (Posição: 31/12/2017)

CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS[3]
315	Falta/restrição conformidade Registros de gestão	7
603	Saldo contábil do almoxarifado não confere c/RMA	4
640	Saldo contábil bens móveis não confere c/RMB	6
697	Saldo invertido - classe 6	4
707	Saldo Invertido – Classe 8	8
TOTAL		**29**

Fonte: Siafi2017

[3] não contém dados da Conformidade Contábil das UG 112408, 110511, 110572, 110573 e 110586. Estas apresentam as contas separadamente.

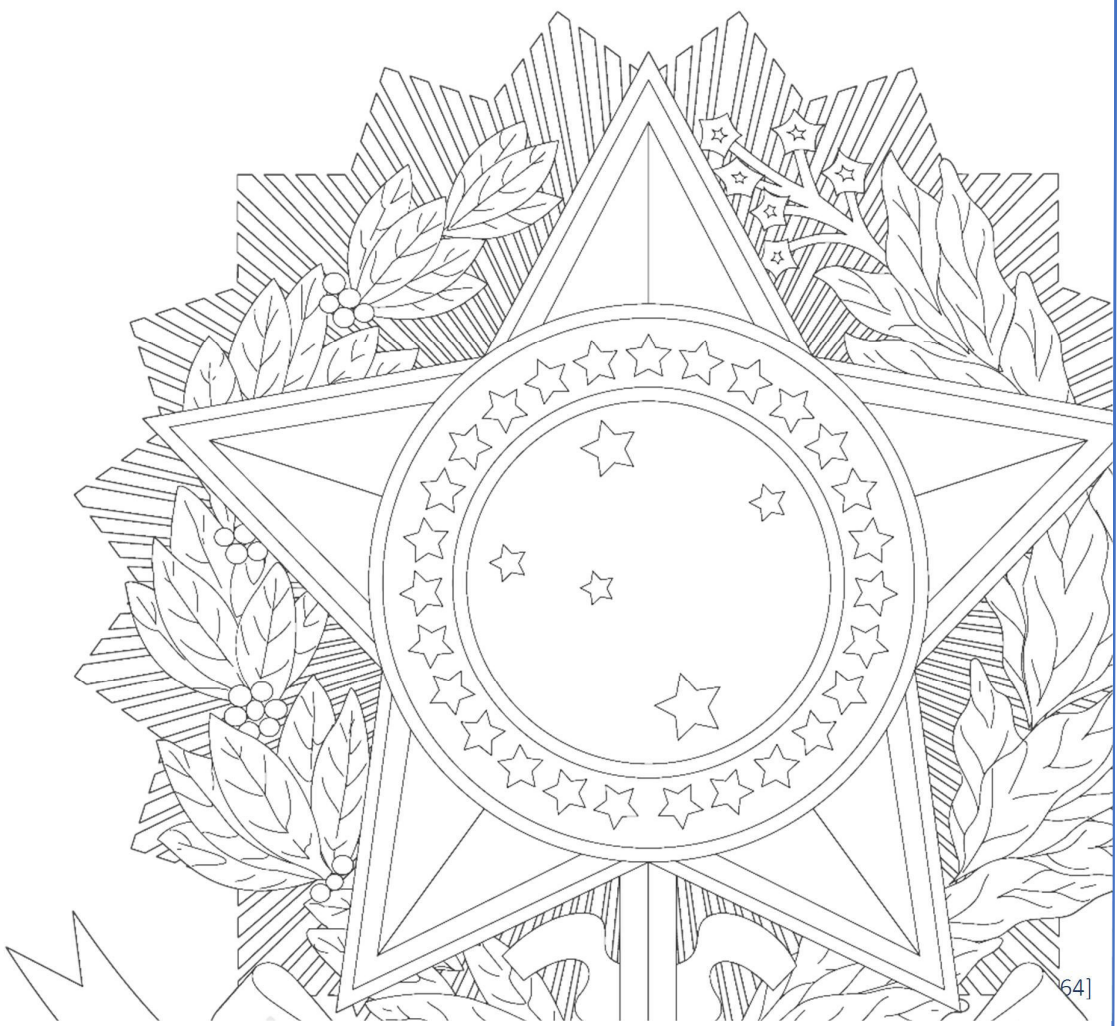
Tabela 111 Conformidade Contábil de Órgão Superior - Maiores Incidências (Posição: 31/12/2017)

CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS[4]
315	Falta/restrição conformidade Registros de gestão	41
318	Não Atendimento Orientação Órgão Cont. Set/Central	13
550	Falta de Reconhecimento de Passivo	3
603	Saldo contábil do almoxarifado não confere c/RMA	2
608	Saldo Invertido Ativo Circulante	8
642	Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado	9
674	Saldo alongado / indevido contas transitórias -Passivo Circulante	13
675	Outros – Passivo Circulante	5
676	Saldo Invertido – Passivo Circulante	6
697	Saldo invertido - classe 6	12
707	Saldo Invertido – Classe 8	13
714	Saldo Invertido – Classe 7	10
721	Saldo Invertido – Variações Patrimoniais Aumentativas	4
TOTAL		139

Fonte Siafi 2017

[4] contém dados contábeis de todas as Unidades Gestoras Executoras.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE



7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU PELA SG

As deliberações emanadas do TCU são tratadas pela Assessoria de Gestão da Secretaria-Geral, área específica do órgão para planejamento, coordenação e monitoramento da gestão estratégica e assuntos relacionados a governança, riscos e controles, utilizando uma estrutura de controle que envolve a tabulação em planilha própria, alimentada a partir das informações obtidas das bases de acesso público disponibilizadas pelo TCU e do Diário Oficial da União, cujo status é monitorado periodicamente pelo acompanhamento dos respectivos processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e em reuniões específicas.

As deliberações feitas pelo TCU, totalizaram 27 determinações e recomendações recebidas, tendo sido atendidas dezenove. Das não implementadas, oito permanecem em cumprimento.

O Acórdão nº 2037/2017-Plenário, com ciência do Ministro de Estado da Defesa em 09 de outubro de 2017, foi classificado como SECRETO, pelo TCU. O prazo de atendimento foi prorrogado para abril de 2018, por meio do Acórdão nº 256/2018-Plenário.

São as seguintes as determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que persistem com pendência de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização deste relatório de gestão:

Tabela 112 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento, no âmbito da SG

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
004.772/2017-2	4396/2017-2C	1.7.1	Ofício n° 0355/2017-TCU/SECEX-RR	21/06/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de representação para apurar supostas irregularidades praticadas na execução do Convênio nº 522/DPCN/2014, celebrado entre o MD e a Prefeitura de São João da Baliza - RR. O TCU determinou ao MD que apure as irregularidades objeto da representação e comunique suas conclusões àquele Tribunal de Contas, sem prejuízo de, caso constatado danos ao Erário e não logrado seu ressarcimento, instaurar a competente Tomada de Contas Especial.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em abril de 2018, o Departamento do Programa Calha Norte (DPCN/SG/MD) iniciou as ações internas para instauração de Tomada de Contas Especial, referente à parcela de R$ 445.713,94, sob a responsabilidade do ex-Prefeito Municipal de São João da Baliza/RR. Quanto à parcela de R$ 21.456,89, será realizada a inscrição da Prefeitura Municipal de São João da Baliza no Cadin (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal) e na Dívida Ativa da União, referente à não devolução do saldo devido ao concedente.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
017.757/2016-9	2029/2017-PL	1.7.4	Ofício nº 0634/2017-TCU/SECEX-RR	09/10/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de denúncia sobre possíveis irregularidades no Município de São João da Baliza/RR. O TCU determinou ao MD que informe o TCU sobre o resultado das medidas adotadas em relação ao Convênio nº 571/PCN/2013 (Siconv 798057), instaurando, se for o caso, a devida tomada de contas especial.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
O Departamento do Programa Calha Norte (DPCN/SG/MD) identificou como sendo o Convênio nº 671/PCN/2013 (SICONV nº 798057), firmado entre o MD e o Município de São João da Baliza/RR, cujo objeto trata-se de construção de calçada, meio-fio e sarjeta naquela cidade, na gestão do ex-prefeito JOSÉ DIVINO PEREIRA LIMA. Em outubro de 2017, o DPCN informou à SECEX-RR (Ofício nº 20673/DIAF/DPCN/SG-MD) sobre as ações internas para instauração de Tomada de Contas Especial e inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Federal (CADIN).				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
001.040/2017-0	1295/2017-PL	9.4	Aviso nº 431-Seses-TCU-Plenário	27/06/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de levantamento de auditoria destinado a apurar informações destinadas a qualificar o debate acerca do financiamento da previdência, em especial o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o Regime Previdenciário Próprio de Previdência Social da União (RPPS) e Encargos da União com militares e seus pensionistas. Em que pese não haja deliberações diretas ao MD, o Acórdão recomendação ao Ministério da Fazenda que pode impactar em ações do MD: "*que promova estudos com vistas a verificar a viabilidade de contabilizar, como despesa do RPPS, os gastos decorrentes dos afastamentos para tratamento de saúde, licença maternidade e paternidade e outros, bem como os relativos ao auxilio-natalidade, auxílio-reclusão e demais de natureza previdenciária previstos na Lei 8.112/1990* ***e na legislação relativa aos militares***." (grifo nosso).				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em 07/07/2017, a Secretaria-Geral impetrou pedido de reexame (Ofício nº 13410/2017) para excluir do Item 9.4 do Acórdão nº 1295/2017 o estudo proposto ao Ministério da Fazenda sobre a análise de viabilidade de contabilização das despesas com militares inativos e pensionistas de militares na contabilidade do RPPS. Em dezembro de 2017, a Secretaria-Geral encaminhou para o TCU (Ofício nº 25064/2017) o Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Conjunta n° 55/2017 (alterada pela Portaria Conjunta n° 68/2017), para fins de subsidiar a análise do pedido de reexame.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
012.659/2017-7	1320/2017-PL	Anexo, 3.1.26 e 3.1.27	Ofício nº 0227/2017-TCU/Semag	28/07/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de aprovação do Parecer Prévio do TCU sobre as Contas da Presidente da República, referentes ao exercício de 2016, com as seguintes recomendações para o MD: – Subitem 3.1.26: Ao Ministério da Defesa, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que adote as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação contábil do passivo referente às pensões militares previstas na Lei 3.765/1960 (item 5.3.3, xxii, a); e – Subitem 3.1.27: À Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Defesa que, com vistas a garantir a transparência e a necessária previsibilidade de gastos, elabore as projeções de despesas orçamentárias com os militares inativos (reservistas e reformados), anualmente, para os próximos setenta e cinco anos, fazendo constar das notas explicativas das demonstrações contábeis consolidadas da União (item 5.3.3, xxii, b).				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Em conformidade com a metodologia apresentada como resultado dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial (Portaria Conjunta n° 55/2017), foram elaboradas as provisões contábeis referentes às pensões militares, bem como as projeções de despesas orçamentárias com os militares inativos, sendo incluídas no Siafi Web, em 23 de janeiro de 2018 (módulo Demonstrativos - Inclusão de Notas Explicativas), para respectiva publicação no Balanço Geral da União referente ao exercício de 2017, com vistas a garantir a transparência e a necessária previsibilidade dos gastos relativos aos militares inativos e pensionistas das Forças Armadas.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
005.066/2016-6	1519/2017-PL	9.1, 9.2 e 9.8	Aviso nº 525-Seses-TCU-Plenário	02/08/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de acompanhamento para identificar os impactos dos contingenciamentos promovidos nos exercícios de 2008 a 2016 sobre os projetos estratégicos de defesa conduzidos, em geral, pelos Comandos Militares e, em especial, sobre o Programa de Desenvolvimento de Submarinos, além das estratégias adotadas para a efetiva continuidade desses projetos, diante das restrições orçamentário-financeiras impostas pelo governo federal. O Acórdão trouxe as seguintes determinações ao MD:				

– condicione o início de novos projetos de investimentos relacionados com a aquisição ou o desenvolvimento de materiais de emprego militar a existência de estudos de viabilidade que demonstrem a exequibilidade dos seus cronogramas físico-financeiros, considerando, nos aludidos estudos, o portfólio de investimentos em execução e a real capacidade de alocação de recursos por parte da União, a partir, especialmente, das limitações impostas pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016, entre outros marcos constitucionais e legais; – reavalie os projetos estratégicos de investimentos com base em estudo atualizado de viabilidade, a fim de compatibilizar os seus cronogramas físico-financeiros com a real capacidade de alocação de recursos por parte da União, a partir, especialmente, das limitações impostas pela EC 95/2016, entre outros marcos constitucionais e legais; – acompanhe regularmente os projetos prioritários de Defesa por meio de sistema integrado de gerenciamento de portfólio que possibilite a tomada de decisão, tempestiva e transparente, baseada em análise de riscos nas hipóteses em que for necessária a alteração de escopo, de prazo ou de custo ou, até mesmo, a descontinuidade de projetos; – informe ao Tribunal nas prestações de contas anuais, a partir das relativas ao exercício de 2017, os seguintes dados relativos aos projetos estratégicos de Defesa: nome do projeto; prazo de execução inicial e atualizado no final do exercício; necessidade de recursos para o exercício (proposta orçamentária); dotação autorizada na lei orçamentária; montante do contingenciamento ocorrido; valores pagos de reajuste, atualização monetária e encargos contratuais; valor pago relativo ao orçamento do exercício; valores inscritos e pagos a título de restos a pagar; valor total pago no exercício; custo total atualizado do projeto; e percentual de execução física e financeira acumuladas no final do exercício, entre outras informações relevantes; e – manifestem-se sobre o cumprimento das determinações e recomendações ali descritas, devendo apresentar, inclusive, o devido plano de ação para a implementação das aludidas determinações, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para o efetivo cumprimento dessas medidas.
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS
Em setembro de 2017, a SG/MD solicitou ao TCU dilatação do prazo previsto no item 9.8 do Acórdão. Em dezembro de 2017, a SG/MD enviou ao TCU o plano de ação do MD, em atendimento ao contido no item 9.8 do Acórdão nº 1519/2017. Os requeridos dados relativos aos projetos estratégicos de Defesa, fornecidos pelas Forças, já constam deste relatório, conforme especificados no item 2.5

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
026.341/2015-8	784/2017-PL	9.4	Aviso nº 593/2017-GP/TCU	18/07/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de representação para apurar possível irregularidade na designação do 2º Tenente Músico do Exército Jeferson da Silva Figueiredo, em 2015, para o cargo de ajudante na Subsecretaria de Serviços Administrativos e de Conferências na Junta Interamericana de Defesa (SACS – JID), em Washington/DC, além de possível irregularidade na designação do mesmo militar para visita técnica na Rússia, em 2014. O TCU determinou ao MD que se abstenha de promover a designação de militar das Forças Armadas para a ocupação de cargo no exterior sem a demonstração da necessidade de se prover o cargo, sem a formal anuência ou a formal consulta prévia junto ao respectivo Comando da Força Singular, sem a prévia aprovação do militar em específico processo objetivo de seleção técnica, sem a prévia e objetiva avaliação da qualificação do militar para o cargo, sem a prévia fundamentação do ato de escolha do militar por meio de processo administrativo específico.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
Ações internas foram tomadas para conhecimento e acompanhamento da matéria, bem como, normatização específica sobre o tema (DESPACHO nº 01593/2017/CONJUR-MD/CGU/AGU).				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
025.650/2014-9	543/2016- PL	9.1.3	Of. nº 0209/2016-TCU/SecexDefesa	06/04/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de Auditoria Operacional realizada pela SecexDefesa no Comando do Exército, com vistas a conhecer a organização e a forma como está estruturado o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), cujo Acórdão trouxe as seguintes recomendações para que o MD:				

- Subalínea 9.1.3.1: implemente procedimentos visando à elaboração de normativo estabelecendo modelo de Estudo de Viabilidade de Transferência de Tecnologia (EVToT) a ser adotado pelos comandos militares, orientando, pelo menos, quanto aos seguintes aspectos: mapeamento da base industrial e tecnológica de defesa (BITD) relacionada às tecnologias que se desejam obter a partir do projeto de desenvolvimento ou de aquisição de equipamento ou sistema de emprego militar, cotejando tal informação com as tecnologias oferecidas ou a serem negociadas no contrato principal; e estimativa de acréscimo contratual em consequência dos acordos de compensação envolvendo transferência de tecnologia; e
- Subalínea 9.1.3.2: considerando ser da sua responsabilidade, conforme PPA 2016-2019, a implantação dos projetos estratégicos de defesa, avalie a possibilidade de compartilhar com os Comandos Militares os resultados do presente trabalho, bem como a Matriz de Avaliação de Riscos da Gestão do PEE Sisfron, observando-se o sigilo das informações, com vistas à disseminar as informações relativas a riscos e controles inerentes a projetos estratégicos de defesa e a induzir práticas de gestão com maior probabilidade de sucesso.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

Por meio da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), o MD está formulando a Diretriz Normativa de Obtenção de Produtos de Defesa e de Sistemas de Defesa do Ministério da Defesa, medidas que possibilitarão a implantação de uma sistemática padronizada, a fim de contribuir para a interoperabilidade entre as Forças Armadas, minimizar dispêndio de recursos, assegurar que as obtenções obedeçam às diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END) e garantir a primazia do compromisso com o desenvolvimento das capacitações, tecnológicas e industriais na fabricação de Produtos de Defesa (PRODE) nacionais.

Dos documentos componentes da Diretriz de Obtenção, está prevista a padronização dos procedimentos de obtenção, a adoção de um modelo de Estudo de Viabilidade de Transferência de Tecnologia (EVToT), baseado nos níveis de maturidade tecnológica da Base Industrial de Defesa, e um modelo de Transferência de Tecnologia, os quais deverão ser empregados pelas Forças Armadas.

Em 2017, por meio do Ofício nº 854/SG-MD, foi encaminhado à SecexDefesa cópia do Programa de Trabalho da Diretriz de Obtenção do MD, em atenção ao subitem 9.1.3 do Acórdão 543/2016. No mesmo ano, por meio do Ofício nº 18627/SG-MD, foi encaminhado à SecexDefesa cópia da Nota Técnica nº 29/DEPROD/SEPROD/SG/MD/ 2017, em cumprimento à recomendação da alínea 9.1.3.1 do Acórdão nº 543/2016.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
008.127/2016-6	882/2017-Plenário	9.3	Ofício nº 0590/2017-TCU/Sefti	07/07/2017

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Ministério da Defesa (MD)

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Trata-se de levantamento bienal do TCU para acompanhar a situação da Governança de Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal. O TCU determinou ao MD que, no prazo de quinze dias, a contar da ciência do Acórdão, manifestasse, em caráter conclusivo, por meio de ofício à Secretaria de Fiscalização de TI do Tribunal, sobre a classificação da informação das respostas oferecidas ao questionário de governança de TI de 2016, alertando que, em caso de descumprimento do referido prazo, as informações terão tratamento de informação pública nesta Corte, consoante o art. 3º da Lei 12.527/2011.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

A SG/MD informou à Sefti/TCU, em 13/07/2017, que as informações oferecidas pelo MD ao questionário de governança de TI 2016 podem ser consideradas como ostensivas.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
015.529/2010-0	2059/2012-PL	9.3.2 e 9.5	Of. n° 0919/2016-TCU/SecexPrevidência	02/01/2017

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI)

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Trata-se de resultado de auditoria para examinar a consistência e legalidade das receitas e despesas que têm sido incluídas na apuração dos resultados dos regimes de previdência pública da União. As deliberações do Acórdão nº 2059/2012 foram objeto de monitoramento da SecexPrevidência em 2015, resultando no Acórdão 2314/2015-Plenário, que trouxe reiteração às seguintes determinações para a Seori:

- Alínea 9.3.2: incluir, nas avaliações atuariais dos compromissos financeiros da União com militares das Forças Armadas e seus dependentes, coluna específica de resultado atuarial que contemple também as despesas com aposentados militares, ou seja, que, além do resultado atuarial cotejando apenas contribuições e gastos com pensões militares, insira outra coluna que calcule a diferença entre contribuição para pensões e o total de gastos com inativos (militares da reserva remunerada

e reformados) e pensionistas, tendo em vista o que estabelece o art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar nº 101/2000; e

- Subitem 9.5: determinar à SEORI/MD e à STN/MF que, no prazo de 360 dias, incluam a projeção atuarial dos compromissos financeiros da União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas nas publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referentes ao último bimestre do ano, tendo em vista o que estabelece o art. 53, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

Em outubro de 2015, o MD interpôs Recurso de Reconsideração em função das determinações contidas no Acórdão 2.314/2015-Plenário, o qual foi acolhido pela Egrégia Corte de Contas (Ofício nº 1178/2015-TCU/Secex Previdência), resultando na suspensão dos efeitos dos itens 9.6 e 9.7 da deliberação recorrida, conforme Certidão nº 105/2015-SERUR, de 17/12/2015, expedida pela Secretaria de Recursos do Tribunal, com reflexo na implementação das recomendações exaradas nos Acórdãos 2.059/2012-Plenário e 2.468/2013-Plenário, o que ampara o não reconhecimento e a evidenciação, nas contas relativas ao exercício de 2015, do passivo referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas.

Em 16/11/2016, o TCU deliberou sobre o Recurso de Reconsideração da SEORI, por meio do Acórdão nº 2940/2016-Plenário, não reconhecendo do pedido de reexame e remetendo os autos à apreciação do Ministro Relator, o qual estabeleceu em despacho que a contagem dos prazos definidos nos subitens 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão 2.314/2015 deva ter início a partir da notificação do Acórdão nº 2940/2016-Plenário, a qual foi formalizada pelo Ofício nº 0919/2016-TCU/SecexPrevidência.

Em atendimento ao subitem 9.7 do Acórdão nº 2.314/2015, a Secretaria-Geral do MD encaminhou para o TCU o Plano de Ação (Ofício nº 4814/2017), com vistas ao atendimento às deliberações 9.3.2 e 9.5 do Acórdão nº 2.059/2012-Plenário e 9.6 do Acórdão nº 2.314/2015-Plenário.

Em atendimento ao subitem 9.7 do Acórdão nº 2.314/2015, a Secretaria-Geral do MD encaminhou para o TCU o Plano de Ação (Ofício nº 4814/2017), com vistas ao atendimento às deliberações 9.3.2 e 9.5 do Acórdão nº 2.059/2012-Plenário e 9.6 do Acórdão nº 2.314/2015-Plenário.

Em agosto de 2017, a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd) encaminhou para o TCU (Ofícios nº 16857 e 17579/2017) o resultado das projeções atuariais referentes às pensões especiais vinculadas às Forças Armadas.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU

PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
034.660/2014-3	2314/2015-PL	9.5, 9.6 e 9.7	Of. n° 0919/2016-TCU/SecexPrevidência	02/01/2017

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI)

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Trata-se de resultado de fiscalização para monitoramento das deliberações do Acórdão 2059/2012-Plenário, com as alterações introduzidas pelo Acórdão 2468/2013-Plenário, ambas decisões pertinentes à auditoria realizada nos sistemas públicos de previdência. O Acórdão 2314/2015 trouxe as seguintes reiteração e determinações à Seori:

- Item 9.5 - reiterar as determinações proferidas nos itens 9.3.2 e 9.5 do Acórdão 2.059/2012-Plenário, fixando prazo de 180 dias para atendimento e alertando os gestores da Seori e da STN que o não cumprimento das medidas, sem motivo justificado, poderá ensejar sua responsabilização, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992, e do art. 268, incisos VII, VIII e § 3º, do Regimento Interno do TCU;

  "9.3.2 inclua, nas avaliações atuariais dos compromissos financeiros da União com militares das Forças Armadas e seus dependentes, coluna específica de resultado atuarial que contemple também as despesas com aposentados militares, ou seja, que, além do resultado atuarial cotejando apenas contribuições e gastos com pensões militares, insira outra coluna que calcule a diferença entre contribuição para pensões e o total de gastos com inativos (militares da reserva remunerada e reformados) e pensionistas, tendo em vista o que estabelece o art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar nº 101/2000;" (Acórdão 2.059/2012-Plenário)

  "9.5 determinar à Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori/MD) e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) que, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, incluam a projeção atuarial dos compromissos financeiros da União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas nas publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referentes ao último bimestre do ano, tendo em vista o que estabelece o art. 53, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;" (Acórdão 2.059/2012-Plenário)

- Item 9.6 - determinar à Seori que, além das projeções atuariais relativas às pensões previstas na Lei das Pensões Militares que já são elaboradas, elabore, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em separado, avaliação atuarial com as projeções e resultado atuarial referentes aos benefícios decorrentes de pensões especiais oriundas de veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai, Lei das Sete Pragas, Montepio militar, ex-combatentes e outras semelhantes, tendo em vista que tais pensões constituem despesas de caráter continuado a serem suportadas pelo Tesouro Nacional por longo prazo, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência; e

- Item 9.7 - determinar à Seori, à RFB, ao MPS, ao INSS, à Casa Civil e à STN que apresentem, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação com vistas ao atendimento às deliberações a eles dirigidas nos itens 9.1.2.1, 9.1.2.3, 9.3.2, 9.4.2, 9.5, 9.6, 9.8.1, 9.8.2, 9.10.1 e 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário, bem como nas deliberações exaradas no presente processo, indicando responsáveis e prazo, preferencialmente nos moldes do modelo constante do Anexo II do relatório de monitoramento.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

Em outubro de 2015, o MD interpôs Recurso de Reconsideração em função das determinações contidas no Acórdão 2.314/2015-Plenário, o qual foi acolhido pela Egrégia Corte de Contas (Ofício nº 1178/2015-TCU/Secex Previdência), resultando na suspensão dos efeitos dos itens 9.6 e 9.7 da deliberação recorrida, conforme Certidão nº 105/2015-SERUR, de 17/12/2015, expedida pela Secretaria de Recursos do Tribunal, com reflexo na implementação das recomendações exaradas nos Acórdãos 2.059/2012-Plenário e 2.468/2013-Plenário, o que ampara o não reconhecimento e a evidenciação, nas contas relativas ao exercício de 2015, do passivo referente às pensões relativas aos militares das Forças Armadas.

Acrescente-se que a matéria tem sido objeto de providências e debates com órgãos do Governo, alcançados pelas deliberações emanadas pelo Tribunal, particularmente a STN/MF e a Casa Civil (CC-PR). Desse modo, não obstante a argumentação quanto à amplitude de alcance dos efeitos suspensivos, foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial com atribuição de realizar, no prazo de 180 dias, "[...] estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas dos encargos com militares inativos, observando os marcos normativos internacionais e nacionais, incluindo no escopo do estudo a necessidade de registros contábeis ou elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação das despesas futuras com os militares, objetivando atendimento de recomendação do Tribunal de Contas da União exarada no Acórdão nº 2.461/2015-TCU Plenário", conforme Portaria Conjunta MF/CC-PR/MD nº 1/2016 (DOU de 15/01/2016). Como conclusão, considerou-se a necessidade de aguardar a posição do TCU em face do Recurso de Reconsideração interposto na forma acima relatada, para a consecução de medidas relacionadas à matéria.

Em 16/11/2016, o TCU deliberou sobre o Recurso de Reconsideração da Seori, por meio do Acórdão nº 2940/2016-Plenário, não reconhecendo do pedido de reexame e remetendo os autos à apreciação do Ministro Relator, o qual estabeleceu em despacho que a contagem dos prazos definidos nos subitens 9.5, 9.6 e 9.7 do Acórdão 2.314/2015 deva ter início a partir da notificação do Acórdão nº 2940/2016-Plenário, a qual foi formalizada pelo Ofício nº 0919/2016-TCU/SecexPrevidência.

Em atendimento ao subitem 9.7 do Acórdão nº 2.314/2015, a Secretaria-Geral do MD encaminhou para o TCU o Plano de Ação (Ofício nº 4814/2017), com vistas ao atendimento às deliberações 9.3.2 e 9.5 do Acórdão nº 2.059/2012-Plenário e 9.6 do Acórdão nº 2.314/2015-Plenário.

Em agosto de 2017, a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (Sepesd) encaminhou para o TCU (Ofícios nº 16857 e 17579/2017) o resultado das projeções atuariais referentes às pensões especiais vinculadas às Forças Armadas.

Em novembro de 2017, a Secretaria-Geral encaminhou para o TCU (Ofício nº 23966/2017) o Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, MD e Comandos Militares, conforme Portaria Conjunta nº 55, de 24 de fevereiro de 2017.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
008.389/2016-0	2523/2016-PL	1.3.6 e 1.3.7	Ofício n° 0264/2016-TCU/Semag	09/11/2016

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Ministério da Defesa (MD)

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Trata-se de aprovação do Parecer Prévio do TCU sobre as Contas da Presidente da República, referentes ao exercício de 2015, com as seguintes recomendações para o MD:

- Subitem 1.3.6 - Ao Ministério da Defesa, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que tomem as providências necessárias para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação contábil do passivo referente às pensões militares previstas na Lei nº 3.765/1960; e
- Subitem 1.3.7 - À Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Defesa que implementem as práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração das despesas futuras com militares inativos de forma a permitir a transparência necessária e evitar quaisquer distorções materiais no Balanço Geral da União.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

Em 24/02/2017, por meio da Portaria Conjunta nº 55 da Secretaria-Executiva da Casa Civil, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Defesa, com o objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração contábil do passivo referente às despesas futuras com militares inativos e com pensões militares, observado marcos normativos pertinentes, objetivando ao atendimento de duas recomendações do Tribunal de Contas da União exarada no Acórdão nº 2.523/2016-TCU-Plenário.

Em novembro de 2017, a Secretaria-Geral encaminhou para o TCU (Ofício nº 23966/2017) o Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, MD e Comandos Militares, conforme Portaria Conjunta nº 55, de 24 de fevereiro de 2017.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
003.306/2017-8	1345/2017-PL	9.1	Aviso nº 586-GP/TCU	17/07/2017

ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Ministério da Defesa (MD)

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

Trata-se de monitoramento de determinações e recomendações contidas nos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.712/2015-TCU-Plenário (TC 014.846/2014-4) e no subitem 1.8 do Acórdão nº 1.834/2016-TCU-Plenário (TC 006.121/2016-0), referentes à apresentação de plano de ação com a descrição e a atualização de todos os procedimentos para a aquisição, pelas administrações militares, de materiais, produtos ou equipamentos controlados. O TCU determinou ao MD que apresentasse, no prazo de 30 dias, o plano de ação de que trata o subitem 9.2 do Acórdão 2.712/2015-Plenário, com os acréscimos requeridos no subitem 1.8 do Acórdão 1.834/2016-Plenário, e, no prazo de 180 dias, a comprovação de que as referidas ações foram implementadas.

Em que pese a decisão do Plenário no processo TC 014.846/2014-4 tenha considerada a representação improcedente, ante as razões expostas pelo Relator, o Acórdão 2.712/2015 trouxe as seguintes deliberações ao MD:

- Item 9.2 – determinação para que, em conjunto com os Comandos Militares, no prazo de 360 dias contados da ciência da deliberação, apresente um plano de ação ao TCU com a descrição e a atualização de todos os procedimentos para a aquisição, pelas administrações militares, de materiais, produtos ou equipamentos controlados, no Brasil e no exterior, atentando, entre outras situações, para a necessidade de superação das inconsistências detectadas no procedimento de aquisição de capacetes de combate, constantes nos autos do processo; e
- Item 9.3 – recomendação para, em conjunto com os Comandos Militares, que no plano a que se refere o item 9.2 do Acórdão, apresente, também, estudos que abordem a possibilidade de que esses materiais, produtos ou equipamentos sejam adquiridos mediante concorrência internacional, fundamentando, tão somente, se for o caso, a eventual impossibilidade da adoção desse tipo de concorrência, por razões de segurança nacional ou da Sociedade.

O subitem 1.8 do Acórdão 1.834/2016, resultado de levantamento motivado por deliberação do Acórdão nº 2.712/2015 (Item 9.4), trouxe determinação ao MD para que inclua no plano de ação a ser encaminhado ao Tribunal, "em atenção ao comando do item 9.2 do Acórdão 2.712/2015-TCU-Plenário, proposta e/ou solução para superar, no que for possível, a inexistência de diretrizes, critérios e padronizações para a compra de capacetes e coletes balísticos pelos Comandos Militares, levando em consideração as semelhanças e as diferenças procedimentais de aquisição entre eles retratadas no item III da instrução de peça 35," bem como manifestações específicas sobra as seguintes questões:

- Estratégia de atuação do MD para exercer de forma efetiva o seu papel de formulador da política de aquisição de produtos de defesa, bem como de supervisor da sua implementação; e
- Autoprodução de coletes pelo Exército, contemplando nessa manifestação, entre outras questões, o estímulo às indústrias de defesa promovido com a edição da Lei 12.598/2012, a possibilidade de aquisição por meio das comissões militares no exterior, a não exclusividade dos Comandos Militares como mercado consumidor do equipamento, o eventual comprometimento da força de trabalho disponível para o exercício de atividades não relacionadas aos seus objetivos institucionais.

JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS

Em 2016, foram iniciados estudos no MD para que se implemente uma Diretriz de Obtenção no âmbito do Ministério, para dispor da padronização da gestão das compras, das contratações e do desenvolvimento de Produtos e Sistemas de Defesa.

Em março de 2017, a Secretaria-Geral (SG/MD) informou ao TCU (Ofício nº 5113/2017) as medidas até então adotadas.

Em agosto de 2017, a SG/MD encaminhou o plano de ação e o relatório nº 001/SEPROD/2017, elaborados pela Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), órgão competente para, em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, acompanhar os assuntos relacionados com a padronização dos Produtos de Defesa (PRODE) de uso ou de interesse comum das Forças Armadas e propor a formulação e a atualização da política de obtenção de PRODE e acompanhar a sua execução. Foi informado, ainda, que a "Política de Obtenção de PRODE (POB-PRODE)" e os "Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) de Coletes e Capacetes Balísticos" são ações novas a serem implementadas, cujo tempo estimado pela SEPROD (constante no plano de ação) encontra-se dentro do prazo estipulado pelo subitem 9.1.2 do Acórdão nº 1.345/2017.

Em abril de 2018, a SG/MD encaminhou novo plano de ação elaborados pela SEPROD, tendo em vista a necessidade de readequação dos prazos previstos, bem como informou ações implementadas, tais como o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados, a Política de Obtenção de Produtos de Defesa e os Requisitos Operacionais Conjuntos de Coletes e Capacetes Balísticos.

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
017.680/2016-6	1324/2017-PL	9.1 e 9.2	Oficio nº 2099/2017-TCU/SECEX-RJ	25/07/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de acompanhamento para identificar e categorizar as falhas verificadas, em 2014 e 2015, pelo TCU na atuação das unidades militares da Região Sudeste, no que se refere especificamente à área de aquisições logísticas, bem como verificar a adequação dos preços praticados naquelas aquisições, cujo Acórdão trouxe as seguintes deliberações para que o MD: – Item 9.1 – determinou que a Secretaria-Geral do MD (SG/MD) expedisse, por intermédio dos respectivos comandos das três Forças, orientação destinada às unidades militares a eles subordinadas no sentido de que essas, sempre que possível, na fase de preparação de certames visando à aquisição de itens de material, adotem sugestão de procedimentos de registro no módulo "Divulgação de Compras" do sistema Siasgnet: uso de códigos de material superiores a 200.000, utilizando descritores e unidades de fornecimento pré-cadastrados no Siasg, evitando a inserção de descrições livres; e registrem fielmente nesse sistema as informações relativas a cada item licitado tal como constam do edital e/ou do termo de referência do certame a ser realizado; e – Item 9.2 – recomendou que a SG/MD expedisse, por intermédio dos respectivos comandos das três Forças, entre as unidades militares a eles subordinadas: tabela compilando as falhas verificadas na amostra de procedimentos licitatórios analisados no âmbito da fiscalização; documento "Riscos e Controles nas Aquisições Públicas"; e orientação no sentido de que aquelas unidades, ao atuarem na qualidade de gerenciadoras de atas de registros de preços, atentem para os limites individual e global previstos nos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto 7.892/2013, quando da emissão de autorização para adesões de não participantes àquelas atas.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
A SG divulgou a informação aos Comandos Militares, em 25/07/2017, por meio do Ofício Circular n° 259/SG-MD.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DO TCU				
PROCESSO	ACÓRDÃO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
014.336/2016-2	8338/2016-2C	1.7.1	Ofício nº 0545/2016-TCU/SECEX-RR	25/07/2016
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Ministério da Defesa (MD)				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Trata-se de Representação formulada pelo Ministério Público Militar referente a irregularidades no Comando de Fronteira/7º Batalhão de Infantaria de Selva. O TCU determinou ao MD, por meio de seu órgão setorial de controle interno, que promova a apuração das irregularidades objeto da representação, comunicando suas conclusões àquele Tribunal, e, caso constatado dano ao erário federal e não logrado seu ressarcimento, que instaure tomada de contas especial.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
O Acórdão nº 10314/2017-TCU-2ªCâmara concedeu prorrogação, por 90 dias, do prazo para o atendimento da determinação encaminhada por meio do item 1.7.1 do Acórdão 8338/2016, devendo o novo prazo ser contado, excepcionalmente, a partir da ciência. Em janeiro de 2018, a Ciset/MD retransmitiu à Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima pedido do Comando do Exército, para prorrogação, por mais 90 dias, a contar de 23 de janeiro de 2018, considerando que esse prazo será ideal para o encerramento das investigações.				

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU PELA ESG

No exercício de financeiro de 2017, o Tribunal de Contas da União não proferiu Acórdão relacionado à Escola Superior de Guerra, que implicassem em recomendações, orientações ou determinações à entidade. Não há deliberações do TCU pendentes de cumprimento pela ESG.

7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO PELA SG

De forma análoga às deliberações emanadas do TCU, as recomendações emanadas da Secretaria de Controle Interno do MD (CISET/MD) são tratadas pela Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral, utilizando-se também da mesma estrutura de controle. As deliberações provindas da CISET/MD no exercício de referência, totalizaram 6 recomendações recebidas, tendo sido atendidas 3 e estando 3 em implementação. Foram as seguintes as recomendações feitas pela CISET/MD que provocaram maior impacto na gestão da SG e dos seus órgãos vinculados, sendo partes integrantes de um Plano de Providências Permanente:

Tabela 113 Principais Deliberações da CISET que permanecem pendentes de cumprimento, no âmbito da SG

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DA CISET/MD				
PROCESSO	RELATÓRIO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
60100.000094/2017-77	22/2017/GEAUD/CISET-MD, de 11/10/2017	2.2.3.3	Memorando nº 303/CISET-MD, de 05/10/2017	18/10/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria-Geral				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Recomendação 2.2.3.3: Adotar providências para realizar, de forma coordenada com os Comandos Militares, o monitoramento do Projeto HX-BR, a fim de avaliar se a execução do projeto está de acordo com os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Plurianual.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
– Em 19/10/2017, por intermédio do Memorando nº 417/SG-MD, o Secretário-Geral solicitou ao Secretário de Orçamento e Organização Institucional (SEORI) a elaboração de Plano de Providências Permanentes (PPP) para cumprimento da recomendação da auditoria. – Em 09/11/2017, por intermédio do Memorando nº 244/SEORI/SG-MD, o Chefe de Gabinete da SEORI encaminhou à SG o PPP requerido. Em 2018, o PPP foi atualizado pela SEORI, cuja manifestação segue abaixo: A SEORI vem monitorando sistematicamente a evolução física e financeira do Projeto H-XBR, que tem como objetivo o desenvolvimento, a produção e a aquisição de 50 helicópteros de médio porte, de emprego geral, para as Forças Armadas e Presidência da República. O acompanhamento será realizado, trimestralmente, por meio de sistema desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com o auxílio do Ministério da Defesa, cuja conclusão está prevista para o 4º trimestre de 2018. Até março de 2018, foram entregues 30 aeronaves, sendo 26 até o final de 2016 e 4 em 2017. No que diz respeito à execução orçamentária, até o final de 2017, foram dispendidos R$ 4,3 bilhões, sendo que a LOA de 2018 reservou R$ 354,6 milhões para o projeto, suficientes para garantir o recebimento de 1aeronave, das 5 previstas para o exercício.				

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO DA CISET/MD				
PROCESSO	RELATÓRIO	ITEM	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA	DATA DA CIÊNCIA
60100.000094/2017-77	22/2017/GEAUD/CISET-MD, de 11/10/2017	2.6.1.3	Memorando nº 303/CISET-MD, de 05/10/2017	18/10/2017
ÓRGÃO/ENTIDADE/SUBUNIDADE DESTINATÁRIA DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Secretaria-Geral				
DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO				
Recomendação 2.6.1.3: i) Aprimorar os controles internos inerentes aos procedimentos de pesquisa de preço, mediante o desenvolvimento de métodos eficientes, de modo a assegurar as condições voltadas à obtenção da proposta mais vantajosa para a administração; e ii) Revisar as normas internas para pesquisa de preços no âmbito do Ministério da Defesa, em consonância com a legislação, normativos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Manual de Pesquisa de Preço da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa.				
JUSTIFICATIVA DO NÃO CUMPRIMENTO E MEDIDAS ADOTADAS				
– Em 19/10/2017, por intermédio do Memorando nº 417/SG-MD, o Secretário-Geral solicitou ao Secretário de Orçamento e Organização Institucional (SEORI) a elaboração de Plano de Providências Permanentes (PPP) para cumprimento da recomendação da auditoria.				

- Em 09/11/2017, por intermédio do Memorando nº 244/SEORI/SG-MD, o Chefe de Gabinete da SEORI encaminhou à SG o PPP requerido. Em 2018, o PPP foi atualizado pela SEORI, cuja manifestação segue abaixo:

  O Departamento de Administração Interna (DEADI/SEORI) irá propor a criação de um Núcleo de Pesquisa de Preços no Regimento Interno da SEORI, tendo já tomado ações para a capacitação de seus agentes executores; e, em que pese a existência dos normativos que abordam a questão (IN 05/SLTI/MPOG/2014, alterada pela IN 3, de 20 de abril de 2017 e Manual de Pesquisa de Preço da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa), o DEADI irá propor uma Orientação Normativa que normatize os procedimentos administrativos para a elaboração de pesquisas de preços no âmbito da administração central do Ministério da Defesa com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão gerencial com respeito à matéria, padronizar os atos administrativos deles decorrentes com base na legislação em vigor e adequar os procedimentos atinentes à atividade, à edição da Instrução Normativa nº 3, de 20/04/2017.

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO PELA ESG

No exercício financeiro de 2017, a Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset-MD) não realizou Auditoria de Acompanhamento de Gestão na ESG.

São as seguintes as recomendações relevantes de auditoria da Ciset-MD, que se encontravam pendentes de cumprimento ao fim do exercício de 2016, e que foram atendidas integralmente, durante o exercício de 2017:

a) Recomendação: “Apurar prejuízo decorrente da contratação de serviços sem o devido projeto básico e executivo ou em embasamento técnicos, capazes de fundamentar os quantitativos dos serviços (item 2.1.4 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 85/2014) ”.

Providência: Foi encaminhado à Ciset-MD, por intermédio do Ofício nº 2208/ACI/ESG/2017, Laudo Técnico elaborado em decorrência de instauração de processo administrativo a destinado a efetuar a respectiva apuração, sendo atestada a efetiva prestação dos serviços.

b) Recomendação: “Recompor o quadro de servidores da área responsável pela tecnologia da informação, mediante a incorporação de técnicos com formação específica e conhecimentos relacionados à gestão de tecnologia da informação da ESG (item 2.8.3 do relatório nº 93/2015) ”.

Providência: O Comando da ESG encaminhou expedientes ao Ministério da Defesa e Forças Singulares, solicitando a movimentação de militares especialistas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Cópias dos referidos expedientes foram remetidas à Ciset-MD por meio do Ofício nº 434/CMDO/ESG/2017.

7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO, NO ÂMBITO DO DEADI

Em relação a qualquer ocorrência envolvendo o patrimônio da União com possível dano ao Erário no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, são tomadas as providências previstas tanto na Orientação Normativa nº 003/DEADI, DE 29 de setembro de 2004, como na Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 08 de abril de 1988, da extinta Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP/PR, com a abertura de processo administrativo (sindicância ou PAD) ou Termo Circunstanciado Administrativo - TCA (para o caso de extravio ou dano de material até o valor de R$ 8.000,00, e sem indícios de dolo por parte do Servidor envolvido), visando à apuração da responsabilidade e do ressarcimento ao erário. Caso infrutífera a cobrança administrativa o agente público ou terceiro responsável é incluído no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), de acordo com a Portaria nº 685-STN, de 14 de setembro de 2006 e informada a CONJUR-MD para propor a cobrança judicial do débito.

Nos casos em que o débito decorrente de danos ao erário atualizado monetariamente for superior a R$ 100.000,00 é instaurada Tomada de Contas Especial, de acordo com o previsto na IN TCU nº 76, de 23 de novembro de 2016, tendo competência para a instauração, em suas áreas de atuação, o Departamento de Administração Interna, o Departamento do Programa Calha Norte e o Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças, conforme preconizado no Regimento Interno do MD, aprovado por meio da Portaria Normativa nº 564/MD, de 12 de março de 2014.

Tabela 114 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário, no âmbito da SG

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 75.000		
05 TCA; 03 Sindicância Investigativa; 03 Sindicância Contraditória; 05 Sindicância; 01 PAD	0	0	0	0	0	0	0	0

O detalhamento dos casos de dano objeto de medidas administrativas encontram-se detalhados no Relatório de Instância ou Área de Correição.

APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO SOB A RESPONSABILIDADE DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

Tabela 115 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário, no âmbito do DPCN

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 75.000		
0	0	0	0	0	0	14	0	3

Tabela 116 Apuração de responsabilidade por dano ao Erário sob a responsabilidade do DPCN

TOMADA DE CONTAS	TCE n° 001/2017 (PROCESSO: 60414.000018/2017-28)
Convênio:	031/PCN/2013 (SICONV 782665)
Convenente:	Xapuri/AC
Objeto do Convênio:	Construção de calçadas
Instauração:	Portaria nº 680/DIAF/MD, 22/02/2017, publicado no D.O.U. de 24/02/2017
Responsável pelo Dano:	MÁRCIO PEREIRA MIRANDA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme letra "a", do Inciso II, do parágrafo primeiro, do Art. 82 da Portaria interministerial n° 507/2011
Valor do Dano original:	R$ 278.968,74
Valor do Dano atualizado:	R$ 363.972,15
Status	Encaminhado pelo MD em 2017 e devolvido pelo TCU em 2018

TOMADA DE CONTAS	TCE n° 002/2017 (PROCESSO: 60414.000093/2017-99)
Convênio:	262/PCN/2013 (SICONV 786594)
Convenente:	Alto Alegre/RR
Objeto do Convênio:	Reforma do estádio de futebol do município de Alto Alegre / RR.
Instauração:	Portaria nº 1796/DIAF/MD, 28 /04/2017, publicado no D.O.U. n° 84 de 04/05/2017
Responsável pelo Dano:	JOSÉ DE ARIMATÊIA DA SILVA VIANA e PEDRO HENRIQUE WANDERLEY MACHADO
Motivo:	Inexecução total do objeto, conforme Art. inciso 1, da Portaria interministerial n° 507/2011.
Valor do Dano original:	R$ 1.400.000,00
Valor do Dano atualizado:	R$ 1.840.055,92
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no TCU em 2017

TOMADA DE CONTAS	TCE N° 003/2017 (PROCESSO: 60414.000094/2017-33)
Convênio:	490/PCN/2013 (SICONV 786429)
Convenente:	Borba/AM
Objeto do Convênio:	Construção de Centro de Centro de Convivência de Idoso
Instauração:	Portaria nº 1795/DIAF/MD, 28/04/2017, publicado no D.O.U. n° 84 de 04/05/2017
Responsável pelo Dano:	JOSÉ MARIA DA SILVA MAIA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme Art. inciso 1, da Portaria interministerial n° 50712011.
Valor do Dano original:	R$ 500.000,00
Valor do Dano atualizado:	R$ 597.062,58
Status	Encaminhado pelo MD e recebida no TCU em 2017

Total de Danos originais:	R$ 2.178.968,74
Total de Danos atualizados:	R$ 2.801.090,65

Tabela 117 Processos de Dívida Ativa da União (DAU) - Apurações com Danos ao Erário inferiores a R$ 100.000,00

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 001/2017 (PROCESSO:60414.000690/2017-13)
Convênio:	260/PCN/2012 (SICONV 769787)
Convenente:	Porto Grande/AP
Objeto do Convênio:	Pavimentação de Ruas e Avenidas do Município
Instauração:	Ofício n° 16548/DIAF/DPCN/SG-MD, de 15 AGO 2017
Responsável pelo Dano:	ANTÔNIO DE SOUZA PEREIRA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 36.125,12
Valor do Dano atualizado:	R$ 49.115,77
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AP em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 002/2017 (PROCESSO: 60414.000815/2017-13)
Convênio:	089/PCN/2013 (SICONV 782871)
Convenente:	Mucajaí/RR
Objeto do Convênio:	Eletrificação rural na Vila Samaúma do Município de Mucajaí/RR
Instauração:	Ofício n° 17250/DIAF/DPCN/SG-MD, de 24/08/2017
Responsável pelo Dano:	JOSUÉ JESUS PANEQUE MATOS
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 12.969,11
Valor do Dano atualizado:	R$ 16.639,99
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-RR em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 003/2017 (PROCESSO: 60414.000818/2017-49)
Convênio:	257/PCN/2013 (SICONV 786592)
Convenente:	Mucajaí/RR
Objeto do Convênio:	Reforma e Ampliação da Escola Municipal Miguel Alves, localizada na Samaúma do Município de Mucajaí-RR
Instauração:	Ofício n° 17584/DIAF/DPCN/SG-MD, de 30/08/2017
Responsável pelo Dano:	JOSUÉ JESÚS PANEQUE MATOS
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 25.189,78
Valor do Dano atualizado:	R$ 30.916,18
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-RR em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 004/2017 (PROCESSO: 60414.000821/2017-62)
Convênio:	274/PCN/2013 (SICONV 782740)
Convenente:	Brasiléia/AC
Objeto do Convênio:	Pavimentação de ruas
Instauração:	Ofício n° 17710/DIAF/DPCN/SG-MD, de 31/08/2017
Responsável pelo Dano:	EVERALDO GOMES PEREIRA DA SILVA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 49.299,98
Valor do Dano atualizado:	R$ 63.254,24
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 005/2017 (PROCESSO: 60414.000824/2017-04)
Convênio:	693/PCN/2013 (SICONV 799513)
Convenente:	Senador Guiomard/AC
Objeto do Convênio:	Construção de Galpão
Instauração:	Ofício n° 17769/DIAF/DPCN/SG-MD, de 31/08/2017
Responsável pelo Dano:	JAMES PEREIRA DA SILVA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 24.729,99
Valor do Dano atualizado:	R$ 32.208,81
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 006/2017 (PROCESSO: 60414.000825/2017-41)
Convênio:	360/PCN/2014 (SICONV 801510)
Convenente:	Porto Grande/AP
Objeto do Convênio:	Construção de Centro de Combate a Endemias
Instauração:	Ofício n° 17911/DIAF/DPCN/SG-MD, de 01/09/2017
Responsável pelo Dano:	ANTÔNIO DE SOUZA PEREIRA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 16.637,59
Valor do Dano atualizado:	R$ 22.112,45
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AP em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 007/2017 (PROCESSO: 60414.000838/2017-10)
Convênio:	454/PCN/2012 (SICONV 780016)
Convenente:	Tarauacá/AC
Objeto do Convênio:	Construção da Biblioteca
Instauração:	Ofício n° 18309/DIAF/DPCN/SG-MD, de 11/09/2017
Responsável pelo Dano:	RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 17.700,02
Valor do Dano atualizado:	R$ 24.338,10
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 008/2017 (PROCESSO: 60414.000840/2017-99)
Convênio:	045/PCN/2013 (SICONV 782842)
Convenente:	Tarauacá/AC
Objeto do Convênio:	Reforma do Mercado Municipal
Instauração:	Ofício n° 18337/DIAF/DPCN/SG-MD, de 11/09/2018
Responsável pelo Dano:	RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 10.901,30
Valor do Dano atualizado:	R$ 14.181,76
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 009/2017 (PROCESSO: 60414.000843/2017-22)
Convênio:	133/PCN/2013 (SICONV 782688)
Convenente:	Epitaciolândia/AC
Objeto do Convênio:	Construção de Prédio Público
Instauração:	Ofício n° 18492/DIAF/DPCN/SG-MD, de 12/09/2017
Responsável pelo Dano:	ANDRÉ LUIZ PEREIRA HASSEM e JOÃO SEBASTIÃOFLORES DA SILVA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 50.179,05
Valor do Dano atualizado:	R$ 67.642,84
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 010/2017 (PROCESSO: 60414.000844/2017-77)
Convênio:	050/PCN/2013 (SICONV 782673)
Convenente:	Santa Rosa dos Purus / AC
Objeto do Convênio:	Construção de calçadas
Instauração:	Ofício n° 18534/DIAF/DPCN/SG-MD, de 13/09/2017
Responsável pelo Dano:	RIVELINO DA SILVA MOTA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 9.925,19
Valor do Dano atualizado:	R$ 13.284,04
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 011/2017 (PROCESSO: 60414.000846/2017-66)
Convênio:	135/PCN/2013 (SICONV 782736)
Convenente:	Santa Rosa dos Purus/AC
Objeto do Convênio:	Pavimentação
Instauração:	Ofício n° 18577/DIAF/DPCN/SG-MD, de 13/09/2017
Responsável pelo Dano:	RIVELINO DA SILVA MOTA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 62.315,81
Valor do Dano atualizado:	R$ 85.120,88
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 012/2017 (PROCESSO: 60414.000848/2017-55)
Convênio:	034/PCN/2013 (SICONV 782667)
Convenente:	Assis Brasil/AC
Objeto do Convênio:	Construção do Centro do Idoso
Instauração:	Ofício n° 18611/DIAF/DPCN/SG-MD, de 14/09/2017
Responsável pelo Dano:	HUMBERTO GONÇALVES FILHO
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 27.112,18
Valor do Dano atualizado:	R$ 34.094,45
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 013/2017 (PROCESSO: 60414.000850/2017-24)
Convênio:	078/PCN/2013 (SICONV 782681)
Convenente:	Senador Guiomard/AC
Objeto do Convênio:	Construção do Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência
Instauração:	Ofício n° 18635/DIAF/DPCN/SG-MD, de 14/09/2017
Responsável pelo Dano:	JAMES PEREIRA DA SILVA
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 13.372,08
Valor do Dano atualizado:	R$ 17.396,06
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

TOMADA DE CONTAS	DAU N° 014/2017 (PROCESSO: 60414.000850/2017-24)
Convênio:	027/PCN/2013 (SICONV 782868)
Convenente:	Tarauacá/AC
Objeto do Convênio:	Construção de rampa de acesso ao rio para escoamento da produção
Instauração:	Ofício n° 18657/DIAF/DPCN/SG-MD, de 14/09/2017
Responsável pelo Dano:	RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Motivo:	Inexecução parcial do objeto, conforme art. 6º da IN nº 71/2012, alterada pela IN nº 76/2016
Valor do Dano original:	R$ 13.071,39
Valor do Dano atualizado:	R$ 17.854,99
Status	Encaminhado pelo MD e recebido no PFN-AC em 2017

Total de Danos originais:	R$ 369.528,59
Total de Danos atualizados:	R$ 488.160,56

APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO SOB A RESPONSABILIDADE DA ESG

Em 2017 não houve instauração de Tomada de Contas Especial ou processos administrativos de apuração de dano ao Erário na ESG.

Destaca-se ainda que no exercício de 2017, não houve deliberação do TCU acerca do Processo de Tomada de Contas Especial nº 029.689/2014-7 (atual 027.116/2016-6), decorrente do Processo Administrativo nº 60630.002622/2014-91, que teve a finalidade de apurar a ocorrência de irregularidades atinentes à prestação de serviços por empresa contratada, no tocante à hospedagem de atletas em estabelecimento localizado no município de Paty do Alferes-RJ, por ocasião dos V Jogos Mundiais Militares, ocorridos no período de 16 a 24 de julho de 2011.

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 8.666, DE 1993

DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DA SG

Os pagamentos executados na UG 110404 cumprem o previsto no artigo 5º da Lei 8.666/93, quanto à estrita ordem cronológica das datas de sua exigibilidade, sendo rotineiro que os pagamentos sejam executados no mesmo dia que adentram a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (COFIN). Nesse sentido, do cotejo entre a data de atesto das notas fiscais, vinculadas aos processos das compras e contratações definidos na amostra, com a data das respectivas emissões das ordens bancárias, não são evidenciados pagamentos que não tenham obedecido a ordem cronológica dos atesto, atendendo, dessa forma, às exigências legais. Ademais, mensalmente todas as despesas mensais são disponibilizadas para consulta (http://www.defesa.gov.br/despesas).

DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DA ESG

A Escola Superior de Guerra observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93, quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

INFORMAÇÕES DA SG SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

As providencias relacionadas ao benefício decorrente da desoneração da folha de pagamento, com vistas ao cumprimento da deliberação do TCU, ainda continuam suspensas em razão da cessação dos efeitos dos itens 9.2 e 9.3 do Acordão 2.859/2013 – Plenário, a partir de 18/11/2014, até ulterior deliberação daquela Colenda Corte conforme consta no Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício de 2014, item 2.11 de 25/09/2-15. Portanto as informações referentes a este item continuam inalteradas, conforme relatório do exercício anterior.

INFORMAÇÕES DA ESG SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A ESG não firmou contrato de prestação de serviços com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2001 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012 durante a vigência dos referidos dispositivos legais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/SG-MD, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

Aprova o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período 2017 a 2019.

O **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 do Anexo I do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, tendo em vista o disposto na Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 60311.000630/2016-78, resolve:

Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral (SG) para o período 2017 a 2019, na forma do anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2º Todo e qualquer plano, projeto, atividade, indicador e meta, no âmbito da Secretaria-Geral, deverá estar alinhado à estratégia estabelecida nesta Instrução Normativa.

Art. 3º Ao Secretário-Geral, por intermédio de sua Assessoria de Gestão Estratégica, caberá:

I - coordenar as atividades de planejamento e gestão estratégica do órgão e as demais ações decorrentes desta Instrução Normativa; e

II - aprovar os ajustes, a exclusão ou a inclusão de indicadores de resultados, metas e iniciativas, mediante a devida análise de viabilidade orçamentária.

Art. 4º Os dirigentes da Secretaria de Organização Institucional, da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, da Secretaria de Produtos de Defesa, do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do Programa Calha Norte viabilizarão as ações necessárias à consecução dos objetivos estratégicos no âmbito de cada órgão.

Art. 5º O suporte ao Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral, para o período 2017 a 2019, será realizado por meio da Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral.

Art. 6º Cada um dos Objetivos Estratégicos estabelecidos possuirá um responsável, denominado Gestor do Objetivo, a quem caberá atuar na coordenação setorial das ações e monitorar os indicadores associados.

Art. 7º No prazo de trinta dias, a contar da data de entrada em vigor desta Instrução Normativa, a Secretaria-Geral publicará em Boletim de Pessoal e Serviço do Ministério da Defesa a relação de Gestores dos Objetivos, o Mapa de Indicadores e o Plano de Ação da Secretaria-Geral para o período 2017 a 2019.

Art. 8º O Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral, para o período 2017 a 2019, as iniciativas dele decorrentes e os seus resultados serão monitorados, controlados e avaliados, visando identificar riscos e antecipar ações corretivas para alcançar as metas e os objetivos.

Art. 9º A Secretaria-Geral promoverá Reuniões de Análise Estratégica (RAE) quadrimestrais para alinhar percepções e avaliar o cumprimento e os resultados da estratégia definida para o período, envolvendo, além do Secretário-Geral, todos os dirigentes máximos dos órgãos subordinados e, a convite, o Secretário de Controle Interno.

Art. 10. A Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral promoverá Reuniões de Monitoramento Estratégico (RME) bimestrais, para controle dos resultados e monitoramento de cada objetivo, envolvendo o Gestor de cada objetivo estratégico.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

Publicado no Boletim de Pessoal e Serviço nº 043, de 27 de outubro de 2016.

ANEXO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA-GERAL
PARA O PERÍODO 2017 A 2019

I - INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral, para o período 2017 a 2019, é o processo que define os rumos da Secretaria-Geral e de seus órgãos subordinados até 2019, em estreito alinhamento com a Estratégia Setorial de Defesa, o Plano Plurianual do Governo Federal, de 2016 a 2019, e o planejamento e a execução do Orçamento Federal.

II - DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Os direcionadores estratégicos do Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral, macrodesafios para o período 2017 a 2019, foram selecionados conforme a vinculação às competências da Secretaria-Geral e de seus órgãos subordinados, dentre as Ações Setoriais de Defesa estabelecidas pela Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015.

AÇÃO SETORIAL DE DEFESA	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA
ASD 55 Promover medidas que contribuam para a valorização dos militares e civis do MD	OSD 15 Valorização dos militares e civis do MD
ASD 56 Desenvolver mecanismos de incentivo à atração e retenção dos profissionais das diversas especialidades das FA	
ASD 57 Desenvolver estudos sobre a composição e organização dos efetivos militares e civis do MD	OSD 16 Adequação dos efetivos militares e civis para o cumprimento da missão institucional do MD
ASD 58 Atualizar a estrutura das carreiras civis existentes no MD	
ASD 59 Propor a criação de uma carreira civil de Defesa Nacional para atuação no âmbito do MD	
ASD 60 Promover a adequada incorporação dos efetivos femininos no âmbito da Defesa	
ASD 61 Promover a interação entre cursos congêneres das FA e da Escola Superior de Guerra, com ênfase nos cursos de altos estudos	OSD 17 Capacitação sistemática e permanente do pessoal civil e militar das FA
ASD 62 Promover o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares	
ASD 64 Ampliar/consolidar o reconhecimento do tema Defesa Nacional como área de estudo científico pela sociedade, meio acadêmico e instituições em geral	OSD 18 Desenvolvimento de uma "mentalidade de defesa" e do conhecimento sobre o tema Defesa Nacional no âmbito da sociedade brasileira
ASD 65 Difundir assuntos de interesse da defesa nacional no âmbito da sociedade e, em particular, no meio acadêmico	
ASD 66 Aprimorar a gestão em saúde no âmbito do MD	OSD 20 Excelência na atuação das Áreas de Saúde do MD
ASD 67 Buscar a excelência na prestação de serviço integral de saúde aos usuários dos Sistemas de Saúde no âmbito do MD	
ASD 68 Aprimorar o eixo operacional da área de Saúde das FA	
ASD 69 Aprimorar o eixo pericial de saúde no MD	
ASD 70 Estabelecer mecanismos de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias na área de saúde	
ASD 71 Aprimorar a interoperabilidade entre os Sistemas de Saúde do MD	
ASD 72 Desenvolver o Sistema de Informações de Saúde	
ASD 73 Promover o intercâmbio com instituições de saúde, civis e militares, nacionais e internacionais	
ASD 74 Promover a interação entre os órgãos de Assistência Social das FA	OSD 21 Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e

Publicado no Boletim de Pessoal e Serviço nº 043, de 27 de outubro de 2016.

AÇÃO SETORIAL DE DEFESA	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA
ASD 75 Incentivar a divulgação de boas práticas de Assistência Social das FA	servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas
ASD 76 Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades de Assistência Social no âmbito do MD	
ASD 77 Promover o desenvolvimento da estrutura de Assistência Social no âmbito das FA	
ASD 78 Promover a evolução dos conhecimentos sobre Assistência Social no âmbito do MD	
ASD 79 Estimular o desenvolvimento do desporto militar brasileiro	OSD 22 Desenvolvimento do desporto no âmbito do MD
ASD 80 Desenvolver a mentalidade desportiva no âmbito do MD	
ASD 81 Recrutar e capacitar recursos humanos para a área do desporto militar, incluindo atletas de alto rendimento	
ASD 82 Fomentar a participação de atletas militares em competições nacionais e internacionais	
ASD 83 Fomentar o intercâmbio com organizações nacionais e estrangeiras direcionadas ao desporto militar	
ASD 84 Incentivar atividades de pesquisa que atendam às necessidades do desporto militar	
ASD 91 Estimular a competitividade da BID	OSD 24 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID)
ASD 92 Promover ações que contribuam para a redução da dependência externa de produtos estratégicos de defesa	
ASD 93 Buscar a redução da carga tributária incidente sobre a BID	
ASD 94 Viabilizar o planejamento consensual das compensações comerciais, industriais e tecnológicas em favor da BID	
ASD 95 Promover a interação com outras organizações de interesse da BID	
ASD 96 Promover a internacionalização das empresas da BID	
ASD 97 Promover ações de fomento à BID no âmbito nacional e internacional	
ASD 98 Promover a integração dos projetos das FA em termos de desenvolvimento tecnológico na área de Defesa	OSD 25 Domínio de tecnologias de interesse da Defesa
ASD 99 Promover a capacitação científica e tecnológica da BID e das instituições do MD	
ASD 100 Promover o desenvolvimento da capacidade de Tecnologia Industrial Básica, no âmbito do MD	
ASD 101 Promover o desenvolvimento de tecnologias consideradas estratégicas para a Defesa	
ASD 102 Fortalecer a estrutura de Ciência e Tecnologia (C&T) do MD	
ASD 103 Promover o incremento do conteúdo tecnológico dos produtos de defesa produzidos no País	
ASD 105 Promover o intercâmbio das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens, no âmbito do MD	OSD 26 Pleno emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais
ASD 106 Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens no âmbito do MD	
ASD 108 Promover a modernização dos sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto	

AÇÃO SETORIAL DE DEFESA	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA
empregados no âmbito MD	
ASD 109 Reduzir o grau de dependência externa com relação a sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto, de interesse do MD	
ASD 113 Promover ações que contribuam para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P, D & I) de tecnologias relevantes para a Cartografia Militar	OSD 27 Pleno emprego da Cartografia Militar pelas FA em prol da defesa e da segurança nacionais
ASD 114 Promover o intercâmbio de informações cartográficas com as comunidades nacional e internacional	
ASD 124 Contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania de segmentos vulneráveis da população brasileira	OSD 32 Apoio a Políticas Públicas
ASD 125 Contribuir para a construção e recuperação da infraestrutura nacional	
ASD 126 Contribuir para o desenvolvimento sustentável e a paz social	
ASD 127 Contribuir para a conscientização social do estudante universitário	
ASD 128 Prestar apoio à Defesa Civil para socorro às vítimas de calamidades, quando solicitado pelos órgãos competentes	
ASD 129 Contribuir para a proteção ambiental	
ASD 130 Promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal	
ASD 131 Contribuir para o desenvolvimento do desporto em âmbito nacional	

Referência: Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015

III - IDENTIDADE ESTRATÉGICA

A identidade estratégica em que se baseia o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral é constituída pelos seguintes componentes:

MISSÃO

A missão representa a razão de ser da instituição, ou seja, o que o órgão faz hoje, por que faz, em benefício de quem e visando produzir qual impacto. A declaração de missão responde à questão: “por que ou para que o órgão existe?”. A missão da Secretaria-Geral, seu compromisso permanente, está vinculada diretamente aos seus objetivos estratégicos.

MISSÃO DA SECRETARIA-GERAL

"Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação."

VISÃO

A visão de futuro é a expressão que traduz objetivamente a situação futura desejada para a SG e corresponde ao norte que se busca alcançar num prazo determinado. A visão impulsiona a organização, enquanto a missão indica o rumo a ser seguido. A visão de futuro da Secretaria-Geral serve como o direcionador dos esforços, transformando produtivamente um propósito em fato concreto.

VISÃO DA SECRETARIA-GERAL

"Consolidar-se como o órgão central do Ministério da Defesa que se articula eficaz e tempestivamente com a administração pública e a sociedade para viabilizar as missões do Ministério da Defesa e das Forças Armadas."

Publicado no Boletim de Pessoal e Serviço nº 043, de 27 de outubro de 2016.

VALORES

Os valores organizacionais representam os atributos e princípios que norteiam as ações e a conduta dos integrantes da SG. Tais valores, portanto, consubstanciam-se em um conjunto de atributos que ajudam a organização a reagir rápida e decisivamente em diferentes situações no cumprimento de sua missão e no alcance de sua visão. São eles:

Cooperação: atuar pelo envolvimento e sinergia de toda a equipe da Secretaria-Geral na busca contínua da melhoria dos resultados.

Credibilidade: ter a confiança do Ministério da Defesa, das Forças Armadas e da sociedade, por meio da permanente aplicação dos valores fundamentais em sua atuação.

Criatividade: inovar para fazer mais com menos recursos e melhorar continuamente os processos de trabalho.

Ética: atuar sob os princípios da moralidade, ressaltando-se a honradez, a integridade, a dignidade e a probidade em todas as ações.

Flexibilidade: agir com permanente capacidade de adaptação em função dos desafios.

Transparência: atuar com visibilidade plena, na extensão permitida pela lei, de todas as decisões e atos de gestão.

PERSPECTIVAS

O Mapa Estratégico da Secretaria-Geral está estruturado em três perspectivas: compromisso com as partes interessadas; processos internos; e recursos. Essas dimensões definem o encadeamento lógico da estratégica de atuação da SG. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os desafios basilares a serem enfrentados pela Secretaria-Geral no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

Perspectiva compromisso com as partes interessadas: indica os resultados que a Secretaria-Geral deve alcançar para maximizar o cumprimento de sua missão institucional em prol de sua visão de futuro. Visa atender às expectativas e demandas dos órgãos parceiros da SG, sobretudo as Forças Armadas, clientes preponderantes.

Perspectiva processos internos: retrata os processos internos prioritários da Secretaria-Geral a fim de buscar excelência, concentrar esforços e expandir os resultados. Define o modo de operação para implementação da estratégia institucional, abordando o fortalecimento da instituição, a governança, o modelo de gestão e a transparência.

Perspectiva recursos: concilia os desafios que a Secretaria-Geral deve superar em questões relativas a recursos humanos, tecnologia e infraestrutura para o alcance da estratégia e sustentar o trabalho orientado à estratégia com foco em resultados. Apoia a busca pela excelência e modernização dos processos internos e o alcance dos resultados.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O objetivo estratégico constitui elo indissolúvel entre as diretrizes da Instituição e o seu referencial estratégico. Determinam o que deve ser feito para que a SG cumpra sua missão e alcance sua visão de futuro.

A partir da aglutinação dos direcionadores estratégicos vinculados por um tema comum, foram deduzidos os 14 Objetivos Estratégicos da Secretaria-Geral (OSG) que constituem o núcleo da estratégia definida e traduzem, consideradas as demandas e expectativas, os desafios a serem enfrentados no cumprimento do papel institucional reservado ao órgão:

OSG 1 Promover ações que fortaleçam a Base Industrial de Defesa e contribuam para o desenvolvimento de produtos e tecnologias de interesse da Defesa Nacional.

Descritor:
Visa assegurar que o Ministério da Defesa promova condições que permitam alavancar a Base

Industrial de Defesa (BID) brasileira, capacitando a indústria nacional do setor para que conquiste autonomia em tecnologias estratégicas para o País e possa contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do Brasil. Envolve um arranjo conjunto e harmônico do setor produtivo, concentrado essencialmente na iniciativa privada, com o setor de desenvolvimento, a cargo do Estado para que a BID possa se consolidar com sucesso.

Macrodesafios Associados:

- ASD 91 Estimular a competitividade da BID (OSD 24).
- ASD 92 Promover ações que contribuam para a redução da dependência externa de produtos estratégicos de defesa (OSD 24).
- ASD 93 Buscar a redução da carga tributária incidente sobre a BID (OSD 24).
- ASD 94 Viabilizar o planejamento consensual das compensações comerciais, industriais e tecnológicas em favor da BID (OSD 24).
- ASD 95 Promover a interação com outras organizações de interesse da BID (OSD 24).
- ASD 96 Promover a internacionalização das empresas da BID (OSD 24).
- ASD 97 Promover ações de fomento à BID no âmbito nacional e internacional (OSD 24).
- ASD 98 Promover a integração dos projetos das FA em termos de desenvolvimento tecnológico na área de Defesa (OSD 25).
- ASD 99 Promover a capacitação científica e tecnológica da BID e das instituições do MD (OSD 25).
- ASD 100 Promover o desenvolvimento da capacidade de Tecnologia Industrial Básica, no âmbito do MD (OSD 25).
- ASD 101 Promover o desenvolvimento de tecnologias consideradas estratégicas para a Defesa (OSD 25).
- ASD 102 Fortalecer a estrutura de Ciência e Tecnologia (C&T) do MD (OSD 25).
- ASD 103 Promover o incremento do conteúdo tecnológico dos produtos de defesa produzidos no País (OSD 25).

Órgão Responsável:

Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 2 Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade.

Descritor:

Busca reduzir a taxa de desconhecimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa e conscientizá-la da sua importância para o País e de que esta é um dever de todos os brasileiros. Envolve incutir na sociedade que uma das atribuições do Estado é propiciar e garantir condições para que se possa considerar que o País não corra risco de uma agressão externa, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições econômicas insuportáveis, e seja capaz de, livremente, fazer suas escolhas.

Macrodesafios Associados:

- ASD 64 Buscar o reconhecimento do tema Defesa Nacional como área de estudo científico pela sociedade, meio acadêmico e instituições em geral (OSD 18).
- ASD 65 Difundir assuntos de interesse da defesa nacional no âmbito da sociedade e, em particular, no meio acadêmico (OSD 18).
- ASD 79 Estimular o desenvolvimento do esporte militar brasileiro (OSD 22).
- ASD 80 Desenvolver a mentalidade desportiva no âmbito do MD (OSD 22).
- ASD 81 Recrutar e capacitar recursos humanos para a área do desporto militar, incluindo atletas de alto rendimento (OSD 22).
- ASD 82 Fomentar a participação de atletas militares em competições nacionais e internacionais (OSD 22).
- ASD 83 Fomentar o intercâmbio com organizações nacionais e estrangeiras direcionadas ao desporto militar (OSD 22).
- ASD 84 Incentivar atividades de pesquisa que atendam às necessidades do desporto militar (OSD 22).

- ASD 131 Contribuir para o desenvolvimento do desporto em âmbito nacional (OSD 32).

Órgão Responsável:

Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 3 Aprimorar a capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia legal brasileira.

Descritor:

Tem como alvo criar condições para que o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) se posicione como referência nacional e internacional na geração, integração, disponibilização e utilização de conhecimento aplicado ao ambiente amazônico. Envolve a produção, a articulação, o planejamento, o compartilhamento do conhecimento e a otimização dos recursos em prol da presença efetiva do Estado na Amazônia Legal brasileira.

Macrodesafios Associados:

- ASD 105 Promover o intercâmbio das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens, no âmbito do MD (OSD 26).
- ASD 106 Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades relacionadas com a aquisição, processamento e interpretação de imagens no âmbito do MD (OSD 26).
- ASD 108 Promover a modernização dos sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto empregados no âmbito MD (OSD 26).
- ASD 109 Reduzir o grau de dependência externa com relação a sistemas, equipamentos, dispositivos e serviços vinculados ao Sensoriamento Remoto, de interesse do MD (OSD 26).
- ASD 113 Promover ações que contribuam para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P, D & I) de tecnologias relevantes para a Cartografia Militar (OSD 27).
- ASD 114 Promover o intercâmbio de informações cartográficas com as comunidades nacional e internacional (OSD 27).
- ASD 124 Contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania de segmentos vulneráveis da população brasileira (OSD 32)
- ASD 128 Prestar apoio à Defesa Civil para socorro às vítimas de calamidades, quando solicitado pelos órgãos competentes (OSD 32).
- ASD 129 Contribuir para a proteção ambiental (OSD 32).
- ASD 130 Promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal (OSD 32).

Órgão Responsável:

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 4 Ampliar a presença do Poder Público na área de atuação do Programa Calha Norte, contribuindo para a defesa nacional, fixando a população na região e prestando-lhe assistência.

Descritor:

Busca implantar e aprimorar a infraestrutura básica nas áreas de defesa, economia, educação, esporte, saúde, social e de transportes nos municípios da área compreendida entre os Estados que fazem parte da Amazônia Legal Setentrional, o Estado do Mato Grosso e a faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul, criando condições para a fixação da população na região. Tenciona: melhorar a qualidade de vida das populações atendidas; integrar socialmente comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na região; intensificar a troca de informações e articular com órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), de modo a identificar as necessidades de obras de infraestrutura na área de atuação do Programa; e aplicar os recursos orçamentários do Programa nas obras de infraestrutura, visando gerar renda e emprego, fortalecer a cadeia produtiva e melhorar as condições de vida, possibilitando a fixação do homem em suas localidades.

Macrodesafios Associados:

- ASD 125 Contribuir para a construção e recuperação da infraestrutura nacional (OSD 32).

Órgão Responsável:

Departamento do Programa Calha Norte (DPCN).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 5 Consolidar a participação da Defesa no desenvolvimento social.

Descritor:

Almeja contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania e com o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades carentes, usando as habilidades universitárias. Visa, por intermédio do Projeto Rondon, ação interministerial do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, proporcionar conhecimento de aspectos peculiares da realidade brasileira ao estudante universitário e desenvolver sentimentos de responsabilidade social, espírito crítico e patriotismo.

Macrodesafios Associados:

- ASD 126 Contribuir para o desenvolvimento sustentável e a paz social (OSD 32).
- ASD 127 Contribuir para a conscientização social do estudante universitário (OSD 32).

Órgão Responsável:

Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 6 Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao incremento de competências e à qualificação, em prol do alcance das metas institucionais.

Descritor:

Busca concentrar esforços na valorização dos servidores civis e dos militares a fim de estimular o comprometimento. Envolve a análise da atual estrutura das carreiras civis existentes no Ministério da Defesa, priorizando a criação de uma Carreira de Defesa Nacional.

Macrodesafios Associados:

- ASD 55 Promover medidas que contribuam para a valorização dos militares e civis do MD (OSD 15).
- ASD 56 Desenvolver mecanismos de incentivo à atração e retenção dos profissionais das diversas especialidades das FA (OSD 15).
- ASD 57 Desenvolver estudos sobre a composição e organização dos efetivos militares e civis do MD (OSD 16).
- ASD 58 Atualizar a estrutura das carreiras civis existentes no MD (OSD 16).
- ASD 59 Propor a criação de uma carreira civil de Defesa Nacional para atuação no âmbito do MD (OSD 16).
- ASD 60 Promover a adequada incorporação dos efetivos femininos no âmbito da Defesa (OSD 16).
- ASD 61 Promover a interação entre cursos congêneres das FA e da Escola Superior de Guerra, com ênfase nos cursos de altos estudos (OSD 17).
- ASD 62 Promover o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares (OSD 17).

Órgão Responsável:

Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 7 Aprimorar a gestão, a interoperabilidade e a complementaridade dos sistemas de saúde e de assistência social do Ministério da Defesa.

Descritor:

Visa promover a cooperação entre os sistemas de saúde e de assistência social das Forças Armadas e o Hospital das Forças Armadas (HFA), com vistas a proporcionar a otimização da assistência social e à saúde. Envolve: melhorar a qualidade da prestação de serviço integral à saúde aos beneficiários dos Sistemas de Saúde das Forças Armadas; aprimorar a gestão em saúde no âmbito das Organizações Militares de Saúde (OMS); promover a interoperabilidade e complementaridade entre as Forças Armadas (FA), com vistas ao preparo dos profissionais de saúde para o pronto apoio de saúde às novas ameaças epidemiológicas ou emergências em saúde pública de importância nacional e

internacional e para as missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) ou referentes a Grandes Eventos; promover mecanismos de incentivo para a captação e permanência dos profissionais de saúde do Ministério da Defesa e das FA. Consiste ainda em prover a assistência social, atendendo demandas socioassistenciais por intermédio de ações protetivas e preventivas, com o propósito de contribuir para o pronto emprego do contingente; bem como prover o preparo e a regulamentação das ações de assistência social, quando demandado ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas, em situações de emergências, calamidades públicas, ações humanitárias, além do contexto de operações interagências, operações conjuntas, missões de paz e atividades subsidiárias.

Macrodesafios Associados:

- ASD 66 Aprimorar a gestão em saúde no âmbito do MD (OSD 20).
- ASD 67 Buscar a excelência na prestação de serviço integral de saúde aos usuários dos Sistemas de Saúde no âmbito do MD (OSD 20).
- ASD 68 Aprimorar o eixo operacional da área de Saúde das FA (OSD 20).
- ASD 69 Aprimorar o eixo pericial de saúde no MD (OSD 20 Excelência na atuação das Áreas de Saúde do MD).
- ASD 70 Estabelecer mecanismos de incentivo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias na área de saúde (OSD 20).
- ASD 71 Aprimorar a interoperabilidade entre os Sistemas de Saúde do MD (OSD 20).
- ASD 72 Desenvolver o Sistema de Informações de Saúde (OSD 20).
- ASD 73 Promover o intercâmbio com instituições de saúde, civis e militares, nacionais e internacionais (OSD 20).
- ASD 74 Promover a interação entre os órgãos de Assistência Social das FA (OSD 21).
- ASD 75 Incentivar a divulgação de boas práticas de Assistência Social das FA (OSD 21).
- ASD 76 Capacitar recursos humanos necessários à condução das atividades de Assistência Social no âmbito do MD (OSD 21).
- ASD 77 Promover o desenvolvimento da estrutura de Assistência Social no âmbito das FA (OSD 21).
- ASD 78 Promover a evolução dos conhecimentos sobre Assistência Social no âmbito do MD (OSD 21).

Órgão Responsável:

Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

Perspectiva:

Compromisso com as Partes Interessadas.

OSG 8 Otimizar rotinas e procedimentos para agilizar a solução das demandas impostas, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.

Descritor:

Busca atender à necessidade de responder de forma tempestiva e completa às demandas apresentadas à Secretaria-Geral, atuando de maneira preventiva e simultânea para reduzir o tempo de andamento das rotinas, condição essencial para assegurar a efetividade dos pleitos das partes interessadas, sobretudo o Ministério da Defesa e as Forças Armadas. Objetiva: garantir a razoável duração do processo e a sua efetividade na tramitação por intermédio do mapeamento de todos os fluxos de trabalho da Secretaria-Geral, aperfeiçoando-os para torná-los mais efetivos para o alcance dos resultados que o órgão se propõe.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Processos Internos.

OSG 9 Consolidar e aprimorar a governança da Secretaria-Geral com foco em resultados.

Descritor:

Busca aprimorar a estrutura de governança da Secretaria-Geral, compreendendo essencialmente os mecanismos de cooperação, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e

monitorar a atuação da gestão. Objetiva: a melhoria das práticas e dos princípios de conduta e padrões de comportamentos; incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; garantir a plena aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões; aprimorar as práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações; atuar de acordo com as prioridades definidas pelo planejamento estratégico, com mecanismos de avaliação, monitoramento e controle de resultados.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria-Geral (SG).

Perspectiva:

Processos Internos.

OSG 10 Aprimorar a difusão da informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria-Geral.

Descritor:

Busca fortalecer, integrar e divulgar a atuação da SG, a fim de garantir e ampliar a unidade, transparência e eficiente comunicação interna e com a sociedade. Envolve: valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (imparcialidade, probidade, transparência) no âmbito da SG; e disponibilizar à sociedade os dados e as informações de forma transparente e com credibilidade.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

OSG 11 Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho da administração central do Ministério da Defesa às necessidades institucionais.

Descritor:

Abarca garantir que os servidores civis e os militares possuam conhecimentos, habilidades, comprometimento e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos. Envolve: propiciar aos servidores civis e militares, da Administração Central do Ministério da Defesa, conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos propostos; obter um quadro de pessoal cada vez mais qualificado, motivado e adequado às necessidades da SG, aumentando as possibilidades da consecução de sua missão e da concretização de sua visão; e adoção de medidas efetivas que propiciem o aprendizado e a execução de ações que importem em real planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e reconhecimento do desempenho dos servidores.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

OSG 12 Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade da administração central do Ministério da Defesa.

Descritor:

Tem como finalidade assegurar o aprimoramento dos serviços de tecnologia da informação e das comunicações (TIC), orientados para a realização dos objetivos estratégicos, valorizando a inovação e a qualidade. Nesse objetivo, dentre outros fatores, deve-se estruturar a TIC e o seu gerenciamento de forma a viabilizar o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

OSG 13 Prover a administração central do Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho.

Descritor:

Visa prover os recursos materiais (instalações e mobiliários) que permitam o bom desempenho das unidades da administração central do MD, garantindo aos seus efetivos condições de trabalho com dignidade, saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

OSG 14 Fortalecer a gestão orçamentária.

Descritor:

Busca o desenvolvimento de mecanismos para aperfeiçoar o planejamento e a gestão orçamentária, visando à transparência e à melhoria da qualidade do gasto e investimentos. Envolve o estabelecimento de prioridades claras na realização de investimentos; a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de materiais, bens e serviços e da melhor alocação dos recursos necessários e a prospecção de mecanismos para reduzir o custo da atividade-meio em prol da atividade-fim.

Macrodesafios Associados:

Aprimoramento da gestão.

Órgão Responsável:

Secretaria de Organização Institucional (SEORI).

Perspectiva:

Recursos.

INDICADORES E INICIATIVAS

Os indicadores são instrumentos de medição capazes de fornecer informações sobre o resultado da execução da estratégia, notificando o alcance das metas e acusando a necessidade de ações corretivas sendo, assim, uma avaliação constante da validade da estratégia. O uso de indicadores na estratégia da Secretaria-Geral é uma poderosa ferramenta de gestão, pois permite a transparência na divulgação de resultados, garante o alinhamento dos esforços por meio do estabelecimento de linguagem e objetivos comuns e define critérios objetivos definidos pela SG. Os indicadores da estratégia são classificados como de resultado e de tendência. Os de resultado estão relacionados diretamente ao alcance do objetivo estratégico. Já os indicadores de tendência relacionam-se com os meios, os esforços da organização para alcançar o objetivo e aparecem, principalmente, associados aos objetivos constantes nas perspectivas de processos internos e de recursos.

As iniciativas estratégicas indicam, em linhas gerais, o conjunto de projetos e atividades a serem implementadas no curto, médio e longo prazos para assegurar o alcance dos objetivos estabelecidos no mapa estratégico e para preencher as lacunas existentes entre o desempenho atual da SG e o desejado. Tais iniciativas estarão circunscritas às perspectivas sob as quais a Secretaria-Geral possui governabilidade e serão implementadas por meio de planos de ação.

O portfólio de iniciativas produzido norteará a implementação do Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período 2017 a 2019, mas não está isento de ocorrer, ao longo do tempo, modificações, uma vez que a estratégia será constantemente reavaliada. Dada a dinâmica inerente à implementação das iniciativas estratégicas, o conjunto delas constará de publicação específica posterior em formato de Plano de Ação.

Publicado no Boletim de Pessoal e Serviço nº 043, de 27 de outubro de 2016.

IV - MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos do mapa são: definir e comunicar, de modo claro e transparente a todos os níveis gerenciais e aos servidores, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela Secretaria-Geral; e a forma como suas ações impactam o alcance dos resultados desejados, assim como subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão de ações e de recursos.



Publicado no Boletim de Pessoal e Serviço nº 043, de 27 de outubro de 2016.

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2018
Anexo 2
Macroprocessos Finalísticos da SG

PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Implementação das ações decorrentes dos projetos provenientes das instituições de ensino superior; apoio logístico, de execução financeira, coordenação e execução; gerenciamento de Programas de Projetos Especiais; apoio às políticas públicas de saúde e assistência social, mediante a capacitação de pessoal e prestação de serviços assistenciais; boletins meteorológicos e hidrometeorológicos; operacionalização e gestão do parque de sensores tecnológicos instalados na Amazônia; geração de pesquisas e produtos aplicados à gestão de riscos e desastres naturais e antrópicos; implantação e gestão de infraestrutura de comunicação satelital; apoio a inclusão social e digital, ao ordenamento territorial e a regularização fundiária; gestão territorial e ambiental com base em geoinformação; desenvolvimento de pesquisa aplicada; capacitação e formação de competências locais na região amazônica; produtos cartográficos; métodos de extração de dados obtidos de imagens de satélite; produtos resultantes do monitoramento de uso e ocupação do território em áreas prioritárias para combate ao desmatamento na Amazônia; estudos técnico-científicos para indicação de novas tecnologias para obtenção de dados remotos na região da Amazônia Legal; celebração, acompanhamento e recebimento da execução de convênios firmados com Estados e Municípios da Região do Calha Norte, voltados para a realização de obras de infraestrutura básica; descentralização orçamentária e controle da execução dos recursos destinados às iniciativas priorizadas pelos Estados-Maiores das Forças Armadas, no âmbito do Calha Norte.	Subunidades do CENSIPAM (I); estudantes das instituições de ensino superior (E); comunidades carentes (E); FA (E); ME (E); entidades esportivas nacionais e internacionais (E); MDS (E); MEC (E); público em geral de acordo com o tema alvo da política pública (E); Governo Federal, Estados, Municípios e Países (E); Sociedade (E); instituições de ensino e pesquisa (E)	CENSIPAM DPCN SEPESD
Conscientização da sociedade para a importância da Defesa e a inserção do tema na agenda nacional; apoio de execução financeira; organização e gestão da informação para integração e divulgação do conhecimento; promoção e organização de eventos e palestras sobre temas de defesa; estudos, subsídios para palestras, notas técnicas, informações e análises; promoção de canais de diálogo.	Ministro (I); subunidades do CENSIPAM (I); SEPESD (I); ESG (I); SEPROD (I); instituições de ensino superior de Defesa (E); órgãos ligados a PD&I (E); entidades de interesse da Defesa (E); Governo Federal, Estados e Municípios (E); países e empresas detentoras de know-how de geotecnologias (E); FA (E); academia (E).	SEPESD CENSIPAM
Proposições de negócios e parcerias; emissão de documentos de credenciamento e homologação; normas de competência da SEPROD; subsídios para normas relacionadas a produtos, tecnologias e empresas de defesa; otimização do uso de direitos decorrentes das cláusulas contratuais de offset; proposições de parcerias; viabilização da execução de projetos de interesse da defesa; assessoramento sobre projetos, produtos e tecnologias de defesa; proposta de participação/parceria em programas e iniciativas setoriais; pareceres sobre produtos, empresas e tecnologias de defesa; atendimento de demandas relacionadas à BID; elaboração de cenários sobre a BID; planejamento estratégico para o mercado internacional de defesa; autorizações de exportação de produtos de defesa; banco de dados destinado à governança do ciclo de vida dos produtos de defesa; pareceres sobre bens sensíveis e disposições de regimes e acordos internacionais; participação em articulações na área de bens sensíveis; participação nas articulações para evitar ou contornar possíveis cerceamentos tecnológicos aos projetos de interesse da defesa.	MD (I); SG (I); SEPROD (I); Base Industrial de Defesa (E); FA (E); entes da Administração Pública (E); base tecnológica (E); entes internacionais (E); Estado brasileiro (E); Órgãos Governamentais (E).	SEPROD
Política de Remuneração dos Militares das Forças Armadas (argumentos e cálculos); propostas de normas e legislação relativas ao Ensino de Defesa; apoio de execução financeira; coordenação das normas aplicáveis	MD (I); PR (E); MPOG (E); Congresso Nacional (E); instituições de ensino técnico e superior de	SEPESD SEORI

PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
ao MD; reestruturação de carreiras; propostas de concurso público; negociação de realinhamentos salariais; movimentação de pessoal.	Defesa (E); usuários dos sistemas de saúde e de assistência social (E); FA (E); CC/PR (E).	
Produtos de Inteligência Tecnológica; produtos da Análise Tecnológica; Portal de Fiscalização de Produtos e Subprodutos de Origem Florestal e apoio no Planejamento e Controle (PLACON) de operações; coordenação do apoio às atividades de Defesa Civil; coordenação de assistência humanitária; planos específicos de coordenação.	MD (I); CENSIPAM (I); FA (E); Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) (E); integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) (E); agências de inteligência de órgãos civis (E); Comandos operacionais conjuntos (E); Órgãos governamentais e agências (E).	CENSIPAM
Propostas de PPA, LDO, Lei Orçamentária, Execução orçamentária, financeira e patrimonial, e Relatório de Gestão; Pareceres, informações e a Sistemática de Planejamento Estratégico.	MD (I); FA (E); TCU (E); Órgãos Governamentais (E).	SG SEORI

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2018

Anexo 3

Macroprocessos Finalísticos da ESG

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Pesquisa da Defesa Nacional	Produção de conhecimento (estudos e pesquisa) voltado para a área de Defesa Nacional e Segurança Nacional, considerando suas interações com o desenvolvimento e a segurança nacionais. Os trabalhos produzidos são destinados aos formuladores de Políticas Públicas (com prioridade para o MD). Também servem para levar o debate sobre Defesa para a sociedade como um todo. Outro objetivo do macroprocesso é qualificar o corpo docente da ESG perante às demais estruturas acadêmicas nacionais.	Estudos e Pesquisas do LABSDEN – Laboratório de Segurança e Defesa Nacional	Ministério da Defesa, Forças Armadas, Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e estrutura decisória dos Poderes Judiciário e Legislativo.	Departamento de Estudos Coordenação Geral de Pós-Graduação Centro de Estudos Estratégicos Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas
		Estudos e Pesquisas do LABSDEF – Laboratório de Sociedade e Defesa		
		Estudos e Pesquisas do LABSDESP – Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre Defesa e Segurança Pública		
		Estudos e Pesquisas sobre Geopolítica do Petróleo		
		Estudos e Pesquisas sobre Poder Nacional		
		Estudos e Pesquisas sobre Inteligência e Defesa		
		Estudos e Pesquisas sobre Doutrina de Operações Conjuntas		
		Estudos e Pesquisas sobre Operações de Paz		
		Estudos e Pesquisas sobre Ecossistema de Defesa		
		Estudos e Pesquisas sobre Entorno Estratégico e sua Conjuntura		
		Estudos e Pesquisas sobre Atlântico Sul		
		Estudos e Pesquisas sobre Documentos de Defesa (PND/END)		
Ensino da Defesa Nacional.	Cursos de altos estudos destinados a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício de funções de direção e assessoramento para o planejamento da defesa e da segurança nacionais.	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE)	Ministério da Defesa, Forças Armadas, Forças Auxiliares, Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, Nações Amigas e segmentos da sociedade civil, em especial a Academia	Departamento de Estudos
		Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA)		
		Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD)		
		Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN)		
		Curso Superior de Defesa (CSD)		
		Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE)		
		Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE)		
		Curso de Tutoria em Educação à Distância (CTEAD)	Ministério da Defesa, Forças Armadas, Forças Auxiliares e Instituições de Ensino Superior	
		Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-SUL)	Órgãos públicos dos países sul-americanos que atuam na área de defesa - UNASUL	
		Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC)	Ministério da Defesa e as Forças Armadas	
		Curso de Diplomacia de Defesa (CDIPLOD)		

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI

PORTARIA NORMATIVA Nº 2.624/MD, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova a Política Setorial de Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com a alínea "b" do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e considerando o que consta no Processo nº 60006.000109/2015-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a Política Setorial de Defesa, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas a Portaria nº 532-SC-6, de 27 de fevereiro de 1996, a Portaria Normativa nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002, a Portaria Normativa nº 333/MD, de 24 de março de 2004, a Portaria Normativa nº 1.317/MD, de 4 de novembro de 2004, a Portaria Normativa nº 899/MD, de 19 de julho de 2005, a Portaria Normativa nº 1.359/MD, de 12 de dezembro de 2005, a Portaria Normativa nº 570/MD, de 24 de abril de 2006, a Portaria Normativa nº 571/MD, de 24 de abril de 2006, a Portaria Normativa nº 586/MD, de 24 de abril de 2006, a Portaria Normativa nº 1.173/MD, de 6 de setembro de 2006, a Portaria Normativa nº 1.890/MD, de 29 de dezembro de 2006, a Portaria Normativa nº 343/MD, de 1º de março de 2011, a Portaria Normativa nº 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012, e a Portaria Normativa nº 2.091/MD, de 12 de julho de 2013.

ALDO REBELO

ANEXO

POLÍTICA SETORIAL DE DEFESA

I - INTRODUÇÃO

A Política Setorial de Defesa (PSD) é o documento que estabelece, no âmbito do Ministério da Defesa, os objetivos a serem alcançados de forma a contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa.

II - MISSÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A Missão traduz as responsabilidades e pretensões do Ministério da Defesa, direcionando o planejamento e as ações a realizar.

Representa a razão de ser da Organização, evidenciando o seu papel na sociedade.

Conforme a Portaria Normativa nº 1.797, de 25 de novembro de 2010, a Missão do Ministério da Defesa é:

"Coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional."

III - VISÃO DE FUTURO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A Visão de Futuro pode ser definida como a descrição de um estado futuro otimista e ambicioso, porém possível de ser alcançado, exprimindo uma conquista estratégica de grande valor para a organização.

Deve servir como uma fonte inspiradora, um chamamento que estimule e motive as pessoas a ver realizada, com pleno sucesso, a missão declarada. A Visão de Futuro associada à Missão compõem a intenção estratégica da organização.

Conforme a Portaria Normativa nº 1.797, de 2010, a Visão do Ministério da Defesa é:

"Ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como órgão de Estado efetivamente integrador da segurança e da defesa nacionais, dispondo de Forças Armadas modernas e compatíveis com a estatura político-estratégica do Brasil."

IV - OBJETIVOS SETORIAIS

Traduzem as principais metas do Ministério da Defesa concernentes às suas diversas áreas de atuação, visando ao cumprimento da Missão e ao alcance da Visão de Futuro da Instituição.

Os Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) são organizados, neste documento, de acordo com as áreas temáticas de atuação do

Ministério da Defesa, no entanto, devem ser sempre compreendidos de forma transversal no âmbito da Instituição, ou seja, considerando suas interdependências e fundamental efeito sinérgico.

São numerados de forma sequencial, independentemente de suas áreas temáticas, e seguidos pela informação referente à(s) Ação(ões) Estratégica(s) de Defesa (AED) constante(s) da Estratégia Nacional de Defesa com que estão alinhados (quadro resumo das AED anexo).

Os Objetivos Militares de Defesa, extraídos da Política Militar de Defesa, são apresentados, no presente documento, como Objetivos Setoriais da área Militar e listados com precedência sobre os demais, tendo em vista o relevante vínculo que mantém com a Missão do Ministério da Defesa.

- Militar

OSD 1 Defesa da soberania, da integridade territorial e do patrimônio nacionais e das pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior. (AED. 7)

OSD 2 Defesa do território nacional, das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo sobrejacente. (AED. 7)

OSD 3 Fortalecimento das relações com as Forças Armadas das nações amigas. (AED. 8 e 9)

OSD 4 Incremento da capacidade de projeção de poder das Forças Armadas para participar de operações internacionais. (AED.8)

OSD 5 Estímulo e aperfeiçoamento da interoperabilidade no âmbito das Forças Armadas. (AED. 7)

- Nuclear

OSD 6 Desenvolvimento da capacidade de projetar, construir, operar e manter submarinos de propulsão nuclear. (AED: 11 e 12)

- Cibernética

OSD 7 Utilização efetiva do espaço cibernético pelo Ministério da Defesa e a negação de tal uso contra os interesses da defesa e segurança nacionais. (AED: 6 e 7)

- Espacial

OSD 8 Utilização do espaço exterior, de forma eficiente e autônoma, em prol da defesa e segurança nacionais. (AED: 7, 11 e 12)

- Inteligência de Defesa

OSD 9 Pleno emprego da Inteligência no assessoramento aos processos decisórios no âmbito do Ministério da Defesa, em prol da defesa e segurança nacionais. (AED: 6 e 7)

OSD 10 Proteção dos conhecimentos de interesse da defesa e segurança nacionais. (AED: 6 e 7)

- Guerra Eletrônica

OSD 11 Pleno emprego do espectro eletromagnético pelas Forças Armadas e negação, redução ou prevenção de seu uso contra os interesses nacionais. (AED: 6)

- Comando e Controle

OSD 12 Pleno emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) em prol da defesa e segurança nacionais. (AED: 4)

- Logística de Defesa

OSD 13 Apoio logístico integrado, adequado e contínuo às Forças Armadas. (AED: 2)

- Mobilização Militar

OSD 14 Sustentação da capacidade de emprego das Forças Armadas em situação excepcional. (AED: 1)

Observação: A Mobilização Militar deverá manter-se alinhada com a Política Nacional de Mobilização.

- Pessoal de Defesa

OSD 15 Valorização dos militares e civis do Ministério da Defesa. (AED: 15)

OSD 16 Adequação dos efetivos militares e civis para o cumprimento da missão institucional do Ministério da Defesa.

(AED: 15)

- Ensino de Defesa

OSD 17 - Capacitação sistemática e permanente do pessoal civil e militar das Forças Armadas. (AED: 15)

OSD 18 Desenvolvimento de uma "mentalidade de defesa" e do conhecimento sobre o tema Defesa Nacional no âmbito da sociedade brasileira. (AED: 14)

OSD 19 Cooperação na área do Ensino de Defesa com outros países. (AED: 9 e 10)

- Saúde de Defesa

OSD 20 Excelência na atuação das Áreas de Saúde do Ministério da Defesa. (AED: 2, 7 e 15)

Observação1: São considerados "eixos estratégicos" da Saúde de Defesa: o Assistencial, o Operacional, o Pericial e o de Ensino e Pesquisa.

Observação2: As normas de execução desta Política deverão estar harmonizadas com as Políticas de Saúde do Governo Federal.

- Assistência Social

OSD 21 Garantia do bem-estar e proteção social aos militares e servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas. (AED: 15)

- Desporto Militar

OSD 22 Desenvolvimento do desporto no âmbito do Ministério da Defesa. (AED: 15)

- Patrimônio Histórico-Cultural

OSD 23 Desenvolvimento da Cultura e preservação do patrimônio histórico e cultural no âmbito do Ministério da Defesa. (AED: 16)

- Indústria de Defesa

OSD 24 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID). (AED: 12)

- Ciência, Tecnologia e Inovação

OSD 25 Domínio de tecnologias de interesse da Defesa. (AED: 11)

- Sensoriamento Remoto

OSD 26 Pleno emprego do sensoriamento remoto em apoio à defesa e à segurança nacionais.(AED: 6 e 7)

- Cartografia Militar

OSD 27 Pleno emprego da Cartografia Militar pelas Forças Armadas em prol da defesa e da segurança nacionais. (AED: 2 e 3)

- Meteorologia de Defesa

OSD 28 Pleno emprego da meteorologia pelas Forças Armadas. (AED: 2 e 3)

Observação: A oceanografia é considerada parte integrante e vinculada à meteorologia marinha.

- Comunicação Social

OSD 29 Incremento da "mentalidade de defesa" na sociedade brasileira. (AED: 16)

OSD 30 Fortalecimento da imagem do Ministério da Defesa no âmbito da sociedade brasileira.(AED: 16)

OSD 31 Fortalecimento da coesão, da integração, da motivação e da satisfação do público interno, no âmbito do Ministério da Defesa. (AED: 15)

- Políticas Públicas

OSD 32 Apoio a Políticas Públicas. (AED: Não há)

Observação: Esta área temática consolida as ações desenvolvidas pelo Ministério da Defesa em apoio a iniciativas do

governo não diretamente associadas à segurança e defesa nacionais.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Objetivos Setoriais de Defesa definidos nesta política orientarão a formulação das ações estratégicas, no âmbito setorial (Ministério da Defesa), que serão consolidadas na Estratégia Setorial de Defesa - próximo documento na cadeia de planejamento estabelecido pelo Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) visando à defesa e à segurança nacionais.

Este texto não substitui o publicado no DOU nº 235, de 09.12.2015, Seção 1, Página 36.

Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral 2017/2019

MINISTÉRIO DA
DEFESA
Secretaria - Geral

Plano de Diretrizes da Secretaria-Geral para 2017 a 2019

(Versão Detalhada)



Publicado no Boletim de Pessoal e Serviço Extra nº 12, de 07/08/2017

MINISTÉRIO DA DEFESA
Secretaria-Geral
Assessoria de Gestão Estratégica
Esplanada dos Ministérios, bloco Q, 3º andar, sala 317, CEP: 70.049-900 – Brasília – DF
Telefone: 61 3312 9093 - E-mail: age@defesa.gov.br - http://www.defesa.gov.br
© Copyleft – É livre a reprodução exclusivamente para fins não comerciais, desde que citada a fonte e esta nota incluída.

SUMÁRIO

ATO NORMATIVO 4

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 PROMOVER AÇÕES QUE FORTALEÇAM A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA E CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E TECNOLOGIAS DE INTERESSE DA DEFESA NACIONAL (OSG1) 5

Meta: Ampliar a participação da Base Industrial de Defesa em relação ao Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), até 2019, de 0,128% para 0,15% 6
Meta: Avaliar, até 2019, pelo menos 80% das Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED) 7
Meta: Aplicar, anualmente, até 2019, 100% dos recursos autorizados para o desenvolvimento de projetos de CT&I de interesse do MD 8
Meta: Atingir um índice anual superior a 60% do fator de eficácia total das atividades planejadas de CT&I 9
Meta: Atingir um índice anual superior a 40% de empresas associadas à ABIMDE divulgadas em eventos nacionais 10
Meta: Atingir um índice anual superior a 10% de empresas associadas à ABIMDE divulgadas em eventos internacionais 11

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 CONSOLIDAR A PERCEPÇÃO DA NECESSIDADE DE DEFESA DO PAÍS PELA SOCIEDADE (OSG2) 13

Meta: Apoiar, até 2019, a capacitação de 3.200 acadêmicos, para o fortalecimento da conscientização de defesa no País ... 14
Meta: Atingir, até 2019, um quantitativo de 1.167 a 1.881 atletas militares de alto rendimento incorporados, considerando uma incorporação anual de 389 a 627 atletas 15
Meta: Atingir, em 2019, um índice de 26.000 beneficiários do Programa Forças no Esporte 16

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 APRIMORAR A CAPACIDADE DE GERAR INFORMAÇÕES EM PROL DAS AÇÕES DE GOVERNO NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA (OSG3) 18

Meta: Tornar o sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbital capaz de, até 2019, imagear 750.000 km2, em 5 visitas satelitais anuais sobre uma mesma área de interesse, com 360 capacitações realizadas e 100% da infraestrutura instalada (Vinculada à Meta 047S /Objetivo PPA 1069) 19
Meta: Atingir, por intermédio do Projeto Cartografia da Amazônia (PCA), até 2019, uma área mapeada de 1.800.000 de km² de cartografia terrestre da região amazônica (Vinculada à Meta 04GG /Objetivo PPA 1123) 21

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 AMPLIAR A PRESENÇA DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA CALHA NORTE, CONTRIBUINDO PARA A DEFESA NACIONAL, FIXANDO A POPULAÇÃO NA REGIÃO E PRESTANDO-LHE ASSISTÊNCIA (OSG4) 23

Meta: Atender, até 2019, 75% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes (Meta 04HC/Objetivo PPA 1125) 24
Meta: Atender, até 2019, 75% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes (Vinculada à Meta 04HC /Objetivo PPA 1125) 25
Meta: Beneficiar, até 2019, acima de 75,0% da população na área de abrangência do PCN 26
Meta: Analisar, anualmente, acima de 75,0% dos convênios atestados pelo DPCN 27
Meta: Aprovar, anualmente, acima de 75,0% dos projetos básicos e termos de referência dos convênios celebrados 28
Meta: Apresentar, anualmente, acima de 75% das prestações de contas previstas 29
Meta: Adequar, anualmente, até 75% das unidades militares existentes na região do PCN 30
Meta: Alocar ao PCN, anualmente, até 75% da quantidade de recursos orçamentários destinados por emendas parlamentares para toda a área de abrangência do programa 31

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 CONSOLIDAR A PARTICIPAÇÃO DA DEFESA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (OSG5) 33

Meta: Apoiar, até 2019, a participação de 4.000 universitários no Projeto Rondon, para o "fortalecimento da consciência cidadã" (Vinculada à Meta 04HA /Objetivo PPA 1125) 34

Meta: Manter o índice de Despesa anual por Rondonista entre R$ 4.500,00 e R$ 6.000,00 35
Meta: Atingir, até 2019, um índice de participação de Instituições de Ensino Superior inscritas em operações do Projeto Rondon, superior a 75% 36
OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 INVESTIR CONTINUAMENTE NOS RECURSOS HUMANOS, VISANDO AO INCREMENTO DE COMPETÊNCIAS E À QUALIFICAÇÃO, EM PROL DO ALCANCE DAS METAS INSTITUCIONAIS (OSG6) 38
Meta: Em construção 39
OBJETIVO ESTRATÉGICO 7 APRIMORAR A GESTÃO, A INTEROPERABILIDADE E A COMPLEMENTARIDADE DOS SISTEMAS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA (OSG7) 40
Meta: Manter, até 2019, uma média igual ou inferior a 1,25 na pontualidade da entrega dos softwares que compõem o Sistema de Informações de Saúde e Assistência Social do MD 41
Meta: Atingir, até 2019, um índice de 100% de revisão das normas comuns às 3 Forças, nas áreas de saúde e assistência social 42
Meta: Elevar a representatividade em eventos de saúde e assistência social, atingindo 30% em 2017, 60% em 2018 e 100% em 2019 43
OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 OTIMIZAR ROTINAS E PROCEDIMENTOS PARA AGILIZAR A SOLUÇÃO DAS DEMANDAS IMPOSTAS, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (OSG8) 45
Meta: Executar acima de 85% dos atendimentos anuais do SIC/MD em prazo inferior a 20 dias 46
Meta: Analisar, até 2019, acima de 90% da dos processos identificados no âmbito da SG 47
Meta: Definir, até 2018, 100% dos macroprocessos finalísticos da SG 48
OBJETIVO ESTRATÉGICO 9 CONSOLIDAR E APRIMORAR A GOVERNANÇA DA SECRETARIA-GERAL COM FOCO EM RESULTADOS (OSG9) 50
Meta: Reduzir, até 2019, as demandas de controle pendentes por exercício, para um índice menor ou igual a 10% 51
Meta: Alcançar, no mínimo, 75% do desempenho estratégico previsto no âmbito da SG 52
OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 APRIMORAR A DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SERVIÇOS AFETOS À ATUAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL (OSG10) 54
Meta: Atingir 100% dos órgãos previstos para disponibilizar seus conjuntos de dados no Portal de Dados Abertos 55
Meta: Atualizar 100% dos dados abertos disponibilizados para a sociedade no Portal de Dados Abertos 56
Meta: Manter abaixo de 5%, a desatualização da informação ativa da administração central do Ministério da Defesa 57
OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 DESENVOLVER COMPETÊNCIAS, VALORIZAR PESSOAS E ADEQUAR A FORÇA DE TRABALHO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA ÀS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS (OSG11) 59
Meta: Capacitar, anualmente, 25% dos servidores civis e militares da administração central do MD 60
Meta: Oferecer, pelo menos, 16 h/a anuais de capacitação e aperfeiçoamento à força de trabalho da administração central do MD 61
OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 DISPONIBILIZAR RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES, NAS FORMAS ADEQUADAS E NAS QUANTIDADES NECESSÁRIAS PARA GARANTIR A QUALIDADE, A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA (OSG12) 63
Meta: Manter abaixo de 3%, a indisponibilidade anual do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) 64
Meta: Manter abaixo de 3%, a indisponibilidade anual do serviço de internet 65
Meta: Manter abaixo de 3%, a indisponibilidade anual do serviço de e-mail 66
Meta: Manter acima de 75%, o atendimento anual às demandas de TIC previstas no PDTIC 67
Meta: Manter acima de 95%, o nível de satisfação dos usuários demandantes de serviços de TIC 68
OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 PROVER A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA DE INFRAESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA ÀS SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO (OSG13) 70
Meta: Manter acima de 92,5%, o nível de serviços prestados de manutenção, no âmbito da administração central do MD 71
OBJETIVO ESTRATÉGICO 14 FORTALECER A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (OSG14) 73
Meta: Não definida 74
IDENTIDADE ESTRATÉGICA DA SECRETARIA-GERAL 75
MAPA ESTRATÉGICO 76

ATO NORMATIVO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/SG-MD, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

Aprova o Plano de Diretrizes da Secretaria-Geral para 2017 a 2019.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57 do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 2/SG/MD, de 20 de outubro de 2016, e o que consta no Processo nº 60311.000396/2017-60, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Diretrizes da Secretaria-Geral, para 2017 a 2019, na forma do Anexo a esta Instrução Normativa, tendo por finalidade estabelecer os indicadores de desempenho, as metas e as iniciativas, vinculados a cada objetivo estratégico, que nortearão as ações do órgão no período e que servirão para aferir o nível de implementação.

Art. 2º As ações da Secretaria-Geral e dos seus órgãos subordinados, organizadas por iniciativa, deverão estar alinhadas à estratégia estabelecida nesta Instrução Normativa, norteando a atuação conjunta no exercício de referência.

Art. 3º As iniciativas constantes do Plano de Diretrizes da Secretaria-Geral para 2017 a 2019 desdobrar-se-ão em ações por meio de planos de ação anuais, consolidando as proposições dos órgãos subordinados.

Art. 4º Ao Secretário-Geral, por intermédio da Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral (AGE/SG), caberá:

I - realizar a coordenação do monitoramento e do controle dos resultados alcançados; e

II - efetuar o processo de apuração e disponibilização periódica dos resultados alcançados.

Art. 5º O suporte ao Plano de Diretrizes da Secretaria-Geral para 2017 a 2019 será realizado por meio da AGE/SG.

Art. 6º A Secretaria-Geral promoverá Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE) periódicas, para controle dos resultados e monitoramento de cada objetivo, envolvendo tanto os dirigentes dos órgãos subordinados, quanto o Gestor de cada objetivo estratégico.

Art. 7º O Plano de Diretrizes da Secretaria-Geral para 2017 a 2019 será revisto a qualquer tempo no decorrer do exercício, caso haja superveniência de fato que justifique a necessidade de ajustes, cabendo à AGE/SG o processo de coordenação da análise e revisão.

Parágrafo único. O processo de revisão analisará o grau de alcance das diretrizes estabelecidas, com o objetivo de acrescentar, alterar ou extinguir iniciativas pactuadas, bem como, excepcionalmente, repactuar metas.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

(Publicado no Boletim de Pessoal e Serviço Extra nº 012, de 7 de agosto de 2017)

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 PROMOVER AÇÕES QUE FORTALEÇAM A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA E CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E TECNOLOGIAS DE INTERESSE DA DEFESA NACIONAL (OSG1)

Descritor:
Visa assegurar que o Ministério da Defesa promova condições que permitam alavancar a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, capacitando a indústria nacional do setor para que conquiste autonomia em tecnologias estratégicas para o País e possa contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do Brasil. Envolve um arranjo conjunto e harmônico do setor produtivo, concentrado essencialmente na iniciativa privada, com o setor de desenvolvimento, a cargo do Estado para que a BID possa se consolidar com sucesso.

Responsável:
CMG (RM1-IM) Israel Wesley de Almeida Cavalcante
Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD)



Meta: Ampliar a participação da Base Industrial de Defesa em relação ao Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), até 2019, de 0,128% para 0,15%

Alocação da meta por lançamento:	2017: 0,13%; 2018: 0,14%;2019: 0,15%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	3

Indicador 1id1 Índice de participação da Base Industrial de Defesa no PIB

Responsável:	Secretaria de Produtos de Defesa
Descrição:	Mede a **EFETIVIDADE** das ações de fomento à indústria de defesa por meio da aferição da participação anual da Base Industrial de Defesa (BID) em relação ao Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB). Para se chegar ao resultado da linha base (0,128%), foram analisados empiricamente os valores empenhados no orçamento da União, referentes ao MD (incluindo as Forças Armadas). Compõe a cesta de indicadores do Programa 2058 (Defesa Nacional), estando alinhado transversalmente às iniciativas propostas para o Objetivo 1124 (Promover o desenvolvimento da BID e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional)
Polaridade:[CEOH1]	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (ABSv BID A / PIBN A)
Mecanismo de controle:	**ABSv BID A:** aferição anual das aquisições (em R$), feitas pelo MD, de bens e serviços produzidos pela Base Industrial de Defesa (BID). **PIBN A:** mensuração do Produto Interno Bruto nominal, no ano atual.
Fonte de dados:	Orçamento Geral da União (Lei Orçamentária Anual e valores empenhados) e valor do PIB nominal, anual, divulgado pelo IBGE.
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:[CEOH2]	Semestral
Peso:	40

Meta: Avaliar, até 2019, pelo menos 80% das Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED)

Alocação da meta por lançamento:	2017: 60%, 2018: 70%; 2019: 80%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	1

Indicador 1id2 Taxa anual de avaliação de ED/EED

Responsável:	Secretaria de Produtos de Defesa
Descrição:	Mede a EFICÁCIA do processo de avaliação de Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED) em cumprimento às atribuições definidas pela Lei nº 12.598, de 2012, por meio da aferição do quantitativo de ED e EED avaliadas anualmente em relação ao total de Ed e EED credenciadas pela CMID. O indicador está alinhado transversalmente às INICIATIVAS propostas para o Objetivo 1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional, do Programa 2058 – Defesa Nacional.
Polaridade:	Entre faixas Maior Melhor (Em RME ocorrida em 06/09/2017, sob consenso, foi alterada para melhor adequação à meta definida)
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (QEdEed Avl A / QEdEed Crd)
Mecanismo de controle:	QEdEed Avl A: aferição anual do quantitativo total de Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED) avaliadas. QEdEed Crd: mensuração do quantitativo de Empresas de Defesa (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED) credenciadas.
Fonte de dados:	Sistema de cadastro de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaPed) que fornece a listagem de ED/EED credenciadas pela CMID
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:[CEOH3]	Semestral
Peso:	15

Meta: Aplicar, anualmente, até 2019, 100% dos recursos autorizados para o desenvolvimento de projetos de CT&I de interesse do MD

Alocação da meta por lançamento:[CEOH4]	2017: 100%; 2018: 100%; 2019: 100%.
Frequência de Lançamento[CEOH5]**:**	Anual
Tolerância:	30%
Casas decimais:	2

Indicador 1id3 Taxa anual de avaliação de ED/EED

Responsável:	Secretaria de Produtos de Defesa
Descrição:	Mede a EFICÁCIA do processo de aplicação de recursos orçamentários no apoio a projetos de CT&I de interesse do MD, por meio da aferição do quantitativo de recursos orçamentários liquidados anualmente em relação ao total de recursos orçamentários autorizados, empregando a ação 2B28.
Polaridade:[CEOH6]	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	=100 x (ROrç Liq 2B28 A / ROrç Aut 2B28 A)
Mecanismo de controle:	ROrç Liq 2B28 A: somatório anual dos recursos orçamentários liquidados da ação 2B28, para apoio a projetos de CT&I de interesse do MD. ROrç Aut 2B28 A: somatório anual dos recursos orçamentários autorizados da ação 2B28, para apoio a projetos de CT&I de interesse do MD.
Fonte de dados:	SIAFI, Tesouro Gerencial e SIOP
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	10

Meta: Atingir um índice anual superior a 60% do fator de eficácia total das atividades planejadas de CT&I

Alocação da meta por lançamento:[CEOH7]	2017: 60%; 2018: 60%; 2019: 60%.
Frequência de Lançamento:[CEOH8]	Anual
Tolerância:	40%
Casas decimais:	2

Indicador 1id4 Índice de promoção de atividades de CT&I de interesse da Defesa

Responsável:	Secretaria de Produtos de Defesa
Descrição:	Mede a **EFICÁCIA** do processo de promoção de eventos afetos à CT&I de interesse da Defesa, por meio da aferição da quantidade de eventos promovidos ou realizados em relação ao total de eventos anuais planejados.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (IdEfAt A / FEf A)
Mecanismo de controle:	**IdEfAt A:** aferição do quantitativo total de eventos implementados, no ano atual, expresso pelo somatório dos indicadores de eficácia atingidos. **FEf A:** mensuração do quantitativo total de eventos planejados, no ano atual, expresso pelo somatório dos fatores de Eficácia. **Indicador de Eficácia:** produto do Fator de Eficácia de um Evento por **1**, se a atividade foi realizada, ou por **0** (zero), caso não seja realizada. **Fator de Eficácia:** valor da prioridade de um evento planejado, empregando a Matriz GUT. Nos casos de ocorrência de atividades agrupadas, o Fator de Eficácia é específico e calculado pela fórmula: [(GUT x (∑ atividades realizadas / ∑ atividades programadas)] É feita a tabulação das atividades implementadas em uma planilha, na qual consta a fórmula de cálculo (fator de eficácia), para as devidas planificações.
Fonte de dados:	Plano de Ação Anual, relatórios das atividades realizados, SCDP e SIAFI
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:[CEOH9]	Semestral
Peso:	15

Meta: Atingir um índice anual superior a 40% de empresas associadas à ABIMDE divulgadas em eventos nacionais

Alocação da meta por lançamento:	2017: 40%; 2018: 50%; 2019: 60%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	10%
Casas decimais:	2

Indicador 1id5 Índice de divulgação de Empresas de Defesa associadas à ABIMDE, em eventos nacionais

Responsável:	Secretaria de Produtos de Defesa
Descrição:	Afere a **EFICÁCIA** do processo de promoção comercial da Base industrial de Defesa (BID), por meio da aferição da quantidade de empresas associadas à Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE) participantes em eventos anuais, como mostras e feiras nacionais em relação ao total de empresas associadas à ABIMDE.
Polaridade[CEOH10]**:**	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (EDivN A / EAss A)
Mecanismo de controle:	**EDivN A:** aferição do quantitativo de empresas vinculadas à ABIMDE, participantes ou expositoras em eventos nacionais, no ano atual. **EAss A:** mensuração do quantitativo de empresas vinculadas à ABIMDE, no ano atual. O Indicador será acompanhado evento por evento e ao final do exercício serão feitas a apuração.
Fonte de dados:	Plano de Ação Anual, relatórios das atividades realizados, SCDP e SIAFI
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento[CEOH11]**:**	Semestral
Peso:	10

Meta: Atingir um índice anual superior a 10% de empresas associadas à ABIMDE divulgadas em eventos internacionais

Alocação da meta por lançamento:	2017: 10%; 2018: 12%; 2019: 15%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	10%
Casas decimais:	2

Indicador 1id6 Índice de divulgação de Empresas de Defesa associadas à ABIMDE, em eventos internacionais

Responsável:	Secretaria de Produtos de Defesa
Descrição:	Afere a **EFICÁCIA** do processo de promoção comercial da Base industrial de Defesa (BID), por meio da aferição da quantidade de empresas associadas à ABIMDE participantes em eventos anuais, como mostras e feiras internacionais em relação ao total de empresas associadas à ABIMDE.
Polaridade[CEOH12]**:**	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (EDivI A / EAss A)
Mecanismo de controle:	**EDivI A:** aferição do quantitativo de empresas vinculadas à ABIMDE, participantes ou expositoras em eventos internacionais, no ano atual. **EAss A:** mensuração do quantitativo de empresas vinculadas à ABIMDE, no ano atual. O Indicador será acompanhado evento por evento e ao final do exercício será feita a apuração.
Fonte de dados:	Plano de Ação Anual, relatórios das atividades realizados, SCDP e SIAFI
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:[CEOH13]	Semestral
Peso:	10

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

1ini1 Promoção de atividades de CT&I de interesse da Defesa

1ini2 Divulgação no país e no exterior visando à internacionalização das empresas brasileiras ligadas à BID e elevação das exportações de produtos de defesa

1ini3 Interação com outras organizações de interesse da BID e promoção de diálogos bilaterais de comércio e investimento no Brasil e exterior, principalmente no âmbito do Mercosul

1ini4 Desenvolvimento de atividades técnicas e de difusão de políticas que fortaleçam a Base Industrial de Defesa

1ini5 Avaliação de Empresas de Defesa (ED) e de Empresas Estratégicas de Defesa (EED), em atendimento à Lei nº 12.598/2012

1ini6 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa através da interação e diálogos do Ministério da Defesa com outras organizações brasileiras e nações amigas

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 CONSOLIDAR A PERCEPÇÃO DA NECESSIDADE DE DEFESA DO PAÍS PELA SOCIEDADE (OSG2)

Descritor:
Busca reduzir a taxa de desconhecimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa e conscientizá-la da sua importância para o País e de que esta é um dever de todos os brasileiros. Envolve incutir na sociedade que uma das atribuições do Estado é propiciar e garantir condições para que se possa considerar que o País não corra risco de uma agressão externa, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições econômicas insuportáveis, e seja capaz de, livremente, fazer suas escolhas.

Responsável:
Cel Inf Marcello de Souza Lopes
Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD)



Meta: Apoiar, até 2019, a capacitação de 3.200 acadêmicos, para o fortalecimento da conscientização de defesa no País

Alocação da meta por lançamento[CEOH14]**:**	2016: 800; 2017: 1.600; 2018: 2.400; 2019: 3.200
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	50%
Casas decimais:	0

Indicador 2id1 Índice de alcance da conscientização sobre Defesa no País

Responsável:	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Descrição:	Mede a **EFETIVIDADE** das ações, por meio da quantidade de acadêmicos conscientizados em um quadriênio. O alinhamento ao PPA 2016-2019 se dá por meio da Iniciativa "05P9 Desenvolvimento e ampliação da conscientização da sociedade sobre os assuntos de defesa nacional", vinculada ao Objetivo "1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional". O intervalo ideal do índice deve estar situado entre a meta de acadêmicos a serem conscientizados em um quadriênio e o limite mínimo negociado de acadêmicos a serem conscientizados no mesmo quadriênio.
Polaridade[CEOH15]**:**	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Unidade
Fórmula de cálculo:	= (QAC A-3) +(QAC A-2) + (QAC A-1) + (QAC A)
Mecanismo de controle:	**QAC A-3:** somatório de acadêmicos conscientizados no 1º ano do quadriênio considerado **QAC A-2:** somatório de acadêmicos conscientizados no 2º ano do quadriênio considerado **QAC A-1:** somatório de acadêmicos conscientizados no 3º ano do quadriênio considerado **QAC A:** somatório de acadêmicos conscientizados no 4º ano do quadriênio considerado
Fonte de dados:	Cadastro de Participante de Atividades da Divisão de Cooperação (DICOOP), com o registro dos acadêmicos participantes.
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento[CEOH16]**:**	Semestral
Peso:	50

Meta: Atingir, até 2019, um quantitativo de 1.167 a 1.881 atletas militares de alto rendimento incorporados, considerando uma incorporação anual de 389 a 627 atletas

Alocação da meta por lançamento[CEOH17]**:**	2017: entre 389 e 627; 2018: entre 778 e 1.254; 2019: entre 1.167 e 1.881
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:[CEOH18]	20%
Casas decimais:	0

Indicador 2id2 Índice de captação de atletas militares de alto rendimento

Responsável:	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Descrição:	O Índice de Atletas Militares de Alto Rendimento Apoiados é um indicador de **EFICÁCIA** que demonstra a taxa anual de convocação, incorporação e dispensa de atletas de alto rendimento, controlando as quantidades de ingressos e de perdas repostas mediante nova convocação por meio de novo edital público.
Polaridade:	Entre faixas
Unidade de Medida:	Unidade
Fórmula de cálculo:	= (QAtIC MB A + QAtIC EB A + QAtIC FAB A) – (QAtID EB A + QAtID MB A + QAtID FAB A) + (QAtIC EB B + QAtIC MB B + QAtIC FAB B)
Mecanismo de controle:	**QAtIC MB A:** quantidade anual total de atletas incorporados na Marinha. **QAtIC EB A:** quantidade anual total de atletas incorporados no Exército. **QAtIC FAB A:** quantidade anual total de atletas incorporados na Aeronáutica. **QAtID EB A:** quantidade anual total de atletas dispensados no Exército. **QAtID MB A:** quantidade anual total de atletas dispensados na Marinha. **QAtID FAB A:** quantidade anual total de atletas dispensados na Aeronáutica. **QAtC EB B:** quantidade anual total de atletas incorporados, por novo edital, no Exército. **QAtIC MB B:** quantidade anual total de atletas incorporados, por novo edital, na Marinha. **QAtIC FAB B**: quantidade anual total de atletas incorporados, por novo edital, na Aeronáutica.
Fonte de dados:	DOU e o Sistema de Cadastro de Atletas e Eventos (SISATLETA)
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:[CEOH19]	Semestral
Peso:	25

Meta: Atingir, em 2019, um índice de 26.000 beneficiários do Programa Forças no Esporte

Alocação da meta por lançamento:	2017: 22.000; 2018: 24.000; 2019: 26.000
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	18%
Casas decimais:	0

Indicador 2id3 Índice de adesão ao Programa Forças no Esporte

Responsável:	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Descrição:	O Índice de Adesão ao Programa Forças no Esporte, indicador de **EFETIVIDADE**, permite conhecer a quantidade de beneficiários do Programa Forças no Esporte, avaliando a capacidade de promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, de 6 a 18 anos, como fator de cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.
Polaridade:[CEOH20]	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Unidade
Fórmula de cálculo:	= QBen MB A + QBen EB A + QBen FAB A
Mecanismo de controle:	**QBen MB A:** quantidade anual de beneficiários atendidos em organizações da Marinha **QBen EB A:** quantidade anual de beneficiários atendidos em organizações do Exército **QBen FAB A:** quantidade anual de beneficiários atendidos em organizações da Aeronáutica
Fonte de dados:	Sistema de Cadastro do Ministério dos Esportes (SICAD)
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	25

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

2ini1 Desenvolvimento e ampliação da conscientização da sociedade sobre os assuntos de defesa nacional (Iniciativa 05P9/Objetivo PPA 1113)

2ini2 Fomento da pesquisa e a formação de recursos humanos na área de Defesa

2ini3 Apoio a atletas militares em competições esportivas nacionais e internacionais e realização de atividades para crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Forças no Esporte (Iniciativas 05T7 e 05T8/Objetivo PPA 1125)

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 APRIMORAR A CAPACIDADE DE GERAR INFORMAÇÕES EM PROL DAS AÇÕES DE GOVERNO NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA (OSG3)

Descritor:
Tem como alvo criar condições para que o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) se posicione como referência nacional e internacional na geração, integração, disponibilização e utilização de conhecimento aplicado ao ambiente amazônico. Envolve a produção, a articulação, o planejamento, o compartilhamento do conhecimento e a otimização dos recursos em prol da presença efetiva do Estado na Amazônia Legal brasileira.

Responsável:
Shirley Cristina dos Santos
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).



Meta: Tornar o sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbital capaz de, até 2019, imagear 750.000 km2, em 5 visitas satelitais anuais sobre uma mesma área de interesse, com 360 capacitações realizadas e 100% da infraestrutura instalada (Vinculada à Meta 047S /Objetivo PPA 1069)

Alocação da meta por lançamento:	Em 2017, atingir uma meta anual de 60%, equivalente a uma área imageada de 450.000 km²; com 100% de visitas do satélite na mesma área de interesse, equivalente a 5 visitas; uma meta anual de capacitação de 33,3%, equivalente a 120 capacitados; e uma meta anual de infraestrutura instalada de 10%. Em 2018, atingir uma meta anual de 73,3%, equivalente a uma área imageada de 550.000 km²; com 100% de visitas do satélite na mesma área de interesse, equivalente a 5 visitas; uma meta anual de capacitação de 33,3%, equivalente a 120 capacitados; e uma meta anual de infraestrutura instalada de 40%. Em 2019, atingir uma meta anual de 100%, equivalente a uma área imageada de 750.000 km²; com 100% de visitas do satélite na mesma área de interesse, equivalente a 5 visitas; uma meta anual de capacitação de 33,3%, equivalente a 120 capacitados; e uma meta anual de infraestrutura instalada de 100%.
Frequência de Lançamento:	Semestral
Tolerância:	5%
Casas decimais:	1

Indicador 3id1 Índice de operacionalização do sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbital

Responsável:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
Descrição:	Trata-se de um indicador de eficácia que se destina a mensurar a evolução operacional da implantação do projeto SipamSAR com base nos seguintes pilares: capacitação de recursos humanos; instalação de infraestrutura de recepção de imagens de satélite; e da operação, que envolve o processamento, catalogação, análise e interpretação de imagens para identificação do desmatamento. Está diretamente associado ao Objetivo PPA 1069/Meta 047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens.
Polaridade:[CEOH21]	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= {[(AAI / MAAI) x (VSAI A / MVSAI A) x 0,5] + [(CAr / MCA) x 0.1] + [(II% A / MII A) 0,4]}
Mecanismo de controle:	**AAI:** Área anual imageada em km² **MAAI:** meta anual da área imageada em Km² **VSAI A**: visitas anuais do satélite na mesma área de interesse **MVSAI A**: meta anual de visitas do satélite na mesma área de interesse **CAr**: capacitação anual realizada **MCA**: meta anual de capacitação **II% A**: percentual anual de infraestrutura instalada **MII A**: meta anual de infraestrutura instalada Contabilização semestral para o acompanhamento da meta envolvendo: frequência de revisita; áreas em km² efetivamente analisadas; polígonos detec-

	tados e confirmados; pessoal efetivamente capacitado; carga horária disponibilizada para capacitação; e evolução da implantação da infraestrutura. As metas previstas para o período serão atendidas mediante o orçamento disponibilizado para aquisição de bens e serviços internacional e nacional. O armazenamento dos dados será feito por meio de planilhas.
Fonte de dados:	Relatórios de acompanhamento de execução do projeto disponibilizado no SEI
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	70

Meta: Atingir, por intermédio do Projeto Cartografia da Amazônia (PCA), até 2019, uma área mapeada de 1.800.000 de km² de cartografia terrestre da região amazônica (Vinculada à Meta 04GG /Objetivo PPA 1123)

Alocação da meta por lançamento:	Em 2017, atingir uma meta anual de 8,9%, ampliando a área mapeada para 1.516.400 km²; em 2018, atingir uma meta anual de 13,1%, ampliando a área mapeada para 1.750.453 km²; e em 2019, atingir uma meta anual de 2,7%, concluindo a área mapeada de 1.800.000 km².
Frequência de Lançamento:	Semestral
Tolerância:	30
Casas decimais:	1

Indicador 3id2 Índice de cartografia da Amazônia

Responsável:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).
Descrição:	Trata-se de um indicador de **EFICÁCIA** que se destina a mensurar o desempenho do Projeto Cartografia da Amazônia (PCA) pela apuração periódica do somatório das áreas, em Km², cobertas por cartas terrestres na escala de no mínimo 1:100.000, que identificam e caracterizam as áreas de floresta, de campos naturais ou antropizadas da região amazônica. O PCA visa atingir ao final de 2019, 1.800.000 de km2 de cartografia terrestre da região amazônica, cabendo ressaltar que já foram mapeados 1.355.400 km2. Portanto, restam ser cartografados 444.600 km2 de área cartografada terrestre
Polaridade:[CEOH22]	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (AAM / MAAM)
Mecanismo de controle:	**AAM:** Área anual mapeada em km² **MAAM**: meta anual da área mapeada em Km²
Fonte de dados:	Relatórios periódicos do Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira.
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	30

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

3ini1 Aprimoramento do uso da rede de telecomunicação via satélite, na Amazônia (Iniciativa 05TA/Objetivo PPA 1125)

3ini2 Expansão dos meios tecnológicos de inteligência do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para suporte e integração dos órgãos de combate aos ilícitos na Amazônia (Iniciativa 05O8/Objetivo PPA 1119)

3ini3 Implantação de um sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbital (Sipam-SAR) (Iniciativas 05T9/Objetivo PPA 1125 e 06NN/Objetivo PPA 1069)

3ini4 Ampliação do conhecimento cartográfico na Amazônia, atingindo o patamar de 1,8 milhão de km² de área terrestre imageada

3ini5 Aprimoramento do sistema de previsão de impactos e alerta de eventos climáticos extremos na Amazônia Legal (Iniciativa 05F5/Objetivo PPA 0173)

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 AMPLIAR A PRESENÇA DO PODER PÚBLICO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA CALHA NORTE, CONTRIBUINDO PARA A DEFESA NACIONAL, FIXANDO A POPULAÇÃO NA REGIÃO E PRESTANDO-LHE ASSISTÊNCIA (OSG4)

Descritor:

Busca implantar e aprimorar a infraestrutura básica nas áreas de defesa, economia, educação, esporte, saúde, social e de transportes nos municípios da área compreendida entre os Estados que fazem parte da Amazônia Legal Setentrional, o Estado do Mato Grosso e a faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul, criando condições para a fixação da população na região. Tenciona: melhorar a qualidade de vida das populações atendidas; integrar socialmente comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na região; intensificar a troca de informações e articular com órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), de modo a identificar as necessidades de obras de infraestrutura na área de atuação do Programa; e aplicar os recursos orçamentários do Programa nas obras de infraestrutura, visando gerar renda e emprego, fortalecer a cadeia produtiva e melhorar as condições de vida, possibilitando a fixação do homem em suas localidades.

Responsável:

CF Wlamir Gomes de Carvalho
Departamento do Programa Calha Norte (DPCN)



Meta: Atender, até 2019, 75% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes (Meta 04HC/Objetivo PPA 1125)

Alocação da meta por lançamento:	
Frequência de Lançamento:	2017: 75%; 2018: 75%; 2019: 75%
Tolerância:	Anual
Casas decimais:	0

Indicador 4id1 Taxa de convênios celebrados

Responsável:	Departamento do Programa Calha Norte
Descrição:	Visa aferir a **EFETIVIDADE** no que se refere ao número de objetos de convênios celebrados na área de atuação, obtendo-se uma análise da atuação do Programa na implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentagem
Fórmula de cálculo:	= 100 x {ConvC A / [(ConvC A-1 + ConvC A-2 + ConvC A-3) / 3]}
Mecanismo de controle:	**ConvC A**: aferição dos convênios celebrados pelo PCN, no ano de referência. **[(ConvC A-1 + ConvC A-2 + ConvC A-3) / 3]:** contabilização da média de convênios celebrados nos 3 anos anteriores ao ano de referência.
Fonte de dados:	SICONV
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:[CEOH23]	Semestral
Peso:	15

Meta: Atender, até 2019, 75% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes (Vinculada à Meta 04HC /Objetivo PPA 1125)

Alocação da meta por lançamento:	2017: 75%; 2018: 75%; 2019: 75%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	1

Indicador 4id2 Taxa de objetos de convênios atendidos por área de atuação

Responsável:	Departamento do Programa Calha Norte
Descrição:	Serve para avaliar a **EFICIÊNCIA** no que se refere a quantidade de convênios atendidos em relação ao número total de municípios abrangidos pelo Programa.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentagem
Fórmula de cálculo:	= 100 x (CvAt A / MRA)
Mecanismo de controle:	**CvAt A:** aferição do número de convênios atendidos pelo PCN, no ano de referência. **MRA:** contabilização do número de municípios da região de abrangência do Projeto, no ano de referência.
Fonte de dados:	SICONV e IBGE
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:[CEOH24]	Semestral
Peso:	15

Meta: Beneficiar, até 2019, acima de 75,0% da população na área de abrangência do PCN

Alocação da meta por lançamento:	2017: 75%; 2018: 75%; 2019: 75%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	1

Indicador 4id3 Taxa de retorno social

Responsável:	Departamento do Programa Calha Norte
Descrição:	Serve para avaliar a **EFICÁCIA** no que se refere a quantidade de beneficiados na implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes, em relação ao número total de habitantes dos municípios abrangidos pelo Programa
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentagem
Fórmula de cálculo:	= 100 x (BConv A / HAAb)
Mecanismo de controle:	**BConv A:** aferição anual da população beneficiada pelas implementações. **HAAb:** contabilização da população total da área de abrangência do PCN de acordo com a Contagem da População 2007/IBGE.
Fonte de dados:	SICONV e IBGE
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:[CEOH25]	Semestral
Peso:	20

Meta: Analisar, anualmente, acima de 75,0% dos convênios atestados pelo DPCN

Alocação da meta por lançamento:	2017: 100%; 2018: 100%; 2019: 100%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	1

Indicador 4id4 Taxa de eficácia dos objetos atestados com serventia

Responsável:	Departamento do Programa Calha Norte
Descrição:	Serve para avaliar a **EFICÁCIA** no que se refere à quantidade anual convênios atestados com serventia pela Divisão de Engenharia do DPCN, em relação ao número total de objetos atestados.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentagem
Fórmula de cálculo:	= 100 x (ObConvAtS A / ObConvAt A)
Mecanismo de controle:	**ObConvAtS A:** mensuração do número de objetos atestados com serventia, no ano de referência. **ObConvAt A:** contabilização do número de convênios atestados, no ano de referência.
Fonte de dados:	SICONV
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:[CEOH26]	Semestral
Peso:	10

Meta: Aprovar, anualmente, acima de 75,0% dos projetos básicos e termos de referência dos convênios celebrados

Alocação da meta por lançamento:	2017: 100%; 2018: 100%; 2019: 100%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	1

Indicador 4id5 Taxa de análise de projetos básicos e de termos de referência

Responsável:	Departamento do Programa Calha Norte
Descrição:	Afere a **EFICIÊNCIA** no que se refere à quantidade anual de projetos básicos de engenharia e termos de referência aprovados pela Divisão de Engenharia do DPCN, em relação ao número total de convênios celebrados no ano de referência.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentagem
Fórmula de cálculo:	=100 x (PBasApr A / ConvC A)
Mecanismo de controle:	**PBasApr A**: contabilização do número de projetos básicos de engenharia e termos de referência pelos convênios celebrados no ano de referência. **ConvC A**: aferição da quantidade de convênios celebrados no ano de referência.
Fonte de dados:	SICONV e Relatório Anual de Projetos Básicos de engenharia e termos de referência
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:[CEOH27]	Semestral
Peso:	10

Meta: Apresentar, anualmente, acima de 75% das prestações de contas previstas

Alocação da meta por lançamento[CEOH28]:	2017: 75%; 2018: 75%; 2019: 75%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	1

Indicador 4id6 Taxa de eficiência na prestação de contas

Responsável:	Departamento do Programa Calha Norte
Descrição:	Afere a **EFICIÊNCIA** no que se refere à quantidade anual de prestações de contas apresentadas, em relação ao número total anual de prestações de contas previstas.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentagem
Fórmula de cálculo:	= 100 x (PrCAp A / PrCPr A)
Mecanismo de controle:	**PrCAp A**: contabilização do número de prestações de contas apresentadas no ano de referência. **PrCPr A**: aferição do número de prestações de contas previstas para serem apresentadas no ano de referência.
Fonte de dados:	SICONV
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento[CEOH29]:	Semestral
Peso:	10

Meta: Adequar, anualmente, até 75% das unidades militares existentes na região do PCN

Alocação da meta por lançamento:	2017: 75%; 2018: 75%; 2019: 75%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	1

Indicador 4id7 Taxa de adequação de unidades militares pelo PCN

Responsável:	Departamento do Programa Calha Norte
Descrição:	Afere a **EFICIÊNCIA** no que se refere à quantidade anual de unidades militares adequadas pelo PCN, em relação ao número total de unidades militares existentes na região de abrangência do Programa.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentagem
Fórmula de cálculo:	= 100 x (UnMilAd A / UnMilEx)
Mecanismo de controle:	**UnMilAd A**: contabilização do número de Unidades Militares beneficiadas pelo PCN, no ano de referência. **UnMilEx**: aferição do número de Unidades Militares existentes na área de atuação do PCN.
Fonte de dados:	Relatório Anual de Atividades das FFAA
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento[CEOH30]:	Semestral
Peso:	10

Meta: Alocar ao PCN, anualmente, até 75% da quantidade de recursos orçamentários destinados por emendas parlamentares para toda a área de abrangência do programa

Alocação da meta por lançamento:	2017: 75%; 2018: 75%; 2019: 75%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	1

Indicador 4id8 Taxa de investimento parlamentar no PCN

Responsável:	Departamento do Programa Calha Norte
Descrição:	Afere a **EFICIÊNCIA** no que se refere à quantidade anual de recursos orçamentários alocados ao PCN através de emendas parlamentares individuais do Senado Federal e Câmara de Deputados, em relação ao total anual de recursos orçamentários alocados através de emendas parlamentares individuais do Senado Federal e Câmara de Deputados para toda área de abrangência do programa.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentagem
Fórmula de cálculo:	= 100 x (Ep Pcn A/ Ep Rg A)
Mecanismo de controle:	**Ep Pcn A:** contabilização do volume orçamentário de emendas parlamentares alocadas no PCN, no ano de referência. **Ep Rg A**: aferição do volume orçamentário de emendas parlamentares alocadas para toda a área de abrangência do programa, no ano de referência
Fonte de dados:	Relatório de Atividades Internas do DPCN, obtidas a partir do Relatório de Gestão.
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento[CEOH31]**:**	Semestral
Peso:	10

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

4ini1 Apoio a obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos em benefício das comunidades dos municípios atendidos pelo Programa Calha Norte (Iniciativa 05TC/Objetivo PPA 1125)

4ini2 Apoio a ações humanitárias desenvolvidas na Região de abrangência do Programa Calha Norte (Iniciativa 05TB/Objetivo PPA 1125)

4ini3 Fiscalização e acompanhamento das obras administradas no âmbito do Programa Calha Norte (Iniciativa 05NZ/Objetivo PPA 1116)

4ini4 Adequação da infraestrutura de unidades militares na área de abrangência do Programa Calha Norte (Iniciativa 06NA/Objetivo PPA 1116)

4ini5 Adequação de embarcações empregadas pelas Forças Armadas (Iniciativa 05NS/Objetivo PPA 1116)

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 CONSOLIDAR A PARTICIPAÇÃO DA DEFESA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (OSG5)

Descritor:
Almeja contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania e com o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades carentes, usando as habilidades universitárias. Visa, por intermédio do Projeto Rondon, ação interministerial do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, proporcionar conhecimento de aspectos peculiares da realidade brasileira ao estudante universitário e desenvolver sentimentos de responsabilidade social, espírito crítico e patriotismo.

Responsável:
Ten Cel Marcelo Martins Soares
Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD)



Meta: Apoiar, até 2019, a participação de 4.000 universitários no Projeto Rondon, para o "fortalecimento da consciência cidadã" (Vinculada à Meta 04HA /Objetivo PPA 1125)

Alocação da meta por lançamento[CEOH32]**:**	2016: 1.000; 2017: 2.000; 2018: 3.000; 2019: 4.000.
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	60%
Casas decimais:	0

Indicador 5id1 Índice do rondonista capacitado

Responsável:	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Descrição:	O Índice de Rondonista Capacitado, indicador de **EFETIVIDADE**, consiste do somatório de rondonistas capacitados a cada quadriênio, apurada em todas as Operações do Projeto Rondon. O intervalo ideal do índice deve estar situado entre a meta de rondonistas a serem capacitados em um quadriênio e o limite mínimo negociado de rondonistas a serem capacitados no mesmo quadriênio.
Polaridade[CEOH33]**:**	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Unidade
Fórmula de cálculo:	= (QRC A-3) + (QRC A-2) + (QRC A-1) + (QRC A)
Mecanismo de controle:	**QRC A-3**: quantidade de rondonistas capacitados no 1º ano do quadriênio considerado. **QRC A-2:** quantidade de rondonistas capacitados no 2º ano do quadriênio considerado. **QRC A-1**: quantidade de rondonistas capacitados no 3º ano do quadriênio considerado. **QRC A**: quantidade de rondonistas capacitados no 4º ano do quadriênio considerado.
Fonte de dados:	Sistema Informatizado de Controle e Cadastro do Projeto Rondon e Relatório de Conclusão de Atividade para cada Operação.
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento[CEOH34]**:**	Semestral
Peso:	30

Meta: Manter o índice de Despesa anual por Rondonista entre R$ 4.500,00 e R$ 6.000,00

Alocação da meta por lançamento:	2016: R$ 5.000,00; 2017: R$ 5.500,00; 2018: R$ 5.750,00; e 2019: R$ 6.000,00.
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	10%
Casas decimais:	2

Indicador 5id2 Índice de despesa por rondonista

Responsável:	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Descrição:	A despesa média do Rondonista é um indicador de **EFICÁCIA** que demonstra a razão entre a despesa anual total das operações e a quantidade anual total de rondonistas. Este índice mede a despesa anual do rondonistas que possibilita apurar a previsão orçamentária de operações futuras.
Polaridade:	Entre Faixas.
Unidade de Medida:	R$
Fórmula de cálculo:	= DTOp A/ QRC A
Mecanismo de controle:	**DTOp A:** despesa total das operações realizadas no ano atual (somatório das despesas com passagens aéreas, diárias, uniforme e infraestrutura de apoio) **QRC A:** quantidade total de Rondonistas capacitados no ano atual.
Fonte de dados:	Processo de Planejamento Orçamentário, Processo de Descentralização Voluntária, ambos do Departamento de Ensino, e Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).
Relevância:	Baixa
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	20

Meta: Atingir, até 2019, um índice de participação de Instituições de Ensino Superior inscritas em operações do Projeto Rondon, superior a 75%

Alocação da meta por lançamento:	2016: 30%; 2017: 45%; 2018: 60%; e 2019: 75%.
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	0
Casas decimais:	0

Indicador 5id3 Índice de entrega nacional

Responsável:	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Descrição:	O Índice de Entrega Nacional (IEN), indicador de **EFETIVIDADE** que permite conhecer a demanda reprimida de cada Operação do Projeto Rondon, é a razão entre a quantidade anual de Instituições de Ensino Superior (IES) participantes das operações programadas e a quantidade total de IES com Proposta de Trabalho inscrita para o ciclo de Operação. Este índice mede a relação entre a oferta do Ministério da Defesa (MD) e a procura por parte das IES, representando assim a quantidade de estudantes universitários interessados em participar das Operações do Projeto Rondon.
Polaridade[CEOH35]**:**	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (QIesP A / QIesI A)
Mecanismo de controle:	**QIesP A:** quantidade total de IES participantes das operações ocorridas no ano de referência **QIesI A:** quantidade total de IES inscritas para participar de operações no ano de referência
Fonte de dados:	Sistema Informatizado de Controle e Cadastro do Projeto Rondon.
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento[CEOH36]**:**	Semestral
Peso:	50

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

5ini1 Fortalecimento da consciência cidadã do estudante universitário e contribuição para o desenvolvimento sustentável de municípios com baixo IDH (Iniciativa 05TC/Objetivo PPA 1125)

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 INVESTIR CONTINUAMENTE NOS RECURSOS HUMANOS, VISANDO AO INCREMENTO DE COMPETÊNCIAS E À QUALIFICAÇÃO, EM PROL DO ALCANCE DAS METAS INSTITUCIONAIS (OSG6)

Descritor:
Busca concentrar esforços na valorização dos servidores civis e dos militares a fim de estimular o comprometimento. Envolve a análise da atual estrutura das carreiras civis existentes no Ministério da Defesa, priorizando a criação de uma Carreira de Defesa Nacional.

Responsável:
Alexandre Lameiras Carvalho
Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD)



Meta: Em construção

Indicador Em construção

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

6ini1 Fomento da interação e evolução do ensino das Forças Armadas

6ini2 Valorização de civis e militares

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7 APRIMORAR A GESTÃO, A INTEROPERABILIDADE E A COMPLEMENTARIDADE DOS SISTEMAS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA (OSG7)

Descritor:

Visa promover a cooperação entre os sistemas de saúde e de assistência social das Forças Armadas e o Hospital das Forças Armadas (HFA), com vistas a proporcionar a otimização da assistência social e à saúde. Envolve: melhorar a qualidade da prestação de serviço integral à saúde aos beneficiários dos Sistemas de Saúde das Forças Armadas; aprimorar a gestão em saúde no âmbito das Organizações Militares de Saúde (OMS); promover a interoperabilidade e complementaridade entre as Forças Armadas (FA), com vistas ao preparo dos profissionais de saúde para o pronto apoio de saúde às novas ameaças epidemiológicas ou emergências em saúde pública de importância nacional e internacional e para as missões sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) ou referentes a Grandes Eventos; promover mecanismos de incentivo para a captação e permanência dos profissionais de saúde do Ministério da Defesa e das FA. Consiste ainda em prover a assistência social, atendendo demandas socioassistenciais por intermédio de ações protetivas e preventivas, com o propósito de contribuir para o pronto emprego do contingente; bem como prover o preparo e a regulamentação das ações de assistência social, quando demandado ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas, em situações de emergências, calamidades públicas, ações humanitárias, além do contexto de operações interagências, operações conjuntas, missões de paz e atividades subsidiárias.

Responsável:

Patrícia Siqueira de Medeiros
Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD)



Meta: Manter, até 2019, uma média igual ou inferior a 1,25 na pontualidade da entrega dos softwares que compõem o Sistema de Informações de Saúde e Assistência Social do MD

Alocação da meta por lançamento[CEOH37]**:**	Em 2017: 1,25. Em 2018: 1,25. Em 2019: 1,25.
Frequência de Lançamento:	Quadrimestral
Tolerância:	10%
Casas decimais:	2

Indicador 7id1 Índice de implantação do SISAS-MD

Responsável:	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Descrição:	Visa aferir a **EFICÁCIA** no que se refere à implantação dos aplicativos que darão suporte ao Sistema de Informações de Saúde e Assistência Social do MD (SISAS-MD), obtendo-se uma análise da pontualidade na entrega do SISPERFIL (Sistema Perfil da Classe Militar) e do SIEGS-MD (Sistema de Informações Estratégicas e Gerenciais de Saúde do MD). Índice Ideal: O índice ideal deve ser igual ou inferior a 1,25.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Unidade
Fórmula de cálculo:	= [(PEf SIEGS-MD / PPr SIEGS-MD)+ (PEf SISPERFIL / PPr SISPERFIL)] / 2
Mecanismo de controle:	**PEf SIEGS-MD:** Somatório dos dias decorridos efetivamente para o desenvolvimento do SIEGS-MD **PPr SIEGS-MD**: Somatório dos dias previstos para o desenvolvimento do SIEGS-MD **PEf SISPERFIL**: Somatório dos dias decorridos efetivamente para o desenvolvimento do SISPERFIL **PPr SISPERFIL**: Somatório dos dias previstos para o desenvolvimento do SISPERFIL
Fonte de dados:	Relatório de Acompanhamento do PDTIC 16/19
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	60

Meta: Atingir, até 2019, um índice de 100% de revisão das normas comuns às 3 Forças, nas áreas de saúde e assistência social

Alocação da meta por lançamento:[CEOH38]	Em 2017: 30%; em 2018: 60%; em 2019: 100%.
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	40%
Casas decimais:	2

Indicador 7id2 Índice de normatização da área de saúde e assistência social do MD

Responsável:	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Descrição:	Visa aferir a **EFICÁCIA** no que se refere ao grau de normatização da área de saúde e de assistência social em seus aspectos comuns a mais de uma Força Armada, possibilitando um maior grau de racionalidade, otimização e padronização entre os Sistemas de Saúde e Assistência Social dos Comandos Militares e do HFA.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	%
Fórmula de cálculo:	= 100 x (NPub / NPrv)
Mecanismo de controle:	**NPub:** quantidade total de normas efetivamente publicadas **NPrv**: quantidade total de normas a serem revistas até 2019
Fonte de dados:	Controle de Normas Publicadas do DESAS e Banco de Dados de Legislação (BDLegis)
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	20

Meta: Elevar a representatividade em eventos de saúde e assistência social, atingindo 30% em 2017, 60% em 2018 e 100% em 2019

Alocação da meta por lançamento:	Em 2017: 30%; Em 2018: 60%; Em 2019: 100%.
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	10%
Casas decimais:	2

Indicador 7id3 Índice de representação em eventos de saúde e assistência social

Responsável:	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
Descrição:	Visa aferir a **EFICÁCIA** no que se refere à representatividade em eventos das áreas de saúde e assistência social, contribuindo para a qualificação da força de trabalho e para o aprimoramento da gestão da saúde e da assistência social no âmbito das Forças Armadas.
Polaridade[CEOH39]**:**	Maior Melhor
Unidade de Medida:	%
Fórmula de cálculo:	= 100 x (RepAt A / RepPl A)
Mecanismo de controle:	**RepAt A**: quantidade de eventos com representação no ano **RepPl A**: quantidade de eventos planejados para ter representatividade no ano
Fonte de dados:	Plano de Atividades Anuais do DESAS
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento[CEOH40]**:**	Semestral
Peso:	20

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

7ini1 Implementação das diretrizes de saúde e assistência social do MD

7ini2 Participação em reuniões e eventos de saúde e assistência social

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 OTIMIZAR ROTINAS E PROCEDIMENTOS PARA AGILIZAR A SOLUÇÃO DAS DEMANDAS IMPOSTAS, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (OSG8)

Descritor:
Busca atender à necessidade de responder de forma tempestiva e completa às demandas apresentadas à Secretaria-Geral, atuando de maneira preventiva e simultânea para reduzir o tempo de andamento das rotinas, condição essencial para assegurar a efetividade dos pleitos das partes interessadas, sobretudo o Ministério da Defesa e as Forças Armadas. Objetiva: garantir a razoável duração do processo e a sua efetividade na tramitação por intermédio do mapeamento de todos os fluxos de trabalho da Secretaria-Geral, aperfeiçoando-os para torná-los mais efetivos para o alcance dos resultados que o órgão se propõe.

Responsável:
Charles Estevam de Oliveira Hasler
Secretaria-Geral



Meta: Executar acima de 85% dos atendimentos anuais do SIC/MD em prazo inferior a 20 dias

Alocação da meta por lançamento[CEOH41]**:**	2017: 85%; 2018: 85%; e 2019: 85%.
Frequência de Lançamento[CEOH42]**:**	Mensal
Tolerância:	15%
Casas decimais:	2

Indicador 8id1 Índice de nível de serviço do SIC/MD

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	O indicador afere a **EFICÁCIA** do grau de atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão do MD (SIC/MD). O indicador começou a ser mensurado em janeiro de 2016 e deriva do Índice de Tempo Médio de Resposta (ITMR), que pressupunha um resultado em dias e não em percentual, como se pretendia avaliar.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	=100 x (Atr ≤ 20d A/Atr A)
Mecanismo de controle:	**Atr ≤ 20d A:** aferição do total de atendimentos realizados em prazo menor ou igual a 20 dias, no ano atual. **Atr A:** contabilização do total de atendimentos realizados no ano atual. O sistema e-SIC da CGU disponibiliza o relatório mensal de "pedidos de acesso à informação e solicitantes" por meio do qual são disponibilizados os resultados obtidos pelo SIC-MD. A eficácia será avaliada como: eficaz (maior ou igual a 85%); regular (entre 80 e 84%) e ineficaz (abaixo de 79%).
Fonte de dados:	e-SIC do MTFC/CGU.
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento[CEOH43]**:**	Semestral
Peso:	30

Meta: Analisar, até 2019, acima de 90% da dos processos identificados no âmbito da SG

Alocação da meta por lançamento:	2017: 25%; 2018: 75%; 2019: 100%
Frequência de Lançamento:[CEOH44]	Anual
Tolerância:	10%
Casas decimais:	1

Indicador 8id2 Índice de análise e melhoria de processos da SG

Responsável:	Secretaria-Geral /AGE
Descrição:	Serve para avaliar a **EFICIÊNCIA** no que se refere a quantidade de processos analisados, mapeados e melhorados em relação ao número total de processos identificados no âmbito da SG.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (ProcAn / ProcId)
Mecanismo de controle:	**ProcAn**: aferição do número de processos analisados, mapeados e melhorados. **ProcId**: contabilização do número de processos identificados. Grau de Eficiência: Eficiente(Se maior ou igual a 90%); Regular (Entre 89,9% e 75%); Ineficiente (Abaixo de 74,9%)
Fonte de dados:	Tabulação por Relatório de Oficina de Análise, Mapeamento e Melhoria de Processos
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	35

Meta: Definir, até 2018, 100% dos macroprocessos finalísticos da SG

Alocação da meta por lançamento:	2017: 50,0%; 2018: 100,0%
Frequência de Lançamento[CEOH45]**:**	Anual
Tolerância:	10%
Casas decimais:	1

Indicador 8id3 Índice de estabelecimento dos macroprocessos da SG

Responsável:	Secretaria-Geral /AGE
Descrição:	Serve para avaliar a **EFICIÊNCIA** no que se refere ao estabelecimento dos macroprocessos finalísticos da SG por meio da definição da Cadeia de Valor. A Cadeia de Valor é uma ferramenta da metodologia de gestão de processos em que se define o conjunto de processos de trabalho realizados pela organização, que contribui para o cumprimento de sua missão, a implementação de suas estratégias e a entrega de produtos e serviços às suas partes interessadas. É a representação gráfica do encadeamento e interdependência dos processos de trabalho por meio dos quais são viabilizados os resultados pretendidos pela Secretaria-Geral.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (MprocAn /MprocId)
Mecanismo de controle:	**MprocAn**: aferição do número de macroprocessos analisados. **MprocId**: contabilização do número de processos identificados.
Fonte de dados:	Relatório de Acompanhamento do Projeto de Estabelecimento da Cadeia de Valor da SG
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	35

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

8ini1 Melhoria da qualidade das refeições servidas na administração central do MD

8ini2 Ampliação do nível de serviço do SIC/MD, de forma a melhor atender aos pedidos formulados

8ini3 Aprimoramento dos processos de trabalho da Secretaria-Geral

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9 CONSOLIDAR E APRIMORAR A GOVERNANÇA DA SECRETARIA-GERAL COM FOCO EM RESULTADOS (OSG9)

Descritor:
Busca aprimorar a estrutura de governança da Secretaria-Geral, compreendendo essencialmente os mecanismos de cooperação, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão. Objetiva: a melhoria das práticas e dos princípios de conduta e padrões de comportamentos; incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; garantir a plena aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões; aprimorar as práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações; atuar de acordo com as prioridades definidas pelo planejamento estratégico, com mecanismos de avaliação, monitoramento e controle de resultados.

Responsável:
Charles Estevam de Oliveira Hasler
Secretaria-Geral



Meta: Reduzir, até 2019, as demandas de controle pendentes por exercício, para um índice menor ou igual a 10%

Alocação da meta por lançamento:	2017: 20%; 2018: 15%; 2019: 10%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	5%
Casas decimais:	1

Indicador gid1 Índice de implementação de demandas de controle

Responsável:	Secretaria-Geral / AGE
Descrição:	Mede o percentual de implementação das determinações e recomendações monitoradas pelos órgãos de controle interno e externo. A taxa de congestionamento mede a efetividade da Secretaria-Geral em um período, levando-se em conta o total de novas demandas que ingressaram, as deliberações atendidas e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base.
Polaridade:	Menor Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 1- (TDC /(TDN + TDP))
Mecanismo de controle:	**TDC**: total de demandas concluídas no exercício base **TDN**: total de demandas novas no exercício base **TDP**: total de demandas pendentes ao final do período anterior ao período base
Fonte de dados:	Gerenciador de Demandas dos Órgãos de Controle da AGE
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	30

Meta: Alcançar, no mínimo, 75% do desempenho estratégico previsto no âmbito da SG

Alocação da meta por lançamento:	2017: 75%; 2018: 75%; 2019: 75%
Frequência de Lançamento:	Semestral
Tolerância:	5%
Casas decimais:	1

Indicador gid2 Índice de desempenho estratégico

Responsável:	Secretaria-Geral/Assessoria de Gestão Estratégica
Descrição:	Indicador sintético de **EFETIVIDADE** definido para avaliar o percentual de cumprimento das metas estratégicas do Planejamento Estratégico da SG vigente, medindo o grau de desenvolvimento da estratégia da SG e possibilitando a mensuração das variações de desempenho existentes entre os objetivos estratégicos. Mede a aderência da SG à prática de monitorar e avaliar a execução da estratégia, os principais indicadores e o desempenho da organização. É um dos indicadores mais desafiantes, pois retrata o cumprimento das metas traçadas.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual.
Fórmula de cálculo:	= 100 x (MEA/MEP)
Mecanismo de controle:	**MEA**: Acumulado das metas estratégicas atingidas **MEP**: Total de metas estratégicas planejadas.
Fonte de dados:	Sistema Geplanes de Monitoramento da Gestão
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	70

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

9ini1 Implementação da gestão de riscos na administração central do MD

9ini2 Aprimoramento da gestão estratégica da SG

9ini3 Aprimoramento dos controles internos da SG

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 APRIMORAR A DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SERVIÇOS AFETOS À ATUAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL (OSG10)

Descritor:
Busca fortalecer, integrar e divulgar a atuação da SG, a fim de garantir e ampliar a unidade, transparência e eficiente comunicação interna e com a sociedade. Envolve: valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (imparcialidade, probidade, transparência) no âmbito da SG; e disponibilizar à sociedade os dados e as informações de forma transparente e com credibilidade.

Responsável:
Charles Estevam de Oliveira Hasler
Secretaria-Geral



Meta: Atingir 100% dos órgãos previstos para disponibilizar seus conjuntos de dados no Portal de Dados Abertos

Alocação da meta por lançamento:	2017: 100%; 2018: 100%; 2019: 100%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	30%
Casas decimais:	1

Indicador 1oid1 Índice de abertura de dados

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	Mede a **EFICÁCIA** dos dados abertos disponibilizados pela administração central do MD. Visa aferir a quantidade de dados do MD, ofertados à sociedade caracterizados como Dados Abertos, respeitando a Política de Governança Digital do MD. Representa a quantificação da disponibilidade de dados abertos para a sociedade, seguindo a Política de Governança Digital e o Plano de Dados Abertos da ACMD.
Polaridade:[CEOH46]	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (DAD A / DPrA A)
Mecanismo de controle:	**DAD A**: mensuração do somatório dos dados abertos disponibilizados no ano atual. **DPrA A**: aferição do quantitativo de dados abertos planejados para serem abertos no ano atual.
Fonte de dados:	Dados abertos da Administração Central do Ministério da Defesa.
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	40

Meta: Atualizar 100% dos dados abertos disponibilizados para a sociedade no Portal de Dados Abertos

Alocação da meta por lançamento:	2017: 100,0%; 2018: 100,0%; 2019: 100,0%
Frequência de Lançamento:	Semestral
Tolerância:	20%
Casas decimais:	2

Indicador 10id2 Índice de atualização de dados abertos

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	Mede a quantidade de dados abertos atualizados no decorrer do tempo, de acordo com a Política de Governança Digital do MD. Busca-se medir a **EFICÁ-CIA** dos dados abertos atualizados pela administração central do MD.
Polaridade[CEOH47]**:**	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (DAAtzd A/DAD)
Mecanismo de controle:	**DAAtzd A**: aferição do quantitativo de dados abertos mantidos atualizados no ano atual. **DAD**: mensuração do quantitativo de dados abertos disponibilizados.
Fonte de dados:	Dados abertos disponibilizados no portal dados.gov.br.
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	25

Meta: Manter abaixo de 5%, a desatualização da informação ativa da administração central do Ministério da Defesa

Alocação da meta por lançamento:	2017: 5%; 2018: 5%; 2019: 5%
Frequência de Lançamento:	Semestral
Tolerância:	0
Casas decimais:	1

Indicador 10id3 Índice de atualização da transparência ativa

Responsável:	Secretaria-Geral/Assessoria de Gestão Estratégica
Descrição:	Busca medir a **EFICÁCIA** no que se refere a atualização anual das informações obrigatórias de transparência ativa, em relação aos itens disponíveis de uma listagem padrão, a fim de apurar o grau de desatualização disponibilizada no sítio eletrônico do MD.
Polaridade:	Menor Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:[CEOH48]	= 100 x [(InfoAtzd A) / (InfoDisp A)]
Mecanismo de controle:[CEOH49]	**InfoDisp A**: aferição anual da quantidade de informações ativas mantidas disponíveis no ano atual. **InfoAtzd A**: aferição anual da quantidade de informações ativas mantidas atualizadas no ano atual.
Fonte de dados:	Listagem Padrão de Informação de Transparência Ativa
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	35

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

10ini1 Realização de análise e melhoria de processos, a fim de implantar a Política de Governança Digital

10ini2 Prestação de suporte tecnológico, a fim de implantar a Política de Governança Digital

10ini3 Aprimoramento da disponibilidade da transparência ativa

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 DESENVOLVER COMPETÊNCIAS, VALORIZAR PESSOAS E ADEQUAR A FORÇA DE TRABALHO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA ÀS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS (OSG11)

Descritor:

Abarca garantir que os servidores civis e os militares possuam conhecimentos, habilidades, comprometimento e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos. Envolve: propiciar aos servidores civis e militares, da Administração Central do Ministério da Defesa, conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos propostos; obter um quadro de pessoal cada vez mais qualificado, motivado e adequado às necessidades da SG, aumentando as possibilidades da consecução de sua missão e da concretização de sua visão; e adoção de medidas efetivas que propiciem o aprendizado e a execução de ações que importem em real planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e reconhecimento do desempenho dos servidores.

Responsável:

Magda Roselaine de Vargas Lisbôa
Secretaria de Organização Institucional



Meta: Capacitar, anualmente, 25% dos servidores civis e militares da administração central do MD

Alocação da meta por lançamento:	2017: 25%; 2018: 25%; 2019: 25%;
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	4%
Casas decimais:	2

Indicador 11id1 Taxa de capacitação anual

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	Mede a **EFICÁCIA** da ação de aperfeiçoamento das competências institucionais por meio do desenvolvimento das competências individuais. Visa apurar o percentual de servidores e militares da ACMD inseridos em pelo menos uma ação de treinamento em relação ao total de servidores e serve para acompanhar a execução do Plano de Capacitação Anual.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (Cap A / EfMD A)
Mecanismo de controle:	**Cap A**: aferição do quantitativo de servidores civis e militares capacitados no ano atual. **EfMD A**: contabilização do efetivo total de servidores civis e militares no ano atual. Referencial de Eficácia: ruim (< 15%); médio (>16% e <20%); aceitável (> 21% e <24%); e ótimo (>=25%).
Fonte de dados:	Listas de frequências e certificados de conclusão da capacitação
Relevância:	Média
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	70

Meta: Oferecer, pelo menos, 16 h/a anuais de capacitação e aperfeiçoamento à força de trabalho da administração central do MD

Alocação da meta por lançamento:	2017: 16 h/a; 2018: 16 h/a; 2019: 16 h/a
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	12,5%
Casas decimais:	2

Indicador 11id2 Taxa de horas de capacitação anual

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	Mede a **EFICÁCIA** da ação de aperfeiçoamento das competências institucionais por meio do desenvolvimento das competências individuais. Visa apurar o quantitativo de horas disponibilizadas de capacitação em relação a parcela capacitada da força de trabalho.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Hora/aula
Fórmula de cálculo:	= (HrCap A / FTrabCap A)
Mecanismo de controle:	**HrCap A**: aferição do quantitativo de horas de capacitação disponibilizadas no ano atual **FTrabCap A**: contabilização do efetivo total capacitado no ano atual
Fonte de dados:	Planilha consolidada das listas de frequências e certificados de conclusão da capacitação com a carga horária de cada ação
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	30

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

11ini1 Capacitação de servidores e militares, com foco nas necessidades institucionais

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 DISPONIBILIZAR RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES, NAS FORMAS ADEQUADAS E NAS QUANTIDADES NECESSÁRIAS PARA GARANTIR A QUALIDADE, A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA (OSG12)

Descritor:
Tem como finalidade assegurar o aprimoramento dos serviços de tecnologia da informação e das comunicações (TIC), orientados para a realização dos objetivos estratégicos, valorizando a inovação e a qualidade. Nesse objetivo, dentre outros fatores, deve-se estruturar a TIC e o seu gerenciamento de forma a viabilizar o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

Responsável:
Hamilton Iwamoto da Silva
Secretaria de Organização Institucional



Meta: Manter abaixo de 3%, a indisponibilidade anual do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Alocação da meta por lançamento[CEOH50]**:**	2017: 3%; 2018: 3%; 2019:3%
Frequência de Lançamento:[CEOH51]	Mensal
Tolerância:	5%
Casas decimais:	2

Indicador 12id1 Índice de indisponibilidade do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	O indicador mede o nível de indisponibilidade mensal do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e busca medir a **EFICÁCIA** no emprego dos recursos de TIC no âmbito da ACMD. É a aferição do tempo de indisponibilidade dos serviços, registrada em software de monitoramento.
Polaridade:	Entre faixas
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x [(720 – HrDispSEI M) / 720]
Mecanismo de controle:	**720**: quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista. **HrDispSEI M**: Diferença entre a quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista e a aferição do somatório de horas de disponibilidade alcançada.
Fonte de dados:	Software de monitoramento da disponibilidade dos serviços de TIC (Em uso: Nagios)
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento[CEOH52]**:**	Semestral
Peso:	20

Meta: Manter abaixo de 3%, a indisponibilidade anual do serviço de internet

Alocação da meta por lançamento[CEOH53]**:**	2017: 3%; 2018: 3%; 2019:3%
Frequência de Lançamento[CEOH54]**:**	Mensal
Tolerância:	5%
Casas decimais:	2

Indicador 12id2 Índice de indisponibilidade do serviço de internet

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	O indicador mede o nível de indisponibilidade mensal do serviço de internet e busca medir a **EFICÁCIA** no emprego dos recursos de TIC no âmbito da ACMD. É a aferição do tempo de indisponibilidade dos serviços, registrada em software de monitoramento.
Polaridade:	Entre faixas
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x [(720 - HrDispWeb M) / 720]
Mecanismo de controle:	**720**: quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista. **HrDispWeb M**: Diferença entre a quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista e a aferição do somatório de horas de disponibilidade alcançada.
Fonte de dados:	Software de monitoramento da disponibilidade dos serviços de TIC (Em uso: Nagios)
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento[CEOH55]**:**	Semestral
Peso:	20

Meta: Manter abaixo de 3%, a indisponibilidade anual do serviço de e-mail

Alocação da meta por lançamento[CEOH56]**:**	2017: 3%; 2018: 3%; 2019:3%
Frequência de Lançamento:[CEOH57]	Mensal
Tolerância:	5%
Casas decimais:	2

Indicador 12id3 Índice de indisponibilidade do serviço de e-mail (Expresso)

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	O indicador mede o nível de indisponibilidade mensal do serviço de mensageria Expresso e busca medir a **EFICÁCIA** no emprego dos recursos de TIC no âmbito da ACMD. É a aferição do tempo de indisponibilidade dos serviços, registrada em software de monitoramento
Polaridade:	Entre faixas
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x [(720 - HrDispMail M) / 720]
Mecanismo de controle:	**720:** quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista. **HrDispMail M:** Diferença entre a quantidade de horas mensais de disponibilidade prevista e a aferição do somatório de horas de disponibilidade alcançada.
Fonte de dados:	Software de monitoramento da disponibilidade dos serviços de TIC (Em uso: Nagios)
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento[CEOH58]**:**	Semestral
Peso:	20

Meta: Manter acima de 75%, o atendimento anual às demandas de TIC previstas no PDTIC

Alocação da meta por lançamento:	1Sem: 75%; 2Sem: 75%
Frequência de Lançamento:	Semestral
Tolerância:	25%
Casas decimais:	2

Indicador 12id4 Índice de atendimento às demandas de tecnologia da informação e comunicações previstas no PDTIC

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	O indicador mede o nível de demandas anuais atendidas dos projetos previstos viáveis do PDTIC em relação ao total de demandas e busca medir a **EFICÁCIA** do Escritório de Projetos de TIC (EPTIC) em atender às áreas de negócio da ACMD
Polaridade:	Entre Faixas
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (ProjPdticAt A / ProjPdticPrev A)
Mecanismo de controle:	**ProjPdticAt A**: aferição do quantitativo de projeto implementados pelo EPTIC, no ano atual. **ProjPdticPrev A**: mensuração do quantitativo total de projetos previstos no PDTIC, no ano atual. Medido por meio do controle das demandas atendidas pelo EPTIC
Fonte de dados:	Através dos registros de atendimento às demandas do EPTIC
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:	Semestral
Peso:	20

Meta: Manter acima de 95%, o nível de satisfação dos usuários demandantes de serviços de TIC

Alocação da meta por lançamento:[CEOH59]	2017: 95%; 2018: 95%; 2019:95%
Frequência de Lançamento:[CEOH60]	Mensal
Tolerância:	5%
Casas decimais:	2

Indicador 12id5 Índice de satisfação do cliente nos serviços de TIC

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	O indicador mede o nível de satisfação dos usuários que demandaram serviços de TIC por intermédio da Central de Serviços. Busca medir a **EFETIVIDADE** de acordo com a visão do usuário da ACMD.
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (AvlBO A / AvlT A)
Mecanismo de controle:	**AvlBO A**: aferição do somatório das avaliações "bom" e "Ótimo", no ano atual. **AvlT A**: mensuração do quantitativo de avaliações, no ano atual.
Fonte de dados:	Software de Central de serviços (em uso, CITSMART)
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento:[CEOH61]	Semestral
Peso:	20

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

12ini1 Implantação de sistemas computacionais adequados, com a finalidade de garantir agilidade e produtividade à ACMD

12ini2 Viabilização da oferta de serviços de infraestrutura tecnológica a fim de garantir agilidade e produtividade à ACMD

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 PROVER A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA DE INFRAESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA ÀS SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO (OSG13)

Descritor:
Visa prover os recursos materiais (instalações e mobiliários) que permitam o bom desempenho das unidades da administração central do MD, garantindo aos seus efetivos condições de trabalho com dignidade, saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais.

Responsável:
José Rosalvo Leitão de Almeida
Secretaria de Organização Institucional



Meta: Manter acima de 92,5%, o nível de serviços prestados de manutenção, no âmbito da administração central do MD

Alocação da meta por lançamento[CEOH62]:	2017: 92,5%; 2018: 92,5%; 2019: 92,5%
Frequência de Lançamento:	Anual
Tolerância:	8%
Casas decimais:	1

Indicador 13id1 Índice de prestação de serviços continuados de manutenção predial da ACMD

Responsável:	Secretaria de Organização Institucional
Descrição:	O indicador mede o nível de atendimento das ordens de serviços de manutenção predial abertas e autorizadas e busca medir a **EFICÁCIA** das equipes de manutenção no atendimento das solicitações, no âmbito da administração central do MD. São controlados todos os pedidos realizados no âmbito da administração central do MD. Verificado se o pedido se encontra no escopo do serviço manutenção, ele é classificado como "autorizado".
Polaridade:	Maior Melhor
Unidade de Medida:	Percentual
Fórmula de cálculo:	= 100 x (SvPrest A / SvAtzd A)
Mecanismo de controle:	**SvPrest A**: aferição do quantitativo de serviços prestados, no ano atual. **SvAtzd A**: mensuração do quantitativo de serviços autorizados, no ano atual.
Fonte de dados:	Planilha de controle de ordens de serviço controlada pelos fiscais de contrato de manutenção predial.
Relevância:	Alta
Frequência de Acompanhamento[CEOH63]:	Semestral
Peso:	100

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

13ini1 Promoção de melhoria nas condições de trabalho dos servidores da ACMD

13ini2 Melhoria do procedimento de controle nos almoxarifados

13ini3 Controle da execução das ordens de serviço, garantindo o atendimento do usuário

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14 FORTALECER A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (OSG14)

Descritor:
Busca o desenvolvimento de mecanismos para aperfeiçoar o planejamento e a gestão orçamentária, visando à transparência e à melhoria da qualidade do gasto e investimentos. Envolve o estabelecimento de prioridades claras na realização de investimentos; a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de materiais, bens e serviços e da melhor alocação dos recursos necessários e a prospecção de mecanismos para reduzir o custo da atividade-meio em prol da atividade-fim.

Responsável:
Augusto Cesar de Carvalho Fonseca
Secretaria de Organização Institucional



Meta: Não definida

Indicador Não definido

Iniciativas Vinculadas ao Objetivo (postas em prática via planos de ação anuais)

14ini1 Normatização do processo de alterações orçamentárias

IDENTIDADE ESTRATÉGICA DA SECRETARIA-GERAL

(Ref.: Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período 2017 a 2019 (IN nº 2/SG-MD/2016)

MISSÃO

Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar-se como o órgão central do Ministério da Defesa que se articula eficaz e tempestivamente com a administração pública e a sociedade para viabilizar as missões do Ministério da Defesa e das Forcas Armadas

ATRIBUTOS DE VALOR

Cooperação	Credibilidade
Criatividade	Ética
Flexibilidade	Transparência

MAPA ESTRATÉGICO

(Ref.: Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral para o período 2017 a 2019 (IN nº 2/SG-MD/2016)

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Compromisso com as Partes Interessadas	OSG 1 Promover ações que fortaleçam a Base Industrial de Defesa, e contribuam para o desenvolvimento de produtos e tecnologias de interesse da Defesa Nacional
	OSG 2 Consolidar a percepção da necessidade de defesa do País pela sociedade
	OSG 3 Aprimorar a capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia Legal brasileira
	OSG 4 Ampliar a presença do Poder Público na área de atuação do Programa Calha Norte, contribuindo para a defesa nacional, fixando a população na região e prestando-lhe assistência
	OSG 5 Consolidar a participação da Defesa no desenvolvimento social
	OSG 6 Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao incremento de competências e à qualificação, em prol do alcance das metas institucionais
	OSG 7 Aprimorar a gestão, a interoperabilidade e a complementaridade dos sistemas de saúde e de assistência social do Ministério da Defesa
Processos Internos	OSG 8 Otimizar rotinas e procedimentos para agilizar a solução das demandas impostas, melhorando a produtividade e a qualidade dos serviços prestados
	OSG 9 Consolidar e aprimorar a governança da Secretaria-Geral com foco em resultados
	OSG 10 Aprimorar a difusão da informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria-Geral
Recursos	OSG 11 Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho da administração central do Ministério da Defesa às necessidades institucionais
	OSG 12 Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade da administração central do Ministério da Defesa
	OSG 13 Prover a administração central do MD de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho
	OSG 14 Fortalecer a gestão orçamentária

ANEXO 6

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO DECORRENTES DO TERMO DE CONTRATO Nº 027/2012 – CCOMGEX E SEUS PROJETOS ASSOCIADOS

STATUS ATUAL DOS CONTRATOS DE COMPENSAÇÃO EM VIGOR					
CONTRATO	CONTRATADA	BENEFICIÁRIA	ANEXO	NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO ATUAL
Acordo de Compensação Nº 001	ELOP	AEL Sistemas	Anexo A	Investimentos em infraestrutura estratégica para a produção de Optrônicos no Brasil	Equipamentos de produção e testes estão prontos na AEL, aguardando aprovação do 2º Termo Aditivo para reconhecimento dos créditos.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo B	Transferência de tecnologia de produção, de testes e de certificação de conformidade do binóculo de imagem termal CORAL CR para o Brasil	Os equipamentos que serão enviados ao Brasil já se encontram prontos na ELOP para o envio.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo C	Transferência de tecnologia de produção, de testes e de certificação de conformidade da câmera de imagem termal de longo alcance LIZ-M para o Brasil	Equipamentos de produção e testes estão prontos na AEL, aguardando aprovação do 2º Termo Aditivo para reconhecimento dos créditos.
	ELOP	AEL Sistemas & BRADAR	Anexo D	Transferência de tecnologia de manutenção e de integração da câmera de imagem termal de longo alcance LIZ-M para o Brasil	Treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas e BRADAR. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	AEL Sistemas & Harpia	Anexo E	Transferência de tecnologia de manutenção e de integração do binóculo de imagem termal CORAL CR para o Brasil	Treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	AEL Sistemas	Anexo F	Transferência da tecnologia do monóculo de visão noturna LORIS para a produção, os testes, a certificação de conformidade e a manutenção no Brasil	Equipamentos recebidos e treinamentos já realizados para os profissionais da AEL Sistemas. Ainda serão realizadas atividades no Brasil para averiguação da transferência de conhecimento.
	ELOP	Exército Brasileiro	Anexo G	Inspeção técnica das instalações da ELOP e da AEL Sistemas S.A.	Inspeção técnica nas instalações da ELOP realizada. O projeto aguarda o recebimento de todos os equipamentos pela AEL e o término da transferência de tecnologia existentes nos outros projetos, para que possa ser feita a inspeção técnica nas instalações da AEL.
Acordo de Compensação Nº 003	MEDAV	BRADAR	Anexo A	Calibração de antena de radiogoniometria	Aguardando a importação dos equipamentos que irão compor o campo.

STATUS ATUAL DOS CONTRATOS DE COMPENSAÇÃO EM VIGOR					
CONTRATO	CONTRATADA	BENEFICIÁRIA	ANEXO	NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO ATUAL
	MEDAV	BRADAR	Anexo C	IFS-8000 SIPAC	Programa de treinamento do projeto enviado e aprovado. No momento, encontram-se em confecção os materiais que serão disponibilizados no treinamento previsto para acontecer em 2018 após assinatura do aditivo.
	MEDAV	BRADAR	Anexo E	Linha de Sintonizadores de Banda Larga OMT	A MEDAV concordou em ceder a parte de propriedade intelectual cabível ao EB. A MEDAV irá entregar a licença de propriedade intelectual do OMT e, após aditivo contratual, será dado início ao procedimento de reconhecimento de créditos.
	MEDAV	Exército Brasileiro	Anexo F	Bolsa de estudos de doutorado de pesquisa e desenvolvimento AOA - TDOA	O militar nomeado para o doutorado concluiu em 22/06/2017 o segundo semestre do curso de 3 anos.
	MEDAV	BRADAR	Anexo G	Estação de desenvolvimento de dispositivos virtuais	Necessidade de cessão de uso para a BRADAR e formalização do aditivo contratual. Após, será dado início ao procedimento de reconhecimento de créditos.
	MEDAV	Exército Brasileiro	Anexo I	Centro de Treinamento	Necessário aditivo contratual para o embarque de equipamentos previstos.
	MEDAV	BRADAR	Anexo K	IFS	Estão sendo realizados reajustes nos entregáveis do projeto e no planejamento do treinamento.
Acordo de Compensação Nº 004	HARRIS	Exército Brasileiro	Anexo A	Capacidade de Manutenção Local	Estações de diagnóstico, montagem e testes recebidas. Deverão ser entregues ainda algumas peças. Treinamento em andamento.
	HARRIS	SAVIS	Anexo B	Capacitação e desenvolvimento de criptografia nacional	O projeto se encontra em fase final, aguardando as comprovações de execução de todo o projeto.
	HARRIS	BRADAR	Anexo C	*Falcon Command* para PC	O projeto se encontra em fase final. Aguardando apenas o aditivo e um último treinamento.

EXECUÇÃO CONTRATUAL			
ACORDO COMPENSAÇÃO	MODALIDADE	VALOR PREVISTO	PERCENTUAL REALIZAÇÃO
1	Direto	$ 9.487.394,00	55%
3	Direto	€ 21.508.081.92	81%
4	Direto	$ 39.500.00,00	81%

Fonte: Exército Brasileiro

Observação: O Acordo de Compensação nº 002 encontra-se aguardando a definição dos parâmetros técnicos das estações terrestres para posterior aquisição.

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017
Anexo 7

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS CONTRATOS VIGENTES

ANO	AÇÃO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO	TERMO ADITIVO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2012	13DA	1082	Aquisição de Equipamentos para Sistema de Radiocomunicação Digital	Motorola Solutions, Inc.	U$ 6,110,561.33	Aditivo 1 (U$ 470,551.00 – Aumento de quantidade de itens)
2012	13DA	1086	Aquisição de Software de Guerra Eletrônica	ATDI INC.	U$ 152,880.00	-
2012	13DA	1097	Aquisição de Rádios VHF	Harris Corporation Communication Systems	U$ 11,968,745.39	-
2012	13DA	1100	Aquisição de Acessórios de Guerra Eletrônica	Verint Systems Ltd.	U$ 710,885.00	Aditivo 1: Mudança na data de entrega
2012	13DA	1114	Aquisição de Sistema de Guerra Eletrônica	Verint Systems Ltd.	U$ 2,825,372.65	Aditivo 1: Mudança na data de entrega
2012	14T5	27	Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	Consórcio TEPRO	R$ 839.664.954,32	-
2013	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 9.473.399,82	-
2013	14T5	11/2013 - CTEX	Aquisição de 01 (um) sistema Radar de Vigilância Terrestre SENTIR M20 de acordo com a Especificação Técnica Nº 01/2013–GERadar,	02807737/0001-46 - ORBISAT INDÚSTRIA S.A (atualmente é a BRADAR INDUSTRIA S.A)	R$ 660.000,00	NÃO HOUVE
2014	14T10	1235	Equipamento de Rádio Multibanda	Harris Corporation Communication Systems	U$ 159,672.99	Aditivo 1: Prorrogação da data de entrega
2014	14T5	1039	Aquisição de Serviço de Instalação para Sistema de Radiocomunicação	Motorola Solutions, Inc.	U$ 100,000.00	Aditivo 1 (U$ 25,000.00 – Aumento de quantidade de itens)
2014	14T5	17/2014 - CTEX	Prestação serviço de engenharia para o desenvolvimento de lote piloto do simulador de tiro de armas leves “STAL”	59933705/0001-04 - Spectra Tecnologia Industria Comércio e Serviços de Informática Ltda	R$ 800.000,00	NÃO HOUVE

ANO	AÇÃO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO	TERMO ADITIVO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2014	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 0,00	Apostilamento 1 – Especificação da modalidade da garantia
2014	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 380.126, 08	Aditivo 1 - Supressão de valor no 1º TA
2014	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 313.970, 65	Aditivo 2: Prorrogação da vigência do contrato
2014	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 10.162.978,65	Aditivo 3: Prorrogação da vigência do contrato
2014	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 227.608,52	Apostilamento 2: reajuste anual do contrato
2014	14T5	27	Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	Consórcio TEPRO	R$ 876.322.238,81	Apostilamento 1: R$ 36.657.284,49 - Reajuste anual do contrato
2014	14T5	27	Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	Consórcio TEPRO	R$ 894.346.948,99	Aditivo 1: R$ 18.024.710,18 - Fixação e alteração de datas, alterações nos reajustes contratuais e adequação de escopo em subsistemas
2014	14T5	27	Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	Consórcio TEPRO	R$ 923.618.214,15	Apostilamento 2: R$ 29.271.265,16 - Reajuste anual do contrato
2014	14T5	06/2012 - CTEX	Objeto: Prestação de serviços de alta complexidade tecnológica para a modelagem, a pesquisa e o desenvolvimento de Módulos de Forma de Onda, Controle de Conversão l-Analógica (CCDA), de Segurança, de Software Communications Architeture (SCA) Aberto e de Ferramenta de Desenvolvimento de Forma de Onda SCA Compatível, do Rádio Definido por Software de Defesa (RDS).	02641663/0001-10 - FUNDACAO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	R$ 22.024.593,95	TA 01/2013 (modificar o Anexo I), TA 02/2014 (Valor de R$ 4.379.355,28, para adicionar serviço, alterar a vigência, cronograma e valor do contrato), TA 01/2016 (alterar vigência e adequar cronograma, e incluir vedação ao nepotismo) , TA 01/2017 (alterar vigência e adequar o cronograma).

ANO	AÇÃO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO	TERMO ADITIVO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2014	14T6	1130	Sistema de MAGE Híbrido	Medav GmbH	EUR 1,442,528.43	Aditivo 1: Mudança na data de entrega
2014	14T7	1130	Sistema de MAGE Híbrido	Medav GmbH	EUR 1,442,528.44	Aditivo 2: Prorrogação na data de entrega
2014	14T8	1224	Módulo Tático Operacional	Harris Corporation Communication Systems	U$ 1,002,102.78	Aditivo 1: Alteração de Part Number aos itens 3 e 12
2014	14T9	1224	Módulo Tático Operacional	Harris Corporation Communication Systems	U$ 1,002,102.79	Aditivo 2: Mudança na data de entrega
2015	14T5	27	Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	Consórcio TEPRO	R$ 933.761.127,36	Aditivo 2: R$ 10.142.913,21 – Adequação de datas e escopo em subsistemas e dos procedimentos em reajustes
2016	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 755.734,52	Apostilamento 3: reajuste anual do contrato
2016	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 10.327.397,97	Aditivo 4: Prorrogação da vigência do contrato, reajuste anual do contrato
2016	14T5	27	Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	Consórcio TEPRO	R$ 968.914.899,36	Apostilamento 3: R$ 35.153.772,00 - Reajuste anual do contrato
2016	14T5	27	Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	Consórcio TEPRO	R$ 968.914.899,36	Apostilamento 4: Atualização da Lista de Aprovisionamento Inicial (LAI) e o CFF
2016	14T5	05/2016	Aquisição de uma solução completa, escalável e segura de telefonia utilizando a tecnologia Voz sobre IP (Voice over Internet Protocol – VoIP)	DIGITRO TECNOLOGIA LTDA	R$ 47.600,00	NÃO
2017	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 10.571,717,28	Aditivo 5: Prorrogação da vigência do contrato, reajuste anual do contrato
2017	14T5	18	Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	CONTROL TELEINFORMÁTICA	R$ 314.954,20	Apostilamento 6: Reajuste anual do contrato

ANO	AÇÃO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO	TERMO ADITIVO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2017	14T5	27	Implantação e Integração dos Sistemas de Sensoriamento e de Apoio à Decisão do Projeto Piloto do SISFRON	Consórcio TEPRO	1.012.760.419,20	Apostilamento 5: R$ 43.845.519,84 reajuste anual do contrato
2017	14T5	1108	Equipamento MAGE Satelital	Verint Systems Ltd.	U$ 5,307,994.29	-

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	VALOR DE TERMOS ADITIVOS E REAJUSTES (R$ 1,00)
2013	14T5	03/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DEPÓSITO DO PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO/9, EM CAMPO GRANDE/MS	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	1.283.498,99	181.937,14
2013	14T5	04/2013	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DA 14ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES MECANIZADA, EM DOURADOS–MS	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	776.466,28	0,00
2013	14T5	06/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DA 4ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA, EM DOURADOS/MS	MACEN - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	2.438.785,54	-189.447,30
2013	14T5	08/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DO 10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA, EM CARACOL – MS	COPLENGE Engenharia Ltda	809.889,07	19.557,06
2013	14T5	09/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO 28º B LOG, EM DOURADOS/MS	COPLENGE Engenharia Ltda	761.096,53	25.719,72
2013	14T5	12/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO COMPANHIA COM POSTO DE COMANDO DO 9° BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES, EM CAMPO GRANDE - MS	PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA	4.175.782,91	340.723,01
2013	14T5	16/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM/OFICINA DO 9° BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES, EM CAMPO GRANDE – MS	COPLENGE Engenharia Ltda	562.936,04	109.280,06
2013	14T5	17/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA DO 9º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES (rede elétrica, lógica e CFTV – 1ªfase), EM CAMPO GRANDE – MS	CONNECT FAST COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	1.049.946,40	252.085,16
2013	14T5	21/2013	SERVIÇOS REMANESCENTES DA OBRA DE ADEQUAÇÃO DA 9ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES, EM CAMPO GRANDE/MS	PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA	957.168,32	-186.712,34
2013	14T5	28/2013	OBRA DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO NUCRM – CMO, EM CAMPO GRANDE/MS	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	1.135.861,43	0,00
2013	14T5	22/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES – 11° R C MEC, EM PONTA PORÃ/MS	COPLENGE Engenharia Ltda	599.553,97	-28.721,40
2013	14T5	23/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES – 17° R C MEC, AMAMBAI/MS	COPLENGE Engenharia Ltda	598.993,72	-36.205,89
2013	14T5	24/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES – 10° R C MEC, BELA VISTA/MS	COPLENGE Engenharia Ltda	689.722,57	-1.586,09
2013	14T5	25/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES – 9° GAC, NIOAQUE/MS	COPLENGE Engenharia Ltda	862.300,01	16.004,72
2013	14T5	26/2013	Adequação do Pavilhão Principal da Comissão de Obras do 3º Grupamento de Engenharia, em Campo Grande/MS	C3 Engenharia	148.950,59	0,00

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	VALOR DE TERMOS ADITIVOS E REAJUSTES (R$ 1,00)
2013	14T5	27/2013	ADEQUAÇÃO DO ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO – 17° R C MEC, EM IGUATEMI/MS	C3 Engenharia	2.519.148,44	538.934,01
2013	14T5	38/2013	OBRAS DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO 2º BATALHÃO DE FRONTEIRA, EM CÁCERES/MT	TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	1.139.898,18	- 38.611,95
2013	14T5	39/2013	OBRAS DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO 44º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO, EM CUIABÁ/MT	VICTOR ADAUTO SALMAZO - EPP	385.207,02	18.143,15
2013	14T5	40/2013	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO POSTO DE ABASTECIMENTO, LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO – 17° R C Mec , EM AMAMBAI/MS	MAXIMUS ENGENHARIA LTDA – EPP	1.300.496,92	0,00
2013	14T5	41/2013	OBRAS DE ADEQUAÇÃO DO PELOTÃO DE CAVALARIA MECANIZADO – 17° R C MEC, EM MUNDO NOVO/MS	VIZZOTO & CIA LTDA	1.676.001,01	-13.453,68
2013	14T5	42/2013	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO 17º BATALHÃO DE FRONTEIRA, EM CORUMBÁ-MS	Sanear Engenharia e Projetos LTDA - EPP	1.133.012,47	-4.763,31
2013	14T5	47/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA 3ª COMPANHIA DE FRONTEIRA, EM FORTE COIMBRA-MS	Sanear Engenharia e Projetos LTDA - EPP	796.669,37	-69.942,32
2013	14T5	49/2013	OBRA DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO PAVILHÃO DE COMANDO E ADMINISTRATIVO DO 28º BATALHÃO DE LOGÍSTICO, EM DOURADOS-MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	499.021,47	-24.872,11
2013	14T5	46/2013	OBRA DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO PAVILHÃO DA 2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA, EM PORTO MURTINHO/MS	Construtora Obras Maiores LTDA - ME	654.895,76	-5.370,99
2013	14T5	14/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO CORPO DA GUARDA DO 9° BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES, EM CAMPO GRANDE – MS	COPLENGE Engenharia Ltda	900.866,15	131.133,51
2013	14T5	18/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CERCAMENTO DO 9º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES, EM CAMPO GRANDE - MS	PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA	305.613,13	26.858,58
2013	14T5	20/2013	ELABORAÇÃO de Projetos EXECUTIVOS DE ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DO COMANDO MILITAR DO OESTE, EM MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E GOIÁS	Eletrogans Engenharia e Consultoria LTDA ME	470.140,19	78.661,13
2013	14T5	07/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO “H” DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DO 10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA, EM CARACOL - MS	COPLENGE Engenharia Ltda	3.337.223,93	341.735,49

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	VALOR DE TERMOS ADITIVOS E REAJUSTES (R$ 1,00)
2013	14T5	02/2013	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DA 13ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA, EM CUIABÁ - MT	ENGELEC ENGENHARIA ELÉTRICA E CIVIL LTDA-ME	2.783.914,68	163.743,28
2013	14T5	13/2013	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA CIVIL DO 9° BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES (TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, ESGOTO E PAVIMENTAÇÃO) – 1ª FASE, EM CAMPO GRANDE – MS	COPLENGE Engenharia Ltda	6.772.878,03	2.936.231,69
2013	14T5	21/2013	Prédio do CMFron em Brasília	Omega Engenharia	10.210.551,62	2.922.868,16
2013	14T5	08/2013	Construção do COP da 17a Bda Inf Sl, em Porto Velho/RO	KROWORK ENGENHARIA LTDA	2.269.218,41	170.307,08
2014	14T5	09/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	Rádice Engenharia LTDA-EPP	33.812,14	0,00
2014	14T5	25/2014	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA 2ª GARAGEM DA 14ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES MECANIZADA, EM DOURADOS, MS	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	606.349,56	117.971,85
2014	14T5	21/2014	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO POSTO DE REABASTECIMENTO AVANÇADO (PRA) NO 17º RC MEC, EM IGUATEMI - MS	C3 Engenharia	103.744,44	0,00
2014	14T5	22/2014	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO POSTO DE REABASTECIMENTO AVANÇADO (PRA) NA 3ª COMPANHIA DE FRONTEIRA, EM FORTE COIMBRA - MS	RENOVA CONSTRUÇÕES E PAISAGISMO LTDA ME	103.397,70	-9.585,84
2014	14T5	27/2014	OBRA DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO 47º BATALHÃO DE INFANTARIA, EM COXIM, MS	Construtora Obras Maiores LTDA - ME	649.389,09	0,00
2014	14T5	24/2014	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO 17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, EM MUNDO NOVO, MS	MULT OBRAS SERVIÇOS E COMÉCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	728.557,42	0,00
2014	14T5	35/2014	OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 4 (QUATRO) PAIÓIS CV 1/2 DO 17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, EM AMAMBAI, MS	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	998.496,67	217.253,84
2014	14T5	16/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	TESLENCO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA	84.573,49	0,00

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	VALOR DE TERMOS ADITIVOS E REAJUSTES (R$ 1,00)
2014	14T5	10/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (ADEQUAÇÃO DE PAVILHÃO MANUTENÇÃO 11º RCMEC)	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	23.610,00	0,00
2014	14T5	12/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (ADEQUAÇÃO DO PALL 28º BLOG)	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19.614,90	0,00
2014	14T5	13/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (CONSTRUÇÃO DE 4 PAIOIS DE MUNIÇÃO/1 GUARDA 17º RC MEC AMAMBAI)	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	19.800,00	-7.543,16
2014	14T5	14/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	98.564,71	1.773,98
2014	14T5	39/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (ADEQUAÇÃO DA COBERTURA DO PAVILHÃO RANCHO 3° CIA FRON)	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	2.600,00	0,00
2014	14T5	40/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (ATERRAMENTO DE HELIPONTO 3ª CIA FRON (FORTE COIMBRA).	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	20.780,00	0,00
2014	14T5	42/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL (ADEQUAÇÃO DE PAVILHÃO DE MANUTENÇÃO 17º RC MEC).	T2 - Engenharia e Arquitetura - Indústria e Comércio LTDA - EPP	44.895,00	0,00

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	VALOR DE TERMOS ADITIVOS E REAJUSTES (R$ 1,00)
2014	14T5	34/2014	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA ATENDER AO PLANO BÁSICO DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO ANO DE 2014, EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	WLH Construções Ltda	1.136.840,80	4.705,34
2014	14T5	29/2014	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO 18º BATALHÃO LOGÍSTICO, EM CAMPO GRANDE, MS	ELEFE CONSTRUTORA INCORPORADORA LTDA	696.157,24	-12.184,70
2014	14T5	32/2014	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO 6º BATALHÃO DE INTELIGÊNCIA, EM CAMPO GRANDE, MS	WLH Construções Ltda	3.058.991,33	673.811,48
2014	14T5	31/2014	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO COMANDO DO 9º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES, EM CAMPO GRANDE - MS	COPLENGE Engenharia Ltda	3.114.345,46	331.663,82
2015	14T5	16/2015	Construção / Garagem / 15ª Cia Inf Mtz	ENG CONS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	501.154,92	
2015	14T5	01/2015	Construção / COP / Cmdo 15ª Bda Inf Mec	LESSIO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	2.248.985,70	97.160,82
2015	14T5	03/2015	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DA 2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA, EM PORTO MURTINHO, MS	MAXIMUS ENGENHARIA LTDA – EPP	705.423,60	0,00
2015	14T5	07/2015	OBRA DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO 10º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, EM BELA VISTA, MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	369.935,12	9.912,48
2015	14T5	05/2015	OBRA DE CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DO 17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, EM IGUATEMI, MS	C3 Engenharia	721.678,03	50.546,25
2015	14T5	04/2015	OBRA DE ADEQUAÇÃO DE 16 (DEZESSEIS) PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS, EM IGUATEMI, MS	C3 Engenharia	1.327.018,14	187.269,08
2015	14T5	08/2015	OBRA DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO 11º R C MEC, EM PONTA PORÃ, MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	999.999,99	64.331,59
2015	14T5	10/2015	OBRA DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PAVILHÃO DO COMANDO DO COMANDO MILITAR DO OESTE, EM CAMPO GRANDE, MS	CONNECT FAST COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	1.279.558,52	147.025,59

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	VALOR DE TERMOS ADITIVOS E REAJUSTES (R$ 1,00)
2015	14T5	06/2015	OBRA DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DO 17º R C MEC, AMAMBAI, MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	609.400,31	36.526,82
2015	14T5	09/2015	DA OBRA DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE ELÉTRICA DA 4ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA, EM DOURADOS, MS	A & A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME	896.981,91	63.731,86
2016	14T5	34/2016	Construção / Construção do Centro de Operações / 34° B I Mec	CPD REFORMAS E CONSTRUÇÕES LTDA	1.792.067,13	
2016	14T5	35/2016	Construção / Pavilhão de Comando e Operações (COP) / Cmdo 5ª D E	CRC ENGENHARIA LTDA	8.166.520,14	
2016	14T5	38/2016	Construção / Construção da Infraestrutura da 15 Cia Com Mec / Cmdo 15ª Bda Inf Mec	FORTE BRASIL ENGENHARIA EIRELI-EPP	1.843.978,63	
2016	14T5	03/2016	SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO SPT E ROTATIVA NO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA (PEF) EM CORIXA, MT QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO POR INTERMÉDIO DA COMISSÃO DE OBRAS DO 3º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA	DSOARES EMPRENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI	135.465,69	-65.392,52
2016	14T5	04/2016	serviços de execução de sondagem à percussão SPT e rotativa no Pelotão Especial de Fronteira (PEF) em Palmarito, MT	DSOARES EMPRENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI	169.970,86	-74.637,17
2017	14T5	03/2017	Construção / Pavilhão de Comando e Operações (COP) / Cmdo 5ª D E-Certificação de projetos para obtenção de etiquetagem de eficiência energética -PBE Edifica	FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI	7.980,00	
2017	14T5	03/2017	Construção / Construção do Centro de Operações / 34° B I Mec-Certificação de projetos para obtenção de etiquetagem de eficiência energética -PBE Edifica	FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI	7.980,00	
2017	14T5	06/2017	Adequação / Rampa de lavagem e lubrificação / 15ª Cia Inf Mtz	FORTE BRASIL ENGENHARIA EIRELI-EPP	587.944,42	
2017	14T5	11/2017	Construção / Pav. garagem / 15ª Cia Com Mec	FORTE BRASIL ENGENHARIA EIRELI-EPP	1.857.012,63	
2017	14T5	12/2017	Construção / Construção do acesso e pátio para garagem de embarcações / 15ª Cia Inf Mtz	FORTE BRASIL ENGENHARIA EIRELI-EPP	576.984,27	
2017	14T5	09/2017	Construção / Pavilhão alojamento / 15ª Cia Com Mec	ABEL SGARIONI ENGENHARIA E CONTRUÇÃO CIVIL LTDA - EPP	1.666.000,00	

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	VALOR DE TERMOS ADITIVOS E REAJUSTES (R$ 1,00)
2017	14T5	08/2017	Construção / Castelo Dágua / 15ª Cia Com Mec	CRC ENGENHARIA LTDA	356.236,60	
2017	14T5	19/2017	Construção / Pav 1° pelotão / 15ª Cia Com Mec	CPD REFORMAS E CONSTRUÇÕES LTDA	842.043,11	
2017	14T5	14/2017	Construção / Infraestrutura Elétrica / 15ª Cia Com Mec	GIGA LUZ INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA - EPP	1.198.536,81	
2017	14T5	18/2017	Construção / COP / Cmdo 15ª Bda Inf Mec	TOZZI & CIA LTDA ME	1.353.747,27	
2017	14T5	02/2017	ADEQUAÇÃO DA COBERTURA DO MÓDULO DE ABASTECIMENTO E ADEQUAÇÃO DA REDE ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO, DO PEF DE PORTO ÍNDIO, DO 17º BATALHÃO DE FRONTEIRA, CORUMBÁ, MS, Nº 02/2017, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO POR INTERMÉDIO DA COMISSÃO DE OBRAS DO 3º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA	MAXIMUS ENGENHARIA LTDA – EPP	295.939,30	49.566,96
2017	14T5	06/2017	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SONDAGEM NO 9º B COM GE, EM CAMPO GRANDE, MS	PERSAN - Perfuração Sondagens e Saneamento EIRELI - EPP	23.386,38	5.033,52
2017	14T5	21/2017	o SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE SONDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DE SOLO NO 6º BATALHÃO DE INTELIGÊNCIA MILITAR, EM CAMPO GRANDE, MS	PERSAN - Perfuração Sondagens e Saneamento EIRELI - EPP	26.371,64	0,00
2017	14T5	04/2017	Adequação do Pelotão Especial de Fronteira de Palmarito, em Vila Bela da Santíssima Trindade, MT	MAXIMUS ENGENHARIA LTDA – EPP	5.769.418,07	0,00
2017	14T5	03/2017	ADEQUAÇÃO DO PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DE CORIXA – 2º B FRON, EM CÁCERES, MT	C3 Engenharia	6.328.135,53	0,00
2017	14T5	14/2017	CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SONDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DE SOLO NO PEF – CASALVASCO (2º B FRON), EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, MT	PERSAN - Perfuração Sondagens e Saneamento EIRELI - EPP	32.231,95	-8.697,71
2017	14T5	20/2017	ADEQUAÇÃO DOS PAVILHÕES GARAGEM DO 1º E 2º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO, DO 11º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, EM PONTA PORÃ, MS	GIMENEZ ENGENHARIA	303.315,75	0,00
2017	14T5	12/2017	CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SONDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DE SOLO NO PEF – FORTUNA (2º B FRON), EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, MT	PERSAN - Perfuração Sondagens e Saneamento EIRELI - EPP	76.066,85	-10.168,39

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	VALOR DE TERMOS ADITIVOS E REAJUSTES (R$ 1,00)
2017	14T5	16/2017	SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE SONDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DE SOLO NA 13ª BDA INF MTZ, EM CUIABÁ, MT	PERSAN - Perfuração Sondagens e Saneamento EIRELI - EPP	44.040,98	-33.219,97
2017	14T5	15/2017	CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SONDAGEME CARACTERIZAÇÃO DE SOLO NA 3º CIA FRON, EM CORUMBÁ, MS	PERSAN - Perfuração Sondagens e Saneamento EIRELI - EPP	78.573,58	0,00
2017	14T5	22/2017	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO ALOJAMENTO DA BRIGADA DE INCÊNDIO DOS PAIÓIS / CONSTRUÇÃO DA REDE DE COMBATE A INCÊNDIO E CONSTRUÇÃO DE FOSSA/SUMIDOURO DO 17º RC MEC, EM AMAMBAI, MS	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	271.601,12	0,00
2017	14T5	24/2017	ADEQUAÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DO ESQUADRÃO COMANDO E APOIO E 2º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADA, DO 17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA, EM AMAMBAÍ, MS	LT Construções e Comercio LTDA - ME	278.832,59	0,00
2017	14T5	23/2017	Obra de Adequação dos Pavilhões Garagem I e II da 14ª Cia Com Mec, em Dourados, MS	LT Construções e Comercio LTDA - ME	161.156,67	0,00
2017	14T5	25/2017	Obra de Adequação do Pavilhão Garagem / Oficina Cia Log Sup do 28º B Log, em Dourados, MS	LT Construções e Comercio LTDA - ME	229.575,83	0,00
2017	14T5	13/2017	CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SONDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DE SOLO NO PEF – GUAPORÉ (2º B FRON), EM COMODORO, MT	PERSAN - Perfuração Sondagens e Saneamento EIRELI - EPP	58.174,12	0,00
2017	14T5	18/2017	Obra de Adequação dos Pavilhões Garagem do Esquadrão Comando e Apoio e 1º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Bela Vista, MS	Construtec MS Construtora LTDA-ME	359.963,54	0,00
2017	14T5	29/2017	o SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE SONDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DE SOLO NO 17º BATALHÃO DE FRONTEIRA, EM CORUMBÁ, MS	PERSAN - Perfuração Sondagens e Saneamento EIRELI - EPP	36.864,08	0,00
2017	14T5	40/2017	Obra de Adequação do da Infraestrutura Elétrica do Comando Militar do Oeste, em Campo Grande, MS	Eletroline Construções e Serviços Tecnicos LTDA	825.665,73	0,00
2017	14T5	43/2017	Obra de Construção do Pavilhão Almoxarifado e Pelotão de Serviço de Manutenção do 9° B Com GE, em Campo Grande, MS	GIMENEZ ENGENHARIA	1.040.220,78	0,00

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	VALOR DE TERMOS ADITIVOS E REAJUSTES (R$ 1,00)
2017	14T5	37/2017	Obra de Construção da Infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 5.000L no 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em Mundo Novo, MS	GRAFENOMS CONSTRUTORA LTDA - EPP	132.154,18	0,00
2017	14T5	44/2017	Obra de Adequação do cercamento, Pórtico e via de acesso do 9º B Com GE	PROJECT TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO LTDA	834.000,00	0,00
2017	14T5	31/2017	Obra de Adequação da Rede Esgoto da 9ª Região Militar, em Campo Grande, MS	ROSA ACORSI ENGENHARIA LTDA - EPP	325.770,71	0,00
2017	14T5	36/2017	Obra de Construção da Infraestrutura de dois Módulos de Abastecimento do Comando da 13º Brigada de Infantaria Motorizada, em Cuiabá, MT	GRAFENOMS CONSTRUTORA LTDA - EPP	199.316,00	0,00
2017	14T5	27/2017	Obra de Adequação do Pavilhão Garagem da Bateria de Comando do 9º GAC em Nioaque, MS	GIMENEZ ENGENHARIA	68.665,62	0,00
2017	14T5	28/2017	Obra de Adequação do Pavilhão Garagem da 4ª Cia E Cmb Mec em Jardim, MS	GIMENEZ ENGENHARIA	244.571,57	0,00
2017	14T5	39/2017	Obra de Adequação do Pelotão Especial de Fronteira de Barranco Branco, da 2º Cia Fron	MAXIMUS ENGENHARIA LTDA – EPP	1.953.890,27	0,00
2017	14T5	41/2017	Obra de Construção do Pavilhão "H" reduzido no Pelotão Especial de Fronteira "PEF" do 2º Batalhão de Fronteira "2º B Fron", em Porto Espiridião, MT	A.M.S.C CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	3.164.568,92	0,00
2017	14T5	38/2017	Obra de Construção da Garagem II do 9º B Com GE, em Campo Grande, MS	GIMENEZ ENGENHARIA	878.196,36	0,00
2017	14T5	19/2017	ADEQUAÇÃO DO PAVILHÃO GARAGEM DO 17º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA, EM IGUATEMI, MS	Vasconcelos e Cia Ltda	135.707,88	0,00

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	TERMO ADITIVO/APOSTILAMENTO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2012	13DA	42	Aquisição de Material de Intendência	Força Delta Com. Ind Equp. Mil Ltda	1.967.500,00	TA 1 - Prorrogação de Prazo de Entrega (prorrogar a lª, 2ª e 3ª parcelas de entrega)
2012	13DA	47	Aquisição de Viatura	Agritech Lavrale S.A	436.500,00	-
2012	13DA	49	Aquisição de Viatura	ECS Construtora Comercio e Serviços de Locação de Equipamentos	906.000,00	-
2012	13DA	50	Aquisição de Viatura	Dinâmica Fabrica de Reservatórios e Equipamentos	757.500,00	-
2012	13DA	84	Aquisição de 04 (Quatro) Sistemas de Radar Saber M60 E 04 (Quatro) Centros de Operação Antiaérea.	Orbisat Indústria e Aerolevantamento S.A	22.963.320,00	TA 1 - Alteração de Cláusula Contratual (Retificar a Origem dos Recursos do Contrato)
2012	13 DA	92	Aquisição de Material de Intendência	Roupas Profissionais Munoz Acuna Importação e Exportação LTDA	26.130,00	-
2012	13 DA	94	Aquisição de Materiais de Intendência (uso individual)	Nayr Confecções LTDA	359.600,00	-
2012	13 DA	95	Aquisição de Materiais de Intendência (uso individual)	Life-Medical Comercial LTDA ME	427.138,00	AP 1 - Substituição de Fiscal de Contrato
2012	13 DA	103	Aquisição de Material de Intendência	CBC	3.942.640,00	TA 1 e TA 2 - TA 1: Prorrogação de Prazo de Entrega e TA 2: Acréscimo do Valor do Objeto Contratual e Prorrogação do Prazo de Entrega. (prorrogar a entrega do lº e 2º lotes/4.928.300,00)
2012	13 DA	104	Aquisição de Material de Intendência	Glágio do Brasil LTDA	915.000,00	-
2012	13 DA	149	Aquisição de Materiais de Intendência (uso individual)	Life-Medical Comercial LTDA ME	74.938,50	-
2012	13 DA	157	Aquisição de Viatura Para COAAe	Agrale S.A	609.376,00	-
2012	13 DA	162	Aquisição de Material de Intendência	RC Consultoria e Representações LTDA	364.325,00	-

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	TERMO ADITIVO/APOSTILAMENTO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2012	13 DA	164	Aquisição de viaturas tática leve de Reconhecimento (vtl rec), 1/2 ton, 4x4 (vop 1), Zero km, modelo do ano em curso ou posterior e na cor camuflada, com motorização capaz de utilizar qualquer tipo de diesel	Agrale Sociedade Anônima	16.172.542,00	-
2012	13 DA	169	Aquisição de viaturas operacional de Transporte não especializado, tipo pick-up, ¾ Ton, vop 1, 4x4, cabine e carroceria com teto e Çapota de lona, zero km, com motorização Capaz de utilizar qualquer tipo de óleo diesel	Agrale Sociedade Anônima	12.848.500,00	-
2012	13 DA	191	Aquisição de Viatura operacional tipo 2, de Transporte não especializado tipo pick-up, Cabina dupla, 4x4, teto rígido	Toyota do Brasil	697.500,00	-
2012	13 DA	194	Aquisição de Material de Intendência	Nayr Confecções LTDA	119.746,80	AP 02 - Substituição de Fiscal de Contrato
2012	13 DA	235	Aquisição de material de intendência (Alojamento e Estacionamento).	R. M. Comércio e serviços Para equipamentos LTDA - EPP	51.688,51	AP 02 - Substituição de Fiscal de Contrato
2012	13 DA	239	Aquisição de Material de Intendência	RC Consultoria e Representações LTDA	9.145,00	AP 02 - Substituição de Fiscal de Contrato
2012	13 DA	241	Aquisição de Viatura operacional tipo 2, deTransporte não especializado tipo pick-up,Cabina dupla, 4x4, teto rígido,	Toyota do Brasil	976.500,00	-
2013	14 T5	102	Viatura operacional tipo 2, de Transporte não especializado tipo pick-up, Cabina dupla, 4x4, teto rígido	Toyota do Brasil	279.000,00	-
2013	14 T5	103	Aquisição de viatura de transporte de Pessoal tipo motocicleta trail, operacional, Cor camuflada	Freedom Motors LTDA	7.300,00	-
2013	14 T5	108	Aquisição de viatura operacional de Transporte não especializado, tipo PICK-UP, ¾ Ton, vop 1, 4x4, cabine e carroceria com teto e Capota de lona, zero km, modelo do ano em curso ou posterior, cor camuflada, com Motorização capaz de utilizar qualquer tipo de diesel	Agrale Sociedade Anônima	1.757.400,00	-
2013	14 T5	113	Aquisição de Reservatório flexível para Transporte e armazenamento emergencial de água potável de 1.000 litros para defesa Civil	Ciplástico comércio e Indústria LTDA - EPP	5.370,00	-
2013	14 T5	126	Aquisição de Material de Intendência	Electrobraz Comércio e Indústria LTDA	1.234.900,00	TA 01 - Acréscimo do valor do objeto Contratual e prorrogação

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	TERMO ADITIVO/APOSTILAMENTO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
						do prazo de Entrega do objeto contratual (O presente Termo Aditivo tem por objeto modificar o valor do objeto do Contrato 308.725,00)
2013	14 T5	139	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Glágio do Brasil LTDA	710.875,00	-
2013	14 T5	140	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Alto comando comercio de Equipamentos LTDA EPP	150.660,00	-
2013	14 T5	144	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Inbraterrestre indústria e Comércio de materiais de SEG	683.045,00	-
2013	14 T5	148	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Soamefer Comercial LTDA	1.135.872,55	TA 01 - Prorrogação do prazo de entrega do Objeto contratual
2013	14 T5	161	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Alto comando comércio de Equipamentos LTDA EPP	1.355.986,00	AP 01 - Substituição de Fiscal de Contrato
2013	14 T5	162	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Skippy Indústria e Comércio LTDA	217.665,15	-
2013	14 T5	165	Aquisição de Viaturas de transporte especializado,6x4, tipo caminhão guincho socorro, corVerde-floresta fosco, com motorizaçãoCompatível com qualquer tipo de óleo diesel	De Nigris Distribuidora deVeiculos LTDA	4.365.000,00	-
2013	14 T5	166	Aquisição de Viatura de transporte especializada, Tipo ambulância de transporte (simples Remoção), 4x4, zero km, cor camuflada, com Motorização compatível com qualquer tipo de óleo diesel	Toyota do Brasil	3.564.000,00	-
2013	14 T5	167	Aquisição de Viatura operacional tipo 2, de Transporte não especializado tipo PICK-UP, Cabina dupla, 4x4, teto rígido	Toyota do Brasil	464.000,00	-
2013	14 T5	174	Aquisição de Viatura de transporte especializada, Tipo ambulância de transporte (simples Remoção), 4x4, zero km, cor camuflada, com Motorização compatível com qualquer tipo de óleo diesel	Toyota do Brasil	1.782.000,00	-

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	TERMO ADITIVO/APOSTILAMENTO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2013	14 T5	175	Aquisição de Veículo policial caracterizado, tipo Camioneta, 4x4, cor verde floresta-fosco, Compatível com qualquer tipo de óleo diesel	Toyota do Brasil	485.680,00	-
2013	14 T5	177	Aquisição de Viatura operacional tipo 2, de transporte não especializado tipo PICK-UP, cabina dupla, 4x4, teto rígido	Toyota do Brasil	1.674.000,00	-
2013	14 T5	179	Aquisição de Viaturas de transporte especializado, Guindaste tipo munck, instalado em chassi de Pbt mínimo de 23 ton., 6 x 4, com motorização compatível com qualquer tipo de óleo diesel	Iveco Latin América LTDA	2.760.000,00	-
2013	14 T5	255	Aquisição de viatura de transporte de Pessoal tipo motocicleta trail, operacional, Cor camuflada	Freedom Motors LTDA	305.800,00	-
2013	14 T5	256	Aquisição de viatura de transporte dePessoal tipo motocicleta mínimo de 600cc,Treino policial, cor branca	Freedom Motors LTDA	408.000,00	-
2013	14 T5	317	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Alto comando comércio de Equipamentos LTDA EPP	50.988,80	-
2013	14 T5	318	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Soamefer Comercial LTDA	800.897,50	-
2013	14 T5	319	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Alto comando comércio de Equipamentos LTDA EPP	2.587.000,00	AP 01/2015 - Designação de Fiscal de Contrato AP 01/2016 - Designação de Fiscal de Contrato
2013	14 T5	320	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	R.M. Comercio e Servicos para Equipamentos LTDA - EPP	174.800,00	-
2013	14 T5	321	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Soamefer Comercial LTDA	486.750,00	AP 01 - Substituição de Fiscal de Contrato
2013	14 T5	322	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Composites Indústria e Comércio, Importação e Exportação LTDA-EPP	505.000,00	-
2013	14 T5	323	Aquisição de material de intendência (Equipamentos)	Combat Indústria e Comércio de Uniformes LTDA - ME	1.183.904,70	-

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	TERMO ADITIVO/APOSTILA-MENTO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2014	14 T5	26	Aquisição de viatura reboque não Especializado 1 1/2 toneladas, na cor Camuflada e viatura reboque especializado Cisterna d'água, de 1.500 litros, na cor Camuflada	Delka do Brasil Fábrica de Reboques LTDA — EPP	4.416.000,00	-
2014	14 T5	68	Aquisição de material de intendência (Fardamento)	DOHLER S.A	1.028.435,00	-
2014	14 T5	103	Aquisição de viatura de transporte de Pessoal tipo motocicleta trail, operacional, Cor camuflada	Freedom Motors LTDA	139.000,00	-
2014	14 T5	104	VTR MARRUÁ	AGRALE	699.160	-
2014	14 T5	199	Prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas e rodoviárias nacionais e internacionais.	Money Turismo LTDA EPP	5.300.031,00	AP 01 - Correção de erro material (200,00 (duzentos reais)
2014	14 T5	235	Aquisição de viaturas transporte Especializado Munck 23 ton.	Man Latin América Indústria e Comércio de veículos LTDA	1.417.500,00	-
2014	14 T5	238	Aquisição Viatura de Transporte Especializada, Tipo ambulância de transporte (simples Remoção), 4x4, zero km, cor camuflada	Toyota do Brasil	757.000,00	-
2014	14 T5	240	Aquisição de Viatura de Transporte Não especializado pick-up 3/4 ton., 4x4, vop2	Toyota do Brasil	336.000,00	-
2015	14 T5	9	Aquisição de Viaturas Especializada Ambulância	Renault do Brasil Sociedade Anônima	364.500,00	AP 01 - Substituição de Nota de Empenho
2015	14 T5	10	Aquisição de Viatura Transporte Especializado MUNCK 23 Ton, e VTE Socorro Leve	Man Latin América Indústria eComércio de veículos LTDA	453.080,00	TA 01 - Prorrogação do prazo de entrega doObjeto contratual - 32.060,00 - AP 01 - Substituição de Nota de Empenho
2015	14 T5	11	Aquisição VRE, cisterna de Óleo Diesel, de 1.500 Litros, cor camuflada	JHV Implementos Rodoviários Limitada	43.990,00	AP 01 - Substituição de Nota de Empenho
2015	14 T5	12	Aquisição de Motocicletas	Freedom Motors LTDA	55.600,00	NÃO
2015	14 T5	13	Aquisição de Viatura Tática Leve de Reconhecimento (Vtl Rec), 1/2 Ton, 4x4 (Vop 1), Zero Km, Modelo do Ano Em Curso ou Posterior e na Cor Camuflada, com Motorização Capaz de Utilizar Qualquer Tipo de Diesel	Agrale Sociedade Anônima	392.000,00	AP 01 - Substituição de Nota de Empenho
2015	14 T5	14	Aquisição de combustíveis automotivo	Petrobras Distribuidora S/A	14.009.122,20	-

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	TERMO ADITIVO/APOSTILAMENTO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2015	14 T5	25	Aquisição de combustíveis automotivo	Petrobras Distribuidora S/A	5.837.784,31	-
2015	14 T5	42	Aquisição de Viatura Reboque não Especializado 1 1/2 Toneladas, na Cor Camuflada	FIV Implementos Rodoviários Limitada	15.760,00	-
2015	14 T5	43	Aquisição de viatura reboque Especializado, Cisterna D´água 1.500 litros, na cor Camuflada	Delka do Brasil Fábrica de Reboques LTDA — EPP	87.000,00	-
2015	14 T5	44	Aquisição de viaturas transporte Especializado Munck 23 ton	Man Latin América Indústria e Comércio de veículos LTDA	283.500,00	-
2015	14 T5	45	Aquisição VRE, cisterna de Óleo Diesel, de 1.500 Litros, cor camuflada	JHV Implementos Rodoviários Limitada	43.990,00	-
2015	14 T5	46	Aquisição de viatura de transporte de Pessoal tipo motocicleta trail, operacional, Cor camuflada	Freedom Motors LTDA	55.600,00	-
2015	14 T5	47	Aquisição de viaturas tática leve de Reconhecimento (vtl rec), 1/2 ton., 4x4 (vop 1), Zero km, modelo do ano em curso ou posterior e na cor camuflada, com motorização capaz de utilizar qualquer tipo de diesel	Agrale Sociedade Anônima	392.000,00	-
2015	14 T5	48	Aquisição de viatura operacional de Transporte não especializado, tipo PICK-UP, ¾ ton., vop 1, 4x4, cabine e carroceria com teto e Capota de lona, zero km, modelo do ano em Curso ou posterior, cor camuflada, com Motorização capaz de utilizar qualquer tipo de diesel	Agrale Sociedade Anônima	363.000,00	-
2015	14 T5	52	Aquisição de combustíveis automotivo	Petrobras Distribuidora S/A	14.797.794,28	-
2016	14 T5	36	Aquisição VTL REC, 1/2 ton., 4x4 (VOP 1), zero km, modelo do ano em curso ou posterior e na cor camuflada, com motorização capaz de utilizar qualquer tipo diesel (Campo Grande - MS)	Agrale Sociedade Anônima	1.274.400,00	-
2016	14 T5	81	Aquisição VTL REC, 1/2 ton., 4x4 (VOP 1), zero km, modelo do ano em curso ou posterior e na cor camuflada, com motorização capaz de utilizar qualquer tipo diesel (Campo Grande - MS)	Agrale Sociedade Anônima	1.911.600,00	-

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	TERMO ADITIVO/APOSTILAMENTO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2016	14 T5	132	Aquisição de Prancha Leito Rebaixado de 03 Eixos, 45T, cor verde-floresta, fosco para transporte Máq/Equip. de Eng. VBTP-MR Guarani	Randon S.A Implementos e Participações	1.102.500,00	-
2016	14 T5	133	Aquisição VE, tipo Ambulância de Transporte (Simples Remoção) 4x4, zero km, 9,2m3, cor camuflada	Max Comércio e Serviços de Caminhões Limitada	1.890.000,00	-
2016	14 T5	134	Aquisição de VTP, tipo VAN executiva, cor branca	Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Limitada	939.400,00	AP 01 - Retificação da Marca do Objeto
2016	14 T5	135	Aquisição de viaturas tática leve de Reconhecimento (vtl rec), 1/2 ton., 4x4 (vop 1), Zero km, modelo do ano em curso ou posterior e na cor camuflada, com motorização capaz de utilizar qualquer tipo de diesel (Nova Santa Rita - RS)	Agrale Sociedade Anônima	1.060.000,00	-
2016	14 T5	136	Aquisição de VE, tipo Sedan Compacto Escolta	FCA FIAT CHRYSLER Automóveis Brasil Limitada	560.000,00	-
2017	14 T5	2	Aquisição VE, tipo Ambulância de Transporte (Simples Remoção) 4x4, zero km, 9,2m3, cor camuflada	Max Comércio e Serviços de Caminhões Limitada	315.000,00	-
2017	14 T5	34	X	X	X	X
2017	14 T5	37	Aquisição VTE, tipo Cavalo Mecânico, Tração 6x4, 60 ton., cor verde-floresta fosco	Man Latin América Indústria e Comércio de veículos LTDA	2.394.000,00	-
2017	14 T5	38	Aquisição de VOTNE, tipo PICK-UP, 3x4 ton., 4x4, 4 portas, cabine Dupla	Toyota do Brasil	803.000,00	-
2017	14 T5	49	Aquisição de VOTNE, tipo PICK-UP, 3x4 ton., 4x4, 4 portas, cabine Dupla	Toyota do Brasil	2.208.250,00	-
2017	14 T5	61	Aquisição VE, tipo Ambulância de Transporte (Simples Remoção) 4x4, zero km, 9,2m3, cor camuflada	Max Comércio e Serviços de Caminhões Limitada	630.000,00	-
2017	14 T5	65	Aquisição de VTE, Socorro Leve	Man Latin América Indústria e Comércio de veículos LTDA	922.500,00	-

ANO	AO	CONTRATO	OBJETO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATO (R$ 1,00)	TERMO ADITIVO/APOSTILAMENTO (VALOR E MOTIVAÇÃO)
2017	14 T5	69	Aquisição de VTE	Man Latin América Indústria e Comércio de veículos LTDA	1.234.300,00	-
2017	14 T5	70	Aquisição de Viaturas, bem comum, para transporte de Material	De Nigris Distribuidora de Veiculos LTDA	978.600,00	-
2017	14 T5	78	Aquisição VTP, tipo Microônibus	Mercedes-Benz do Brasil Ltda	1.885.686,48	-
2017	14 T5	95	X	X	X	X
2017	14 T5	102	Aquisição de Peças Especiais de Aeronaves	Safran Helicopter Engines Industria E Comerc.	2.239,96	X

PORTARIA NORMATIVA Nº 40/MD, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova a Política de Gestão de Riscos da administração central do Ministério da Defesa (ACMD).

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 17 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 60100.000158/2016-59, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica aprovada a Política de Gestão de Riscos da administração central do Ministério da Defesa (ACMD).

Art. 2º A Política de Gestão de Riscos terá por finalidade estabelecer princípios, objetivos, diretrizes e instituir um sistema para a gestão de riscos relacionados a processos e projetos decorrentes de planos estratégicos, táticos e operacionais da ACMD.

Parágrafo único. Os processos e os projetos da ACMD, objetos da Política de Gestão de Riscos, serão selecionados e priorizados pelo Comitê Estratégico de Gestão de Riscos.

Art. 3º Esta Política, e suas normas complementares, aplicar-se-ão a todos os órgãos e agentes que, de alguma forma, desempenhem atividades na ACMD.

Art. 4º Para fins desta Política, consideram-se:

I - risco: possibilidade de ocorrer algum evento que possa trazer prejuízo no alcance dos objetivos estabelecidos para os planos estratégicos, táticos e operacionais da ACMD, sendo medido em termos de impacto e de probabilidade;

II - gestão ou gerenciamento de riscos: consiste no processo de trabalho de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, aplicável em qualquer área da organização e que contempla as atividades de identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e controlar potenciais riscos, aos quais os órgãos estão expostos, de forma a aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos estabelecidos;

III - processo: conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido;

IV - processo da gestão de riscos: aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gestão para as atividades de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, bem como de comunicação com partes interessadas em assuntos relacionados a risco;

V - governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração do Ministério da Defesa, para informar, dirigir, administrar e monitorar suas atividades, com o intuito de alcançar os seus objetivos; e

VI - controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas informatizadas ou não, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada, destinados a monitorar, orientar, acompanhar e avaliar o andamento das ações, processos e projetos, e, ainda, gerenciar os riscos, de forma a fornecer segurança razoável para o alcance dos objetivos organizacionais do Ministério.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Publicado no Dou nº 191 de 04/10/2017

Art. 5º A gestão de riscos da ACMD observará os seguintes princípios:

I - atuação sistemática e estruturada, em obediência aos princípios da Administração Pública, considerando a oportunidade, a conveniência e o interesse público;

II - adoção de níveis adequados de exposição a riscos;

III - agregação de valor e proteção do ambiente interno do Ministério da Defesa;

IV - estabelecimento de procedimentos de controle proporcionais à importância do risco, observado seu impacto, probabilidade de ocorrência e relação custo-benefício;

V - subsídio à tomada de decisão; e

VI - melhoria contínua dos processos da ACMD.

Art. 6º A gestão de riscos da ACMD observará os seguintes objetivos:

I - contribuir para alcançar os objetivos estratégicos da ACMD, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis;

II - contribuir para a eficácia e maior eficiência dos processos e dos projetos da ACMD;

III - fomentar uma gestão proativa;

IV - fornecer aos tomadores de decisão linhas de ação necessárias para minimizar os prejuízos decorrentes dos riscos analisados;

V - aumentar a capacidade da organização de se adaptar a mudanças; e

VI - facilitar a identificação de ameaças e oportunidades e melhorar o aprendizado organizacional.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES

Art. 7º Serão diretrizes para a gestão de riscos:

I - implementação de forma gradual, sendo priorizados processos e projetos que impactam diretamente no alcance dos objetivos estratégicos e na imagem do Ministério da Defesa;

II - integração com os objetivos estratégicos, a governança e os controles internos da gestão;

III - operacionalização de forma integrada, por meio de metodologia e normas de procedimentos, objetivando o estabelecimento de um ambiente que respeite os valores e a cultura do Ministério da Defesa;

IV - comunicação tempestiva, eficaz e eficiente para os tomadores de decisão;

V - capacitação contínua dos militares e servidores que exerçam função no processo de gestão de riscos da ACMD; e

VI - melhoria contínua dos processos organizacionais.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS DA ACMD

Art. 8º Ficarão organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Gestão de Riscos da ACMD, as atividades de direcionamento, coordenação, supervisão e implementação da gestão de riscos na ACMD.

Art. 9º Comporão o Sistema de Gestão de Riscos da ACMD (SGR/ACMD):

I - o Ministro de Estado da Defesa;

II - o Comitê Estratégico de Gestão de Riscos;

III - a Secretaria-Geral (SG);

IV - o Subcomitê de Gestão de Riscos; e

V - os gestores de riscos.

Art. 10. Ao Ministro de Estado da Defesa caberá:

I - aprovar e atualizar a Política de Gestão de Riscos; e

II - presidir o Comitê Estratégico de Gestão de Riscos.

Art. 11. O Comitê Estratégico de Gestão de Riscos terá a seguinte composição:

I - Ministro de Estado da Defesa;

II - Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e

III - Secretário-Geral.

§ 1º Competirá ao Comitê Estratégico de Gestão de Riscos:

I - avaliar as propostas de mudanças na política de gestão de riscos;

II - definir os limites de exposição a riscos da ACMD; e

III - estabelecer a prioridade dos processos e dos projetos da ACMD, objetos da gestão de riscos.

§ 2º O Secretário de Controle Interno apoiará o Comitê Estratégico de Gestão de Riscos.

Art. 12. A Secretaria-Geral editará normas complementares a esta Política quanto à:

I - implantação e condução do processo de gestão de riscos e para o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão;

II - definição de atribuições e responsabilidades das instâncias que se fizerem necessárias para a implementação e condução do processo de gestão de riscos; e

III - instituição de grupos de trabalho ou subcomitês técnicos que se fizerem necessários.

Art. 13. Ao Subcomitê de Gestão de Riscos, no desempenho da função de supervisão, competirá orientar, coordenar e monitorar a implementação e condução da gestão de riscos na ACMD, sendo responsável por:

I - avaliar e propor mudanças na política de gestão de riscos;

II - avaliar e propor limites de exposição a riscos da ACMD e a prioridade dos processos e dos projetos da ACMD objetos da gestão de riscos;

III - definir metodologia e ferramentas para a gestão de riscos;

IV - coordenar a operacionalização da gestão de riscos da ACMD;

V - supervisionar o processo de gestão de riscos e propor o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão;

VI - criar grupos de trabalho e convidar pessoas a participar de suas reuniões;

VII - envolver as áreas diretamente responsáveis pelos temas a serem tratados; e

VIII - reportar ao Comitê Estratégico de Gestão de Riscos, periodicamente, a situação dos riscos monitorados.

Art. 14. O Subcomitê de Gestão de Riscos será composto por representantes, titular e suplente, das seguintes unidades:

I - Gabinete do Ministro;

II - Secretaria-Geral, que o coordenará;

III - Gabinete do Chefe de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA);

IV - Chefia de Operações Conjuntas do EMCFA;

V - Chefia de Assuntos Estratégicos do EMCFA;

VI - Chefia de Logística e Mobilização do EMCFA;

VII - Secretaria de Organização Institucional (SEORI);

VIII - Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD);

IX - Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD);

X - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam); e

XI - Departamento do Programa Calha Norte (DPCN).

§ 1º Os representantes do Subcomitê de Gestão de Riscos, titular e suplente, serão indicados pelos titulares das respectivas unidades e designados pelo Secretário-Geral.

§ 2º A Secretaria de Controle Interno indicará, dentro da sua estrutura, um representante para apoiar o Subcomitê de Gestão de Riscos.

Art. 15. Os titulares dos órgãos e das unidades da ACMD deverão indicar gestores de riscos, aos quais compete executar as atividades do processo de gestão de riscos nas respectivas unidades.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A implementação da Gestão de Riscos na ACMD será realizada de forma progressiva e contínua, com prazo de conclusão de quarenta e oito meses a contar da publicação desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. No prazo máximo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta Portaria Normativa, o Subcomitê de Gestão de Riscos deverá apresentar proposta para a implementação do processo de gestão de riscos na ACMD, considerando, entre outros aspectos que se fizerem necessários:

I - instruções, instâncias e instrumentos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e aperfeiçoamento dos controles internos da gestão;

II - proposta de priorização de planos, programas, projetos e processos da ACMD para a gestão de riscos; e

III - projeto ou processo a ser utilizado como "piloto" para iniciar a implementação do processo de gestão de riscos.

Art. 17. O mapeamento e a avaliação dos riscos deverão considerar, entre outras possíveis, as tipologias de riscos contidas na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

Art. 18. Esta Portaria Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

Publicado no Dou nº 191 de 04/10/2017

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017

Anexo 9

PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS SOB RESPONSABILIDADE DO MD

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (Em R$ 1,00)	Despesas no Exercício (Em R$ 1,00)	
				Com Reformas	Com Manutenção
1	110404	9701190205000	845.860,22	-	-
2	110404	9701190215005	845.860,22	-	-
3	110404	9701190225000	845.860,22	-	-
4	110404	9701189735009	845.860,22	-	-
5	110404	9701189745004	845.860,22	-	-
6	110404	9701189755000	845.860,22	-	-
7	110404	9701189765005	845.860,22	-	6.953,69
8	110404	9701189775000	845.860,22	-	-
9	110404	9701189785006	845.860,22	-	-
10	110404	9701190235006	845.860,22	-	-
11	110404	9701190245001	845.860,22	-	-
12	110404	9701190255007	845.860,22	-	-
13	110404	9701190265002	845.860,22	-	-
14	110404	9701190255008	845.860,22	-	-
15	110404	9701190285003	845.860,22	-	-
16	110404	9701190295009	846.197,88	-	-
17	110404	9701176835000	546.840,18	-	-
18	110404	9701176775007	546.840,18	-	-
19	110404	9701176785002	546.840,18	-	-
20	110404	9701176805003	546.840,18	-	-
21	110404	9701176725000	546.840,18	-	-
22	110404	9701176735005	546.840,18	-	-
23	110404	9701176745000	546.840,18	-	-
24	110404	9701176575008	546.840,18	-	-
25	110404	9701176635000	546.840,18	-	-
26	110404	9701189325005	546.840,18	-	-
27	110404	9701189335000	546.840,18	-	-
28	110404	9701176655001	546.840,18	-	-
29	110404	9701189315000	546.840,18	-	5.919,07
30	110404	9701176665007	546.840,18	-	-
31	110404	9701176685008	546.840,18	-	-
32	110404	9701176695003	546.840,18	-	-
33	110404	9701176715004	547.557,53	-	10.453,07
34	110404	9701175415007	555.844,53	-	-
35	110404	9701175425002	555.844,53	-	-
36	110404	9701175435008	555.844,53	-	775,58
37	110404	9701175445003	555.844,53	-	-
38	110404	9701175505006	555.844,53	-	775,58
39	110404	9701175415007	555.844,53	-	-
40	110404	9701175525007	555.844,53	-	1.747,10
41	110404	9701175545008	555.844,53	-	-
42	110404	9701175555003	555.844,53	-	4.645,55
43	110404	9701175565009	555.844,53	-	775,58
44	110404	9701175575004	555.844,53	-	-
45	110404	9701175585000	555.844,53	-	-
46	110404	9701175595005	555.844,53	-	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (Em R$ 1,00)	Despesas no Exercício (Em R$ 1,00)	
				Com Reformas	Com Manutenção
47	110404	9701175615006	555.844,53	-	-
48	110404	9701175625001	555.844,53	-	-
49	110404	9701175255000	555.844,53	-	-
50	110404	9701189345006	555.844,53	-	-
51	110404	9701189355001	555.844,53	-	-
52	110404	9701175165000	555.844,53	-	-
53	110404	9701175175006	555.844,53	-	-
54	110404	9701175195007	555.844,53	-	3.798,39
55	110404	9701175205002	556.617,27	-	-
56	110404	9701174995000	555.844,53	-	24.681,20
57	110404	9701175005003	555.844,53	-	-
58	110404	9701174755009	555.844,53	-	-
59	110404	9701174765004	555.844,53	-	39.571,15
60	110404	9701174775000	555.844,53	-	-
61	110404	9701174785005	555.844,53	-	-
62	110404	9701174795000	555.844,53	-	-
63	110404	9701174805006	555.844,53	-	-
64	110404	9701174815001	555.844,53	-	-
65	110404	9701174825007	555.844,53	-	-
66	110404	9701174835002	555.844,53	-	-
67	110404	9701174845008	555.844,53	-	-
68	110404	9701174855003	555.844,53	-	-
69	110404	9701174595001	555.844,53	-	-
70	110404	9701174615002	555.844,53	-	-
71	110404	9701174625008	555.844,53	-	5.589,26
72	110404	9701174635003	555.844,53	-	-
73	110404	9701174645009	555.844,53	-	-
74	110404	9701174865009	555.844,53	-	-
75	110404	9701174665000	555.844,53	-	-
76	110404	9701174675005	555.844,53	-	-
77	110404	9701174685000	555.844,53	-	-
78	110404	9701174695006	556.617,27	-	-
79	110404	9701176055004	447.986,37	-	-
80	110404	9701176065000	447.986,37	-	22.347,44
81	110404	9701176075005	447.986,37	-	-
82	110404	9701176085000	447.986,37	-	-
83	110404	9701176095006	464.128,93	-	-
84	110404	9701176105001	447.986,37	-	9.833,80
85	110404	9701176125002	447.986,37	-	-
86	110404	9701176135008	447.986,37	-	13.905,36
87	110404	9701176145003	447.986,37	-	-
88	110404	9701176155009	447.986,37	-	-
89	110404	9701176165004	447.986,37	-	-
90	110404	9701176175000	447.986,37	-	-
91	110404	9701175635007	447.986,37	-	-
92	110404	9701175645002	447.986,37	-	1.297,22
93	110404	9701175655008	447.986,37	-	-
94	110404	9701175665003	447.986,37	-	-
95	110404	9701175675009	447.986,37	-	-
96	110404	9701175685004	448.111,20	-	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (Em R$ 1,00)	Despesas no Exercício (Em R$ 1,00)	
				Com Reformas	Com Manutenção
97	110404	9701176405005	447.986,37	-	32.236,90
98	110404	9701176445007	447.986,37	-	-
99	110404	9701176435001	447.986,37	-	-
100	110404	9701176365003	447.986,37	-	13.317,27
101	110404	9701176355008	447.986,37	-	-
102	110404	9701176345002	447.986,37	-	-
103	110404	9701176335007	447.986,37	-	-
104	110404	9701174265001	259.621,97	-	-
105	110404	9701174275007	259.621,97	-	-
106	110404	9701174295008	274.154,38	-	-
107	110404	9701174305003	299.325,06	-	-
108	110404	9701174315009	274.154,38	-	-
109	110404	9701174325004	259.621,97	-	-
110	110404	9701174335000	259.621,97	-	-
111	110404	9701174345005	259.621,97	-	-
112	110404	9701174355000	259.621,97	-	-
113	110404	9701174385007	259.621,97	-	-
114	110404	9701174425009	259.621,97	-	-
115	110404	9701174435004	259.621,97	-	-
116	110404	9701174445000	259.621,97	-	-
117	110404	9701189425000	259.621,97	-	-
118	110404	9701189435005	259.621,97	-	-
119	110404	9701174455005	259.621,97	-	-
120	110404	9701174465000	259.621,97	-	33.932,87
121	110404	9701174095009	299.325,06	-	-
122	110404	9701174115000	299.325,06	-	-
123	110404	9701174125005	274.154,38	-	-
124	110404	9701174135000	259.621,97	-	-
125	110404	9701174145006	259.621,97	-	-
126	110404	9701174155001	259.621,97	-	33.018,56
127	110404	9701174165007	259.621,97	-	-
128	110404	9701174175002	299.325,06	-	-
129	110404	9701174195003	299.325,06	-	-
130	110404	9701174215004	259.621,97	-	-
131	110404	9701174225000	259.621,97	-	-
132	110404	9701174255006	299.325,06	-	-
133	110404	9701167485000	450.597,13	-	-
134	110404	9701167065000	475.518,01	-	-
135	110404	9701167145004	351.587,72	-	-
136	110404	9701167205007	430.614,27	-	-
137	110404	9701242165003	425.622,28	-	-
138	110404	9701167255004	409.376,73	-	-
139	110404	9701166595006	475.518,01	-	29.278,60
140	110404	9701166615007	409.376,73	-	-
141	110404	9701165855004	475.518,01	-	-
142	110404	9701165915007	475.518,01	-	3.013,13
143	110404	9701166255000	450.597,13	-	-
144	110404	9701165235006	475.518,01	-	-
145	110404	9701165265002	475.518,01	-	-
146	110404	9701165295009	409.376,73	-	153,52

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (Em R$ 1,00)	Despesas no Exercício (Em R$ 1,00)	
				Com Reformas	Com Manutenção
147	110404	9701165315000	450.597,13	-	-
148	110404	9701165335000	475.518,01	-	8.213,17
149	110404	9701173405004	338.845,52	-	7.156,92
150	110404	9701173415000	338.845,52	-	964,52
151	110404	9701173365002	316.159,47	-	-
152	110404	9701175285006	316.159,47	-	-
153	110404	9701175235009	316.159,47	-	-
154	110404	9701173205005	316.159,47	-	-
155	110404	9701173215000	316.159,47	-	-
156	110404	9701173225006	316.159,47	-	-
157	110404	9701173235001	316.159,47	-	-
158	110404	9701173245007	316.159,47	-	-
159	110404	9701173255002	338.845,52	-	-
160	110404	9701173265008	338.845,52	-	964,52
161	110404	9701173275003	338.845,52	-	-
162	110404	9701173285009	338.845,52	-	-
163	110404	9701173295004	316.195,21	-	-
164	110404	9701173305000	316.195,21	-	-
165	110404	9701173315005	316.195,21	-	-
166	110404	9701173035002	316.195,21	-	-
167	110404	9701173325000	316.195,21	-	-
168	110404	9701173045008	316.195,21	-	-
169	110404	9701173055003	316.195,21	-	872,81
170	110404	9701173065009	316.195,21	-	-
171	110404	9701173075004	338.845,52	-	-
172	110404	9701173085000	338.845,52	-	-
173	110404	9701173095005	338.845,52	-	-
174	110404	9701173105000	338.845,52	-	-
175	110404	9701173115006	316.195,21	-	341,10
176	110404	9701173125001	316.195,21	-	-
177	110404	9101173135007	316.195,21	-	-
178	110404	9701173155008	316.195,21	-	-
179	110404	9701173165003	316.195,21	-	-
180	110404	9701173175009	316.195,21	-	-
181	110404	9701172915009	316.195,21	-	-
182	110404	9701172925004	316.195,21	-	-
183	110404	9701172935000	338.860,38	-	-
184	110404	9701172945005	338.860,38	-	715,87
185	110404	9701172955000	338.860,38	-	-
186	110404	9701172965006	338.860,38	-	-
187	110404	9701172975001	316.195,21	-	-
188	110404	9701172985007	316.195,21	-	-
189	110404	9701172995002	316.195,21	-	-
190	110404	9701173005006	316.195,21	-	-
191	110404	9701172835005	316.195,21	-	-
192	110404	9701189365007	316.195,21	-	-
193	110404	9701172845000	316.195,21	-	-
194	110404	9701172855006	316.195,21	-	-
195	110404	9701172645001	338.860,38	-	-
196	110404	9701172695009	338.860,38	-	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (Em R$ 1,00)	Despesas no Exercício (Em R$ 1,00)	
				Com Reformas	Com Manutenção
197	110404	9701172705004	338.860,38	-	-
198	110404	9701172715000	338.860,38	-	-
199	110404	9701172725005	316.195,21	-	-
200	110404	9701172735000	316.195,21	-	314,57
201	110404	9701173385003	316.195,21	-	-
202	110404	9701172745006	316.195,21	-	-
203	110404	9701172755001	316.195,21	-	249,84
204	110404	9701172765007	316.195,21	-	1.707,08
205	110404	9701172775002	316.195,21	-	-
206	110404	9701172785008	316.195,21	-	-
207	110404	9701172795003	338.860,38	-	-
208	110404	9701172585009	338.860,38	-	-
209	110404	9701172595004	338.860,38	-	-
210	110404	9701172615005	338.860,38	-	-
211	110404	9701172625000	316.195,21	-	1.864,71
212	110404	9701172635006	316.195,21	-	-
213	110404	9701188585003	316.195,21	-	-
214	110404	9701172485004	316.195,21	-	-
215	110404	9701172495000	316.195,21	-	-
216	110404	9701172505005	316.195,21	-	-
217	110404	9701172515000	316.195,21	-	-
218	110404	9701172805009	316.195,21	-	-
219	110404	9701172525006	338.860,38	-	-
220	110404	9701172535001	338.860,38	-	-
221	110404	9701164455002	172.540,13	-	-
222	110404	9701164465008	144.638,63	-	-
223	110404	9701168385009	87.071,56	-	-
224	110404	9701164615000	87.071,56	-	-
225	110404	9701164625005	87.071,56	-	-
226	110404	9701164635000	87.071,56	-	-
227	110404	9701177355001	87.071,56	-	35.631,45
228	110404	9701162395002	102.402,18	-	-
229	110404	9701162325004	102.402,18	-	-
230	110404	9701162285002	102.402,18	-	34.660,64
231	110404	9701162255006	102.402,18	-	-
232	110404	9701162395002	102.402,18	-	-
233	110404	9701162185008	102.402,18	-	-
234	110404	9701162165007	102.402,18	-	-
235	110404	9701162105004	102.402,18	-	-
236	110404	9701162085003	102.402,18	-	1.172,47
237	110404	9701159635006	102.402,18	-	-
238	110404	9701159615005	102.402,18	-	-
239	110404	9701160095001	102.402,18	-	-
240	110404	9701160085006	102.402,18	-	-
241	110404	9701160075000	102.402,18	-	-
242	110404	9701160065005	102.402,18	-	-
243	110404	9701160055000	102.402,18	-	-
244	110404	9701160365009	102.402,18	-	-
245	110404	9701160385000	102.402,18	-	-
246	110404	9701160235008	102.402,18	-	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (Em R$ 1,00)	Despesas no Exercício (Em R$ 1,00)	
				Com Reformas	Com Manutenção
247	110404	9701160195006	103.330,42	-	-
248	110404	9701173955004	131.502,05	-	-
249	110404	9701173735004	105.527,20	-	-
250	110404	9701173745000	105.527,20	-	-
251	110404	9701173755005	105.527,20	-	-
252	110404	9701177785006	105.527,20	-	-
253	110404	9701173485008	105.777,89	-	15.436,12
254	110404	9701173495003	105.777,89	-	-
255	110404	9701173505009	105.777,89	-	-
256	110404	9701173515004	105.777,89	-	-
257	110404	9701173535005	105.777,89	-	-
258	110404	9701173555006	105.777,89	-	-
259	110404	9701173565001	105.777,89	-	-
260	110404	9701173575007	105.777,89	-	10.351,41
261	110404	9701173585002	105.527,20	-	-
262	110404	9701173595008	105.527,20	-	-
263	110404	9701173605003	105.527,20	-	15.894,11
264	110404	9701173615009	105.527,20	-	-
265	110404	9701173525000	105.527,20	-	-
266	110404	9701173625004	105.527,20	-	-
267	110404	9701173625000	105.527,20	-	-
268	110404	9701173685007	105.527,20	-	-
269	110404	9701173645005	105.527,20	-	-
270	110404	9701173655000	105.527,20	-	-
271	110404	9701173665006	105.527,20	-	-
272	110404	9701173675001	105.527,20	-	-
273	110404	9701173795007	83.558,92	-	-
274	110404	9701173805002	82.221,23	-	-
275	110404	9701187785009	82.090,69	-	-
276	110404	9701173825003	84.504,81	-	-
277	110404	9701174085003	83.558,92	-	-
278	110404	9701173835009	82.221,23	-	-
279	110404	9701173845004	82.090,69	-	-
280	110404	9701173855000	84.504,81	-	-
281	110404	9701173865005	83.558,92	-	-
282	110404	9701173875000	82.221,23	-	-
283	110404	9701173885006	82.090,69	-	-
284	110404	9701173895001	84.504,81	-	-
285	110404	9701175105008	83.218,81	-	-
286	110404	9701175135004	77.456,95	-	-
287	110404	9701175145000	78.663,79	-	-
288	110404	9701175155005	78.323,40	-	-
289	110404	9701174875004	78.710,76	-	-
290	110404	9701173885000	83.280,16	-	-
291	110404	9701174895005	82.818,54	-	-
292	110404	9701174905000	77.456,95	-	-
293	110404	9701174915006	78.663,79	-	-
294	110404	9701174925001	78.323,40	-	-
295	110404	9701174935007	78.710,76	-	-
296	110404	9701174945002	83.280,16	-	-

ORDEM	UG	RIP	Valor do Imóvel (Em R$ 1,00)	Despesas no Exercício (Em R$ 1,00)	
				Com Reformas	Com Manutenção
297	110404	9701174955008	82.818,54	-	-
298	110404	9701174965003	77.456,95	-	-
299	110404	9701173915002	78.663,79	-	-
300	110404	9701173925008	78.323,40	-	-
301	110404	9701173935003	78.710,76	-	-
302	110404	9701173945009	83.280,16	-	-
303	110404	9701178885004	1.138.000,00	-	-
304	110404	9701330425007	945.000,00	-	-
305	110404	9701171355000	533.412,87	-	-
306	110404	9701178965008	534.147,17	-	-
307	110404	9701171775009	421.527,36	-	-
308	110404	9701170175008	511.533,81	-	-
309	110404	9701330525001	520.807,17	-	-
310	110404	9701184295000	655.790,63	-	-
311	110404	9701330465009	631.775,51	-	-
312	110404	9701170285008	342.352,60	-	-
313	110404	9701171395001	911.997,66	-	-
314	110404	9701185715003	630.635,46	-	-
315	110404	9701171345004	575.257,59	-	-
316	110404	9701246785006	418.942,16	-	-
317	110404	9701182445005	1.034.000,00	-	-
318	110404	9701182585001	1.034.000,00	-	-
319	110404	9701186785005	945.000,00	-	-
320	110404	9701178505007	555.676,26	-	-
321	110404	9701184745006	930.000,00	-	-
322	110404	9701186545004	945.000,00	-	-
323	110404	9701184465003	1.024.000,00	-	-
324	110404	9701184725005	412.038,35	-	-
325	110404	9701186615002	827.000,00	-	-
326	110404	9701186505002	827.000,00	-	-
327	110404	9701187085007	827.000,00	-	-
328	110404	9701180535007	827.000,00	-	-
329	110404	9701181805008	854.000,00	-	-
330	110404	9701184875007	854.000,00	-	-
331	110404	9701180545002	356.625,21	-	-
332	110404	9701185585002	412.038,35	-	-
333	110404	9701187395006	988.000,00	-	-
334	110404	9701182375007	418.364,50	-	-
335	110404	9701185895001	314.893,51	-	-
336	110404	9701337605000	314.893,51	-	-
337	110404	9701167845006	6.777.731,17	-	-
TOTAL			135.450.784,70		432.300,40

Este Órgão utiliza como parâmetro para avaliação dos imóveis a legislação do Governo do Distrito Federal, que estabelece os valores venais de terrenos e edificações no Distrito Federal, para fins de cobrança do IPTU/TLP.

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017
Anexo 10
PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO MD EM 2017

SISTEMA		
Sisatleta	Descrição	Sistemas de cadastro de atletas e eventos esportivos militares em âmbito nacional e internacional.
	Objetivo	Gerenciar dados de atletas militares e eventos na qual participam.
	Resp Técnico	SC Eduardo Castro
	Resp Área de Negócio	Maj Guilherme
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade do cadastro e acesso aos dados dos atletas cadastrados.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Atualmente, as rotinas de backup abrangem somente os Bancos de Dados.
SEPROD	Descrição	Sistema utilizado pela Secretaria de Produtos de Defesa para gerenciamento de banco de dados de exportação de produtos de defesa.
	Objetivo	Gerenciar os dados de exportação de produtos de defesa.
	Resp Técnico	SC Eduardo Castro
	Resp Área de Negócio	SC Walkir Pereira
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade do gerenciamento dos dados cadastrados.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	JOBS para os códigos fonte encontram-se em processo de construção, com base na solicitação enviada pela GESIS.
SIRHU	Descrição	Sistema de recursos humanos responsável pelo cadastramento e atualização de dados cadastrais de funcionários do Ministério.
	Objetivo	Gerenciar os dados funcionais de todos os servidores do Ministério, assim como gerar relatórios gerenciais.
	Resp Técnico	SC Ricardo Calçado
	Resp Área de Negócio	SC Fábio Brandão
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade do cadastro e atualização dos servidores do Ministério.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	
Segurança	Descrição	Sistema de segurança responsável pelo gerenciamento de perfis de acesso, usuários e controle de acesso das aplicações desenvolvidas em SriptCase pelo Ministério, como o SISATLETA e o SEPROD.
	Objetivo	Gerenciar perfis de acesso, usuários e controle de acesso das aplicações desenvolvidas em SriptCase.

SISTEMA		
	Resp Técnico	SC Eduardo Castro
	Resp Área de Negócio	SC Eduardo Castro
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade dos sistemas desenvolvidos com framework ScriptCase.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	
Portais do Ministério da Defesa	Descrição	Portais do Ministério da Defesa responsáveis por reunir informações e notícias e serviços ao público externo. (www.defesa.gov.br, www.pandia.defesa.gov.br, jogosmilitares.defesa.gov.br)
	Objetivo	Reunir e disponibilizar informações e notícias ao público externo por meio de gerenciador de conteúdo.
	Resp Técnico	SC Matusael Almeida
	Resp Área de Negócio	SC Adriana Fortes
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Terceirizada (Sob responsabilidade da ASCOM/MD)
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	R$128.644,56
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade da publicação e disponibilização de notícias, informações do Ministério ao público externo.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	
Intranet do MD	Descrição	Intranet do Ministério da Defesa responsável por reunir informações, notícias e serviços ao público interno.
	Objetivo	Reunir e disponibilizar informações, notícias, acontecimentos e serviços ao público interno do ministério por meio de gerenciador de conteúdo.
	Resp Técnico	SC Ricardo Calçado
	Resp Área de Negócio	SC Matusael Almeida
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade da publicação e disponibilização de notícias, informações e serviços internos aos servidores.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	
DOKEO	Descrição	Sistema responsável pelo controle de acesso dos servidores ao prédio e também salas específicas do Ministério.
	Objetivo	Controlar acesso dos servidores ao prédio e também salas específicas do Ministério.
	Resp Técnico	SC Francisco Sedenho
	Resp Área de Negócio	SC Francisco Sedenho
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Terceirizada

SISTEMA		
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	R$ 56.940,00
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade dos serviços de entrada e saída do prédio
	Medidas para mitigar eventuais riscos	
Projeto Rondon	Descrição	Portal de notícias e informações do Projeto Rondon ao público externo e sistema de inscrições e acompanhamento de participantes. (http://www.projetorondon.defesa.gov.br)
	Objetivo	informar sobre o Projeto e disponibilizar um sistema para inscrição de alunos e professores que queiram participar.
	Resp Técnico	SC Ricardo Calçado
	Resp Área de Negócio	SC Lediane Queiroz
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade da publicação e disponibilização de notícias, informações e do cadastro e acompanhamento das inscrições do projeto.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	
SISCAPED	Descrição	Sistema de Cadastro de Empresas e Produtos de Defesa
	Objetivo	Refinar o mapeamento do processo de cadastramento de empresas e produtos considerados estratégicos para o Ministério da Defesa
	Resp Técnico	SC Gerson Mayer
	Resp Área de Negócio	SC Gerson Mayer
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade dos cadastro e atualização dos dados das empresas.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não possui política, visto que o servidor é administrado pela DEPROD.
SEI	Descrição	Sistema Eletrônico de Informações
	Objetivo	Gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho
	Resp Técnico	Maj Maurício
	Resp Área de Negócio	Maj Maurício
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade das informações de processos que tramitam internamente no Ministério.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Políticas de Backup e replicação de servidores onde estão armazenados os dados e código-fonte.

SISTEMA		
Expresso	Descrição	Sistema de envio de e-mails.
	Objetivo	Enviar e receber e-mail, e também gerencia agendas e contatos institucionais.
	Resp Técnico	Maj Maurício
	Resp Área de Negócio	Maj Maurício
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Produção
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Concluído
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Não se Aplica
	Riscos	Indisponibilidade no serviço de envio e recebimento de e-mails.
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Políticas de Backup e replicação de servidores onde estão armazenados os dados e código-fonte.
SISPERFIL	Descrição	PERFIL DA CLASSE MILITAR
	Objetivo	Sistema que permite o levantamento estatístico da família militar.
	Resp Técnico	SC Milton Leite
	Resp Área de Negócio	Capitão-de-Corveta Andréa Cavalcante
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Desenvolvimento
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Plano de ação e cronograma em elaboração
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Início terceirizado; valor pago R$ 250.788,74; continuidade do desenvolvimento ocorrerá com equipe própria
	Riscos	Não se Aplica
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não se Aplica
SISGEPES	Descrição	Sistema de Gestão de Pessoas
	Objetivo	Sistema permite a gestão de pessoal militar, civil, estagiários e prestadores de serviço no MD
	Resp Técnico	SC Milton Leite
	Resp Área de Negócio	SC Fernando Siqueira
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Desenvolvimento
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Plano de ação e cronograma em elaboração
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Início terceirizado; valor pago R$ 502.679,25; continuidade do desenvolvimento ocorrerá com equipe própria.
	Riscos	Não se Aplica
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não se Aplica
SISADE	Descrição	Sistema de Apoio a Decisões Estratégicas
	Objetivo	Sistema que possibilita a integração entre as informações das diversas áreas do ACMD.
	Resp Técnico	SC Milton Leite
	Resp Área de Negócio	SC Charles Hasler
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Desenvolvimento

SISTEMA		
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Plano de ação e cronograma em elaboração
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Início terceirizado; valor pago R$ 616.297,83; continuidade do desenvolvimento ocorrerá com equipe própria.
	Riscos	Não se Aplica
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não se Aplica
SISACESSO	Descrição	Sistema de Controle de Acesso
	Objetivo	Prover acesso a todos os sistemas do MD. Principais funcionalidades: acessos, controle de usuários, perfis e cadastros de sistemas.
	Resp Técnico	SC Milton Leite
	Resp Área de Negócio	SC Ricardo Calçado
	Criticidade para a Unidade	Alta
	Status	Em Desenvolvimento
	Manutenção	Própria
	Prazo para Conclusão	Plano de ação e cronograma em elaboração
	Despesas Anuais com Manutenção	Sem Custos
	Orçamento com Desenvolvimento	Início terceirizado; valor pago R$ 182.206,28; continuidade do desenvolvimento ocorrerá com equipe própria
	Riscos	Não se Aplica
	Medidas para mitigar eventuais riscos	Não se Aplica

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017
ANEXO 11
ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR DE TIC EM 2017

REUNIÕES/ REFERÊNCIA	DATA DE OCORRÊNCIA	ATIVIDADES DESEMPENHADAS (PAUTA)	PRINCIPAIS DECISÕES (DELIBERAÇÕES)
1ª Reunião Janeiro/2017	30.01.2017	· Ratificação e retificação dos membros do COTINC. · Revisão do PDTIC 2016-2019: deliberar as Prioridades da Portaria do SEORI. · Deliberar as alterações, exclusões e inclusões de Demandas no PDTIC 2016-2019. · Regimento Interno do COTINC. · Renovação do Contrato dos Produtos Microsoft.	· **Concretizado:** Ratificadas e retificadas as representações dos Membros do COTINC para o ano de 2017. · **Concretizado:** Deliberadas as alterações do PDTIC referente à Portaria nº 280/MD-SEORI. · **Pendência:** Não consta deliberação para as exclusões das demandas no PDTIC, conforme solicitado no Memorando 94 (0252851). · **Concretizado:** Foram deliberadas *as propostas* de atualizações do Regimento Interno do COTINC (RI-COTINC). · **Concretizado:** Renovado o Contrato Microsoft.
2ª Reunião Fevereiro/2017	08.03.2017	· Regimento Interno do COTINC. · 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019.	· **Concretizado:** Deliberado o RI-COTNC. · **Pendência:** Aprovação da 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019.
3ª Reunião Março/2017	29.03.2017	· Apresentação de Soluções da Microsoft. · 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019. · Trabalhos Desenvolvidos da Estratégia de Governança Digital. · Assuntos Diversos : Orçamento das áreas no SIOPE até 09 de Maio.	· **Concretizado:** Apresentação do Office 365. · **Concretizado:** Deliberação das requisições de mudanças na 1ª revisão do PDTIC. · **Pendência:** Aprovação da 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019. · **Concretizado:** Apresentados os trabalhos realizados pela PGD e EGD. · **Concretizado:** Solicitados os lançamentos de TIC a serem inseridos no SIOPE.
4ª Reunião Abril/2017	26.04.2017	· Deliberação da 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019. · Assuntos Diversos: Apresentação da SEPESD.	· **Concretizado:** Deliberada a 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019. · **Concretizado:** Apresentados os trabalhos realizados pela SEPESD.
5ª Reunião Maio/2017	30.05.2017	· Apresentação da Solução Microsoft (Sharepoint). · Ajustes apontados no RI-COTINC pelo DEORG. · Apresentação das Ações Previstas no PDTIC, da Área de Negócio da ACMD (CHELOG).	· **Concretizado:** Apresentada a Solução Microsoft (Sharepoint). · **Pendência:** Aprovar os ajustes da DEORG para o RI-PDTIC. · **Concretizado:** Apresentação dos trabalhos realizados pela CHELOG.
6ª Reunião Junho/2017	28/06/2017	· Recomendações da CISET sobre contratações. · Questionário de Necessidades de Ativos de TIC.	· **Concretizado:** Deliberada a abstenção do uso da pesquisa de mercado utilizada nos processos de adesão. · **Concretizado:** Deliberado o questionário de Ativos de TIC, para levantar as necessidades das áreas de negócio da ACMD.
7ª Reunião Julho/2017	02.08.2017	· Apresentação e análise da consolidação dos Questionários de Necessidades de Ativos de TIC. · Governança Digital (Comitê de Governança Digital-CGD). · Minuta de Portaria do Projeto Outsourcing de Impressão, sobre o uso de meios de impressão na ACMD. · Uso do MDBox.	· **Concretizado:** Apresentada a consolidação dos questionários de TIC e definido a inicialização do DOD por meio da análise. · **Pendência:** Deliberação do RI-CGD e definição de papéis dos comitês consultivos. · **Concretizado**: Deliberada a minuta da Portaria para o projeto de Outsourcing de Impressão.

REUNIÕES/ REFERÊNCIA	DATA DE OCORRÊNCIA	ATIVIDADES DESEMPENHADAS (PAUTA)	PRINCIPAIS DECISÕES (DELIBERAÇÕES)
			· **Concretizado:** Apresentado e contextualizado o MDBox em caráter informativo.
8ª Reunião Agosto/2017	30.08.2017	· Publicação da Atualização do RI-COTINC. · Apresentação do andamento das demandas da SEORI, previstas no PDTIC para o ano de 2017. · Assuntos Diversos: Apresentação dos indicadores vinculados as metas institucionais.	· **Concretizado:** Aprovada e publicada a Portaria n°3.024/GM/MD, de 07 de agosto de 2017 que institui o COTINC e a Portaria Normativa nº 29/MD, de 07 de agosto de 2017 que regimenta o COTINC na ACMD. · **Concretizado:** Apresentado o Portfólio de demandas da SEORI/DEPTI com seus respectivos andamentos. · **Pendência:** Apresentar o portfólio de demandas priorizadas para 2017 do EMCFA, na 9ª Reunião do COTINC. · **Concretizado:** Apresentadas as apurações dos Indicadores de TIC de 2017 presentes no PDTIC. · **Pendência:** Apresentar o contrato FSB da ASCOM, na 9ª Reunião do COTINC. · **Pendência:** Apresentar o Projeto SEI do DEADI, na 9ª Reunião do COTINC.
9ª Reunião Setembro/2017	27.09.2017	· Apresentação do andamento do Projeto SEI. · Apresentação do portfólio das demandas priorizadas para 2017 sobre responsabilidade do EMCFA. · Implantação da Política de Governança de TIC.	· **Concretizado:** Apresentado o Projeto SEI do DEADI ao COTINC. · **Concretizado:** Apresentado o portfólio de demandas priorizadas para 2017 do EMCFA, ao COTINC. · **Concretizado:** Contextualizada a Política de Governança de TIC em caráter informativo sobre pontos específicos à ACMD. · **Pendência:** Apresentar o contrato FSB da ASCOM, na 9ª Reunião do COTINC.
10ª Reunião Outubro/2017	30.10.2017	· 2ª Revisão do PDTIC 2016-2019. · Apresentação do portfólio da SG. · Apresentação do contrato da FSB pela ASCOM.	· **Concretizado:** A solicitação dos preparatórios para iniciar a 2ª Revisão do PDTIC 2016-2019. · **Concretizado:** Apresentado o portfólio das Necessidades de TIC da SG. · **Concretizado:** Apresentadas as informações sobre o contrato FSB, pela ASCOM. · **Pendência:** Os membros do CONTIC deverão apresentar o "Levantamento das Ações não realizadas e/ou Metas não cumpridas e motivos" que deveriam ser realizadas até novembro.
11ª Reunião Novembro/2017	29.11.2017	· Apresentação do Projeto Telefonia VoIP. · 2ª Revisão do PDTIC 2016-2019: Apresentar o "levantamento das Ações não realizadas e/ou Metas não cumpridas e motivos" para alterações, inclusões e ou exclusões das respectivas áreas de negócio.	· **Concretizado:** Apresentado o Projeto VoIP. · **Concretizado:** Apresentação do portfólio das Ações e Metas do EMCFA/CHOC. · **Pendência:** 2ª Revisão do PDTIC, exceto o EMCFA/CHOC as áreas de negócio deverão apresentar o "Levantamento das Ações não realizadas e/ou Metas não cumpridas e motivos" que deveriam ser realizadas até novembro.
12ª Reunião Dezembro/2017	13.12.2017	· 2ª Revisão do PDTIC, apresentação do "levantamento das Ações não realizadas e/ou Metas não cumpridas e motivos"	· **Pendência:** 2ª Revisão do PDTIC 2016-2019.

REUNIÕES/ REFERÊNCIA	DATA DE OCORRÊNCIA	ATIVIDADES DESEMPENHADAS (PAUTA)	PRINCIPAIS DECISÕES (DELIBERAÇÕES)
		para alterações, inclusões e ou exclusões das respectivas áreas de negócio. · Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 25/CISET, apresentação dos Tópicos Relevantes.	· **Concretizado:** Deliberada, para o acompanhamento e monitoramento do PDTIC, a fixação de uma pauta especifica nas realizações das reuniões do COTINC durante o ano, em atendimento às recomendações da CISET. · **Concretizado:** Deliberado, como equipe de acompanhamento do PDTIC, os membros nomeados do COTINC, visando atender a uma das recomendações da CISET. · **Pendência:** A GEGOV/DEPTI deverá encaminhar via SEI um documento aos membros do COTINC, para o acompanhamento e monitoramento das ações realizadas e não realizadas no PDTIC, visando atender a uma das recomendações da CISET.

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017

Anexo 12

CAPACITAÇÕES DOS INTEGRANTES DO DEPTI – 2017

CURSO	PARTICIPANTE	INÍCIO	TÉRMINO	CARGA HORÁRIA
Oficina de Mapeamento de Processos	Antonio José	14/03/2017	30/03/2017	33
Oficina de Mapeamento de Processos	Diego Juliano	14/03/2017	30/03/2017	33
Oficina de Mapeamento de Processos	Barrios	14/03/2017	30/03/2017	33
Oficina de Mapeamento de Processos	Giselle	14/03/2017	30/03/2017	33
Oficina de Mapeamento de Processos	Núveny	14/03/2017	30/03/2017	33
Oficina de Mapeamento de Processos	Ricardo Calçado	14/03/2017	30/03/2017	33
Oficina de Mapeamento de Processos	Victor Taira	14/03/2017	30/03/2017	33
Tecnologia da Informação em Governo	Fernando Gomes	10/04/2017	12/04/2017	30
Conferência Gartner IT Infrastructure, Operations, & Data Center Summit 2017	Dornelles	25/04/2017	26/04/2017	22
Conferência DBA Brasil 2.0	Hélio	06/05/2017	06/05/2017	8
VI Curso sobre SIOP Básico	Danil	22/05/2017	26/05/2017	30
Seminário Melhores Práticas de Contratações de TI	Maurício	08/06/2017	08/06/2017	8
Seminário Melhores Práticas de Contratações de TI	Dornelles	08/06/2017	08/06/2017	8
Seminário Melhores Práticas de Contratações de TI	Diego Juliano	08/06/2017	08/06/2017	8
Seminário Melhores Práticas de Contratações de TI	Sedenho	08/06/2017	08/06/2017	8
Seminário Melhores Práticas de Contratações de TI	Mary Angela	08/06/2017	08/06/2017	8
Seminário Melhores Práticas de Contratações de TI	Núveny	08/06/2017	08/06/2017	8
Seminário Melhores Práticas de Contratações de TI	Vitor Hugo	08/06/2017	08/06/2017	8
Curso Preparatório para Certificação PMP	Allana	19/06/2017	30/06/2017	40
Curso Preparatório para Certificação PMP	Giselle	19/06/2017	30/06/2017	40
Curso Preparatório para Certificação PMP	Luiz Alexandre	19/06/2017	30/06/2017	40
Conferência Gartner Data & Analytics	Mary Angela	20/06/2017	21/06/2017	22
Gestão de Pessoas com foco no BPM	Giselle	26/07/2017	28/07/17	24
Gestão de Documentos SEI	Antonio José	09/08/2017	10/08/2017	6
Gestão de Documentos SEI	Giselle	09/08/2017	10/08/2017	6
Gestão de Documentos SEI	Mauro	09/08/2017	10/08/2017	6
Elaboração de Projetos	Allana	14/08/2017	18/08/2017	40
Elaboração de Projetos	Hélio	14/08/2017	18/08/2017	40
Elaboração de Projetos	Mary Angela	14/08/2017	18/08/2017	40
Elaboração de Projetos	Ricardo Souza	14/08/2017	18/08/2017	40
Sanções Administrativas nas Licitações e Contratos	Eduardo Ribeiro	15/08/2017	16/08/2017	16
Sanções Administrativas nas Licitações e Contratos	Emanuel	15/08/2017	16/08/2017	16
Gerenciamento de Projetos	Diego Juliano	04/09/2017	06/09/2017	24

Curso Excel Intermediário	Dias	04/09/2017	06/09/2017	20
Formação de Brigadistas Voluntários	Nayara	11/09/2017	22/09/2017	40
Encontro Diálogo Público - Tecnologia da Informação: Como Gerar Resultados Transformadores?	Paulo Felipe	12/09/2017	12/09/2017	7
Gestão de Pessoas: fundamentos e tendências	Emanoel	12/09/2017	14/09/2017	24
3º Seminário sobre Análise de Dados na Administração Pública	Mauro	25/09/2017	26/09/2017	16
Excel Avançado	Emanoel	25/09/2017	29/09/2017	20
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Ricardo Boeira	26/09/2017	29/09/2017	32
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Freire	26/09/2017	29/09/2017	32
Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP	Ricardo Boeira	02/10/2017	06/10/2017	40
Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP	Renato	02/10/2017	06/10/2017	40
Teste de Invasão de Aplicações WEB (SEG9)	Daniel	02/10/2017	06/10/2017	40
Teste de Invasão de Aplicações WEB (SEG9)	Aécio	02/10/2017	06/10/2017	40
Teste de Invasão de Aplicações WEB (SEG9)	Núveny	02/10/2017	06/10/2017	40
Elaboração de Termos de Referência para contratação de bens e serviços no setor público	Belchior	17/10/2017	18/10/2017	16
Elaboração de Termos de Referência para contratação de bens e serviços no setor público	Freire	17/10/2017	18/10/2017	16
DMC LATAM - 8ª Edição	Mary Angela	18/10/2017	19/10/2017	16
Elaboração de Editais para aquisições no setor público	Belchior	19/10/2017	20/10/2017	16
Elaboração de Editais para aquisições no setor público	Freire	19/10/2017	20/10/2017	16
Gartner Symposium/Itxpo 2017	Gen Duarte	23/10/2017	26/10/2017	40
Curso de Oratória	Eduardo da Silva	22/11/2017	24/11/2017	20
Curso de Oratória	Carine	22/11/2017	24/11/2017	20
Elaboração de Documentos Oficiais	Jesus	27/11/2017	1/12/2017	20
Oficina de Desenvolvimento de Equipes	Melquisedeque	28/11/2017	30/11/2017	20
Oficina de Desenvolvimento de Equipes	Victor Scarabelli	28/11/2017	30/11/2017	20
Sistema Eletrônico de Informações - SEI USAR	Giselle	28/11/2017	18/12/2017	20
Atualização em Língua Portuguesa	Allana	04/12/2017	08/12/2017	20
Atualização em Língua Portuguesa	Giselle	04/12/2017	08/12/2017	20
Atualização em Língua Portuguesa	Renato	04/12/2017	08/12/2017	20
Elaboração de Relatórios, Pareceres e Notas Técnicas	Giselle	18/12/2017	22/12/2017	20
Total de Servidores:	**62**		**Carga Horária Total:**	**1488**

Atualizado dia: 31/12/17

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017

Anexo 13

FORÇA DE TRABALHO DO DEPTI EM 2017

Tipologias dos Cargos	DIRETOR	Asse[1] /SATA[2]	NuSIC[3]	NuGesBD[4]	GeGov[5]	GESIS[6]	GEINF[7]				Total Por Servidor
							GEINF	COSUP[8]	COTEL[9]	COINF[10]	
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2+1.3+1.4)	**1**	**1**	**2**	**1**	**5**	**1**	**1**	**4**	**3**	**2**	**21**
1.1. Servidores/Empregados efetivo da carreira de TI da unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores/Empregados efetivo de outras carreiras da unidade	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	3
1.3. Servidores/Empregados efetivo da carreira de TI de outros órgãos/entidades	0	0	2	1	3	1	0	4	0	0	11
1.4. Servidores/Empregados efetivo de outras carreiras de outros órgãos/entidades	1	0	0	0	2	0	1	0	3	0	7
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	**0**	**0**	**0**	**1**	**2**	**4**	**0**	**1**	**0**	**6**	**14**
4. Militares das Forças Armadas (4.1+4.2+4.3+4.4+4.5)	**0**	**2**	**3**	**1**	**2**	**5**	**0**	**4**	**4**	**1**	**22**
4.1 Militares da ativa da carreira de TI	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	3
4.2 Militares temporários da carreira de TI	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
4.3 Militares da ativa de outras carreiras	0	2	1	1	0	2	0	3	3	1	13
4.4 Militares temporários	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	3
4.5 Militares prestadores de tarefa por tempo certo - PTTC	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
5. Terceirizados	**-**	**2**	**-**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**9**
6. Estagiários	**-**	**-**	**-**	**1**	**1**	**0**	**0**	**2**	**5**	**17**	**26**
7. Total de Servidores por Gerência (1+2+3+4+5+6)	**1**	**5**	**5**	**5**	**11**	**11**	**2**	**12**	**13**	**27**	**92**

[1] Asse – Assessoria do Diretor
[2] SATA – Serviços de Apoio Técnico e Administrativo
[3] NUSIC – Núcleo de Segurança da Informação e Comunicação
[4] NUSIC – Núcleo de Gestão e Suporte à Banco de Dados
[5] GEGOV – Gerência de Governança de TI
[6] GESIS – Gerência de Sistemas e Inovação
[7] GEINF – Gerência de Infraestrutura e Serviços
[8] COSUP – Coordenação de Suporte
[9] COTEL – Coordenação de Apoio a Usuários em Telefonia e Telecomunicações
[10] COINF – Coordenação de Apoio a Usuários em Informática

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017
Anexo 14
PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS EM 2017

NT118: Manutenção e Ampliação do sistema de telefonia VoIP da Rede Administrativa.		**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI	**Alinhamento Estratégico:** 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.			
IE1.3: Manter, expandir e evoluir a infraestrutura tecnológica, assim como os sistemas de informações existentes, conforme necessidades levantadas, com a aquisição e a contratação de produtos e serviços para o suporte à infraestrutura de TIC, observadas as normas de segurança da informação previstas na PoSIC.			
DEMANDA	**A1.3.24:** Prog. Expansão e manutenção da telefonia no Ministério da Defesa. - Proj. Aquisição do Sistema VoIP. - Proj. Unificação da telefonia.	**M1.3.24:** Adquirir os componentes para a solução de telefonia até o final do 2ª semestre de 2017, conforme previsão orçamentária. Buscar atingir o IEO igual ou superior a 65% e o ISAC acima de 95% a partir de 2017.	Resultado
01			Atingida
Análise Crítica: A meta **M1.3.24** foi **alcançada**, pois o portal o Sistema VoIP foi adquirido em 2017 e está previsto para entrar em produção no ano de 2018.			
Resultados Alcançados: A ação **A1.3.24** foi atingida totalmente, tendo sido adquirido o Sistema VoIP no ano de 2017.			
Valores Orçados: R$ 1.074.511,10		**Valores Despendidos: R$** 0,00	**Prazo Conclusão: Fevereiro 2018**

NT10: Levantamento de necessidades e implantação de recursos para a melhoria da disponibilidade da infraestrutura de TIC		**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI	**Alinhamento Estratégico:** 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.			
IE1.3: Manter, expandir e evoluir a infraestrutura tecnológica, assim como os sistemas de informações existentes, conforme necessidades levantadas, com a aquisição e a contratação de produtos e serviços para o suporte à infraestrutura de TIC, observadas as normas de segurança da informação previstas na PoSIC.			
DEMANDA	**A1.3.1:** Proj. Aquisição de Pacote de Escritórios, Sistemas Operacionais e software para Monitoramento de Rede.	**M1.3.1:** Realizar aquisições pertinente a infraestrutura de TIC, conforme a necessidade do órgão, para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura a cada ano até 2019. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de Jan de 2017, IEO igual ou superior a 65% e manter índice IISI menor que 3% a partir de Jan de 2017.	Resultado
02			Atingida
DEMANDA	**A1.3.1:** Proj. Aquisição de 478 Desktops.	**M1.3.1:** Realizar aquisições pertinente a infraestrutura de TIC, conforme a necessidade do órgão, para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura a	Resultado
03			Atingida

		cada ano até 2019. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de Jan de 2017, IEO igual ou superior a 65% e manter índice IISI menor que 3% a partir de Jan de 2017.	
DEMANDA 04	**A1.3.1:** Aquisição de 30 Monitores de vídeo.	**M1.3.1:** Realizar aquisições pertinente a infraestrutura de TIC, conforme a necessidade do órgão, para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura a cada ano até 2019. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de Jan de 2017, IEO igual ou superior a 65% e manter índice IISI menor que 3% a partir de Jan de 2017.	**Resultado** **Atingida**
DEMANDA 05	**A.1.3.1:** Proj. Aquisição de Infraestrutura de Cabeamento com fornecimento de Serviço e Material de comunicação de TIC.	**M1.3.1:** Realizar aquisições pertinente a infraestrutura de TIC, conforme a necessidade do órgão, para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura a cada ano até 2019. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de Jan de 2017, IEO igual ou superior a 65% e manter índice IISI menor que 3% a partir de Jan de 2017.	**Resultado** **Não Atingida**
DEMANDA 06	**A.1.3.1:** Proj. de Aquisição de materiais diversos de TIC.	**M1.3.1:** Realizar aquisições pertinente a infraestrutura de TIC, conforme a necessidade do órgão, para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura a cada ano até 2019. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de Jan de 2017, IEO igual ou superior a 65% e manter índice IISI menor que 3% a partir de Jan de 2017.	**Resultado** **Não Atingida**
DEMANDA 07	**A1.3.1:** Prog. Melhorar a disponibilidade da infraestrutura de TIC.	**M1.3.1:** Realizar aquisições pertinente a infraestrutura de TIC, conforme a necessidade do órgão, para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura a cada ano até 2019. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de Jan de 2017, IEO igual ou superior a 65% e manter índice IISI menor que 3% a partir de Jan de 2017.	**Resultado** **Não Atingida**
DEMANDA 08	**A1.3.25**: Prog. Adquirir Software Diversos. - Proj. Aquisição dos sistemas de informações do Banco Central (SISBACEN).	**M1.3.25**: Aquisição de Software Diversos em atendimento aos projetos, buscando atingir IISI menor que 3% a partir de Jan de 2017 e o IEO igual ou superior a 65%.	**Resultado** **Atingida**
DEMANDA 09	**A1.3.25**: Prog. Adquirir Software Diversos. - Proj. Aquisição de ferramenta CASE de apoio a desenvolvimento e Banco de Dados.	**M1.3.25**: Aquisição de Software Diversos em atendimento aos projetos, buscando atingir IISI menor que 3% a partir de Jan de 2017 e o IEO igual ou superior a 65%.	**Resultado** **Atingida**

Análise Crítica: A meta M1.3.1 na demanda 02 foi **alcançada**, pois foram adquiridas diversas licenças de softwares de escritório em 2017. A meta M1.3.1 na demanda 03 foi **alcançada**, pois foram adquiridos 478 Desktops em 2017. A meta M1.3.1 na demanda 04 foi **alcançada**, pois foram adquiridos 30 Monitores de vídeo em 2017. A meta M1.3.1 na demanda 05 **não foi alcançada**, pois foi repriorizada pela SEORI em 2017. A meta M1.3.1 na demanda 06 **não foi alcançada**, pois foi repriorizada pela SEORI em 2017. A meta M1.3.1 na demanda 07 **não foi alcançada**, pois foi repriorizada pela SEORI em 2017. A meta M1.3.25 na demanda 08 foi **alcançada**, pois foi instalada um software livre para atendimento ao pleito, não gerando custos para a ACMD em 2017. A meta M1.3.25 na demanda 09 foi **alcançada**, pois foram adquiridas ferramentas CASE de apoio ao desenvolvimento de Banco de Dados em 2017.

Resultados Alcançados: A ação **A1.3.1 na demanda 02** foi atingida totalmente, tendo sido adquiridas 3021 licenças de software de escritório no ano de 2017, conforme contrato 031-DEPTI-COLIC/2017. A ação **A1.3.1 na demanda 03** foi atingida totalmente, pois ocorreu a renovação do parque computacional do MD, com a substituição de máquinas antigas, defeituosas e sem garantia, conforme contrato 011-DEPTI-COLIC/2017. A ação **A1.3.1 na demanda 04** foi atingida totalmente, pois ocorreu a renovação do Parque computacional do MD, com a substituição

de monitores antigos, defeituosos e sem garantia., conforme contrato 011-DEPTI-COLIC/2017. A ação **A1.3.1 na demanda 05** não foi atingida, e será melhor explorada na 2ª revisão do PDTIC, especificando quais os itens referem-se à ação. A ação **A1.3.1 na demanda 06** não foi atingida, e será melhor explorada na 2ª revisão do PDTIC, especificando quais os itens referem-se à ação. A ação **A1.3.1 na demanda 07** não foi atingida, apesar de não haverem aquisições planejadas, verificou-se grande evolução nos processos internos, que melhoraram a disponibilidade da infraestrutura, com o monitoramento ativo por intermédio de Videwall e o acompanhamento dos sistemas estruturantes do MD por meio de apuração de indicadores (SEI e Expresso). A ação **A1.3.25 na demanda 08** foi atingida totalmente, pois a demanda foi atendida com a instalação de Softwares Livres no ano de 2017. A ação **A1.3.25 na demanda 09** foi atingida totalmente, pois foram adquiridas ferramentas CASE no ano de 2017, conforme contrato 030-DEPTI-COLIC/2017.		
Valores Orçados: Demanda 02 R$ 2.745.896,84	**Valores Despendidos: Demanda 02 R$ 2.554.988,84**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**
Valores Orçados: Demanda 03 R$ 1.242.207,28	**Valores Despendidos: Demanda 03 R$ 1.242.207,28**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**
Valores Orçados: Demanda 04 R$ 17.632,80	**Valores Despendidos: Demanda 04 R$ 17.632,80**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**
Valores Orçados: Demanda 09 R$ 144.999,95	**Valores Despendidos: Demanda 09 R$ 94.999,95**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**
Valores Totais Orçados: R$ 4.150.736,87	**Valores Totais Despendidos: R$ 3.909.828,87**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT32: Melhoria na infraestrutura de hospedagem do BIEG (Banco de Informações Estratégicas Gerenciais). Manutenções evolutivas e corretivas do BIEG. Melhoria na qualidade das informações extraídas. Divulgação dos relatórios montados no BIEG àqueles interessados.	**Área Envolvida:** SEPESD e SEORI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE02: Viabilizar o compartilhamento e a integração de dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.		
IE2.1: Organizar e integrar, quando possível, os dados digitais armazenados e tratados, permitindo o seu compartilhamento com sistemas afins.		

DEMANDA	**A2.1.6:** Prog. Implantar solução de BI (*Business Intelligence*).	**M2.1.6:** Prog. Implantar solução de BI e prestar manutenções da solução de BIEG com o desenvolvimento do Painel Estratégico por demanda fornecendo relatórios dinâmicos até o final do 2ª sem. de 2017. Buscando atingir o índice IQPS maior ou igual a 8.	**Resultado**
10	- Proj. Manutenção da Solução de *BIEG/BIG DATA*. - Proj. Desenvolvimento de Painel Estratégico.		**Não Atingida**

Análise Crítica: A meta M2.1.6 **não foi alcançada**, pois a equipe do Núcleo de Gestão e Suporte à Base de Dados (NUGESBD) foi criada em 2017 e até o presente momento não está estruturado com recursos humanos suficientes para desenvolver um sistema de BI, além dos dados não possuírem qualidade suficiente para apoio à decisão dos gestores, não foram alocados recursos financeiros para o atendimento à demanda, apesar de que ainda foi desenvolvido pequena parte do Painel Estratégico, não sendo módulos estruturantes.
Resultados Alcançados: A ação **A2.1.6** não foi atingida, foram desenvolvidos alguns painéis de indicadores, um subconjunto do Painel Estratégico, para atender às necessidades imediatas da SEORI, sendo necessário uma estruturação e preparação dos dados para melhores resultados e também a respeito desses projetos, foram realizados estudos como Documento de Análise de Negócio, Documento de Análise de Requisitos e Análise de Viabilidade Técnica para atender à solicitação Plano de Trabalho do MP.

Valores Orçados: R$ 0,00	Valores Despendidos: R$ 0,00	Prazo Conclusão: Dezembro 2019

NT29: Disponibilizar ambiente seguro com redundância para alocação de servidores e *storages*.		**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI e DEADI	**Alinhamento Estratégico:** 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019
OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.			
IE3.3: Priorizar as ações de garantia da segurança da informação e comunicações, tendo em vista assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.			
DEMANDA 11	**A3.3.4:** Prog. de Implantação de Ferramentas de Segurança. - Proj. Aquisição de licenças Antivírus.	**M3.3.4:** Implantar firewall para a ACMD até o final do 2° Sem. 2017 e renovar a licença das Ferramentas de Segurança anualmente. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de 2017 e o IEO igual ou superior a 65%.	Resultado: Atingida
DEMANDA 12	**A3.3.4:** Prog. de Implantação de Ferramentas de Segurança. - Proj. Aquisição de Firewall.	**M3.3.4:** Implantar firewall para a ACMD até o final do 2° Sem. 2017 e renovar a licença das Ferramentas de Segurança anualmente. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de 2017 e o IEO igual ou superior a 65%.	Resultado: Atingida
DEMANDA 13	**A3.3.4:** Prog. de Implantação de Ferramentas de Segurança. - Proj. Manutenção de Firewall.	**M3.3.4:** Implantar firewall para a ACMD até o final do 2° Sem. 2017 e renovar a licença das Ferramentas de Segurança anualmente. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de 2017 e o IEO igual ou superior a 65%.	Resultado: Atingida
DEMANDA 14	**A3.3.4:** Prog. de Implantação de Ferramentas de Segurança. - Proj. Renovação de Certificados Digitais de Servidores de rede.	**M3.3.4:** Implantar firewall para a ACMD até o final do 2° Sem. 2017 e renovar a licença das Ferramentas de Segurança anualmente. Buscar atingir ISAC acima de 95% a partir de 2017 e o IEO igual ou superior a 65%..	Resultado: Atingida
Análise Crítica: A meta M3.3.4 na demanda 11 foi **alcançada**, pois foram adquiridas licenças de antivírus e de outras ferramentas de segurança em 2017 bem como o suporte técnico para essas ferramentas. A meta M3.3.4 na demanda 12 foi **alcançada**, pois foram adquiridos, por meio de doação, 4 (quatro) equipamentos de Firewall em 2017. A meta M3.3.4 na demanda 13 foi **alcançada**, pois foram adquiridos em 2017 as devidas licenças e o suporte técnico para o funcionamento dos 4 (quatro) equipamentos Firewall adquiridos. A meta M3.3.4 na demanda 14 foi **alcançada**, com a utilização de solução livre para atendimento da demandas de certificados digitais de servidores de rede.			
Resultados Alcançados: A ação **A.3.3.4 na demanda 11** foi atingida totalmente, tendo sido executada por meio da celebração do contrato 013-DEPTI-COLIC/2017. A ação **A3.3.4 na demanda 12** foi atingida totalmente, tendo sido executada por meio de aquisição, via doação, de 4 (quatro) equipamentos de Firewall. A ação **A3.3.4 na demanda 13** foi atingida totalmente, tendo sido executada por meio da celebração do contrato 020-DEPTI-COLIC/2017. A ação **A3.3.4 na demanda 14** foi atingida totalmente, com o uso da solução livre "Let'sEncrypt" sem custos para a ACMD, que foram implementados nos servidores de rede publicados na internet.			

Valores Orçados: Demanda 11 R$ 325.363,52	**Valores Despendidos: Demanda 11 R$ 317.964,80**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**
Valores Orçados: Demanda 13 R$ 557.492,00	**Valores Despendidos: Demanda 13 R$ 444.398,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**
Valores Totais Orçados: R$ 870.055,52	**Valores Totais Despendidos: R$ 770.112,80**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT117: Desenvolver sistemas de informação baseados em computadores com o emprego de plataformas padronizadas, utilizando processos definidos e maduros.	**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.		
IE1.2: Adquirir ou desenvolver softwares e bancos de dados para sistemas de informação, com a finalidade de melhorar a governança e a gestão dos processos de trabalho, observadas as normas de segurança da informação prevista na PoSIC.		

DEMANDA			Resultado
15	**A1.2.31:** Prog. Implantar Fábrica de Software, de acordo com os guias e "boas práticas, vedações e orientações emanadas pelo SISP/MP. - Proj. Métricas baseadas em pontos de função. - Proj. Teste de Software. - Proj. Mensuração de Software	**M1.2.31:** Licitar, contratar e implantar a Fábrica de Software com processos de desenvolvimento definidos até o 2ª sem. de 2017. Empregando pontos de funções como técnica de mensuração dos softwares a serem desenvolvidos. Buscar atingir o nível G do MPS-BR e o IEO igual ou superior a 65%.	**Não Atingida**

Análise Crítica: A meta M1.2.31 **não foi alcançada**, pois decidiu-se pela não contratação de Fábrica de Software em 2017, foram elaborados Estudos de Viabilidade Técnica para continuidade do desenvolvimento de software.		
Resultados Alcançados: A ação **A1.2.31** não foi atingida, sendo repriorizada para o ano de 2019, pois não foram reservados recursos para o desenvolvimento de sistemas no ano de 2018. Em 2017 foram elaborados 4 Estudos de Viabilidade Técnica para dar continuidade aos sistemas SisPerfil, SisAcesso, SisGepes e SisADE.		
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2019**

NT06: Implantação de um sistema para a publicação e solicitação por serviços disponíveis de TIC.	**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI e DEADI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.		
IE5.4: Desenvolver e manter planos de continuidade de serviços, de gestão de mudanças e de difusão de um catálogo dos serviços de TIC.		

DEMANDA			
16	**A5.4.2:** Proj. Difundir e controlar os serviços de TIC ofertados ao MD à Sociedade e cadastrá-los no portal.	**M5.4.2:** Difundir e controlar os serviços de TIC ofertados ao MD, iniciando no 1ª sem. de 2017 e finalizar até o 2ª sem. de 2018, buscando atingir o ISAC acima de 95% a partir de 2017, atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.	**Resultado** **Não Atingida**
Análise Crítica: A meta M5.4.2 **não foi alcançada**, pois o Catálogo de Serviços de TIC foi desenvolvido em 2017 no DEPTI. O catálogo de serviços de infraestrutura está sendo revalidado e no ano de 2018 deverá ser disponibilizado na intranet do MD, com tutoriais e campanha de divulgação de como utilizar.			
Resultados Alcançados: A ação **A5.4.2** não foi atingida, tendo como resultado um catálogo de serviços preliminar que deverá ser disponibilizado no ano de 2018.			
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**	

NT20: Implantação de padrões de interoperabilidade e acessibilidade.	**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI e DEADI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas. OE06: Garantir a gestão responsável dos ativos existentes e da contratação de bens e dos serviços de TIC, buscando a conformidade com as legislações em vigor.		
IE1.1: Reaproveitar as soluções tecnológicas de interesse comum, disponibilizadas no âmbito do MD e, também, pela APF. IE6.5: Atualizar constantemente e buscar a aplicação das normas expedidas pelos órgãos de controle da APF, particularmente, o TCU e a STI/MPOG.		

DEMANDA			
17	**A1.1.2:** Programa Implantação de padrões de interoperabilidade e acessibilidade. - Proj. Implantação dos padrões.	**M1.1.2**: Implantar os padrões de interoperabilidade e acessibilidade junto aos sites do Ministério da Defesa até o 2ª semestre de 2017, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	**Resultado** **Atingida**
DEMANDA			
18	**A1.1.2:** Programa Implantação de padrões de interoperabilidade e acessibilidade. - Proj. Criação e atualização das normas internas.	**M1.1.2**: Implantar os padrões de interoperabilidade e acessibilidade junto aos sites do Ministério da Defesa até o 2ª semestre de 2017, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	**Resultado** **Parcialmente Atingida**
DEMANDA			
19	**A1.1.2:** Programa Implantação de padrões de interoperabilidade e acessibilidade. - Proj. Aumentar maturidade em acessibilidade dos Serviços do MD.	**M1.1.2**: Implantar os padrões de interoperabilidade e acessibilidade junto aos sites do Ministério da Defesa até o 2ª semestre de 2017, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	**Resultado** **Atingida**
Análise Crítica: A meta M1.1.2 na demanda 17 foi **alcançada**, pois foram implantados os padrões de acessibilidade (e-MAG) no Portal do MD em 2017. A meta M1.1.2 na demanda 18 foi **parcialmente alcançada**, pois a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas bem como alguns artefatos foram melhorados de forma a otimizar processos de controle no ano de 2017. A meta M1.1.2 na demanda 19 foi **alcançada**, pois o site do MD foi atualizado em 2017, melhorando a acessibilidade dos serviços ofertados pelo MD.		

Resultados Alcançados: A ação **A1.1.2 na demanda 17** foi atingida totalmente, tendo sido utilizados os padrões de governo no site do MD em 2017. A ação **A1.1.2 na demanda 18** foi parcialmente atingida, pois foi revisada a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas em 2017, e será publicada no ano de 2018. A ação **A1.1.2 na demanda 19** foi atingida totalmente, pois foi melhorada a acessibilidade dos serviços do MD e em consequência adquirida maturidade nos serviços prestados.		
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT74: Análise de viabilidade para se criar uma rede segregada, onde o acesso a drivers para armazenamento on-line, ao aplicativo de troca de mensagens Web, a transmissão de eventos on-line, repositórios de áudio, etc pudessem ser acessados exclusivamente por pessoal autorizado pela ASCOM, para fins de uso profissional na coleta, transmissão e compartilhamento de mídias (imagens, sons e textos). Manutenção da infraestrutura de suporte ao site institucional e gestor de conteúdo. Análise de viabilidade para a manutenção ou a aquisição de software para a gestão de notícias curtas a serem publicadas em monitores externos (corredores e elevadores). Contratar serviços de TV por assinatura.	**Área Envolvida:** GM/ASCOM e DEPTI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**

OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.

IE3.2 : Apoiar a ASCOM/MD nos serviços disponibilizados ao cidadão e, também, ao público interno, com a finalidade de possibilitar a interação entre o Ministério e a sociedade por meio das mídias digitais, sociais e outras tecnologias.

DEMANDA			Resultado
20	**A3.2.3:** Analisar a viabilidade da criação de rede segregada, para acesso exclusivo a subordinados autorizados a drivers de armazenamento on-line, ao aplicativo de troca de mensagens Web, à transmissão de eventos on-line, a repositórios de áudio etc, para fins de uso profissional na coleta, transmissão e compartilhamento de mídias (imagens, sons e textos).	**M3.2.3**: Realizar estudo de viabilidade para criação de rede segregada, para acesso exclusivo a colaboradores autorizados a drivers de armazenamento on-line, ao aplicativo de troca de mensagens Web, à transmissão de eventos on-line, a repositórios de áudio etc, para fins de uso profissional na coleta, transmissão e compartilhamento de mídias (imagens, sons e textos) até 2019.	**Atingida**

Análise Crítica: A meta M3.2.3 foi **alcançada**, pois foi disponibilizada para uso em fase de testes a aplicação MDBOX. Foi ainda configurada para a ASCOM o aplicativo Whatsapp WEB com o uso de um perfil institucional do MD.

Resultados Alcançados: A ação **A3.2.3** foi atingida totalmente, tendo sido estudada a viabilidade da criação de rede segregada e ao final, implantado a solução MDBOX e o WhatsApp Web para a ASCOM no ano de 2017.

Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT78: Analisar a viabilidade de desenvolver relatórios dinâmicos envolvendo informações de convênios, orçamentos e finanças do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN).	**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI e DPCN	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE02: Viabilizar o compartilhamento e a integração de dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.		
IE2.1: Organizar e integrar, quando possível, os dados digitais armazenados e tratados, permitindo o seu compartilhamento com sistemas afins.		

DEMANDA			Resultado
21	**A2.1.17:** Estudar a viabilidade de desenvolver relatórios dinâmicos envolvendo informações de convênios, orçamentos e finanças do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN).	**M2.1.17:** Realizar o estudo de viabilidade para desenvolver relatórios dinâmicos envolvendo informações de convênios, orçamentos e finanças do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN), até o final de 2016.	**Parcialmente Atingida**

Análise Crítica: A meta M2.1.17 foi **parcialmente alcançada**, pois foram utilizadas soluções existentes e disponibilizadas por outros órgãos da Administração Pública Federal e foi realizado estudo de viabilidade para adaptar solução existente no Ministério do Turismo na infraestrutura de TIC do MD, que será realizado em 2018.		
Resultados Alcançados: A **A2.1.17** foi parcialmente atingida, tendo sido estudada a Viabilidade para adoção da ferramenta utilizada no Ministério do Turismo por meio de acordo de cooperação no ano de 2017, ficando o acordo a ser realizado no ano de 2018.		
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT22: Levantamento e implantação de informações a serem publicadas no www.servicos.gov.br	**Área Envolvida:** SEORI e SG	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.		
IE3.2: Apoiar a ASCOM/MD nos serviços disponibilizados ao cidadão e, também, ao público interno, com a finalidade de possibilitar a interação entre o Ministério e a sociedade por meio das mídias digitais, sociais e outras tecnologias.		

DEMANDA			Resultado
22	**A3.2.2:** Projeto Implantar informações do MD no site www.servicos.gov.br.	**M3.2.2:** Implantar informações do MD no site www.servicos.gov.br até o final de 2016. Buscar atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	**Parcialmente Atingida**

Análise Crítica: A meta M3.2.2 foi **parcialmente alcançada**, pois alguns serviços foram disponibilizados no portal do Governo Federal em 2017 e em 2018 novos serviços serão disponibilizados.		
Resultados Alcançados: A Ação **A3.2.2** foi parcialmente atingida, tendo sido cadastrados algumas informações no site do Governo Federal servicos.gov.		
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT18: Prosseguir com o Projeto AC-Defesa, a fim de implantar a solução, distribuir as assinaturas digitais (*tokens*) e formalizar uma unidade para gerir os seus procedimentos administrativos.	**Área Envolvida:** SG/ AC - DEFESA		**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.			
IE3.3: Priorizar as ações de garantia da segurança da informação e comunicações, tendo em vista assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.			
DEMANDA	**A3.3.1:** Proj. Implantar o Sistema AC-Defesa.	**M3.3.1:** Implantar o Sistema AC-Defesa até o final do 2º Semestre de 2016. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.	**Resultado**
23			**Atingida**
DEMANDA	**A3.3.5:** Proj. Formalizar unidade administrativa para distribuir tokens.	**M3.3.5:** Distribuir pelo menos 200.000 *tokens* até o final de 2019.	**Resultado**
24			**Atingida**
Análise Crítica: A meta M.3.3.1 foi **alcançada**, pois o Sistema AC-Defesa foi implantado nas forças e está em condições de operação. A meta M3.3.5 foi **alcançada**, pois a Autoridade de Registro (AR-Defesa), situada no GAP-DF, da Força Aérea Brasileira, foi definida e está em 2017.			
Resultados Alcançados: A **A3.3.1** foi atingida totalmente, o AC-Defesa foi implantado e está em funcionamento. A **A3.3.5** foi atingida totalmente, com a definição de Autoridade de Registro na FAB.			
Valores Orçados: R$ 1.338.134,00	**Valores Despendidos: R$ 539.399,00**		**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT54: Suporte em infraestrutura para a operação do SGED, com a finalidade de ser uma base de arquivos legados.	**Área Envolvida:** SG e SEORI		**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.			
IE3.2: Apoiar a ASCOM/MD nos serviços disponibilizados ao cidadão e, também, ao público interno, com a finalidade de possibilitar a interação entre o Ministério e a sociedade por meio das mídias digitais, sociais e outras tecnologias.			
DEMANDA	**A1.3.15:** Manutenir a infraestrutura para a operação do SGED, para manter uma base de arquivos legados.	**M1.3.15:** Manutenir a infraestrutura para a operação do SGED conforme demanda. Buscar atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	**Resultado**
25			**Atingida**

Análise Crítica: A meta M1.1.15 foi **alcançada**, pois o SGED foi mantido em 2017, apesar de seu contrato de manutenção ter sido cancelado.		
Resultados Alcançados: A ação **A1.1.15** foi atingida totalmente, tendo sido mantido em funcionamento o SGED no ano de 2017.		
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT55: Suporte em infraestrutura para a operação do SEI. Suporte à assinatura digital dos documentos eletrônicos trafegados. Suporte à digitalização e à impressão da documentação. Análise de segurança da informação das versões evoluídas.	**Área Envolvida:** SG e SEORI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE03:Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.		
IE1.1: Reaproveitar as soluções tecnológicas de interesse comum, disponibilizadas no âmbito do MD e, também, pela APF. IE1.3: Manter, expandir e evoluir a infraestrutura tecnológica, assim como os sistemas de informações existentes, conforme necessidades levantadas, com a aquisição e a contratação de produtos e serviços para o suporte à infraestrutura de TIC, observadas as normas de segurança da informação previstas na PoSIC.		

DEMANDA 26	**A1.1.1:** Programa Sistema Eletrônico de Documentos (SEI): - Proj. Manter o Sistema Eletrônico de Documentos (SEI).	**M1.1.1:** Manter o SEI atualizado em suas versões ao longo dos anos, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	Resultado Atingida
DEMANDA 27	**A1.1.1:** Programa Sistema Eletrônico de Documentos (SEI): - Proj. Implantação do SEI na ESG-RJ.	**M1.1.1:** Manter o SEI atualizado em suas versões ao longo dos anos, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8	Resultado Parcialmente Atingida
DEMANDA 28	**A1.1.1:** Programa Sistema Eletrônico de Documentos (SEI): - Proj. de Inclusão de Protocolo Integrado (PI).	**M1.1.1:** Manter o SEI atualizado em suas versões ao longo dos anos, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8	Resultado Parcialmente Atingida
DEMANDA 29	**A1.1.1:** Programa Sistema Eletrônico de Documentos (SEI): - Proj. Implantar interface com o AC-Defesa para a certificação das assinaturas digitais.	**M1.3.16:** Implantar 100% da interface do SEI com o AC-Defesa até o final de 2017. Buscar atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	Resultado Parcialmente Atingida
DEMANDA 30	**A1.1.1:** Programa Sistema Eletrônico de Documentos (SEI): - Proj. de Aquisição de Certificado Digital.	**M1.1.1:** Manter o SEI atualizado em suas versões ao longo dos anos, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8	Resultado Atingida

Análise Crítica: A meta M1.1.1 na demanda 26 foi **alcançada**, pois o SEI está em pleno funcionamento desde janeiro de 2016 na ACMD. A meta M1.1.1 na demanda 27 foi **parcialmente alcançada**, pois o SEI não foi implantado em sua totalidade na ESG, tendo sido disponibilizado o acesso externo via internet no ano de 2017. A meta M1.1.1 na demanda 28 foi **parcialmente alcançada**, pois a versão atual do SEI em produção no MD, não suporta o Protocolo integrado, tendo sido criado grupo de trabalho com servidores do MP e do MD para viabilizar a atualização da ferramenta e os trabalhos necessários para tal. A meta M1.1.1 na demanda 29 foi **parcialmente alcançada**, pois foi formalizada a unidade administrativa do AC-Defesa, na FAB e a demanda continuará no ano de 2018. A meta M1.1.1 na demanda 30 **foi alcançada**, pois foi realizada aquisição de Certificados Digital em 2017, conforme termo substitutivo, constante do processo SEI nº 0622623.
Resultados Alcançados: A ação **A1.1.1 na demanda 26** foi atingida totalmente, tendo sido mantido o funcionamento do SEI desde janeiro de 2016. A ação **A1.1.1 na demanda 27** foi parcialmente atingida, pois atualmente a ESG acessa o SEI via internet até a implantação completa do SEI. A ação A1.1.1 na demanda 28 foi parcialmente atingida, com a criação de grupo de análise dos eventuais riscos e necessidades para uso da versão 3.0 do SEI. A ação **A1.1.1 na demanda 29** foi parcialmente atingida, com a formalização da Autoridade de Registro na FAB. A ação **A1.1.1 na demanda 30** foi atingida totalmente, tendo sido adquiridos 80 certificados digitais.

Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**
Valores Orçados: Demanda 30 R$ 12.400,00	**Valores Despendidos: Demanda 30 R$ 7.750,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT61: Capacitação para a instalação, configuração e manutenção de ferramenta EPM.	**Área Envolvida:** SG	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas. OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.		
IE1.2: Adquirir ou desenvolver softwares e bancos de dados para sistemas de informação, com a finalidade de melhorar a governança e a gestão dos processos de trabalho, observadas as normas de segurança da informação prevista na PoSIC. IE5.1: Buscar o emprego dos modelos de Governança e de Gestão de TIC disponíveis no mercado (COBIT e ITIL).		

DEMANDA			Resultado
31	**A1.2.20:** Estudar a viabilidade de implantar e manutenir uma ferramenta EPM.	**M1.2.20:** Realizar estudo de viabilidade de implantar e Manutenir a ferramenta EPM para uso da Secretaria Geral, até 1°semestre 2016.	Não Atingida
Análise Crítica: A meta M1.2.20 **não foi alcançada**, em virtude de mudança de prioridades nos esforços de trabalho do Departamento e está prevista para o ano de 2018.			
Resultados Alcançados: A ação **A1.2.20** não foi atingida, tendo como resultado sua repriorização para o ano de 2018.			

Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT52: Análise de viabilidade para a aquisição de software de gestão de contratos.	**Área Envolvida:** SEORI - DEADI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.		
IE1.2: Adquirir ou desenvolver softwares e bancos de dados para sistemas de informação, com a finalidade de melhorar a governança e a gestão dos processos de trabalho, observadas as normas de segurança da informação prevista na PoSIC.		

DEMANDA			Resultado
32	**A1.2.18:** Estudar a viabilidade de implantar um software para a gestão de contratos.	**M1.2.18:** Realizar estudo de viabilidade de implantar um software para a gestão de contratos até 2° semestre 2016.	**Não Atingida**

Análise Crítica: A meta M1.2.18 **não foi alcançada**, em virtude de mudança de prioridades nos esforços de trabalho do Departamento e está prevista para o ano de 2018.		
Resultados Alcançados: A ação **A1.2.18** não foi atingida, tendo como resultado sua repriorização para o ano de 2018.		
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT56: Suporte ao Sistema Pérgamo, para gestão do acervo da biblioteca do MD.	**Área Envolvida:** SEORI - DEADI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.		
IE1.3: Manter, expandir e evoluir a infraestrutura tecnológica, assim como os sistemas de informações existentes, conforme necessidades levantadas, com a aquisição e a contratação de produtos e serviços para o suporte à infraestrutura de TIC, observadas as normas de segurança da informação previstas na PoSIC.		

DEMANDA			Resultado
33	**A1.3.17:** Manutenir e prestar suporte ao Sistema Pérgamo para a gestão do acervo da biblioteca do MD.	**M1.3.17:** Manutenir 100% e prestar suporte ao Sistema Pérgamo conforme demandado. Buscar atingir ISATIC igual ou superior a 8,0	**Não Atingida**

Análise Crítica: A meta M1.2.18 **não foi alcançada**, em virtude da não reserva de recursos financeiros por parte da área interessada no MD.		
Resultados Alcançados: A ação **A1.2.18** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação deste Departamento para realizar a reserva de recursos orçamentários pela área do MD interessada para o ano de 2019.		
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2019**

<table>
<tr><td colspan="2">NT04: Implantação de metodologia e de ferramenta de suporte ao gerenciamento de projetos de TIC</td><td>Área Envolvida: SEORI - DEPTI</td><td>Alinhamento Estratégico:
1ª Revisão do PDTIC 2016-2019</td></tr>
<tr><td colspan="4">OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.</td></tr>
<tr><td colspan="4">IE5.1: Buscar o emprego dos modelos de Governança e de Gestão de TIC disponíveis no mercado (COBIT e ITIL).
IE5.6: Sistematizar o desenvolvimento das soluções, viabilizando o trabalho em equipes e buscando a união de esforços entre as unidades de TIC, para a concepção, a elaboração, a implementação, os testes, a homologação e a implantação e a manutenção das mesmas soluções, requisitadas pelas áreas de negócio do MD.</td></tr>
<tr><td>DEMANDA
34</td><td>A5.1.1: Programa Governança de TIC (baseado no COBIT 5):
- Proj. Implantar Modelos e Boas Práticas p/Serviços de TIC.</td><td>M5.1.1: Implantar 04 modelos e boas práticas p/ serviços de TIC até o final de 2016.
Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.</td><td>Resultado
Atingida</td></tr>
<tr><td>DEMANDA
35</td><td>A5.6.1: Proj. Implantar metodologia de desenvolvimento e de ferramenta de suporte ao gerenciamento de projetos de TIC.</td><td>M5.6.1: Implantar toda a metodologia e ferramenta correspondente de gerência de Projetos de TIC até o final do 1º semestre de 2016. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.</td><td>Resultado
Atingida</td></tr>
<tr><td colspan="4">Análise Crítica: A meta M5.1.1 foi alcançada, pois foram utilizadas 29 dos 37 processos escolhidos para adoção e suas boas práticas descritas no COBIT 5 em 2017. A meta M5.6.1 foi alcançada, pois foi elaborada uma metodologia para desenvolvimento de projetos no ano de 2017, que está percorrendo tramites internos para aprovação, conforme processo SEI nº: 60586.000571/2017-99 em 2017.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Resultados Alcançados: A ação A5.1.1 foi atingida totalmente, tendo sido utilizados 29 do total de 45 processos descritos no COBIT 5 no ano de 2017. A ação A5.6.1 foi atingida totalmente, com o desenvolvimento da Metodologia para Gerenciamento de Projetos que foi encaminhada para análise e posterior publicação no ano de 2018.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Valores Orçados: R$ 0,00</td><td>Valores Despendidos: R$ 0,00</td><td>Prazo Conclusão: Dezembro 2017</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2">NT07: Levantamento e manutenção de inventário de TIC (hdw, sfw, especialistas</td><td>Área Envolvida: SEORI - DEPTI</td><td>Alinhamento Estratégico:
1ª Revisão do PDTIC 2016-2019</td></tr>
<tr><td colspan="4">OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.</td></tr>
<tr><td colspan="4">IE5.5: Manter um monitoramento contínuo à infraestrutura de TIC, com foco na configuração do ambiente e manutenção de sua disponibilidade.</td></tr>
<tr><td>DEMANDA
36</td><td>A5.5.1: Proj. Levantar e manutenir o inventário de TIC (hdw, sfw, especialistas).</td><td>M5.5.1: Criar processos para gerenciar o inventário de TIC até o final do 1º semestre de 2016 e mantê-lo atualizado até o final de 2019. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.</td><td>Resultado
Atingida</td></tr>
</table>

Análise Crítica: A meta M5.5.1 foi **alcançada**, pois foi realizada o controle de inventário de TIC no ano de 2017.		
Resultados Alcançados: A ação **A5.5.1** foi atingida totalmente, tendo sido realizada a gestão do inventário de TIC no ano de 2017.		
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT13: Levantamento da viabilidade para a implantação de serviços em nuvem virtual privada (*cloud computing*), para o armazenamento e o compartilhamento de mídias digitais.	**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI		**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.			
IE1.3: Manter, expandir e evoluir a infraestrutura tecnológica, assim como os sistemas de informações existentes, conforme necessidades levantadas, com a aquisição e a contratação de produtos e serviços para o suporte à infraestrutura de TIC, observadas as normas de segurança da informação previstas na PoSIC.			
DEMANDA	**A1.3.2:** Estudar a viabilidade para projeto de implantação de serviços em nuvem virtual privada (*cloud computing*).	**M1.3.2:** Realizar estudo de viabilidade para implantar serviços em nuvem virtual privada (*cloud computing*), para o armazenamento e o compartilhamento de mídias digitais, até o final do 2º semestre de 2016.	**Resultado**
37			**Parcialmente Atingida**
Análise Crítica: A meta M1.3.2 foi **parcialmente alcançada**, pois os estudos foram iniciados, porém foram aguardadas as definições de normas reguladoras da área por parte de GT coordenado pela Casa Civil da Presidência.			
Resultados Alcançados: A ação **A1.3.2** foi parcialmente atingida, tendo sido iniciado no ano de 2017, mas aguardou o desenvolvimento dos trabalhos da Casa Civil da Presidência para seu prosseguimento no ano de 2018.			
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**		**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT75: Manutenção do Sistema de Atletas Militares (SISATLETA). Publicação de conteúdos relativos às competições desportivas militares.	**Área Envolvida:** SEPESD/DDM/CDMB	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.		
IE1.2: Adquirir ou desenvolver softwares e bancos de dados para sistemas de informação, com a finalidade de melhorar a governança e a gestão dos processos de trabalho, observadas as normas de segurança da informação prevista na PoSIC. IE1.3: Manter, expandir e evoluir a infraestrutura tecnológica, assim como os sistemas de informações existentes, conforme necessidades levantadas, com a aquisição e a contratação de produtos e serviços para o suporte à infraestrutura de TIC, observadas as normas de segurança da informação previstas na PoSIC.		

DEMANDA			Resultado
38	**A1.3.23:** Manutenir o Sistema de Atletas Militares (SISATLETA).	**M1.3.23:** Manutenir o SISATLETA conforme a demanda ou semestralmente até 2019, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	**Atingida**
Análise Crítica: A meta M1.3.23 foi **alcançada**, pois o sistema foi mantido em funcionamento no ano de 2017.			
Resultados Alcançados: A ação **A1.3.23** foi atingida totalmente, tendo sido o SISATLETA mantido em funcionamento em 2017.			
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**	

NT119: Realizar Planos e Ações visando o atendimento dos Objetivos, Metas e Projetos estabelecidos na Política de Governança Digital-PGD da APF, e descrita na Estratégia de Governança Digital – EGD 2016-2019	**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI e DEADI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE03**:** Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação. OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.		
IE3.1: Viabilizar a abertura das informações digitais estruturadas e armazenadas, com a finalidade de operacionalizar a Lei de Acesso à Informação, respeitando o sigilo aos dados pessoais do cidadão. IE3.3: Priorizar as ações de garantia da segurança da informação e comunicações, tendo em vista assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações. IE5.4: Desenvolver e manter planos de continuidade de serviços, de gestão de mudanças e de difusão de um catálogo dos serviços de TIC.		

DEMANDA			Resultado
39	**A3.1.3:** Prestar o suporte tecnológico ao Plano de Dados Abertos previsto na EGD 2016-2019.	**M3.1.3:** Prestar suporte tecnológico ao plano de Dados Abertos previsto na EGD 2016-2019, anualmente até 2019. Buscando atingir os índices: IADA em 100% dos dados previstos no Plano de Dados abertos e o IATDA em 100% dos Dados Abertos Disponibilizados para a Sociedade	**Atingida**
DEMANDA	**A3.1.4:** Manter a Infraestrutura para o correto funcionamento do E-SIC para garantir a transparência e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos.	**M3.1.4:** Manter a Infraestrutura para o correto funcionamento do E-SIC garantindo a transparência dando publicidade à aplicação dos recursos públicos. Buscando atingir o ISAC acima de 95% a partir de 2017.	Resultado
40			**Atingida**
DEMANDA	**A3.3.8:** Garantir a segurança da informação e comunicações, tendo em vista assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações do cidadão.	**M3.3.8:** Garantir a segurança da informação e comunicações, tendo em vista assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações do cidadão ATÉ 2019, buscando atingir o IADTIC.	Resultado
41			**Atingida**

DEMANDA 42	**A5.4.2:** Proj. Difundir e controlar os serviços de TIC ofertados ao MD e à Sociedade e cadastrá-los no portal.	**M5.4.2:** Difundir e controlar os serviços de TIC ofertados ao MD, iniciando no 1ª sem. de 2017 e finalizar até o 2ª sem. de 2018, buscando atingir o ISAC acima de 95% a partir de 2017, atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados.	**Resultado** **Atingida**
DEMANDA 43	**A5.4.3:** Oferecer serviços públicos disponibilizados por meios digitais (e-serviços).	**M5.4.3:** Oferecer serviços públicos disponibilizados por meios digitais (e-serviços), até o final de 2017. Buscando atender IADTIC em 75% das demandas priorizadas no ano, a partir de Jan de 2017.	**Resultado** **Atingida**
Análise Crítica: A meta M3.1.3 foi **alcançada**, pois foram disponibilizados 17 conjuntos de dados e catalogados no portal do Governo Federal (dados.gov) em 2017. A meta M3.1.4 foi **alcançada**, pois com o apoio de infraestrutura tecnológica, o cidadão consegue utilizar o canal e-SIC e a Ouvidoria do MD para se comunicar diretamente com o MD em 2017. A meta M3.3.8 foi **alcançada**, pois a Política de Segurança da Informação foi publicada e vem sendo gerida em em 2017. A meta M5.4.2 **foi alcançada**, pois foram cadastrados alguns serviços no Portal do Governo Federal (servicos.gov) em 2017. A meta M5.4.3 **foi alcançada**, pois o Serviço de Alistamento Militar de forma Online foi disponibilizado para todo o território nacional em 2017.			
Resultados Alcançados: A ação **A3.1.3** foi atingida totalmente, tendo sido disponibilizados 17 conjuntos de dados no ano de 2017. A ação **A3.1.4** foi atingida totalmente, pois o canal e-SIC está em pleno funcionamento e a Ouvidoria do MD utiliza da ferramenta para realizar seus processos de trabalho no MD. A ação **A3.3.8** foi atingida totalmente, com a Política de Segurança da Informação do MD e a gerencia dos procedimentos de segurança utilizados no ano de 2017. A ação **A5.4.2** atingida totalmente, com o cadastro de alguns serviços no Portal do Governo Federal (serviços.gov). A ação **A5.4.3** foi atingida totalmente, com a disponibilização do Serviço de Alistamento Militar Online para todo o Brasil ao final do ano de 2017.			
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**	

NT21: Manutenção e evolução das normas e procedimentos visando a segurança da informação.	**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI e DEADI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE06: Garantir a gestão responsável dos ativos existentes e da contratação de bens e dos serviços de TIC, buscando a conformidade com as legislações em vigor.		
IE6.4: Priorizar as ações de garantia da segurança da informação e comunicações com a atualização e a divulgação das suas normas, tendo em vista assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.		

DEMANDA 44	**A6.4.1:** Manter e evoluir as normas e procedimentos visando à Segurança da Informação.	**M6.4.1**: Manter e evoluir as normas e procedimentos visando à Segurança da Informação, anualmente até 2019. Buscar atingir 50% ou mais do IBP para os processos gerenciados. 8.	**Resultado** **Atingida**
Análise Crítica: A meta M6.4.1 foi **alcançada**, pois foram aprovadas 4 (quatro) normas complementares à Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC em 2017.			
Resultados Alcançados: A ação **A6.4.1** foi atingida totalmente, com a publicação de 4 normas complementares de SIC, disponíveis em http://intranet.defesa/index.php/legislacao-e-normas-superior/legislacao-de-tic.			

Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT63: Desenvolvimento de um Sistema de Controle de Telefonia, para a administração e o controle de informações relacionadas à telefonia no âmbito do MD.		**Área Envolvida:** SEORI/ DEPTI-GEINF	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.			
IE1.2: Adquirir ou desenvolver softwares e bancos de dados para sistemas de informação, com a finalidade de melhorar a governança e a gestão dos processos de trabalho, observadas as normas de segurança da informação prevista na PoSIC.			
DEMANDA	**A1.2.22:** Proj. Implantar Sistema de Controle de Telefonia, para administração e controle de informações de uso da telefonia no âmbito do MD.	M1.2.22: Implantar Sistema de Controle de Telefonia até o 2ª semestre de 2017, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8	**Resultado**
45			**Atingida**
Análise Crítica: A meta M1.2.22 foi **alcançada**, com a aquisição do novo sistema VoIP que irá eliminar a necessidade de sistema de controle de telefonia.			
Resultados Alcançados: A ação **A1.2.22** foi atingida totalmente, com a implantação do VoIP em 2018.			
Valores Orçados: R$ 0,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**		**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT66: Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR), compatível com o sistema OTAN de catalogação.		**Área Envolvida:** EMCFA/CHELOG/CECADE	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.			
IE1.3: Manter, expandir e evoluir a infraestrutura tecnológica, assim como os sistemas de informações existentes, conforme necessidades levantadas, com a aquisição e a contratação de produtos e serviços para o suporte à infraestrutura de TIC, observadas as normas de segurança da informação previstas na PoSIC.			
DEMANDA	**A1.3.20:** Manutenir as licenças do Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR), compatível com o sistema OTAN de catalogação e desenvolvimento de novas funcionalidades.	**M1.3.20:** Manutenir as licenças do SISCAT-BR e desenvolver novas funcionalidades até o 2ª sem. de 2017, buscando atingir o ISAC acima de 95% a partir de 2017.	**Resultado**
46			**Atingida**
Análise Crítica: A meta M1.3.20 foi **alcançada**, pois durante o ano de 2017 foram foi manutenidas as licenças do SISCAT-BR.			
Resultados Alcançados: A ação **M1.3.20** foi atingida totalmente, com a manutenção efetiva das licenças em 2017.			

Valores Orçados: R$ 265.740,29	**Valores Despendidos: R$ 265.740,29**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT114: Aquisição de hardware e desenvolvimento das ferramentas de TIC da Infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDE-DEFESA).	**Área Envolvida:** EMCFA/CHELOG/SUBILOG		**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.			
IE4.1: Manter o parque tecnológico atualizado, com a finalidade de prestar o suporte necessário às operações conjuntas e aos grandes eventos.			
DEMANDA 47	**A4.1.2:** Proj. Implantar Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (SISCLATEN).	**M4.1.2:** Implantar Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (SISCLATEN) no ano de 2017, buscando atingir IQPS igual ou superior a 8, IPEPS menor ou igual a 1,25 e 100% da ação até o final de 2017.a 8.	Resultado: **Atingida**
Análise Crítica: A meta M4.1.2 foi **alcançada**, porém encontra-se em atraso, devido ao contingenciamento de recursos ocorrido no primeiro semestre de 2017 prejudicou o bom andamento dos trabalhos e a entrega da ferramenta foi postergada, para agosto de 2018. Na 2ª revisão do PDTIC 2016-2019, a Ação será inserida no planejamento para conclusão em 2018.			
Resultados Alcançados: A ação **M4.1.2** foi atingida totalmente, com a previsão do desenvolvimento de três módulos: CIDADÃO, EMPRESAS E DEFESA. Apenas o módulo DEFESA foi prontificado em 2017. A entrega dos demais módulos foi postergada de dezembro de 2017 para agosto de 2018. O cenário é favorável para o atingimento da meta proposta em 2018			
Valores Orçados: R$ 329.340,00	**Valores Despendidos: R$ 197.604,00**		**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT91: Ampliação do SIPLOM como ferramenta de apoio a decisão nos níveis Estratégico e Operacional.	**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC1		**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.			
IE4.3: Ampliar a interoperabilidade do Ministério da Defesa com as Forças Singulares.			
DEMANDA 48	**A4.3.9:** Proj. Ampliação do SIPLOM como ferramenta de apoio a decisão nos níveis Estratégico e Operacional.	**M4.3.9**: Ampliar a capacidade do SIPLOM com a inclusão de novos recursos ao software no ano de 2017, buscando atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	Resultado: **Parcialmente Atingida**
Análise Crítica: A meta M4.3.9 foi **parcialmente alcançada**, tendo alcançado 100% da meta prevista para o ano de 2017, com o prosseguimento dos trabalhos no ano de 2018.			
Resultados Alcançados: A ação **A4.3.9** foi parcialmente atingida, tendo alcançado 100% da meta prevista para o ano de 2017, com o prosseguimento dos trabalhos no ano de 2018.			

Valores Orçados: R$ 1.323.000,00	**Valores Despendidos: R$ 1.323.000,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT79: Ampliação e Manutenção do sistema de telefonia VoIP da Rede Operacional de Defesa (ROD).		**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC1	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.			
IE4.2: Prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto os centros de comando e controle componentes e a infraestrutura do SISMC².			
DEMANDA	**A4.2.1:** Proj. Manutenção e Ampliação do sistema de telefonia VoIP da Rede Operacional de Defesa (ROD).	**M4.2.1:** Adquirir ativos de rede para telefonia VoIP, iniciando no 2ª sem. de 2017 e finalizar até 2ª sem. de 2019, afim de tornar a telefonia da ROD/SISCOMIS inteiramente VoIP, buscando atingir IEO igual ou superior a 65%.	**Resultado**
49			**Não Atingida**
Análise Crítica: A meta M1.2.18 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta.			
Resultados Alcançados: A ação **A1.2.18** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para nova priorização na reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018.			
Valores Orçados: R$ 4.360.320,00		**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT80: Ampliação e manutenção da estrutura dos enlaces terrestres e satelitais da ROD.		**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC1	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.			
IE4.3: Ampliar a interoperabilidade do Ministério da Defesa com as Forças Singulares.			
DEMANDA	**A4.3.1:** Proj. Ampliação e manutenção da estrutura dos enlaces terrestres e satelitais da ROD.	**M4.3.1:** Contratar empresa para manutenção dos terminais satelitais e adquirir novos terminais satelitais, afim de prover acesso a todos os Comando e Controle das Operações Conjuntas a ROD/SISCOMIS, no ano de 2017, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65% e o ISAC acima de 95% a partir de 2017.	**Resultado**
50			**Não Atingida**
DEMANDA	**A4.3.1:** Proj. Ampliação e manutenção da estrutura dos enlaces terrestres e satelitais da ROD.	**M4.3.1:** Contratar empresa para manutenção dos terminais satelitais e adquirir novos terminais satelitais, afim de prover acesso a todos os Comando e Controle das Operações Conjuntas a ROD/SISCOMIS, no ano de 2017, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65% e o ISAC acima de 95% a partir de 2017.	**Resultado**
51	*- Proj. Adquirir novos terminais satelitais afim de prover acesso a todos os Centros de Comando e Controle das Operações Conjuntas à ROD/SISCOMIS.*		**Não Atingida**

DEMANDA	A4.3.1: Proj. Ampliação e manutenção da estrutura dos enlaces terrestres e satelitais da ROD.	M4.3.1: Contratar empresa para manutenção dos terminais satelitais e adquirir novos terminais satelitais, afim de prover acesso a todos os Comando e Controle das Operações Conjuntas a ROD/SISCOMIS, no ano de 2017, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65% e o ISAC acima de 95% a partir de 2017.	Resultado
52	*- Proj. Ampliar a estrutura dos enlaces terrestres e satelitais da ROD.*		Não Atingida

Análise Crítica: A meta M4.3.1 na demanda 50 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta. A meta M4.3.1 na demanda 51 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta. A meta M4.3.1 na demanda 52 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta.

Resultados Alcançados: A ação **A4.3.1 na demanda 50** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018. A ação **A4.3.1 na demanda 51** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018. A ação **A4.3.1 na demanda 52** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018.

Valores Orçados: Demanda 50 R$ 4.330.000,00	**Valores Despendidos: Demanda 50 R$ 1.300.000,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**
Valores Orçados: Demanda 51 R$ 144.999,95	**Valores Despendidos: Demanda 51 R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**
Valores Orçados: Demanda 52 R$ 144.999,95	**Valores Despendidos: Demanda 52 R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**
Valores Totais Orçados: R$ 4.619.999,99	**Valores Totais Despendidos: R$ 1.300.000,000**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT81: Modernização e Manutenção do Centro de Monitoramento da Rede Operacional de Defesa (CMORD).	**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC1	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**

OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.

IE4.2: Prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto os centros de comando e controle componentes e a infraestrutura do SISMC².

DEMANDA	A4.2.2: Proj. Manutenção e Modernização do Centro de Monitoramento da Rede Operacional de Defesa (CMORD).	M4.2.2: Contratar empresa especializada para a atualização e ampliação dos sistemas do CMORD, afim de garantir à SC-1 a capacidade de monitorar constantemente os ativos de conectividade e sistemas. Iniciando no 1ª sem. de 2017 até o final do 2ª sem. de 2018, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65% e o ISAC acima de 95% a partir de 2017.	Resultado
53			Não Atingida

Análise Crítica: A meta M4.2.2 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta.

Resultados Alcançados: A ação **A4.2.2** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018.

Valores Orçados: R$ 2.891.875,47	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

<table>
<tr><td colspan="2">NT82: Manutenção do sistema de telefonia digital da ROD</td><td colspan="2">Área Envolvida: EMCFA/CHOC/SC1</td><td>Alinhamento Estratégico:
1ª Revisão do PDTIC 2016-2019</td></tr>
<tr><td colspan="5">OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.</td></tr>
<tr><td colspan="5">IE4.2: Prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto os centros de comando e controle componentes e a infraestrutura do SISMC².</td></tr>
<tr><td>DEMANDA
54</td><td colspan="2">A4.2.3: Proj. Manutenção do sistema de telefonia digital da ROD</td><td>M4.2.3: Contratar empresa especializada na manutenção de centrais telefônicas legadas do SISCOMIS no ano de 2017, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65% e o ISAC acima de 95% a partir de 2017.</td><td>Resultado
Não Atingida</td></tr>
<tr><td colspan="5">Análise Crítica: A meta M4.2.3 não foi alcançada, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta.</td></tr>
<tr><td colspan="5">Resultados Alcançados: A ação A4.2.3 não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Valores Orçados: R$ 500.000,00</td><td colspan="2">Valores Despendidos: R$ 0,00</td><td>Prazo Conclusão: Dezembro 2018</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2">NT86: Redefinição dos Pontos de Presença da ROD</td><td colspan="2">Área Envolvida: EMCFA/CHOC/SC1</td><td>Alinhamento Estratégico:
1ª Revisão do PDTIC 2016-2019</td></tr>
<tr><td colspan="5">OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.</td></tr>
<tr><td colspan="5">IE4.3: Ampliar a interoperabilidade do Ministério da Defesa com as Forças Singulares.</td></tr>
<tr><td>DEMANDA
55</td><td colspan="2">A4.3.5: Proj. Redefinição dos Pontos de Presença da ROD.</td><td>M4.3.5: Adquirir ativos de rede para os pontos de presença, visando garantir o acesso à ROD a todos os Comando e Controle nas Operações Conjuntas, iniciando no 1ª sem. de 2017 até o final do 2ª sem. de 2019, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65% e o ISAC acima de 95% a partir de 2017.</td><td>Resultado
Parcialmente Atingida</td></tr>
<tr><td colspan="5">Análise Crítica: A meta M4.3.5 foi parcialmente alcançada, uma vez que os enlaces que compõem o segmento terrestre do SISCOMIS foram implementados em tecnologia MPLS em substituição à tecnologia “Prime Link”. A quantidade de enlaces foi aumentada de 23 para 25 enlaces. A redefinição dos pontos de presença da ROD não foi executada por não haver ainda um Planejamento Estratégico do SISMC2. O trabalho de elaboração desse planejamento estratégico foi iniciado em outubro de 2017 com a criação de um GT com representantes do MD e das Forças Singulares.</td></tr>
<tr><td colspan="5">Resultados Alcançados: A ação A4.3.5 foi parcialmente atingida, uma vez que os enlaces que compõem o segmento terrestre do SISCOMIS foram implementados em tecnologia MPLS em substituição à tecnologia “Prime Link”. A quantidade de enlaces foi aumentada de 23 para 25 enlaces.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Valores Orçados: R$ 935.286,28</td><td colspan="2">Valores Despendidos: R$ 0,00</td><td>Prazo Conclusão: Dezembro 2018</td></tr>
</table>

NT90: Ampliação do Programa de Interoperabilidade Técnica de Comando e Controle.	**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC1	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.		
IE4.3: Ampliar a interoperabilidade do Ministério da Defesa com as Forças Singulares.		

DEMANDA			Resultado
56	**A4.3.8:** Prog. Ampliação do Programa de Interoperabilidade Técnica de Comando e Controle, iniciando no 1ª sem. de 2017 até o final do 2ª sem. de 2019, buscando atingir ISAC acima de 95% a partir de 2017.	**M4.3.8:** Garantir a interoperabilidade dos sistemas táticos das Forças até o final de 2019.	Parcialmente Atingida

Análise Crítica: A meta M4.3.8 foi **parcialmente alcançada**, pois priorizaram-se as ações que não demandassem contratações, nem aquisições.		
Resultados Alcançados: A ação **A4.3.8** foi parcialmente atingida, priorizando-se as reuniões de coordenações e planejamentos preliminares de eventos futuros.		
Valores Orçados: R$ 335.000,00	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2022**

NT95: Implantação de acesso Internet exclusivo.	**Área Envolvida:** SEORI - DEPTI e DEADI	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.		
IE4.5: Ampliar e modernizar o Portal de Inteligência de Defesa.		

DEMANDA			Resultado
57	**A4.5.2:** Prog. Implantação de um link de dados internet exclusivo e independente de outros setores.	**M4.5.2:** Contratar um link de dados visando permitir o acesso irrestrito (sem uso de proxy) à internet para a pesquisa de informações de interesse da Defesa, iniciando no 2ª sem. de 2017 até o final de 2018, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65%.	Não Atingida
DEMANDA	**A4.5.2:** Prog. Implantação de um link de dados internet exclusivo e independente de outros setores.	**M4.5.2:** Contratar um link de dados visando permitir o acesso irrestrito (sem uso de proxy) à internet para a pesquisa de informações de interesse da Defesa, iniciando no 2ª sem. de 2017 até o final de 2018, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65%.	Resultado
58	*- Proj. Implantação de acesso Internet exclusivo.*		Não Atingida

Análise Crítica: A meta M4.5.2 na demanda 57 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta. A meta M4.5.2 na demanda 58 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta.

Resultados Alcançados: A ação **A4.5.2 na demanda 57** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018. A ação **A4.5.2 na demanda 58** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018.		
Valores Orçados: Sem estimativa	**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT96: Implantação de solução para visualização e monitoramento da rede.		**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC2	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.			
IE4.6: Ampliar o nível de segurança do Portal de Inteligência de Defesa.			
DEMANDA 59	**A4.6.1:** Prog. Implantação de uma solução para visualização e monitoramento da Rede de Inteligência de Defesa.	**M4.6.1:** Adquirir equipamentos para a monitoramento dos usuários conectados à rede da SC-2, iniciando no 2ª sem. de 2017 até o final de 2018, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65%.	**Resultado** **Não Atingida**
DEMANDA 60	**A4.6.1:** Prog. Implantação de uma solução para visualização e monitoramento da Rede de Inteligência de Defesa. *- Proj. Implantação e Implantação de solução para visualização e monitoramento da rede.*	**M4.6.1:** Adquirir equipamentos para a monitoramento dos usuários conectados à rede da SC-2, iniciando no 2ª sem. de 2017 até o final de 2018, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65%.	**Resultado** **Não Atingida**
Análise Crítica: A meta M4.6.1 na demanda 59 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta. A meta M4.6.1 na demanda 60 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta.			
Resultados Alcançados: A ação **A4.6.1 na demanda 59** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018. A ação **A4.6.1 na demanda 60** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018.			
Valores Orçados: Sem estimativa	**Valores Despendidos: R$ 0,00**		**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT100: Aquisição de computadores robustecidos.		**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC2	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.			
IE4.5: Ampliar e modernizar o Portal de Inteligência de Defesa.			
DEMANDA			**Resultado**

61	**A4.5.4:** Proj. Aquisição de computadores robustecidos que permitam flexibilidade nas instalações e transporte sem oferecer riscos à segurança.	**M4.5.4:** Hospedar e manter o portal do Ministério, no formato "dados abertos", até o final de 2016. Buscar atingir os índices: IPEPS até 1,25 e IQPS maior ou igual a 8.	**Atingida**
Análise Crítica: A meta M4.5.4 foi **alcançada**, pois foram adquiridos 10 computadores robustecidos final do ano de 2016 e colocados em funcionamento no ano de 2017.			
Resultados Alcançados: A ação **M4.5.4** foi atingida totalmente, com a entrega e instalação de 10 workstations na CHOC no final do ano de 2016 e sendo utilizado em 2017.			
Valores Orçados: R$ 183.890,00		**Valores Despendidos: R$ 183.890,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2017**

NT92: Modernização do Centro de Operação Conjunta (COC).		**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC1	**Alinhamento Estratégico: 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.			
IE4.2: Prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto os centros de comando e controle componentes e a infraestrutura do SISMC².			
DEMANDA	**A4.2.5:** Proj. Modernização do Centro de Operações Conjuntas (COC).	**M4.2.5:** Adquirir equipamentos e serviços para realizar a atualização tecnológica do principal Comando e Controle do SISMC2, iniciando no 1ª sem. de 2017 até o final de 2018, buscando atingir ISAC acima de 95% a partir de 2017.	**Resultado**
62			**Não Atingida**
Análise Crítica: A meta M4.2.5 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta.			
Resultados Alcançados: A ação **A4.2.5** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018.			
Valores Orçados: R$ 700.000,00		**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

NT93: Implantação da rede conjunta em HF (SECAF)		**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC1	**Alinhamento Estratégico: 1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.			
IE4.3: Ampliar a interoperabilidade do Ministério da Defesa com as Forças Singulares.			
DEMANDA	**A4.3.10:** Proj. Modernização do Centro de Operações Conjuntas (COC).	**M4.3.10:** Implantar uma solução que permita manter um canal redundante de comunicação emergencial durante as Operações Conjuntas e desastres naturais,	**Resultado**
63			**Não Atingida**

		iniciando no 1ª sem. de 2017 até o final de 2019, buscando atingir ISAC acima de 95% a partir de 2017.	
Análise Crítica: A meta M4.3.10 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta.			
Resultados Alcançados: A ação **A4.3.10** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018.			
Valores Orçados: R$ 700.000,00		**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2019**

NT97: Ampliação do Portal de Inteligência.		**Área Envolvida:** EMCFA/CHOC/SC2	**Alinhamento Estratégico:** **1ª Revisão do PDTIC 2016-2019**
OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística.			
IE4.5: Ampliar e modernizar o Portal de Inteligência de Defesa			
DEMANDA 64	**A4.5.3:** Prog. Ampliação do Portal de Inteligência (equipamentos para as aditâncias e analistas de inteligência).	**M4.5.3:** Adquirir equipamentos, telefones VoIP e serviços visando garantir o acesso de todos os usuários ao Portal de Inteligência de Defesa, iniciando no 1ª sem. de 2017 até o final de 2018, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65%.	**Resultado** **Não Atingida**
DEMANDA 65	**A4.5.3:** Prog. Ampliação do Portal de Inteligência (equipamentos para as aditâncias e analistas de inteligência). *- Proj. Ampliação do Portal de Inteligência.*	**M4.5.3:** Adquirir equipamentos, telefones VoIP e serviços visando garantir o acesso de todos os usuários ao Portal de Inteligência de Defesa, iniciando no 1ª sem. de 2017 até o final de 2018, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65%.	**Resultado** **Não Atingida**
DEMANDA 66	**A4.5.6:** Projeto de Modernização dos equipamentos do Datacenter da SC-2, que atendem à Rede de Inteligência de Defesa e à Rede de Adidos de Defesa.	**M4.5.6:** Modernizar os equipamentos do Datacenter da SC2, que atendem à Rede de Inteligência de Defesa e a Rede de Adidos de Defesa, iniciando no 1ª sem. de 2017 até o final de 2018, buscando atingir o IEO igual ou superior a 65%.	**Resultado** **Não Atingida**
Análise Crítica: A meta M4.5.3 na demanda 64 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta. A meta M4.5.3 na demanda 65 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta. A meta M4.5.6 **não foi alcançada**, em virtude de corte de recursos financeiros do EMCFA que comprometeram por completo o atendimento à meta.			
Resultados Alcançados: A ação **A4.5.3 na demanda 64** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018. A ação **A4.5.3 na demanda 65** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018. A ação **A4.5.6** não foi atingida, tendo como resultado a solicitação do EMCFA para repriorizar a reserva de recursos orçamentários para o ano de 2018.			
Valores Orçados: R$ 640.000,00		**Valores Despendidos: R$ 0,00**	**Prazo Conclusão: Dezembro 2018**

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017

Anexo 15

CONTRATOS DE TIC FIRMADOS EM 2017

Setor	Objeto	Nº do Processo	Início	Término	Situação
COTEL	Telefonia Fixa Comutada e móvel (nacional e Internacional) - Contrato 01/DEPTI-COLIC/2018	60586.000563/2017-42	09/02/2018	08/02/2019	*CONCLUÍDO* *Pregõa 43/17*
COTEL	Telefonia Fixa Comutada e móvel (nacional e Internacional) - Contrato 02/DEPTI-COLIC/2018	60586.000563/2017-42	28/03/2018	27/03/2019	*CONCLUÍDO* *Pregõa 43/17* *NE801991 emitida em 28/12/17*
NUSIC	Aquisição certificados e-CPF A3	60586.000111/2017-61	01/08/17 TERMO SUBSTITUTIVO	31/07/2018	CONCLUÍDO *Pregão 16/2017* *Data 28/07/2017* *NF 801097* *Emitida em 09ago17*
NUSIC	Atualização de Licenças Antivirus McAfee Contrato Nº 013-DEPTI-COLIC/2017	60584.000660/2016-74	22/08/2017	21/08/2018	*CONCLUÍDO* *Pregão 19/2017 Data 31/07/2017*
NUSIC	Contratação de suporte e capacitação Firewall Palo Alto Contrato No 020-DEPTI-COLIC//2017	60586.000075/2017-35	09/11/2017	08/11/2018	*CONCLUÍDO* *PREGÃO Nº 31/2017* *Data 02/10/2017* *NE 801417* *Emitida em 20 out 17*
COSUP	Sv. Diagnóstico e configuração switch Core S8	60586.000540/2017-38	TERMO SUBSTITUTIVO		*CONCLUIDO* *NF 1226 emitida* *OS 10409*
COINF	Aquisição de 478 Desktops Contrato Nº 011-DEPTI-COLIC/2017	60586.000346/2016-71	08/08/2017	07/08/2018	*CONCLUÍDO* *UASG 201057* *Pregão 4/2016* *Ata 2/2017* *Data 09/01/2017*
COINF	Aquisição de 30 Monitores de Vídeo Contrato Nº 011-DEPTI-COLIC/2017	60586.000346/2016-71	08/08/2017	07/08/2018	*CONCLUÍDO* *UASG 201057* *Pregão 4/2016* *Ata 2/2017* *Data 09/01/2017*

Setor	Objeto	Nº do Processo	Início	Término	Situação
COINF	Aquisição produtos Microsoft (SW) Contrato Nº 031/2017-MD/2017	60586.000463/2017-16	22/12/2017	21/12/2018	*CONCLUÍDO* *Pregão 31/2017* *NE 801968 emitida em 22/12/17*
COINF	Aquisição de 164 Desktops e Monitores Contrato Nº 025-DEPTI-COLIC/MD/2017	60586.000346/2016-71	08/08/2017	07/08/2018	*CONCLUÍDO* *UASG 201057* *Pregão 4/2016* *Ata 2/2017* *2017NE801680*
COTEL	Aquisição sistema VOIP Contrato Nº 015/2017/2017	60586.000156/2016-54	16/10/2017	15/10/2018	*CONCLUÍDO* *Contrato nº 015-COLIC/2017 assinado em 16/10/17* *Nota de empenho Reforço emitido* *Processo no Patrimônio para nomear comissão de recebimento*
NUGESBD	Ferramentas CASE de apoio a banco de dados (aquisição e capacitação) Contrato No 030-DEPTI-COLIC/2017	60586.000080/2017-48	21/12/2017	20/12/2018	*CONCLUÍDO* *PREGÃO Nº 38/2017* *Data 17/11/2017* *Aguardando a emissão do Empenho*

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017

ANEXO 16

Alinhamento PDTIC, PESG E EGD

EGD	PESG	PDTIC 2016-2019
OE01: Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos. OE04: Expandir e inovar a prestação de serviços digitais.	OSG10: Aprimorar a difusão de informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria-Geral.	OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas. OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação. OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.
OE02: Ampliar o uso de TIC para promover a transparência e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos. OE03: Garantir a segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão. OE05: Melhorar a governança e a gestão por meio do uso da tecnologia. OE06: Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais. OE07: Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura. OE08: Fomentar a colaboração no ciclo de políticas públicas. OE09: Ampliar e incentivar a participação social na criação e melhoria dos serviços públicos. OE10: Aprimorar a interação direta entre governo e sociedade.	OSG 12: Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a agilidade e a produtividade da administração central do MD.	OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas. OE02: Viabilizar o compartilhamento e a integração de dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura. OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação. OE04: Prestar o suporte tecnológico aos assuntos estratégicos e internacionais, às operações conjuntas e à logística. OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços. OE06: Garantir a gestão responsável dos ativos existentes e da contratação de bens e dos serviços de TIC, buscando a conformidade com as legislações em vigor. OE07: Preservar os colaboradores e especialistas, mantendo os seus conhecimentos atualizados, com a finalidade de se buscar soluções viáveis aos problemas apresentados pelas áreas de negócio. OE08: Manter um plano de gestão de pessoas, com a finalidade de registrar as capacitações dos especialistas e de definir as suas funções específicas.

OE07: Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.	OSG10: Aprimorar a difusão de informação e dos serviços afetos à atuação da Secretaria-Geral. OSG 12: Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a agilidade e a produtividade da administração central do MD.	OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.
OE06: Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais.		OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.
OE07: Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.		OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.
OE07: Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.		OE01: Disponibilizar os serviços de TIC com foco na contratação dos serviços operacionais ligados à infraestrutura e ao desenvolvimento de sistemas.
OE01: Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos.		OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.
OE02: Ampliar o uso de TIC para promover a transparência e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos.		OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.
OE01: Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos.		OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.
OE07: Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.		OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.
OE03: Garantir a segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão.		OE03: Difundir as informações digitais armazenadas àqueles interessados, preservando os princípios da segurança da informação.
OE05: Melhorar a governança e a gestão por meio do uso da tecnologia.		OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.
OE04: Expandir e inovar a prestação de serviços digitais.		OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.
OE10: Aprimorar a interação direta entre governo e sociedade.		OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.
OE08: Fomentar a colaboração no ciclo de políticas públicas. OE09: Ampliar e incentivar a participação social na criação e melhoria dos serviços públicos.		OE05: Planejar a execução, monitorar e difundir os serviços de TIC disponíveis, tendo como base os modelos e as melhores práticas de gestão de serviços.

Fonte: GEGOV/DEPTI/MD

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2017
Anexo 17

METODOLOGIA DE CÁLCULO DA DEPRECIAÇÃO DO MD

EXERCÍCIO			2017			2016		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	110402, 110404 e 110406			110402, 110404 e 110406		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO[1]
IMOBILIZADO			**266.615.064,38**	**48.837.128,89**	**217.777.935,49**	**401.036.243,82**	**34.303.147,20**	**366.733.096,62**
BENS MÓVEIS			**69.131.095,81**	**33.425.693,97**	**35.705.401,84**	**68.801.716,10**	**29.232.981,65**	**39.568.734,45**
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA			**6.672.638,28**	**2.872.967,90**	**3.799.670,38**	**6.656.177,02**	**2.539.836,05**	**4.116.340,97**
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15 anos	10%	58.697,67	16.827,48	41.870,19	59.885,24	14.830,58	45.054,66
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10 anos	20%	2.616.830,33	1.205.469,95	1.411.360,38	2.597.834,97	1.100.582,47	1.497.252,50
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTONTOLÓGICO	15 anos	20%	231.625,58	60.707,14	170.918,44	243.645,09	53.910,52	189.734,57
APARELHO E EQUIPAMENTO PARA ESPORTES	10 anos	10%	884,92	796,44	88,48	1.327,40	1.102,23	225,17
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA	10 anos	10%	1.052.632,67	519.023,43	533.609,24	1.065.127,90	447.109,35	618.018,55
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20 anos	10%	379.907,80	59.869,99	320.037,81	370.663,93	52.600,25	318.063,68
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICO	10 anos	10%	1.402.472,38	575.300,79	827.171,59	1.396.934,53	491.436,48	905.498,05
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15 anos	10%	473.695,55	208.813,50	264.882,05	473.217,58	184.411,26	288.806,32
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10 anos	10%	37.277,33	16.709,80	20.567,53	37.343,97	14.545,19	22.798,78
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P AUTOMÓVEIS	5 anos	10%	18.154,06	16.338,66	1.815,40	11.705,80	10.535,22	1.170,58
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20 anos	10%	4.331,98	237,38	4.094,60	4.331,98	139,10	4.192,88
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10 anos	10%	-	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICO	10 anos	10%	13.120,42	6.937,95	6.182,47	12.440,42	6.050,44	6.389,98
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10 anos	10%	383.007,59	185.935,39	197.072,20	381.718,21	162.582,96	219.135,25
BENS DE INFORMÁTICA			**33.341.969,07**	**20.676.974,11**	**12.664.994,96**	**32.641.565,43**	**18.573.997,46**	**14.067.567,97**
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5 anos	10%	33.341.969,07	20.676.974,11	12.664.994,96	32.641.565,43	18.573.997,46	14.067.567,97
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			**18.834.396,84**	**6.618.084,90**	**12.216.311,94**	**18.740.898,58**	**5.380.184,89**	**13.360.713,69**
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10 anos	10%	2.666.581,07	959.866,17	1.706.714,90	2.299.608,38	854.571,77	1.445.036,61
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10 anos	10%	189.838,56	85.817,59	104.020,97	197.353,86	72.748,95	124.604,91
MOBILIÁRIO EM GERAL	10 anos	10%	15.977.977,21	5.572.401,14	10.405.576,07	16.243.936,34	4.452.864,17	11.791.072,17
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO			**2.526.122,42**	**1.285.579,28**	**1.240.543,14**	**2.498.648,92**	**1.122.459,88**	**1.376.189,04**

EXERCÍCIO			2017			2016		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	110402, 110404 e 110406			110402, 110404 e 110406		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO[1]
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO	10 anos	0%	180.077,33	85.442,37	94.634,96	177.367,02	74.327,91	103.039,11
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10 anos	10%	2.338.783,52	1.200.136,91	1.138.646,61	2.314.408,58	1.048.131,97	1.266.276,61
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO			7.261,57	-	7.261,57	6.873,32	-	6.873,32
VEÍCULOS			**4.972.867,20**	**1.397.439,74**	**3.575.427,46**	**5.528.508,79**	**1.236.724,02**	**4.291.784,77**
VEÍCULOS EM GERAL	15 anos	10%	415.785,49	99.989,29	315.796,20	492.132,96	102.521,45	389.611,51
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15 anos	10%	4.557.081,71	1.297.450,45	3.259.631,26	5.036.375,83	1.134.202,57	3.902.173,26
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO			**-**	**-**	**-**	**205.040,00**	**-**	**205.040,00**
ESTOQUE INTERNO			-	-	-	205.040,00	-	205.040,00
ARMAMENTO	20 anos	15%	**150.177,59**	**63.224,74**	**86.952,85**	**197.601,35**	**74.558,94**	**123.042,41**
DEMAIS BENS MÓVEIS			**2.632.924,41**	**511.423,30**	**2.121.501,11**	**2.333.276,01**	**305.220,41**	**2.028.055,60**
BENS MÓVEIS A ALIENAR	10 anos	10%	114.549,57	-	114.549,57	114.549,57	-	114.549,57
BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO			281.176,25	-	281.176,25	4.558,87	-	4.558,87
BENS NÃO LOCALIZADOS			11.343,22	-	11.343,22			
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10 anos	10%	2.222.318,08	511.423,30	1.710.894,78	2.210.630,28	305.220,41	1.905.409,87
MATERIAL DE USO DURADOURO	10 anos	10%	3.537,29	-	3.537,29	3.537,29	-	3.537,29

BENS IMÓVEIS			**197.483.968,57**	**15.411.434,92**	**182.072.533,65**	**332.234.527,72**	**5.070.165,55**	**327.164.362,17**
BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO			**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS N			**195.245.340,03**	**15.411.434,92**	**179.833.905,11**	**329.995.899,18**	**5.070.165,55**	**324.925.733,63**
IMÓVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS			149.600.886,92	10.853.215,62	138.747.671,30	119.351.446,07	3.596.573,50	115.754.872,57
EDIFÍCIOS			42.791.758,67	4.558.048,80	38.233.709,87	42.791.758,67	1.473.546,55	41.318.212,12
TERRENOS / GLEBAS			814.807,50	-	814.807,50	165.814.807,50	-	165.814.807,50
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS			2.037.886,94	170,50	2.037.716,44	2.037.886,94	45,50	2.037.841,44
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET			**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
EDIFÍCIOS			-	-	-	-	-	-
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO			**2.238.628,54**	**-**	**2.238.628,54**	**2.238.628,54**	**-**	**2.238.628,54**
OBRAS EM ANDAMENTO			2.223.828,54	-	2.223.828,54	2.223.828,54	-	2.223.828,54

EXERCÍCIO			2017			2016		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	110402, 110404 e 110406			110402, 110404 e 110406		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO[1]
OBRAS EM ANDAMENTO - REGIME EXECUÇÃO			-	-	-	-	-	-
ESTUDOS E PROJETOS			14.800,00	-	14.800,00	14.800,00	-	14.800,00

Fonte: Siafi2017

Somatório das UG: 110402, 110404, 110406. As UG 112408, 110511 e seus Centros Regionais (110572, 110573 e 110586) apresentam as contas separadamente

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
30/01/2018	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**
Receitas Orçamentárias	**3.173.343.319,77**	**2.919.180.958,06**	**Despesas Orçamentárias**	**715.261.606,43**	**975.705.130,66**
Ordinárias	**953.407.124,62**	**883.385.135,63**	**Ordinárias**	**495.690.055,47**	**938.535.305,20**
Vinculadas	**2.228.071.033,97**	**2.067.940.261,37**	**Vinculadas**	**219.571.550,96**	**37.169.825,46**
Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.154.476.248,84	2.008.537.495,55	Educação	10.684,54	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	63.544.745,82	49.070.096,30	Seguridade Social (Exceto RGPS)	28.342.810,42	30.707.901,73
Outros Recursos Vinculados a Fundos	10.050.039,31	10.332.669,52	Operação de Crédito	184.077.531,31	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.134.838,82	-32.144.438,94	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.099.403,87	6.142.950,26
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	41.120,82	318.973,47
Transferências Financeiras Recebidas	**86.352.573.041,48**	**83.260.612.014,55**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**86.180.268.360,16**	**82.138.996.005,44**
Resultantes da Execução Orçamentária	83.624.350.650,02	77.315.605.771,65	Resultantes da Execução Orçamentária	84.006.845.987,68	76.563.186.928,78
Cota Recebida	82.037.757.864,29	75.832.457.830,32	Repasse Concedido	83.445.165.346,23	75.977.818.859,19
Repasse Recebido	1.155.945.152,23	966.547.980,06	Sub-repasse Concedido	463.798.488,13	537.524.473,25
Sub-repasse Recebido	427.578.333,08	467.782.533,94	Cota Devolvida	97.882.153,32	47.645.625,99
Repasse Devolvido	3.069.300,42	48.619.456,98	Sub-repasse Devolvido		197.970,35
Sub-repasse Devolvido		197.970,35	Independentes da Execução Orçamentária	2.173.422.372,48	5.575.809.076,66
Independentes da Execução Orçamentária	2.728.222.391,46	5.945.006.242,90	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.133.342.801,47	5.542.727.037,49
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.728.100.187,83	5.944.516.184,36	Demais Transferências Concedidas	2.050,00	190.052,91
Demais Transferências Recebidas	62.577,00	191.259,93	Movimento de Saldos Patrimoniais	40.077.521,01	32.891.986,26
Movimentação de Saldos Patrimoniais	59.626,63	298.798,61	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	**339.391.252,56**	**518.830.264,04**	**Despesas Extraorçamentárias**	**3.334.304.041,57**	**3.051.446.478,19**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	125.873,98	318.605,30	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	38.862.794,43	57.458.548,52
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	336.965.197,35	518.154.924,83	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	164.431.612,26	112.573.166,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.280.238,52	356.733,91	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.297.540,47	532.041,74
Outros Recebimentos Extraorçamentários	19.942,71	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.128.712.094,41	2.880.882.721,22
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	6.786,41		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		2.598,33
Ajuste Acumulado de Conversão	13.156,30		Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	3.128.712.093,52	2.880.679.816,42
			Valores em Trânsito	0,89	0,52
			Ajuste Acumulado de Conversão		200.305,95
Saldo do Exercício Anterior	**600.422.081,12**	**67.946.458,76**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**235.895.686,77**	**600.422.081,12**
Caixa e Equivalentes de Caixa	600.422.081,12	67.946.458,76	Caixa e Equivalentes de Caixa	235.895.686,77	600.422.081,12
TOTAL	**90.465.729.694,93**	**86.766.569.695,41**	**TOTAL**	**90.465.729.694,93**	**86.766.569.695,41**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
30/01/2018	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**2.107.621.693,00**	**2.107.621.693,00**	**3.173.343.319,77**	**1.065.721.626,77**
Receitas Tributárias	**2.431.687,00**	**2.431.687,00**	**6.005.647,02**	**3.573.960,02**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	2.431.687,00	2.431.687,00	6.005.647,02	3.573.960,02
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**2.044.191.536,00**	**2.044.191.536,00**	**3.077.755.029,75**	**1.033.563.493,75**
Contribuições Sociais	2.044.191.536,00	2.044.191.536,00	3.077.755.029,75	1.033.563.493,75
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**7.449.141,00**	**7.449.141,00**	**7.956.425,68**	**507.284,68**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.557.205,00	2.557.205,00	3.943.814,22	1.386.609,22
Valores Mobiliários	4.891.936,00	4.891.936,00	4.012.611,46	-879.324,54
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita Industrial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas de Serviços	**32.989.539,00**	**32.989.539,00**	**13.354.362,56**	**-19.635.176,44**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	106.392,92	106.392,92
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	32.989.539,00	32.989.539,00	13.037.483,05	-19.952.055,95
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	210.486,59	210.486,59
Transferências Correntes	**12.739.147,00**	**12.739.147,00**	**33.435.649,63**	**20.696.502,63**
Outras Receitas Correntes	**7.820.643,00**	**7.820.643,00**	**34.836.205,13**	**27.015.562,13**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.700.706,00	7.700.706,00	5.864.539,79	-1.836.166,21
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	119.937,00	119.937,00	28.707.641,40	28.587.704,40
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	264.023,94	264.023,94
RECEITAS DE CAPITAL	**440.832.967,00**	**440.832.967,00**	**-**	**-440.832.967,00**
Operações de Crédito	**430.854.001,00**	**430.854.001,00**	**-**	**-430.854.001,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	430.854.001,00	430.854.001,00	-	-430.854.001,00
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**9.978.966,00**	**9.978.966,00**	**-**	**-9.978.966,00**
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
30/01/2018	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**2.548.454.660,00**	**2.548.454.660,00**	**3.173.343.319,77**	**624.888.659,77**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Externo	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**2.548.454.660,00**	**2.548.454.660,00**	**3.173.343.319,77**	**624.888.659,77**
TOTAL	**2.548.454.660,00**	**2.548.454.660,00**	**3.173.343.319,77**	**624.888.659,77**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**655.262.283,00**	**707.970.597,98**	**360.668.072,98**	**337.746.924,34**	**337.621.390,36**	**347.302.525,00**
Pessoal e Encargos Sociais	**96.538.590,00**	**88.172.468,00**	**251.175.559,90**	**251.024.595,44**	**250.944.545,80**	**-163.003.091,90**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**558.723.693,00**	**619.798.129,98**	**109.492.513,08**	**86.722.328,90**	**86.676.844,56**	**510.305.616,90**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.084.579.580,00**	**1.030.992.191,00**	**354.593.533,45**	**40.549.484,74**	**40.549.144,74**	**676.398.657,55**
Investimentos	**1.024.579.580,00**	**992.228.485,00**	**315.829.827,53**	**1.785.778,82**	**1.785.438,82**	**676.398.657,47**
Inversões Financeiras	**60.000.000,00**	**38.763.706,00**	**38.763.705,92**	**38.763.705,92**	**38.763.705,92**	**0,08**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**3.975.273,00**	**3.975.273,00**	**-**	**-**	**-**	**3.975.273,00**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**1.743.817.136,00**	**1.742.938.061,98**	**715.261.606,43**	**378.296.409,08**	**378.170.535,10**	**1.027.676.455,55**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2017
PERIODO	Anual
EMISSAO	30/01/2018
PAGINA	3

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.743.817.136,00**	**1.742.938.061,98**	**715.261.606,43**	**378.296.409,08**	**378.170.535,10**	**1.027.676.455,55**
SUPERAVIT			**2.458.081.713,34**			**-2.458.081.713,34**
TOTAL	**1.743.817.136,00**	**1.742.938.061,98**	**3.173.343.319,77**	**378.296.409,08**	**378.170.535,10**	**-1.430.405.257,79**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**1.485.562,32**	**23.021.909,88**	**17.299.602,03**	**17.299.602,03**	**3.045.124,15**	**4.162.746,02**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**397.166,68**	**192.929,21**	**192.929,21**	**-**	**204.237,47**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**1.485.562,32**	**22.624.743,20**	**17.106.672,82**	**17.106.672,82**	**3.045.124,15**	**3.958.508,55**
DESPESAS DE CAPITAL	**161.340.222,99**	**495.145.679,52**	**210.428.332,72**	**147.132.010,23**	**65.048.100,88**	**444.305.791,40**
Investimentos	**161.340.222,99**	**495.145.679,52**	**210.428.332,72**	**147.132.010,23**	**65.048.100,88**	**444.305.791,40**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**162.825.785,31**	**518.167.589,40**	**227.727.934,75**	**164.431.612,26**	**68.093.225,03**	**448.468.537,42**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**320.728,33**	**317.883,43**	**718,87**	**2.126,03**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**320.728,33**	**317.883,43**	**718,87**	**2.126,03**
DESPESAS DE CAPITAL	**31.285.625,83**	**35.158.368,00**	**38.544.911,00**	**6.551.514,83**	**21.347.568,00**
Investimentos	**31.285.625,83**	**35.158.368,00**	**38.544.911,00**	**6.551.514,83**	**21.347.568,00**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**31.285.625,83**	**35.479.096,33**	**38.862.794,43**	**6.552.233,70**	**21.349.694,03**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2017
PERIODO	Anual
EMISSAO	30/01/2018
PAGINA	1

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	**238.430.605,60**	**1.322.865.566,10**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**235.895.686,77**	**600.422.081,12**
Créditos a Curto Prazo	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**2.574,11**	**719.345.276,60**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**
Estoques	**2.532.344,72**	**3.098.208,38**
VPDs Pagas Antecipadamente	**-**	**-**
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	**-**	**-**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**790.282.646,20**	**883.213.652,12**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**41.050.799,37**	**16.284,00**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	41.050.799,37	16.284,00
Estoques	-	
Investimentos	**-**	**0,01**
Participações Permanentes	-	0,01
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0,01
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	**217.777.935,49**	**366.634.297,20**
Bens Móveis	35.705.401,84	39.469.935,03
Bens Móveis	69.131.095,81	68.801.716,10
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-33.425.693,97	-29.331.781,07
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	182.072.533,65	327.164.362,17
Bens Imóveis	197.483.968,57	332.234.527,72
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-15.411.434,92	-5.070.165,55
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	**531.453.911,34**	**516.563.070,91**
Softwares	8.159.626,23	7.987.823,91
Softwares	8.159.626,23	7.987.823,91
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	523.294.285,11	508.575.247,00

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	**87.583.442,55**	**76.072.500,92**
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	**79.557,22**	**9.282.144,87**
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	**-**	**-**
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	**48.863,50**	**329.060,27**
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	**-**	**-**
Obrigações de Repartição a Outros Entes	**-**	**-**
Provisões a Curto Prazo	**-**	**-**
Demais Obrigações a Curto Prazo	**87.455.021,83**	**66.461.295,78**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	**-**	**-**
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	**-**	**-**
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	**-**	**-**
Provisões a Longo Prazo	**-**	**-**
Demais Obrigações a Longo Prazo	**-**	**-**
Resultado Diferido	**-**	**-**
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	**87.583.442,55**	**76.072.500,92**

-

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Patrimônio Social e Capital Social	**-**	**-**
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	**-**	**-**
Reservas de Capital	**-**	**-**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	**-**	**-**
Reservas de Lucros	**-**	**-**
Demais Reservas	**-**	**-**
Resultados Acumulados	**941.129.809,25**	**2.130.006.717,30**
Resultado do Exercício	-502.626.465,14	1.367.781.922,88
Resultados de Exercícios Anteriores	2.130.023.989,70	709.268.310,01
Ajustes de Exercícios Anteriores	-686.267.715,31	52.956.484,41
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	**-**	**-**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**941.129.809,25**	**2.130.006.717,30**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual

EMISSAO	PAGINA
30/01/2018	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	547.209.360,92	508.575.247,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-23.915.075,81	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
TOTAL DO ATIVO	**1.028.713.251,80**	**2.206.079.218,22**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**1.028.713.251,80**	**2.206.079.218,22**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**
ATIVO FINANCEIRO	**235.895.688,19**	**600.422.081,64**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**806.916.089,19**	**747.762.716,30**
ATIVO PERMANENTE	**792.817.563,61**	**1.605.657.136,58**	**PASSIVO PERMANENTE**	**2.804.765,64**	**9.290.476,81**
			SALDO PATRIMONIAL	**218.992.396,97**	**1.449.026.025,11**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**81.746.034,83**	**46.000.146,79**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**856.502.983,21**	**726.404.860,28**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	81.746.034,83	46.000.146,79	Execução dos Atos Potenciais Passivos	856.502.983,21	726.404.860,28
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	16.984.673,94	13.414.012,44	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	64.761.360,89	32.586.134,35	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	726.875.543,61	564.434.000,79
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	129.627.439,60	161.970.859,49
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**81.746.034,83**	**46.000.146,79**	**TOTAL**	**856.502.983,21**	**726.404.860,28**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-417.398.809,06**
Recursos Vinculados	**-153.621.591,94**
Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.033.562,56
Operação de Crédito	-195.039.391,67
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	40.380.716,66
Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.520,51
TOTAL	**-571.020.401,00**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2017
PERIODO	Anual
EMISSAO	30/01/2018
PAGINA	1

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**-322.760.682,42**	**657.226.694,68**
INGRESSOS	**89.528.209.756,07**	**86.180.149.706,52**
Receitas Derivadas e Originárias	**3.139.907.670,14**	**2.913.024.596,96**
Receita Tributária	6.005.647,02	3.358.733,55
Receita de Contribuições	3.077.755.029,75	2.849.533.262,21
Receita Patrimonial	3.943.814,22	3.262.906,40
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	13.354.362,56	18.800.402,03
Remuneração das Disponibilidades	4.012.611,46	5.211.518,77
Outras Receitas Derivadas e Originárias	34.836.205,13	32.857.774,00
Transferências Correntes Recebidas	**33.435.649,63**	**6.156.361,10**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	33.435.649,63	6.156.361,10
Outros Ingressos das Operações	**86.354.866.436,30**	**83.260.968.748,46**
Ingressos Extraorçamentários	2.280.238,52	356.733,91
Transferências Financeiras Recebidas	86.352.573.041,48	83.260.612.014,55
Ajuste Acumulado de Conversão	13.156,30	
DESEMBOLSOS	**-89.850.970.438,49**	**-85.522.923.011,84**
Pessoal e Demais Despesas	**-322.462.534,26**	**-324.577.786,37**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-108.362,31	-316.594,15
Defesa Nacional	-276.088.741,56	-282.114.606,03
Segurança Pública	-122.973,06	-
Relações Exteriores	-768.381,79	-733.031,84
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-44.929.600,49	-40.240.371,15
Saúde	-70.763,34	-
Trabalho	-	-
Educação	-10.684,54	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-7.209,76	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-277.504,36	-1.109.602,55
Encargos Especiais	-85.099,46	-60.982,32
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	6.786,41	-2.598,33
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-217.229.909,19**	**-177.937.055,40**
Intergovernamentais	-184.460.354,04	-145.502.321,15
A Estados e/ou Distrito Federal	-52.403.274,24	-7.718.584,77
A Municípios	-132.057.079,80	-137.783.736,38
Intragovernamentais	-32.769.555,15	-32.434.734,25
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-89.311.277.995,04**	**-85.020.408.170,07**
Dispêndios Extraorçamentários	-2.297.540,47	-532.041,74
Transferências Financeiras Concedidas	-86.180.268.360,16	-82.138.996.005,44
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-3.128.712.093,52	-2.880.679.816,42
Valores em Trânsito	-0,89	-0,52
Ajuste Acumulado de Conversão		-200.305,95
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-41.765.711,93**	**-124.751.072,32**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-41.765.711,93**	**-124.751.072,32**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-41.723.726,93**	**-124.748.072,32**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-41.985,00**	**-3.000,00**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
30/01/2018	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-364.526.394,35**	**532.475.622,36**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**600.422.081,12**	**67.946.458,76**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**235.895.686,77**	**600.422.081,12**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2017
PERIODO	Anual
EMISSAO	30/01/2018
PAGINA	1

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**86.437.031.393,51**	**85.002.279.441,99**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**6.005.647,02**	**3.358.733,55**
Impostos	-	-
Taxas	6.005.647,02	3.358.733,55
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**80,00**	**8,00**
Contribuições Sociais	80,00	8,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**1.410.215,57**	**1.379.849,61**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.410.215,57	1.379.849,61
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**3.672.524,80**	**11.778.989,38**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	228.478,29	12.998,19
Variações Monetárias e Cambiais	216.013,20	7.482.392,22
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.228.033,31	4.283.598,97
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**86.385.984.079,13**	**83.261.667.230,50**
Transferências Intragovernamentais	86.353.072.925,66	83.261.117.389,40
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	32.911.153,47	549.841,10
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**1.072.794,36**	**1.687.955.709,31**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.047.850,84	2.806.375,49
Ganhos com Desincorporação de Passivos	24.943,52	1.685.149.333,82
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**38.886.052,63**	**36.138.921,64**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
30/01/2018	2

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	38.886.052,63	36.138.921,64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**86.939.657.858,65**	**83.634.497.519,10**
Pessoal e Encargos	**229.015.134,84**	**226.511.543,62**
Remuneração a Pessoal	172.920.020,43	171.007.525,80
Encargos Patronais	33.752.574,72	33.259.122,41
Benefícios a Pessoal	21.159.361,28	21.412.140,37
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.183.178,41	832.755,04
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**43.193.674,23**	**40.577.714,99**
Aposentadorias e Reformas	34.925.648,29	32.625.209,82
Pensões	8.131.156,19	7.758.555,07
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	136.869,75	193.950,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**119.611.010,82**	**97.671.292,42**
Uso de Material de Consumo	4.690.607,98	4.973.329,33
Serviços	74.348.212,81	83.820.150,08
Depreciação, Amortização e Exaustão	40.572.190,03	8.877.813,01
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**35.279,37**	**44.462,41**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	16.020,56	31.749,03
Descontos Financeiros Concedidos	19.258,81	12.713,38
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**86.538.995.801,60**	**82.248.643.815,03**
Transferências Intragovernamentais	86.180.281.670,02	82.139.009.159,19
Transferências Intergovernamentais	192.654.043,17	108.787.772,21
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	166.060.088,41	846.883,63
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**4.590.332,58**	**1.016.003.688,12**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	2.507.824,60	1.466.662,77
Incorporação de Passivos	511.517,84	1.006.929.262,72
Desincorporação de Ativos	1.570.990,14	7.607.762,63

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual

EMISSAO	PAGINA
30/01/2018	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
ORGAO SUPERIOR	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Tributárias	**20.883,77**	**34.316,56**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.883,77	34.316,56
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**4.195.741,44**	**5.010.685,95**
Premiações	151.193,40	31.050,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.144.459,17	3.213.008,59
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	900.088,87	1.766.627,36
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-502.626.465,14**	**1.367.781.922,89**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2018
ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA	110622- SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JOAQUIM SILVA E LUNA			CPF:	334.864.767-34
Endereço Residencial:	RES. PARK SUL PRIME RESIDENCE, SGCVS, LOTE 27/30, BL E, APT 306, GUARÁ				
Cidade:	BRASILIA	UF	DF	CEP	71.215-770
Telefone:	(61) 3312-9095	Fax:		e-Mail:	SILVA.LUNA@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO-GERAL				

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
DECRETO DE 23/10/2015	DOU 26/10/2015			10/01 01/06 18/11	29/05 12/11 31/12

UNIDADE JURISDICIONADA	110622- SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	FRANSELMO ARAÚJO COSTA			CPF:	607.072.671-53
Endereço Residencial:	SQS 110 – BLOCO I – APTO 603				
Cidade:	BRASILIA	UF	DF	CEP	70373-090
Telefone:	(61) 3312-4224	Fax:		e-Mail:	FRANSELMO.COSTA@DEFESA.GOV.BR
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)	DIRIGENTE MÁXIMO - SUBSTITUTO				
Nome do Cargo ou Função:	SECRETÁRIO-GERAL				

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORT. Nº 2.018/SG/MD	DOU 13/10/2016			01/01 30/05 13/11	09/01 31/05 17/11

Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do MD referente ao Exercício de 2018
Relatório de Instância ou Área de Correição

NUP	ASSUNTO	SINDICANTE/COMISSÃO	SITUAÇÃO	RESULTADO DO PROCEDIMENTO
TCA 60070.000435/2017-17	Apurar os fatos relatados no Memorando n° 320 / TRANSPORTE / COSER MD / GEPOS / DEADI / SEORI / SG-MD, de 14 de dezembro de 2016, e seus anexos, e seus anexos, acerca do acidente de trânsito envolvendo veículo deste Ministério, a fim de determinar responsabilidade pelo ocorrido.	GERENTE DE PATRIMÔNIO, OBRAS E SERVIÇOS	FINALIZADA	Acolhimento do DEADI da decisão da Gerência de Patrimônio no sentido de que houve a substituição do equipamento e ratificado pela área técnica, entendendo pelo arquivamento.
TCA 60042.000254/2017-10	Apurar as responsabilidade pelo extravio do aparelho celular SAMSUNG GALAXY GRAN PRIME, COR CINZA (IMEI 35172107017129/9).	GERENTE DE PATRIMÔNIO, OBRAS E SERVIÇOS	FINALIZADO	Acolhimento do DEADI da decisão da Gerência de Patrimônio no sentido de que trata-se de caso fortuito, não havendo responsabilidade do servidor por culpa ou dolo, por tratar-se de extravio decorrente de roubo.
Sindicância Contraditória 60580.000062/2017-16	Apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo de Sindicância Investigativa nº 60580.000013/2017-83, referentes aos servidores indicados nas alíneas "a)", "b)", "c)", "d)", "e)", "f)" e "l)" do item 73 do Relatório Final da referida sindicância investigativa e nominados nos parágrafos 29 e 37 do Parecer nº 164 / 2017 / CONJUR-MD / CGU / AGU, de 27 de março de 2017, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.	MARCELO AZEVEDO DE ANDRADE - Presidente FLAVIO ROGERIO CENTENO COSTA - Membro TEREZINHA DE JESUS ALVES NUNES – Membro	FINALIZADO	ADOTO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão de Sindicância Contraditória nº 60580.000062/2017-16 e as recomendações da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa contidas no Parecer nº 691/2017/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 26 de outubro de 2017, consoante o preconizado no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para determinar o ARQUIVAMENTO do Processo, nos termos do artigo 145, inciso I, da Lei nº 8.112/90, bem como acolher a recomendação constante do parágrafo 153 do Relatório Final da Comissão de Sindicância.
Sindicância Investigativa 60008.000058/2017-61	Apurar os fatos constantes do Memorando n° 39/IPC-MD, de 28 de setembro de 2016, 14 de março de 2017, referente à comunicação de suposto roubo do telefone celular funcional distribuído ao Servidor MARCELLO DE OLIVEIRA LOPES, bem como proceder ao	MIRAILDES ALVES REGINO	FINALIZADO	Concordar com parecer da Encarregada no sentido de que o prejuízo advindo do furto do telefone celular marca/modelo AP 4G APPLE IPHONE 5S PRATA 16GB, IMEI 35 198706 351902 2, no valor de R$ 1.845,93 (um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos), deve ser imputado ao Servidor MARCELLO DE OLIVEIRA LOPES em decorrência de que o roubo foi facilitado pela imprudência do Servidor ao deixar o celular carregando sobre o balcão de uma loja,

	exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.			baseado nos fundamentos constantes do Relatório Final da Encarregada e do Parecer nº 380/2017/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 7 de julho de 2017, os quais fazem parte desta Decisão, consoante o preconizado no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Entretanto, seguindo recomendação constante do nº 23 do referido Parecer Jurídico, converto a presente sindicância investigativa em Termo Circunstanciado Administrativo - TCA, conforme o previsto na Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, ficando a responsabilização disciplinar do Servidor por ora prejudicada, em face da comprovação da conduta culposa do agente, desde que realizado o devido ressarcimento ao erário, conforme previsão expressa no art. 4º da Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009.
Processo Administrativo Disciplinar 60580.000149/2017-93	Apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo de Sindicância Investigativa de que tratam os autos nº 60580.000075/2017-95, referentes aos servidores indicados no Relatório Final do Encarregado e nominados nos nº 32 e 40 do Parecer nº 00470 / 2017 / CONJUR-MD / CGU / AGU, de 15 de agosto de 2017, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, observados os princípios do contraditório e os meios de ampla defesa.	Presidente: EDMUNDO THEOBALDO MULLER NETO; Membros: FLÁVIO ROGÉRIO CENTENO COSTA LIDIANA TAVARES	ANDAMENTO	
Sindicância Contraditória 60000.019820/2013-20	Apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo de Sindicância Investigativa nº 60580.000083/2017-31, referentes aos servidores e/ou ex-servidores indicados na conclusão do Relatório Final da referida	Presidente: PEDRO ATAIDE CAVALCANTE Membros: CAROLINA FORTES PAGANI; e TEREZINHA DE JESUS ALVES NUNES	ANDAMENTO	
Sindicância Contraditória 60580.000200/2017-67	Apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo de Sindicância Investigativa nº 60580.000147/2017-02, para apurar a conduta dos servidores indicados na	Presidente: SERGIO VINICIUS MARQUES DO VAL CORTES; Membros: NEURIMAR FERREIRA BARBOSA	ANDAMENTO	

	conclusão do Relatório Final da referida Sindicância Investigativa e nominado no parágrafo 27 do Parecer nº 717/2017 / CONJUR-MD / CGU / AGU, de 3 de novembro de 2017, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, observado o princípio do contraditório com meios de ampla defesa.	WISMAR GOMES DA SILVA		
TCA/ Sindicância Contraditória 60501.000488/2017-11	Apurar eventuais responsabilidades administrativas referente ao servidor indicado no Termo Circunstanciado Administrativo n° 05/1017, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, observado o princípio do contraditório com meios de ampla defesa. Apuração de responsabilidade pelo aparelho Celular IPHONE 5S, 16GB, COR CINZA, imei 355672076096137	Presidente: ANA MARIA CHAGAS TONIOLO; Membros: MIRIAN MIRTES DE MONTALVÃO e MAX RODRIGO TOMAS DE AQUINO ELIAS	ANDAMENTO	
TCA/ Sindicância Contraditória 60585.004512/2016-19	Apurar eventuais responsabilidades administrativas pelo extravio dos materiais alocados na UORG 17966 - COAPC, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.	Presidente: MARIA DE FÁTIMA GOMES CARVALHO; Membros: MIRAILDES REGINO SANTOS, ALVINO ESTÁCIO BATISTA	ANDAMENTO	
Sindicância Investigativa 60580.000083/2017-31	Apurar a responsabilidade pelo extravio dos 7 (sete) bens patrimoniais alocados na Unidade Organizacional (UORG) nº 017977, no valor total de R$ 8.418,32 (oito mil, quatrocentos e dezoito reais e trinta e dois centavos), assim como os demais bens patrimoniais alocados no Departamento de Tecnologia da Informação e não localizados no inventário físico anual de 2016, particularmente os constantes do Processo nº 60585.000044/2017-94 - devendo os autos	ADALBERTO RODRIGUES DE MAGALHAES	FINALIZADA	Acolher o parecer do Encarregado no sentido de que não é possível culpar o ex-servidor ALEXANDRE SÉRGIO HEINZLMANN e o Servidor RICARDO LEOPOLDINO ABREU pelo desaparecimento dos materiais objeto da referida Sindicância, tendo em vista que ficou comprovado nos autos que ambos já assumiram a carga da UORG nº 017977 com tais pendências. Concordar com parecer do Encarregado e determinar a instauração de sindicância contraditória, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112, de 1990, para apurar a conduta dos servidores e/ou ex-servidores indicados na conclusão do Relatório Final da referida sindicância investigativa e nominados no Memorando nº 07/Sindicância, de 27 de

	do Processo de Sindicância no 60585.000440/2016-31 serem apensados à presente sindicância investigativa, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.			junho de 2017 (fls. 198 dos autos), que ocuparam e/ou ocupam posições de Chefia e Coordenação da COSUP, do Departamento de Tecnologia da Informação, no período de 2014 a 2017, e sua relação com as indicações de detentores de carga e o efetivo controle dos materiais distribuídos àquele setor, uma vez que, conforme foi apurado nos autos, a aparente conduta desses agentes públicos poderia ter concorrido para a atual situação do material carga daquele setor, que ainda apresenta a falta de 08 (oito) itens no valor de R$ 32.308,32 (trinta e dois mil, trezentos e oito reais e trinta e dois centavos) (fls. 308 dos autos), constatações essas que são merecedoras de investigação mais aprofundada, em processo submetido ao princípio do contraditório com os meios de ampla defesa, na busca da verdade dos fatos e do devido respeito ao patrimônio público e aos servidores e ex-servidores a que se reportam os fatos.
Sindicância 60585.000152/2017-67	Apurar os fatos relatados no Memorando n° 7 / TRANSPORTE / COSER MD / GEPOS / DEADI / SEORI / SG-MD, de 25 de janeiro de 2017, acerca do acidente de trânsito envolvendo veículo deste Ministério, a fim de determinar responsabilidade pelo ocorrido.	RAUL PEREIRA DA SILVA	FINALIZADA	Concordar com parecer da Oficial Sindicante, imputando a responsabilidade pelos prejuízos causados no veículo oficial CHEVROLET/ASTRA – Placa JJQ-9973/DF, advindos da colisão, à Sra. ANDRÉIA VIEIRA DA GUIA, baseado no constante do Relatório Final do Sindicante e do Parecer nº 00213/2017/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 20 de abril de 2017, os quais fazem parte desta Decisão, consoante o preconizado no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. OFÍCIO A PRU VISANDO ACORDO E PARCELAMENTO DÉBITO.
Sindicância 60585.002604/2017-45	Sindicância - apurar os fatos relatados no Memorando n° 133 / TRANSPORTE / COSER MD / GEPOS / DEADI / SEORI / SG-MD, de 21 de novembro de 2017, e seus anexos, acerca do acidente de trânsito envolvendo veículo deste Ministério, a fim de determinar responsabilidade pelo ocorrido.	CT (AA) ANTONIO PEREIRA DE LACERDA NETO	ANDAMENTO	
Sindicância 60585.002836/2017-01	Sindicância – apurar os fatos relatados no Memorando n° 143 / TRANSPORTE / COSER MD / GEPOS / DEADI / SEORI / SG-MD, de 15 de dezembro de 2017, e seus anexos, acerca de acidente de trânsito envolvendo veículo	TATIANA BORGES SKAF	FINALIZADO	Acolher a sugestão da Encarregada no sentido de que o acidente foi consequência da falta de reação do condutor, a tempo, de evitar a colisão traseira entre os veículos envolvidos e que o evento não configura crime de natureza militar ou comum, mas sim transgressão disciplinar prevista no item 82 do Anexo I do Regulamento Disciplinar

	deste Ministério, a fim de determinar responsabilidade pelo ocorrido.			do Exército (R4), bem como Parecer nº 00173/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU; Não acolher a sugestão da Encarregada quanto ao afastamento da responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao erário, acatando, quanto a este tópico, a recomendação constante no Parecer nº 00173/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, no sentido de que não há como, concomitantemente, afastar a responsabilidade civil e aplicar punição ao militar pela transgressão militar com base no Regulamento Disciplinar do Exército. Isto posto, determino a adoção das seguintes medidas administrativas: Publicação desta Solução em Boletim de Pessoal e Serviço deste Ministério; Apuração e atualização, pela Gerência de Patrimônio, Obras e Serviços - GEPOS, do valor do prejuízo causado ao veículo do Ministério da Defesa, bem como manifestar-se sobre a viabilidade de sua recuperação, observado o constante do art. 3°, parágrafo único, alínea "b" do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, e demais medidas decorrentes; Que a GEPOS promova a notificação do Cabo (EB) MELQUI ALVES DE LIMA, visando a sua aquiescência para desconto em folha do valor relativo ao dano causado ao erário, ou oferecendo-lhe, ainda, a oportunidade de cumprimento espontâneo da obrigação de reparar o dano causado ao erário, com a emissão da respectiva GRU com os valores apurados pela GEPOS; Caso infrutífero o item anterior, proceda-se ao encaminhamento à Consultoria Jurídica - CONJUR para que seja providenciada a remessa à Procuradoria Regional da União – 1ª Região, visando ao ajuizamento da ação para ressarcimento do prejuízo; Encaminhamento dos autos da presente sindicância ao Oficial General da ativa do Comando do Exército lotado na administração central do Ministério da Defesa e de maior precedência hierárquica, solicitando conhecimento e análise dos aspectos disciplinares referente ao Cabo (EB) MELQUI ALVES DE LIMA, de acordo com o preconizado no inciso II, do art. 1º da Portaria Normativa nº 3.604/MD, de 22 de novembro de 2011; e

				Exauridas as medidas acima, encaminhamento dos autos à Gerência de Gestão de Pessoas, para arquivamento.
Sindicância 60585.002409/2017-15	Sindicância – apurar os fatos relatados no Memorando n° 129 / TRANSPORTE / COSER MD / GEPOS / DEADI / SEORI / SG-MD, de 25 de outubro de 2017, e seus anexos, acerca de acidente de trânsito envolvendo veículo deste Ministério, a fim de determinar responsabilidade pelo ocorrido.	LUCAS MENDES SANTIAGO	FINALIZADO	Resolvo concordar com o parecer do Oficial Sindicante, imputando a responsabilidade pelos prejuízos causados no veículo oficial RENAULT KANGOO - Placa JHN 5103/DF, advindos da colisão, ao Cabo (EB) MELQUIADES MOZAR DE SOUZA, baseado no Relatório Final do Sindicante e do Parecer nº 00029/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 26 de janeiro de 2018, os quais fazem parte desta Decisão, consoante o preconizado no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos seguintes fundamentos: a. Conforme o contido nos autos, verifica-se que o Encarregado pela Sindicância diligenciou a fim de apurar os fatos que deram origem às averiguações, procedendo à oitiva dos envolvidos e à análise da documentação e legislação afeta ao tema e assim como o procedimento revestiu-se das formalidades estabelecidas na legislação em vigor; b. Encerrada a instrução processual, o Encarregado emitiu Relatório com parecer no sentido de que "verifica-se que o acidente envolvendo o veículo oficial Renault/Kangoo, cor branca, placa JHN 5103-DF, ano/modelo 2009, objeto da presente sindicância, não configura crime de natureza militar ou comum, mas sim transgressão disciplinar prevista no nº 82, do Anexo I, do Regulamento Disciplinar do Exército (R-4)", bem como "que a responsabilidade pela colisão e indenização dos danos materiais causados sejam atribuídos ao Cabo (EB) MELQUIADES MOZAR DE SOUZA". c. O procedimento foi submetido à Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa - CONJUR-MD, que emitiu o Parecer nº 00029/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 26 de janeiro de 2018, no sentido de que "considerando a instrução processual e o quadro probatório constituído, em especial com a observância do contraditório e da ampla defesa, este Órgão de Execução Setorial da Advocacia-Geral da União opina pela legalidade do feito, com a recomendação de atendimento dos parágrafos 31 e 33 da presente manifestação". d. As recomendações da CONJUR são no sentido de que o militar seja notificado com a indicação de que, caso haja sua concordância, o valor

				do dano poderá ser descontado de seu pagamento de forma parcelada. Caso não haja concordância, os autos devem ser encaminhados à PRU da 1ª Região visando o ajuizamento da ação para ressarcimento do dano. e. Assim, do que se depreende dos autos e do apurado na Sindicância, verifica-se que o Cabo (EB) MELQUIADES MOZAR DE SOUZA deu causa à colisão, conforme se depreende da Informação Pericial Criminal produzido pela Polícia Civil do Distrito Federal, " (...) que a causa determinante do acidente foi a manobra de conversão à esquerda do veículo RENAULT/KANGOO EXPRESS (V2), oriundo da faixa de trânsito de sentido aproximado leste/oeste, em direção ao acesso da garagem subterrânea do Anexo do Ministério da Defesa, em momento que as condições de tráfego e segurança não lhe eram favoráveis, resultando em interceptar a trajetória da motocicleta BMW/G 650 (V1) e oferecer-se à colisão com este veículo, nas circunstâncias analisadas", nascendo com isso, a obrigação de indenizar. AGUARDANDO PROVIDÊNCIAS GEPOS PARA PROSSEGUIMENTO.
TCA/ Sindicância Contraditória 60584.000783/2017-96	Apuração de responsabilidade pelo aparelho Celular Samsung S3 mini, 8GB, cor grafite, IMEI 35525505076522	Presidente: MIRYENI CATHARINA HEIT DE FREITAS Membros: LEONOR MARIA DA SILVA	ANDAMENTO	
Sindicância 60585.000666/2017-12	Sindicância - apurar os fatos relatados no Memorando n° 96 / COSEG MD / GEPOS / DEADI / SEORI / SG-MD, de 24 de março de 2017, acerca do desaparecimento do aparelho conversor digital e da antena digital que ficava na sala de estar dos cabos e soldados da Guarda ao Anexo "O".	VINÍCIUS MERCADANTE	FINALIZADA	Concordar com parecer da Oficial Sindicante, imputando a responsabilidade pelos prejuízos advindos do desaparecimento do aparelho conversor digital e da antena digital que ficavam na sala de estar dos cabos e soldados da Guarda ao Anexo "O", ao Cabo NIP 08.0215.71 EMANUEL BARRO DE SOUZA (cabo da Guarda do dia 20/03/2017) e ao Cabo NIP 08.0284.19 JEFERSON JOSÉ DA SILVA (cabo da Guarda do dia 21/03/2017), ambos do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, em decorrência de não terem realizado a conferência detalhada do material constante da sala de estar dos cabos e soldados da Guarda ao Anexo "O" e não terem reportado a ausência dos itens aos seus respectivos Comandantes da Guarda, baseado nos fundamentos constantes do Relatório Final do Oficial Sindicante, o qual faz parte desta Decisão, consoante o preconizado no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Sindicância Investigativa 60580.000006/2017-81	Sindicância Investigativa - apurar os fatos constantes do subitens 2.6.2 e 2.6.2.3, I do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 40 / 2016 / Geaud / Ciset-MD, de 28 de setembro de 2016, emitido pela Secretaria de Controle Interno-MD	JOSÉ MARIA DE LIMA SOBRINHO	FINALIZADA	Concordar com o parecer do Encarregado no sentido que foram regulares as condutas dos envolvidos na habilitação e contratação da empresa DDPLUS nos autos do Pregão nº 28/2015, não se observando qualquer indício de ilícito que justifique a deflagração de processos acusatórios, aliada à circunstância de inexistência de prejuízo ao erário e ausência da potencialidade de risco, com o consequente arquivamento do feito, baseado nos fundamentos constantes do Relatório Final do Encarregado e do Parecer nº 181/2017/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 2 de maio de 2017, os quais fazem parte desta Decisão, consoante o preconizado no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como acolher as sugestões do Encarregado relativas à adoção de procedimentos com a finalidade de evitar ocorrências semelhantes, a saber: "(i) a área técnica possa prever no seu projeto básico a apresentação de protótipos, como amostra na fase de aceitação e não na fase de contratação, pois isso seria uma ferramenta importante para o julgamento objetivo das propostas; (ii) seja estabelecido no âmbito do DEADI, documento normativo que discrimine de forma detalhada as funções dos ocupantes dos cargos e as respectivas responsabilidades dos gestores que ocupam esses cargos, bem como possíveis mecanismos de controle que certifiquem seu cumprimento. A esse respeito, tem-se como oportuna, razoável e adequada a adoção de tais práticas pela Administração"

CGU-PAD
Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CADASTROS | CONSULTAS | MANUTENÇÃO | SAIR

[redacted]
Ministério da Defesa
Terça-feira, 10 de abril de 2018

Consulta \ Dados Processo \ Listar

Dados Processo

Dados do filtro:
Órgão:Gabinete do Ministro - Assessoria de Comunicação Social
Fase do Processo:Instauração/Instrução
Data de Início da Fase a partir de: 01/01/2017
Data de Início da Fase até:31/12/2017

Nº Processo	Tipo Processo	Local do Fato - Órgão/Entidade	Data Publicação Ato	Fase do Processo	Instrumento/Nº
60000.001292/2017-86	Sindicância	Assessoria de Comunicação Social	17/03/2017	Processo Julgado	Portaria 1067

Foram encontrados 1 resultado(s) - Total de 1 página(s)

Ir para a página: 1 Ok

Voltar

CGU-PAD
Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CADASTROS | CONSULTAS | MANUTENÇÃO | SAIR

Ministério da Defesa
Terça-feira, 10 de abril de 2018

Consulta \ Dados Processo \ Listar

Dados Processo

Dados do filtro:
Órgão:Ministério da Defesa - Secretaria de Organização Institucional
Fase do Processo:Instauração/Instrução
Data de Início da Fase a partir de: 01/01/2017
Data de Início da Fase até:31/12/2017

Nº Processo	Tipo Processo	Local do Fato - Órgão/Entidade	Data Publicação Ato	Fase do Processo	Instrumento/Nº
60585.004512/2016-19	Sindicância	Coordenação de Administração de Pessoal Civil	17/11/2017	Encaminhado para Julgamento	Portaria 3999
60585.000628/2017-60	Sindicância	Coordenação de Serviços Gerais	31/03/2017	Processo Julgado	Portaria 1390
60580.000013/2017-83	Sindicância	Departamento de Administração Interna	20/01/2017	Processo Julgado	Portaria 205
60580.000062/2017-16	Sindicância	Departamento de Administração Interna	03/05/2017	Processo Julgado	Portaria 1774
60580.000075/2017-95	Sindicância	Departamento de Tecnologia da Informação	12/05/2017	Processo Julgado	Portaria 1976
60580.000083/2017-31	Sindicância	Departamento de Tecnologia da Informação	02/06/2017	Processo Julgado	Portaria 2257
60580.000149/2017-93	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)	Departamento de Tecnologia da Informação	11/09/2017	Instauração/Instrução	Portaria 3341
60000.019820/2013-20	Sindicância	Departamento de Tecnologia da Informação	25/09/2017	Encaminhado para Julgamento	Portaria 3472
60580.000147/2017-02	Sindicância	Secretaria de Organização Institucional	08/09/2017	Processo Julgado	Portaria 3332
60580.000200/2017-67	Sindicância	Secretaria de Organização Institucional	24/11/2017	Encaminhado para Julgamento	Portaria 4098

Foram encontrados 10 resultado(s) - Total de 1 página(s)

Ir para a página: 1 Ok

Voltar

CGU-PAD
Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CADASTROS | CONSULTAS | MANUTENÇÃO | SAIR

[redacted]
Ministério da Defesa
Terça-feira, 10 de abril de 2018

Consulta \ Dados Processo \ Listar

Dados Processo

Dados do filtro:
Nº Processo:60501000488201711

Nº Processo	Tipo Processo	Local do Fato - Órgão/Entidade	Data Publicação Ato	Fase do Processo	Instrumento/Nº
60501.000488/2017-11	Sindicância	Ministério da Defesa	15/12/2017	Encaminhado para Julgamento	Portaria 4352

Foram encontrados 1 resultado(s) - Total de 1 página(s)

Ir para a página: 1 Ok

Voltar

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA - GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

DECLARAÇÃO N° 3/2018/COLIC MD/GEOFI/DEADI/SEORI/SG-MD

1. Eu, Renato Pontes Dias, CPF nº 399.186.531-91, Gerente de Orçamento e Finanças - GEOFI, Ordenador de Despesas da Unidade Gestora (UG) 110404 - Departamento de Administração Interna (DEADI), declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
2. Na oportunidade, informo que esta Unidade Gestora não executa e não detém registros de convênios e, portanto, não opera o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Brasília-DF, de 16 de abril de 2018.

RENATO PONTES DIAS
Gerente de Orçamento e Finanças
CPF 399.186.531-91

Documento assinado eletronicamente por **Renato Pontes Dias**, **Gerente**, em 16/04/2018, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0980481** e o código CRC **476B9393**.

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - DEADI
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoal Civil
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 2° andaar - Anexo
CEP 70049-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-4180 e Endereço Eletrônico: coapc@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO N° 27/2018/COAPC/GEPES/DEADI/SEORI/SG-MD

Declaração de Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Ministério da Defesa – Administração Central estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília-DF, de 10 de abril de 2018.

THIAGO DE JESUS SILVA
Coordenador de Administração de Pessoal Civil/Ministério da Defesa
CPF: 807.424.751-15

Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Jesus Silva**, **Coordenador(a)**, em 11/04/2018, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0971910** e o código CRC **CE6B08AC**.

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - DEADI
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenação de Pagamento
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 2° andar - Anexo
CEP 70049-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-4180 e Endereço Eletrônico: copag@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO N° 3/2018/COPAG/GEPES/DEADI/SEORI/SG-MD

Declaração de Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores e militares obrigados pela Lei nº 8.730, de 1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas à Coordenação de Pagamento/MD - Administração Central, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília-DF, de 10 de abril de 2018.

MARIA DO ROSÁRIO XAVIER AFONSO
Coordenadora de Pagamento/Ministério da Defesa
CPF: 510.950.681-72

Documento assinado eletronicamente por **Maria do Rosário Xavier Afonso**, **Coordenador(a)**, em 11/04/2018, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0971894** e o código CRC **2E43AEED**.

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO N° 2/2018/SEORI/SG-MD

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações para o monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, **coletadas e atualizadas pelas unidades executoras, sob coordenação da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa**, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília-DF, de 19 de março de 2018.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA
CPF: 607.072.671-53
Secretário de Orçamento e Organização Institucional
UPC:Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

Documento assinado eletronicamente por **Franselmo Araújo Costa**, **Secretário(a)**, em 19/03/2018, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0937790** e o código CRC **363CAF87**.

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO N° 1/2018/SEORI/SG-MD

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações sobre a execução física e financeira das Ações 123J – Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR); 2B28 – Apoio ao Desenvolvimento de Produtos de Defesa; 20IG – Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional; 8425 – Apoio ao Projeto Rondon; 20X6 – Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte; 1211 – Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte; 2452 – Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte; 2055 – Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra; e 151S – Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), vinculadas do Programa 2058 – Defesa Nacional, da Lei Orçamentária Anual de 2017, exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, coletadas e atualizadas pelas unidades executoras, sob coordenação da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, estão devidamente atualizados no SIOP, conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília-DF, de 19 de março de 2018.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA
CPF: 607.072.671-53
Secretário de Orçamento e Organização Institucional
UPC:Secretaria-Geral do Ministério da Defesa

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Franselmo Araújo Costa**, **Secretário(a)**, em 19/03/2018, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0937734** e o código CRC **C4B541F1**.

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - DEORF
Divisão de Contabilidade
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 1° andar
CEP 70049-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-8706 e Endereço Eletrônico: setorialcontabil@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO N° 1/2018/DICONT/DEORF/SEORI/SG-MD

Declaração de Conformidade Contábil

Declaro que a Divisão de Contabilidade do Ministério da Defesa, UG 110568, na qualidade de Setorial Contábil das Unidades Gestoras: 110402, 110404, 110406, 110407, 110511, 110572, 110573, 110586, 110594, 111415, e 113413; acompanhou, no exercício de 2017, a execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão 52000 – Ministério da Defesa, e promoveu os registros referentes à Conformidade Contábil de suas unidades gestoras.

Foram realizados os registros da Conformidade Contábil do Órgão 52000 – Ministério da Defesa; e registro da Conformidade Contábil de Órgão Superior dos seguintes órgãos: 52111; 52121; e 52131 (Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica),

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, de 16 de abril de 2018.

NOEMIA SILVA MONTEIRO
Contadora
CRC: 009784/0-9-DF

Documento assinado eletronicamente por **Noemia Silva Monteiro**, **Gerente**, em 16/04/2018, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0979139** e o código CRC **2DB3AE98**.

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - SEORI
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - DEORF
Divisão de Contabilidade
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 1° andar
CEP 70049-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3312-8706 e Endereço Eletrônico: setorialcontabil@defesa.gov.br

DECLARAÇÃO N° 2/2018/DICONT/DEORF/SEORI/SG-MD

Declaração do Contador

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Liquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequadamente e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do órgão 52000 – Ministério da Defesa, EXCETO no tocante a:

- UG 110594 – Departamento do Programa Calha Norte:

Subavaliação do Ativo, no montante de R$ 41.034.515,37, referente ao registro de transferências voluntárias realizadas pela por força do Acórdão nº 1.320/2017 – TCU – Plenário. A Secretaria do Tesouro Nacional efetuou a baixa do saldo de Adiantamento de Transferências Voluntárias, em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido.

Tendo em vista que a mudança de procedimento estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional ocorreu no final do 3º Trimestre de 2017, e considerando o volume de registros que integravam a conta Créditos por Danos ao Patrimônio, registrados no Ativo Realizável a Curto Prazo, o Balanço Patrimonial da UG 110594 apresenta-se subavaliado, pois não foi possível reconstituir os créditos existentes até o encerramento do exercício, com posterior registro dos créditos devidos no Ativo Realizável a Longo Prazo, fato este que inviabilizou o registro da atualização monetária dos créditos a receber e o respectivo registro de Ajuste para Perdas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, de 16 de abril de 2018.

NOEMIA SILVA MONTEIRO
Contadora
CRC: 009784/0-9-DF

Documento assinado eletronicamente por **Noemia Silva Monteiro**, **Gerente**, em 16/04/2018, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0979186** e o código CRC **57F8F79C**.

PROGRAMA: 2058 - Defesa Nacional

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Disponibilidade da frota Força Aérea Brasileira	%	31/12/2014	40,11	31/12/2017	40,19
Índice de Operacionalidade da Força Terrestre	%	31/12/2014	45	31/12/2017	78,26
Meios operativos da Marinha, na condição de Pronto para Operar	%	31/12/2014	48	31/12/2017	47
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2014	93,13	31/12/2017	93,13
Participação da Base Industrial de Defesa no PIB	%	31/12/2014	0,15	31/12/2017	0,13

Observações:

Índice de Operacionalidade da Força Terrestre - De acordo com o Ministério da Defesa, "a elevação do índice elevação em 2017, em relação a 2016, deveu-se à uma mudança de metodologia no cálculo, sugerida pelo Tribunal de Contas da União, quando da avaliação do Relatório de Gestão de 2015, por meio da qual, a partir de 2017, o Índice de Prontidão da Força passou a integrar a fórmula do Índice de Operacionalidade, fato que culminou no aumento da relação percentual entre o nível de operacionalidade existente e o ideal."

Participação da Base Industrial de Defesa no PIB - De acordo com o Ministério da Defesa "O valor do PIB é divulgado somente por volta do mês de março, assim, o cálculo, com a posição de 31/12/2017 foi realizado com base na projeção do PIB do 4º trimestre, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA."

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Defesa busca fomentar a projeção do País no cenário internacional na área de defesa, assim como promover os interesses brasileiros em fóruns internacionais relacionados às questões estratégicas.

Nesse contexto, cabe salientar o papel do Ministério nos fóruns multilaterais que tratam de temas relacionados à área militar e de defesa, com destaque para a XII Conferência dos Ministros da Defesa das Américas, (CMDA), em 2016, e nos seus dois Grupos de Trabalho Ad-Hoc, nos quais foram discutidos temas afetos à ajuda humanitária e à integração de questões de gênero na Política de Defesa.

Além disso, cumpre mencionar a presença de representantes do Ministério nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), as quais têm como objetivo a promoção do debate entre as diversas áreas de governo, visando a formulação de políticas públicas comuns e o fortalecimento das parcerias entre os Estados membros.

Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões com os seguintes Países no biênio 2016 – 2017: Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Mauritânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia.

Em todos esses encontros buscou-se estabelecer ou incrementar parcerias estratégicas em temas de interesses dos países envolvidos na área de defesa, assim como reforçar a capacidade de inserção diplomática militar brasileira, identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa, além de fortalecer a base industrial de defesa.

A participação nesses eventos foi possível em virtude dos arranjos de gestão para fazer frente às restrições orçamentárias, tais como o agendamento de reuniões com a necessária antecedência; a otimização do afastamento do País de representantes do MD; o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior; o incremento da realização de eventos no País; e a postergação de reuniões bilaterais para 2018.

Em 2017, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa com a Indonésia, contemplando vários aspectos de cooperação, dentre eles o intercâmbio de delegações de alto escalão civis e militares; o desenvolvimento de recursos humanos por meio do ensino e do treinamento; e o aumento da cooperação da indústria de defesa de interesse mútuo, especialmente nas áreas de equipamento de defesa e serviços, apoio logístico, questões de exportação de defesa, transferência de tecnologia, pesquisa, produção e marketing conjunto.

No âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), cabe ressaltar a participação brasileira na realização do III Seminário de Catalogação e no I Seminário sobre Políticas Industriais de Defesa dos Estados Membros do CDS, em Brasília, em 2016, possibilitando a sinergia das políticas industriais de defesa, assim como nas V e VI Edições do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (V Cadsul) para servidores e militares dos Ministérios da Defesa, na Escola Superior de Guerra, em 2016 e 2017, respectivamente, com o objetivo de desenvolver, nos estagiários, um pensamento sul-americano de defesa com base na cooperação e integração regional.

Ademais, representantes do MD desenvolveram atividades contempladas nos Planos de Ação 2017 do CDS, tais como os grupos de trabalho sobre perspectiva de gênero e sobre protocolo de emprego das Forças Militares em apoio humanitário. Participaram também do IV Seminário Internacional de Catalogação; do Fórum Permanente dos Países do CDS sobre catalogação e de cursos sobre perspectiva de gênero em defesa; geopolítica dos recursos naturais; biodiversidade na América do Sul; e Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos.

Em todos esses eventos procurou-se identificar oportunidades de cooperação e fomentar a confiança mútua entre os Estados-Membros do CDS, além de prosseguir na construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa.

Entre os avanços da Escola Sul-Americana de Defesa (Esude) ocorridos em 2017, destacam-se disponibilização de sua página na internet, que apresenta o segundo maior fluxo das páginas da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a qual facilitou o acesso à plataforma de ensino a distância da Escola e aos dois módulos do Curso de Especialização oferecidos na modalidade de ensino à distância

Por fim, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido, notadamente em função dos arranjos de gestão mencionados anteriormente.

Para 2018, daremos continuidade à participação brasileira nos fóruns multilaterais mencionados, assim como ampliar a pauta de cooperação em Defesa e explorar parcerias inovadoras, nos termos da projeção estratégica adquirida pelo Brasil nos últimos anos.

Metas 2016-2019

- **04EV - Celebrar e ratificar acordos de cooperação e memorandos de entendimento na área de defesa com países de interesse estratégico brasileiro, como instrumento da Defesa Nacional.**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa
  Análise Situacional da Meta
  Em consonância com a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, que incentivam a busca e a ampliação de parcerias estratégicas com outros países, o Ministério da Defesa (MD) procura incrementar a ampliação

da projeção do País no cenário internacional, promovendo a cooperação em matéria de defesa, com base nos princípios da igualdade, da reciprocidade e do interesse comum, respeitando as respectivas legislações nacionais e as obrigações do direito internacional assumidas pelos Estados das Partes.

Assim, considerando a importância de que se reveste a existência de instrumento bilateral ou multilateral, fundamentado no Direito Internacional Público, como forma de prover a cobertura legal para o exercício de atividades internacionais de cunho militar, o MD vem realizando/realizou negociações com diversas nações, com finalidade de celebrar um "Acordo-Quadro sobre Cooperação no Domínio da Defesa", sempre em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O modelo de Acordo-Quadro adotado pelo MD, elaborado em conjunto com os setores pertinentes do próprio MD, Forças Armadas e MRE, contempla um ato internacional abrangente e genérico e que tem como propósito estabelecer as condições gerais e os princípios norteadores das mais variadas áreas de importância para a defesa.

O ato internacional em questão fomenta o estabelecimento da cooperação, de modo a contribuir para a consolidação e o aperfeiçoamento das relações bilaterais, especialmente nas áreas de ensino, treinamento e capacitação militar, apoio à população civil e indústria de defesa, procurando agregar, quando possível, conhecimentos de tecnologia de ponta; e facilitar o estabelecimento de novas parcerias e a ampliação dos mercados.

Dessa forma, tal ato internacional já foi firmado, anteriormente ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, com 46 países, a saber: África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Antígua e Barbuda, Bolívia, Cabo Verde, Chile, China, Colômbia, Coréia do Sul, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Equador, Espanha, EUA, França, Guatemala, Guiana, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Holanda, Honduras, Índia, Itália, Jamaica, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, República Dominicana, República Tcheca, Reino Unido, Rússia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sérvia, Suécia, Suriname, Timor Leste, Turquia, Ucrânia e Uruguai.

Por sua vez, o Estado brasileiro, por intermédio do MRE e do MD, encontra-se em negociação de um Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa com mais de 26 países, com a expectativa de serem firmados ao longo do corrente PPA.

Em 2017, foi assinado o Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa com a Indonésia.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Articulação de atores para implementação da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Compete ao MD participar das negociações para a elaboração de atos internacionais, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), sendo responsabilidade do MRE, do Congresso Nacional e da Presidência a celebração, a ratificação e a promulgação dos referidos atos.

Em 2018, o MD permanecerá em coordenação com o MRE para continuidade das negociações de atos internacionais de interesse para a defesa.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	100	%	70	13/01/2017

- **04EU - Cooperação e intercâmbio na área de defesa, com países e organismos multilaterais como forma de contribuir para a paz, segurança e estabilidade regional e internacional.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Em 2016 e 2017, o MD buscou contribuir para a projeção do Brasil no cenário internacional, por meio de atividades de cooperação e intercâmbio na área de defesa com Forças Armadas estrangeiras e organismos multilaterais.

Em que pese as severas restrições orçamentárias observadas, principalmente em 2017, a meta se encontra com andamento adequado diante dos resultados alcançados no referido biênio.

No tocante à cooperação internacional, merece destaque as ações com os seguintes países:

– Bolívia, Cabo Verde, Guiana, Guiné-Bissau, Moçambique, Paraguai, São Tomé e Príncipe, Senegal, Suriname e

Timor Leste: capacitação de militares em cursos ministrados pelas Forças Singulares através de um Programa de Cooperação Técnica em Defesa; e

– Cabo Verde: estruturação e implementação de um Sistema de Busca e Salvamento (SAR), por meio da realização de ações de apoio pelo Comando da Aeronáutica em 2016.

Quanto ao intercâmbio na área de defesa, o MD participou das seguintes atividades em 2017:

– Conferência Ministerial sobre Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, no Canadá, onde foi realizado um balanço dos esforços estratégicos e estabelecidos novos compromissos para as operações de paz da ONU;

– Cursos de Estratégia e Políticas de Defesa e de Política de Defesa e Ameaças Complexas, ambos no Centro Hemisférico de Estudos de Defesa (CHDS), nos EUA, com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre os processos de formulação de políticas e estratégias de defesa; e

– IV Jornada de Estudos Estratégicos, em Brasília, visando estimular o debate sobre Defesa Nacional junto à sociedade brasileira.

Por sua vez, o Brasil buscou participar ativamente dos seguintes organismos multilaterais:

– Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA), por meio de dois Grupos de Trabalho Ad-Hoc visando à próxima reunião da CMDA, na cidade do México, em 2018, com a participação de representantes do MD na discussão de temas afetos à ajuda humanitária e a integração de questões de gênero na política de defesa.

– Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), destacando-se o protagonismo brasileiro na realização da VI Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (VI CADSUL) para civis e militares dos Ministérios da Defesa, na Escola Superior de Guerra, com o objetivo de desenvolver, nos estagiários, um pensamento sul-americano de defesa com base na cooperação e integração regional.

Além disso, representantes do MD participaram das seguintes atividades do Plano de Ação 2017 do CDS, além daquelas realizadas em 2016:

• Grupo de Trabalho sobre Perspectiva de Gênero, no Chile;

• Grupo de Trabalho para implementar um Protocolo de Emprego das Forças Militares em Apoio Humanitário, no Chile;

• Exercício combinado regional na carta, sobre Desastres Naturais: UNASUL VII, no Chile;

• IV Seminário Internacional de Catalogação e Fórum Permanente dos Países do CDS sobre Catalogação, no Chile;

• II Curso de Perspectiva de Gênero em Defesa, no Chile;

• Curso de Geopolítica dos Recursos Naturais e da Biodiversidade na América do Sul, na Venezuela;

• IV Curso Sul-Americano de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos, no Peru; e

• III Grupo de Trabalho para a elaboração do Atlas Sul-Americano de Mapas de Risco de Desastres Naturais causados por Fenômenos Naturais, no Peru.

Igualmente, é relevante mencionar a visita ao Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) do CDS, quando foram apresentados os trabalhos que estavam sendo realizados e o produto final esperado de cada um deles, bem como discutido um melhor aproveitamento da ESG, no tocante à sua capacidade e estrutura de pesquisa, pelo CEED.

– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por meio da presença de representantes do MD nas Reuniões do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP) e no V Seminário Internacional Político-Diplomático, nas Reuniões do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, de Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas, de Diretores de Política de Defesa Nacional e de Ministros da Defesa.

– Junta Interamericana de Defesa (JID), por intermédio de sua Representação (RBJID), atuando com destaque nas comissões do Conselho de Delegados da JID, onde são discutidas resoluções afetas à área de desminagem humanitária. Em 2017, e em função do prestígio alcançado por seus militares nessa área, o Brasil atingiu o contingente de seis militares apoiando a missão de desminagem na Colômbia.

Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões com os seguintes países no biênio 2016 – 2017: Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Mauritânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia, com os propósitos de

estabelecer ou incrementar parcerias estratégicas, bem como identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	100	%	60	13/01/2017

- **04SK - Implementar as atividades da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE)**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

A ESUDE, com sede em Quito, Equador, é uma instituição acadêmica do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), cuja atuação prioriza as seguintes atividades:

• Formar e capacitar civis e militares em matéria de defesa e segurança regional, proporcionando-lhes oportunidades para construir redes de diálogo, de confiança e de amizade na América do Sul;

• Contribuir para a criação de uma identidade sul-americana em matéria de defesa e segurança regional; e

• Facilitar a compreensão da natureza, das funções, objetivos e atividades da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do CDS.

Em abril de 2015, por consenso, os países membros do CDS elegeram representante do Ministério da Defesa para ocupar o importante cargo de Diretor da ESUDE, tendo sido reeleito em 2016, por unanimidade dos Estados-Membros do CDS, para cumprir mandato de 2017 a 2019. O CDS ratificou, assim, o prestígio que confere ao Brasil no âmbito da UNASUL.

A Escola constrói-se com base em um plano de longo prazo, como se informou em 2016. Entre as atividades principais, destacam-se: (a) Identificação das prioridades para a cooperação entre os países membros da UNASUL em matéria de defesa e segurança regional, no contexto da ESUDE; (b) Criação de bancos de dados com cursos e outros materiais educativos pertinentes, que, no entender dos institutos nacionais, possam ser compartilhados no âmbito sul-americano; (c) Criação de banco de talentos e competências dos institutos nacionais, que, a seu critério, possam ser utilizados conjuntamente pelos países membros da UNASUL, dependendo da disponibilidade de recursos orçamentários; (d) Criação de listas de temas de teses e dissertações sobre o CDS e prioridades de defesa na América do Sul; (e) Implementação do programa de trabalho conjunto entre ESUDE e CEED; (f) Promoção do diálogo e criação de oportunidades de reflexão sobre questões estratégicas no campo da defesa e da segurança regional; e efetivação do programa de estágios acadêmicos no âmbito da ESUDE.

Todas essas atividades foram implementadas ao longo de 2017, conforme previsto no plano de ação anual aprovado em dezembro de 2016. Ademais, a Escola iniciou processos de cooperação regional no campo da defesa, servindo de instrumento para o CDS construir confiança no âmbito regional. Entre os avanços realizados em 2017, destacaram-se:

• A sua página na internet (http://esude-cds.unasursg.org/index.php), cujo desenvolvimento se iniciou em 2016, se consolidou e apresenta o segundo maior fluxo das páginas da UNASUL, facilitando o acesso à plataforma de ensino a distância da Escola. Em 2017, foram oferecidos dois módulos do Curso de Especialização, tendo o sistema funcionado com êxito. Assim, verifica-se, como desafio para 2018, a ampliação da oferta de cursos na modalidade de ensino a distância.

• A Direção da Escola conduz todas as atividades sob a orientação do Conselho Acadêmico da ESUDE, cuja efetivação constitui um dos objetivos estratégicos de sua implantação. Com efeito, estabelecer uma rede que permita aos conselheiros partilhar a responsabilidade pelo futuro da Escola constitui, em si, instrumento de construção de confiança

e de promoção do diálogo. Ao longo de 2017, realizaram-se 15 reuniões de trabalho ordinárias, a distância, no ambiente de videoconferências do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), evidenciando a materialização da sinergia entre os dois órgãos, tal como instruído pelo CDS no que respeita aos seus organismos.

• Os seguintes cursos foram oferecidos no âmbito do eixo 4 (Formação e capacitação) do Plano de Ação 2017 do CDS, sob a supervisão ou com o acompanhamento da ESUDE: VI CAD-Sul; II Curso sobre Perspectiva de Gênero em Defesa; Cenários Contemporâneos de Segurança Internacional: Implicações para a visão regional de segurança e defesa (Módulo I do Curso de Especialização); I Curso Sul-Americano de Defesa e Pensamento Estratégico (Módulo II do Curso de Especialização); Curso Sul-Americano de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos; I Diplomado em Geopolítica dos Recursos Naturais.

• O programa de estágio acadêmico teve seguimento com participantes de graduação e de pós-graduação. Entre os resultados já alcançados, além de dinamização da página da Escola na internet e nas redes sociais, destaca-se a criação de uma newsletter quinzenal, o que tem estimulado a difusão de informações relevantes para promover a identidade sul-americana de defesa. Até meados de novembro de 2017, haviam sido publicados 8 números da newsletter.

• A ESUDE reuniu-se regularmente com representantes nacionais dos Estados membros da UNASUL, visando colher instruções para as ações a empreender em 2018.

Para 2018, está prevista a realização do curso sobre mediação de conflitos, que não ocorreu em 2017 por razões orçamentárias do parceiro da ESUDE, a PUC-Rio.

Ainda em 2018, a ESUDE concluirá o curso de especialização intitulado "América do Sul no contexto da segurança internacional", de modo a ser oferecido aos Estados membros do CDS.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	100	%	50	13/01/2017

Iniciativas

- **05LF - Promoção dos interesses brasileiros e participação ativa em fóruns internacionais sobre temas militares como instrumento da Defesa Nacional.**
  Individualizada: Não
- **05LG - Fomento à projeção internacional do Brasil na área de Defesa.**
  Individualizada: Não
- **05LM - Promoção da estabilidade e integração da América do Sul no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).**
  Individualizada: Não

OBJETIVO: 1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Principais realizações até o ano de 2017

Na dimensão humana, são prioridades no período de 2016-2019 a manutenção, o aprimoramento, a captação, a formação e o aperfeiçoamento dos servidores e militares do Ministério da Defesa, bem como a adequação e a racionalização dos

efetivos militares.

Nos dois primeiros anos do Plano Plurianual 2016-2017, foram capacitados, ao todo, 7.765 servidores civis Administração Central do Ministério da Defesa, Censipam, Escola Superior de Guerra, Hospital das Forças Armadas, Comandos da Marinha, Comando do Exército e da Aeronáutica; sendo 5.378 e 2.387 em 2017.

Os principais cursos ministrados foram nas áreas de: licitações e contratos, termo de execução descentralizada (TED), análise e melhoria de processos, fiscalização e acompanhamento de convênios, gerenciamento de projetos, Curso de Altos Estudos de Políticas e Estratégias (CAEPE), Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE).

Importante aliada do Ministério da Defesa na formação de servidores civis e militares, a Escola Superior de Guerra (ESG), ao longo de 2016 e 2017 preparou recursos humanos para o cumprimento das ações necessárias à Segurança e à Defesa Nacionais.

No ano de 2017 destaca-se a criação da primeira turma do Curso de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa, cujo perfil discente constitui-se por bacharéis de diferentes áreas, que pretendem desenvolver pesquisas na área de defesa.

A capacitação de recursos humanos, no contexto do Exército Brasileiro tem como objetivos a preparação e a execução das atividades de ensino por meio de instituições militares, distribuídos pelo território nacional, a exemplo da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Saúde do Exército, da Escola de Formação Complementar do Exército e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Em 2017 o Exército Brasileiro promoveu diversos cursos de formação, aperfeiçoamento, altos estudos militares, especialização e extensão e também implementou atividades relacionadas diretamente às práticas educacionais e de pesquisa

No âmbito do Exército Brasileiro, nos anos de 2016 e 2017, foram capacitados, respectivamente, 16.015 (dezesseis mil e quinze) e 18.013 (dezoito mil e treze) militares, perfazendo um total acumulado no período de 34.028.

No âmbito do Comando da Marinha, as ações empreendidas em 2017, possibilitaram a formação e a capacitação de 23.295 militares e 677 servidores civis para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional, perfazendo um total acumulado de 40.319 recursos humanos capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional. Tal capacitação contempla diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação.

Os cursos presenciais ministrados envolveram 30.270 alunos nas instituições de ensino da Marinha do Brasil e de outros estabelecimentos não pertencentes à Força. Também foram realizados 98 cursos na modalidade de ensino à distância, capacitando 6.766 alunos, sem descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina, reduzindo custos e superando as limitações geográficas existentes.

No Comando da Aeronáutica foram capacitados 14.377 militares, nos cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais; Comando e Estado-Maior e Altos Estudos de Política e Estratégia, realizados pela Universidade da Força Aérea (Unifa); Aperfeiçoamento de Sargentos, ministrado pela Escola de Especialistas da Aeronáutica; e nos cursos de graduação em Engenharia, pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Arranjos de gestão e as pactuações mais relevantes

Dentre as realizações no ano letivo, destaca-se a interação entre a ESG e as escolas de alto nível das Forças. Também se torna relevante a contribuição que a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra proporciona, com a realização dos seus Cursos de Estudos de Política e Estratégia (CEPE) nos escritórios e representações em todo o território nacional, contribuindo para a ampliação do conhecimento dos assuntos de defesa pela sociedade civil. Em 2017 foram realizados 24 CEPE em 20 diferentes cidades do território nacional.

Na busca por inovações nas áreas de formação e capacitação os técnicos da área de ensino do Comando da Marinha visitaram os Centros de Formação de Oficiais e Praças da Marinha dos Estados Unidos da América, o que possibilitou a observância de novas práticas de gestão de pessoal vinculadas ao recrutamento, formação e capacitação, com o intuito de aperfeiçoar o Sistema de Ensino Naval.

Metas 2016-2019

- **04S8 - Alterar a composição do quantitativo de graduados temporários da FAB de 10% para 23%.**

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

  Análise Situacional da Meta

  De forma semelhante com o que ocorreu com os quadros de oficiais, a Força Aérea Brasileira (FAB) havia planejado, ainda no primeiro semestre de 2015, um aumento da proporção de graduados temporários, em relação aos graduados de carreira, para o quadriênio 2016-2019.

  Em razão disso, estabeleceu-se a presente meta, a qual seria obtida por meio da captação, no mercado de trabalho, de profissionais para suprir necessidades específicas na área técnica, que não eram providas pela Escola de Especialistas da Aeronáutica. Além disso, pretendeu-se diminuir os gastos com o pagamento de inativos e pensionistas, já que tais profissionais seriam convocados para servir por um período máximo de oito anos.

  Todavia, no segundo semestre de 2015, face às mudanças no cenário econômico, a FAB deu início ao processo de reestruturação administrativa e, paralelamente a esse trabalho, começou a ser reestudado o dimensionamento de pessoal necessário. Em razão disso, foi identificada a possibilidade de se reduzir o efetivo total de militares, entretanto mantendo ainda o objetivo de aumentar a proporção de temporários em relação aos militares de carreira.

  Na definição do valor mínimo da meta foram considerados os ingressos de graduados temporários a ocorrerem ainda no final de 2015, fato que não ocorreu devido ao cancelamento de novos ingressos naquele ano, haja vista que a confecção do PPA 2016-2019 foi executada no 1º semestre de 2015.

  Por esse motivo, foi solicitada a alteração da meta ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por intermédio do Ministério da Defesa (MD), conforme documentos anexados, entretanto

  as alterações solicitadas não foram atendidas e o MP não informou oficialmente o motivo nem o enquadramento legal que sustente a sua posição.

  No exercício de 2017, o valor atingido foi de 6,8% (1.734 de um total de 25.578 militares), o que corresponde a um valor um pouco inferior à meta para o corrente ano, que era de 7,0%, pelo fato de o quadro de temporários ter sido criado mediante a alteração do Decreto nº 8.130, de outubro de 2013, não havendo tempo hábil para a adequação da meta.

  Com a estabilização e tendência de melhoria discreta da contextualização econômica durante o ano de 2017, e a contínua necessidade da vigente reestruturação da FAB, houve, a título de fator que conteve o alcance da meta prevista uma redução no ingresso de convocados (15 militares em 2017 contra 547 em 2016).

  Considerando-se uma redução no efetivo total de militares nos próximos anos, a expectativa da meta para 2018, conforme PCA 30-1/2017 (Plano de Pessoal do Comando da Aeronáutica), será elevada de 7,0% para 9,4% (2.423 de um total de 25.773 militares).

  Quantidade alcançada

  6,8 %

  Data de Referência

  21/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Efetuar novo cálculo para os quantitativos de ingresso visando gradativamente atingir a meta de longo prazo estipulada no PCA 30-1/2017, o qual prevê, para o círculo de graduados, uma proporção de 11% (2.729 de um total de 25.079 militares) de temporários em 2019. Portanto, estima-se que a meta de 23% de graduados temporários poderá não será alcançada até o final do período 2016-2019.

- **04FP - Alterar a composição do quantitativo de oficiais temporários da FAB de 40% para 44%.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

A Força Aérea Brasileira (FAB) havia planejado, ainda no primeiro semestre de 2015, uma mudança nas proporções de oficiais temporários de 40% para 44% no quadriênio 2016-2019. Todavia, no segundo semestre de 2015, face às mudanças no cenário econômico, o Comando da Aeronáutica deu início ao processo de reestruturação e paralelamente a esse trabalho, começou a ser reestudado o dimensionamento do pessoal efetivo.

Busca-se com essa meta o aumento da parcela de oficiais temporários em relação aos oficiais de carreira, agregando-se assim um conjunto de conhecimentos e habilidades profissionais que atendam às demandas momentâneas e específicas da FAB, que não são obtidas pela formação do pessoal nas suas próprias escolas. Com isso, busca-se complementar os conhecimentos por meio das especialidades, cuja formação possa ser obtida junto ao mercado de trabalho, quanto na formação desse pessoal.

Tal meta também tem por finalidade a redução de gastos com pessoal, tanto no que tange ao pagamento de inativos e pensionistas, a ser atingido no longo prazo.

Na definição do valor mínimo da meta foram considerados os ingressos de oficiais temporários a ocorrerem ainda no final de 2015, que não ocorreram devido ao cancelamento de novos ingressos naquele ano, haja vista que a confecção do PPA 2016-2019 foi executada no 1º semestre de 2015.

Por esse motivo, foi solicitada a alteração da meta ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por intermédio do Ministério da Defesa (MD), conforme documentos anexados, entretanto

as alterações solicitadas não foram atendidas e o MP não informou oficialmente o motivo nem o enquadramento legal que sustente a sua posição.

Devido ao processo de reestruturação mencionado, foi proposta uma alteração da meta para 38,6% de oficiais temporários, tendo em vista à redução do número total de pessoal da FAB e a consequente diminuição do número de convocação de temporários.

Tendo a nova meta em mente, foi estipulada a meta de 37,1% para o ano de 2017. Devido a algumas expectativas frustradas de êxodo de militares, houve um aumento de 2,8% na meta prevista, o que fez com que o seu valor saltasse para 39,9% (4.780 de um total de 11.980). Esse aumento ocorreu devido à ocorrência de dois processos de convocação de oficiais temporários no corrente ano.

Com a estabilização e tendência de melhoria discreta da contextualização econômica durante o ano de 2017, e a contínua necessidade da vigente reestruturação da FAB, houve, a título de fator contribuinte um aumento na meta prevista, resultante de uma maior adesão aos editais de convocação de oficiais temporários efetuados no exercício.

Tendo em vista a redução da quantidade de ingressos no quadro de carreira, assim como as taxas de êxodo e o processo de extinção do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica, que será concluído em 2022, a expectativa da meta

para 2018, conforme PCA 30-1/2017 (Plano de Pessoal do Comando da Aeronáutica), será de 41,0%.

Quantidade alcançada

39,9 %

Data de Referência

21/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Permanece a necessidade de revisão da meta com o propósito de se alinhar à reestruturação em curso na Força, pois atualmente os oficiais temporários representam 39,9%. Em 2018, a previsão será de 41%.

Entretanto, será perseguida a meta para o final do PPA 2016-2019, porém com reais possibilidades de não ser atingida.

- **04FR - Capacitar 8.000 servidores civis em áreas de interesse da Defesa, em instituições de qualidade reconhecida.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados 1.671 servidores em 2016, incluindo a Administração Central do Ministério da Defesa, Censipam, Escola Superior de Guerra, Hospital das Forças Armadas e Comando do Exército.

Os Comandos da Marinha e da Aeronáutica complementaram, a posteriori, as informações sobre o número de servidores capacitados 2.984 e 723, respectivamente. Totalizando em 2016: 5.378 servidores capacitados.

Em 2017 foram capacitados 2.387 servidores, incluindo a Administração Central do Ministério da Defesa, Censipam, Escola Superior de Guerra, Hospital das Forças Armadas, Comandos da Marinha, Comando do Exército e da Aeronáutica. No fim de 2017 a meta acumulada de 7.765 servidores capacitados.

Principais cursos: licitações e contratos, termo de execução descentralizada (TED), análise e melhoria de processos, fiscalização e acompanhamento de convênios, gerenciamento de projetos, Curso de Altos Estudos de Políticas e Estratégias (CAEPE), Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE). Os cursos contribuíram para o aperfeiçoamento, a motivação e a retenção do pessoal civil, impactando positivamente no desempenho institucional.

Quantidade alcançada

7.765 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Manter o acompanhamento e registro da Capacitação de servidores Civis no âmbito do Ministério da Defesa ao longo do PPA 2016 - 2019

- **04FQ - Formar e capacitar 54.000 militares da Marinha.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais atividades realizadas em 2017

Em 2017 foram conduzidos cursos de capacitação que propiciaram o aprimoramento profissional de servidores civis e militares, no âmbito gerencial e operacional, em temas de interesse da Marinha do Brasil, dentre os quais se destacam: Cursos de Formação, de Especialização e Subespecialização; Cursos de Aperfeiçoamento; Cursos Expeditos; Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários; Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores; e Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia.

As ações empreendidas possibilitaram a formação e a capacitação de 23.295 militares e 677 servidores civis para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional no âmbito da Marinha do Brasil, perfazendo um total acumulado (desde 2016) de 40.319 militares treinados, capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional. Tal capacitação contempla diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação.

Os cursos presenciais ministrados envolveram instituições de ensino, tanto no âmbito da Marinha do Brasil quanto extra-Marinha, propiciando a manutenção do grau de excelência profissional do pessoal.

A busca por inovações nas áreas de formação e capacitação levou técnicos da área de ensino a visitar os Centros de Formação de Oficiais e Praças da Marinha dos Estados Unidos da América, possibilitando a observância de novas práticas de gestão de pessoal vinculadas ao recrutamento, formação e capacitação, com o intuito de aperfeiçoar o Sistema de Ensino Naval.

Fatores que contribuíram para as realizações das atividades

- Adequação da estrutura física das salas de aula e disponibilização de biblioteca e laboratório de informática para as atividades práticas e de pesquisa;
- Elevado índice de motivação entre docentes e discentes, aliado à experiência pregressa dos orientadores em atividades de instrução;
- Incentivo à participação de docentes, civis e militares, em encontros pedagógicos, workshops e em cursos de pós-graduação lato e stricto senso, com o propósito de expandir suas qualificações, permitindo um constante incremento do nível de conhecimento da área educacional, e propiciando a transmissão de experiências específicas para o cumprimento dos currículos;
- Requalificação do corpo docente, incluindo doutores, mestres e especialistas;
- Realização de capacitações internas, tais como palestras, reuniões pedagógicas e adestramentos;
- Incremento das atividades práticas previstas nos currículos por meio de visitas a estabelecimentos diretamente ligados às diversas áreas de conhecimento;
- Atuação de equipe técnico-pedagógica no apoio aos docentes e discentes buscando uma avaliação sistemática e contínua do ensino;
- Realização de parcerias da Marinha com renomadas instituições de ensino e pesquisa, com o propósito de proporcionar o "estado da arte" do ensino científico-tecnológico, bem como permitir o estreitamento de laços entre os meios militar e acadêmico;
- Criação de um Centro de Idiomas e de um Centro de Ensino a Distância, visando aprimorar a capacitação linguística e implementar a educação continuada, contribuindo para a desejável redução de custos, sem perda de qualidade; e
- Participação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e no Projeto "Soldado Cidadão", que permitiram ampliar de forma considerável a oferta de cursos profissionalizantes aos militares em formação.

Previsão de realizações para o próximo ano

Considerando a previsão de recursos destinados ao exercício financeiro de 2018, a expectativa do número de formandos é de 23.800 militares.

Quantidade alcançada

40.319 unidades
Data de Referência

31/12/2017
Classificação da meta

Andamento adequado
Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento

- **04FO - Formar e capacitar 60.000 militares do Exército Brasileiro.**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa
  Análise Situacional da Meta
  A meta prevista ao final do PPA 2016-2019 é de formar e capacitar 60.000 militares, o que perfaz uma média anual de 15.000. Nos anos de 2016 e 2017 foram capacitados, respectivamente, 16.015 (dezesseis mil e quinze) e 18.013 (dezoito mil e treze) militares, perfazendo um total acumulado no período de 34.028, o que corresponde a 56,7% (cinquenta e seis vírgula sete por cento) do total previsto para o referido PPA.
  Esse percentual acima da média prevista para o período se justifica por uma maior oferta no número de vagas devidamente autorizadas em Portaria e disponibilizadas nos anos de 2016 e 2017. O percentual alcançado nos permite afirmar o bom andamento da execução da meta para o período de referência.
  Apesar da imposição de um Limite de Movimentação e Empenho (LME) ocorrido no início dos referidos exercícios orçamentários e a liberação do restante dos recursos ao longo dos anos, este Departamento conseguiu atender grande parte das necessidades dos 113 (cento e treze) Estabelecimentos de Ensino e das Organizações Militares com encargos de ensino, em virtude das medidas de racionalização das atividades previstas para os diversos cursos e estágios.

  Quantidade alcançada

  34.028 militares formados
  Data de Referência

  15/12/2017
  Classificação da meta

  Andamento adequado
  Medidas a serem adotadas

  Sem proposição de Novas Medidas;

  Detalhamento das providências a serem tomadas

  "meta com bom andamento"

Iniciativas

- **05P7 - Formação e capacitação de militares no país e exterior, desenvolvendo as competências para a defesa nacional.**
  Individualizada: Não

- **05P8 - Refomulação do processo de formação e capacitação dos militares de carreira e temporários da FAB.**
  Individualizada: Não

- **05P9 - Desenvolvimento e ampliação da conscientização da sociedade sobre os assuntos de defesa nacional.**
  Individualizada: Não

OBJETIVO: 1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A capacidade operativa das Forças Armadas Brasileiras tem como pilares fundamentais o adestramento e a prontidão logística. Dessa forma, nos dois primeiros anos do Plano Plurianual 2016-2019, essas atividades foram continuadas com o intuito de atingir as condições adequadas de aprestamento das Forças Singulares.

No que concerne ao adestramento, em 2017, as Forças Armadas realizaram exercícios específicos, bem como participaram de atividades e Operações que contribuíram para a melhoria do nível de prontidão e preparo dos efetivos. Nesse sentido, merecem destaque, no âmbito do Comando do Exército: a) os exercícios de adestramento básico e avançado; b) os exercícios combinados com países de nações amigas e; c) as atividades de instrução militar e dos exercícios relativos ao adestramento e à manutenção da infraestrutura de apoio à instrução militar.

Com a realização de exercícios combinados com nações amigas, o País pôde demonstrar seu poder de dissuasão no Teatro de Operações sul-americano. Além disso, esses eventos foram importantes para a consolidação dos laços de cooperação entre os integrantes dos exércitos amigos e para o compartilhamento de experiência doutrinárias, estabelecendo pautas comuns de trabalho, consolidando as lições aprendidas.

Outro marco relevante ocorrido em 2017 foi a implementação dos novos centros de adestramento do Exército Brasileiro (CA-Leste e CA-Sul), proporcionando nova capacidade de adestramento para a Força Terrestre e criando uma nova sistemática de treinamento de tropa nos Comandos Militares de Área. Os centros, quando completamente implantados, possibilitarão a realização de simulações Viva, Virtual e Construtiva.

A elevação da capacidade operativa dos meios e efetivos do Comando do Exército compreende, também, o Serviço Militar. Em 2017, foram alistados 1.479.514 jovens, sendo que desses, 520.879 passaram pela etapa de seleção geral; 215.475 distribuídos para as juntas militares e 93.192 efetivamente incorporados às três Forças Armadas.

Com vistas à modernização do Sistema, está em andamento o Projeto de Racionalização do Serviço Militar, que prevê a implantação do alistamento pela internet; a diminuição de efetivos empenhados e a redução da estrutura, com a extinção de dezenas de Delegacias de Serviço Militar, as quais estão sendo gradativamente transformadas nos novos postos de recrutamento e mobilização.

Como resultados do exercício de 2017, apresentam-se a criação de 57 postos de recrutamento e mobilização; a implementação do alistamento militar on-line em 70% dos estados da federação e; a modernização do Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (Sermilmob). Esse Sistema tem por objetivo a formação e a manutenção do cadastro de informações de cidadãos aptos para participar do processo de recrutamento militar, assim como compor a reserva mobilizável do Exército, proporcionando maior agilidade na mobilização da reserva em caso de necessidade.

Em suma, destaca-se como fatores positivos para o adestramento do Exército em 2017, o planejamento oportuno e detalhado realizado em 2016 e a elevada capacidade de articulação da Força e a participação nas ações subsidiárias, que embora sendo operações de "não guerra", contribuem para o adestramento dos integrantes da Força Terrestre.

Por outro lado, o contingenciamento de recursos impactou negativamente na execução das atividades planejadas, sendo esta a principal dificuldade desse exercício.

No que diz respeito ao adestramento, no âmbito do Comando da Aeronáutica, a Força realizou, em 2017, as seguintes Operações:

•Ostium - reforço da vigilância do espaço aéreo sobre a fronteira do Brasil, na Região Sul e Centro Oeste, com o objetivo de coibir voos irregulares que pudessem estar ligados a crimes como o narcotráfico. Cidades como Chapecó-SC, Corumbá-MS, Dourados-MS, Campo Grande-MS, Cascavel-PR e Foz do Iguaçu-PR receberam reforços de tropas e equipamentos para atuarem no combate aos tráfegos ilícitos. Como resultado, foram interceptados, em média, quatro aviões irregulares por dia.

•Guarani e Caxiri tiveram como plataforma de apoio a aeronave KC-390. A primeira operação contemplou atividades relacionadas a lançamento de carga e de pessoal e a segunda teve como foco o reabastecimento em voo de aeronaves.

Além desses adestramentos operacionais, foram realizadas capacitações em organizações nacionais e estrangeiras, a exemplo dos cursos de carreira, como Comando e Estado-Maior e de Política e Estratégia, pós-graduação (MBA, mestrado e doutorado) e dos cursos técnicos na área de manutenção e recebimento de aeronaves.

Também foram promovidos os adestramentos voltados à operação de aeronaves adquiridas no exterior e de seus respectivos sistemas; treinamentos em simuladores de voo, como das aeronaves Learjet - 35A, H-60L, P-3C e C-130 e apoio às missões na Estação Brasileira na Antártica.

Ainda no que tange ao adestramento das Forças Armadas, o Comando da Marinha participou de Missões de Paz sob a égide da ONU (Haiti e Líbano), contribuindo para o desenvolvimento da doutrina e aprestamento da Força Naval.

Outras operações que contribuíram para o estreitamento do relacionamento com as Marinhas Amigas, realizadas em 2017, foram a Obangame Express, com os Estados Unidos da América, que teve como foco o Continente Africano; a Bracolper, ação de presença, realizada com as Marinhas da Colômbia e Peru; e Fraterno, com a Armada da República Argentina, cujo propósito foi incrementar o nível de adestramento dos meios das Esquadras.

Tais eventos contribuíram para o aumento da capacidade operativa da Marinha à medida em que promovem o emprego singular ou conjunto de meios navais, aeronavais, de Fuzileiros Navais e de Operações Especiais, tanto em ações vinculadas às tarefas básicas do Poder Naval (negação do uso do mar, controle da área marítima, projeção de poder sobre terra e contribuir para a dissuasão estratégica); quanto naquelas vinculadas às atividades subsidiárias da Força (garantia da lei e da ordem e defesa civil).

Outro importante instrumento de adestramento das Forças Armadas são as Operações Ágata, que consistem na execução de ações repressivas e de apoio, tais como: bloqueios de estradas, patrulhamento naval e terrestre, controle do espaço aéreo, fiscalização aduaneira e ações cívico-sociais em apoio à população fronteiriça. Além da importância para a segurança das fronteiras do País, também se constituem em oportunidades de adestramento dos efetivos militares.

No contexto de logística e mobilização, desde o início do desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (Sistema Apolo), cinco módulos foram entregues. O Módulo de Empresas Mobilizáveis foi implementado, permitindo gerenciar a seleção de empresas de interesse da Defesa Nacional, com informações sobre seus produtos e suas capacidades logísticas. Além disso, o Apolo passou a receber, por meio de

interoperabilidade, dados de diversos órgãos componentes do Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob), tais como o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em 2017, apesar do contingenciamento dos recursos, iniciou-se o desenvolvimento de mais um módulo do Apolo, destinado ao Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional, a fim de automatizar o processo de avaliação e autorização de projetos de aerolevantamentos. O trabalho tinha previsão de conclusão em dezembro/2017, contudo, em decorrência do contingenciamento, o prazo foi postergado, para março/2018.

Ainda em 2017 foram incluídos no Apolo dados do Instituto Nacional de Meteorologia, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e da Agência Nacional de Aviação Civil e iniciadas as tratativas com a Polícia Rodoviária Federal e com os Correios. Também foi implantado um novo servidor de mapas baseado numa arquitetura aberta, com disponibilidade para outros sistemas e maior economia.

Para 2018, a intenção é ampliar a interoperabilidade do Sistema Apolo com os órgãos do Sinamob e iniciar o levantamento de requisitos para novos módulos, relacionados a temas como a mobilização de recursos humanos, o transporte logístico conjunto e a Geoinformação de Defesa.

A capacitação de civis e militares nas atividades inerentes ao preparo e à execução da Mobilização Nacional contribui para a elevação da capacidade operativa das Forças Armadas. Nesse contexto, em 2017, foram desenvolvidas as seguintes atividades/eventos:

•Conferência Logística e Mobilização e da Conferência Internacional "14ª Annual Logistics Defense Symposium"
•Planejamento Operacional das Operações Conjuntas LAÇADOR, Amazônia, Granada, do Exercício AZUVER e da Revisão do Planejamento OPALA 2017
•Organização dos Cursos de Logística e Mobilização Nacional, e de Comando e Estado-Maior do Exército;
•Feira Latina Americana de Defesa;
•Life Cycle Management Group (LCMG) - Grupo de Gerenciamento do Ciclo de Vida
•Encontro do UN SaferGuard Technical Review Boar;
•Conferência de Planejamento Inicial Panamax 2018; e
•XXVIII Congresso Brasileiro de Cartografia, no qual foram abordados temas referentes ao aerolevantamento por Aeronaves Remotamente Pilotadas e de evolução da geoinformação no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais.

Com relação à logística e à manutenção dos meios operacionais das Forças Armadas, merecem destaque em 2017, no âmbito do Comando da Aeronáutica, a atividade de manutenção de meios aéreos, conforme os procedimentos técnicos previstos.

Comparando o esforço aéreo realizado em 2017 com o realizado em 2016, houve um acréscimo de cerca de 20% no quantitativo de horas. Para o próximo ano há previsão de realização de manobras operacionais, reuniões de aviação operacional, treinamento em simulador de voo no país e no exterior, capacitação de equipagens de aeronave de asas rotativas, caça e de transporte e de missões de ensino e técnico-administrativas.

Relativamente ao Comando da Marinha, a operacionalidade dos meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais é sustentada pela execução do Programa Geral de Manutenção que, em 2017, contemplou a manutenção do Navio-Escola Brasil; do Navio-Veleiro Cisne Branco; das Fragatas Defensora, Liberal, Independência e União; das Corvetas Júlio de

Noronha e Barroso; e do Navio-Tanque Almirante Gastão Motta.

Por fim, merece também destaque, no campo da logística do Exército Brasileiro, a continuidade das atividades de logísticas envolvendo transporte, manutenção, saúde, manutenção, subsistência, fardamento, combustíveis, munições, veterinária e a manutenção e o suprimento de material da aviação do Exército.

Metas 2016-2019

- **04F2 - Alcançar índice de 65% dos meios operativos da MB na condição "Pronto para Operar".**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa
  Análise Situacional da Meta
  Principais resultados alcançados em 2017
  A condição operativa dos meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais é sustentada pela execução do Programa Geral de Manutenção que, em 2017, contemplou – principalmente – a manutenção dos seguintes meios da Marinha: Navio-Escola Brasil; Navio-Veleiro Cisne Branco; Fragatas Defensora, Liberal, Independência e União; Corvetas Júlio de Noronha e Barroso; e Navio-Tanque Almirante Gastão Motta.
  No que tange ao adestramento da Força, a Marinha participou das Operações Conjuntas conduzidas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Operações Amazônia e Ágata) e de missões de paz sob a égide da ONU (Haiti e Líbano), contribuindo para o desenvolvimento da doutrina e aprestamento da Força Naval.
  Ocorreram, ainda, as seguintes operações que contribuíram para o aprimoramento do relacionamento internacional com as Marinhas Amigas, fomentando o desenvolvimento de parcerias estratégicas e elevando o nível de adestramento do pessoal:
  OBANGAME EXPRESS – interação simulada com a Marinha dos Estados Unidos da América com foco no Continente Africano;
  BRACOLPER – ação de presença visando o estreitamento de laços de amizade com a Colômbia e o Peru, proporcionando a obtenção de informações operacionais das regiões visitadas; e
  FRATERNO – operação combinada com a Armada da República Argentina cujo propósito foi incrementar o nível de adestramento dos meios das Esquadras.
  Tais eventos contribuíram para o aumento da capacidade operativa da Marinha à medida que promovem o emprego singular ou conjunto de meios navais, aeronavais, de Fuzileiros Navais e de Operações Especiais, seja em ações vinculadas às tarefas básicas do Poder Naval (negação do uso do mar, controle da área marítima, projeção de poder sobre terra e contribuir para a dissuasão estratégica), seja naquelas vinculadas às atividades subsidiárias da Força (Garantia da Lei e da Ordem e Defesa Civil).
  A partir de articulações conduzidas pelo Ministério da Defesa, dentro do contexto do Plano Estratégico de Fronteiras, foram realizadas ações combinadas com órgãos de segurança pública e de fiscalização durante a Operação Ágata. Vale ressaltar que o emprego do Poder Naval nesta operação explorou as atividades de repressão a crimes transfronteiriços, bem como aquelas relacionadas às Assistências Cívico-Social e Hospitalar.

  Fatores que contribuíram na execução da Meta
  A partir de articulações conduzidas pelo Ministério da Defesa, o planejamento de operações conjuntas foi essencial para a manutenção do adestramento da Força e de outros órgãos correlatos. Da mesma forma, a manutenção dos meios operativos permitiu a execução de exercícios e adestramentos em prol da condição de operativa da Marinha.

  Perspectiva para o próximo ano
  Para 2018 a Marinha continuará envidando esforços no sentido de elevar o índice de disponibilidade dos meios operativos, com o apoio logístico integrado e ações programadas dos diversos setores envolvidos nas atividades referentes à manutenção e revitalização dos meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.
  Em termos de projeção da Marinha no exterior, está mantida a condução da Força Tarefa Marítima no Líbano,

constituindo importante contingente operativo que contribui para o aumento da capacitação, adestramento e prontidão logística do pessoal e do material.

Quantidade alcançada

47 %

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

As providências a serem adotadas para o cumprimento da meta já foram estabelecidas pela Força. Essas providências serão executadas desde que haja disponibilidade de recursos, para atender as atividades relacionadas à execução da Meta.

- **04EW - Aprimorar e promover o treinamento anual de 80,1% do efetivo das unidades operacionais do Exército.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Avaliação da execução da meta

O planejamento para o ano de 2017 foi realizado em 2016, durante seis meses, por meio do Sistema de Apoio ao Planejamento que é um instrumento de TI preenchido online por todos os Grandes Comandos e Grandes Unidades do Exército. O planejamento encerrou em final de outubro de 2016, com uma reunião presencial dos principais envolvidos para acerto de detalhes e para a assinatura do Contrato de Objetivos 2017, que é o documento onde constam todas as atividades de adestramento das Grandes Unidades, adestramento das Forças de Ação Estratégica (FAE), Estágios dos C Mil A, Estágios Setoriais do COTER, exercícios de simulação de combate, adestramento da reserva mobilizável, e de manutenção da infraestrutura de apoio à instrução militar.

O Exército Brasileiro, em consequência desse planejamento, engajou-se na busca da Meta 04EW, pertencente ao Objetivo 1114.

Além da execução do contido no Contrato de Objetivos 2017, a F Ter executou operações na Faixa de Fronteira, de Garantia da Lei e da Ordem no Rio de Janeiro, Operações Conjuntas do Ministério da Defesa e varredura de presídios, dentre outras. Dessa forma, o Exército recebeu recursos e dedicou-se ao cumprimento de suas missões constitucionais, além daqueles recebidos para o Preparo da Força Terrestre, que foram, no corrente ano, de aproximadamente 50% do solicitado no PLOA/COTER.

Sabe-se que a meta 04EW - Aprimorar e promover o treinamento anual de 80 % do efetivo das unidades operacionais do Exército - foi atingida, com restrições, considerando a contenção de recursos atribuídos na LOA/2017 para atender a Instrução Individual Básica (IIB), a Instrução Individual de Qualificação (IIQ), a Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP) e o Período de Adestramento Básico (PAB) bem como as atividades previstas no Contrato de Objetivos 2017, consoante o que se depreendeu dos relatórios das viagens de inspeção e dos relatórios dos

Grandes Comandos Operacionais.

O Exército continuou desenvolvendo o treinamento, com simulação de combate, dos Estados-Maiores dos Grandes Comandos e das Grandes Unidades.

As missões atribuídas ao Exército Brasileiro nas Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, nas Operações na Faixa de Fronteira, na Operação Pipa do Nordeste, dentre outras, com seus correspondentes aportes de recursos extraorçamentários, ajudaram no treinamento dos integrantes da Força Terrestre. Ou seja, além do treinamento previsto, os integrantes do Exército tiveram a oportunidade de colocar em prática aspectos específicos do seu preparo. Pode ser considerado que essas missões foram operações reais em benefício da sociedade brasileira, seja na atividade de apoio aos órgãos governamentais, seja nas ações subsidiárias.

Para elevar o treinamento de todo o Exército Brasileiro, é necessário o aporte integral de recursos financeiros solicitados no PLOA/COTER para o Preparo.

Quantidade alcançada

80 % ao ano

Data de Referência

28/11/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Executado um planejamento detalhado para 2018, com uma estimativa de recursos financeiros de um acréscimo de 4,5% da LOA de 2017, uma vez que não será possível o atendimento do PLOA/COTER.

a. providências que o órgão pretende adotar visando à correção de rumos no intuito de atender a meta até 2019:

- aprimorar, dentro dos recursos disponíveis, e promover o treinamento anual de 80 % do efetivo das unidades operacionais do Exército.

- Priorizar, junto aos Decisores do EB, a alocação dos recursos do Preparo, de modo a que, mesmo com eventuais contingenciamentos, a atividade-fim não seja impactada negativamente.

b. identificar preliminarmente as alterações pretendidas para uma futura revisão do PPA:

- serem atribuídos ao COTER, na LOA, a totalidade dos recursos levantados no planejamento encaminhado pelo PLOA/COTER, de cerca de R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), de modo a que o planejamento (Contrato de Objetivos Anual) possa atender integralmente as necessidades do Preparo.

- aplicar mais recursos financeiros para a manutenção da infraestrutura da instrução militar, haja vista a existência de uma demanda reprimida.

- dar prioridade aos exercícios no terreno do Período de Adestramento Básico, em detrimento dos exercícios do Período de Adestramento Avançado. Essa prioridade tem como objetivo exercitar os Tenentes e Sargentos, Capitães e Oficiais Superiores, nesta ordem.

c. "meta com bom andamento", considerando todos os recursos alocados.

- **04F3 - Reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Durante o biênio 2016/2017 foi implantado o modelo de treinamento em simulador no Brasil e Exterior com a freqüência a cada 24 meses (meta atingida), devido o corte de horas de vôo nos anos anteriores ao biênio em pauta, primando pela economicidade tendo em vista que o custo com treinamento em simulador é bem mais baixo do que com

o treinamento real, e a fim de diminuir os riscos com incidentes/acidentes aéreos prevalecendo a preocupação com a segurança de vôo.

Infere-se que esta ação foi muito importante, haja vista que algumas de nossas unidades aéreas estavam com a disponibilidade muito baixa de seus vetores, fato esse que poderia causar problemas na manutenção operacional e formação dos pilotos, com isso, o treinamento em simulador contribuiu de maneira positiva para que este Comando pudesse atingir as metas estipuladas na formação/manutenção dos pilotos, pois somente nestes equipamentos é possível treinar determinadas emergências críticas, como pane em vôo, sem risco à vida dos profissionais.

Para o biênio 2018/2019, foram programados os treinamentos em simulador nacional com a freqüência anual e os realizados no exterior com a freqüência bianual, no sentido de que após esse interregno, seja realizada a análise estatística e a verificação dos índices de aprendizagem e de segurança de vôo.

Quantidade alcançada

24 meses

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	24	mês	24	31/12/2017

Iniciativas

- **05MB - Formação de jovens para a Reserva Mobilizável das Forças Armadas.**
  Individualizada: Não
- **05MC - Elevação do nível de Interoperabilidade dos meios das Forças Armadas nos campos da Logística e Operações.**
  Individualizada: Não
- **05MD - Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).**
  Individualizada: Não
- **05ME - Aperfeiçoamento e modernização do processo de alistamento de pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.**
  Individualizada: Não
- **05MF - Reestruturação e adequação da Logística Operacional do Exército.**
  Individualizada: Não
- **05MG - Instrução Militar para aumentar e/ou manter a capacidade operacional.**
  Individualizada: Não
- **05MH - Realização de pesquisas, desenvolvimento e avaliação da doutrina e estratégia militar.**
  Individualizada: Não
- **05MJ - Aprimoramento da logística de material e abastecimento.**
  Individualizada: Não
- **05MK - Adequação da logística de reparos dos meios navais, aeronavais e Fuzileiros Navais.**
  Individualizada: Não
- **05ML - Realização do número de horas de voo prevista por tripulação.**
  Individualizada: Não

- **05MM - Ampliação do uso de simuladores no treinamento de tripulações.**
  Individualizada: Não
- **05MN - Redução do tempo médio de reparo das aeronaves.**
  Individualizada: Não
- **07FE - Implantação do Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGeodef) e da infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDE-Defesa).**
  Individualizada: Não

OBJETIVO: 1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No que diz respeito à adequação de infraestrutura e à distribuição das instalações de organizações militares, em 2017, foram adotadas diversas ações, pelos Comandos Militares e pelo Programa Calha Norte, as quais contribuíram para a ampliação da capacidade de atuação e mobilidades das Forças Armadas.

As estratégias adotadas pelo Comando do Exército para o alcance dessas realizações se pautaram na gestão de obras militares (planejamento, elaboração de projetos, processos licitatórios e fiscalização de obras); na melhoria contínua da capacitação de pessoal e na otimização de processos e no aprimoramento de ferramentas computacionais em apoio à gestão da informação.

Nesse sentido, a Força vem desenvolvendo um Sistema Informatizado de Gestão de Obras Militares (OPUS) para dar suporte às funcionalidades de planejamento, programação, acompanhamento, fiscalização, controle, gerência e execução de obras, nos níveis executivo, gerencial e estratégico. Outro fator que merece destaque são as videoconferências mensais, que permitem ao escalão superior melhorar a solução dos problemas dos executores, proporcionando a troca de conhecimento, o repasse de orientações e o nivelamento de conhecimento acerca dos trabalhos do sistema de obras militares.

Entre as atividades que contribuem para o alcance do Objetivo, destaca-se o Projeto Sentinela da Pátria, que visa proporcionar melhores condições ao cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, em especial a defesa da Pátria. As ações inerentes ao Projeto incluem reorganização, adequação e aperfeiçoamento de instalações militares, em todas as áreas estratégicas do País, atendendo ao planejamento constante da concepção estratégica do Exército.

As reestruturações das organizações militares blindadas, situadas no Rio Grande do Sul e Paraná tiveram prosseguimento, credenciando-as ao emprego dos simuladores e dos modernos meios blindados da família Leopard e Guepard, adquiridos da Alemanha, e Obuseiros Autopropulsados - M 109 A5+, oriundos dos Estados Unidos da América.

O Projeto prosseguiu com a implantação do Comando de Operações Especiais em Goiânia/GO, unidade do Exército Brasileiro responsável pelas ações contraterrorismo, com destaque para a adequação das instalações do almoxarifado e construção do paiol.

Ainda no escopo do Projeto Sentinela da Pátria, foram construídas e adequadas as instalações do 6º Batalhão de Polícia do Exército, em Salvador/BA, e do 11º BPE, no Rio de Janeiro/RJ. Esses Batalhões são organizações militares especializadas, responsáveis pelo policiamento de trânsito, segurança de pessoas e a escolta de autoridades e de comboios militares.

Das realizações no ano de 2017, no que diz respeito a obras em infraestruturas das Organizações Militares da Força Terrestre, cabe destacar:

•Adequação e pavimentação da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, em Manaus/AM;
•Construção do Pavilhão Hangar no 3º Batalhão de Aviação do Exército, em Campo Grande/MS;
•Construção, no 3º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Barcelos/AM, do Prédio de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), pavimentação, construção do poço do BIS, construção do castelo d'água da vila de oficiais e construção do Edifício Residencial do Comando da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro/RJ;
•Construção de PNR e terraplenagem, infraestrutura e urbanização para blocos de PNR no 2º BIS, em Belém/PA;
•Construção e acesso à Base Logística no Comando da 1ª Divisão de Exército, no Rio de Janeiro/RJ;
•Construção e acesso a Vila Verde, Comando 1ª D E, no Rio de Janeiro/RJ;
•Reparação da Seção de Inativos e Pensionistas do Comando da 9ª Região Militar, em Campo Grande/MS; e
•Adequação do galpão de depósito de ponte Logistic Support Bridge (LSB), no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, em Aquidauana/MS.

Quanto às adequações das organizações militares das unidades do Comando da Aeronáutica, no biênio 2016 e 2017, o foco principal foram a adaptação e a adequação da infraestrutura das instalações, que se constituíram em reformas, reparos e construções em 24 organizações em 2016 e em 14 unidades militares em 2017.

A utilização racional dos recursos também foi utilizada para a disponibilidade de Próprios Nacionais Residenciais. Em 2017, foram concluídas 120 moradias em Brasília e Manaus, assim como foram efetuadas diversas reformas em residências em 10 localidades, que abrangeram cerca de 250 unidades residenciais. Soma-se a esse montante, as 8 localidades atendidas em 2016, totalizando no biênio mais de 300 militares beneficiados em todas as regiões do país.

Em virtude do contingenciamento em 2017, foi postergada a construção do hangar que abrigará a aeronave KC-390, devido ao alto custo desse empreendimento. Dessa forma, o Comando da Aeronáutica priorizou a continuidade das obras de recuperação das infraestruturas militares já existentes.

O atraso no início da construção do referido hangar não deve impactar no alcance do Objetivo, pois em virtude da reestruturação, as primeiras aeronaves KC-390 serão abrigadas, provavelmente, na cidade de Anápolis-GO que já possui um hangar compatível com o Projeto.

Com relação à adequação da infraestrutura das organizações militares terrestres da Marinha, as principais obras realizadas em 2017 foram:

•Construção do prédio para apoio às pesquisas, no Instituto de Estudos do Mar "Almirante Paulo Moreira", em Arraial do Cabo/RJ;
•Modernização dos elevadores dos prédios da Diretoria de Patrimônio Histórico e de Documentação da Marinha e instalação de gerador de energia elétrica para o prédio da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro/RJ;
•Reforma do alojamento para a tripulação da Agência de Bom Jesus da Lapa, na Bahia;
•Modernização do parque de informática da Capitania dos Portos do Amapá, em Santana/AP;
•Modernização do Grupo de Atendimento ao Público da Capitania Fluvial de Tabatinga, no Amazonas/AM;
•Reforma das instalações do Colégio Naval, em Angra dos Reis/RJ;
•Reforma das instalações do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, no Rio de Janeiro/RJ;
•Reforma das instalações da Escola Guerra Naval, no Rio de Janeiro/RJ;

•Reforma das instalações da Escola Naval, no Rio de Janeiro/RJ; e
•Reforma das instalações do Comando do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro/RJ, com destaque para o novo refeitório.

Devido às restrições orçamentárias ocorridas em 2017, o Projeto de implantação da Segunda Esquadra e da Força de Fuzileiros da 2ª Esquadra encontra-se paralisado. Vale ressaltar, que esses empreendimentos são de grande importância para o País, tendo em vista que o estabelecimento de uma esquadra na Região Norte/Nordeste, mais próxima da foz do Rio Amazonas trará, além de ganhos operacionais ao Comando da Marinha, benefícios para a região, tais como o desenvolvimento socioeconômico; a geração de empregos diretos e indiretos; o incremento da arrecadação de impostos e a redução do chamado "Custo Brasil".

No contexto do Programa Calha Norte (PCN), a estratégia adotada consiste na manutenção da presença do Estado, por meio da implantação, ampliação ou adequação de unidades militares das Forças Armadas, reforçando, assim, a segurança das fronteiras e o combate ao narcotráfico e demais ilícitos transfronteiriços.

Destacam-se como principais contribuições do PCN, para o Objetivo 1116, em 2017, os seguintes resultados:

•Conclusão das obras em andamento na Região, incluindo a recuperação total das instalações do 5º Pelotão Especial de Fronteira do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (5ºPEF/5ºBIS), de Maturacá/AM;
•Aquisição de tratores e implementos para os Pelotões Especiais de Fronteira da 2ªBrigada de Infantaria de Selva (2ª Brigada de Infantaria de Selva);
•Reforma dos Próprios Nacionais Residenciais nas Vilas Navais de Manaus, reforço estrutural dos blocos residenciais da Vila 14 Bis, em Manaus/AM e adequações dos PNR nas diversas vilas militares;
•Aquisição de dois grupos geradores carenados de 225 KVA, para o Comando Militar do Norte e substituição do gerador principal da Base Aérea de Boa Vista;
•Aquisição de novas embarcações, motores de popa e equipamentos modernos de comunicações e de navegação e manutenção de navios e embarcações para controle e segurança do tráfego fluvial;
•Aquisição de um simulador para o Centro Técnico de Formação de Fluviários da Amazônia Ocidental e de material para sinalização do Aeroporto de Ponta Pelada; e
•Serviços de manutenção de aeronaves em proveito das atividades do Programa.

Metas 2016-2019

- **04F8 - Aumentar de 50% para 60% a adequação das Organizações Militares na Amazônia.**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa
  Análise Situacional da Meta
  Com o propósito de implementar a Estratégia da Dissuasão e da Presença na Região Amazônica, o Exército Brasileiro tem implantado, reestruturando, adequando e transformado Organizações Militares nesta área.
  A criação de um novo Comando Militar de Área permitiu o aprimoramento do Comando e Controle da vasta região amazônica, dividindo a responsabilidade entre o Comando Militar da Amazônia (CMA), em Manaus, e o Comando Militar do Norte (CMN), em Belém.
  Em 2017, o Programa Amazônia Protegida conduziu obras de implantação no Comando Militar da Amazônia (CMA), tais como a implantação do 1º Batalhão de Comunicações de Selva, 7º Batalhão de Polícia do Exército e o 12º Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva. No Comando Militar do Norte (CMN), foi implantada a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, sexta Brigada instalada na região Amazônica. O efetivo das tropas na Amazônia foi ampliado para quase 30 mil militares.
  O Exército Brasileiro deu prosseguimento, em 2017, à instalação de planta de energia solar, no Pelotão Especial de Fronteira de Tunuí/AM, e deverá iniciar nova planta solar em Tiriós/PA. Onze Estações de Tratamento de Água foram instaladas nos Pelotões de Fronteira, realizando a adequação do suprimento de água daquelas Organizações Militares.

O Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar, foi adequado em 70%, aprimorando o apoio logístico do Comando Militar da Amazônia (CMA). Foi iniciada a construção do Depósito Multiclasses no 23º Batalhão Logístico de Selva, com 25% da iniciativa concluída o que dará maior capacidade logística ao Comando Militar do Norte (CMN). O Governo Federal apoia as metas do Programa Amazônia Protegida por intermédio de recursos do Programa Calha Norte.

Em 2018, o Exército dará continuidade às obras de implantação, adequação, reestruturação e transformação das Organizações Militares da Amazônia, tornando-as mais aptas ao cumprimento da missão do Exército na Amazônia.

Quantidade alcançada

60 %

Data de Referência

15/12/2017

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

"meta prevista ao final do PPA já alcançada"

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	60	%	60	15/12/2017

- **04FC - Aumentar de 75% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Em 2017, foram realizadas diversas ações visando atender à modernização, racionalização e redistribuição de organizações militares no território nacional, em especial:

- adequação de instalações para a implantação do 11º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro/RJ, no aquartelamento do 31º Grupo de Artilharia de Campanha, atendendo a Diretriz de Racionalização do Comandante do Exército;

- prosseguimento da implantação do 6º Batalhão de Polícia do Exército em Salvador/BA, com 80% das obras concluídas;

- adequações de instalações para a implantação do Batalhão de Manutenção e Suprimento Antiaéreo, em Osasco/SP, no antigo aquartelamento do 39º Batalhão de Infantaria Leve, extinto, atendendo a Diretriz de Racionalização do Comandante do Exército;

- prosseguimento da construção e adequação das instalações para a implantação da 6ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada (Bia AAAe AP), em Santa Maria/RS, e 11ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada, em Rio Negro/PR, as quais receberam viaturas blindadas (Vtr Bld) Gepard;

- prosseguimento da implantação do 5º Regimento de Carros de Combate (RCC), em Rio Negro/PR, e do 3º Regimento de Carros de Combate, em Ponta Grossa/PR, os quais receberam as viaturas blindadas Leopard, com previsão de conclusão para 2022; e

- prosseguimento da construção e adequação das instalações do Comando de Operações Especiais, em Goiânia/GO, e do Comando de Aviação do Exército, em Taubaté/SP, contribuindo com a ampliação da capacidade operacional e da mobilidade estratégica das Grandes Unidades da Força de Emprego Estratégico.

Dentre os principais desafios enfrentados para a execução dessas ações, cabe destacar, além das restrições orçamentárias, a demora na liberação do numerário para pagamento das etapas liquidadas, prejudicando o ritmo das obras e gerando dificuldades junto às empresas contratadas.

Quantidade alcançada

80 %

Data de Referência

15/12/2017

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

"meta prevista ao final do PPA já alcançada"

- **04FE - Concluir a construção de um hangar para a aeronave KC-390.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O Comando da Aeronáutica, apesar do quadro econômico nacional desfavorável, tem mantido o investimento no projeto de desenvolvimento do KC-390, pois entende que essa aeronave é vital para elevar a capacidade operativa da Força Aérea e a mobilidade das Forças Armadas e Forças de Segurança contribuindo, assim, para o cumprimento de atividades com vistas à defesa do País e às garantias constitucionais.

Para que essa capacidade atinja seu ápice, é necessário igual investimento nas infraestruturas de suporte operacional e logístico do novo vetor. A evolução tecnológica e o valor agregado presentes no projeto, precisam ser acompanhados de igual capacidade de todos os setores envolvidos nas atividades de manutenção e de emprego da aeronave com a finalidade de propiciar uma operação segura e eficiente em todo o território nacional.

O Alto-Comando, analisando a conjuntura econômica atual e em consonância com o processo de reestruturação da Força Aérea, iniciado em 2016, determinou um estudo para verificar se a Base Aérea do Galeão será mantida como a primeira localidade a receber as aeronaves KC-390. Portanto, o projeto básico de engenharia encontra-se no EMAER, sob análise, enquanto aguarda a definição do local para a construção do hangar que atenda aos interesses da Força Aérea.

É notório que o quadro econômico brasileiro impôs fortes restrições aos investimentos inicialmente previstos para 2016 e 2017, o que obrigou o COMAER a optar por manter a sua capacidade operacional em detrimento da aplicação de recursos em novas construções, provocando o adiamento do início da construção do hangar do KC-390.

Dessa forma, foi destinada a totalidade dos recursos atribuídos ao COMAER nas LOA 2016 e 2017 para a recuperação e manutenção das infraestruturas das Organizações Militares que se encontravam deficientes a fim de permitir a execução das atividades inerentes ao emprego do Poder Aeroespacial Brasileiro em todo o território nacional.

Não obstante as dificuldades impostas, o COMAER continua empenhado no cumprimento da Meta 04FE, uma vez que os estudos e projetos relativos ao novo hangar prosseguem dentro de um novo cronograma.

Tão logo haja a conclusão do projeto do hangar, com seus custos e cronograma de construção dimensionados para realidade econômica brasileira, todos os esforços para destinação dos créditos necessários para a execução da obra a partir do 2º semestre de 2018 serão efetivados, com expectativa de conclusão dentro do período de vigência do PPA.

Quantidade alcançada

0 %

Data de Referência

14/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Em virtude da baixa disponibilidade orçamentária anual destinada ao COMAER no biênio 2016/2017 e a constante necessidade de reforma e reparos das instalações militares existentes, é primordial uma maior interação junto ao Órgão Setorial responsável pelo orçamento visando uma dotação orçamentária suficiente para atender as necessidades atuais do COMAER, bem com a execução meta prevista no PPA 2016-2019.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	% de execução	0	29/01/2017

- **04FD - Modernizar ou revitalizar 15% das Organizações Militares terrestres da Marinha**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais atividades realizadas em 2017

Com relação à adequação da infraestrutura das Organizações Militares terrestres da Marinha, foram realizadas as seguintes obras em 2017, destacando-se:

- construção do prédio para apoio às pesquisas, no Instituto de Estudos do Mar "Almirante Paulo Moreira", em Arraial do Cabo/RJ;
- modernização dos elevadores dos prédios da Diretoria de Patrimônio Histórico e de Documentação da Marinha e instalação de gerador de energia elétrica para o prédio da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro/RJ;
- a reforma do alojamento para a tripulação da Agência de Bom Jesus da Lapa, na Bahia;
- a modernização do parque de informática da Capitania dos Portos do Amapá, em Santana/AP;
- a modernização do Grupo de Atendimento ao Público da Capitania Fluvial de Tabatinga, no Amazonas/AM;
- a reforma das instalações do Colégio Naval, em Angra dos Reis/RJ;
- a reforma das instalações do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, no Rio de Janeiro/RJ;
- a reforma das instalações da Escola Guerra Naval, no Rio de Janeiro/RJ;
- a reforma das instalações da Escola Naval, no Rio de Janeiro/RJ; e
- a reforma das instalações do Comando do 1o Distrito Naval, no Rio de Janeiro/RJ, com destaque para o novo refeitório.

As obras para melhoramento da infraestrutura das Organizações Militares terrestres da Marinha proporcionaram o incremento das condições básicas para o desempenho de suas atividades fim.

Fatores que contribuíram na execução da Meta

As atividades foram realizadas conforme as metas e prioridades vinculadas às disponibilidades financeiras, atendendo as expectativas da Marinha e conforme os critérios planejados para o exercício.

Perspectiva para o próximo ano

Para 2018 a Marinha continuará envidando esforços, no sentido de continuar as atividades de melhorias, referentes à modernização e revitalização das Organizações Militares, conforme planejado.

Quantidade alcançada

7,52 %

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento

Iniciativas

- **05NN - Modernização, racionalização e redistribuição de organizações militares no território nacional.**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Dos vários objetivos permanentes do Exercito Brasileiro, um deles consiste em estar fisicamente em todo território nacional (também conhecido como a Estratégia da Presença) e o outro é ter o poder de combate suficiente para impedir ataques à soberania (Estratégia da Dissuasão).

Para materializar suas ações, o do Exercito Brasileiro dispôs de dois projetos: a Amazônia Protegida e a Sentinela da Pátria.

Com isto em mente, tivemos durante o ano de 2017, muitas atividades, como por exemplo:

- a criação de um novo Comando Militar de Área que permitiu o aprimoramento do Comando e Controle da vasta Região Amazônica, dividindo a responsabilidade entre o Comando Militar da Amazônia, em Manaus, e o Comando Militar do Norte, em Belém;

- obras de implantação no Comando Militar da Amazônia, tais como a implantação do 1º Batalhão de Comunicações de Selva, 7º Batalhão de Polícia do Exército, 12º Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva, 22ª Brigada de Infantaria de Selva, sexta Brigada instalada na região Amazônica. Sendo que o efetivo das tropas neste pedaço do território nacional foi ampliado para quase 30 mil militares;

- prosseguimento da instalação da planta de energia solar, nos Pelotões Especiais de Fronteira de Tunuí/AM. Onze Estações de Tratamento de Água foram instaladas nos Pelotões de Fronteira, realizando a adequação do suprimento de água das Organizações Militares;

- o Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar, foi adequado em 70%, aprimorando o apoio logístico do Comando Militar de Área;

- foi iniciada a construção do Depósito Multiclasses no 23º Batalhão Logístico De Selva, com 25% da iniciativa concluída o que dará maior capacidade logística ao Comando Militar do Norte;

- adequação de instalações para a implantação do 11º Batalhão de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro/RJ e no aquartelamento do 31º Grupo de Artilharia de Campanha, atendendo a Diretriz de Racionalização do Comandante do Exército;

- prosseguimento da implantação do 6º Batalhão de Polícia do Exército em Salvador/BA, com 80% das obras concluídas;

- adequações de instalações para a implantação do Batalhão de Manutenção e Suprimento Antiaéreo, em Osasco/SP, no antigo aquartelamento do 39º Batalhão de Infantaria Leve, extinto, atendendo a Diretriz de Racionalização do Comandante do Exército;

- prosseguimento da construção e adequação das instalações para a implantação da 6ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada, em Santa Maria/RS e a 11ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada, em Rio Negro/PR, as quais receberam viaturas blindadas Gepard;

- prosseguimento da implantação do 5º Regimento de Carros de Combate, em Rio Negro/PR e do 3º Regimento de

Carros de Combate, em Ponta Grossa/PR, os quais receberam as viaturas blindadas Leopard, com previsão de conclusão para 2022; e

- prosseguimento da construção e adequação das instalações do Comando de Operações Especiais, em Goiânia/GO e do Comando de Aviação do Exército, em Taubaté/SP, contribuindo com a ampliação da capacidade operacional e da mobilidade estratégica das Grandes Unidades da Força de Emprego Estratégico.

- **05NO - Adequação da infraestrutura de organizações militares componentes da Força de Atuação Estratégica.**
  Individualizada: Não
- **05NP - Reestruturação e adequação das Organizações Militares blindadas e mecanizadas.**
  Individualizada: Não
- **05NQ - Adequação da infraestrutura de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres da Marinha.**
  Individualizada: Não
- **05NR - Elaboração do projeto básico para a implantação da Segunda Esquadra e da Segunda Força de Fuzileiros da Esquadra.**
  Individualizada: Não
- **05NS - Adequação de embarcações empregadas pelas Forças Armadas.**
  Individualizada: Não
- **05NY - Adequação de aeródromos dos Pelotões Especiais de Fronteira.**
  Individualizada: Não
- **05NZ - Fiscalização e acompanhamento das obras administradas no âmbito do Programa Calha Norte.**
  Individualizada: Não
- **06NA - Adequação da infraestrutura de unidades militares na área de abrangência do Programa Calha Norte - PCN.**
  Individualizada: Não

OBJETIVO: 1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A Defesa Nacional requer, além de outros fatores, a elevação das capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial, comunicações, comando e controle, inteligência, segurança de dados e da informação. O domínio de tecnologias tornou-se um fator determinante para o desenvolvimento e soberania das nações. Os combates modernos têm se caracterizado pelo uso maciço de tecnologia, pelo emprego de estruturas de combate com maior proteção coletiva, velocidade e letalidade seletiva, pela utilização de aeronaves remotamente pilotadas e pela capacidade de operar no espaço cibernético.

As atividades de comunicação, comando e controle são imprescindíveis para a coordenação das ações militares em que estejam operando contingentes brasileiros. Em situações de crise e conflito, seja na dimensão nacional ou externa, o sistema militar de comando e controle é a ferramenta que integra o Comando Supremo das Forças Armadas, ministérios, comandos militares e unidades operacionais, colocando-os sob a direção e comando do Presidente da República.

No que diz respeito à Defesa Cibernética, cabe destacar, em 2017, a implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional e a ativação do Comando de Defesa Cibernética (CDCiber) e do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética. Outra iniciativa de destaque no exercício foi a participação de militares do CDCiber e outros órgãos relacionados, no planejamento de Defesa Cibernética em operações conjuntas (Operações Anhanduí, Ágata IX, Atlântico IV, Machifaro II).

Desde o início da vigência do atual PPA 2016-2019, em especial em 2017, destacam-se as seguintes realizações, no que concerne à defesa cibernética:

•Celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) com a UnB, para elaboração de propostas para os projetos da Escola Nacional de Defesa Cibernética e do Sistema de Homologação e Certificação de Produtos de Defesa Cibernética;
•Contratação de cursos de capacitação na área da segurança da informação, em instituições nacionais e internacionais, contemplando vagas para atender às três Forças Armadas;
•Aquisição e renovação de licenças de sistemas empregados na segurança e defesa cibernética;
•Realização do 1º Estágio Internacional de Defesa Cibernética;
•Desenvolvimento do Sistema de Análise de Link e Tráfego de Dados em Redes de Comunicações (Saltar), com a UnB;
•Assinatura de Termo de Cooperação com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI), para desenvolver projetos relacionados à segurança cibernética de infraestruturas críticas;
•Realização de Exercício Ibero-americano de Defesa Cibernética;
•Realização do 2º Estágio Internacional de Defesa Cibernética;
•Elaboração das Trilhas do Conhecimento necessárias para o projeto pedagógico da Escola Nacional de Defesa Cibernética;
•Conclusão da elaboração dos documentos de gerenciamento do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional (PDCDN).

No que se refere às realizações em prol da Área Nuclear, foram observados avanços nas obras civis dos prédios e da infraestrutura que compõem o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), em Aramar/SP. Estão em andamento a qualificação dos processos especiais de fabricação do combustível do Labgene; a montagem eletromecânica do compartimento das turbinas e geradores elétricos da Labgene; o Projeto do vaso e estruturas internas da contenção e do tanque de blindagem primária do reator nuclear do Labgene; e a aquisição dos componentes para instalação da seção de controle do Laboratório.
A implantação do Labgene trará benefícios tais como:

•A qualificação de tecnologia nuclear para os recursos humanos necessários ao desenvolvimento do projeto, da construção, da operação e da manutenção dos sistemas de propulsão utilizando combustível nuclear;
•O desenvolvimento de tecnologias duais (militar e civil);
•A nacionalização de processos e equipamentos;
•A inovações para a indústria nuclear, com a participação de universidades e institutos de pesquisa brasileiros;
•O domínio e independência em tecnologias sensíveis, contribuindo para reduzir a dependência estrangeira;
•O desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa;
•A geração de empregos diretos e indiretos;
•A inserção do Brasil na lista de nações que dominam a tecnologia nuclear; e
•A preparação/capacitação de recursos humanos para a área nuclear.

Ressalta-se, ainda, a importância do Labgene para a Defesa Naval, tendo como principal objetivo a validação do projeto do sistema de propulsão a ser empregado no Submarino Nuclear Brasileiro.

Também com o objetivo de elevar a capacidade na área Nuclear, em 2017, foi elaborado o Projeto Executivo para a construção do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica em Itaguaí/RJ, imprescindível para a operação do Complexo Radiológico naquela cidade, devido ao alto grau de periculosidade envolvido nos processos

Na área Espacial, a Estratégia Nacional de Defesa atribuiu ao Comando da Aeronáutica (Comaer) a responsabilidade de,

em coordenação com outros órgãos federais, promover uma série de medidas com vistas a garantir a autonomia de produção, lançamento, operação e reposição de sistemas espaciais.

Dessa forma, o Comaer aprovou o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), o qual estabelece a estratégia de implantação a longo prazo dos subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (duais, militar e civil), respeitadas as peculiaridades de cada sistema.

Em virtude da falta de recursos para a sua execução, desde sua aprovação, o Pese tem se limitado às atividades iniciais que envolvem, principalmente, a realização de estudos internos, a busca de informações, confecção de requisitos, adequação de infraestruturas e a capacitação de recursos humanos. Tal situação atrasa a implementação do Programa e, consequentemente, o usufruto das capacidades estratégicas e dos benefícios proporcionados pelos sistemas espaciais.

Apesar disso, destaca-se, em 2017, a ativação do Centro de Operações Espaciais (COPE), por meio da Portaria no 255/GC3, de 07 de fevereiro de 2017, com a missão institucional de controlar e empregar sistemas espaciais de interesse do Ministério da Defesa, visando aumentar a eficácia e a eficiência das Forças Armadas e da estrutura governamental. Atualmente o COPE está operando o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o qual foi lançado em 04 de maio de 2017.

No que se refere ao Comando e Controle e às Comunicações Militares, em 2017, houve a modernização do Sistema de Comando e Controle (C2) das viaturas blindadas do Exército; a implantação do Sistema de C2 nas Organizações Militares da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, para oferecer suporte ao Sistema de Monitoramento de Fronteiras; a implantação do Centro Logístico de Comunicações e Guerra Eletrônica, no âmbito do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército, para realizar a gestão logística do material de emprego militar de tecnologia da informação e comunicações; a continuação do desenvolvimento do Rádio Definido por Software e o levantamento de requisitos operacionais e técnicos para a implantação de um sistema de comunicações LTE/4G Operacional.

No campo das comunicações estratégicas, houve a continuidade da modernização da rede de voz e dados do Exército, cuja finalidade é prover uma rede nacional de alta capacidade com nível adequado de segurança para a Força.

Também foi dado prosseguimento ao desenvolvimento de sistemas corporativos, voltados para a gestão e para operações militares, além da implementação de novas funcionalidades nos sistemas Pacificador, Gerenciador do Campo de Batalha e C2COp, ampliando a consciência situacional e melhorando o tratamento de incidentes. Esses Sistemas foram empregados, com sucesso, em diversas Operações Militares em 2017, tais como Amazonlog 2017, Ágata, Alta Pressão V, Paraná, Iguaçu, Laçador, Ametista e Ciclone, dentre outras.

Como resultados das iniciativas acima, ressalta-se a manutenção da capacidade operativa da tropa por intermédio do uso dos aplicativos de C2; a elevação do nível de segurança dos sistemas e dados sensíveis; o aumento da sinergia entre os órgãos de Segurança e Defesa; a diminuição do tempo de reação a ameaças cibernéticas; a ampliação da discussão pública sobre o tema Defesa Cibernética e; o aperfeiçoamento da infraestrutura necessária para a realização de ações de Comando e Controle.

Outro benefício percebido foi o fomento ao desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa, por intermédio de transferência de tecnologia, prevista nos contratos de compensação firmados com as empresas internacionais que fornecem equipamentos de comunicações militares para o Exército.

Para o ano de 2018, estão previstas a continuação do desenvolvimento dos sistemas corporativos, do protótipo do

software da Família de Aplicativos de C2, da infraestrutura de TIC, da geoinformação e das comunicações. Há também previsão de continuidade da implantação do Sistema de C2 de OM; da capacitação técnica na área de segurança da informação; da busca por vulnerabilidades em sistemas corporativos; e da implantação do laboratório de análise e técnicas de invasão.

Estão planejados, também, o início do desenvolvimento de uma forma de onda e criptografia nacionais para ser implementada nos equipamentos rádio legados e nos que serão futuramente adquiridos, a implantação de um Sistema de Comunicações LTE/4G Operacional; a atualização da solução de proteção criptográfica de dados sensíveis; a modernização do Sistema de C2 das viaturas blindadas do Exército e; a aquisição de Centros de C2 e Controle Móveis Operacionais, para as Organizações Militares de Comunicações e, de equipamentos de comunicações modernos.
Para ampliar a capacidade das comunicações de suas organizações, o Exército buscou parcerias com empresas públicas com condições de compartilhar ou investir conjuntamente em infraestruturas próprias do Estado. Adicionalmente, na área de segurança da informação, buscou utilizar tecnologias de domínio público, como alternativas às soluções proprietárias, visando uma maior autonomia e independência nesse quesito. Além disso, foi ativado o Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética que, atualmente, faz uso da educação à distância para alcançar os objetivos constantes da Política Cibernética de Defesa.

Ainda no que diz respeito às comunicações militares, voltadas ao Comando e Controle, até o ano de 2017, foram desenvolvidos vários módulos do equipamento do Sistema de Rádio Definido por Software (RDS), a exemplo da Plataforma Operacional e do Módulo de Processamento, Controle de Conversão Digital-Analógico. O módulo que sofreu mais atraso foi o de Rádio Frequência, cujo contrato foi resilido.
A despeito das restrições orçamentárias, foi implementada com sucesso a execução simultânea de duas formas de onda (uma em FM e outra digital) na plataforma nacional, integradas com formas de onda instaladas em equipamentos rádio comerciais na faixa de HF, e iniciaram-se as pesquisas para a implementação de formas de onda de altas taxas.

As principais realizações no ano de 2017 foram a celebração de com o objetivo de ajustar o cronograma físico-financeiro do contrato à realidade da insuficiência orçamentária ocorrida nos anos de 2016 e 2017.

Ademais, o atual cronograma físico e financeiro prevê a necessidade de recursos da ordem de R$ 35 milhões para cumprir as obrigações contratuais do ano de 2018, que proporcionaria um avanço físico do projeto da ordem de 12% no ano, fazendo com que o mesmo atingisse um total de avanço físico acumulado de 44%.

Com relação à segurança da informação, entraram em operação, em 2017, o novo Data Center e a Nuvem Privada do Exército, cujo benefício é garantir que os sistemas corporativos e as bases de dados relacionadas estejam hospedados em ambiente seguro.

Quanto à segurança da informação, nas redes de comunicação do Governo Federal, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) apoiou os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) direta e indireta no monitoramento, detecção, análise e, quando necessário, tratamento aos incidentes de segurança ocorridos em suas redes de computadores, tendo emitido diversas notificações e oito alertas para que os órgãos se precavessem contra ameaças iminentes ou ocorridas em outras Pastas. Também incentivou e contribuiu, no âmbito da APF, para a capacitação de agentes públicos em Segurança da Informação e Comunicações e Segurança Cibernética, com realização de oficinas, workshop e eventos, bem como participando, como palestrante, em seminários promovidos por outros órgãos.

Além disso, O GSI deu continuidade à promoção do intercâmbio científico-tecnológico do Centro de Tratamento de

Incidentes de Redes do Governo (CTIR Gov) junto a outros centros e equipes de órgãos governamentais e empresas privadas, como: Centro de Defesa Cibernética Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil; Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e Serviço de Processamento de Dados (Serpro); dentre outros; com vistas a elevar a capacidade de prevenção e resiliência do Estado brasileiro a ataques cibernéticos.

Metas 2016-2019

- **04FH - Alcançar 50% do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controle do Exército.**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa
  Análise Situacional da Meta

  A meta do ciclo passado do PPA (2012/2015) foi desenvolver 30% do sistema de Comando e Controle (C2) do Exército e o resultado alcançado foi 29%. A meta deste ciclo do PPA (2016/2019) é atingir 50 %. Até final de 2016 foi atingido o percentual de 40%. Este ano a meta alcançou o acumulado de 43% (estimado), graças a implementação de novas funcionalidades nos sistemas de C2 Pacificador e Gerenciador do Campo de Batalha (integrante da viatura integrante da viatura (Guarani). Em 2017 foram implementadas novas funcionalidades nos sistemas de comando e controle Pacificador, Gerenciador do Campo de Batalha e C2 do Centro de Operações, por intermédio de novas funcionalidades como chat, transmissão de vídeo, atualização dos sistemas operacionais, otimizações de desempenho, integração com sistemas de armas, ampliação do uso de geoinformação e melhoria de usabilidade. Houve, ainda, a aquisição de: equipamentos de C2 para os Blindados (Rádios, Intercomunicados voz/IP e Telefones Externos), de equipamentos para os Módulos de Telemática Operacionais (Rádios e Roteadores) e rádios para as Organizações Militares Operacionais. Além disso, houve grande êxito no direcionamento das atividades que, por intermédio de reuniões periódicas do Comitê de C2, estabelecido em 2017 e de natureza deliberativa, pôde melhor direcionar as questões de C2 no intuito de otimizar as soluções, existentes e futuras, com grande ênfase à interoperabilidade.

  A modernização do Sistema de C2 é de difícil mensuração, na medida em que este é um sistema que deve estar em constante evolução. Por exemplo, se em 1 (um) ano apenas os projetos deixarem de receber investimentos, é possível obtermos um resultado negativo na modernização, apontando que a inércia pode levar a um retrocesso. Da mesma maneira, é possível que, mesmo havendo investimentos, porém abaixo do estimado, ocorra uma estagnação da meta, não permitindo que a modernização do sistema ocorra, ou seja, só garantindo o seu status quo.

  Um dos facilitadores para o alcance da meta é ter o projeto de software Família de Aplicativos de C2 para a Força Terrestre (FAC2FTer), cuja finalidade é prover o Exército de uma família de sistemas aplicativos de C2, interoperáveis e multiplataforma, dentro do escopo do Programa Estratégico Gestão de TIC (Prg EE Gestão de TIC). Essa recente alocação do Projeto dentro do Programa Estratégico do Exército faz com que o desenvolvimento dos sistemas de C2 sejam tratados com prioridade e sejam projetados para que ajudar a Força a atingir seus Objetivos Estratégicos, já que existe um alinhamento do seu propósito com alguns dos objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do Exército (PEEx 2016-2019). Além deste projeto o Prg EE Gestão de TIC concentra vários os projetos de TIC (sistemas corporativos de informações organizacionais, infraestrutura de comunicações, segurança da informação e geoinformação) para que todas as entregas integradas possam produzir, integrar e disponibilizar as informações necessárias ao preparo e ao emprego da Força Terrestre.

  Como óbice tivemos a descontinuidade da produção dos Computadores Táticos Militarizados (CTM) das viaturas blindadas da família Guarani, ocasionando atraso no cronograma da integração do Sistema de Comando e Controle às novas viaturas adquiridas.

  Para o atingimento integral da meta no exercício subsequente, é necessária a disponibilização integral de crédito e numerário conforme previsto em contrato de objetivos previstos nas Ações Orçamentárias que subsidiam esses projetos, de maneira a possibilitar o cumprimento do cronograma. Não é só uma questão de liberar recursos no exercício, mas também que os sejam conforme o calendário de desembolso previsto. Além disso, é necessário garantir recursos humanos com capacitação técnica para manter todas as operações e projetos relacionados ao Comando e Controle, que ora são insuficientes, em número e em capacidade.

  A evolução do sistema C2 ocorreu de acordo com o planejado para o ano de 2017 mas a contínua busca pela

interoperabilidade entre todos os sistemas envolvidos nas Operações Militares, desde o nível do Ministério da Defesa até o soldado, individualmente, seria um grande passo para o Comando e Controle.

Quantidade alcançada

43 %

Data de Referência

08/12/2016

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Fazer um trabalho de gestão de maneira a priorizar as ações que possuem impactos mais imediatos, ou seja, aquelas cujas entregas vão ocorrer durante a execução das ações e não apenas ao final dela.

Uma segunda medida seria focar nas ações já iniciadas, deixando aquelas, ainda que importantes, porém não iniciadas, para um momento posterior.

Uma terceira medida é o subsídio orçamentário para projetos, que seria pautado em mais de uma Ação Orçamentária, além de acordos e parcerias com órgãos também beneficiados pelas entregas do projeto.

Também haverá esforços para utilizar fontes alternativas de insumos para geração dos produtos geoespaciais, como, por exemplo, o material disponibilizado pelo acordo (BECA) celebrado entre o Brasil e os EUA.

Prosseguir nas ações de firmamento de novos Instrumentos de Parceria, a fim de expandir as possibilidades de diminuição do impacto dos novos projetos e do custeio das redes e serviços de Tecnologia da Informação e Telecomunicações decorrentes da implantação de projetos estratégicos em curso.

Aproveitar as redes de telecomunicações já implantadas em proveito das Organizações Militares do Exército Brasileiro, de maneira a racionalizar os meios tecnológicos existentes, implicando a diminuição de investimento.

Realizar o processo previsto nas Instruções Gerais nº 01.018 (Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar) para a adoção dos equipamentos a serem adquiridos pelo Exército, facilitando a execução do Processo Licitatório ou de Dispensa de Licitação.

Ampliar o uso do ambiente virtual de aprendizagem do Exército, visando redução dos custos de passagens e diárias utilizados para capacitação do pessoal por ocasião da implantação dos sistemas de Comando e Controle.

"meta com bom andamento"

- **04FI - Ampliar e modernizar os equipamentos e sistemas de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

a. Avaliação da execução da meta

A ampliação e modernização dos equipamentos e sistemas de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear iniciou-se no ano de 2007 com os jogos Pan-americanos e culminou nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no ano de 2016.

Durante o ano de 2017, o Exército Brasileiro, em conseqüência dessa modernização, engajou-se na intensificação da manutenção do legado do Sistema de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (SisDQBRN) adquirido nos Grandes Eventos (2007 à 2016) e buscou-se a capacitação e aprimoramento de recursos humanos para incrementar o desenvolvimento da capacidade no âmbito da Força Terrestre. Nesse contexto, foram realizadas, entre outras, as seguintes atividades:

1) participação nas Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (MD), realizando planejamentos de DQBRN nos

níveis Estratégico, Operacional e Tático;

2) participação no Exercício para países da America Latina e Caribe (ExBRALC), na área química e sob a coordenação da Organização para Proibição das Armas Químicas (OPAQ), entidade internacional reconhecida pela ONU, onde foram empregados os meios de DQBRN do Exército Brasileiro (EB), envolvendo 18 países da América Latina e Caribe.

3) Exercício de Proteção Física à Instalação Nuclear (EPFIN), onde o Sis DQBRN foi empregado para a coordenação e emprego de meios de DQBRN para a segurança da Usina Nuclear de Angra do Reis;

4) os equipamentos de DQBRN foram utilizados para a descontaminação do material proveniente da missão de estabilização do Haiti;

5) participação do Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC) juntamente com a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração, onde os militares do SisDQBRN participaram de planejamentos, elaborando e controlando incidentes QBRN para as organizações governamentais no combate a catástrofes naturais, antropogênicas e acidentes tecnológicos, com o objetivo de apoiar a população; e

6) em coordenação com a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) o SisDQBRN realizou o Seminário DQBRN no âmbito acadêmico com o tema: "A arquitetura de Defesa QBRN do Brasil: preparo, emprego e respostas para cenários de guerra e não guerra", onde foi introduzida na ECEME a disciplina eletiva DQBRN, com a participação de agências governamentais e o meio acadêmico.

b. Motivo da frustração ou superação das expectativas

Sabe-se que a meta 04FI - Ampliar e modernizar os equipamentos e sistemas de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear foi atingida, com restrições, considerando a contenção de recursos atribuídos na LOA/2017 para atender a manutenção e contínua modernização das bibliotecas dos detectores QBRN, bem como dos equipamentos de descontaminação. Tais manutenções e modernizações são de suma importância para prolongar a vida útil desses equipamentos, os quais possuem alto valor agregado. Essa contenção de recursos inviabiliza na atualidade a adequação e ampliação da infraestrutura do 1º Btl DQBRN para a guarda adequada dos equipamentos adquiridos.

c) Necessidades existentes para que a meta seja atendida

Para atingir a meta, é necessário o aporte integral de recursos financeiros solicitados no PLOA do Comando de Operações Terrestres (PLOA/COTER) para o emprego da DQBRN.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Foi executado um planejamento detalhado para 2018, com uma estimativa de recursos financeiros de um acréscimo de 4,5% da LOA de 2017, uma vez que não será possível o atendimento do PLOA/COTER.

a. Providências que o órgão pretende adotar visando à correção de rumos no intuito de atender a meta até 2019:

- aprimorar, dentro dos recursos disponíveis, e promover o aporte de recursos para a manutenção necessária dos equipamentos de DQBRN e de adequação da infraestrutura do 1º Batalhão de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (1º Btl DQBRN);

b. identificar preliminarmente as alterações pretendidas para uma futura revisão do PPA:

- serem atribuídos ao COTER, na LOA, a totalidade dos recursos levantados no planejamento encaminhado pelo PLOA/COTER, de cerca de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para a manutenção e modernização dos equipamentos DQBRN de modo que o planejamento (Contrato de Objetivos anual) possa atender integralmente as necessidades da manutenção dos equipamentos; e

- aplicar mais recursos financeiros para a manutenção e adequação da infraestrutura do 1º Btl DQBRN, cerca de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), haja vista a existência de uma demanda reprimida.

- **04FG - Implantar 8% do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Em 2017, as restrições orçamentárias foram ainda mais severas do que em 2016, acarretando atrasos significativos no desenvolvimento do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional. Os recursos recebidos proporcionaram a realização de ações esparsas, dificultando a caracterização de percentuais de metas estipuladas. Ainda assim, vale mencionar as seguintes realizações: Concretização da parceria com a Fundação Parque Tecnológica de Itaipu (FPTI), com repasse de recursos, para desenvolver pesquisas relacionadas à segurança cibernética de infraestruturas críticas; Exercício Ibero-Americano de Defesa Cibernética; Realização do 2º Estágio Internacional de Defesa Cibernética; Elaboração das Trilhas do Conhecimento, necessárias para o projeto pedagógico da Escola Nacional de Defesa Cibernética; Atualização de ativos de TI das Forças, com vistas à Defesa Cibernética; e Contratação de cursos de capacitação, em instituições nacionais e internacionais, contemplando vagas para atender às três Forças Armadas.

Quantidade alcançada

2 %

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

A redução da meta do PPA, de 10% para 8%, foi realizada em 2017, conforme sugerido em 2016, em virtude dos sucessivos contingenciamentos de recursos.

Nesta situação, há de se continuar a priorização das ações mínimas e possíveis, voltadas para: a capacitação de recursos humanos; a formação/continuação de parcerias com os setores público e privado, principalmente, voltadas para a segurança e defesa das infraestruturas críticas; e incremento da segurança da informação dos ativos mais essenciais de TI das Forças singulares.

- **04FK - Integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS - Defesa) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Em 2017, a despeito das restrições orçamentárias, o Projeto RDS implementou com sucesso a execução simultânea de duas formas de onda (uma em FM e outra digital) na Plataforma Nacional (feito inédito no Exército Brasileiro), a integração com formas de onda instaladas em equipamentos rádio comerciais na faixa de HF, e iniciou as pesquisas para a implementação de formas de onda de altas taxas.

Além disto, alinhada aos princípios da divulgação científico-tecnológica que norteiam o conceito de tríplice hélice, a

equipe executora do Projeto RDS promoveu o Desafio SBrT'2017 de Comunicações Digitais para Aplicações Militares, no XXXV Simpósio Brasileiro de Telecomunicações e Processamento de Sinais, em São Pedro – SP, no mês de setembro. Por fim, apresentou 02 (dois) trabalhos científicos em congressos internacionais junto aos principais fabricantes de RDS nas duas edições anuais do Wireless Innovation Forum – no mês de maio, em Oulu, Finlândia, e em novembro, na cidade de San Diego, Estados Unidos.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

- Replanejamento das reuniões de coordenação e delineamento técnico do Programa Interoperabilidade Técnica de Comando e Controle; e
- Alocação de recursos orçamentários para dar andamento às etapas da integração do RDS com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas.

Iniciativas

- **05O3 - Aumento da capacidade e meios dos sistemas de comando e controle da estrutura militar de defesa.**
  Individualizada: Não
- **05O4 - Implantação e manutenção de sistemas de comunicações militares terrestres e satelitais.**
  Individualizada: Não
- **05O5 - Fomento ao desenvolvimento de equipamentos de comunicação segura das Forças Armadas para uso do sistema militar de comando e controle - SISMC2.**
  Individualizada: Não
- **05O6 - Implantação de sistema militar de defesa cibernética, segurança de dados e da informação.**
  Individualizada: Não
- **05O7 - Definição de missões e de requisitos dos sistemas espaciais de interesse para a área de Defesa no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - PESE.**
  Individualizada: Sim

  Análise Situacional da Iniciativa

  Desde sua aprovação, o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) tem se limitado às atividades iniciais em diversas fases, consequência de uma disponibilidade de recursos orçamentários aquém das necessidades planejadas. Tais fases envolvem, principalmente, a realização de estudos internos, a busca de informações, a confecção de requisitos, a adequação de infraestruturas e a capacitação de recursos humanos.

  Em 2017 esse cenário não mudou, fato que resultou na utilização dos escassos créditos provenientes do Ministério da Defesa principalmente para o pagamento de diárias e passagens para os militares da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais - CCISE, além da renovação de uma licença do software STK, utilizada pelo Centro de Operações Espaciais - COPE para a realização de simulações necessárias às definições de posições orbitais e parâmetros de enlaces de comunicação.

  Em decorrência do panorama descrito, o Ministério da Defesa envidou esforços em promover um melhor entendimento dos aspectos estratégicos do Programa Espacial Brasileiro - PEB pela sociedade, ao longo de 2017, por meio da participação em Audiências Públicas no Congresso Nacional, durante as quais foram destacados os principais óbices enfrentados pelo setor espacial nacional, em especial no segmento de defesa, e os potenciais benefícios que as aplicações espaciais trazem para a sociedade. Nesse aspecto, merece destaque a visita do Presidente da República ao Centro de Lançamento de Alcântara, oportunidade em que foi apresentada a situação atual do PEB e as possibilidades para o futuro. Além disso, estão em curso gestões junto às entidades governamentais pertinentes, no sentido de

aperfeiçoar a governança do setor espacial brasileiro, com o propósito de aumentar a prioridade do PEB junto ao Governo Federal e garantir uma distribuição de recursos orçamentários constante e adequada aos objetivos da Ação 151S. Destaca-se que os projetos espaciais caracterizam-se por serem de longo prazo de implantação, alto custo e alto risco, sendo necessário, portanto, uma intensa participação do Estado nas fases iniciais e intermediárias do processo de consolidação de uma infraestrutura espacial. Dessa forma, para que as iniciativas do setor espacial sejam exitosas e atendam oportunamente às demandas do País, torna-se fundamental um incremento significativo na disponibilidade de recursos. Diante das observações apresentadas, a expectativa é de que em 2018 não haja contingenciamento de recursos em beneficio da continuidade dos estudos de concepção e contratação de sistemas espaciais.

- **05O8 - Expansão dos meios tecnológicos de inteligência do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para suporte e integração dos órgãos de combate aos ilícitos na Amazônia.**
  Individualizada: Não
  Análise Situacional da Iniciativa

Atualização da Célula de Planejamento e Controle (PLACON)

Tendo em vista o desenvolvimento de novas tecnologias que permitem aumentar a consciência situacional em operações, nas quais o CENSIPAM vem atuando de forma constante junto aos órgãos de repressão e combate a ilícitos na Amazônia Legal, encontra-se em andamento o processo documental (projeto básico, termo de referência e edital de licitação) para contratação da expansão tecnológica visando a integração dos ativos de inteligência disponíveis nos Centros Regionais do Censipam.

Ampliação do Sistema de Mineração de Dados

Em virtude da implantação do Sistema de Mineração de Dados junto ao CENSIPAM, mais precisamente em apoio às atividades de mineração de dados realizadas pelos Centros Regionais e também pela Coordenação Geral de Inteligência em Brasília, face a expansão do sistema com a disponibilização do acesso rastreado a bases não estruturadas, está em andamento o processo documental (projeto básico e termo de referência) para aquisição de dispositivos de detecção aleatória que se possam agregar dados relevantes com o devido grau de sigilo.

Com base na metodologia de produção do conhecimento (MPC) adotada pelo Censipam, que segue os padrões estabelecidos pelo Decreto nº 7.845/12, que regulamenta o credenciamento de segurança e tratamento de informação em qualquer grau de sigilo, foram atingidos o total de 79 (setenta e nove) produtos, na forma de relatórios de monitoramento voltados para a atividade de inteligência, que contribuíram de forma relevante junto às políticas voltadas ao combate e repressão a ilícitos na Amazônia Legal.

Manutenção e integração dos ativos de inteligência tecnológica do CENSIPAM

Com a contratação dos meios de aquisição de dados de interesse da inteligência do CENSIPAM, a saber: Radar Saber 60, Portal de Fiscalização de Produtos de Origem Florestal, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), software de gerenciamento de pistas de pouso e Sistema de Comunicações Satelital VSat, foi possibilitado, com o passar dos anos, as definições de parâmetros técnicos a fim de se prever a manutenção e desenvolvimento dos referidos ativos, visando a integração a médio e longo prazo em um software dedicado a esta finalidade, a cargo da Célula de Planejamento e Controle - PLACON.
O efetivo emprego desses ativos em diversas Operações de órgãos parceiros na região da Amazônia Legal, apoiando a atividade de inteligência e comunicações satelital junto ao Ministério da Defesa (MD), FUNAI, IBAMA, DNPM, ANAC, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Incra, dentre outros, somado ao emprego de pessoal especializado, destaca a importância da atuação do CENSIPAM no apoio às ações de repressão e combate a ilícitos na

região.

- **05OO - Implantação do Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro.**
  Individualizada: Não
- **05OP - Implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética.**
  Individualizada: Não
- **05OQ - Implantação do sistema de homologação e certificação de produtos de Defesa Cibernética.**
  Individualizada: Não
- **05OR - Aperfeiçoamento e modernização das doutrinas e dos sistemas de comunicações, comando e controle, informação e inteligência.**
  Individualizada: Não
- **05OS - Desenvolvimento da propulsão nuclear para submarinos e implantação de Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE).**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  Atividades realizadas em 2017:
  Com relação ao Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), foram constatados avanços significativos principalmente nas obras civis dos prédios e da infraestrutura que compõem o empreendimento. Os equipamentos para serem montados no LABGENE foram recebidos. Novos contratos para a montagem eletromecânica do LABGENE foram assinados. Encontram em andamento as seguintes atividades: qualificação dos processos especiais de fabricação do combustível do LABGENE; montagem eletromecânica do compartimento das turbinas e geradores elétricos do LABGENE – Bloco 30; projeto do vaso e estruturas internas da contenção e do tanque de blindagem primária do Reator Nuclear do LABGENE – Bloco 40; e aquisição de componentes e sistemas do Sistema de Controle do LABGENE.

- **05OU - Implantação do Batalhão de Defesa (NBQR) de Itaguaí - RJ.**
  Individualizada: Não
- **05OV - Estabelecimento de diretrizes para a elaboração de metodologia de realização de exercícios de ataques cibernéticos e testes de intrusão pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.**
  Individualizada: Não
- **05OW - Fortalecimento e elevação das capacidades do Estado nas áreas de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética.**
  Individualizada: Não
- **05OY - Desenvolvimento e Implantação de método de identificação de ameaças e geração de alertas para segurança das infraestruturas críticas da informação do Governo Federal.**
  Individualizada: Não

OBJETIVO: 1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Equipamentos modernos proporcionam às Forças Armadas as capacidades bélicas necessárias para transforma-las em efetivos instrumentos do poder militar e em elementos de dissuasão. O país necessita de Forças Armadas bem aparelhadas e prontas para resguardar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras.

No que diz respeito ao aparelhamento do Comando da Marinha, em 2017 foram concluídas as obras civis do Estaleiro de

Construção de Submarinos, os testes com carga e a homologação para funcionamento do elevador de navios e do sistema de transferência do Estaleiro de Construção de Submarinos.

Houve, ainda, um avanço significativo das obras das instalações prioritárias do Estaleiro de Manutenção de Submarinos e da Base Naval de apoio para o lançamento do primeiro submarino convencional, previsto para o terceiro trimestre de 2018.

Em janeiro de 2017 foi concluído o Projeto Básico do Submarino com Propulsão Nuclear, do Programa de Desenvolvimento de Submarino (Prosub).

No mês de outubro de 2017 foi realizado o embarque da plataforma de vante (cradle) no interior do 1º Submarino Convencional (SBR-1). O equipamento faz parte do casco resistente, etapa que se configurou como uma importante meta do processo de construção do submarino.

Quanto ao Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper), este encontra-se em processo de obtenção de três navios rebocadores de alto mar, com previsão de incorporação para o primeiro trimestre de 2018.

Tal obtenção justifica-se pela necessidade de a Marinha do Brasil executar a função logística de salvamento de navios e embarcações de médio e grande portes; realizar operações de socorro da vida humana no mar; fiscalizar as Águas Jurisdicionais Brasileiras; atuar nas operações de garantia da lei e da ordem; prestar apoio às atividades de inspeção naval; apoiar ações de Defesa Civil; realizar reboque oceânico; e prestar apoio no combate a incêndios em meios flutuantes.

No âmbito do Comando do Exército, contribuem para o alcance desse Objetivo cinco Programas Estratégicos: Obtenção da Capacidade Operacional Plena (PrgEE OCOP), Astros-2020, Guarani, Proteger e de Aviação do Exército.

O Programa Estratégico Obtenção da Capacidade Operacional passou por um processo de transformação em 2017, e suas principais realizações no exercício em referência foram:

•Â aquisição de insumos para o projeto de Modernização da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP M113 BR);
•Â aquisição de viaturas especializadas não blindadas, tais como ônibus interestadual, viatura frigorífica, ambulâncias, motocicletas de escolta e viaturas operacionais (VOP) HILUX;
•Â aquisição de Fuzil IA2 5,56 mm, com respectivos conjuntos de 1°, 2º e 3º escalões de manutenção;
•Â manutenção de obuseiro Oto Melara 105 mm;
•Â aquisição de coletes balísticos flutuantes;
•Â fabricação de óculos de visão noturna (OVN) LORIS;
•Â aquisição de Ponte Improved Ribon Bridge (IRB) e respectivas equipagens;
•Â aquisição de rádios Falcon III (portáteis e veiculares) e intercomunicadores Sotas;
•Â fabricação de morteiro calibre 81 mm; e
•Â manutenção de viaturas blindadas sobre rodas.

Os principais fatores que dificultaram o desempenho do Objetivo em 2017 forma o contingenciamento dos recursos previstos na LOA; o corte de R$ 14.434.387,00; e a liberação parcial dos recursos descontingenciados.

Considerando que o principal objetivo do PrgEE OCOP é a obtenção da capacidade operacional do Exército Brasileiro,

conclui-se que, embora a quantidade de recursos tenha sido inferior ao necessário, o Programa contribuiu, de forma efetiva para a prontidão operacional da Força Terrestre

No Programa Estratégico do Exército Astros 2020 foi dado o prosseguimento, em 2017, ao processo de aquisição de Viaturas do Sistema Astros na versão MK-6; à modernização das viaturas da versão MK3-M; ao desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro, com alcance de até 300 km; ao Foguete Guiado SS-40 G e ao Sistema Integrado de Simulação Astros (SIS-Astros); à realização das obras do Forte Santa Bárbara, em Formosa-GO; e à aquisição de munição para emprego em experimentação doutrinária do Sistema. Além disso, o Exército deu continuidade à construção das edificações que darão suporte ao Sistema de Lançamento de Foguetes.

Cabe mencionar que esse Programa contribui para o desenvolvimento nacional, na medida em que, alinhado com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa, proporciona o fomento da Base Industrial de Defesa, gera mais de 7.000 empregos diretos e indiretos nas áreas de ciência, tecnologia e construção civil, além de inserir o meio acadêmico nos assuntos de Defesa.

O Programa Astros 2020 teve um contingenciamento de, aproximadamente, 24% do total da LOA/2017, fato que ensejou a reprogramação de atividades do escopo que estavam planejadas para o ano.

Em relação ao Programa Estratégico do Exército Guarani, em 2016, o Programa foi reestruturado, tendo seu cronograma físico-financeiro dilatado até 2040, com o objetivo de readequá-lo ao momento econômico vivido pelo País.

As principais realizações do projeto Guarani, em 2017, foram:

- Aquisição de 61 viaturas da nova família de blindados sobre rodas;
- Aquisição de 32 sistemas de armas REMAX dentre os 50 anuais previstos em contrato;
- Aquisição de 52 serviços de suporte logístico (SLI) para 52 sistemas de armas REMAX já adquiridos;
- Aquisição de 49 conjuntos itens de suprimentos e 12 conjuntos ferramentais para a manutenção de sistemas de armas REMAX;
- Aquisição de 13 mil cartuchos de munição e 290 mil litros de combustível para a realização da experimentação doutrinária nível Batalhão ocorrida em Rosário do Sul-RS;
- Aquisição de componentes para completar a montagem de 41 Kits de Comando e Controle (C2);
- Construção/adaptação da infraestrutura de Organizações Militares que estão recebendo as VBTP-MR 6x6;
- Aquisição de 220 metralhadoras para equipar os sistemas de armas das VBTP-MR 6x6;
- Aquisição de material de escritório e de informática para mobiliar as Salas de Instrução de Blindados; e
- Aquisição de 02 sistemas de armas manuais para serem submetidos à avaliação integrados às VBTP-MR 6X6.

Para se adaptar às limitações dos recursos autorizados, o Exército negociou com as empresas envolvidas no Programa Guarani a adequação das entregas anuais previstas, de modo a minorar os impactos tanto no andamento do Programa, como nas linhas de produção dos materiais a serem fornecidos. Da mesma forma, foram reduzidas algumas atividades e redefinido o início de outras, como o desenvolvimento da Viatura Blindada de Reconhecimento Média de Rodas (VBR-MR 8x8), mais uma vez adiado.

O Programa Guarani já entregou 285 VBTP-MR 6x6, distribuídas estrategicamente pelo território nacional. Essas viaturas foram empregadas, em 2017, nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, no Rio de Janeiro/RJ, na segurança das fronteiras e na Operação Ágata (combate ao tráfico e descaminho).

Para 2018, as atividades do Programa serão impactadas pela restrição orçamentária imposta pela Emenda Constitucional 95, limitando-se à aquisição de 41 VBTP-MR 6x6; 41 kits completos de C2; 20 Viaturas Blindada Multitarefa Leve de Rodas 4x4; 20 Sistemas de Armas REMAX; 24 Sistemas de Armas Manuais; contratação de SLI para VBTP-MR 6x6 e Sistema de Armas; iniciação do desenvolvimento da Viatura Blindada de Combate Média de Rodas - Morteiro Pesado; realização da experimentação doutrinária; obtenção de simuladores para capacitação de motoristas e mecânicos e continuidade à realização de obras de infraestrutura no 15º B Log, 34º BI Mec e CIBld.

O Programa Proteger foi criado em 2012 com o objetivo de oferecer ao Exército Brasileiro efetiva capacidade para a proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres Nacionais, em complemento aos sistemas de segurança orgânica e de segurança pública já existentes. Entre as realizações do Programa, em 2017, destacam-se a continuação do estudo para a elaboração dos projetos de engenharia visando à construção do Centro de Coordenação de Operações (CCOp) na cidade de Brasília; a aquisição de material de engenharia e de apoio operacional visando às operações de "não-guerra", particularmente, no apoio à Defesa Civil em calamidades públicas, naturais ou provocadas, e em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO); a gestão das ações para a implantação do Centro de Coordenação de Operações Móvel (CCOp Mv); e o prosseguimento do desenvolvimento do software Integrador.

No final de 2016, por meio da Portaria nº 442-EME, de 10 de outubro de 2016, foi incluído no Portfólio Estratégico do Exército o Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército (Prg EE Av Ex), composto de cinco projetos e duas ações complementares: modernização das aeronaves Fennec e Pantera e obras de infraestrutura.

Em 2017, no âmbito do o Programa Estratégico de Aviação do Exército (Prg EE Av Ex), foram iniciadas a modernização das aeronaves Fennec e Pantera e iniciadas as obras de infraestrutura.

A modernização do Helicóptero AS 365 K - Pantera, iniciada em 2009, tem por objetivos reconstruir e modernizar duas aeronaves e modernizar 32, até 2023. Em 2017, foram recebidos definitivamente os três helicópteros previstos e adquirida parte dos materiais, tais como motores e equipamentos, para as modernizações do próximo ano. Ao todo foram recebidos nove helicópteros AS 365 Pantera K2 (denominação das unidades modernizados). Para 2018, há previsão de se receber três unidades modernizadas.
Em relação à modernização dos Helicópteros HB 350 L1 – Esquilo e AS 550 A2 – Fennec, iniciada em 2011, no ano de 2017, foram recebidas quatro aeronaves e adquirida parte dos equipamentos, que serão utilizados no próximo ano. Ao todo foram recebidas 18 unidades do tipo AS 550 A2 – Fennec Avex (denominação dos helicópteros modernizados). Para 2018, há previsão de receber mais quatro unidades modernizadas.

No que tange à ação complementar de obras de infraestrutura, foram concluídas as construções dos três blocos de próprios nacionais residenciais, na guarnição de Taubaté-SP, entretanto, os recursos recebidos foram menores que o previsto, impedindo, assim, a execução de outras obras como a de recuperação ambiental no Comando de Aviação do Exército.

No que tange ao Comando da Aeronáutica, o Projeto FX-2 ocorreu conforme o planejado, tendo ocorrido o primeiro voo do protótipo Sueco em junho de 2017, marco do início da campanha de ensaios da aeronave. Atualmente, a primeira aeronave brasileira encontra-se na linha de montagem, tendo seu voo inaugural previsto para 2019.

Por sua vez, o Projeto AM-X teve a entrega de uma aeronave no final do exercício e as duas primeiras aeronaves KC-390 estão programadas para 2018.

Já no escopo do Projeto HX-BR foram recebidas quatro aeronaves: duas na versão operacional, uma para a Força Aérea e

uma para o Exército Brasileiro e; duas na versão Básica Plus para a Marinha do Brasil, promovendo um ganho operacional para as três forças e alavancando a indústria brasileira na capacitação tecnológica para conceber, desenvolver e produzir aeronaves de asas rotativas. Como perspectiva futura, está previsto para o primeiro semestre de 2018, a certificação e operação do sistema de reabastecimento em voo desse helicóptero.

A Força Aérea vem trabalhando de forma a adequar o cronograma financeiro com o andamento dos projetos e replanejando suas atividades, a fim de atender o cumprimento dos contratos e evoluir o desenvolvimento dos projetos.

Metas 2016-2019

- **04G2 - Adquirir 22 aeronaves Militares.**

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

  Análise Situacional da Meta

  Ver documento anexado: Meta 04G2_CLX-2_I-X_KC-390_OK.doc

  Quantidade alcançada

  3 unidades

  Data de Referência

  19/12/2017

  Classificação da meta

  Com medidas a serem adotadas

  Medidas a serem adotadas

  Adoção de medidas de gestão;

  Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

  Detalhamento das providências a serem tomadas

  Considerando que todos os projetos em andamento sofreram restrições orçamentárias, seja pelos cortes/contingenciamentos orçamentários ocorridos no exercício de 2017, ou seja pela redução do objeto já contratado por determinação do Estado Maior da Aeronáutica – EMAER, houve a necessidade de readequação à realidade orçamentária e financeira das metas, através de algumas medidas de gestão, que seguem:

  No projeto CLX-2 os contratos estão sendo renegociados para a adequação orçamentária do exercício de 2017. Está em andamento a reavaliação quantitativa das metas previstas e a reanálise dos custos possíveis de serem absorvidos pelos projetos em andamento.

  O Projeto I-X está adequando a meta de 6(seis) aeronaves para 4(quatro) aeronaves a serem adquiridas, a ser formalizado no 4º Termo Aditivo ao contrato 09/DCTA-COPAC/2014.Os contratos do Projeto KC-390 estão sendo renegociados para a adequação orçamentária dos exercícios de 2017 e 2018. Reavaliação quantitativa das metas previstas e reanálise dos custos possíveis de serem absorvidos pelos projetos em andamento. Neste aspecto, a desativação das aeronaves C-130 Hércules deve ser revisada, considerando possíveis alterações na cadência de entrega das aeronaves KC-390.

- **04G3 - Atingir 44% do desenvolvimento do Projeto da Aeronave Caça Multimissão (F-X2).**

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

  Análise Situacional da Meta

  O projeto contém 03 contratos e 01 Acordo de Compensação, quais sejam: Contrato de Despesa nº003/DCTA-COPAC/2014, firmado em 24 de outubro de 2015; Contrato de Despesa 004/DCTA-COPAC/2014 – CLS, firmado em 18 de dezembro de 2014; Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2015 – ARMAMENTO, firmado em 23 de abril de 2015; e Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014 – OFFSET, firmado em 24 de outubro de 2015. Os contratos encontram-se em eficácia, exceto o contrato de CLS, que deverá entrar em eficácia apenas após o recebimento da 1º aeronave.

  Durante o ano de 2017, até a presente data, foram recebidas e pagas 46 etapas, sendo 43(quarenta e três) do Contrato nº003/DCTA-COPAC/2014 e 03 (três) do 001/DCTA-COPAC/2015 – ARMAMENTO. Até a presente data foram

executadas 82 Etapas de um total de 1382 Etapas do Contrato nº 003/DCTA-COPAC/2014, o que representa um avanço de 11,42% no desenvolvimento. No tocante ao Contrato nº 001/DCTA-COPAC/2015 – ARMAMENTO, o avanço físico até a presente data é de 3,53%. O percentual reduzido em relação ao Contrato Principal deve-se ao fato de que as principais atividades relacionadas ao recebimento dos armamentos adquiridos ocorrerão apenas quando as aeronaves já estejam em processo de recebimento, a partir de 2021.

Com relação à Transferência de Tecnologia, o Acordo de Compensação prevê 62 Projetos a serem executados ao longo do desenvolvimento, sendo 20 concluídos e 22 em andamento até a presente data. Os demais Projetos ainda não foram iniciados em virtude de o estágio atual do desenvolvimento não possibilitar tais atividades, ou seja, ainda não atingiram seu tempo de execução planejado/previsto. Os Projetos concluídos estão em análise no âmbito do COMAER para que o reconhecimento de créditos seja efetuado. Até o presente momento, já houve 04 reconhecimentos de créditos.

Para o ano de 2017, foi aprovado o Plano de Ação com o LOA-2017 no valor de R$ 1.567.013.470,00, entretanto, a MSG 93/SCCO/4790, de 26 Abr 17, do DCTA, e seu anexo MSG 10/5SC1/5312 – EMAER, informou que houve um contingenciamento de R$ 371.457.695 para o F-X2, com disponibilidade imediata de R$ 1.120.692.028,00. No 3º Termo Aditivo ao CT 003/DCTA-COPAC/2014, assinado em outubro de 2017, houve um replanejamento de pacotes de trabalho e entrega de etapas e, considerando o novo Cronograma Físico- financeiro em vigor, o valor empenhado de R$ 1.120.692.028,00 foi suficiente para o pagamento das etapas contratuais no exercício de 2017.

Para 2018, a previsão da PLOA é de R$ 1.050.133.500,00 para todo o projeto, sendo este montante insuficiente para o adimplemento das etapas previstas no atual CFF. Até o presente momento não foi confirmado o montante a ser disponibilizado na LOA. Assim que a informação da LOA seja confirmada, e em sendo inferior à necessidade demandada para 2018, as futuras ações serão planejadas. Caso o montante previsto na PLOA venha a se concretizar, pode ocorrer a necessidade de se negociar um Termo Aditivo a fim de se adequar o CFF ao valor previsto, acarretando uma postergação de Etapas com possíveis atrasos no Projeto e pagamento de reajustes adicionais previstos em Contrato.

Quantidade alcançada

8,6 %

Data de Referência

19/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Como decorrência da necessidade de modificação da metodologia que mede o avanço físico, de modo a não confundir com o avanço financeiro e, por se tratar de um projeto de desenvolvimento, cujo recebimento do objeto ocorrerá apenas a partir de 2021, os valores informados anteriormente sofreram alterações. A meta física para o período de 2016 a 2019 (PPA) foi alterada para 29,31%. Foi solicitada a alteração ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tendo sido rejeitada a solicitação.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	44	% de execução	8,6	31/12/2017

- **04FY - Implantar 85% do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes Astros 2020 consiste na aquisição e na modernização de Viaturas com alta tecnologia agregada, tais como: Viaturas de Comando e Controle, Unidade Controladora de Fogo, Lançadora Múltipla Universal, Viaturas Meteorológicas, Viaturas Remuniciados e Viaturas Oficina Mecânica e Eletrônica.

Em 2017, foram adquiridas duas novas Viaturas Controladoras de Fogo, na versão MK-6, e foram modernizadas doze unidades do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, sendo oito Lançadoras Múltiplas Universais e quatro Viaturas Remuniciadoras, na versão MK3-M.

Quantidade alcançada

44 %

Data de Referência

15/12/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	85	% de execução	44	15/12/2017

- **04G0 - Incorporar 10 Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais resultados alcançados em 2017

Vinculado ao Programa de Obtenção de Meios de Superfície, encontra-se em processo obtenção três navios Rebocadores de Alto Mar, com previsão de incorporação para o primeiro trimestre de 2018.

Tal obtenção constitui uma necessidade premente para a Marinha, visto seu amplo emprego, destacando-se as seguintes tarefas: executar a função logística de salvamento de navios e embarcações de médio e grande portes; realizar operações de socorro da vida humana no mar, de acordo com as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário; fiscalizar as Águas Jurisdicionais Brasileiras por meio de ações de Patrulha Naval, contribuindo com outros órgãos governamentais na fiscalização contra a pesca predatória e ilícitos transnacionais, bem como àquelas vinculadas à prevenção da poluição hídrica em águas interiores e fluviais; atuar na Garantia da Lei e da Ordem em apoio às atividades portuárias; prestar apoio às atividades de Inspeção Naval, contribuindo com a manutenção da Segurança do Tráfego Aquaviário; apoiar ações de Defesa Civil; realizar reboque oceânico; e, ainda, prestar apoio no combate a incêndios em meios flutuantes.

De maneira semelhante, o Programa de Obtenção de Navios Anfíbios fundamenta-se na conjugação da procura por Navios-Anfíbios no mercado internacional (aquisição por oportunidade) e do estudo objetivando a construção desse tipo de navio em estaleiro brasileiro, fomentando o incentivo à indústria nacional para a recuperação do mercado naval. Com este propósito, e obedecendo as perspectivas contratuais, foram recebidos – em 31 de maio de 2017 – os dois primeiros Carros Lagarta Anfíbios da empresa MARCOSYSCOM, provenientes dos Estados Unidos da América.

Conforme previsto no Portfólio Estratégico da Marinha, o subprograma de Consolidação da Brigada Anfíbia do Rio de Janeiro contempla os projetos de construção de unidades; ampliação e modernização de instalações; e a especificação e o desenvolvimento dos meios e equipamentos passíveis de serem adquiridos junto à indústria internacional e à Base Industrial de Defesa. Na prática, tal propósito vem se consolidando na forma de aquisições específicas, tais como: armamentos; equipagens; material de proteção balística; 6 helicópteros multiemprego; 23 Carros Lagarta Anfíbios; e o Sistema Integrado de Comando e Controle do Corpo de Fuzileiros Navais. Além disso, foi continuada a construção das

edificações que darão suporte ao Sistema de Lançamento de Foguetes ASTROS, do Corpo de Fuzileiros Navais.

Fatores que contribuíram na execução da Meta

A aprovação do novo Plano Estratégico da Marinha que tem por finalidade orientar o planejamento de médio e longo prazo da Marinha por meio de objetivos estratégicos organizados em uma cadeia de valor e de onde estão elencadas e priorizadas as principais metas vinculadas à aquisição e incorporação de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais.

Previsão de realizações para o próximo ano

Em 2018 será firmado o acordo com a empresa escolhida pela licitação e será iniciada a fabricação do simulador tático de missão. Tal equipamento permitirá uma significativa redução nas horas de voo de aeronaves alocadas para instrução e adestramento das tripulações, além de aumentar o nível de segurança das operações aéreas pela possibilidade do acréscimo da frequência de treinamentos e redução de riscos efetivos inerentes à realização do aprendizado.

Quantidade alcançada

4 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento

- **04G1 - Modernizar 15 Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais atividades realizadas em 2017

1) Continuação do Período de Manutenção Geral da Fragata “Defensora” e da Corveta “Júlio de Noronha”.

Tal período tem o propósito de efetuar uma revisão completa em equipamentos mecânicos (máquinas e motores) e eletrônicos (sistemas de controle, sensores e equipamentos de comunicação), necessários após ciclos de uso e desgaste natural pelo uso e pelo ambiente incomum no qual são utilizados. Após tal período, os meios voltarão a dispor das condições necessárias para as Operações e Ações de Guerra Naval, o emprego em patrulhas navais nas águas jurisdicionais brasileiras, garantindo os interesses nacionais no mar, com destaque para a defesa das plataformas de exploração e explotação de petróleo e gás no mar que são responsáveis por mais de 80% de nossa produção;

- apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana no mar, em decorrência de acordos internacionais; e

- continuidade da busca da inserção do Brasil em missões de paz da Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos, em especial o cumprimento dos compromissos internacionais da Força Tarefa Marítima da Missão Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL).

2) Modernização das Aeronaves AH-11A (Super Lynx)

Enviadas para o Reino Unido mais duas aeronaves Super Lynx, totalizando cinco helicópteros cumprindo o Programa de Modernização.

Foi realizado – com sucesso – o primeiro voo de aeronave modernizada e que será usada para certificação do projeto, bem como para voos de qualificação e requalificação de pilotos.
No âmbito das aeronaves de asa fixa (aviões), foi entregue pela EMBRAER uma unidade modernizada do caça AF-1/1A Skyhawk. Tal ação visa reduzir a defasagem tecnológica existente em termos de aviônicos e sensores instalados, estendendo a vida operacional das aeronaves até 2030.
O programa busca privilegiar e incrementar a capacidade de nacionalização progressiva do material de uso militar; a melhoria da qualidade dos serviços técnicos de alta complexidade executados no País; ampliar a possibilidade do país ter o domínio dos softwares e códigos-fontes dos sistemas embarcados; e a salvaguarda dos dados referentes aos parâmetros de desempenho e limitações das aeronaves revitalizadas.
3) Modernização dos submarinos "Tupi" e "Tikuna"
Continuada a modernização dos sistemas de combate dos submarinos "Tupi" e "Tikuna", que permitirá o emprego do torpedo pesado MK-48 Mod 6AT naqueles meios navais. Tal ação é resultado do seguimento das atividades de assistência técnica da Marinha dos Estados Unidos da América afetas a integração desta arma aos demais sistemas dos meios em modernização.

Fatores que contribuíram na execução da Meta
O adequado planejamento e a preparação das Organizações Militares que participam, direta ou indiretamente, dos processos de modernização dos meios navais foram fundamentais para atingir os resultados. No caso dos aviões, a expertise e a troca de conhecimento entre técnicos da EMBRAER e os militares contribuíram de forma significativa para o sucesso das etapas de modernização.

Previsão de realizações para o próximo ano
Continuação do Período de Manutenção Geral da Fragata "Defensora"; prontificação dos equipamentos de propulsão e máquinas auxiliares da Corveta "Júlio de Noronha"; o recebimento de aeronaves Super Lynx e AF-1/1A Skyhawk modernizadas; continuação da modernização das aeronaves KC-2 Turbo Trader, nos Estados Unidos da América, que efetuarão as tarefas de transporte e alarme aéreo antecipado; e a continuação do Período de Manutenção Geral dos Submarinos "Tupi" e "Tikuna".

Quantidade alcançada

5 unidades
Data de Referência

31/12/2017
Classificação da meta

Andamento adequado
Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento

- **04G4 - Modernizar 17 aeronaves mlitares.**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

No exercício orçamentário de 2017, foi possível o delineamento concreto das metas estabelecidas pelos projetos A1-M, F5-M, P-3M e CP/95, com um orçamento compatibilizado com as reais necessidades destes projetos de modernização. O impacto das restrições orçamentárias dos dois últimos exercícios ainda se fez sentir, contudo as Gerências dos projetos estratégicos efetuaram medidas de gestão para o avançamento de seus respectivos projetos e, por conseguinte, da Meta 04G4 do PPA 2016-2019.

Dentre as realizações do período avaliado, pode-se destacar a revisão da meta física estabelecida para o projeto A1-M em relação ao contrato original assinado em 2003, tendo sido todos os contratos relacionados à Meta aditivados. Esta ação permitiu a melhora na cadência de execução contratual tendo sido entregue de 1 aeronave A1-M, após 3 (três) anos de execução reduzida.

No projeto F-5M foi entregue 1(uma) aeronave F-5M modernizada, em 2017, assim como houve avanço referente tanto ao pagamento de itens utilizados na modernização, quanto à execução dos serviços de modernização nas aeronaves, conforme o contrato de despesa 005/DCTA-COPAC/2010. Cabe ressaltar que nos processos de modernização, o produto final – aeronave modernizada – quase sempre corresponde às últimas etapas contratuais previstas, não tanto por seu valor, mas sim pela finalização do conjunto de serviços para se atingir o produto final: aeronave.

Dos fatores que contribuíram ou dificultaram o avançamento do projeto, pode-se citar que, no projeto A-1M foi a possibilidade de execução dos trabalhos sob a égide de fatores de planejamento realistas, o que permitiu o avançamento da renegociação contratual nos seus respectivos termos aditivos.

No projeto F-5M ouve dificuldades no emprego de mão de obra especializada por parte da Contratada. A empresa EMBRAER precisou alocar um número maior de funcionários na linha de montagem para atender a demanda nos serviços de modernização das aeronaves F-5BR.

Como consequência do baixo número de especialistas na linha de modernização das aeronaves, ocorreu um atraso nos serviços devido à demora da empresa na identificação e solicitação dos itens logísticos, a serem fornecidos pelo COMAER (PAMA-SP), na forma de Government Furnished Equipment-GFE (Equipamentos a serem fornecidos pelo Governo).

Numa visão prospectiva, pode-se citar que no projeto A1-M os trabalhos futuros serão realizados diante de um quadro de possibilidades financeiras mais factíveis, o que permitirá a entrega das aeronaves conforme cronograma contratualmente estabelecido.

Já no projeto F-5M, a perspectiva é de atingir as metas estabelecidas até o final do projeto. Para isso, a COPAC vem desenvolvendo um grande esforço gerencial junto a EMBRAER para mitigar os impactos que possam atrasar o processo de modernização das aeronaves do projeto F-5BR.

Além das informações apresentadas, pode-se acrescentar que no projeto F5-M, no dia 16 de novembro de 2017, iniciou-se o processo de recebimento provisório da segunda aeronave modernizada, FAB 4812.

Além disso, a Gerência do projeto F-5M, aproveitou a variação cambial mais favorável no início do primeiro trimestre (dólar, em média, a R$ 3,10) e efetuou o empenho da despesa, gerando uma economia significativa em relação ao câmbio do final do exercício (dólar, em média, R$ 3,35) .

O projeto P-3 recebeu a última aeronave envolvida na modernização no de 2014 tendo sido concluídas neste ano de 2017 as últimas etapas contratuais pendentes.

Com relação ao projeto C-95 houve a entrega de 10 aeronaves de transporte de carga/ tropa no ano de 2016.

Pode-se dizer que hoje o andamento dos projetos é adequado, no entanto esse status foi fruto das readequações realizadas durante sua execução para mitigar os efeitos negativos gerados pelas constantes restrições orçamentárias. Apesar de já terem sido entregues 12 das 17 aeronaves previstas, os constantes óbices enfrentados por motivos técnicos e principalmente pelas restrições orçamentárias impostas nos projetos envolvidos na META 04G4 fizeram com que o andamento da mesma não seja o esperado nem o adequado para o seu comprimento até a conclusão do PPA 2016-2019.

Quantidade alcançada

12 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Para fazer face às dificuldades enfrentadas, a Gerência do projeto A1-M destaca a retomada do gerenciamento das atividades e o constante monitoramento dos riscos do projeto, como providências fundamentais a serem tomadas para o atingimento da meta .

No projeto F5-M, durante o andamento do contrato de modernização das aeronaves, foi verificada a necessidade de realizar ajustes nas etapas e no prazo de vigência contratual, por meio da celebração de Termos Aditivos.

- **04FZ - Obter 300 viaturas da Nova Família de Blindados sobre rodas.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Da meta prevista para o período 2016-2019, ou seja, aquisição de 300 (trezentas) viaturas Guarani, foi adquirida em 2016, a quantidade de 35 (trinta e cinco) que somadas às 61 (sessenta e uma) adquiridas em 2017 chegou-se a um total de 96 (noventa e seis) unidades acumuladas no período, representando 32% do total da meta.

Para 2018, estão previstas as seguintes atividades:

- adquirir 60 (sessenta) viaturas blindadas Guarani (6X6) integradas com sistemas de armas e de comando e controle, quantidade mínima que torna a linha de produção da montadora viável e mantém as fábricas fornecedoras em operação;
- finalizar o contrato, em negociação, para aquisição das viaturas blindadas 4X4 integradas com sistemas de armas e de comando e controle;
- adquirir 30 (trinta) viaturas blindadas Guarani (4X4) integradas com sistemas de armas e de comando e controle;
- adquirir 106 (cento e seis) sistemas de armas manuais para equipar as viaturas blindadas Guarani do Lote de Experimentação Doutrinária (LED), ainda não contempladas com sistemas de armas e 24 (vinte e quatro) para equipar as viaturas blindadas da produção seriada. Serão ainda adquiridos 50 (cinquenta) Sistemas de Armas REMAX.
- iniciar o desenvolvimento da viatura blindada de combate morteiro pesado, uma das versões das viaturas blindadas Guarani, prevista no contrato de aquisição em andamento;

Para 2018, a LOA para o PEE Guarani teve um corte de 32% em relação ao planejado no PPA, o que vai impor uma sobrecarga de recursos e de atividades no último ano do período (2019), comprometendo seriamente a execução da meta.

Quantidade alcançada

96 unidades

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Detalhamento das providências a serem adotadas

A fim de atender à meta até 2019, pretende-se obter financiamento ao Projeto por meio de operação de créditos externos.

Para a próxima revisão do PPA, pretende-se detalhar a Meta 04FZ - "Obter 300 viaturas da Nova Família de Blindados sobre rodas" por "Obter 240 viaturas 6x6 e 60 4x4 da Nova Família de Blindados Sobre Rodas, integradas com Sistemas de Armas e de Comando e Controle - Projeto Guarani". Tal solicitação visa adequar a meta à necessidade operacional da Força e à realidade financeira do Projeto.

Iniciativas

- **05PN - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico de Mísseis e Foguetes ASTROS 2020.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  A implantação do Sistema Estratégico de Misseis e Foguetes está com os seguintes projetos em pleno andamento: desenvolvimento de Míssil Tático de Cruzeiro, desenvolvimento do Foguete Guiado SS40-G, desenvolvimento da Simulação Integrada ASTROS, instrumentação técnica de campo de instrução, aquisição de Viaturas do Sistema ASTROS, na versão MK-6, modernização das Viaturas do Sistema ASTROS, na versão MK3-M, as obras de construção de Organizações Militares no Forte Santa Bárbara em Formosa-GO e as Ações Complementares de aquisição de viaturas logísticas e de munição (foguetes) ASTROS para emprego em experimentação doutrinária do Sistema.

  O Programa ASTROS 2020 está com seus projetos na seguinte fase de execução:
  - Projetos de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro e do Foguete Guiado: em pleno desenvolvimento pela Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS, de acordo com o cronograma contratual.
  - Projeto do Sistema de Simulação Integrada ASTROS: em desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria, com a conclusão da 3ª fase de desenvolvimento, das quatro fases previstas.
  - Projeto Viaturas do Sistema ASTROS: a aquisição e a modernização de viaturas do Sistema ASTROS estão em plena fase execução pela Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS, de acordo com o cronograma contratual.
  - Projeto Forte Santa Bárbara: As obras de construção do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes e do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes e dos Paióis de Mísseis e Foguetes estão em fase final de execução. As obras do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes estão em plena execução e as Obras de Construção do Comando de Artilharia do Exército e da Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército foram contratadas em 2017.
  - Projeto de Instrumentação de Técnica para Campo de Instrução: foi elaborada a Diretriz de Implantação e o Estudo de Viabilidade foi aprovado, estando de acordo com o cronograma planejado.
  - Ação Complementar de aquisição de munição para o Sistema ASTROS: Foi contrata, em 2017, a aquisição de foguetes do Sistema ASTROS para experimentação doutrinária.

  Os desafios enfrentados pelo Programa ASTROS 2020 estão diretamente relacionados ao aporte de recursos orçamentários necessários.
  A ocorrência de contingenciamentos orçamentários gera atrasos e a necessidade de um novo planejamento e reprogramação de atividades previstas no escopo do Programa.

- **05PO - Aquisição e desenvolvimento de viaturas blindadas sobre rodas - Projeto Guarani.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  a) Para a averiguação do alcance das Metas (medida do alcance do Objetivo):

  (1) avaliação da execução da meta, quantificando o valor alcançado em 2017;

(a) Aquisição

A LOA 2017 com os acréscimos orçamentários permitiu a aquisição (empenhadas) de 75 (setenta e três) viaturas blindadas Guarani, às quais foram entregues (liquidadas- LOA+RP) 61 (sessenta e uma) VBTP 6x6, compensando em parte a deficiência das aquisições ocorridas em 2016, da meta de 300 (trezentas) definida para 2016-2019.

(b) Desenvolvimento

- O atual cenário político-econômico é de restrição orçamentária e deve prolongar-se pelos próximos anos, justificando a obtenção de uma Viatura Blindada de Reconhecimento - Média Sobre Rodas, 6x6, a partir da evolução de plataforma já existente, em detrimento da obtenção da Viatura Blindada de Reconhecimento - Média Sobre Rodas, 8x8 que acarretaria em custos mais elevados.
- A meta previa o início do desenvolvimento da Viatura Blindada de Reconhecimento 8X8 (VBR), para a qual o Exército/DCT possui o convênio n° 12.387.00 celebrado, vigente e não executado com a Fundação Ricardo Franco (FRF). Os recursos foram originados da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

(2) motivo da frustração ou superação das expectativas;

(a) Aquisição

O principal motivo para não se alcançar a Meta – 2017 SIOP foi o atual cenário político-econômico de restrição orçamentária que deve prolongar-se pelos próximos anos, tendo em vista as limitações orçamentárias estabelecidas na EC 95/2016.

(b) Desenvolvimento

- O EB não disponibilizou, por insuficiência de recursos do PEE Guarani, a contrapartida para o início das pesquisas e desenvolvimento.

(3) necessidades existentes para que a meta seja atendida;

(a) Aquisição

Adquirir anualmente 60 (sessenta) viaturas blindadas Guarani (6X6) integradas com sistemas de armas e de comando e controle, quantidade mínima que torna a linha de produção da IVECO viável, a fim de manter as fábricas fornecedoras em operação.

Adquirir 30 (trinta) viaturas blindadas Guarani (4X4) integradas com sistemas de armas e de comando e controle no período.

Ampliar a LOA/LME 2018 para que se realize também em 2018 as Metas de 2016 e 2017 não alcançadas de mais 62 (sessenta e duas) viaturas blindadas Guarani integradas com sistemas de armas e de comando e controle. A LOA 2018 prevê um orçamento que permite a obtenção de somente 41 (quarenta e um) viaturas 6x6 e 20 (vinte) 4x4. Somando-se ao não executado dos anos anteriores, faltam 76 (setenta e seis) viaturas para alcançar o planejamento previsto no PPA para o período 2016/2018.

(b) Desenvolvimento

- Disponibilização da contrapartida.

b) Quantidade alcançada

(a) Aquisição

- Foram adquiridas (empenhadas) 75 (setenta e três) viaturas blindadas Guarani, às quais foram entregues (liquidadas – LOA+RP) 61 (sessenta e uma) VBTP 6x6, que adicionadas às 232 (duzentos e trinta e duas) já existentes perfazem um total de 307 (trezentos e sete).

(b) Desenvolvimento

- Não houve desenvolvimento de plataforma no período

c) Data de referência

- 31 de dezembro de 2017.

d) Providências a serem adotadas:

(a) Aquisição

- Obter financiamento por meio de operação de créditos externos

(b) Desenvolvimento

(1) providências que o órgão pretende adotar visando à correção de rumos no intuito de atender a meta até 2019;

O início do desenvolvimento da VBR estava previsto para o ano de 2012, porém devido às restrições orçamentárias, que impediram a disponibilização da contrapartida, sofreu sucessivos adiamentos até a previsão final para 2016. Nesse período, ocorreram negociações com a FRF e FINEP para prorrogação do convênio a fim de se manterem os recursos. Novas negociações serão realizadas para definir futuras previsões para as pesquisas e desenvolvimento da VBR 8X8.

Iniciado o desenvolvimento da Viatura Blindada de Reconhecimento - Média Sobre Rodas, 6x6, a partir da evolução de plataforma já existente, em detrimento da obtenção da Viatura Blindada de Reconhecimento - Média Sobre Rodas, 8x8 que acarretaria em custos mais elevados.

(2) identificar preliminarmente as alterações pretendidas para uma futura revisão do PPA;

O PPA, a partir de 2018 até 2019 deverá ser acrescido de mais R$ 236 milhões anualmente para atender as atividades de pesquisas e desenvolvimento e aquisições das versões da Família de Blindados Guarani, não atendidas com a LOA 2016/2018. Convém ressaltar que para 2019 o PPA prevê R$ 38 milhões a menos que a necessidade do programa, valor este que se somaria ao acrescimo acima.

A LOA 2018 estabelece um orçamento de 317 milhões. O previsto no PPA/2018 é 463 milhões, o que representa um deficit de 146 milhões no orçamento de 2018.

Análise situacional das Iniciativas Individualizadas (entrega de bens e serviços à sociedade):

a) informações sobre a situação da Iniciativa Individualizada;

A Nova Família de Blindados de Rodas (NFBR) é composta de diferentes versões de Viaturas Blindadas de Rodas, a única já desenvolvida e em produção é a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR 6X6). Atualmente já foram adquiridas 307 (trezentos e sete) VBTP-MR 6X6. As versões ainda previstas para serem desenvolvidas são a Viatura Blindada de Reconhecimento Média de Rodas (VBR-MR 8X8), a Viatura Blindada de Combate Média de Rodas Morteiro Pesado (VBC-MR Mrt P 6X6); a Viatura Blindada Especial Média de Rodas Posto de Comando (VBE-MR PC 6X6); a Viatura Blindada Especial Média de Rodas de Comunicações (VBE-MR COM 6X6); a Viatura Blindada Especial Média de Rodas Ambulância (VBE-MR Amb 6X6) e a Viatura Blindada Especial Média de Rodas de Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear (VBE-MR DQBRN 6X6)

b) fase que se encontra a execução;

- VBTP-MR 6X6 – Pesquisa e desenvolvimento concluídos – Adotada pelo Exército, em fase de aquisição.
- VBR-MR 8X8 – Início pesquisa e desenvolvimento replanejados para 2016 – Não iniciado. Substituída provisoriamente por plataforma 6x6, extendendo-se a vida útil de plataforma já existente.
- VBC-MR Mrt P 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2018;
- VBE-MR PC 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2019;
- VBE-MR COM 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2019;
- VBE-MR Amb 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2022; e
- VBE-MR DQBRN 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2030.

c) desafios enfrentados (legislação, operacional, recurso, evento natural, etc.);

- Manter a continuidade dos recursos para evitar atrasos nas etapas dos projetos, o que traz perda do conhecimento, retrabalho, modificações forçadas, dispêndio de tempo em novos estudos e planejamentos.

d) práticas bem sucedidas;

- a interação constante com o usuário final nas várias etapas de pesquisa, desenvolvimento e aquisição até a distribuição da viatura blindada para a tropa.

- **05PP - Modernização dos sistemas e materiais de engenharia e demais meios do Exército.**
  Individualizada: Não

- **05PQ - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  Conforme solicitado nos anos anteriores, a Inciativa Individualizada 05PQ foi modificada para "Implantação do Sistema Aviação do Exército" e seu conceito encontra-se atualmente adequado à realidade do Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército.

  Portanto, com a intenção de contribuir com o objetivo 1121 (Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional), diversas atividades foram realizadas, destacando-se entre elas as seguintes:

  - modernização do FENNEC/ESQUILO - foram recebidos definitivamente os 4 helicópteros AS 550 A2 FENNEC AVEX e adquirida parte dos materiais (equipamentos dos helicópteros), para as modernizações do próximo ano. Até o momento, dos 33 helicópteros contratados foram recebidos 18 helicópteros – (denominação dos helicópteros modernizados) e o cronograma anual foi cumprido.

  - modernização do PANTERA K2 – foram recebidos definitivamente os 3 helicópteros AS 365 PANTERA K2 e adquirida parte dos materiais, tais como motores e equipamentos, para as modernizações do próximo ano. Dos 34 helicópteros atualmente em contrato, até o momento foram recebidos 9 helicópteros PANTERA K2 no total (denominação dos helicópteros modernizados) e o cronograma anual foi cumprido.

  - infraestrutura da Av Ex. Foram realizadas as atividades de fiscalização e conclusão dos 3 blocos de Próprio Nacional Residencial (PNR) na guarnição de Taubaté-SP.

  Sobre as dificuldades encontradas no desenvolvimento dessas atividades, em função dos contingenciamentos, foram necessárias alterações contratuais, incluindo modificação de prazos e reequilíbrios econômico-financeiros.

  Para uma melhor execução financeira da iniciativa e cumprimento dos contratos dentro de uma estabilidade, é necessário que os recursos orçamentários não sejam descontinuados e os valores previstos na Diretriz de Implantação sejam mantidos, dentro do possível.

- **05PR - Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER).**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  A maior parte dos recursos da Ação Orçamentária 14T6 do PEE PROTEGER é destinada a implantação dos Centros de Coordenação de Operações Móvel - CCOp Mv que engloba uma nova forma de interação entre agências do Estado, o que obrigou uma análise mais aprofundada da compatibilidade entre os itens de TIC definidos e o espaço disponível nas cabines pretendidas, bem como a compatibilidade de peso, projeto de integração das soluções propostas com as cabines, para atuação no amplo espectro dos conflitos, e tal fato obrigou o PEE PROTEGER a direcionar recursos para outras entregas parciais previstas no escopo do projeto, qual seja a aquisição e distribuição de maquinários de engenharia leves e pesados, pontes, portadas e passadeiras e material de controle de danos. Assim sendo em 2017, as principais realizações do Projeto Proteger foram:

  a) Continuação do Estudo para a elaboração dos projetos de Engenharia visando a construção do Centro de Coordenação de Operações (Fixo) na cidade de Brasília ("novo COTER"), antes chamados de Centros de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (CCOTI);

  b) Aquisição de material de engenharia e de apoio operacional visando o apoio às operações do tipo "não-guerra", particularmente, no apoio a defesa civil em calamidades públicas naturais ou provocadas e em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com previsão de emprego dual, em outros tipos de operações não-guerra e de guerra;

  c) Gestão das ações decorrentes para a implantação do Centro de Coordenação de Operações Móvel - CCOp Mv, anteriormente denominado Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências - CCOTI Mv;

  d) Continuação do Desenvolvimento do Software Integrador que será utilizado no Sistema deCoordenação nde Operações Terestres (SISCOT);

e) Aquisição de meios de defesa em geral visando o apoio aos atuadores em operações de proteção da Sociedade dentro do escopo do Projeto (Viaturas Operacionais, administrativas e material permanente etc);

Estão previstas as seguintes atividades para 2018:

- iniciar a aquisição do primeiro (de um total de oito) Centro de Coordenação de Operações Móvel (CCOpMv – antigo CCOTI Mv), que ampliará a capacidade do Comando Militar do Leste para atuar em ações de Proteção à Sociedade, em particular nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, de Garantia da Votação e da Apuração, em apoio à Defesa Civil em calamidades públicas, naturais ou provocadas, na prevenção e atuação na Defesa Química, Bacteriológica, Radiológica e Nuclear, em Grandes Eventos, na proteção de Estruturas Estratégicas e na prevenção e combate ao Terrorismo, por intermédio de um Centro de Coordenação de Operações Móvel;
- continuar a elaboração dos projetos de engenharia para a construção do Centro de Coordenação de Operações (CCOp) em Brasília, que permitirá a construção tempestiva do referido Centro a partir de 2019;
- continuação do desenvolvimento do Software INTEGRADOR (antigo "Protetor"), o que permitirá o seu emprego como software integrador de sistemas de interesse para as operações, ampliando, desta forma, a capacidade de emprego da Força Terrestre nas operações, em particular naquelas de Proteção da Sociedade.
- iniciar a elaboração do Projeto básico e executivo para construção Complexo de Tiro do Centro de Operações Especiais

- **05PS - Obtenção e adequação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades realizadas em 2017:

Obtenção de Helicópteros Multi-Emprego S-70B (SH-16) – Seahawk e Simulador Tático de Missão

Foi lançada a licitação internacional que escolherá a empresa responsável pela fabricação do simulador tático de missão. Esta licitação está sendo conduzida pelo FMS, e o resultado da licitação será conhecido até FEV2018.

Modernização das Aeronaves AH-11A (Super Lynx).

No período de 20 a 24 de março de 2017 foi realizada na sede da empresa Leonardo Helicopters (LH), antiga AgustaWestland (AWL), em Yeovil-GB, a Reunião de Gerenciamento do Programa.de.Modernização.das.Aeronaves.AH-11A (PMM).

Por ocasião do evento, a Marinha do Brasil (MB) se fez representar por Comitiva da Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM), chefiada pelo seu Diretor e composta por representantes dos Setores Operativo e da Diretoria de Coordenação do Orçamento da Marinha (COrM); e pelos integrantes do Grupo de Fiscalização e Recebimento das Aeronaves Lynx (GFRLynx), sediado na própria LH.

Essa reunião marca mais uma etapa cumprida no projeto dos futuros helicópteros Lynx Mk21B que representarão um estágio intermediário entre as atuais aeronaves AH-11A e os AW159 “Wildcat”. Com motores bem mais potentes e mais confiáveis, fato este que contribuirá para a elevação do nível de segurança de voo, e sistemas aviônicos no estado da arte, os futuros AH-11B permitirão que a Aviação Naval brasileira opere uma aeronave compatível ao atual cenário da aviação mundial, contribuindo, sobremaneira, para a elevação da eficiência operativa do binômio Navio-Aeronave.

Modernização das Aeronaves AF-1/1A

Foi assinado o alongamento do cronograma fisicofinanceiro de forma a diluir as etapas do contrato até o ano de 2019; e a inclusão no contrato da possibilidade de fornecimento, pela EMBRAER, de itens não previstos no contrato (não modernizados) e necessários para a remontagem das próximas aeronaves modernizadas, não contemplando ainda toda a necessidade de itens.

Modernização das Aeronaves “Carrier Onboard Delivery/Air-to-Air Refueling” (COD/AAR)

Em 2017, como atividade administrativa, a ESA deverá entregar à Marinha do Brasil (MB) o Plano de Produção, executar a reunião para apresentação do "Preliminary Design Review" (PDR), assinar o Contrato de OffSet e no que tange às aeronaves, a continuação da decapagem e avaliação do emprego geral das células.

Rebocadores de Alto Mar (RbAM)

Encontra-se em processo obtenção, por meio da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), 3 (três) Navios Rebocadores de Alto Mar (RbAM), conhecido no mercado como "Anchor Handling Tug Supply Vessels" (AHTS). A previsão de incorporação é para o primeiro trimestre de 2018. O valor de cada navio é de US$ 8,000,000.00 (oito milhões de dólares americanos), totalizando US$ 24,000,000.00 (vinte e quatro milhões de dólares americanos).

A obtenção de 03 (três) Rebocadores de Alto Mar (AHTS) constitui uma necessidade premente para a MB, visto o amplo emprego de tais meios navais, destacando-se as seguintes tarefas: executar a função logística de salvamento de navios e embarcações de médio e grande portes; realizar operações de socorro da vida humana no mar (SAR), de acordo com as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário; fiscalizar as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) por meio de ações de Patrulha Naval (PATNAV), contribuindo com outros órgão governamentais na fiscalização contra a pesca predatória e de outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica, de acordo com as leis nacionais e internacionais; atuar na Garantia da Lei e da Ordem (GLO); prestar apoio às atividades de Inspeção Naval (IN), contribuindo com a manutenção da Segurança do Tráfego Aquaviário; apoiar ações de Defesa Civil; realizar reboque oceânico; estabelecer campos minados defensivos e, ainda, prestar apoio no combate a incêndios em meios flutuantes.

A despeito de ter a atribuição de realizar toda essa gama de atividades, atualmente, a MB não possui a quantidade de navios necessária à sua realização, dispondo apenas de cinco Rebocadores de Alto Mar (RbAM), todos com mais de 30 (trinta) anos de serviço e distribuídos em quatro Distritos Navais.

- **05PT - Construção de Navios do Programa de Meios de Superfície da Marinha (PROSUPER).**
  Individualizada: Não

- **05PU - Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades realizadas em 2017:

- Em AGO2017 foi homologado o processo licitatório aberto em MAR2017, visando à remoção do casco do futuro NPa "Maracanã" do Estaleiro Ilha S.A. (EISA) e o seu transporte para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), cujo vencedor foi a empresa TRANSHIP Transportes Marítimos LTDA;
- Em 27NOV2017, foi concluída a operação de remoção do casco do futuro Navio-Patrulha "Maracanã", do EISA para o AMRJ; e
- Iniciada a elaboração do o Processo Licitatório visando à contratação de empresa para a execução da remoção dos cascos, blocos e chapas pertencentes aos futuros Navios-Patrulha "Mangaratiba", "Miramar", "Magé" e "Maragogipe" do EISA para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ).

Para 2018 está prevista retomada da construção dos Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa500) no Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ).

- **05PV - Construção de Submarino com Propulsão Nuclear (PROSUB).**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades realizadas no exercício de 2017:

No projeto da Construção de Submarino com Propulsão Nuclear com a transferência de tecnologia e assessoria da empresa francesa Naval Group (nova denominação da Empresa DCNS - Direction des Constructions Navales), as atividades da Equipe Técnica de Projetos tiveram continuidade e a Fase B de projeto (Projeto Básico) foi concluída em janeiro de 2017, conforme previsto contratualmente.

A Planta Nuclear do SN-BR possui 70% da matéria prima contratada, 50% de serviço contratado com a Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP) para a confecção dos principais componentes de mecânica pesada e 30% contratado com firmas estrangeiras especializadas na confecção dos elementos internos da alta precisão.

- **05PW - Construção de Submarinos Convencionais (PROSUB).**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

Destacam-se, abaixo, as principais atividades desenvolvidas na construção dos Submarinos Convencionais (S-BR):

- 1º Submarino (S-BR1): embarque do chavão de baterias; embarque do Módulo de Armazenamento de Torpedos (WHS); instalação da carenagem fixa do leme e dos lemes horizontais; conclusão do outfitting da S2B; embarque do Cradle de Vante (S3); embarque do Cradle Auxiliar de Ré (S2A); embarque das plataformas dos Diesel-Geradores (S2A); instalação do mancal de escora (S1); união da Seção 2B com a Seção 3; e embarque do módulo de acomodações na S2B, com previsão de lançamento ao mar em 2018, para início dos testes no 3º trimestre;
- 2º Submarino (S-BR2): Conclusão da fabricação do casco resistente, de todos os tanques e estruturas internas. Início da instalação das estruturas internas, tubulações e equipamentos;
- 3º Submarino (S-BR3): Conclusão da fabricação das seções do casco resistente; e
- 4º Submarino (S-BR4): Conclusão da fabricação das subseções do casco resistente.

- **05PX - Implantação de Estaleiro e Base Naval (PROSUB).**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades realizadas para o exercício de 2017:

No presente ano, foram concluídas as obras civis do Estaleiro de Construção, restando finalizar a montagem eletromecânica e o comissionamento de alguns equipamentos, das redes industriais e dos sistemas integrados de controle, assim como a entrega de alguns equipamentos portáteis, ferramentas e mobiliário de produção.

Foram concluídos, também, os testes com carga e o comissionamento do Shiplift (Elevador de Navios), assim como o comissionamento do Sistema de Transferência do ESC.

Foram concluídas, ainda, a pavimentação da Via Litorânea, do Túnel de acesso entre a Área Norte e a Área Sul do EBN, a construção e ligação da Linha de Transmissão de 25 Kv que abastece de energia a Área Sul do EBN, assim como da Central de Utilidades, Subestação Elétrica e do Prédio do Centro Integrado de Controle da Área Norte da Base Naval (BNN).

Houve, ainda, o avanço significativo das obras das instalações prioritárias do Estaleiro de Manutenção (ESM) e da Base Naval (BN) para o lançamento do Submarino Riachuelo, em 2018, quais sejam: Oficina de Ativação de Baterias e Prédio da Tripulação do Submarino do ESM; e Prédio dos Simuladores do Centro de Instrução e Adestramento da BN. Além disso, houve o avanço das Obras da Oficina de Suporte Leve.

Foram iniciadas, também, outras obras relevantes, tais como a Oficina de Apoio à Manutenção e o Prédio do

Almoxarifado do ESM, a Oficina de Mastros, Periscópios e Sistemas de Combate, a Portaria, os Prédios Administrativos e a Central de Utilidades da Área Sul da Base Naval (BN-AS), assim como da Linha de Transmissão de 138 Kv. Essas obras poderão ter que ser paralisadas ou ter seu ritmo reduzido, em função da previsão de recursos orçamentários a serem alocados ao projeto no próximo exercício.

- **05PY - Construção de Corvetas Classe Tamandaré.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa
  Principais atividades referentes ao exercício de 2017
  Contratada a assessoria externa para a prestação de apoio técnico, jurídico e de inteligência de negócios capazes de auxiliar na elaboração do modelo global de negócio multidisciplinar; no acompanhamento da elaboração da Solicitação de Oferta (Request For Proposal – RFP); na formação do modelo de seleção e de negociação; na seleção da melhor oferta final (Best and Final Offer – BAFO); e na elaboração dos contratos, para o projeto de obtenção das Corvetas Classe Tamandaré (CCT).

  Fatores que contribuíram para as realizações das atividades
  A contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que trouxe profissionais de alto nível para a assessoria necessária.

- **05PZ - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais (PROBANF).**
  Individualizada: Não
- **05Q0 - Aquisição de Viaturas Blindadas Anfíbias Sobre Lagartas (CLAnf).**
  Individualizada: Não
- **05Q1 - Aquisição de cargueiro tático militar - Projeto KC-390.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  A aquisição das Aeronaves KC-390 pelo COMAER faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e é a continuidade natural do desenvolvimento requerido pelo projeto KC-X. Além disso, a produção seriada das aeronaves abre a oportunidade de consolidar os benefícios socioeconômicos que o projeto ensejou para o Brasil, por meio do fortalecimento da Indústria Aeroespacial Nacional, da criação de empregos e da geração de divisas para o país.

  Além de elevar a capacidade operacional da FAB, a aquisição da aeronave sinaliza e coloca em evidência as capacidades do produto, proporcionando diversos impactos positivos para o país, tais como: aumento de exportações, geração de empregos, domínio de novas tecnologias, geração de novas competências em engenharia e consolidação da liderança regional do Brasil no Setor Aeroespacial, com geração de divisas.

  A dotação orçamentária abaixo do previsto nos contratos da Ação 14XJ, em 2015 e 2016, impactou o alcance das metas conforme contratado originalmente, o que obrigou à renegociação dos termos contratuais para adequar a cadência de entregas à disponibilidade dos recursos, culminando na assinatura de termos aditivos aos contratos, em dezembro de 2016.
  A Lei 13.414, de 10 de janeiro 2017 (LOA 2017) teve suas dotações orçamentárias cortadas e contingenciadas pelo Decreto de Programação Orçamentária nº 8.961/2017, de 16 de janeiro de 2017.
  As despesas discricionárias voltadas aos projetos estratégicos do Comando da Aeronáutica, tiveram seus recursos cortados em 40% e o restante contingenciado em 60%, tanto dos projetos prioritários do Programa de Aceleração do

Crescimento(PAC), quanto os não PAC.
Neste diapasão, o Plano de Ação do CAER, teve seus recursos liberados somente a partir da aprovação da Portaria do Comando da Aeronáutica nº391/GC4, de 20 de mar. 2017(PCA 11-44), contendo as orientações do Estado Maior da Aeronáutica acerca da descentralização dos créditos aprovados, excluindo os recursos cortados e postergando os contingenciados, o que já ocorrera no exercício orçamentário anterior.

Complementarmente, pode-se acrescentar que a falta de recursos tende a trazer uma série de consequências e impactos, sobretudo no que se refere ao planejamento das ações desencadeadas com a expectativa de recebimento da produção em série, tais como: manutenção do nível de aprendizado adquirido na produção das aeronaves protótipos, com ameaça de desemprego de parte dos trabalhadores alocados na linha de produção; elevação dos custos do projeto devido à necessidade de diminuição do ritmo dos trabalhos; e, no campo operacional, o adiamento do plano de desativação das aeronaves C-130 Hércules, que estão no final de seu ciclo de vida, quando o custo para mantê-las em condições de operar é mais alto.

No Exercício Financeiro de 2017, a evolução cumulativa da Linha de Produção permitiu o atingimento de 59,07% da "Aeronave de Série Nº 1"; o que equivale à evolução de 1,94% de todo o projeto. Além disso, estão sendo adquiridos os materiais e insumos que requerem um longo ciclo de produção na indústria (tempo decorrido entre o pedido e a entrega do material/insumo) para que as outras aeronaves sejam produzidas na sequência.

Para 2018, há a previsão de recebimento das duas primeiras aeronaves. Para tal, os Órgãos de Direção Geral/Setorial (ODSA) envolvidos, como EMAER, COMPREP, COMGAP e DCTA, seguem em estreita coordenação na preparação da infraestrutura necessária para a entrada em operação da nova aeronave. Nesse sentido, foi aprovada a reedição da Diretriz que dispõe sobre a Implantação da Aeronave KC-390 na Força Aérea Brasileira – fase 1, que tem por finalidade estabelecer a concepção geral para a primeira fase da implantação da aeronave, permitindo a elaboração dos Planos correlatos por parte dos Órgãos de Direção Setorial envolvidos.

A PPLOA 2018 acena com a possibilidade de disponibilização de recursos abaixo da necessidade prevista no Cronograma Físico-Financeiro para o Exercício 2018. Caso isso se concretize na LOA a ser aprovada, não será possível o recebimento das aeronaves na cadência de entrega planejada, implicando na necessidade de replanejamento da implantação da infraestrutura e no replanejamento da desativação das aeronaves C-130 Hércules, com consequentes custos envolvidos.

- **05Q2 - Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de caça multimissão e sistemas afins - Projeto F-X2.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa
  O Projeto F-X2 é constituído do contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014, Desenvolvimento e aquisição de 36 aeronaves Gripen NG, assinado em 24 Out 14; do contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014 – Contrato de Suporte Logístico - CLS, assinado em 18 Dez 2014; do Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2015 – aquisição de lote inicial de armamento, firmado em 23 Abr 15; e do Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014 – Offset, assinado em 24 Out 14. Todos os contratos encontram-se em eficácia, exceto o contrato de CLS, que deverá entrar em eficácia apenas após o recebimento da 1º aeronave.
  Para o ano de 2017, foi aprovado o Plano de Ação com o LOA-2017 no valor de R$ 1.567.013.470,00, entretanto, a

MSG 93/SCCO/4790, de 26 Abr 17, do DCTA, e seu anexo MSG 10/5SC1/5312 – EMAER, informou que houve um contingenciamento de R$ 371.457.695 para o F-X2, com disponibilidade imediata de R$ 1.120.692.028,00. No 3º Termo Aditivo ao CT 003/DCTA-COPAC/2014, assinado em outubro de 2017, houve um replanejamento de pacotes de trabalho e entrega de etapas e, considerando o novo Cronograma Físico- financeiro em vigor, o valor empenhado de R$ 1.120.692.028,00 foi suficiente para o pagamento das etapas contratuais no exercício de 2017.

Com relação ao andamento do Projeto relacionado aos Contratos de Despesa, durante o exercício 2017, até o presente momento foram recebidas 46 etapas, sendo 43 (quarenta e três) do Contrato nº 003/DCTA-COPAC/2014 e 03 (três) do CT 001/DCTA-COPAC/2015.

No tocante ao Acordo de Compensação, este prevê 62 Projetos a serem executados ao longo do desenvolvimento, sendo 20 concluídos e 22 em andamento até a presente data. Até o presente momento, já houve 04 reconhecimentos de créditos. Houve a inauguração do Gripen Design Development Network – GDDN, em Nov 2016, em Gavião Peixoto/SP, que é o local, na EMBRAER, onde ocorrerá, principalmente, todo o processo de desenvolvimento e transferência de tecnologia da aeronave, no Brasil. Além disso, existe previsão contratual para que a fabricação de aeronaves em futuras vendas, em especial para a América Latina, seja efetuada no Brasil. Um memorando de entendimento entre a SAAB e as empresas beneficiárias prevê a fabricação ao longo do ciclo de vida de diversos componentes, beneficiando a indústria nacional no longo prazo. Um estudo efetuado pela Price Waterhouse Coopers realizado em Junho de 2015 aponta que haverá a geração de 2300 empregos diretos no setor aeroespacial e 14650 indiretos em outros setores da economia.

Para 2018, a previsão da PLOA (R$ 1.050.133.500,00) não atende todos os cronogramas físico-financeiro previstos para os contratos em vigor. Além disso, eventuais variações cambiais podem agravar o cenário, tendo em vista que os Contratos estão celebrados em Coroas Suecas (SEK) e Dólar Americano (USD). Caso os recursos necessários não sejam disponibilizados durante o projeto podem ocorrer impactos na entrega do objeto contratado.

O desenvolvimento do Projeto tem ocorrido conforme o planejamento efetuado até o presente momento, tendo ocorrido o 1º voo do protótipo Sueco em junho de 2017, marco do início da campanha de ensaios da aeronave. Atualmente, a 1ª aeronave brasileira encontra-se na linha de montagem, tendo seu 1º voo previsto para 2019.

- **05Q3 - Aquisição de aeronave de reabastecimento em voo - Projeto KC-X2.**
  Individualizada: Não

- **06NC - Desenvolvimento e aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral - Projeto HX_BR.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  O Projeto H-XBR foi estabelecido com a finalidade de fornecer 50 aeronaves tipo H225M, a serem distribuídas para as três Forças Amadas, sendo duas na versão VIP para o apoio à Presidência da República.

  Devido aos problemas orçamentários acumulados nos anos de 2013, 2014 e 2015, houve a necessidade de se ajustar o CFF do Projeto com a celebração de um Termo Aditivo ocasionando uma extensão na execução (passando de 2017 para 2022).

  A ausência de Recursos Financeiros ao projeto acumulada nos anos de 2013, 2014 e 2015 inviabilizou também o recebimento de 13 aeronaves, as quais foram reprogramadas dentro do 3º Termo Aditivo ao contrato 008/CTA-SDDP/2008.

  As principais atividades realizadas no exercício corrente foram o recebimento de Pacote de Missão da Aeronave; Serviço de Finalização e Montagem da Aeronave na HB; Recebimento de CBV & Montagem; Recebimento de Pacote de Suporte Logístico.

  Em contrapartida as restrições orçamentárias citadas acima inviabilizaram as seguintes etapas: Recebimento de Treinador de Missão; Recebimento de Ferramentas de Apoio de Solo; Recebimento de um dos Pacotes de Missão da Aeronave; Recebimento de dois Pacotes de Suporte Logístico; Recebimento de um dos CBV & Montagem.

  Ainda dentro dos resultados alcançados houve o recebimento de 4 aeronaves em 2017.

Para o ano de 2018 está programado o recebimento de 5 aeronaves, porém o PLOA aprovado está com valores previstos a serem disponibilizados aquém da real necessidade do projeto criando o risco de não recebimento de pelo menos 3 dessas unidades previstas.
Outro impacto importante nesse cenário é o risco de interrupção no recebimento de etapas a partir do mês de maio de 2018.

- **06NR - Obtenção e adequação de aeronaves militares**
Individualizada: Sim
Análise Situacional da Iniciativa

Esta iniciativa tem por finalidade viabilizar a implementação dos projetos bélicos da Força Aérea Brasileira, ao longo do PPA. Para 2017, foram abrangidos os seguintes sistemas bélicos, a saber:

a) Armamento do P-3AM;
b) POD reccelite e litening;
c) Armamento terrestre; e
d) Projeto Derby

No final do ano de 2016 finalizou-se a execução do contrato com o recebimento dos últimos Kit Lizard, e com isso, não houve a necessidade de inserir este projeto para 2017. Em contrapartida, foi inserido, para este ano, os projetos Derby e armamento terrestre.
No processo de elaboração da Proposta Orçamentária de 2017, com o objetivo de atender na íntegra esses quatro sistemas bélicos, a verba concedida atendeu apenas 30,23%, comparando o valor realmente necessário (PLOA – R$ 66.153.196,00) com o valor a ser liberado (LOA - R$ 20.000.000,00). Em 2017, a meta física se procedeu da seguinte forma:
Projeto armamento do P-3AM – A dotação prevista do ano de 2017 para esse projeto foi totalmente descentralizada. Assim foi executada a etapa, junto ao FMS, da Case BR-P-ASP.
Pod Reccelite e Litening – Nesse projeto já foram adquiridas as quantidades previstas dos itens, porém a EMBRAER ainda não executou a última fase desse projeto.
Projeto Armamento Terrestre – No momento, o Parque de Material Bélico aguarda o recebimento do quantitativo total de pistolas 9mm. Para proceder à entrega do armamento para a FAB, a Empresa Taurus aguarda a certificação desses itens pelo Exército Brasileiro. Em relação os fuzis, a aquisição desse item ainda está em fase de estudo e análise. Portanto, ainda não há contrato vigente.
Projeto Derby – Devido a entraves logísticos, a meta física ainda não foi executada. No entanto, A FAB está realizando gestões junto à empresa RAFAEL, visando à execução do serviço de modificação.

Para o ano de 2018, ainda estão suspensos os projetos: Míssil Mar-1 (aquisição) e Conjunto de Guiagem GPS para Bombas de Fins Gerais (aquisição). Como ainda não chegou verba para esses sistemas e, além disso conforme PCA 11-1 (plano setorial do COMGAP 2017 – 2020), tais projetos não estão contemplados para o período 2017-2020.

Em relação ao Míssil A-Darter, há o Projeto de desenvolvimento tecnológico da FAB, em parceria com 02 empresas brasileiras (Avibrás e Denel do Brasil), e 01 empresa sulafricana (Armscor), contratante da design authority naquele país (a empresa Denel Dynamics). Como evento significativo, cabe destacar que no mês de novembro de 2017, o DCTA, em conjunto com a Armscor, iniciou a campanha de certificação do Projeto A-Darter, a fim de finalizar o último milestone significativo do Projeto. Por fim, todas as atividades relativas ao Projeto estão previstas para serem

concluídas em 2018."
Em relação ao conjunto de guiagem GPS não houve a iniciação do projeto por falta de verbas. Além disso, na PLOA de 2017 não foi solicitado recursos para esse projeto.
Em relação ao Míssil Mar-1, o projeto ainda se encontra suspenso, visto que não houve descentralização de recursos. Além disso, não houve solicitação de recursos na PLOA de 2017.

Como expectativas para o próximo ano, na pré-proposta orçamentária de 2018, foi solicitado recursos para atende os projetos Pod Reccelite e Litening, Armamento do P-3AM, Derby, Aquisição de Míssil Python 4, Armamento Terrestre, e Aquisição de Sistema de Computo de Tiro. Contudo, o EMAER, conforme mensagem fax nº 68/5SCI/16377, de 08.11.2017, informou a esta Diretoria, que devido aos limites orçamentários impostos pelo Governo Federal, tornou-se necessário realizar a compatibilização entre as necessidades apresentadas na pré-propostas e as limitações estabelecidas na PLOA 2018. No intuito de equilibrar a demanda inicialmente apresentada com a disponibilidade de valores, o EMAER informou, que foi solicitado o valor de R$ 25.000.000,00 para o sistema Armamento P-3. É importante frisar que o sistema POD reccelite/litening, para 2018 migrou da ação 14TH para a 20XA. Nesta ação, na PLOA 2018, em relação ao projeto POD reccelite/litening, foi solicitado R$ 1.070.083,00, para fins de dar continuidade ao projeto. Portanto não houve solicitação de recursos na PLOA 2018, para os Projetos Derby e Armamento Terrestre.

Para a alteração da mudança de título da Iniciativa, o nome sugerido Obtenção e adequação de Sistemas Bélicos, para emprego em aeronaves militares.

- **06NS - Modernização da frota de aeronaves AM-X (Projeto A-1M)**
Individualizada: Sim
Análise Situacional da Iniciativa
Basicamente, com o Programa AM-X, que iniciou nos anos 80, em cooperação com o governo da Itália, buscou-se a criação e expansão do mercado interno através de substituição de importação, aliada a uma expansão de emprego, quer em quantidade quer em nível de qualificação.
Tendo sido concebida há mais de 30 anos, a aeronave em tela teve de ser modernizada, com o intuito de: resolver graves problemas de obsolescência de alguns equipamentos; padronizar a suíte aviônica com a semelhante empregada na modernização do F-5BR e AL-X; reduzir o custo do ciclo de vida; e padronizar os três lotes existentes.
Após a realização de análises críticas considerando os aspectos logísticos, operacionais e comerciais, acompanhadas de análises de custos e de negociações contratuais, o EMAER concluiu pelo escopo de 14 aeronaves, sendo este o mais vantajoso para a Administração e também o que melhor atende os interesses e as necessidades operacionais do COMAER.
Destas 14 aeronaves previstas, até o fim de dezembro de 2017, o COMAER já recebeu 4 aeronaves A-1 modernizadas.
Entre as principais realizações no período de 2017, constam renegociação dos contratos 008/DEPED-SDDP/03, 001/DEPED-SDDP/04, 006/DCTA-COPAC/10, 007/DCTA-COPAC/10, e 10/CTA-SDD/2008 , atualizando os valores a serem despendidos à realidade financeira. Em 2017, os recursos financeiros necessários foram plenamente disponibilizados, possibilitando a entrega de todas as etapas contratuais previstas nos contratos supracitados, entre estas, cabe destacar, a entrega de uma das aeronaves modernizadas, em dezembro do corrente ano.
A possibilidade de execução dos trabalhos sob a égide de fatores de planejamento realistas foi um fator que impactou positivamente no andamento do projeto. Neste diapasão, entre as medidas institucionais que contribuíram para isso, pode-se citar, a título de exemplo, o Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (CAER), que estabeleceu a liberação dos seus recursos a partir da aprovação da Portaria do Comando da Aeronáutica nº391/GC4, de 20 de mar. 2017 (PCA 11-44), contendo as orientações acerca da descentralização dos créditos aprovados, excluindo os recursos cortados e postergando os contingenciados, de maneira mais antecipada do que a do exercício orçamentário anterior.

No exercício de 2018, há a previsão de entrega de 2 aeronaves, conforme cronograma físico-financeiro contratualmente estabelecido.

A entrega parcial à sociedade acontece neste exercício, com a entrega de 1(uma) aeronave no final do exercício, proporcionando uma aeronave modernizada, que contribui para um espaço aéreo mais seguro e preparado para a defesa da soberania brasileira. A indústria nacional também é beneficiada, no momento em que a mão de obra qualificada, empregada na modernização, continua a exercer sua tarefa, garantindo o fluxo logístico da indústria para o Projeto.

- **07HK - Obtenção, aquisição e modernização de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM/MEM) do Exército Brasileiro**
  Individualizada: Não

OBJETIVO: 1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Para responder a eventuais conflitos faz-se necessário dispor de forças militares capazes de atuar de forma combinada e conjunta, dotadas de flexibilidade, versatilidade e mobilidade. Nesse sentido, os exercícios militares e as operações conjuntas são instrumentos importantes para avaliar as condições de operacionalidade das Forças Armadas. Com esse intuito, o Ministério da Defesa realizou, nos exercícios de 2016 e 2017, operações e exercícios militares, a exemplo da Operação Ágata e dos Exercícios multinacionais Felino e Panamax.

Os objetivos principais das Operações Ágata são a redução do crime organizado e dos índices de criminalidade; a coordenação do planejamento e execução de operações militares, policiais e de controle aduaneiro; a cooperação com os países fronteiriços; a intensificação da presença das Forças Armadas, de Órgãos de Segurança Pública e da Receita Federal na faixa de fronteira; e o incremento do apoio à população residente nas áreas fronteiriças.

Em 2017, essas operações passaram a ser realizadas sob uma nova concepção, de forma continua e inesperada, ao longo de todo o ano e em toda a faixa de fronteira. Tratam-se de ações militares realizadas pelas Forças Armadas em coordenação com os diversos órgãos de segurança pública e de fiscalização federais, estaduais e municipais, com o objetivo de fortalecer a presença do Estado na região de fronteira e atuar contra ilícitos transfronteiriços e ambientais. Essa Operação conta ainda com atendimento social à população, as chamadas ações cívico-sociais (Acisos) ao longo da faixa de fronteira.

No decorrer de 2017, foram realizadas 201 operações militares, no contexto Ágata, na faixa de fronteira, com o objetivo de reduzir a incidência de crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado. Essas operações resultaram na inspeção de 176.742 veículos e três aeronaves; na apreensão de 170 embarcações, 48 armas, 820 munições; 14.178 quilos de drogas; e 2.750 quilos de explosivos.

Também realizadas no contexto Ágata, merecem destaque as Operações "Ostium", destinadas ao policiamento do espaço aéreo contra alvos desconhecidos ou classificados como suspeitos, cujo objetivo é dissuadir os ilícitos nacionais e transnacionais, relacionados ao narcotráfico e ao contrabando de armas. As atividades de vigilância aérea desenvolvidas no âmbito dessa Operação contemplaram desde ações de inteligência operacional até medidas de destruição, em situações extremas. Adicionalmente, foram executadas missões de reconhecimento aéreo, busca e salvamento, transporte aerologístico, segurança e defesa, ataque e ação direta e guiamento aéreo avançado.

A primeira fase da Operação Ostium, que ocorreu nas cidades de Chapecó (SC), Corumbá (MS), Dourados (MS), Campo Grande (MS), Cascavel (PR) e Foz do Iguaçu (PR) teve caráter dissuasório. Essas localidades receberam reforço de tropas e equipamentos, para atuação no combate a tráfegos e ilícitos. Ao todo foram interceptadas 150 aeronaves

suspeitas. Uma delas transportava 500 quilos de cocaína.

Quanto aos exercícios militares, merecem destaque, o Felino 2016, realizado em setembro/2016, na cidade da Praia em Cabo Verde, que contou com a participação de 90 militares dos nove países que integram a CPLP. Trata-se de um treinamento multinacional combinado, realizado anualmente em território de um dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e tem a finalidade de aperfeiçoar a atuação das Forças Armadas nas Operações de Manutenção de Paz e de Ajuda Humanitária.

O Panamax é um exercício multinacional anual patrocinado pelo Comando Sul dos EUA (SOUTHCOM), focado em garantir a segurança do Canal do Panamá e região. Em 2016, foi realizado em várias bases militares dos EUA e em Santiago, no Chile.

Em 2017, dezenove países se juntaram aos Estados Unidos durante sete dias em simulações para comandar e controlar forças nocionais multinacionais marítimas, aéreas, cibernéticas e terrestres na defesa da hidrovia vital e arredores contra ameaças de terrorismo e para fornecer ajuda humanitária, conforme necessário.

O exercício Panamax realizado em 2017, cada um dos comandos de terra, mar e ar foi chefiado pelo Chile, Peru e Colômbia, respectivamente. Além disso, o Brasil atuou como subcomandante geral da Força Multinacional enquanto a Colômbia liderou o Componente de Comando de Operações de Forças Especiais, que estava estabelecido na Base da Reserva da Força Aérea dos EUA em Homestead, na Flórida.

Os exercícios multinacionais são importantes para a captação e troca de conhecimentos e na capacidade de projeção internacional das Forças Armadas na esfera dos países de língua portuguesa (Exercício Felino) e dos países do Continente Americano (Panamax).

No ano de 2017, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), o Governo Federal determinou o estabelecimento de ações de apoio ao Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Espirito Santo, com o emprego de tropa das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem, mais conhecidas como GLO, são operações conduzidas pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem.

No Espírito Santo, as Forças Armadas empregaram recursos operacionais com foco na Região Metropolitana da Grande Vitória e nas maiores cidades do Estado. Esse trabalho mobilizou cerca de 3.000 militares, somados aos 299 agentes da Força Nacional de Segurança Pública; 130 viaturas e três helicópteros, empregados no policiamento das ruas na Área Metropolitana de Vitória.

No caso do Rio de Janeiro, o emprego de tropa das Forças Armadas teve objetivos pontuais, definidos com base nas atividades de inteligência. Um Comando Conjunto foi estabelecido para coordenar as ações de GLO na região metropolitana do Rio de Janeiro, na qual os militares realizaram 10 operações em prol das ações das Forças de Segurança do Estado, permitindo que mais agentes e policiais fossem empregados no combate ao crime organizado.

No Rio Grande do Norte foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 a Operação Potiguar II, da qual participaram 1,8 mil militares das Forças Armadas, em conjunto com as Policiais Militar e Civil daquele Estado. O objetivo da Operação foi reestabelecer as condições de normalidade nas cidades de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, João Câmara, Macau, Caicó, Touros e Maxaranguape, localidades com alto índice de criminalidade, agravado com a rebelião do Presídio de Alcaçuz, de onde facções criminosas ordenavam a prática de crimes.

As Forças Armadas atuaram no patrulhamento de ruas, em rondas a pé e motorizadas na capital, em coordenação com órgãos de segurança pública locais, ação que resultou na volta à normalidade na região metropolitana de Natal e arredores.

Ainda no exercício de 2017, os efetivos militares também atuaram nas Operações Varredura, por solicitação dos governadores nos Estados de Rondônia, Amazonas, Roraima, Acre e Pará, em articulação com as Forças de Segurança Pública locais e com o apoio de agentes penitenciários, em revistas de estabelecimentos prisionais.

A concepção de emprego, de maneira pontual e episódica, das tropas das FA tem demonstrado efetividade, inibindo reações das organizações criminosas, garantindo a proteção dos órgãos de segurança pública e mitigando efeitos colaterais.

No âmbito internacional, ressalta-se a participação brasileira em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), as quais contribuíram para a busca da paz no cenário internacional. Essas participações se constituem, também, em exercícios de adestramento aos efetivos militares, que têm a oportunidade de atuar em ambiente de conflito real, conferindo ao País o protagonismo nas discussões afetas ao tema.

Em 2016 e 2017, destaca-se a participação de dois contingentes, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) e a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), esta última iniciada no ano de 2004 e encerrada no segundo semestre de 2017.

O contingente brasileiro na Minustah foi composto por um Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Brabatt) que contou em seu efetivo com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) e uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (Braengcoy). No total, 850 militares integravam o Brabatt e outros 120 o Braengcoy, além de treze militares e quatro policiais no Estado-Maior dessa Missão.

Com o encerramento da Missão, o material foi totalmente retirado da área do porto, com destino a suas respectivas bases, após realizados os procedimentos aduaneiros previstos, em 22 de outubro de 2017.

A repatriação desse material foi uma operação complexa, que mobilizou 100 militares, uma vez que existiam itens pertencentes a diversas classes de suprimento, dentre as quais destacavam-se veículos blindados, armamentos, munição, explosivos, além de um grande número de viaturas. No total foram repatriados 202 contêineres e 235 viaturas, além de outros materiais pertencentes ao BRABATT, a Braengcoy e ao Grupamento Operativo do Corpo de Fuzileiros Navais.

Ao longo do ano de 2017, o Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional celebrado entre o Governo Brasileiro e a ONU, participou da Força Tarefa Marítima (FTM) da Unifil. Nesse período, integraram a FTM, em regime de rodízio, os seguintes meios navais: Fragata "Liberal" (F-43), Fragata "União" (F-45) e Corveta "Barroso (V-34).

Além do emprego de tropas e navios, o Brasil contribuiu com as operações de paz da ONU enviando militares para atuar como observadores ou integrando os estados-maiores de outras missões de paz na Costa do Marfim, Chipre, Guiné-Bissau, Libéria, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Sudão e Sudão do Sul. Além disso, participou de missão de desminagem humanitária na Colômbia, uma missão sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A presença de Organizações Militares de Força de Paz em missões de paz da ONU ratifica a efetividade do emprego da "Expressão Militar" como instrumento da Política Externa Brasileira. Nesse contexto, o Brasil estuda a possibilidade de ampliação de sua participação em missões dessa natureza alinhada com os interesses geopolíticos nacionais.

Os principais fatores que contribuíram para a evolução do objetivo foram o prévio e minucioso planejamento e o cumprimento do calendário operacional e a busca da interoperabilidade entre as Forças. Soma-se a isso, a experiência adquirida ao longo dos treze anos de missão no Haiti e a preparação dos contingentes das Forças Armadas Brasileiras.

Em contrapartida, os principais fatores que dificultaram sua execução foram os contingenciamentos dos recursos previstos e o atraso no repasse dos recursos no início do ano.

Metas 2016-2019

- **04G7 - Integrar os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas.**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa
  Análise Situacional da Meta

  Os enlaces de dados satelitais e terrestres entre os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas se mantiveram dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelos respectivos contratos em 2017, não havendo indisponibilidades que viessem a afetar e comprometer a qualidade dos serviços para os Comandos, dentre eles, os canais de comunicação em voz e dados.

  Em relação ao intercâmbio de dados de interesse entre os Centros de C², o Projeto InterC² é responsável por viabilizar a

troca de dados entre os Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) do MD e das Forças Armadas. Ele é composto por um barramento lógico e por acopladores. O barramento lógico e o acoplador para o SAD da Marinha será concluído e entregue até o final de 2016. Para os próximos anos, está prevista a conclusão do Projeto, com a entrega do acoplador para o SAD da Força Aérea e o acoplador para o SAD do Exército Brasileiro.

Em relação ao intercâmbio de imagens pelo Portal de Inteligência Operacional (PIOp), a disponibilidade foi plena, com excelente qualidade na troca de arquivos com até 1GB de dados. Acima deste valor, houve um decréscimo na qualidade do intercâmbio de imagens de satélite, requerendo uma ampliação da capacidade de armazenamento nos servidores e do meio de transmissão.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

- Renovação contratual (aditivos) para a manutenção dos padrões operacionais vigentes;
- Alocação de recursos orçamentários para a manutenção do cronograma do Projeto InterC²; e
- Ampliação da capacidade de armazenamento e do meio de transmissão utilizados no PIOp, visando o envio de arquivos de imagem superiores a 1GB de dados.

- **04G8 - Realizar 20 exercícios militares conjuntos.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Visando cumprir as metas propostas para a Ação e, por conseguinte, o atingimento do Objetivo previsto no PPA 2016-2019, no exercício de 2017 foram realizadas 4 (quatro) grandes Operações: a Operações Laçador 2017, na Região Sul do país, e a realização, sob nova concepção, da Operação Ágata. Vale ressaltar também a participação nos exercícios multinacionais FELINO e PANAMAX. Todos esses objetivos são de extrema importância para as Forças Singulares e para o Ministério da Defesa, uma vez que busca aplicar e consolidar doutrinas de emprego conjunto das Forças Armadas, adestrar o Estado-Maior Conjunto, e no caso das operações conjuntas como a Laçador 2017, buscar a interoperabilidade entre as Forças Armadas. No ano de 2017, o PPIF – Programa de Proteção integrado de Fronteiras - passou a ser a principal ferramenta de contextualização das Operações Ágata, que sofreu uma grande mudança na sua estrutura e passou a ser realizada sob uma nova concepção. Os objetivos principais destas ações pontuais são os seguintes: a redução do crime organizado e dos índices de criminalidade; a coordenação do planejamento e execução de operações militares, policiais e de controle aduaneiro; a cooperação com os países fronteiriços; a intensificação da presença das Forças Armadas, de Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da Receita Federal na faixa de fronteira; e o incremento do apoio à população residente nas áreas fronteiriças.

Além dessas atividades, foi possível, ainda, a realização de importantes atividades subsidiárias tais como: a participação no ECADEC – Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil, realizada na cidade de Vitória – ES, Adestramentos Técnicos Conjuntos Específicos, tais como adestramento em Helicópteros de Ataque e Combate em Ambiente Urbano, a realização de reuniões de PBC – Planejamento Baseado em Capacidades – além da coordenação da participação das Forças Armadas em ações de GLO. Em 2017, destacaram-se cinco operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos estados do Rio Grande do Norte, Espirito Santo e Rio de Janeiro, todas visando ao reestabelecimento da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Além disso, os militares foram empregados, por solicitação dos respectivos governadores, em revistas de estabelecimentos prisionais, o que acarretou na apreensão de milhares de armas brancas, celulares, substâncias suspeitas de serem entorpecentes, eletrodomésticos, etc. Foram realizadas mais de 30 varreduras em presídios de 7 estados.

Quantidade alcançada

8 unidades
Data de Referência

31/12/2017
Classificação da meta

Andamento adequado
Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento.

Iniciativas

- **05QA - Implantação dos centros temporários para apoiar operações conjuntas e desmobiliza-los após o término das operações.**
  Individualizada: Não
- **05QB - Realização de operações conjuntas e operações multinacionais com forças armadas estrangeiras.**
  Individualizada: Não
- **05QC - Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa.**
  Individualizada: Não
- **05QD - Realização de operações de presença na faixa de fronteira e exercícios de simulação de combate.**
  Individualizada: Não
- **05QE - Manutenção da Missão de Paz no Haiti e no Líbano.**
  Individualizada: Não
- **05QF - Participação brasileira em outras missões da ONU.**
  Individualizada: Não
- **05QG - Preparação de forças militares para atuar em missões de paz, ajuda humanitária ou como força expedicionária, dentro e fora do território nacional.**
  Individualizada: Não

OBJETIVO: 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O monitoramento, o controle e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras e dos espaços terrestres e aéreos são atribuições finalísticas da Política de Defesa Nacional, desempenhadas pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, respectivamente.

Além das atividades de proteção e controle do território nacional, esse Objetivo contempla as ações de fiscalização de produtos controlados, como armas, munições e explosivos e também fiscalização do tráfego aquaviário.

No que se refere à Defesa Terrestre, o Exército Brasileiro tem como principais instrumentos de atuação o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e o Programa de Defesa Antiaérea.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é um Programa estratégico de sensoriamento e apoio à decisão, que dá suporte ao emprego operacional integrado. O principal propósito do Sisfron é fortalecer a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre.

O Programa conta com equipamentos de comunicação de alta tecnologia agregada, distribuídos nos 16.886 quilômetros de fronteira terrestre, com capacidade de monitorando de uma faixa de 150 Km de largura ao longo da linha de fronteira. Esses recursos tecnológicos permitem iniciativas de defesa externa, apoio a operações de segurança, cooperação e coordenação conjunta contra delitos transfronteiriços. Além disso, a prioridade para a aquisição de produtos brasileiros na conformação do Sisfron confere ao Sistema a característica de forte indutor do desenvolvimento regional e nacional.

Em 2017, no âmbito do Sisfron, foram entregues ao Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão: sensores óticos e optrônicos; radares de vigilância terrestre; sensores de sinais eletromagnéticos; centros de comando e controle fixos e móveis; aplicativos (software) de apoio à decisão; infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (fixas e móveis - Infovia); e suporte logístico integrado (SLI).

Ainda em 2017, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras ativou o Network Operacional Center, em Campo Grande/MS, bem como ampliou a capacidade do Sistema Tático de Comunicações.

Na infraestrutura de implantação do Sisfron, tiveram prosseguimento dezessete obras iniciadas em anos anteriores e foram entregues o Pavilhão de Comando e Administração/9º Batalhão de Comunicação; as obras no Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Caracol/10º Regimento de Cavalaria Mecanizado; o Centro de Monitoramento de Fronteiras/ Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx); o Pavilhão Garagem/Companhia de Infantaria Motorizada e o Pavilhão Garagem/18º Batalhão Logístico; a infraestrutura de Paióis/17º Regimento de Cavalaria Mecanizado e a infraestrutura Elétrica (casa de força)/10º Regimento de Cavalaria Mecanizado; o 6º Batalhão de Inteligência Militar; e Módulo de Abastecimento com capacidade 15.000 litros/17º Batalhão de Fronteira/PEF Porto Índio.

No apoio à atuação, foram adquiridas viaturas operacionais; viaturas socorro leves, de cisterna de combustível, de cisterna d'água; micro-ônibus; ambulâncias; equipamentos de engenharia; tratores com roçadeira; estações de tratamento de água para PEF; píeres flutuantes; e sistemas para gestão e manutenção de embarcações Guardian.

As entregas do Programa possibilitaram a melhoria da capacidade do Comando Militar do Oeste em cumprir suas atribuições legais na faixa de fronteira; em investimentos realizados no desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão (SAD); em geração de emprego e renda; e na diversificação da pauta de exportação.

No âmbito da Meta 04GB foi alcançado o percentual de 50% de implantação do SISFRON no Mato Grosso do Sul, o que representa além da 4ª Bda CMec (projeto piloto) a implantação na 18ª Bda Inf Fron. O Projeto Piloto do Sisfron ainda não foi totalmente implantado no Estado do Mato Grosso do Sul. No entanto, as operações interagências estão se beneficiando da parcela implantada, pelo aumento das capacidades de prover apoio de comando e controle, logístico, monitoramento, inteligência e segurança às organizações que atuam na faixa de fronteira. Até o final de 2017, foram implantados 74%.

Para o ano de 2018, pretende-se atingir o percentual de execução de 95% do Projeto Piloto no Estado do Mato Grosso do Sul e iniciar a contratação e execução das 2ª e 3ª Fases do Sisfron, estendendo o Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão aos Estados de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, além de implantar dois Módulos Especiais de Fronteira na Região Amazônica.

O Programa Estratégico Defesa Antiaérea do Exército (PrgEE DA A) foi criado com o objetivo de recuperar e obter a capacidade de impedir ou dificultar o uso do espaço aéreo por vetores hostis ao interesse do Estado Brasileiro, para permitir a proteção das estruturas estratégicas terrestres, de áreas sensíveis e da Força Terrestre.

Para cumprir esse objetivo, no ano de 2017, o Programa investiu no desenvolvimento do Radar M200 Vigilante, que irá proporcionar uma complementação no monitoramento do espaço aéreo, possibilitando a detecção de vetores aéreos num raio de aproximadamente 200Km. A detecção a longa distância permite uma defesa antiaérea mais eficaz, devido à detecção antecipada, otimizando o emprego do sistema de defesa antiaérea.

Outro investimento do Programa foi a obtenção de materiais do sistema antiaéreo RBS 70, de origem sueca, já adotado pelo Exército Brasileiro. Entre os materiais adquiridos, podem-se destacar dois simuladores empregados no adestramento operacional, e 21 postos de tiro, que aumentam a capacidade de defesa antiaérea à baixa altura, possibilitando a composição e implantação de novos módulos do escalão seção de artilharia antiaérea, perfazendo um total de 23 módulos compostos.

A principal estratégia para a consecução dos avanços foi a observância à linha de base de cada projeto, que prevê a definição do sistema por meio de módulos. Isso permitiu o emprego dos recursos disponíveis com relativa flexibilidade e avanços nas entregas mencionadas.

Como resultado definitivo das entregas à Sociedade, o Programa vem contribuindo com o desenvolvimento do Parque Industrial de Defesa Nacional, por meio de investimento na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias com conteúdo nacional e de emprego dual (civil e militar), possibilitando o domínio de tecnologias sensíveis na área de radares e integração de sistemas complexos. Ademais, incrementa o conhecimento tecnológico nas áreas de antenas e propagação de ondas, sistemas de refrigeração e conhecimento em redes de alto desempenho.

Em relação ao monitoramento e controle do espaço aéreo, cabe mencionar, que o Brasil possui uma extensa área sobre o território brasileiro, com cerca de 8,5 milhões de km² sobre terra firme e uma área oceânica aproximada de 13,5 milhões de km2, perfazendo um total aproximado de 22 milhões de Km2.

No continente temos quatro regiões de informação de voo, sendo elas da Amazônia, Recife, Brasília e Curitiba, que, juntamente com a do Atlântico, correspondem ao esforço total do Brasil na vigilância do espaço aéreo.

A maior porção de equipamentos de vigilância do espaço aéreo brasileiro é estruturada basicamente por meio de 84 sistemas de radiodeterminação distribuídos por todo o território nacional, em sítios instalados em pontos de interesse operacional para o controle de tráfego aéreo e para a defesa aeroespacial. Essa infraestrutura sustenta serviços prestados às aeronaves operando em todo o espaço aéreo brasileiro, em elevado nível de segurança e de qualidade, reconhecido internacionalmente.

A rede de radares instalada proporciona, atualmente, o monitoramento em aerovias a 6100 metros de altitude num montante de 93,13% do volume desse espaço aéreo sobre o território brasileiro. A visualização é distribuída por órgãos operacionais que assistem as aeronaves em todas as fases do voo, em Centros de Controle de Área e em Controles de Aproximação.

As principais realizações em 2017 foram a modernização de cinco radares de terminal e as atividades de especificação e delineamento para a substituição de outros cinco radares nos anos de 2018 e 2019.

Para acompanhar a evolução tecnológica, o Brasil iniciou o projeto para a Implantação da Vigilância Automática Dependente por Radiodifusão (ADS-B), junto a rede de radares existentes, em pronta-resposta à demanda dos próximos anos. Este Projeto irá satisfazer as necessidades de monitoramento das aerovias, tanto sobre o território brasileiro, como

em áreas correspondes às principais bacias oceânicas onde o tráfego de aeronaves em apoio às atividades petrolíferas avança rapidamente.

Há que se destacar que a defesa aeroespacial considera o estabelecimento situacional integrado com o controle de tráfego aéreo e dele se utiliza no emprego das medidas de policiamento e de socorro em voo. Tanto o Controle de Tráfego Aéreo como a Defesa Aérea se beneficiaram em 2017 dos meios técnicos disponíveis.

O projeto para as implantações das estações ADS-B sofreu as adequações necessárias, ao longo de 2017, de forma a possibilitar a sua realização em fases nos anos de 2018, 2019 e 2020, o que permitirá o avanço nas áreas de cobertura do espaço aéreo, em diferentes níveis de voo, a fim de flexibilizar o mapeamento das aerovias necessárias para atender à demanda crescente do tráfego aéreo.
A Defesa Antiaérea é fundamental na estratégia de defesa de um país, por se configurar em elemento de dissuasão para uma nação que se deseja manter soberana, entretanto, o Comando da Aeronáutica, diante das restrições orçamentárias ocorridas, não pôde dar início ou concluir as metas e proposições destinadas à execução para o ano em curso.
Vale ressaltar que no ano de 2017, para que a capacidade operativa da Defesa Antiaérea da Força Aérea Brasileira (FAB) não fosse diminuída, foram realizadas gestões junto aos Parques de Material de Eletrônica e de Material da Bélico, ambos do Rio de Janeiro, no sentido de que esses realizassem um trabalho em conjunto com a Brigada de Defesa Antiaérea, a fim de utilizar todo o conhecimento dos técnicos tanto dos Parques quanto dos grupos de defesa antiaérea, para a manutenção preventiva e corretiva dos Radares e dos Rádios existentes nos grupos.

Apesar disso, pretende-se manter o planejado para o ano de 2018, no sentido de desenvolver sistemas de comando e controle; continuar o desenvolvimento do Radar Vigilante; e prover a atualização do Radar Saber M60, em operação.

Outra vertente do Objetivo é o monitoramento, o controle e a defesa das Águas Jurisdicionais Brasileiras envolvem diversos seguimentos da Marinha do Brasil, traduzidos por meios operativos (embarcações de variados portes), pessoal civil e militar, sistemas e doutrinas.

Com o propósito de integrar os atores envolvidos, está em desenvolvimento o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ). Trata-se de uma plataforma composta de hardware e software que monitora, em tempo real, as atividades nas áreas de responsabilidade da Marinha.

O SisGAAz, quando totalmente implementado, integrará uma rede de sensores terrestres e marítimos, centros de comando e controle, monitoramento aéreo e ambiental de forma a prover capacidade de controle da mobilidade estratégica das áreas e pronta resposta no caso de ameaça, emergência, desastre ambiental, agressão, ilegalidade, socorro e salvamento.

As atividades realizadas em 2017 se pautaram na reestruturação do Projeto de implementação do sistema, priorizando o primeiro módulo, que contempla a área marítima referente aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Quanto a atividade fiscalização de produtos controlados, em 2017, o Exército Brasileiro coordenou seis operações de fiscalização de produtos controlados, obtendo como principais resultados os dados abaixo apresentados na tabela a seguir:

OPERAÇÃOEMPRESAS FISCALIZADASAUTUAÇÕESEFETIVO EBEFETIVO ÓRGÃO DE SEGURANÇA DISTÂNCIA PERCORRIDA (Km)
Rastilho III4515685346157.681

Azoto II5046091027253.198
Alta Pressão IV8202141408661108.717
Impacto657181065-88.161
Dínamo V787861069651125.953
Alta Pressão V7161427903748 9.280

Em 2017 foram realizadas 151.474 inspeções e vistorias pelos meios das capitanias, delegacias e Agências, sendo utilizadas 344 embarcações e 387 viaturas. Ressalta-se que, das 151.474 inspeções e vistorias supracitadas, 37.868 (25%) foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro.

Além disso, a Marinha realizou 120 operações e patrulhas navais nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e em águas interiores com os seus navios distritais e meios da Esquadra, inspecionando 2.494 embarcações.

Metas 2016-2019

- **04GG - Ampliar o Conhecimento Cartográfico na Amazônia.**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa
  Análise Situacional da Meta
  O Censipam coordena o Projeto Cartografia da Amazônia e é responsável pela gestão dos recursos financeiros por meio de repasses para os órgãos parceiros executores.
  Até o ano de 2017 foram entregues (PPA acumulado) os produtos referentes ao estado do Amapá, correspondentes a 90 mil km² de imagens processadas, que foram imageadas no ano de 2016 (conforme descrito na análise situacional do ano de 2016).
  Quantidade alcançada
  90.000
  Data de Referência
  31/12/2017
  Classificação da meta
  Com medidas a serem adotadas
  Medidas a serem adotadas
  Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

  Detalhamento das providências a serem tomadas
  As restrições orçamentárias influenciaram a execução dos projetos relacionados ao tema.

- **04GB - Concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no Estado do Mato Grosso do Sul.**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa
  Análise Situacional da Meta
  a) Averiguação do alcance da Meta
  (1) Valor alcançado em 2017
  - Neste ano de 2017, o Projeto atingiu, no MS, a meta de 5,4 % de implantação em relação à previsão total. Desde o início, o Projeto chegou ao patamar de 50,0 % de execução (situação em 12 de dezembro de 2017).
  (2) Motivos da frustração ou superação das expectativas
  - Mantendo-se o ritmo de execução do Projeto, estima-se que a meta poderá ser atingida, com dificuldade, ao final deste PPA. A expectativa inicial foi dificultada devido às reduzidas disponibilidades orçamentárias anuais.
  (3) Necessidades existentes para que a meta seja atendida
  - Priorização de emprego das disponibilidades orçamentárias do Projeto SISFRON para a execução do Projeto no MS,

retardando a implantação do Sistema em outras áreas na faixa de fronteira; e
- Superação dos desafios tecnológicos para implantação e integração do Projeto.
(4) outras informações julgadas relevantes
- Não há.
b) Quantidade física alcançada no exercício
- 5,4,0%.
c) Data de referência
- 12 de dezembro de 2017.

OBS: O PERCENTUAL DE 50,0% REPRESENTA A SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO DO SISFRON NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ONDE, ALÉM DA 4ª Bda CMec (Projeto Piloto), ESTÁ SITUADA A 18ª Bda Inf Fron , A QUAL TAMBÉM FAZ PARTE DO PROGRAMA SISFRON (Projeto Piloto na 4ª Bda C Mec + SISFRON na 18ª Bda Inf Fron).

- O PERCENTUAL DE 74% REPRESENTA A SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PROJETO PILOTO, O QUAL É DESENVOLVIDO NA ÁREA DA 4ª Bda CMec (DOURADOS-MS).

Quantidade alcançada

0,5 unidade
Data de Referência

12/12/2017
Classificação da meta

Andamento adequado
Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;
Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

- Priorização de emprego das disponibilidades orçamentárias do Projeto SISFRON para a execução do Projeto no MS, retardando a implantação do Sistema em outras áreas na faixa de fronteira; e
- Superação dos desafios tecnológicos para implantação e integração do Projeto.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	% de execução	0,5	12/12/2017

- **04GF - Elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300m.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

A atual vigilância do espaço aéreo brasileiro é estruturada por meio de 84(oitenta e quatro) sistemas de radiodeterminação distribuídos por todo o território nacional, em sítios instalados em pontos de interesse operacional para o controle de tráfego aéreo e para a defesa aeroespacial.

Essa estrutura sustenta serviços prestados às aeronaves operando em todo o espaço aéreo brasileiro, em elevado nível de segurança e de qualidade, reconhecido internacionalmente.

A rede de radares instalada proporciona o monitoramento em aerovias a 3300 metros de altitude num montante de 68,2% do volume desse espaço aéreo. A visualização é distribuída por órgãos operacionais que assistem as aeronaves em todas as fases do voo, Centros de Controle de Área e em Controles de Aproximação.

A defesa aeroespacial considera o estabelecimento situacional integrado com o controle de tráfego aérea e dele se

utiliza no emprego das medidas de policiamento e de socorro em voo.

A implantação e a manutenção dessa infraestrutura demandam imódicos recursos, com elevado impacto para o orçamento do governo federal. Outra característica é a necessidade de constante planejamento das implantações, das substituições e do suporte logístico, de forma a abranger a maior cobertura possível do céu sobrejacente ao território nacional.

Contudo, essas alterações jamais poderão olvidar de elevado nível de disponibilidade dos meios técnicos insertos, alcançado pela extremada disposição dos elos da cadeia logística do comando Aeronáutica.

Conforme programado e planejado no Plano Setorial do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) para 2017, foi iniciada todo a documentação para licitação e contratação da implantação das Estações ADS-B, visando o atingimento do aumento da cobertura do espaço aéreo em aerovias a 3300metros de altitude. Contudo, face ao momento macroeconômico que o Brasil atravessou e se encontra, bem como, ao contingenciamento orçamentário, dele decorrente, que o Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA sofreu em 2017, a implementação da nova lógica do monitoramento da navegação aérea alicerçada em redes digitais, o Automatic Dependent Surveillance Broadcast (ADS-B), não pôde ser contratada no decorrer de 2017, conforme previsto no Plano Setorial – PLANSET 2016-2024 e consequentemente, tiveram que ser replanejadas.

Quantidade alcançada

68,2 %

Data de Referência

21/12/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

As implantações das estações ADS-B deverão ocorrer nos anos de 2018 e 2019, o que permitirá o atingimento da Meta 04GF (75% de cobertura do espaço aéreo em aerovias a 3300 metros de altitude). Este projeto será consolidado com estudos de cobertura que busquem atender as demandas de tráfego aéreo nas principia aerovias, obedecendo a um critério de prioridades, para a sua aplicação em fases.

Primeiramente, será realizada a implantação da ADS-B em um volume limitado do espaço aéreo, com o objetivo de confirmar os benefícios operacionais da ADS-B no espaço aéreo nacional, identificar requisitos específicos do sistema, incluindo a viabilidade do emprego da ADS-B para diminuição segura da separação de aeronaves, tanto nas aerovias em rota como em TMA, aliada ao aumento da flexibilidade e segurança nas evoluções das aeronaves.

Os conhecimentos obtidos, tanto do sistema de terra como dos equipamentos a bordo da frota de aeronaves existentes e equipadas para funcionar com o sistema ADS-B, permitirão ajustes para a implantação das próximas fases, possibilitando alcançar o índice de cobertura previsto na Meta.

- **04GC - Implantar 11% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) nos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

1. VALOR ALCANÇADO EM 2017

- Neste ano de 2017 as entregas do Projeto Piloto possibilitaram o atingimento de 0,86% da meta 04GC, sendo que o acumulado desde o início do Projeto é de 1,16% da implantação de 11% do SISFRON nos Estados em questão.

2. MOTIVOS DA FRUSTRAÇÃO OU SUPERAÇÃO DAS EXPECTATIVAS

- Mantendo-se o ritmo de execução do Projeto, estima-se grande dificuldade para que a meta seja alcançada ao final

deste PPA. A expectativa inicial foi frustrada devido às reduzidas disponibilidades orçamentárias anuais.

3. NECESSIDADES EXISTENTES PARA QUE A META SEJA ATENDIDA

- Conclusão da implantação do Projeto no Estado do Mato grosso do Sul.

- Prosseguimento do Projeto SISFRON com o início das suas 2ª e 3ª Fases, além do Projeto Piloto, o que deverá ocorrer a partir de 2018.

- Obtenção de recursos orçamentários necessários junto à área econômica do Governo Federal.

- Priorização do emprego dos recursos orçamentários do Projeto nas áreas da Meta 04GC, a partir de 2019.

4. QUANTIDADE FÍSICA ALCANÇADA EM 2017

- 0,86%

5. DATA DE REFERÊNCIA

- 12 de dezembro de 2017.

6. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS NO INTUITO DE ATENDER A META ATÉ 2019

- Concluir o Projeto Piloto do SISFRON.

- Definir o prosseguimento das 2ª e 3ª Fases do PEE SISFRON.

- Atuar junto à área econômica do Governo Federal no sentido de adequar as dotações orçamentárias, nos anos de 2018 e 2019, às necessidades para a conclusão do Projeto Piloto e prosseguimento das 2ª e 3ª Fases do Projeto SISFRON.

Quantidade alcançada

1,16 %

Data de Referência

12/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

- Concluir o Projeto Piloto do SISFRON.

- Definir o prosseguimento das 2ª e 3ª Fases do PEE SISFRON.

- Atuar junto à área econômica do Governo Federal no sentido de adequar as dotações orçamentárias, nos anos de 2018 e 2019, às necessidades para a conclusão do Projeto Piloto e prosseguimento das 2ª e 3ª Fases do Projeto SISFRON.

- **04GD - Implantar 30 módulos de defesa antiaerea de estruturas civis críticas - Projeto de Defesa Antiaerea da Força Terrestre.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

A Meta 04 GD prevê a implantação de 30 (trinta) módulos de defesa antiaérea de estruturas civis críticas. Até o presente momento, o Programa Estratégico do Exército de Defesa Antiaérea (PrgEE DA Ae) atingiu 23 (vinte e três trinta avos) módulos completos, perfazendo o total de 23/30 (vinte e três avos) ou 76,66% (setenta e seis por cento). A conclusão da implantação do simulador do sistema Antiaéreo Gepard na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), no ano de 2017, permitiu a capacitação para a plena operação desse sistema (Gepard). Assim sendo, com esta implantação, o Programa concluiu a implantação de 8 (oito) módulos de Seção Gepard, que haviam sido adquiridos em 2013, contribuindo para o atingimento da meta.

Ademais, a aquisição de Postos de Tiro e simuladores do sistema antiaéreo RBS 70 permitiu a implementação de mais 10 (dez) módulos de seção de mísseis, concorrendo para aproximar o atingimento da meta.

Além das aquisições acima descritas, o Programa investiu no Desenvolvimento do Radar M200 Vigilante. Este Produto

de Defesa (PRODE), cujo desenvolvimento iniciou em 2015, irá proporcionar uma complementação no monitoramento do espaço aéreo, possibilitando a detecção de vetores aéreos num raio de aproximadamente 200Km (duzentos quilômetros). A detecção a longa distância permitirá uma defesa antiaérea mais eficaz, devido à detecção antecipada, otimizando o emprego da defesa antiaérea da Força Terrestre.

O Programa Estratégico do Exército de Defesa Antiaérea atingiu, no ano de 2017, adequado andamento para alcançar a meta de 30 módulos de defesa antiaérea em 2019, em consonância com o previsto no PPA 2016/2019.

Quantidade alcançada

23 unidades

Data de Referência

18/12/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

- **04GE - Realizar, anualmente, 100 operações de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais resultados alcançados em 2017

A Marinha realizou 120 Operações e Patrulhas Navais nas Águas Jurisdicionais Brasileiras.

As Operações Navais programadas foram executadas com a participação de outros órgãos federais como a Polícia e Receita Federal e o IBAMA, tendo como resultado apreensão de psicotrópicos e outras cargas ilegais, além do combate aos ilícitos ambientais. De forma semelhante, contribuíram para o estreitamento de parcerias com o Ministério Público do Trabalho e com as Prefeituras por meio de ações para a identificação e fiscalização de pontos sensíveis, obtendo maior celeridade na troca e cruzamento de informações.

Campanhas educativas, palestras nas marinas, iates clubes e colônias de pesca também foram realizadas com o propósito de aumentar o caráter preventivo em detrimento da aplicação de medidas corretivas, resultantes das ações de fiscalização do tráfego aquaviário, compreendidas em dois períodos distintos:

- Alta temporada: compreendida entre os meses de dezembro e fevereiro, conhecida como “Operação Verão”, quando as ações são intensificadas, tendo em vista o aumento de movimentação das embarcações; e

- Baixa temporada: compreendida entre os meses de março a novembro, corresponde ao período de menor movimentação de embarcações.

Quantidade alcançada

120 unidades/ano

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento

Iniciativas

- **05R0 - Implantação e integração de sistemas de sensoriamento e de apoio à decisão e atuação do SISFRON**
Individualizada: Sim
Análise Situacional da Iniciativa

1. INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA INICIATIVA INDIVIDUALIZADA

No âmbito do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão, as principais realizações de 2017 foram as seguintes:

Para o Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD), o Projeto SISFRON entregou: sensores óticos e optrônicos; radares de vigilância terrestre; sensores de sinais eletromagnéticos; centros de comando e controle fixos e móveis; aplicativos (software) de apoio à decisão; infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (fixas e móveis - Infovia); e suporte logístico integrado (SLI). Ainda em 2017, o SISFRON ativou o Network Operacional Center (NOC), em Campo Grande/ MS, bem como ampliou a capacidade do Sistema Tático de Comunicações (SISTAC).

Na infraestrutura para implantação do SISFRON, tiveram prosseguimento 17 (dezessete) obras iniciadas em anos anteriores e foram entregues as seguintes edificações: Pavilhão de Comando e Administração / 9º B Com; obras no Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Caracol / 10º RC Mec; Centro de Monitoramento de Fronteiras / CComGEx; Pavilhão Garagem / 15ª Cia Inf Mtz; Pavilhão Garagem / 18º B Log; infraestrutura de Paióis / 17º RC Mec; infraestrutura Elétrica (CASA DE FORÇA) / 10º RC Mec; 6º Batalhão de Inteligência Militar; e Módulo de Abastecimento com capacidade 15.000 litros / 17º B Fron/ PEF Porto Índio.

No apoio à atuação, foram adquiridas viaturas operacionais; viaturas socorro leves; viatura cisterna de combustível; viaturas cisterna dágua; micro-onibus; ambulâncias; equipamentos de engenharia; tratores com roçadeira; estações de tratamento de água para PEF; piers flutuantes; e sistemas para gestão e manutenção de embarcações Guardian.

2. FASE EM QUE SE ENCONTRA A EXECUÇÃO

Implantação do Projeto Piloto na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados-MS.

3. PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS

a. Falta de previsão da disponibilidade orçamentária;
b. Cortes e contingenciamentos nas dotações orçamentárias; e
c. Atraso e parcelamento na liberação dos recursos orçamentários.

4. PRÁTICAS BEM SUCEDIDAS

As estratégias de atuação do Projeto constituíram-se em fatores facilitadores para o bom desempenho do objetivo, sendo sintetizadas nas seguintes ações: supervisão a cargo do Escritório de Projetos do Exército (EPEx); contratação de empresa nacional para a implantação e integração do SAD; contratação de empresa nacional para apoiar a fiscalização da execução do contrato; emprego de estrutura especializada e dedicada no Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx) para o gerenciamento da implantação do SAD; e utilização do Sistema Unificado do Processo de Obras (OPUS), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) para apoiar o gerenciamento das obras.

5. OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS RELEVANTES

As entregas do Projeto resultaram na melhoria da capacidade do Comando Militar do Oeste (CMO) em cumprir suas atribuições legais na faixa de fronteira; em investimentos realizados no desenvolvimento de SAD; em geração de emprego e renda; e na diversificação da pauta de exportação.

O Projeto Piloto do SISFRON ainda não foi totalmente implantado no estado do Mato Grosso do Sul. No entanto, as operações interagências estão se beneficiando da parcela implantada, pelo aumento das capacidades de prover apoio de comando e controle, logístico, monitoramento, inteligência e segurança às organizações que atuam na faixa de fronteira.

Até o final de 2017, foram implantados 73,3% do Projeto Piloto e 8,4% do total previsto para o SISFRON (situação em 12 de dezembro de 2017).

6. PREVISÃO PARA 2018

Para o ano de 2018, pretende-se atingir o percentual de execução de 95% do Projeto Piloto no Estado do Mato Grosso do Sul e iniciar a contratação e execução das 2ª e 3ª Fases do SISFRON, estendendo o Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão aos Estados de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, além de implantar dois Módulos Especiais de Fronteira na Região Amazônica.

- **05R1 - Obtenção de armamentos e sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País.**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  O planejamento do Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (PrgEE DA Ae) para o exercício de 2017 previu, pela Lei Orçamentária Anual (LOA), o recebimento e emprego de R$ 85 Mi. Entretanto, foram disponibilizados apenas R$ 47 Mi do orçamento inicial. A partir desse dado, o PrgEE DA Ae deu prosseguimento aos investimentos nas atividades dos projetos integrantes.

  Dessa forma, disponibilizou R$ 16,6 Mi para o desenvolvimento do Radar SABER M200 Vigilante. Este Produto de Defesa (PRODE) ampliará a capacidade de detecção de ameaças aéreas à longas distâncias, aprimorando a Defesa Antiaérea da Força Terrestre (DA Ae F Ter).

  O Programa investiu também na conclusão da implantação do Simulador do Sistema Antiaéreo Gepard na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe). Esse foi um passo importante, pois permitiu a finalização e entrega dos módulos de Seção do Sistema Gepard, contribuindo para efetividade do PrgEE DA Ae.

  O PrgEE DA Ae, também, investiu na obtenção de meios para mobiliar as Seções de Artilharia Antiaérea. A aquisição, na ordem de R$ 28 Mi, contemplou materiais do sistema de mísseis antiaéreos RBS 70, de origem sueca. Entre os materiais adquiridos destacam-se 21 (vinte e um) postos de tiro com seus acessórios e 2 (dois) simuladores para emprego no adestramento operacional. Este empreendimento contribui para aumentar a capacidade de defesa antiaérea à baixa altura da F Ter.

  A execução do trabalho multidisciplinar de Formulação Conceitual do Subsistema de Controle e Alerta da Artilharia Antiaérea foi outro grande passo para o PrgEE DA Ae. Seu resultado possibilitará plena integração dos sistemas antiaéreos, desde o nível Seção de Artilharia Antiaérea até o nível Brigada de Artilharia Antiaérea.

  A título de práticas bem sucedidas, há de se destacar que as entregas do PrgEE DA Ae tem sido realizadas de forma modularizada, ou seja, por meio de sistemas fracionados. Tal ação permitiu maior flexibilidade no emprego dos recursos orçamentários recebidos.

  Em resumo, pode-se afirmar que o Planejamento modularizado do Programa possibilitou a adaptação das demandas existentes à disponibilidade dos recursos, favorecendo seu melhor aproveitamento.

- **05R2 - Desenvolvimento de sistema de comando e controle, integração de módulos e sensores de média altura - Projeto de Defesa Antiaerea.**
  Individualizada: Não

- **05R3 - Implantação do Sistema Operacional de Defesa Antiaérea da Força Terrestre.**
  Individualizada: Não

- **05R4 - Ampliação da capacidade operacional do Exército Brasileiro, para atuar na fronteira terrestre em conjunto com outros órgãos governamentais, em operações interagências.**
  Individualizada: Não
- **05R5 - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa
  Atividades realizadas em 2017:
  Devido ao restrito cenário econômico, as atividades realizadas em 2017 se pautaram na reestruturação do projeto de implementação do sistema, priorizando o primeiro módulo, que contempla a área marítima referente aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.
- **05R6 - Intensificação das atividades de registro e fiscalização de produtos controlados (armas, munições e explosivos).**
  Individualizada: Não
- **05R7 - Desenvolvimento das atividades de auxílio à navegação e de registro e fiscalização de embarcações.**
  Individualizada: Não
- **05R8 - Intensificação das atividades de fiscalização da segurança da navegação aquaviária.**
  Individualizada: Não
- **05R9 - Implantação de novos radares no território nacional para o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA)**
  Individualizada: Não
- **05RA - Modernização dos sistemas de controle de voo, aproximação e pouso de aeronaves nas vertentes civil e militar (Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA).**
  Individualizada: Não

OBJETIVO: 1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Para obter a autossuficiência na fabricação de produtos de defesa, o Brasil deve priorizar o desenvolvimento e a fabricação de produtos nacionais, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições de acesso a tecnologias sensíveis.

Para promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa, o Ministério atua no incentivo à fabricação de produtos de defesa; na promoção comercial; no acompanhamento da Economia de Defesa; na obtenção de linhas de financiamentos e garantias; e o incentivo à ciência e tecnologia voltados para a Defesa Nacional.

Na área de Produtos de Defesa, destacam-se a Política Nacional de Acordos de Compensação (Pnac) e a Política Nacional da Indústria de Defesa (Pnid), as quais se encontram em fase final de elaboração e que devem contribuir para o comércio e indústria de Produtos de Defesa, bem como normatizar e incentivar os investimentos e transferências de tecnologia para o País.

No que diz respeito à Promoção Comercial, foram realizadas gestões, junto ao Ministério das Relações Exteriores e à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), a fim de permitir a participação das empresas da Base Industrial de Defesa (BID) nas feiras previstas, assim como a realização de missões comerciais em países-chave de modo a incrementar a exportação de Produtos Brasileiros de Defesa e Segurança.

A título de exemplo, durante 2017, o MD esteve presente em todas as feiras de Promoção Comercial realizadas pela

Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), tais como: Paris Air Show (Le Bourget/França); Defence&Security International Exibition (DSEI - Londres); MILIPOL (Paris); Expodefensa (Colômbia) e da IT-SEC (Estados Unidos). Cabe destacar a realização da 11ª edição da Latin America Aerospace and Defence (LAAD), no Rio de Janeiro, com o apoio institucional do Ministério.

As principais perspectivas de negócios em andamento com a Colômbia são as seguintes:
•Modernização de viaturas EE-11 Urutu e de viaturas EE-09 Cascavel. A modernização deverá ser executada pelas empresas Tecnicae e Imbel envolvem valores de cerca de US$ 300.000 por viatura modernizada. A quantidade prevista para modernização são 100 unidades; e
•Aquisição do Sistema Astros II, fabricado pela AVIBRÁS. Existe a possibilidade de venda de dois sistemas Astros, um para o Exército Colombiano e outro para os Fuzileiros Navais. O negócio está estimado em aproximadamente US$ 300 milhões.

No que diz respeito à Economia de Defesa, os estudos do desempenho econômico e financeiro das empresas de interesse estratégico do Ministério da Defesa vêm possibilitando avaliar o impacto do Setor de Defesa na economia global, no crescimento econômico e na balança comercial do país, possibilitando ao MD elaborar políticas públicas mais efetivas.

Além disso, a Pasta vem interagindo com diversos órgãos governamentais, (Câmara de Comercio Exterior - CAMEX; Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES; Ministério da Fazenda; Federação Brasileira de Bancos - Febraban; entre outros) com o objetivo de obter novas linhas de financiamento e garantias que abarquem o setor de defesa em condições mais vantajosas do que as praticadas normalmente no mercado e de forma mais ágil. Tal medida visa a tornar as empresas que compõem a Base Industrial de Defesa mais competitivas no comércio internacional.

O Ministério da Defesa realizou as seguintes atividades em 2017 relativas à área de ciência e tecnologia:

•Elaboração da síntese sobre cooperação internacional em CT&I de interesse da Defesa;
•Participação em reuniões e atividades nacionais de acompanhamento, coordenação e prospecção de projetos tecnológicos e produtos de interesse da Defesa, seminários e fóruns de discussão de temas relevantes em CT&I.
•Participação em transbordos tecnológicos e inovadores como uma das instituições apoiadoras dos processos de habilitação, avaliação e seleção de projetos do Programa Inova Aerodefesa;
•Participação em reuniões dos organismos que constituem o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro);
•Participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, evento coordenado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
•Acompanhamento do Programa Inova Aerodefesa, iniciativa destinada à coordenação das ações de fomento à inovação e ao aprimoramento da integração dos instrumentos de apoio disponibilizados pelo BNDES, pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), pelo MD e pela Agência Espacial Brasileira (AEB), que atuam em conjunto como instituições apoiadoras. Os recursos são oriundos do BNDES e da Finep.

Em 2017 foi lançada, durante a Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa (LAAD/17), o Guia de Produtos de Interesse de Defesa, contendo cerca de 650 produtos de empresas brasileiras, em três idiomas (português, inglês e espanhol), o qual divulga os Produtos e Empresas da Base Industrial de Defesa.

Dentre as realizações de 2017, cabe destacar a reunião de trabalho com o Chile, objetivando elaborar uma minuta de Protocolo de Entendimento entre os dois países com o intuito de prover suporte ao Chile para que este evolua de Tier 1 para Tier 2, dentro do AC-135, e a reunião com o Portugal, em cumprimento aos Acordos e Memorandos de

Entendimento assinados entre os dois países.

Além disso, concluiu a elaboração de instruções normativas acerca do processo de Certificação de Entidades Públicas e Privadas, a fim de atuarem como Unidades de Catalogação, com a Publicação da Portaria Normativa Ministerial nº 21/MD e respectivas normas específicas.

Cabe citar que foi realizado no Chile o 4º Fórum Permanente entre os países do CDS/Unasul para catalogação (CATSUL) e que o Brasil foi aceito no dia três de outubro de 2017 no Comitê Aliado da Otan sobre Gerenciamento do Ciclo de Vida (AC/327).

Para o exercício 2018, objetiva-se contribuir para a promoção e desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e das tecnologias de interesse da Defesa, especialmente por meio do Projeto Quercetina, voltado para o desenvolvimento de um produto farmacêutico em desenvolvimento no Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM).
Dentre os fatores que dificultaram a execução do Objetivo, na área de Produtos de Defesa, destacam-se as questões de insegurança jurídica e a falta de clareza na aplicação do principal instrumento de apoio ao fomento que é a Lei nº 12.598/2012, em especial no que concerne ao Regime Especial Tributário para Indústria de Defesa (Retid).

Este problema está sendo mitigado por meio de um trabalho do MD em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB). Espera-se que, com a clarificação das principais lacunas interpretativas que impactavam o uso do Retid, haja uma adesão maior de empresas que venham a utilizar o regime, desonerando a cadeia produtiva e tornando-as mais competitivas tanto nas vendas para o mercado interno como nas exportações. Dessa forma, a citada Lei está sendo reavaliada quanto ao seu propósito e, se for o caso, poderá sofrer modificações.

Quanto às atividades de catalogação, houve dificuldades em cumprir o contrato de manutenção do Sistema de Catalogação Brasileiro (Siscat-BR), solução de tecnologia da informação para a atividade de catalogação das Forças Armadas Brasileiras, devido às restrições orçamentárias, o que pode vir a inviabilizar a troca de informações do Brasil com órgãos internacionais a exemplo da Agência National Science Teachers Association (NSPA) e com os países membros do Sistema Organização do tratado do Atlântico Norte (Otan) de Catalogação.

No âmbito do Comando da Marinha, a implantação do Laboratório de Ciência e Tecnologia do Corpo de Fuzileiros Navais, com término inicialmente previsto para 2017, teve suas obras de construção postergadas para 2018 devido as repriorizações financeiras causadas pelas restrições orçamentárias. Entretanto, neste exercício financeiro deu-se continuidade as aquisições de material de uso permanente.

Outro Projeto vinculado ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa é o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica, cujas obras de infraestrutura foram concluídas em 2017.

Além disso, as seguintes atividades no laboratório colaboraram para o incremento do desenvolvimento tecnológico brasileiro, fomentando a Base Industrial de Defesa:

•Qualificação dos processos especiais para fabricação do combustível atômico;
•Montagem eletromecânica do compartimento das turbinas e geradores elétricos;
•Concepção do projeto do vaso e estruturas internas da contenção e do tanque de blindagem primária do reator nuclear; e
•Implementação dos sistemas de controle.

Outra iniciativa que contribui para o alcance do Objetivo é o Míssil Antinavio Nacional de Superfície, projeto inédito

para a indústria nacional e que tende a proporcionar uma elevação no grau de autonomia na produção de armamento inteligente.

Atualmente envolve três empresas nacionais de alta tecnologia, possibilitando a expansão do catálogo de produtos de defesa e garantindo ao Brasil o domínio e a autonomia tecnológica deste tipo de munição.

O Projeto é constituído de quatro etapas: desenvolvimento do motor-foguete, já concluída; desenvolvimento dos protótipos, com término previsto para 2018; a conversão de protótipo em produto, previsto para 2020; e a produção industrial do míssil. Esse Projeto visa a absorção e o desenvolvimento de alta tecnologia vinculadas à propulsão, direção e produção do artefato bélico com o propósito de atender tanto à demanda nacional quanto às necessidades do mercado internacional, capacitando-nos à exportação.

Em 2017, a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) deu continuidade ao processo de recuperar e modernizar o parque fabril, aumentar a capacidade produtiva, adequar suas Unidades de Produção à legislação ambiental, manter a produção continuada de material de emprego militar, assim como intensificou a pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores para atender a atuais e futuras necessidades das Forças Armadas.

No que tange à produção de artefatos bélicos, as principais realizações da empresa em 2017 foram:
•Na Fábrica da Estrela (FE) - RJ: RDX, explosivo básico das composições da carga de ruptura das espoletas de munições da artilharia, explosivos carbonitrato, emulsão explosiva, reforçadores, cápsulas iniciadoras e artifícios traçantes.
•Na Fábrica de Presidente Vargas (FPV) - SP: nitrocelulose (colódio, alta e baixa nitração); trinitrotolueno (TNT); nitroglicerina; gelatina explosiva; pólvora de base simples; pólvora de base dupla; éter sulfúrico; plastex; dinamites gelatinosas; e grãos propelentes base dupla.
•Na Fábrica de Itajubá (FI) - MG: fuzis .308 AGLC (Sniper); fuzis e carabinas 5,56 IA2, pistolas .45, .40, 9mm; e .380; e as facas IA2 e Amazônica.
•Na Fábrica de Juiz de Fora (FJF) - MG: munições para morteiros 60, 81 e 120mm, para canhões de 90mm e para obuseiros 105 e 155mm; Motor Foguete SBAT 70 M4B1 e Cabeças de Guerra AP e AC.
•Na Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE) - RJ: rádios de campanha, como a linha MALLET, RONDON e o Transceptor Portátil Pessoal 1400, destinados às ligações em operações militares e de segurança pública, com criptografia desenvolvida pela própria fábrica, além do Sistema "GÊNESIS", destinado ao controle e direção de tiro de artilharia.

Para 2018, estão previstas iniciativas como revitalização do parque fabril e ampliação do portfólio de produtos, os quais devem abrir oportunidades de aproveitamento das demandas dos mercados internos privado de segurança e de defesa, e do mercado externo, em especial na África, Mercosul e Ásia.

Além disso, no próximo ano a empresa investirá em suas linhas de produção e em máquinas e equipamentos para prosseguir na readequação e modernização das linhas de produção das suas fábricas.

A contribuição da Força Aérea Brasileira para esse Objetivo, está focada na área aeroespacial. Nesse sentido, o Projeto KC-X encontra-se na última fase de detalhamento e certificação que evoluiu com a realização de algumas campanhas de ensaios em voo no decorrer do período. Para 2018, as previsões são a certificação Anac das duas aeronaves protótipos e o prosseguimento de ensaios para certificação das funcionalidades de emprego militar.

Ainda na área aeroespacial, o Projeto A-Darter prevê o desenvolvimento, em parceria com a África do Sul, de um Míssil ar-ar de curto alcance de 5ª Geração, o suporte logístico e a base de certificação, bem como a transferência de tecnologia

das áreas de interesse desse míssil para o Brasil. Os fatores intervenientes que provocaram atraso no desenvolvimento do míssil estão relacionados a aspectos técnicos.

Importante mencionar que o míssil A-Darter inseriu o país no seleto grupo capaz de produzir um artefato bélico inteligente e de quinta geração.

Outra atividade do Comando da Aeronáutica que contribui para o alcance do Objetivo é o Projeto Link-BR2 que continuou sofrendo em 2017 com a falta de recursos para atender suas necessidades acarretando a postergação de seu término e também prejudicando dois outros projetos que têm seu cronograma de desenvolvimento inter-relacionado (E-99M e FX-2), o que pode comprometer a operacionalidade da Força Aérea Brasileira.

Metas 2016-2019

- **04SM - Ampliar em 4% ao ano o volume de exportações da Base Industrial de Defesa.**
  Órgão responsável: Ministério da Defesa
  Análise Situacional da Meta
  A meta foi estabelecida para avaliar a participação das exportações no segmento da Indústria de Defesa.
  A apreciação das exportações é relevante em razão da situação econômica e orçamentária do país, que compromete os investimentos das Forças em reequipamento e, por consequência, afetando diretamente a situação financeira das empresas da base Industrial, que passam a depender, quase que totalmente das exportações.
  Essa situação de falta de recursos orçamentários, foi agravada ao longo dos últimos anos, especialmente, no que que diz respeito aos Projetos Estratégicos das Forças.
  A conjuntura econômica desfavorável determinou uma redefinição nas prioridades dos gastos, somada a queda substancial do PIB ao longo dos dois últimos anos.
  Essa situação desfavorável afeta a indústria de defesa num primeiro momento, no tocante aos investimentos e no sequente momento a capacidade produtiva, sua competitividade e a capacidade de competir em mercados internacionais.
  Um exemplo claro reside no atraso dos pagamentos do desenvolvimento do projeto KC 390, acarretando atrasos no seu cronograma de desenvolvimento e afetando as datas previstas para apresentação para o mercado internacional.
  Assim sendo, a Meta, que estava associada a participação do segmento da indústria de defesa em face do PIB deve ser repensada, a partir de novos critérios de avaliação que consideram o conjunto dos produtos que estão sendo exportados e que passarão a ser controlados pelo MD. Incluindo os produtos que serão controlados pelo DECAT/MD e que estavam fora do processo.
  Os valores verificados junto ao controle do DECAT, que tratam de produtos controlados, apresentem as seguintes variações:
  ANO PIB (nominal) EXPORTAÇÕES BID PIB REAL
  2014 5.778.953,00 620,80 0.50
  2015 6.000.570,00 1.042,09 -3,80
  2016 6.233.000,00 922,25 -3,60
  Destaque-se que o aumento no volume de recursos verificados entre os anos de 2014 e 2015, referemse a contratos assinados em exercícios financeiros anteriores, que ao longo de um período de no mínimo dois anos, produzem seus efeitos.
  Quantidade alcançada
  0 % ao ano
  Data de Referência
  31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Detalhamento das providências a serem tomadas

1) Que a presente Meta seja redefinida, pelos seguintes motivos:

a) Que o percentual apresentado, à época, estava associado ao PIB, considerando apenas o crescimento nominal do Produto Interno.

b) Em razão de que o cálculo efetuado à época considerou os gastos de investimentos por parte do governo nas Ações na área de Defesa, portanto, apreciou os gastos internos do governo e os investimentos internos na área de Defesa.

c) Os valores relativos as exportações devem considerar os pontos que estão sendo discutidos no âmbito do DEPCOM, no que tange a quais produtos devem ser controlados pelo MD, pois muitos produtos que são exportados atualmente, não se encaixam na definição de material controlado. Dessa forma, não são informados ao MD, apenas a DFPC.

- **04SL - Catalogar 38% dos Produtos de Defesa, de acordo com o padrão internacional do SOC/OTAN.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Foram catalogados segundo as normas do Sistema OTAN de Catalogação 60% dos Produtos de Defesa do tipo Bem Classificados em Portaria do Ministro da Defesa nos processos da BID. Tal assunto é pauta recorrente nas reuniões da Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID). Referência: Decreto n° 7.970/2013.

Quantidade alcançada

80 %

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Tendo em vista que a meta já foi alcançada, proponho que a meta seja alterada para "04SL Catalogar 100% dos Produtos de Defesa, de acordo com o padrão internacional do SOC/OTAN."

- **04GW - Concluir o desenvolvimento do Míssil A-DARTER.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

A Meta trata do Desenvolvimento de um míssil de curto alcance ar-ar infravermelho de 5ª geração com transferência de tecnologia, certificação e desenvolvimento da industrialização no Brasil.

No corrente ano foram realizadas as seguintes atividades:

•Realização da Formal Qualification Review (FQR) do Digital Processing Assembly (DPA);

•Realização da FQR da Fuze;

•Reunião no 1º Semestre do JTQW – Joint Technical Qualification Workgroup – Grupo de Trabalho Técnico de Qualificação, no qual se discutiram aspectos de certificação do Produto A-Darter em desenvolvimento na África do Sul – Local: África do Sul;

•XIX PMR do Projeto A-Darter – Julho – Reunião Gerencial de Programa Semestral, na qual a desenvolvedora presta

contas aos dois clientes (FAB e SAAF) – Local: Brasil;
•XX JMC do Projeto A-Darter – Julho – Reunião Semestral de alto nível dos Representantes dos Governos envolvidos no Projeto A-Darter – Local: Brasil;
•Em termos de Transferência de Tecnologia, foram realizadas atividades sobre motor foguete no Contrato nº 005/CTA-SDDP/2008 com a AVIBRAS; e
•Sobre o Desenvolvimento da Industrialização, foram finalizadas as Etapas de processos industriais previstos no 3º Termo Aditivo do Contrato nº 034/DCTA-COPAC/2016 com a Mectron.

No período, fatores que dificultaram:

•Em função de restrições orçamentárias da FINEP, não houve repasse dos recursos previstos pelo Fundo no ano de 2017;
•Problemas técnicos na confecção de dois Guimballed Assembly (GA), o GA nº 403 e o GA nº 406 provocaram o adiamento da Campanha de Certificação (S1) em voo para o segundo semestre de 2017; e
•Falta de fornecimento do datapack da configuração G3 dos Equipamentos de Teste e do GA, por parte da Desenvolvedora, impactaram o processo de industrialização do míssil no Brasil.

Visão Prospectiva:

•Instalação, no DCTA, do Infrared Imaging System Symulation Package (SIMIS);
•Encerramento do Desenvolvimento em 2018;
•Realização de Reunião de Acompanhamento PMR e JMC;
•Realização da FQR dos subsistemas Missile Front Section (MFS) e GA; e
•Disponibilização dos Documentos de Suporte Logístico LS-M3.1.

Informações Complementares:
Tendo em vista o andamento do Contrato de desenvolvimento na África do Sul (Contrato nº 001/CTA-SDDP/2006), não foi possível disponibilizar à empresa Mectron (Contrato nº 034/DCTA-COPAC/2014) a configuração final de um dos subsistemas, nem dos equipamentos de testes que seriam utilizados para verificar a elaboração dos protótipos. Essas informações, Governent Furnished Data (GFD), eram pré-requisitos para a execução contratual aqui no Brasil. Além disso, a Empresa Mectron, em virtude da situação econômica em que se encontra o Brasil, informou que pretendia sair do mercado de Defesa e que não assumiria mais nenhum compromisso novo, bem como solicitou ações da Gerência para que fosse acelerado o término dos compromissos assumidos pela Empresa. Até esse momento, restavam cinco Etapas para que o contrato fosse encerrado (cerca de 20% do total), todas relacionadas àqueles GFD que não foram disponibilizados anteriormente.
Após as respectivas negociações, no dia 30 de maio de 2017, o 3º Termo Aditivo do Contrato nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi assinado, reduzindo o escopo em aproximadamente 5%. Tal ação permitiu que a CONTRATANTE pudesse aguardar a disponibilidade dos referidos GFD sem correr o risco de sofrer um pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro por parte da CONTRATADA (conforme previsto na Lei nº 8.666/93).
No 3º Termo Aditivo, os processos industriais em si passaram a ser os entregáveis (não mais os respectivos hardwares) e os materiais julgados necessários para a execução dos respectivos processos industriais. Todos foram recebidos e, no dia 08 de junho de 2017, os últimos pagamentos à empresa Mectron foram realizados.
Como evento significativo do projeto, no final do mês de outubro, foi iniciada a Campanha de Ensaios de Certificação (S1) do míssil, em Overberg Test Range, África do Sul.
No corrente exercício, foram realizadas atividades correspondentes à 4,35% do avanço físico do projeto, totalizando 96,05%. Para o ano de 2018, está prevista a conclusão (100%) das tarefas previstas no projeto A-Darter. O andamento

da Meta se encontra adequado para sua conclusão dentro do PPA 2016-2019, porém foi necessária a celebração do 2º Termo Aditivo do Contrato nº 036/DCTA-COPAC/2014, a fim de ajustar seu Cronograma Físico Financeiro estendendo a sua vigência por mais um ano.

Quantidade alcançada

0,96 unidade

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Atualmente, está em fase de negociação a continuidade da Fase 4.1 no Brasil e, caso seja interesse do EMAER, tudo que foi realizado pela empresa Mectron poderá ser disponibilizado a uma futura empresa. Mantendo o foco de evitar a solução de continuidade no desenvolvimento do Projeto A-Darter no Brasil.

Por fim, foi aprovado o 2º Termo Aditivo do Contrato nº 036/DCTA-COPAC/2014 (no qual visa dar suporte ao desenvolvimento da industrialização do projeto A-Darter no Brasil) e o Termo de Cooperação com a FINEP (em função da não transferência de recursos no corrente ano), estendendo os respectivos prazos de vigência por mais um ano.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	100	% de execução	95,26	31/12/2017

- **04GU - Concluir o programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O programa de ensaios e certificação da Aeronave KC-390 faz parte do Projeto de desenvolvimento de um cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas que se encontra na fase de Detalhamento e Certificação de Aeronave.

Os voos de ensaios estão evoluindo e destacam-se as seguintes realizações na atual fase do processo de desenvolvimento da aeronave:

- Mais de 730 Horas de ensaios em voo, nos quais as duas aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo conforme projetado;
- Corpos de provas realizando os ensaios estáticos previstos para a certificação;
- Campanha de "Congelamento Aerodinâmico de Aeronave" ocorrida na Base Aérea de Campo Grande. Este importante evento contratual constituiu-se de voos de ensaios dedicados a analisar e confirmar o comportamento aerodinâmico da aeronave na realização de lançamentos em voo. Foram lançadas cargas e paraquedistas.

Destaca-se como fator contribuinte para o alcance da meta no período a ação coordenada de diversos órgãos administrativos para viabilizar a Campanha de "Congelamento Aerodinâmico de Aeronave" ocorrida na Base Aérea de Campo Grande. Nesta ocasião ocorreu significante interação entre integrantes da Gerência do Projeto, apoiada pelo EMAER, na qual participaram: O Comando da Base Aérea de Campo Grande; o PARASAR; o Exército Brasileiro, por meio do DOMPSA; e a contratada Embraer S.A.

Houve atraso no alcance da Meta do contrato de desenvolvimento, ocasionado pela dotação insuficiente de recursos em relação ao originalmente programado. A Gerência do Projeto, assessorada pela Subdivisão de Contratos da COPAC tem buscado a renegociação para mitigar o problema e readequar os contratos à disponibilidade dos recursos. Como impactos negativos decorrentes das consecutivas alocações de recursos financeiros a menor, podem ser destacados: o

aumento do custo global do projeto, para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro dos contratos, resultado da extensão dos prazos de execução e vigência; e o retardo no aproveitamento da janela de mercado para o produto com a efetivação de seu potencial de vendas a terceiros países.

Visando dar continuidade à Campanha de Certificação da Aeronave no próximo exercício, a COPAC, por meio da Gerência do PKC-X, realizou uma série de Workshops, contando com a participação de representantes da FAB, do EB, da Marinha do Brasil e da Embraer S.A. Neste sentido, tais reuniões que tiveram como tema a preparação das campanhas de ensaios de reabastecimento em voo e lançamento de cargas a serem realizadas já a partir de fevereiro de 2017, permitirão efetiva evolução da Meta no exercício subsequente.

Quantidade alcançada

0,97 unidade

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Replanejar as Campanhas de Ensaio para o ano de 2018, buscando a otimização dos recursos envolvidos e o máximo aproveitamento do tempo disponível de forma a minimizar os impactos no cronograma da certificação da aeronave.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	percentual de execução física	0,97	31/12/2017

- **04GX - Concluir o Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar (Projeto LINK-BR2).**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O Projeto Link-BR2 está sendo desenvolvido por meio do Contrato 033/DCTA/2012, cujo objeto resumido é o fornecimento dos serviços e dos bens necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da aeronáutica e que contenha o Protocolo Link BR2.

a.Principais realizações no período: No período de JAN a NOV17, as principais realizações foram: a) Assinatura do Termo Aditivo n. 4 (TA4), para fins de, dentre outros, adequação do Cronograma Físico Financeiro (CFF) do contrato mencionado, em virtude dos cortes e contigenciamentos orçamentários do ano de 2016. Com a adequação do CFF promovida pelo TA4, estabeleceu-se a entrega de 2 etapas contratuais para o ano de 2017 (Etapas 16 e 20), ambas com data de apresentação de 31DEZ2017; b) Assinatura do Termo Aditivo n. 5 (TA5), para fins de, dentre outros, substituir a empresa contratada MECTRON pela empresa MECTRON COMM, em virtude de reestruturação societária sofrida por aquela.

b.Fatores que contribuíram ou dificultaram: As restrições orçamentárias impostas no ano de 2016 e 2017 (a necessidade de recursos para cumprir com os pagamentos previstos nos anos em pauta era da ordem de R$ 82 milhões; mas, foram disponibilizados recursos suficientes para se pagar somente etapas da ordem de R$ 12 milhões) foram fatores que dificultaram o avanço físico do contrato, levando à necessidade de celebração do TA4 para adequação do CFF aos recursos disponibilizados. O déficit de recursos para os anos em questão acabou gerando o prolongamento do prazo de execução do contrato em pauta, em 30 meses, fazendo com que a data final de sua execução fosse alterada, de 01 ABR 2019 para 30 SET 2021.

c.Misão Prospectiva: Prevê-se a necessidade de celebração de novos Termos Aditivos ao contrato atual, caso os valores de créditos disponibilizados nas ações 15LS e 20XB (PO 0008) não sejam descontingenciados para fins de pagamento das 2 etapas previstas para o ano de 2017. Essa necessidade pode gerar novos alongamentos na execução do contrato. A necessidade de assinatura do TA4 fez com que a previsão de cumprimento da presente meta, até o final do atual PPA (2016-2019), não seja capaz de ser cumprida.

Informações Complementares: a empresa contratada encontra-se atrasada na entrega de 2 etapas contratuais e na apresentação de documentação de qualificação técnica de suas subcontratadas. Foram instaurados Processos de Apuração de Sanção Administrativa que resultaram em multas, já recolhidas, com valor total na ordem de R$ 110 mil.

Quantidade alcançada

0 unidade

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Haja vista a previsão de que os valores de crédito a serem disponibilizados para o projeto Link BR2 no ano de 2018 sejam menores do que os compromissos assumidos no contrato em voga, haverá a necessidade de celebração de aditivo contratual, adequando sua execução; e

Buscar, junto ao Estado Maior da Aeronáutica (EMAER), o resultado final do estudo de redução de escopo do projeto, visando adequar a realidade orçamentária histórica, as dificuldades técnicas encontradas e as determinações decorrentes do advento do acórdão n. 1519/2017 do TCU, de 12 JUL 2017, que visam à reavalição dos projetos estratégicos de investimentos a fim de compatibilizar os seus CFF com a real capacidade de alocação de recursos por parte da União, em face das limitações de gastos impostas pela Emenda Constitucional 95/2016.

- **04GT - Implantar 25,4% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Não houve pleno atendimento do percentual de execução total de implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG) ,previsto para o ano de 2017 em razão de grande parte das atividades previstas estarem relacionadas a aterro e edificações de instalações e próprios nacionais residenciais (PNR), o que tornou-se inviável face às restrições orçamentárias impostas pela realidade econômica do país.

Quantidade alcançada

3,31 %

Data de Referência

13/12/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Apesar do cancelamento do PCTEG iniciado em 15 de agosto de 2017 e finalizado em 30 de novembro ainda há mais providências a serem tomadas. Os integrantes da Agência de Gestão e Inovação Tecnológica do Exército

(AGITEC), OM originada do PCTEG, ainda carecem de treinamento e capacitação para gerir os processos pertinentes à AGITEC. O cancelamento deveu-se ao forte corte orçamentário iniciado em 2016.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	25,4	% de execução	3,31	13/12/2017

Iniciativas

- **05SK - Domínio da tecnologia de comunicação segura na transmissão e recepção de dados, vídeo e voz.**
  Individualizada: Não
- **05SL - Desenvolvimento de protótipo de suplemento alimentar à base de quercetina para ração operacional.**
  Individualizada: Não
- **05SM - Catalogação de produtos de defesa, de acordo com o padrão internacional (SOC/OTAN).**
  Individualizada: Não
- **05SN - Desenvolvimento de ações de cooperação, capacitação e intercâmbio em catalogação.**
  Individualizada: Não
- **05SP - Desenvolvimento do Programa Combatente Individual do Futuro - Combatente Brasileiro (COBRA 2020).**
  Individualizada: Não
- **05SQ - Desenvolvimento científico-tecnológico e de inovação do Exército, com ênfase na base industrial de defesa.**
  Individualizada: Não
- **05SR - Obtenção de produtos de defesa nacionais, priorizando tecnologias duais de aplicação militar e civil.**
  Individualizada: Não
- **05SS - Fomentar à capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército e a integração/interação dos Institutos de Ciência e Tecnologia Civis (ICT´s) com a IMBEL e Arsenais de Guerra.**
  Individualizada: Não
- **05SU - Implantação do Laboratório de Ciência e Tecnologia do Corpo de Fuzileiros Navais**
  Individualizada: Não
- **05SV - Desenvolvimento da Aeronave KC-390 (Projeto KC-X).**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  A presente Iniciativa trata do desenvolvimento de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves KC – 130 da FAB.

  Atualmente, o Projeto encontra-se na 4ª e última fase, que é a de Projeto Detalhado e Certificação de Aeronave, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

  O processo de desenvolvimento da aeronave continua evoluindo com a realização dos voos de ensaios, nos quais ocorrem, na prática, as confirmações dos dados de engenharia do produto previstos nas fases anteriores.

  Com os créditos disponibilizados no Exercício Financeiro de 2017, o projeto evoluiu, 6,44% de execução física, atingindo o avanço acumulado de 97,60%. Destacam-se, neste período, as seguintes realizações:

  •Mais de 1.400 Horas de ensaios em voo, nos quais as duas aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo, conforme projetado;

  •Corpos de Provas realizando os ensaios estáticos previstos para a certificação;

  •Workshops relacionados aos Sistemas de missão da aeronave, reabastecimento em voo e ao Cargo Handling Air Delivery System (CHADS);

  •Campanhas de ensaios com o lançamento de paraquedistas a baixa e alta altitude;

  •Campanhas de ensaios, com o lançamento de cargas leves e pesadas, realizado de forma manual e automatizada; e

  •Ensaios de carregamentos (em RIG) de vários tipos de veículos militares e de helicópteros.

Uma aeronave protótipo participou da Feira de Le Bourget, em Paris, no mês de junho de 2017. Em aproveitamento a esse deslocamento para a Feira de Le Bourget, a aeronave protótipo realizou um "demo tour", com a autorização do COMAER, passando por diversos países, como: Paris, Suécia, Portugal, Arábia Saudita, Qatar, Tailândia, Namíbia, Nova Zelândia e África do Sul.

Houve manifestações de interesse por parte de governos desses países e por parte de empresas civis que atendem clientes nas indústrias de mineração, construção e petróleo, operando aeronaves de grande porte para apoiar projetos em todo o mundo, transportando materiais e suprimentos para destinos remotos.

O interesse manifestado demonstra a potencialidade de exportação do produto, com todas as suas repercussões em termos de empregos e divisas para o Brasil.

As atividades relativas ao desenvolvimento têm curso na planta industrial de Gavião Peixoto – SP, onde ocorre expressiva elevação do nível de empregos e desenvolvimento local, a exemplo de outros municípios, onde são fabricadas peças e partes da aeronave.

Como exemplo dos resultados a serem colhidos, Portugal iniciou as negociações com a Embraer Defesa e Segurança para a aquisição de cinco aeronaves KC-390, com opção de mais uma, e um simulador de voo para instalação e operação em território português.

A dotação constante na LOA 2017 foi suficiente para o atendimento dos compromissos previstos no Cronograma Físico-Financeiro para o Exercício. A meta física programada não foi plenamente atingida, em uma porcentagem pequena (0,15%), em função da impossibilidade de a empresa contratada concluir algumas documentações. Esse item não deve interferir no atingimento das metas previstas para 2018.

Para 2018 está prevista, até o final do primeiro semestre, a certificação ANAC das duas aeronaves protótipos. Ainda em 2018, está previsto o prosseguimento das campanhas de ensaio para certificação das funcionalidades de emprego militar. Para tal, seguem, em estreita coordenação, os Órgãos de Direção Geral/Setorial (ODSA) envolvidos, como EMAER, COMPREP, COMGAP e DCTA, com suas unidades subordinadas apoiando a realização das campanhas previstas.

Ainda como medida institucional relevante para a consecução da Iniciativa Individualizada, destacam-se as reuniões de trabalho coordenadas pelo COMAER, por meio da COPAC, para levar a termo as discussões relacionadas à Campanha de Certificação da Aeronave, contando com a participação de representantes da FAB, do EB, da Marinha do Brasil e da Embraer S.A.

- **05SW - Desenvolvimento de artefatos bélicos com participação de empresas nacionais.**
  Individualizada: Não
- **05SX - Desenvolvimento da capacidade de transferência de dados ar-ar e terra-ar na FAB.**
  Individualizada: Não
- **05SY - Desenvolvimento da capacidade de navegação autônoma para aeronaves.**
  Individualizada: Não
- **06NB - Incremento da utilização da capacidade estratégica instalada na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL.**
  Individualizada: Não
- **06NT - Implantação do pólo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).**
  Individualizada: Sim
  Análise Situacional da Iniciativa

  O Projeto PCTEG foi planejado para ser o principal instrumento de operacionalização do Programa de Transformação do SCTIEx, colaborando com o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) à medida que estabelece um elo entre a Política Nacional de Defesa e as políticas de desenvolvimento produtivo e de Ciência, Tecnologia e Inovação do país. cuja implementação pretendida foi planejada para um horizonte temporal de médio e longo prazo. Para atender aos objetivos do projeto, em 2016 o PCTEG passou a receber recursos da Ação Orçamentária

15EZ, criada especificamente para o Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba, inclusa no PPA 2016-2019. Entretanto, para tais recursos não houve a disponibilidade de repasse ao projeto em sua integralidade, assim como foi determinado o seu cancelamento por meio do DIEx nº 313-AEST/DCT do Departamento de Ciencia e Tecnologia do Exército, de 15 de agosto de 2017, o que atendeu parcialmente os seus objetivos iniciais a seguir caracterizados:

 a. Proporcionar um ambiente que incentive o Novo SCTIEx na busca pela Inovação, definida como sempre procurar agregar um diferencial operacional, tático e estratégico às tecnologias e os PRODE desenvolvidos no âmbito do Sistema.

 b. Estabelecer estruturas, processos e intangíveis que facilitem a integração efetiva entre a Força com a Base Industrial de Defesa (BID), com as Academias e Centros de Pesquisa do País, com as demais Forças Armadas, visando atrair o potencial dessas redes para os desenvolvimentos de tecnologias e produtos de defesa (PRODE).

c. Agregar novas capacidades ao SCTIEx, como trabalhar em rede, abordar de forma matricial os diversos projetos, exercitar uma estrutura mais horizontal, transversal e interativa, ampliar o relacionamento interno na Força entre C, T&I – Doutrina – Logística, criar facilidades para o Exército e demais instituições externas parceiras e, principalmente, fazer com que o SCTIEx se destine a atender as necessidades futuras da Força.

d. Alavancar o SCTIEX com a implantação de uma estrutura moderna, conceitualmente inovadora, com processos mais racionalizados e, principalmente, que melhor interaja com as outras Forças Armadas, com a BID e com as ICT/Academia do País.

 e. Definir as inovações tecnológicas que poderão ser agregadas aos sistemas operacionais da Força Terrestre até 2022. Assim, visa trabalhar voltado para o futuro, sem se esquecer das necessidades correntes do Sistema. Ainda, mudará o paradigma atual, uma vez que o Ciclo dos materiais, desde o seu nascimento, haverá a interação entre os Sistema de Doutrina, de Logística e o SCTEx da Força.

 f. Indicar as inovações tecnológicas que poderão ser agregadas aos sistemas operacionais da Força Terrestre, até 2031. Nesta esteira, busca uma visão prospectiva com antecipação de cenários, fazendo com que a Força possa projetar o seu Vetor de CT&I, passando a agregar uma nova capacidade e estabelecer-se em áreas definidas da C&T no mundo.

g. Além do escopo planejado para o PCTEG, houve uma entrega adicional solicitada pela 4a Subchefia do Estado-Maior do Exército para dar uma nova redação às Instruções Gerais sobre o Ciclo de Vida dos Materiais (EB10-IG-01.018). Nesse sentido, o PCTEG produziu uma versão inicial que foi entregue ao Chefe do DCT em 19/04/2015, sendo posteriormente aprimorada pela 7a Subchefia do Estado Maior do Exército, sendo publicada a Portaria nº 233, de 15/03/2016 na Separata ao Boletim do Exército nº 11 em 18/03/2016.

No ano de 2017, em que pese as sérias restrições orçamentárias enfrentadas por todos os órgãos do Governo Federal, o Projeto do PCTEG avançou em sua implantação envidando esforços na formalização de atos administrativos na estruturação da AGITEC e estabelecimento de relações políticas e ações de divulgação de seus objetivos para entidades externas à Força.

Seguem abaixo as principais entregas realizadas referentes à Iniciativa Individualizada – 06NT Implantação do PCTEG:

1) Agência de Gestão e Inovação Tecnológica do Exército- AGITEC:

A Agência de Gestão e Inovação Tecnológica do Exército teve papel fundamental na fase inicial de implantação do PCTEG, quando iniciou ações que visassem o alinhamento entre os objetivos estratégicos do Exército e a pesquisa realizada em ambientes acadêmicos internos e externos à força.

No ano de 2017, a Agência de Gestão e Inovação Tecnológica continuou sua implantação, ocupando novas instalações, estas com ótima infraestrutura e equipamentos e mobiliários de ótima qualidade. A implantação foi materializada pro meio da cerimônia de inauguração da AGITEC, em 03 de abril de 2017, com a presença do General JUAREZ, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia.

Para plena execução dos trabalhos atinentes à AGITEC, foi dada maior importância na capacitação dos recursos humanos. Em abril, foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas, o Curso de Gestão da Inovação, para os integrantes da AGITEC, Instituto Militar de Engenharia, Diretoria de Fabricação e do Centro Tecnológico do Exército (CTEx) nas dependências do CTEx.

A Seção da Gestão do Conhecimento da AGITEC, no ano de 2017, concentrou seus esforços no preparo dos seus integrantes, realizando os cursos de Mapeamento Crítico e Gestão de Negócios e Conhecimento, além de participar do IX Congresso Nacional de Gestão do Conhecimento na Esfera Pública – CONGEP, maior congresso da América Latina na área de gestão do conhecimento.

Objetivando dar continuidade à política da Tríplice Hélice, foram realizados vários encontros (simpósios, painéis com especialistas e seminários) com a comunidade científica, instituições governamentais e empresas (indústrias) voltadas para a área de defesa, objetivando uma maior interação entre os agentes principais do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

Cabe destacar que a cidade de Florianópolis se consolidou como principal local para divulgação das atividades de Prospecção e Inteligência Tecnológica do Exército, com dois seminários, um de de Inovação Tecnológica e outro de Ciência, Tecnologia e Inovação, culminando com o evento ARENA ABERTA em agosto, que reuniu as vertentes da Tríplice Hélice, tendo a AGITEC como representante do Exército Brasileiro, juntamente com o Escritório do SisDIA naquela cidade.

A propriedade intelectual também esteve presente em diversas palestras ministradas pelos integrantes da Seção de Propriedade Intelectual a várias Organizações Militares, Instituições Governamentais na área de PD&I, Instituições de Educação e outras. Participaram também de congressos e painéis relativos a PI, como o I Painel de especialistas em Inovação e Propriedade Intelectual e XI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, ambos em Curitiba-PR.

Em relação ao efetivo profissional da OM, este sofreu um aumento de aproximadamente 55% em seu quadro de militares, comparando o final do ano de 2016, com o período atual, possibilitando uma melhor dinâmica nos trabalhos administrativos e nas atividades finalisticas. Todavia, é mister salientar que o efetivo permanece aquém das necessidades, quando se baseia nas atribuições previstas para a Agência em seu Regimento Interno, que ainda está em processo de homologação pelo DCT.

Referente à situação da AGITEC no âmbito do Exército Brasileiro, cabe salientar que em 23 de maio, através da Portaria n° 512-EME, foi determinado que a AGITEC será ativada como OM, a partir de 01 de janeiro de 2018; e em 07 de junho, por meio da Portaria n° 580-Cmt Ex, o Cel JURACI FERREIRA GALDINO foi nomeado Chefe da Agência de Gestão e Inovação Tecnológica.

As ações do Projeto do PCTEG em 2017 focaram, em sua maioria, na estruturação de uma rede colaborativa de profissionais de ciência e tecnologia, na capacitação de seus quadros e estruturação interna de processos e efetivos. Com isso, foram implantados parcialmente processos de inteligência tecnológica, prospecção tecnológica, gestão do conhecimento científico-tecnológico, difusão da inovação, promoção da cultura inovadora e gestão da propriedade intelectual. Ações mais significativas que materializem a implantação do Polo, como a construção de novos laboratórios e de instalações para receber suas Organizações Militares não puderam ser priorizadas face às restrições orçamentárias impostas ao Projeto, tendo o seu cancelamento iniciado em 15 de agosto de 2017.

No ano de 2017, foi realizado o Termo de Encerramento do Projeto de Implantação do Iinstituto de Defesa Química, Bacteriológica, Radiológica e Nuclear, datado em 03 de maio de 2017 e foi solicitado a ativação do referido Instituto, aguardando portaria do EME para sua efetivação.

Financiamentos Extraorçamentários

- Estímulo aos setores da indústria voltados para a produção de interesse da defesa
- RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa: Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no

mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos, matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.

- RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa: Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos, matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.

OBJETIVO: 1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas realizam ações subsidiárias que contribuem com o desenvolvimento nacional, atuando em diversos segmentos da sociedade, na realização de ações em prol da educação, desenvolvimento nacional e da defesa civil.

Essas iniciativas ajudam a promover a identificação da população com os entes estatais responsáveis por resguardar a soberania nacional e também contribuem para a redução do prazo de resposta do governo federal frente às contingências.

Um exemplo de ações dessa natureza é a formação promovida por meio do Projeto Soldado-Cidadão (PSC), que tem por objetivo qualificar jovens egressos do Serviço Militar, para que ao concluírem o seu tempo nas Forças Armadas, possam ingressar no mercado de trabalho em condições mais favoráveis.

As principais áreas de formação, levando-se em consideração as características do mercado de trabalho regional, são telecomunicações, automobilística, alimentícia, construção civil, artes gráficas, confecção, têxtil, eletricidade, comércio, informática, entre outras.

Para o PPA 2016-2019 foi prevista a meta de qualificar 36.281 jovens egressos do serviço militar, entretanto, com os recursos disponíveis foram efetivamente formados, 8.066 em 2016 e 5.747 em 2017, ou seja, 13.813, somando-se o tal dos dois exercícios.

Para minimizar as dificuldades de ordem orçamentária os coordenadores locais do Projeto, estabeleceram parcerias, que proporcionaram redução do valor ou até mesmo a gratuidade dos cursos. Com esses esforços, do total 12.740 participantes do PSC nos dois primeiros anos do Plano, 4.468 foram qualificados gratuitamente.

No âmbito do Comando da Marinha, no que se refere à formação profissional, dentre os cursos constantes no Programa

de Ensino Profissional Marítimo, em 2017 foram formados e capacitados 11.154 alunos, sendo 9.047 aquaviários e 2.107 portuários.

Os cursos de formação e qualificação representam, para a maioria dos cidadãos beneficiados, a sua primeira formação técnica para a obtenção de emprego, atendendo aos estados da federação (exceto o Estado de Roraima) e, para os cidadãos integrantes da comunidade marítima, a possibilidade de oportunidades para ascensão profissional e socioeconômica, favorecendo o incremento da economia do país por meio do intercâmbio marítimo entre os países.

Outra iniciativa de relevância social, desenvolvida pelo Ministério da Defesa é o Projeto Rondon, que se constitui em uma oportunidade para que universitários voluntários vivenciem diferentes realidades, a partir da interação com as comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, permitindo que os universitários reflitam sobre a sua própria construção como estudantes-cidadãos e como futuros profissionais.

O Projeto tem como objetivos: estimular no universitário a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas; contribuir para a formação do universitário como cidadão; integrar o universitário ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do País; consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais.

Cabe ressaltar que a meta no PPA 2016-2019 é capacitar 4.000 jovens universitários, ou seja, 1.000 a cada ano, entretanto, em função das restrições orçamentárias ocorridas em 2016 e 2017, esse número deverá atingir cerca de 680 estudantes universitários a cada ano.

Para o Projeto Rondon o PPA 2016-2019 fixou a meta de capacitar 4.000 universitários. Entretanto, em função da expectativa dos recursos a serem disponibilizados, a cada LOA, a meta será reprogramada e, no momento busca-se alcançar a meta de 2.700 estudantes universitários no PPA em curso.

Em 2016, foram realizadas três operações que atenderam 730 rondonistas capacitados. Esse resultado foi alcançado em decorrência das parcerias celebradas com os governos estaduais. No ano de 2017 foram planejadas três operações: duas executadas em julho e a outra ocorrerá nas férias escolares de janeiro de 2018. Assim, o total de participantes atingirá o número de 650 rondonistas. Também, contribuíram para a execução das operações a disponibilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira.

Também merece destaque o Programa Forças no Esporte (Profesp), criado em 2003, desenvolvido em parceria com os Ministérios do Esporte (ME) e do Desenvolvimento Social (MDS), e executado com o apoio das Forças Armadas, tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Atualmente, o Programa está presente em todas as Unidades da Federação brasileira, contando com a participação de 175 organizações militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, atendendo a aproximadamente 23 mil crianças e adolescentes em 93 municípios. Desde sua criação, o Profesp já atendeu mais de 150 mil beneficiários em todo o Brasil.

O Ministério da Defesa em ação conjunta com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social e com a Secretaria Nacional da Juventude, está ampliando o número de beneficiários no Rio de Janeiro, pretendendo passar dos atuais 2.400 para 10.000 crianças, jovens e adolescentes, até o final de 2018, especialmente nos locais onde há operações de Garantia

da Lei e da Ordem, como, por exemplo: Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Lins, Penha, Ilha do Governador, Chapadão, Pedreira, Cidade de Deus, Vila Kennedy, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias e São Gonçalo, contribuindo com o Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios, instituído pelo Decreto nº 9.197, de 14 de novembro de 2017.

No que concerne ao desenvolvimento nacional, o Programa Calha Norte (PCN), com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida à população dos municípios atendidos, executa de obras em rodovias, portos, aeródromos, escolas e redes elétricas, com a finalidade de incentivar a permanência das famílias naquelas localidades.

Em sua vertente desenvolvimentista, o PCN atingiu, em 2017, resultados com elevado alcance social em proveito das populações dos diversos municípios da sua área de abrangência, destacando-se, entre outros:

•Construção de escola, em Brasiléia/AC, constituída de 6 salas de aulas, laboratório de informática, coordenação pedagógica, diretoria, sala dos professores, almoxarifado, banheiros dos professores, feminino, masculino e especial, pátio coberto, refeitório, cozinha e despensa, com expectativa de atendimento de 360 crianças;
•Construção de calçadas, meio-fio e sarjetas, em Bonfim/RR, visando proporcionar melhor qualidade de vida e acessibilidade a população atendida;
•Ampliação e reforma do Pré-Escolar Criança Feliz, em Caculândia/RO, tendo em vista a necessidade de um espaço mais adequado para o ensino infantil, a fim de atender um número maior de crianças;
•Eletrificação rural, em Caroebe/RR visando oferecer melhoria no sistema, principalmente com a substituição dos postes de madeira existentes nas vicinais;
•Eletrificação rural no município de Boa Vista/RR, a fim de contemplar com energia elétrica os habitantes da área rural, contribuindo sensivelmente para melhorar as condições de vida daquelas comunidades;
•Instalação de luminárias públicas nas ruas e avenidas de Cujubim/RO, a fim de contemplar com energia elétrica os habitantes da área rural, contribuindo sensivelmente para melhorar as condições de vida daquelas comunidades;
•Urbanização da orla do município de Amapá/AP, com o objetivo de prover a valorização da orla e empreender o turismo, com a disponibilização de um espaço de lazer, entretenimento, contemplação da natureza e de passeios de embarcações;
•Construção da praça Municipal, em Cabixi/RO visando comportar satisfatoriamente a estrutura administrativa do Município, tornando o acesso público mais eficaz e com maior comodidade.

Ainda com relação à assistência a comunidades que residem em regiões mais remotas do País, a Marinha do Brasil oferece apoio às comunidades da Região Amazônica e do Pantanal Mato-Grossense como extensão da missão de cuidar de suas hidrovias interiores.

No ano de 2017, o Exército Brasileiro, também, atuou em diversas ações de cooperação para o desenvolvimento nacional, entre as quais:

•Obras e serviços de engenharia na rodovia SC-114 no trecho entre São João Joaquim/SC e divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - extensão de 4,43Km. Essa obra contribuirá para a economia e o turismo local e será uma das principais rotas para o escoamento da produção de maçã para exportação. Obra com planejamento até 2019;
•Obra de conservação, restauração e manutenção da rodovia BR-101 Norte, trecho entre o acesso ao novo aeroporto de Natal/RN até Touros/RN, com extensão de 81,04 km;
•Implantação de acesso à comunidade Quilombola em Aratu/BA;
•Construção da estrada de acesso à Estação de Bombeamento nº 02, do Eixo Leste, do Programa de Integração do São Francisco (PISF), extensão de 12Km, em Floresta/PE. Essa estrada visa proporcionar a manutenção das subestações de

energia elétrica, assim como das estações de bombeamento, com a infraestrutura necessária para o funcionamento do aqueduto que garantirá a segurança hídrica de doze milhões de pessoas em 390 municípios na região nordeste, com prosseguimento em 2018;

•Construção rodoviária da BR 163/PA, extensão de 80,3Km, em Santarém - Rurópolis/PA. A execução da obra visa melhorar as condições de trafegabilidade da Rodovia, garantindo o escoamento do agronegócio do norte do Mato do Grosso e do Pará, com prosseguimento em 2018;

•Restauração rodoviária da BR 364/RO - (km 690,60 ao km 724,20), no município de Porto Velho/RO. A obra tem por finalidade melhorar a trafegabilidade para os escoamentos do agronegócio e do extrativismo mineral e vegetal da região noroeste do Brasil (Acre, Rondônia e Mato Grosso);

•Perfuração de poços no semiárido nordestino e poços tubulares no Estado da Paraíba.

Relativamente ao apoio das Forças Armadas à Defesa Civil, em 2017, merecem destaque a participação nas seguintes ações:

•Lançamento de Ponte Bailey, vão de 30m, capacidade de 28 toneladas, sobre o igarapé Iria, no município de São Gabriel da Cachoeira/AM, na rodovia BR 307/AM, para o reestabelecimento emergencial do tráfego após o rompimento de bueiro, retirando o município da situação de isolamento, ao proporcionar a ligação com o porto e aeroporto da cidade (atividade iniciada em 2016 com previsão de permanência em 2018);

•Lançamento de Ponte LSB, vão de 43m, capacidade de 80 toneladas, sobre o rio Rubim do Sul, no município de Jacinto/MG, na rodovia BR 367/MG, permitindo o reestabelecimento do tráfego naquela rodovia (atividade iniciada em 2017 com previsão de permanência em 2018);

•Lançamento de Ponte LSB, vão de 24m, capacidade de 80 toneladas, lançada sobre o rio Ubatuba na rodovia BR 402/PI, município de Cajueiro da Praia/PI, para restabelecer o tráfego naquela rodovia, por meio de serviços de engenharia realizados nos encontros da ponte preexistente; e

•Lançamento de Ponte LSB, vão de 48 m, capacidade de 80 toneladas, lançada sobre o rio Preto, na rodovia BR 158/MT, entre o município de Confresa e o distrito de Alô Brasil, para restabelecer o tráfego naquela rodovia.

Metas 2016-2019

- **04HA - Apoiar a participação de 4.000 universitários no Projeto Rondon, para o fortalecimento da consciência cidadã.**

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

  Análise Situacional da Meta

  Com os recursos da LOA 2017 e parcerias, três Operações viabilizaram capacitar 652 rondonistas, a saber: a "Rondônia Cinquentenário" e a "Serra do Cachimbo, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, e a "Teixeirão" no Estado de Rondônia. Portanto, aquela quantidade de universitários participantes somada à entrega referente à LOA 2016 resultou no valor acumulado da Meta em 1.402 rc até o momento.Ao projetar o resultado com os recursos da LOA 2018, estes se somados à expectativa de valor para a Emenda Individual Parlamentar (EIND) e às parcerias com os Estados, teremos a capacitação de mais 676 estudantes universitários ao custo unitário em torno de R$ 4.500,00.

  As parcerias são de caráter indispensável, pois suas contribuições para suportar o custo total estão na ordem de um terço do valor das Operações. Esse patamar é semelhante ao amparado com recurso da LOA. Desta forma, fica evidente o motivo de frustração para alcançar a Meta na sua plenitude, qual seja, o aporte a cada LOA está inferior em cerca de dois terços do patamar necessário.

  Assim, mantido o padrão de contribuição das origens de recursos, quais sejam, LOA, EIND e Estados, combinado à estabilidade de preços do mercado de insumos, a Meta alcançada ao final do PPA em curso estará por volta de 2.700 rc,

o que corresponderá a cerca de 70% da Meta estabelecida para o PPA em lide.

Quantidade alcançada

1.402 unidades

Data de Referência

16/01/2017

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

A Coordenação-Geral do Projeto Rondon, a fim de permitir a capacitação de cerca de 2.000 estudantes universitários, deve encaminhar na sua proposta para a PLOA 2019 o valor correspondente a este produto para o aporte orçamentário e financeiro na LOA 2019.

- **04HC - Atender 75% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Na avaliação de execução da meta 04HC – Atender 75% dos municípios, na área de abrangência do Calha Norte, com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transporte e esportes, o valor alcançado, nos anos de 2016 e 2017, cumulativamente, do ciclo do PPA-2016/2019, foi de 76,28%, correspondente a 148 municípios, de um total de 194 (148/194),nos estados que compõem área de abrangência do Programa Calha Norte assim distribuídos: Acre 21/22, Amazonas 53/62, Amapá15/16, Rondônia 48/52, Roraima11/15 e Pará 00/27, portanto, meta superada, com as seguintes considerações:

Cabe destacar que a Exposição de Motivos Nº 502, de 15 de dezembro de 2015, publicada no DOU Nº 85, de 05 de maio de 2016, expandiu a área de abrangência do PCN para 379 municípios, com a inclusão dos municípios do Estado de Mato Grosso e os da faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, porém, em razão da inexistência de Emendas Parlamentares (EP) alocadas aos municípios da área expandida nos anos de 2016, 2017 e também para 2018, essa expansão não foi considerada na base de cálculo para a meta a ser atingida. Entretanto, caso ocorram alocações de EP para o ano de 2019, caberá, no momento oportuno de revisão do PPA 2016-2019, a alteração da meta estipulada para o período ou até mesmo a sua manutenção, porém com as ressalvas que se fizerem necessárias ao fechamento do ciclo do PPA 2016/2019.

Quantidade alcançada

76,28 %

Data de Referência

31/12/2017

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Em razão da permanência como linha de base, dos 194 municípios fruto da inexistência de Emendas Parlamentares (EP) nos anos de 2016/17/18, na área expandida e restando apenas o ano de 2019, com pouca

possibilidade de ocorrer alocação de EP nessa área, caberá, no momento oportuno de revisão do PPA 2016-2019, as considerações que se fizerem necessárias, com alteração da meta estipulada para o período ou até mesmo a sua manutenção,

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	75	%	76,28	06/01/2017

- **04H9 - Capacitar profissionalmente 36.281 jovens egressos do serviço militar para inserção no mercado de trabalho - Projeto Soldado-Cidadão.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O Projeto Soldado Cidadão (PSC) oferece aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho, após deixarem o serviço militar. O Projeto, ao longo dos anos, vem sendo desenvolvido em todo o território nacional, por meio de convênios e contratos firmados entre os Comandos Militares e entidades, tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Em 2016, a meta de 12.000 formandos pelo PSC foi cumprida parcialmente devido, principalmente, a um corte de 50% nos recursos destinados a contratação dos cursos profissionalizantes. No entanto, foram tomadas iniciativas com o objetivo de conseguir cursos gratuitamente e por meio do Pronatec, o que elevou a quantidade de formando e amenizou a diferença em relação a meta estabelecida.

Em 2017, foram empenhados em Restos a Pagar/2016 os recursos de R$ 2.512.158,60 e a LOA foi de R$ 4.516.258,00. Dos recursos em Restos a Pagar/2016 foram liquidados, até 21 DEZ 17, o valor de R$ 2.297.697,88.

Do previsto na LOA foi autorizado o valor de R$ 2.416.971,00. Destes recursos foram destacados para as Forças Armadas para a contratação de cursos de qualificação o valor de R$ 2.359.587,80. As mesmas liquidaram, até o dia 21 DEZ 17, o valor de R$ 1.341.425,55.

A média de gastos para qualificar um jovem no projeto é de R$ 1.440,00, porém, com o esforço realizado pelos coordenadores das Forças Armadas junto aos Estabelecimentos de Ensino, foi possível além de realizar cursos gratuitos negociar valores menores. Levando em consideração todos os cursos realizados (gratuitos e pagos) a média de gastos por jovem foi reduzida para o valor de R$ 623,24.

Em resumo, até 21 DEZ 17, foram liquidados o valor de R$ 3.581.740,26 (restos a pagar/2016 e recursos exército 2017) e foram qualificados 5.747 jovens em Serviço Militar.

Quantidade alcançada

13.813 unidades

Data de Referência

23/01/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Em 2016 foi realizado um convênio com o Ministério da Educação e Cultura, onde foram oferecidas vagas exclusivas pelo Pronatec para as Forças Armadas. No entanto os cursos ofertados pelo MEC, na modalidade Ensino a Distância (EAD), não foram bem aceitos pelos jovens em Serviço Militar que alegaram os seguintes motivos para abandonarem os referidos cursos:

- falta de motivação para estudar sozinho sem ter a oportunidade de tirar suas dúvidas no momento em que estão assistindo as aulas;
- não ter a oportunidade de colocar em prática a teoria passada nas aulas.

Caso as Organizações Militares tivessem salas de estudos e monitores para apoiar os alunos que estavam realizando cursos EAD e os mesmos tivessem cargas horárias presenciais provavelmente o número de evasões nestes tipos de cursos seria menor e a quantidade de qualificados no Projeto Soldado Cidadão poderia ter sido maior.

Com o intuito de atingir a meta estabelecida no Plano Plurianual 2016-2019 se buscará ampliar a parceria com os Estabelecimentos de Ensino buscando reduzir o valor do custo aluno/hora, bem como ampliar as ofertas de vagas gratuitas, oferecidas pelos Estabelecimentos de Ensino para o Projeto Soldado Cidadão.

No biênio 2016 – 2017 foram qualificados pelo Ação 6557 (Soldado Cidadão) 13.813 jovens, praticamente o que era previsto ser formado em um ano. Sendo assim, verifica-se a necessidade de ser reprogramada a meta de 48.000 para 28.000 no Plano Plurianual 2016-2019.

- **04HD - Formar e capacitar 23.900 profissionais aquaviários.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais resultados alcançados em 2017:

Referente à formação profissional marítima, foram formados e capacitados 11.154 alunos, sendo 9.047 aquaviários e 2.107 portuários por meio dos cursos constantes no Programa de Ensino Profissional Marítimo.

Os cursos de formação e qualificação representam, para a maioria dos cidadãos beneficiados, a sua primeira formação técnica para a obtenção de emprego, atendendo aos estados da federação (exceto o Estado de Roraima) e, para os cidadãos integrantes da comunidade marítima, a possibilidade de oportunidades para ascensão profissional e socioeconômica, favorecendo o incremento da economia do país por meio do intercâmbio marítimo entre os países. Tal capacitação contribui para a promoção da igualdade regional e social, com remuneração mais elevada devido às especificidades da profissão, reduzindo a dependência de mão de obra estrangeira, principalmente nos postos de comando, ampliando a participação de brasileiros a bordo de navios e plataformas.

Fatores que contribuíram para as realizações das atividades

Ressalta-se como fator positivo ao desenvolvimento das atividades de credenciamento de oito empresas para aplicar 32 cursos do EPM no ano de 2017. Atualmente, o EPM possui dezoito entidades Extra-MB para realizar os cursos, tendo como órgão vinculados os Órgãos de Execução credenciados (Centro de Instrução, Capitanias, Delegacias e Agências).

Previsão de realizações para o próximo ano

No ano de 2016 foram oferecidas 395 vagas nos cursos FONT e FOMQ. No corrente ano, foram oferecidas 230 vagas e, no ano de 2018, de acordo com o edital do processo seletivo, espera-se atender 285 vagas para formação de Oficiais da Marinha Mercante.

Quantidade alcançada

22.043 unidades
Data de Referência

31/12/2017
Classificação da meta

Andamento adequado
Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento

Iniciativas

- **05T6 - Apoio à Realização de Grandes Eventos.**
  Individualizada: Não

- **05T7 - Realização de atividades para crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Forças no Esporte.**
  Individualizada: Não

- **05T8 - Apoio a atletas militares em competições esportivas nacionais e internacionais.**
  Individualizada: Não

- **05T9 - Expansão do monitoramento ambiental e territorial por meio de tecnologia radar.**
  Individualizada: Não
  Análise Situacional da Iniciativa

  O Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta com Radar Orbital - SipamSAR tem como objetivo monitorar e gerar alertas sobre o desmatamento na Amazônia utilizando imagens de radar orbital, principalmente durante período de outubro a abril, em que o monitoramento por meio de satélites ópticos do INPE, via DETER, fica prejudicado, devido à grande cobertura de nuvens. O Sistema é operado pelas quatro unidades do Censipam, sendo o planejamento e coordenação a cargo da unidade de Brasília e a análise, interpretação e geração de alertas a cargo das unidades regionais de Belém, Manaus e Porto Velho.

  A consolidação das detecções de outubro de 2016 a abril de 2017 resultou em 7.775 polígonos de desmatamento (corte raso) com área maior que 3ha, o que equivale a um total de 198.020 hectares desmatados detectados. O ciclo 2017-2018 está planejado para consumir cerca de 2.228.628,5 km² de imagens, que serão trabalhadas por 16 analistas e técnicos. Os alertas gerados no ciclo 2017-2018 de 01/10/17 até 30/11/2017 são de 2.837 polígonos, o que resulta em 89.248 ha desmatados a mais neste período. Portanto, o total de polígonos detectados desde o início da operação é de 10.612 o que resulta em 287.268 ha detectados de desmatamento. Estes dados estão sendo transmitidos diretamente ao IBAMA e ao ICMBio, por meio de um link WFS (Web Feature Service) em um servidor Geoserver do Censipam.

  No presente exercício, o Censipam implantou o SipamSAR. Assim sendo, a detecção de desmatamento com radar orbital no período de nuvens tem ocorrido de maneira sistemática. Simultaneamente o Projeto Amazônia SAR continuará até 2020 provendo infraestrutura, capacitação e telemetria para aprimoramento do SipamSAR.No presente exercício, o Censipam implantou o SipamSAR. Assim sendo, a detecção de desmatamento com radar orbital no período de nuvens tem ocorrido de maneira sistemática. Simultaneamente o Projeto Amazônia SAR continuará até 2020 provendo infraestrutura, capacitação e telemetria para aprimoramento do SipamSAR.

- **05TA - Aprimoramento do uso da rede de telecomunicação Via Satélite na Amazônia.**
  Individualizada: Não
  Análise Situacional da Iniciativa

  O Sistema de Proteção da Amazônia conta com uma infraestrutura tecnológica que gera conhecimento atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações de governo na Amazônia Legal, visando ao desenvolvimento nacional. Entre os principais componentes dessa infraestrutura encontram-se os terminais de comunicação via satélite, que são fundamentais às instituições públicas da Amazônia, em áreas carentes de telecomunicações, e tem como

principais aplicações: transmissão de voz, dados, vídeo e acesso a sistemas governamentais via Internet.

Busca-se um aprimoramento contínuo de uso da rede desses terminais através de aplicações temáticas, ampliação da rede e melhoria da velocidade de acesso.

Nas aplicações temáticas, houve cooperação com a Defesa Civil, por meio de boletins, alertas e previsões meteorológicas, gerados a partir dos dados transmitidos pelos terminais de comunicação que integram os radares e estações meteorológicas do Sipam. E em janeiro de 2018, haverá ampliação das aplicações temáticas por meio de parcerias com atores relacionados ao tema.

A disponibilização de terminais de comunicação via satélite também colabora com o desenvolvimento nacional e as ações governamentais em benefício da sociedade apoiando o Cadastro Único para Programas Sociais; a tramitação de processos judiciais do TJ/AM; a integração digital dos Pelotões de Fronteira do Exército e a integração e apoio às operações de campo interagências. Alguns exemplos de tais operações são as desenvolvidas pela Polícia Federal, Forças Armadas, IBAMA e de outros órgãos.

Para 2018 está prevista a continuidade da instalação dos módulos aceleradores, iniciado em 2017, que beneficiará mais localidades, com a disponibilização das antenas de maior capacidade. Além disso, os terminais de comunicação permitirão implementar um programa específico para os Pelotões de Fronteira, com envio de dados regionais, tais como imagens, dados meteorológicos e relatórios de inteligência, com maior eficiência e agilidade, tendo, por conseguinte, maior apoio ao planejamento e ao comando do pelotão.

- **05TB - Apoio a ações humanitárias desenvolvidas na Região de abrangência do Programa Calha Norte.**
  Individualizada: Não
- **05TC - Apoio a obras de infraestrutura básica e aquisição de equipamentos em benefício das comunidades dos municípios atendidos pelo Programa Calha Norte**
  Individualizada: Não
- **05TD - Execução de obras e serviços de engenharia para cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.**
  Individualizada: Não
- **05TE - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.**
  Individualizada: Não
- **07AN - Promoção do desenvolvimento nacional na faixa de fronteira**
  Individualizada: Não